



Avaliação Intercalar do
Programa Operacional
Competitividade e
Internacionalização

Relatório Final

Outubro de 2023

Entidade adjudicante:



Cofinanciado por:



Promotor



Programas operacionais na avaliação:



Autoria

EY-Parthenon

Coordenação

Sandra Primitivo

Rui Faustino

Equipa

Filipa Lopes

Hermano Rodrigues

Manuel Reis

Margarida Lourenço

Pedro Casimiro

Pedro Oliveira

Raquel Morgado

Rodolfo Junqueira

Rui Ferreira

1. Índice

Nota Introdutória	12
1. Enquadramento, objeto e objetivos da avaliação.....	13
1.1. O objeto de avaliação.....	13
1.1.1. O Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE).....	13
1.1.2. Ponto de Situação à data de reporte da avaliação	14
2. Metodologia	19
3. Resposta às questões de avaliação	21
3.1. Questão de Avaliação 1 - Eficácia	21
Investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação (Eixo 1).....	23
Competitividade das PME (Eixo 2 - PI 3.1, 3.2 e 3.3).....	29
Sustentabilidade e qualidade do emprego (Eixo 3)	33
Transportes sustentáveis e eliminação dos estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas (Eixo 4)	37
Redução de custos públicos de contexto e capacidade institucional e eficiência da Administração Pública (eixos 2 - PI 2.3 e 5)	40
REACT-EU - FEDER (Eixo 7)	47
REACT-EU - FSE (Eixo 8)	50
3.2. Questão de Avaliação 2 - Eficiência.....	53
3.3. Questão de Avaliação 3 - Impacto e Sustentabilidade	59
3.4. Questão de Avaliação 4 - Valor Acrescentado Europeu.....	77
3.5. Questão de Avaliação 5 - Relevância/ Coerência	81
4. Conclusões	90
5. Recomendações	101
6. Referências bibliográficas e eletrónicas	110
7. Anexos	112
Anexo 1. O objeto de avaliação.....	112
Anexo 2. Teoria da Mudança	138
Anexo 3. Quadros de apuramento de indicadores de contexto	148
Anexo 4. Auscultação	155
Anexo 4.1. Intervenientes - Focus Group.....	155
Anexo 4.2. Síntese dos Focus Group	155
Anexo 4.3. Intervenientes - entrevistas.....	157
Anexo 4.4. Síntese das entrevistas	157
Anexo 4.5. Guiões das Entrevistas	161
Anexo 4.6. Inquérito 1. Beneficiários empresariais com operações CRII e REACT-EU.....	168
Anexo 4.7. Inquérito 2. Beneficiários empresariais excluindo operações CRII e REACT-EU	173
Anexo 4.8. Inquérito 3. Beneficiários não empresariais excluindo o Eixo 8	182
Anexo 4.9. Beneficiários empresariais com operações CRII e REACT-EU - respostas	194
Caracterização da Amostra.....	194
Adequação e Execução	195

Resultados e Impactos	196
Participação em projetos coletivos	197
Formação de empresários e trabalhadores das empresas	197
Custos de Contexto	198
Anexo 4.10. Beneficiários empresariais excluindo operações CRII e REACT-EU - respostas.....	199
Caracterização da Amostra.....	199
Aspetos operacionais e fatores críticos	200
Valor Acrescentado Europeu e Complementaridades	200
Projetos CRII/ REACT-EU.....	202
Participação em projetos coletivos	202
Formação de empresários e trabalhadores das empresas	203
Objetivos do projeto (metas contratualizadas)	204
Resultados e impacto.....	204
Sustentabilidade	206
Custos de Contexto	206
Anexo 4.11. Beneficiários não empresariais excluindo o Eixo 8 - respostas.....	208
Caracterização da Amostra.....	208
Aspetos operacionais e fatores críticos	209
Valor Acrescentado	210
Objetivos do projeto	212
Resultados e impactos do projeto	212
Sustentabilidade	221
Anexo 4.12. Estudos de Caso.....	222

Índice de quadros

Quadro 1. Nº de operações, investimento elegível, fundo aprovado, seletividade e rescisão por Tipologia de Intervenção - COMPETE.....	15
Quadro 2. Nº de operações, investimento elegível, fundo aprovado, seletividade e rescisão por Tipologia de Intervenção - CRII.....	18
Quadro 3. Principais etapas de operacionalização dos inquéritos e valor final das amostras (respostas válidas)	20
Quadro 4. COMPETE - Indicadores e respetiva execução a 31/12/2021 - Eixo 1.....	25
Quadro 5. Iniciativa CRII - COMPETE e Programas Operacionais Regionais do Continente - Indicadores e respetiva execução a 31/12/2021 - Eixo 1	28
Quadro 6. COMPETE - Indicadores e respetiva execução a 31/12/2021 - Eixo 2.....	30
Quadro 7. Iniciativa CRII - COMPETE e Programas Operacionais Regionais do Continente - Indicadores e respetiva execução a 31/12/2021 - Eixo 2	32
Quadro 8. COMPETE - Indicadores e respetiva execução a 31/12/2021 - Eixo 3.....	33
Quadro 9. Distribuição de participantes por tipologia de formação	36
Quadro 10. COMPETE - Indicadores e respetiva execução a 31/12/2021 - Eixo 4.....	37
Quadro 11. COMPETE - Indicadores e respetiva execução a 31/12/2021 - Redução de custos de contexto.....	41
Quadro 12. COMPETE - Indicadores e respetiva execução a 31/12/2021 - Eixo 5.....	44
Quadro 13. COMPETE - Indicadores e respetiva execução a 31/12/2021 - Eixo 7.....	49
Quadro 14. COMPETE - Indicadores e respetiva execução a 31/12/2021 - Eixo 8.....	50
Quadro 15 - Taxas de admissibilidade e Taxas de rescisão/anulação das operações do COMPETE do PT2020 vs QREN	57
Quadro 16 - Evolução dos indicadores médios, por empresa, no universo tratado e não tratado entre 2014, 2019 e 2021	64
Quadro 17. Peso do investimento elegível executado do COMPETE em I&D29 no total do investimento em I&D da Economia Nacional, por tipologia de beneficiário (2014-2021)	68
Quadro 18. Peso investimento elegível executado do COMPETE em I&D no total do investimento em I&D da Economia Nacional, por região NUTS II (2014-2021).....	68
Quadro 19. Efeitos do PO na realização de projetos.....	78
Quadro 20. Perda de investimento elegível num cenário de ausência de apoio aos projetos aprovados	79
Quadro 21. Análise do peso dos promotores empresariais apoiados pelo COMPETE no tecido empresarial, por região e por dimensão empresarial.....	85
Quadro A1. Objetivos Temáticos, Específicos e respetivos Beneficiários do COMPETE	112
Quadro A2. Reprogramações das dotações financeiras (Apoio da União) do PO CI, por eixo	113
Quadro A3. Decisões e versões do PO CI - Síntese a 1 de julho de 2022	114
Quadro A4. Resumo dos movimentos financeiros por PI e Instrumento	115
Quadro A5. Avisos de abertura de concurso, por ano, eixo e prioridade de investimento.....	115
Quadro A6. Distribuição dos AAC por intervalos de índice de procura, por PI.....	116
Quadro A7. Distribuição dos AAC por intervalos de índice de procura qualificada, por PI.....	117
Quadro A8. Intervalo de realização dos projetos, por Tipologia de Intervenção - COMPETE	120
Quadro A9. Projetos, financiamento, aprovação e rescisão, por Tipologia de Intervenção - COMPETE	120
Quadro A10. Intervalo de realização dos projetos -Tipologia de Intervenção - CRII	123
Quadro A11. Taxas de Realização por Programa Operacional e Tipologia de Intervenção - CRII.....	124
Quadro A12. Agrupamento das medidas do Programa COMPETE para efeitos de simplificação da análise (medidas dirigidas a empresas).....	125
Quadro A13. Nº de projetos apoiados e investimento elegível apoiado por medida e por agrupamentos setoriais (projetos cujo promotor é de natureza empresarial)	126
Quadro A14. Nº de projetos apoiados e investimento elegível apoiado por medida e por NUTSII (projetos cujo promotor é de natureza empresarial).....	128
Quadro A15. Nº de projetos apoiados e investimento elegível apoiado por medida e por dimensão empresarial (projetos cujo promotor é de natureza empresarial)	129
Quadro A16. Nº de projetos apoiados e investimento elegível apoiado por medida e por níveis de intensidade tecnológica da indústria transformadora (projetos cujo promotor é de natureza empresarial e opera na Indústria Transformadora).....	129
Quadro A17. Nº de projetos apoiados e investimento elegível apoiado por medida e por fatores-chave de competitividade da indústria transformadora (projetos cujo promotor é de natureza empresarial: Indústria Transformadora).....	130

Quadro A18. Nº de projetos apoiados e investimento elegível apoiado por medida e por serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia (projetos cujo promotor é de natureza empresarial na área dos Serviços).....	131
Quadro A19. Análise do peso dos promotores empresariais apoiados pelo COMPETE no tecido empresarial, por agrupamento setorial	132
Quadro A20. Análise do peso dos promotores empresariais apoiados pelo COMPETE no tecido empresarial, por intensidade tecnológica, fator chave de competitividade e nível de intensidade de conhecimento de alta tecnologia	132
Quadro A21. Evolução dos principais indicadores macroeconómicos da Economia Nacional entre 2014-2021.....	133
Quadro A22. Tipologia de formação, por ciclo de formação-ação, ponderado pelo nº de empresas e formandos ..	133
Quadro A23. Tipologia de formação, por dimensão da empresa, ponderado pelo nº de empresas	134
Quadro A24. Principais Motivos para a Inelegibilidade por Principais Medidas do COMPETE- descrição.....	134
Quadro A25. Tipologias de razões da não admissibilidade /aprovação do COMPETE - descrição e explicitação.....	136
Quadro A26. Distribuição das tipologias de razões da não admissibilidade /aprovação do COMPETE	137
Quadro A27. Opções de aprofundamento analítico da avaliação.....	138
Quadro A28. Indicadores de aferição das realizações, resultado e impacto das PI cobertas pela TdM.....	144
Quadro A29. Evidências da TdM - Pressupostos e riscos	145
Quadro A30. Distribuição do número de empresas, VAB, Emprego, entre 2014-2021, por CAE.....	148
Quadro A31. Relevância dos promotores apoiados pelo COMPETE no VAB e Postos de Trabalho pelo respetivo agrupamento setorial	151
Quadro A32. Evolução no VAB nas empresas apoiadas pelo COMPETE e no total das empresas nacionais excluindo SI (2014=100).....	151
Quadro A33. Evolução na produtividade nas empresas apoiadas pelo COMPETE e no total das empresas nacionais excluindo SI (2014=100)	152
Quadro A34. Evolução no emprego nas empresas apoiadas pelo COMPETE e no total das empresas nacionais excluindo SI (2014=100)	152
Quadro A35. Evolução nas exportações nas empresas apoiadas pelo COMPETE e no total das empresas nacionais excluindo SI (2014=100)	153
Quadro A36. Evolução na despesa em I&D nas empresas apoiadas pelo COMPETE e no total das empresas nacionais excluindo SI (2014=100)	153
Quadro A37. Evolução na intensidade exportadora nas empresas apoiadas pelo COMPETE e no total das empresas nacionais excluindo SI (2014=100)	153
Quadro A38. Importância dos fundos europeus no financiamento das tipologias de projetos apoiadas pela FCT ...	154
Quadro A39. Distribuição de projetos por Eixo.....	194
Quadro A40. Distribuição de projetos por Tipologia de Intervenção	194
Quadro A41. Distribuição de projetos por Medida.....	194
Quadro A42. Canal de preferência para o tratamento de serviços/ procedimentos na interação com a Administração Pública	198
Quadro A43. Alteração de preferência no canal utilizado nos processos tratados nos últimos 5 anos	198
Quadro A44. Distribuição de projetos por Tipologia de Intervenção	199
Quadro A45. Distribuição de projetos por Medida.....	199
Quadro A46. Relevância dos apoios recebidos no âmbito do COMPETE.....	200
Quadro A47. Alterações introduzidas na ausência do suporte financeiro do COMPETE	201
Quadro A48. Participação em iniciativas no âmbito de ações de natureza coletiva	202
Quadro A49. Acompanhamento da execução do projeto por investimento na formação de recursos humanos	203
Quadro A50. Evolução e contributo das variáveis da empresa entre os anos pré-projeto e pós-projeto	205
Quadro A51. Canal de preferência para o tratamento de serviços/ procedimentos na interação com Administração Pública	206
Quadro A52. Alteração de preferência no canal utilizado nos processos tratados nos últimos 5 anos	207
Quadro A53. Distribuição de projetos por Tipologia de Intervenção	208
Quadro A54. Distribuição de projetos por Medida.....	208
Quadro A55. Relevância dos apoios recebidos no âmbito do COMPETE.....	210
Quadro A56. Alterações introduzidas na ausência do suporte financeiro do COMPETE	210
Quadro A57. Articulação do projeto com outros instrumentos de financiamento.....	211
Quadro A58. Valores verificados relativamente aos serviços intervencionados, no último ano antes da implementação do projeto e no ano cruzeiro - Eixo 2/ V (SAMA-TIC)	216
Quadro A59. Projetos com componente de formação (FSE) associada e financiada pelo COMPETE - Eixo 2/ V (SAMA-TIC).....	216

Quadro A60. Valores verificados relativamente aos serviços intervencionados, no último ano antes da implementação do projeto e no ano cruzeiro - Eixo 5 (SAMA - Capacitação)	220
--	-----

Índice de figuras

Figura 1. Fundo programado (M€), taxa de realização e taxa de compromisso dos projetos aprovados por Eixo - COMPETE.....	15
Figura 2. Resultados quantitativos do processo de seletividade.....	22
Figura 3. PIB por habitante (PPC), em percentagem da média da UE27, por localização geográfica 2014-2021...	60
Figura 4. Peso do valor do investimento elegível dos SI financiados pelo COMPETE e da totalidade dos SI na Formação Bruta de Capital Fixo das empresas não financeiras em Portugal 2014-2021.....	61
Figura A1. Financiamento aprovado por eixo - COMPETE	118
Figura A2. Níveis de realização do PO, por Fundo e por Eixo - COMPETE.....	118
Figura A3. Financiamento comunitário aprovado por NUTS II - COMPETE.....	119
Figura A4. Financiamento comunitário aprovado por Tipologia de Beneficiário - COMPETE	119
Figura A5. Financiamento comunitário aprovado por Programa Operacional - CRII.....	123
Figura A6. Financiamento comunitário aprovado por Tipologia de Beneficiário - CRII.....	123
Figura A7. Teoria da mudança subjacente à intervenção - Quadro concetual	139
Figura A8. Teoria da Mudança	140
Figura A9. Comparação do peso relativo do número de empresas nacional, por setor	149
Figura A10. Comparação do peso relativo do VAB nacional, por setor	150
Figura A11. Comparação do peso relativo dos postos de trabalho, por setor	150
Figura A12. Avaliação da adequação dos Sistemas de Incentivos às necessidades dos promotores.....	195
Figura A13. Condicionantes do arranque e desenvolvimento dos projetos aprovados	195
Figura A14. Contributo do apoio recebido na situação atual dos beneficiários	196
Figura A15. Persistência temporal dos resultados gerados pelo projeto na atividade da empresa.....	196
Figura A16. Domínios de tesouraria que permitiram executar o investimento noutros projetos apoiados pelo COMPETE.....	196
Figura A17. Contributo de ações de natureza coletiva para o aumento da competitividade da empresa	197
Figura A18. Razões para a ausência de investimento em formação profissional de recursos humanos	197
Figura A19. Contributo da formação para a melhoria das competências dos recursos humanos	197
Figura A20. Sucesso na resolução do problema nos processos tratados, nos últimos 5 anos.....	198
Figura A21. Fatores condicionantes do nível de satisfação no relacionamento com a Administração Pública, nos últimos 5 anos	198
Figura A22. Avaliação da adequação dos Sistemas de Incentivos às necessidades dos promotores.....	200
Figura A23. Principais alterações nos projetos em virtude das condições de elegibilidade	200
Figura A24. Alteração da localização do projeto na ausência de apoio financeiro - NUTS II	201
Figura A25. Fatores determinantes para a decisão de IDE em Portugal face a localizações alternativas	202
Figura A26. Domínios de apoio à tesouraria que permitam executar o investimento e concretizar os resultados obtidos (APOIAR)	202
Figura A27. Fatores determinantes para a ausência de investimento em formação profissional dos recursos humanos.....	203
Figura A28. Contributo da formação para a melhoria das competências dos recursos humanos da empresa	203
Figura A29. Expetativa relativa ao alcance das metas contratualizadas	204
Figura A30. Condicionantes do arranque e desenvolvimento dos projetos aprovados	204
Figura A31. Contribuição do projeto para as empresas	205
Figura A32. Instrumentos de financiamento apoiados por investimentos potenciadores de resultados e impactos	205
Figura A33. Condições para assegurar a sustentabilidade financeira de forma a garantir o suporte dos custos operacionais associados.....	206
Figura A34. Persistência temporal dos resultados gerados pelo projeto	206
Figura A35. Sucesso na resolução do problema nos processos tratados nos últimos 5 anos	207
Figura A36. Fatores condicionantes do nível de satisfação no relacionamento com a Administração Pública, nos últimos 5 anos	207
Figura A37. Avaliação da adequação dos Sistemas de Incentivos às necessidades dos promotores.....	209
Figura A38. Principais alterações nos projetos em virtude das condições de elegibilidade	209

Figura A39. Condicionantes do arranque e desenvolvimento dos projetos aprovado	210
Figura A40. Razões para a ausência de articulação do projeto com outros instrumentos de financiamento	211
Figura A41. Expetativa relativa ao alcance das metas contratualizadas	212
Figura A42. Contribuição do projeto para objetivos de política relacionados com I&I - Eixo 1 (SAICT)	212
Figura A43. Outputs previstos em sede de candidatura e o respetivo grau de concretização - Eixo 1 (SAICT)	213
Figura A44. Valorização económica dos resultados do projeto apoiado, noutros projetos apoiados no âmbito do PT2020 - Eixo 1 (SAICT).....	213
Figura A45. Contributo do projeto no desenvolvimento da entidade promotora - Eixo 2 (SIAC e QI PME - Conjuntos)	213
Figura A46. Contributo do para a competitividade empresarial - Eixo 2 (SIAC e QI PME - Conjuntos)	214
Figura A47. Contributo do projeto para os objetivos relacionados com a modernização da Administração Pública - Eixo 2/ V (SAMA-TIC)	214
Figura A48. Condicionantes da concretização das realizações e dos resultados do projeto - Eixo 2/ V (SAMA-TIC).....	215
Figura A49. Contributo do projeto para os seguintes objetivos - Eixo 2/ V (SAMA-TIC)	215
Figura A50. Intervenção do projeto em 20% dos serviços mais procurados por cidadãos/empresas, de entre os serviços prestados pela entidade - Eixo 2/ V (SAMA-TIC)	215
Figura A51. Relevância dos seguintes fatores para a decisão de não recorrer a financiamento do PO para ações de formação - Eixo 2/ V (SAMA-TIC).....	216
Figura A52. Contributo do projeto de formação- Eixo 2/ V (SAMA-TIC).....	217
Figura A53. Condicionantes dos resultados dos projetos de formação - Eixo 2/ V (SAMA-TIC).....	217
Figura A54. Contributo do projeto para a melhoria das competências dos empresários e trabalhadores - Eixo 3 (Formação para empresários e trabalhadores).....	217
Figura A55. Condicionantes dos resultados da operação - Eixo 3 (Formação para empresários e trabalhadores)..	218
Figura A56. Contributo do projeto para aspetos relacionados com tráfego marítimo/ ferroviário - Eixo 4 (RAIT - Transportes)	218
Figura A57. Condicionantes para os resultados do projeto - Eixo 4 (RAIT - Transportes).....	218
Figura A58. Natureza do projeto - Eixo 5 (SAMA - Capacitação).....	219
Figura A59. Contributo do projeto para os resultados - Eixo 5 (SAMA - Capacitação)	219
Figura A60. Condicionantes da concretização das realizações e resultados do projeto - Eixo 5 (SAMA - Capacitação)	219
Figura A61. Contributo do projeto para os seguintes impactos - Eixo 5 (SAMA - Capacitação)	220
Figura A62. Intervenção do projeto em 20% dos serviços mais procurados por cidadãos/empresas, de entre os serviços prestados pela entidade - Eixo 5 (SAMA - Capacitação)	220
Figura A63. Condições para assegurar a sustentabilidade financeira de forma a garantir o suporte dos custos operacionais associados.....	221
Figura A64. Persistência temporal dos resultados gerados pelo projeto	221

Siglas e acrónimos

AAC - Aviso de Abertura de Concurso
ABT - Avaliação baseada na Teoria
ACEPI - Associação do Comércio Eletrónico e da Publicidade Interativa
AD&C - Agência para o Desenvolvimento e Coesão
AG - Autoridade de Gestão
AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
AIMMP - Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal
ALV - Aprendizagem ao Longo da Vida
AMA - Agência para a Modernização Administrativa
AML - Área Metropolitana de Lisboa
ANI - Agência Nacional de Inovação
AP - Administração Pública
APA - Administração do Porto de Aveiro
APS - Administração dos Portos de Sines e Algarve
AT - Autoridade Tributária
BPF - Banco Português de Fomento
CAE - Classificação da Atividade Económica
CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal
CE - Caderno de Encargos
CE - Comissão Europeia
CEI - Companhia de Equipamentos Industriais Lda
CENIT - Centro Associativo de Inteligência Têxtil
CESAE - Centro para o Desenvolvimento de Competências Digitais
COMPETE - Programa Operacional Competitividade e Internacionalização
CTP - Confederação do Turismo Portugal
CRII - Coronavirus Response Investment Initiative
DGEstE - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
EC - Estudos de Caso
EE2020 - Estratégia Europa 2020
ENEI - Estratégia Nacional de Especialização Inteligente
EP - Eixo Prioritário
EREI/RIS3 - Estratégia Regional de Especialização Inteligente
ETC - Equivalente a Tempo Completo
ETI - Equivalente a Tempo Inteiro
FBCF - Formação Bruta de Capital Fixo
FC - Fundo de Coesão
FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia
FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEAMP - Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas
FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEEI - Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
FG - Focus Group
FIS - Fundo para a Inovação Social
FSE - Fundo Social Europeu
GAA - Grupo de Acompanhamento
I&D - Investigação e Desenvolvimento
I&I - Investigação e Inovação
IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação
IE - Investimento Elegível
IES - Informação Empresarial Simplificada
IFD - Instituição Financeira de Desenvolvimento
IGeFE - Instituto de Gestão Financeira da Educação
IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes
INA - Instituto Nacional de Administração
INE - Instituto Nacional de Estatística
INESC - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores
IPTCN - Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional

IPSFL - Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos
NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OCS - Opções de Custos Simplificados
OE - Objetivo Específico
OI - Organismo Intermédio
OT - Objetivo Temático
PE - Pressupostos Específicos
PG - Pressupostos Gerais
PI - Prioridade de Investimento
PIBpc - Produto Interno Bruto per capita
PME - Pequena e Média Empresa
PO - Programa Operacional
PO CI - Programa Operacional Competitividade e Internacionalização
PO ISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
POR - Programa Operacional Regional
PO SEUR - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos
PT2020 - Acordo de Parceria Portugal 2020
QA - Questão de Avaliação
QD - Quadro de Desempenho
QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional
RAIT - Regime de Apoio a Infraestruturas de Transportes
RE - Riscos Específicos
REACT-EU - Assistência de Recuperação para a Coesão e os Territórios da Europa
RG - Riscos Gerais
RGPD - Regulamento Geral de Proteção de Dados
RH - Recursos Humanos
RTE-T - Redes Transeuropeias de Transportes
SCTN - Sistema Científico e Tecnológico Nacional
SI - Sistema de Incentivos
SI PT2020 - Sistema de Informação do PT2020
SIAC - Sistema de Apoio a Ações Coletivas
TdM - Teoria da Mudança
TI - Tipologia(s) de Intervenção
TIC - Tecnologias da Informação e Comunicação
TP - Turismo de Portugal
TVMA - Taxa de Variação Média Anual
UE - União Europeia
VAB - Valor Acrescentado Bruto
VAE - Valor Acrescentado Europeu

Resumo

A presente avaliação é uma avaliação de impacto de natureza temática que tem como objetivo avaliar a eficácia, a eficiência, o impacto, o valor acrescentado e a relevância dos apoios dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) orientados para o reforço da competitividade e internacionalização da economia portuguesa, com base num crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Desta forma, o COMPETE constitui um instrumento de política pública enquadrado no Acordo de Parceria do PT2020 para o período de programação 2014-2020, no âmbito dos FEEI.

Esta avaliação assumiu como referencial metodológico a Avaliação Baseada na Teoria e implicou a estruturação do quadro lógico da intervenção do POCI e da respetiva Teoria da Mudança. O processo avaliativo envolveu um conjunto alargado de métodos e técnicas de recolha e análise de informação, incluindo recolha documental e estatística, realização de 13 entrevistas, 5 *focus group* e 4 estudos de caso, tendo ainda sido aplicados 3 inquéritos (dois a promotores empresariais e um a entidades públicas).

Em termos globais, a avaliação revelou uma adequação global dos instrumentos e formas de apoio mobilizados pelo Programa às necessidades dos grupos-alvo e um desempenho globalmente positivo no cumprimento das metas de realização e resultado, ainda que num cenário de alguma reprogramação em baixa de algumas metas e de realocação de fundos com a inclusão da iniciativa do REACT-EU. O efeito da pandemia, ampliado pela guerra na Ucrânia, contribuiu para atrasar o ritmo de execução do PO, também constrangido por fatores relativos à operacionalidade dos fundos e dificuldade burocráticas. Ainda assim, prevê-se que sejam atingidas as metas ao nível do I&DT&I (maior dificuldade na articulação com SCTN), da competitividade (exceto no empreendedorismo), das medidas do Formação-Ação (sendo que a criação de emprego e as outras medidas de formação ficaram aquém) dos transportes (para o qual o mapeamento prévio foi decisivo), da modernização e capacitação da administração pública (com exceção na formação dos trabalhadores da AP) e das medidas REACT-EU.

Summary

This evaluation is an impact assessment of a thematic nature that aims to assess the effectiveness, efficiency, impact, added value and relevance of the European Structural and Investment Funds (ESIF) aimed at strengthening the competitiveness and internationalization of the Portuguese economy, based on smart, sustainable and inclusive growth. In this sense, COMPETE is a public policy instrument framed in the PT2020 Partnership Agreement for the 2014-2020 programming period, under the ESI Funds.

This evaluation assumed as methodological reference the Theory-Based Evaluation and entailed the structuring of the logical framework of the POCI intervention and the respective Theory of Change. The evaluation process applied a wide range of methods and techniques for collecting and analyzing information, including documentary and statistical research, 13 interviews, 5 focus groups, 4 case studies, and 3 surveys were conducted (two to business promoters and one to public entities).

Overall, the evaluation revealed an overall adequacy of the instruments and forms of support mobilized by the Program to the needs of the target groups and an overall positive performance in meeting the achievement and outcome targets, albeit in a scenario of some downward reprogramming of some targets and reallocation of funds with the inclusion of the REACT-EU initiative. The effect of the pandemic, amplified by the war in Ukraine, contributed to delaying the pace of implementation of the OP, which was also constrained by factors related to the operability of funds and bureaucratic difficulties. Nevertheless, the Program is expected to achieve the targets regarding R&DT&I (greater difficulty in articulating with SCTN), competitiveness (except in entrepreneurship), Formação-Ação instruments (with job creation and other training measures falling short), transport (for which previous mapping was decisive), modernization and capacity building of public administration (with the exception of the training of PA workers) and REACT-EU measures.

Nota Introdutória

1. O presente documento constitui o Relatório Final do estudo de “Avaliação Intercalar do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI)”. O período de referência da avaliação corresponde ao período que decorre entre o início de execução da Estratégia do Programa Operacional (PO) Competitividade e Internacionalização (COMPETE2020) e o final do ano de 2021.
2. De acordo com o Caderno de Encargos, a Avaliação abrange também todos os Objetivos Específicos identificados no Anexo V (do referido CE), decorrentes da implementação da “Iniciativa de Investimento de Resposta ao Corona Vírus” (CRII), na componente dos sistemas de incentivos às empresas, relativos a apoios concedidos quer pelo COMPETE2020, quer pelos PO Regionais do Continente.
3. O relatório encontra-se estruturado em cinco capítulos, aos quais acrescem as referências bibliográficas (capítulo 6) e os anexos, que contêm informação complementar (designadamente, quadros da sistematização da execução financeira dos projetos aprovados, a síntese das entrevistas, os apuramentos dos inquéritos realizados aos promotores e as fichas de análise dos estudos de caso já concluídos). Os quadros, figuras e gráficos dos anexos seguem uma numeração distinta da do corpo do relatório (a numeração é precedida de “A”) por forma a auxiliar a leitura do documento e identificar rapidamente remissões para os anexos. Ao longo do relatório foram utilizadas duas unidades de análise: o projeto e a operação, verificando-se na generalidade dos casos uma correspondência entre projetos e operações, com a exceção das partes das operações do Fundo Social Europeu, para as quais não houve atribuição de código de projeto.
4. No primeiro capítulo é apresentado o objeto de avaliação, um ponto de situação do COMPETE2020 e das operações CRII do Portugal 2020 (incluindo PO Regionais), à data de reporte da avaliação, com dados e análises relativos ao volume de candidaturas, ao número de projetos apoiados e correspondentes montantes associados. Neste capítulo são ainda apresentados os objetivos e os resultados esperados da presente avaliação, incluindo as questões de avaliação formuladas que lhe servem de referência.
5. O capítulo seguinte explicita e aprofunda a metodologia que foi utilizada ao longo do processo avaliativo e o terceiro capítulo contempla a resposta às questões de avaliação. Os capítulos 4 e 5 apresentam as conclusões e recomendações da avaliação.

1. Enquadramento, objeto e objetivos da avaliação

1.1. O objeto de avaliação

1.1.1. O Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE)

6. O COMPETE constitui um instrumento de política pública orientado para o reforço da competitividade e internacionalização da economia portuguesa, com base num crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, enquadrado no Acordo de Parceria do PT2020 para o período de programação 2014-2020, no âmbito dos FEEI.
7. O programa foi desenhado (em 2014) para responder aos principais constrangimentos que se colocavam à competitividade e internacionalização da economia portuguesa, destacando-se os seguintes:
 - ▶ Perfil de especialização produtiva, quer pela pouca relevância das atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis e internacionalizáveis, quer pela baixa intensidade de inovação, tecnologia e conhecimento do tecido produtivo;
 - ▶ Competências e estratégias das PME, com fragilidades ao nível da qualificação de empregadores e empregados e da reduzida propensão para a adoção de estratégias de negócio mais sofisticadas;
 - ▶ Condições de contexto à atividade empresarial, com destaque para as condições de financiamento das empresas, para os custos de transporte e custos públicos de contexto resultantes de um ainda ineficiente funcionamento da Administração Pública.
8. Para dar resposta aos constrangimentos e desafios identificados no diagnóstico de suporte à programação, o COMPETE assumiu os seguintes Objetivos Estratégicos:
 - ▶ Aumentar a intensidade de tecnologia e conhecimento dos vários setores e do conjunto da economia;
 - ▶ Aumentar o peso de atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis e internacionalizáveis e a orientação exportadora das empresas portuguesas;
 - ▶ Capacitar as PME para o prosseguimento de estratégias de negócio mais avançadas;
 - ▶ Melhorar as condições de transporte de mercadorias entre Portugal e o exterior, com repercussão na redução dos custos e tempos de operação para as empresas;
 - ▶ Melhorar a capacitação, a eficiência e a integração dos serviços públicos, reduzindo custos de contexto.
9. Tais objetivos encontram-se alinhados com os Objetivos Temáticos (OT) e os Objetivos Específicos (OE) estabelecidos no quadro regulamentar dos FEEI, tendo o programa sido estruturado de acordo com os seguintes eixos Prioritários (EP):
 - ▶ **Eixo 1** - Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação (OT1);
 - ▶ **Eixo 2** - Reforço da competitividade das PME e redução de custos públicos de contexto (OT2 e OT3);
 - ▶ **Eixo 3** - Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego (OT8);
 - ▶ **Eixo 4** - Promoção de transportes sustentáveis e eliminação dos estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas (OT7);
 - ▶ **Eixo 5** - Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública (OT11);
 - ▶ **Eixo 6** - Assistência Técnica.
10. Os eixos Prioritários estabelecidos no COMPETE tentam abordar os 3 grandes domínios identificados como os principais constrangimentos para a competitividade e internacionalização da economia portuguesa.
11. A drástica alteração de contexto em 2020, com o surgimento da pandemia COVID-19, exigiu um esforço adicional para o cumprimento dos objetivos inerentes ao domínio "Competitividade e Internacionalização", não só devido ao *lock down* das atividades económicas durante um período alargado de tempo e às consequentes dificuldades de liquidez e de financiamento por parte das empresas, bem como decorrente de um forte abrandamento no ritmo de execução e do nível do reporte dos instrumentos financeiros, neste caso particular muito devido à reestruturação ocorrida no beneficiário-chave (Instituição Financeira de Desenvolvimento/Banco de Fomento).
12. Como resposta aos constrangimentos da pandemia foram efetuadas três reprogramações: uma em setembro de 2020, envolvendo aumento das taxas de cofinanciamento e transferência de dotações para reforço dos eixos de suporte às empresas; outra em dezembro de 2020, incluindo novas elegibilidades, com o apoio a fundo

manejo em setores afetados pela crise pandémica e outra em junho de 2021, na sequência da iniciativa REACT-EU (Assistência de Recuperação para a Coesão e os Territórios da Europa) lançada pela Comissão Europeia. Esta última reprogramação deu origem à criação de dois novos eixos no PO: o Eixo 7 “REACT-FEDER” foi mobilizado para o apoio sob a forma de fundo de maneio às PME, financiando também vacinas COVID, despesas com vacinação e, adicionalmente, investimentos que contribuam para uma transição climática, enquanto o Eixo 8 “REACT-EU FSE” foi mobilizado para o apoio à criação de empregos e de *estágios*.

13. Para cada um dos Eixos, foram estruturados instrumentos de apoio a mobilizar em cada Prioridade de Investimento (PI) e Objetivo Específico, envolvendo sobretudo apoios não reembolsáveis, mas também instrumentos financeiros, destinando-se a promotores empresariais (em particular nos três primeiros eixos) e não empresariais (Quadro A1).

1.1.2. Ponto de Situação à data de reporte da avaliação

14. Para a prossecução das suas prioridades e objetivos, o COMPETE mobiliza uma dotação financeira global de 5.817 M€ de FEEI. O Programa foi alvo de quatro reprogramações financeiras (Quadro A2), que resultaram, essencialmente, no aumento da dotação global, por via da inclusão dos eixos relativos ao REACT-EU (em 2021, envolvendo perto de 1.500 M€ para iniciativas de resposta à pandemia COVID 19), no aumento dos valores associados aos eixos 1 e 2 (I&DT&I e Competitividade PME) e na redução do montante afeto aos eixos 3, 4 e 5 (Emprego, Mobilidade, Capacidade Institucional).
15. Entre 2014 e 2021 foram lançados 278 Avisos de Abertura de Concurso (AAC). As PI 1.2 (Investimento das empresas em I&D, Eixo 1) e 3.3 (Capacidades Avançadas, Eixo 2) destacam-se por terem o maior número de AAC associados e por incluírem os avisos lançados no âmbito da Iniciativa CRII - *Coronavirus Response Investment Initiative* (Quadro A5). No mesmo sentido, o Eixo 2 (competitividade das PME) apresenta-se com o maior número de avisos criados (92), seguido do Eixo 1 (I&D&I) com 89 AAC.
16. Em quase todas as PI a maioria (66%) dos AAC tem índices de procura qualificada acima dos 75% (os projetos apoiados absorvem, pelo menos 75%, da dotação colocada a concurso nos avisos), sendo a exceção mais relevante a PI 3.1 - Empreendedorismo, em que a uma procura mais moderada se alia uma baixa taxa de provação bruta.

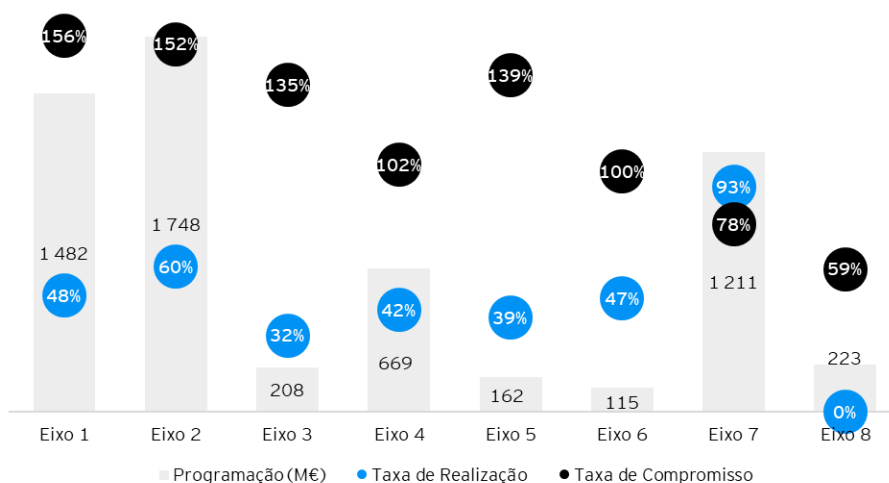
COMPETE

17. À data de corte desta avaliação tinham sido aprovados 107.252 operações, envolvendo um investimento elegível de 12.694 M€ e 7.352 M€ de incentivo (83% financiado por FEDER, 9% por FSE e os restantes 8% pelo FC - Figura A1). São passíveis de destaque, pela dimensão que adquirem nestes três indicadores, os eixos 2 e 1 (Competitividade PME e I&DT&I), destacando-se como os eixos com maior financiamento comunitário, no entanto foi o Eixo 7 (REACT-EU FEDER) que acolheu o maior volume de operações aprovadas.
18. O COMPETE registava, à data de reporte da avaliação (31/12/2021), uma taxa de compromisso de 126% e uma taxa de realização de 55% - em linha com a média do PT2020 -, valores largamente influenciados pelo desempenho dos eixos 1, 2 e 7 (I&D&I, competitividade, REACT-EU FEDER), que, em conjunto, agregam 76% da programação total e 81% do incentivo aprovado (Quadro A2 e Quadro 1).
19. Para além de apresentarem o maior montante de dotação programada e as taxas de realização mais elevadas do PO (apenas superadas significativamente pelo Eixo 7, Figura 1), é nos eixos 1 e 2 que se registam as maiores taxas de compromisso (50% acima da dotação prevista, Figura 1), refletindo uma elevada procura pela generalidade das Tipologias de Intervenção (TI) neles enquadradas e revelando margem para acomodar a quebra de alguma execução sem comprometer a execução financeira do PO. Apenas os eixos relativos ao REACT-EU (7 e 8) apresentam um montante aprovado abaixo da programação, sendo que em ambos os casos o lançamento dos respetivos avisos apenas teve início em 2021 e existem, à data de corte da avaliação, ainda candidaturas em análise, justificando, pelo menos parcialmente, os níveis de realização e compromisso (mais acentuado no Eixo 8) alcançados.
20. O PO apresenta, em termos globais, uma baixa taxa de seletividade, tendo aprovado 95% das candidaturas submetidas pelos promotores (Quadro 1 com informação mais desagregada, ao nível da medida, no Quadro A9 em anexo), sendo que este valor global é largamente influenciado pela elevada taxa de aprovação observada nas operações REACT-EU (98%) que comporta mais de metade dos projetos aprovados. Tal como na generalidade dos PO, o nível de seletividade é menor nas tipologias de intervenção promovidas por entidades públicas ou sem fins lucrativos (taxas de aprovação acima dos 80%, chegando perto dos 100% no caso das infraestruturas não RTE ou do APOIAR), sendo a exceção os apoios no âmbito dos SIAC (Sistema de Apoio a Ações Coletivas - Eixo 3), da formação dos trabalhadores da Administração Pública (AP) e da Investigação científica e tecnológica, que obtiveram taxas de aprovação de 45%, 39% e 65%, respetivamente. No caso dos

apoios às empresas o nível de seletividade é mais elevado, situando-se a taxa de aprovação bruta média para os sistemas de incentivos em 64%, muito próxima da registada em período anterior no QREN (60% em junho de 2010). A taxa de aprovação mais baixa entre os projetos empresariais situa-se nos 30% na TI Empreendedorismo qualificado e criativo, cujas candidaturas esbarram desde logo nos critérios de admissibilidade.

21. Apenas 1% dos projetos foram rescindidos ou anulados após a sua aprovação, facilitando a execução do PO. As taxas de rescisão foram mais significativas nos projetos candidatados no âmbito das tipologias de intervenção Promoção das TIC na AP, Internacionalização das PME e Capacitação de Modernização (entre os 15-25%). Adicionalmente, 32 das 50 operações selecionadas no âmbito da formação dos trabalhadores da AP foram também anuladas/ rescindidas, totalizando uma taxa de quebra de 64%.¹

Figura 1. Fundo programado (M€), taxa de realização e taxa de compromisso dos projetos aprovados por Eixo - COMPETE



Fonte: EY-Parthenon com base no SI do COMPETE

Quadro 1. Nº de operações, investimento elegível, fundo aprovado, seletividade e rescisão por Tipologia de Intervenção - COMPETE

Eixo/Tipologia de Intervenção	Nº Operações	Investimento Elegível (€, milhões)	Incentivo Aprovado		Taxa de Aprovação Bruta	Taxa de Rescisão /Anulação
			€, milhões	%		
Eixo 1 - Reforço de I&D&I	2 836	5 214	2 309	31%	62%	3%
45 - Investigação científica e tecnológica	1 299	538	457	6%	65%	1%
46 - Valorização económica e transferência do conhecimento científico e tecnológico	22	15	13	0%	56%	0%
47 - Atividades de I&D empresarial	1 116	141	885	12%	55%	6%
48 - Clusters e redes de inovação	28	7	3	0%	97%	3%
49 - Investimento empresarial em inovação de não PME	267	3 170	899	12%	92%	5%
B7 - CRII - Atividades de I&D empresarial	79	24	20	0%	80%	1%
B8 - CRII - Investimento empresarial em inovação de não PME	25	50	33	0%	62%	14%
Eixo 2 - Competitividade PME e custos públicos	34 645	4 744	2 663	36%	93%	2%
50 - Promoção das TIC na administração e serviços públicos	314	220	153	2%	69%	24%

¹ Em algumas das operações do fundo FSE a classificação do estado da candidatura é diferenciada de algumas operações financiadas pelo COMPETE, não sendo por isso diretamente comparável nas fases de seleção, nomeadamente, no que se refere à distinção entre ilegitimidade entre condições de acesso e mérito.

Eixo/Tipologia de Intervenção	Nº Operações	Investimento Elegível (€, milhões)	Incentivo Aprovado		Taxa de Aprovação Bruta	Taxa de Rescisão /Anulação
			€, milhões	%		
51 - Empreendedorismo qualificado e criativo	27	124	79	1%	33%	10%
52 - Internacionalização das PME	1 218	962	530	7%	78%	13%
53 - Qualificação e inovação das PME	1 348	3 048	1 566	21%	59%	16%
B9 - CRII - Qualificação e inovação das PME	625	146	91	1%	67%	14%
D6 - APOIAR	31 113	245	244	3%	98%	0%
Eixo 3 - Emprego	1 391	376	281	4%	78%	11%
60 - Formação de empresários e trabalhadores das empresas	1 360	296	221	3%	83%	12%
B4 - Instrumentos Financeiros	1	51	35	0%	100%	0%
B5 - SIAC	30	30	25	0%	45%	0%
Eixo 4 - Transportes	22	805	684	9%	92%	0%
55 - RAIT RTE-T	15	634	539	7%	88%	0%
57 - RAIT Portos não RTE-T	5	62	53	1%	100%	0%
58 - RAIT Ferrovia não RTE-T	2	109	93	1%	100%	0%
Eixo 5 - Capacidade institucional	441	333	226	3%	100%	17%
62 - Capacitação e modernização das administrações e dos serviços públicos	423	332	225	3%	100%	17%
63 - Formação dos trabalhadores da AP	18	0,8	0,6	0%	39%	64%
Eixo 6 - Assistência Técnica	28	135	114	2%	100%	0%
77 - Assistência Técnica	28	135	114	2%	100%	0%
Eixo 7 - REACT - EU - FEDER	67 887	955	943	13%	98%	0%
E2 - APOIAR	67 269	913	913	0%	98%	0%
G7 - Garantir Cultura	618	42	30	2%	87%	0%
G8 - REACT-EU - Resiliência do sistema de saúde	-	-	-	-	-	-
G9 - REACT-EU - Reabilitação da rede hidrográfica	-	-	-	-	-	-
H1 - REACT-EU - Saneamento de águas residuais	-	-	-	-	-	-
Eixo 8 - REACT - EU FSE	2	132	132	2%	100%	0%
H3 - ATIVAR.PT Estágios	-	-	-	-	-	-
H4 - Apoio à consolidação de aprendizagens	2	132	132	2%	100%	0%
Total	107 252	12 694	7 352	100%	95%	1%

Fonte: EY-Parthenon com base nos SI do COMPETE

Nota: Taxa de Aprovação Bruta = (Nº candidaturas selecionadas/ Nº candidaturas com análise concluída)²

Taxa de Rescisão/ Anulação = [(Nº candidaturas anuladas + Nº candidaturas rescindidas ou revogadas) / Nº candidaturas selecionadas]

22. Cerca de 60% do financiamento comunitário foi aprovado nas regiões de convergência Norte e Centro, sendo que a primeira assumiu uma maior preponderância (35% do apoio aprovado, Figura A3). Por contrapartida, as regiões do Algarve, Alentejo e Lisboa foram as regiões com menor financiamento comunitário por via do COMPETE (perfazendo um total de 17%). No caso do Alentejo, por ser uma região de convergência, observa-se uma maior dispersão do financiamento entre eixos (seis eixos), com principal enfoque nos eixos 1 e 2 (85% do incentivo aprovado). No que respeita a Lisboa e Algarve, e considerando a delimitação da atuação do COMPETE nessas regiões, o incentivo aprovado no âmbito do FEDER centra-se especialmente em medidas relativas ao REACT-EU (Eixo 7).

² O cálculo deste indicador inclui as candidaturas que foram aprovadas no momento da decisão, independentemente de terem sido posteriormente anulados ou rescindidos os respetivos projetos.

23. Uma análise por fundo permite concluir que grande parte do financiamento via FSE e FC (46%) teve um carácter multirregional, em virtude de os apoios incidirem sobre os eixos 3 (formação), 4 (transportes) e 5 (capacitação institucional), que assumem uma dimensão suprarregional e em grande parte direcionada a promotores públicos.
24. As operações aprovadas no PO contemplaram um total de 78.441 beneficiários, dos quais 77.667 são empresas e 774 são beneficiários não empresariais. Neste último grupo, 29% dos beneficiários tem apenas uma operação aprovada, 21% duas operações e os restantes 51%, três ou mais projetos. No que se refere aos beneficiários empresariais, 68% têm apenas uma operação aprovada, 31% duas operações aprovadas e os restantes três ou mais operações.
25. Uma análise por tipologia de beneficiário demonstra que a maior parte do apoio aprovado foi direcionado para empresas (64%), sendo o FEDER a principal fonte de financiamento. No caso do financiamento aprovado via FSE, a maioria do incentivo foi atribuído aos Organismos da Adm. Pública e Agências Públicas (42%) e às Associações (incluindo organizações patronais, 29%). Por fim, a quase totalidade do apoio aprovado via FC foi atribuído às empresas do Setor Público (99%, que representa 86% do incentivo aprovado para esta tipologia de beneficiários), sendo que os restantes 1% foram distribuídos por Associações.

Iniciativa CRII - COMPETE e Programas Operacionais Regionais do Continente

26. Cerca de 60% das candidaturas submetidas (3.356 projetos) no âmbito dos apoios económicos para combater os efeitos da pandemia COVID-19 foram aprovadas, sendo o financiamento de operações integradas em qualificação e inovação das PME (CRII) responsável por cerca de 90% destas operações (3.072,
27. Quadro 2).
28. Uma análise por PO revela níveis de seletividade semelhantes, sendo o PO Alentejo (64%) e o PO CI (63%) os que apresentam as taxas de aprovação mais baixas e o PO Algarve (78%) o menos seletivo. Globalmente, a taxa de aprovação bruta das CRII é penalizada pelos projetos direcionados às PME, que apresentam consistentemente taxas de aprovação inferiores às médias dos PO (com exceção das CRII não PME no PO CI). A maioria dos AAC foram lançados em 2020 sendo que à data de reporte 12% dos projetos selecionados foram rescindidos ou anulados, dificultando em parte os níveis de execução do PO.
29. O PO CI apresenta o valor médio de incentivo mais elevado (cerca de 197.000€), seguido do PO Lisboa (cerca de 124.000€), sendo estes montantes fortemente influenciados pela maior relevância dos apoios a não PME nestes PO. No entanto, o PO CI exibe destacadamente as taxas de cofinanciamento mais reduzidas (65%), equiparando-se apenas ao PO Algarve (66%), enviesando desta forma a taxa de cofinanciamento global dos apoios CRII (72%, Quadro A11).
30. À data de reporte, cerca de 42% das operações encontram-se com um nível de realização superior a 70% (Quadro A10), sendo que os PO Centro e PO Alentejo se destacam pela positiva (Quadro A11) e o PO Algarve por apresentar a mais baixa taxa de realização (34%).
31. Por tipologia de intervenção, as operações integradas na TI CRII - Investimento empresarial em inovação de não PME do PO CI exibem níveis de realização (78%) significativamente acima da média do PO (53%). No sentido oposto, encontram-se as operações integradas na TI CRII - Atividades de I&D empresarial com as taxas de realização mais afastadas da média do PO (38%).
32. O PO CI concentra perto de metade do incentivo aprovado no âmbito das CRII (45%), estando o restante montante concentrado em três PO Regionais, PO Norte (19%), PO Lisboa (16%) e PO Centro (16%) (Figura A5) Apesar de apresentar menos operações aprovadas face ao PO Centro, o PO Lisboa concedeu um montante de incentivo superior, em virtude da maior relevância das operações relativas a não PME. À data de reporte, tanto o PO Alentejo como o PO Algarve são os programas onde estas operações assumem menor relevância, tanto em número de operações, como no financiamento
33. Uma análise por tipologia de beneficiário demonstra que a maior parte do apoio aprovado foi direcionado para empresas (90%, Figura A6), sendo a TI B9 (CRII - Qualificação e inovação das PME) a mais predominante em todas as operações (69%).

Quadro 2. Nº de operações, investimento elegível, fundo aprovado, seletividade e rescisão por Tipologia de Intervenção - CRII

Tipologia de Intervenção	Nº Operações	Investimento Elegível (€, milhões)	Incentivo Aprovado		Taxa de Aprovação Bruta	Taxa de Rescisão /Anulação
			€, milhões	%		
PO CI	729	219	144	44,9%	64%	13%
B7 - CRII - Atividades de I&D empresarial	79	24	20	6,1%	79%	1%
B8 - CRII - Investimento empresarial em inovação de não PME	25	50	33	10,2%	45%	14%
B9 - CRII - Qualificação e inovação das PME	625	146	91	28,6%	64%	14%
PO Norte	1 120	77	59	18,5%	70%	11%
B7 - CRII - Atividades de I&D empresarial	46	9	8	2,4%	68%	0%
B8 - CRII - Investimento empresarial em inovação de não PME	8	2	2	0,7%	100%	0%
B9 - CRII - Qualificação e inovação das PME	1 066	66	49	15,4%	70%	11%
PO Centro	773	63	50	15,6%	72%	11%
B7 - CRII - Atividades de I&D empresarial	42	11	10	3,0%	77%	2%
B8 - CRII - Investimento empresarial em inovação de não PME	8	2	2	0,6%	89%	0%
B9 - CRII - Qualificação e inovação das PME	723	49	38	12,0%	72%	12%
PO Lisboa	418	65	52	16,3%	70%	14%
B7 - CRII - Atividades de I&D empresarial	51	12	10	3,1%	72%	3%
B8 - CRII - Investimento empresarial em inovação de não PME	11	12	10	3,1%	65%	0%
B9 - CRII - Qualificação e inovação das PME	356	41	32	10,1%	70%	15%
PO Alentejo	126	13	11	3,3%	63%	14%
B7 - CRII - Atividades de I&D empresarial	6	2	1	0,4%	57%	0%
B8 - CRII - Investimento empresarial em inovação de não PME	1	0,5	0,4	0,1%	100%	0%
B9 - CRII - Qualificação e inovação das PME	119	11	9	2,8%	63%	14%
PO Algarve	190	67	4	1,4%	78%	14%
B7 - CRII - Atividades de I&D empresarial	7	1	1	0,3%	100%	0%
B9 - CRII - Qualificação e inovação das PME	183	5	3	1,0%	78%	14%
Total	3 356	444	320	100%	69%	12%

Fonte: EY-Parthenon com base nos SI do COMPETE

Nota: Taxa de Aprovação Bruta = (Nº candidaturas selecionadas / Nº candidaturas com análise concluída)

Taxa de Rescisão/ Anulação = [(Nº candidaturas anuladas + Nº candidaturas rescindidas ou revogadas) / Nº candidaturas selecionadas]

2. Metodologia

34. O Caderno de Encargos (CE) que suporta a presente avaliação identifica diversas opções de aprofundamento que se tornam gradualmente mais exigentes em função da existência (ou não) de outras avaliações realizadas que tenham incidência sobre os Objetivos Específicos do PO. A grande maioria das medidas do PO encontram-se abrangidas pela opção menos exigente do ponto de vista da avaliação (Opção 2.1), focando-se na análise da eficácia e eficiência, através da análise do alcance dos resultados esperados, mobilizando técnicas qualitativas e quantitativas de recolha de informação - ver Quadro A27.
35. O CE não identifica tipologias de intervenção sujeitas à opção de aprofundamento mais exigente (opção 2.2), a qual exigia a “Identificação do contributo específico do PO para o alcance dos resultados, mobilizando métodos de avaliação de impacto, em particular o método de “Avaliação Baseada na Teoria” e/ou o método de “Avaliação Contrafactual”, implicando a estruturação da Teoria da Mudança subjacente.
36. A presente avaliação recairá assim com maior exigência sobre as tipologias de intervenção (TI) incluídas na Opção 1.2, que prevê uma abordagem ancorada nas conclusões das avaliações temáticas e a sua aplicação ao PO temático, mobilizando técnicas de recolha de informação simples, como sejam a auscultação de *stakeholders* ou especialistas da temática. As TI sujeitas à opção de aprofundamento 1.2, são as seguintes:
- ▶ **PI 1.2:** Promoção do investimento das empresas em investigação e inovação (Não PME);
 - ▶ **PI 2.3:** Reforço das aplicações de TIC na administração em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha;
 - ▶ **PI 3.2:** Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização;
 - ▶ **PI 3.3:** Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços (apoios a PME);
 - ▶ **PI 8.5:** Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança (FSE);
 - ▶ **PI 11.1:** Investimento na capacidade institucional e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a nível nacional, regional e local, tendo em vista a realização de reformas, uma melhor regulamentação e uma boa governação.
37. Ainda que o CE não exija a aplicação da Avaliação Baseada na Teoria nas TI referidas acima, a equipa de avaliação, a equipa de avaliação optou por estruturar a Teoria da Mudança (TdM) subjacente às TI da opção 1.2 com base nas TdM presentes em exercícios de avaliação anteriores com âmbitos semelhantes.
38. A Teoria da Mudança é uma representação gráfica e sistematizada do que é preciso que aconteça para que os resultados desejados se concretizem, isto é, do encadeamento das várias realizações e resultados intermédios que ocorrem em cada etapa da política ou programa, que despoletam a mudança e conduzem ao resultado de longo prazo e aos impactos. Estabelece-se assim um quadro lógico testável, nomeadamente no que respeita aos pressupostos, riscos e mecanismos que lhe estão associados (Figura A7).
39. As TdM subjacentes às TI referidas são apresentadas na Figura A8, incluindo o quadro lógico de intervenção e os pressupostos e riscos considerados nas avaliações temáticas do PT2020. A codificação dos pressupostos e riscos assenta nos seguintes princípios:
- ▶ Pressupostos ou riscos de aplicação generalizada ou comum a vários domínios/TI são identificados como “Pressupostos Gerais (PG)” ; os que são de aplicação apenas a uma ou duas TI são identificados como “Pressupostos Específicos (PE)” ;
 - ▶ O posicionamento do pressuposto ou risco no quadro lógico é identificado por uma numeração romana: I - das atividades para as realizações, II - das realizações para os resultados e III - dos resultados para os impactos.
40. Não se pretendendo nesta avaliação testar os pressupostos e riscos de forma sistemática, foram tidos em consideração aqueles que se revelam importantes para responder às QA (na figura estão assinalados com cores que correspondem às QA). Assumindo sempre como ponto de partida os resultados das avaliações temáticas, a análise dos pressupostos e riscos foi efetuada através do cruzamento de diferentes métodos de recolha de informação, conforme explicitado no Quadro A29.
41. No Quadro A28 são apresentados os indicadores de realização e resultado do PO que estão subjacentes à cadeia de resultados nas TI consideradas.

Técnicas de recolha de informação

42. A abordagem metodológica foi ancorada num leque diversificado de métodos e técnicas de recolha de dados, de tratamento e análise de informação quantitativa e qualitativa, selecionados em função das opções de aprofundamento previstas no Caderno de Encargos. A forma incremental como foram estabelecidos os métodos em função das opções de aprofundamento é apresentada no Quadro A27.
43. Foram realizadas entrevistas (cujas sínteses podem ser consultadas no Anexo 5.) a diversos stakeholders, nomeadamente: COMPETE (Secretariados Técnicos dos eixos I, II, III, IV, V, VII e VIII, ouvidos individualmente); AG PO Norte; AG PO Centro; AG PO Lisboa; AG PO Alentejo; AG PO Algarve; AICEP; IAPMEI; Turismo de Portugal; FCT; ANI; Banco Português de Fomento, DGEstE. No decorrer deste processo, a identificação dos representantes de cada entidade a contactar para efeito da entrevista foi coordenada com o COMPETE.
44. Foram realizados quatro Estudos de Caso, incidindo sobre as seguintes TI: Atividades de I&D Empresarial, Qualificação e inovação das PME, Formação-Ação e Capacitação e modernização das administrações e dos serviços públicos. As respetivas fichas-síntese estão no Anexo 4.12, as quais foram utilizadas na resposta às QA.
45. Os Focus Group realizados juntaram um número muito significativo de stakeholders, subordinados aos seguintes temas: i) I&DT e Inovação (Eixo I); ii) Competitividade Empresarial (Eixo 2 / destinatários formação e custos contexto); iii) Capacitação e Modernização Administrativa - Eixos 2 e 5; iv) Transportes - Eixo 4 e REACT-EU (Eixos 7 e 8). As sínteses dos resultados destas sessões podem ser consultadas no Anexo 4. Anexo 4.1.
46. A estratégia de inquirição foi operacionalizada a partir de três questionários: um dirigido a beneficiários empresariais com operações CRII e REACT-EU (784 respostas obtidas), outro a beneficiários empresariais sem operações CRII e REACT-EU (511 respostas obtidas) e, por fim, a promotores não empresariais (660 respostas).
47. Tratando-se de uma avaliação de impacto, centrada nos resultados das intervenções e no seu impacto, idealmente deveriam ser alvo de análise apenas os projetos concluídos. Tendo em consideração o nível de execução do PO a 31 de dezembro de 2021, essa opção foi reequacionada e foram inquiridos todos os promotores (com operações aprovadas e com 70% de execução financeira). O quadro seguinte faz uma breve descrição das principais etapas de operacionalização dos inquéritos e apresenta as respetivas taxas de resposta.
48. Os questionários aplicados e os resultados do tratamento das respostas aos inquéritos, assim como a comparação das características dos respondentes com o universo de promotores, são apresentados nos anexos compreendidos entre o Anexo 4. Anexo 4.6 e o Anexo 4. Anexo 4.11.

Quadro 3. Principais etapas de operacionalização dos inquéritos e valor final das amostras (respostas válidas)

Inquéritos	Período de lançamento	Datas das ações de follow-up	Universo	Respostas válidas	Taxa de resposta
Beneficiários empresariais <u>com</u> operações CRII e REACT-EU	10/03/2023 a 04/04/2023	13/03/2023, 16/03/2023 e 20/03/2023	2.720	784	29%
Beneficiários empresariais <u>sem</u> operações CRII e REACT-EU	09/03/2023 a 10/04/2023	13/03/2023, 16/03/2023 e 30/03/2023	1.152	511	44%
Promotores não empresariais	09/03/2023 a 10/04/2023	13/03/2023, 16/03/2023 e 22/03/2023	1.067	660	29%

Fonte: EY-Partheno

3. Resposta às questões de avaliação

3.1. Questão de Avaliação 1 - Eficácia

QA1. Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser, atingidos? Qual o contributo do PO e como se explica o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?

49. O COMPETE registava, à data de reporte da presente avaliação (31/12/2021), uma taxa de compromisso de 126% e uma taxa de realização de 55%, valores alinhados com a média do PT2020 (111% e 58%, respetivamente). A taxa de compromisso reflete, em termos globais, uma adequação da tipologia dos apoios do COMPETE aos beneficiários-alvo, ainda que a taxa de realização se encontre bastante abaixo do desejado para esta fase do período de programação.
50. Os apoios dirigidos à investigação, competitividade e internacionalização (integrados nos Eixos 1 e 2 do PO) registavam taxas de compromisso altas (156% e 152%, respetivamente) e as taxas de realização mais elevadas do Programa, demonstrando uma elevada procura pela generalidade das Tipologias de Intervenção (TI) neles enquadradas, o que se traduziu numa maior capacidade acomodação de desistência e quebras execução sem implicações de maior na execução financeira do PO nos dois eixos em apreço. Em contraponto, os eixos relativos ao REACT-EU (Eixos 7 e 8) exibiam montantes aprovados inferiores à dotação programada, dado que o lançamento dos respetivos avisos apenas teve início em 2021, existindo ainda candidaturas em análise à data de reporte. Destes, destaca-se o Eixo 8, que apenas apresentava duas operações na área da educação (testagem nas escolas e recuperação de aprendizagens), envolvendo montantes de financiamento significativos (cerca de 132 M€), mas sem execução.
51. A avaliação da eficácia que se segue centra-se na análise do alcance das metas previstas nos indicadores do PO, a qual depende, em primeira instância, da capacidade de captar procura qualificada (a que cumpre os critérios de elegibilidade e mérito) e, posteriormente, da capacidade de executar os projetos de acordo com o previsto em candidatura. A análise da eficácia teve em consideração as temáticas associadas a estas duas componentes, fazendo-se primeiro uma apreciação geral e, depois, uma análise por eixo, mais densa, nas temáticas objeto de aprofundamento identificadas no Caderno de Encargos.

Em termos globais perspetiva-se o alcance da maioria das metas definidas na última reprogramação (abril 2021). A maioria dos concursos lançados foi capaz de mobilizar procura qualificada (a grande exceção foram os concursos do empreendedorismo qualificado e criativo, que aliaram fraca adesão a um baixo nível de aprovação), num quadro de taxa global de aprovação elevada, onde a fase de admissibilidade se revelou o momento fundamental de seleção das candidaturas e a análise de mérito assumiu apenas a função de hierarquização dos projetos admitidos.

52. Sem prejuízo da análise detalhada por Eixo, em especial para as TO que constituem domínios de aprofundamento, em termos globais o alcance das metas à data de reporte da avaliação revela-se positivo - cerca de 69% das metas mensuráveis³ exibem um nível de realização efetivo igual ou superior a 80% - ainda que desequilibrado entre eixos, sendo o Eixo 6 o que apresenta a totalidade dos indicadores com realizações elevadas.
- Ainda assim, 13% dos indicadores apresentam níveis de realização efetivos abaixo dos 50% (destacando-se o Eixo 5 com 50% dos indicadores, o Eixo 4 com 33% e o Eixo 1 com 25%, com especial ênfase na PI 1.1), pelo que deverá persistir o acompanhamento da execução por parte da AG e dos OI, assim como o efetuado pela AG em termos de reprogramação. Verifica-se, neste contexto, a validação parcial do pressuposto PG II.1 "As operações apoiadas alcançam os resultados contratualizados".
53. A grande maioria dos promotores salienta que a crise pandémica, bem como a guerra na Ucrânia condicionaram significativamente as realizações dos projetos, afetando, por consequência, o cumprimento das metas estabelecidas (Figura A39), validando o risco RG II.1 "Evolução económica e financeira do país e dos mercados relevantes dos projetos condiciona o alcance dos resultados previstos pelos promotores".
54. A análise por PI (263) dos AAC lançados evidencia níveis muito satisfatórios (superiores a 75%) de procura qualificada⁴ em 61% dos AAC, revelando nestes casos elevada capacidade de atração de projetos que cumprem os critérios de admissibilidade definidos pelo PO. De facto, e de acordo com os momentos de auscultação (entrevistas e *focus group*) observou-se uma maior adesão das empresas portuguesas e uma maior preparação

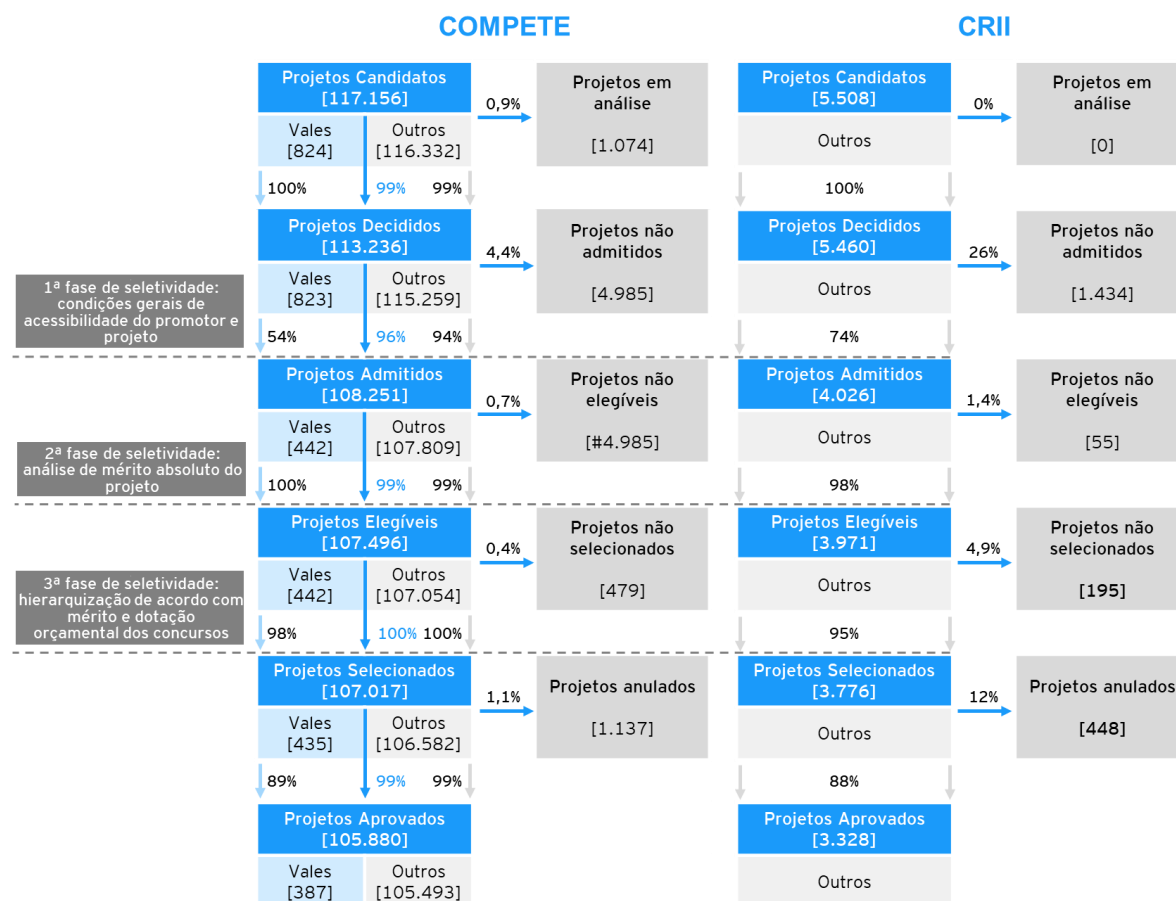
³ As que apresentam valores disponíveis.

⁴ Índice de Procura Qualificada = Incentivo aprovado/ Dotação Fundo AAC.

dos projetos submetidos. Daqui resulta a validação do pressuposto PG I.3 “Nível de procura pelos instrumentos de apoio induz a seletividade (de promotores e projetos), potenciando as realizações e resultados”.

55. As maiores dificuldades na mobilização de projetos em condições de aprovação ocorreram no Eixo 2, nomeadamente na PI 3.1 (Empreendedorismo qualificado e criativo), em que a uma procura mais moderada se aliou uma baixa taxa de aprovação bruta (em torno dos 33%), justificada em parte (com base no *focus group* “I&DT e Inovação” e “Competitividade Empresarial”) pelas baixas taxas de financiamento que culminam num peso de autofinanciamento no investimento em I&D ainda elevado (cerca de 25%).
56. Neste sentido, ainda que não se verifique o RG I.1 “Alterações do contexto (político, institucional, regulamentar), com reflexos na mobilização e na execução dos projetos aprovados”, valida-se parcialmente o RG I.3 “Dificuldades na implementação (capacidade de autofinanciamento, recursos humanos adequados, capacidade de concretização das ações previstas em candidatura....) limitam o desenvolvimento dos projetos apoiados.”
57. Uma análise mais detalhada do processo de seleção dos projetos (Figura 2) mostra que, à data de reporte, o número de projetos que se encontrava ainda em processo de análise era reduzido, sendo que no âmbito das CRII (COMPETE e PO Regionais) todos os projetos já tinham sido decididos. No COMPETE, 1.074 dos projetos candidatados ainda se encontravam em análise (72%, diziam respeito a medidas do APOIAR, do Eixo 7, cujos avisos foram lançados apenas em 2020).

Figura 2. Resultados quantitativos do processo de seletividade



Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do PT2020

58. A quase totalidade (96%) dos projetos candidatados ao COMPETE foram admitidos, sendo que as operações integradas nas TI de Valorização económica e transferência do conhecimento (Eixo 1) e no SIAC empreendedorismo (Eixo 5) foram as que revelaram mais dificuldades em apresentar as condições de elegibilidade necessárias. Uma vez admitidos, a grande maioria dos projetos superou a análise de mérito

(99%). As taxas de aprovação bruta⁵ e líquida⁶ entre os projetos elegíveis no âmbito do COMPETE mostraram-se, também, bastante elevadas (95% e 99,6%, respetivamente), apontando para um alto nível de qualificação dos projetos apresentados ao PO (com valores mais baixos apenas ao nível das medidas do SAICT - Prog. Ativ. Conjuntas, Inovação Produtiva - COVID-19 e SIAC), mas também para a quase total irrelevância da análise de mérito no processo de aprovação (critérios de mérito dos AAC revelam assim pouca capacidade de seleção das candidaturas e são sobretudo úteis para hierarquização dos projetos elegíveis quando a dotação do concurso se revela insuficiente para acolher todas as candidaturas com mérito).

59. Apesar do COMPETE se revelar pouco seletivo, este resultado deve-se sobretudo ao peso dos projetos REACT-EU, que representaram cerca de 64% do total dos projetos aprovados e que apresentaram uma taxa de aprovação bruta de 98%. Com efeito, **a ausência da contabilização dos projetos aprovados no âmbito dos Eixos 7 e 8 aumenta o nível de seletividade do PO de 95% de aprovação para 89%**. Numa análise mais fina, observa-se que o nível de seletividade do PO é menor nas TI promovidas por entidades públicas ou sem fins lucrativos (por exemplo, no APOIAR e RAIT, 98% e 88%-100%, respetivamente), mas superior entre os projetos empresariais (sobretudo naqueles integrados nas TI Empreendedorismo qualificado e criativo e SIAC, 33% e 45%, respetivamente).
60. A qualidade dos projetos candidatos observada no âmbito das análises das candidaturas é transposta para a realização dos projetos, onde a taxa de rescisão/ anulação foi de apenas 1% (ainda que significativa em projetos de promoção das TIC na Administração Pública - SAMA, 24%, no Eixo 2, e 17% no Eixo 5).
61. Já no que se refere aos projetos CRII (COMPETE e PO Regionais), a taxa de admissibilidade⁷ foi significativamente inferior - apenas 74% dos projetos passaram a primeira fase de seletividade - e muito influenciada pelas operações candidatas integradas na TI de CRII - Qualificação e inovação das PME (93% dos projetos CRII). A mais baixa taxa de admissibilidade teve reflexo na taxa de aprovação bruta, que ficou pelos 69%, penalizada pelas operações direcionadas às PME, que apresentaram consistentemente taxas de aprovação inferiores às médias do PO. Ainda assim, a taxa de aprovação líquida dos projetos selecionados no âmbito das CRII (95%) revela que existe ainda espaço para financiar projetos que cumpram os critérios de mérito e elegibilidade.
62. Por fim, refira-se que os projetos das CRII também revelaram taxas de anulação superiores às observadas para o COMPETE, alcançando os 12% (níveis semelhantes entre os PO, fortemente influenciados pelos projetos integrados na TI de Qualificação e inovação das PME).
63. Uma comparação entre PO Regionais e COMPETE ao nível dos projetos CRII no respeitante ao processo de seletividade permite concluir que não existiram diferenças assinaláveis. Com efeito, relativamente às taxas de admissibilidade, todos os PO apresentam valores próximos da média (74%), com exceção do PO Alentejo (66%), no qual cerca de um terço dos projetos decididos não foi admitido. As taxas de aprovação brutas foram, assim, menores no PO Alentejo (63% e face a 69% na média dos CRII) e mais elevadas no PO Algarve (78%, sendo que todos os projetos admitidos foram selecionados).
64. A maior discrepância na seletividade entre PO Regionais e COMPETE ocorreu na terceira fase de seleção (análise de mérito relativo), sendo que, no primeiro caso, todos os projetos elegíveis foram selecionados, com exceção do PO Norte, que não selecionou cerca de 8,6% dos projetos, valor semelhante aos projetos do COMPETE (8,5%), impactando negativamente as respetivas taxas de aprovação líquidas (91%, em ambos os PO).

Investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação (Eixo 1)

O Eixo 1 acomodou a segunda maior dotação programada do PO e a taxa de compromisso mais elevada, concentrando as suas operações e incentivo aprovado nas regiões Norte e Centro. As operações empresariais da PI 1.2 incorporaram a maior parte dos incentivos concedidos no eixo: 80% do total de incentivo aprovado, em resultado de projetos de maior dimensão, com forte influência do SI Inovação Produtiva de Não PME.

65. O Eixo 1 do COMPETE enquadrou 2.836 operações apoiadas, representando 2,7% do total de projetos apoiados pelo PO, 31% do incentivo aprovado e a segunda maior dotação programada do PO para o período de execução (1.482M€, correspondente a 25% do total). Envolveu, no essencial, medidas de reforço da investigação e promoção do desenvolvimento tecnológico e da inovação, com enfoque, por um lado, nas infraestruturas, capacitação da excelência e promoção de centros de competência em investigação e inovação (I&I) (associadas

⁵ Taxa de Aprovação Bruta = Projetos selecionados/ Projetos com análise concluída

⁶ Taxa de Aprovação Líquida = Projetos selecionados/ Projetos com mérito

⁷ Taxa de Admissibilidade = Projetos Admitidos/ Projetos com análise concluída

à PI 1.1) e, por outro lado, na promoção do investimento das empresas na investigação e desenvolvimento (I&D) (associadas à PI 1.2).

66. Observou-se uma dispersão regional significativa dos projetos apoiados, dado que 37% das operações foram de natureza multirregional, equivalendo a 32% do fundo comunitário aprovado. Não obstante, foi na região Norte onde se registou uma maior concentração operações aprovadas e do fundo aprovado (cerca de 40% em ambas as variáveis), seguida da região Centro, que absorveu cerca de um quarto das operações e do incentivo aprovado.
67. À data de reporte da avaliação, o Eixo 1 registou a maior taxa de compromisso do PO (156%, conforme Figura 1), justificada pela expectativa mais elevada de quebra na execução dos projetos nestas tipologias de investimento em I&I (investimentos tipicamente de maior risco, em particular nos promovidos por empresas) e que se traduziram em cerca de 52% dos projetos aprovados e cerca de 79% do apoio concedido no eixo (Quadro 1).
68. A generalidade do apoio aprovado no Eixo 1 foi distribuída pelas tipologias de operação “49- Investimento empresarial em inovação de não PME” (39%) e “47- Atividades de I&D empresarial” (38%) da PI 1.2 e a “45- Investigação científica e tecnológica” (20%) da PI 1.1.
69. A PI 1.1 absorveu 46% do total de operações do Eixo 1 e 20% do incentivo aprovado, ao passo que a PI 1.2 absorveu 54% do total de operações do Eixo e 80% do total de incentivo aprovado (dada a maior dimensão dos projetos, com forte influência do SI Inovação Produtiva de Não PME). Face à natureza e diversidade de tipologias de apoio, foi na PI 1.2, vocacionada para o apoio ao setor empresarial, que se concentraram a generalidade (84%) dos avisos lançados neste Eixo, constituindo também a PI que apresentou o maior número de AAC associados (75) em comparação com as restantes e que inclui os avisos lançados no CR II.

A adesão das entidades não empresariais (PI 1.1) revelou-se superior à das empresas (PI 1.2), com estas últimas a apresentarem maior dificuldade em registar níveis de procura qualificada elevados, em função da menor adesão à I&D empresarial e a exigente seletividade. Observou-se uma baixa adesão das entidades para interação com entidades estrangeiras.

70. A maioria (66%) dos 75 AAC lançados no âmbito dos Eixo 1 ocorreu na primeira metade do período de programação. No âmbito global, registou-se uma procura mais constante na PI 1.1, com mais de metade dos avisos (54%) a contratualizar acima da dotação colocada a concurso. Já na PI 1.2, não obstante o elevado número de AAC, verificou-se uma menor adesão, com cerca de 51% dos avisos a não esgotarem a dotação. Esta dificuldade em atingir níveis mais altos de procura qualificada (a procura que cumpre as condições de elegibilidade e de mérito) é consequência de um quadro de menor adesão à I&D empresarial, assim como do elevado nível de seletividade associado às operações da PI 1.2. Cerca de 40% das operações não foram aprovadas, sendo que 20% das candidaturas não passaram a fase de admissibilidade e, das restantes, 10% não passaram na análise de mérito. Em concreto, o momento de auscultação focus group indicou que esta quebra na procura qualificada encontra algum fundamento na menor atratividade dos apoios do COMPETE para os promotores empresariais, por motivos relacionados com a não previsibilidade dos AAC e a burocracia e complexidade inerente aos procedimentos de preparação das candidaturas (neste último caso, em comparação com outros apoios europeus).
71. As tipologias de intervenção “46- Valorização económica e transferência do conhecimento científico e tecnológico” e “48- Clusters e redes de inovação” (associadas à PI 1.2), ambas desenvolvidas no âmbito dos SIAC, destacam-se com os menores níveis de procura, tendo sido sinalizado no processo de auscultação que a tipologia de projetos do AAC do SIAC (Redes e Outras Formas de Parceria e Cooperação) “b) Participação em iniciativas europeias de colaboração e troca de experiências entre Estados Membro no âmbito da clusterização e de I&DI, nomeadamente plataformas tecnológicas” revelou uma reduzida apetência das entidades para a interação com entidades estrangeiras (desafio também partilhado com a medida I&DT- Internacionalização associada à TI 47- Atividades de I&D empresarial). Concretamente, no que concerne a esta última medida, a fraca adesão (com base nas entrevistas) relaciona-se com o facto de esta constituir uma nova medida neste período de programação e, porventura, a sua divulgação ter sido insuficiente e/ou ineficaz. O COMPETE praticamente não apoiou candidaturas neste âmbito, tendo em conta as delimitações de financiamento entre os PO, em que o COMPETE apoia as médias e grandes empresas e, no caso das ENESII, as operações não financiadas pelos PO Regionais⁸.

⁸Regulamento específico do domínio da Competitividade e Internacionalização, Portaria n.º 57-A/2015.

Quadro 4. COMPETE - Indicadores e respetiva execução a 31/12/2021 - Eixo 1

PI/ Tipo de Indicador	Indicador - Descritivo	Un.	Meta 2023	Valor Contratado	Taxa de Realização Efetiva (op. concluídas)	Taxa Realização Contratada
Eixo 1 - Investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação						
PI 1.1. Resultado	Proporção de pessoal ao serviço equivalente a tempo integral (ETI) em atividades de investigação e desenvolvimento na população ativa (excluindo as unidades do setor empresas)	%	4,8-5,2	5,7	114%	
PI 1.1 Realização	Número de investigadores a trabalhar em infraestruturas de investigação melhoradas	ETC	290	481	27%	166%
	Projetos de I&D apoiados	N.º	950	1 286	36%	135%
	Infraestruturas de investigação apoiadas	N.º	11	13	36%	118%
	Valor das subvenções para pesquisa e desenvolvimento no COVID-19	M€	5,5	N/A ⁹	N/A	N/A
PI 1.2 Resultado	Receitas oriundas de fundos de empresas no financiamento das instituições de I&D	%	3-4	3,10	89%	
	Despesa das empresas em I&D no VAB	%	1,5-1,8	1,22	74%	
	Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço com atividades de inovação tecnológica e cooperação para a inovação no total de empresas	%	20-30	18,00	72%	
	Volume de negócios associado à introdução de novos produtos para o mercado no total do volume de negócios de empresas com inovações de produto (Não PME do inquérito comunitário à inovação)	%	10-15	10,20	82%	
PI 1.2 Realização	Nº de empresas que recebem apoio	N.º	900	1 158	83%	129%
	Nº de empresas que recebem subvenções	N.º	900	1 158	83%	129%
	Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)	M€	1400	2 774	113%	198%
	Aumento do emprego em empresas apoiadas	ETC	6 500	15 593	151%	240%
	Nº de empresas em cooperação com instituições de investigação	N.º	480	794	82%	165%
	Nº de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos no mercado	N.º	85	170	144%	200%
	Projetos de transferência e utilização de conhecimento	N.º	30	21	63%	70%
	N.º de empresas apoiadas em I&D e Inovação produtiva para a criação de novos produtos, processos e sistemas de combate à COVID-19 (Subconjunto CO02)	N.º	58	110	176%	190%
Projetos de I&D apoiados	N.º	750	1 176	84%	157%	

Nota: Taxa de realização efetiva - a verde, indicadores com 80% ou mais de realização; a amarelo, indicadores com realização entre 50% e 80%; a vermelho, indicadores com 50% ou menos de realização. Taxa de realização contratada - a verde, indicadores com 100% ou mais de realização; a amarelo, indicadores com realização entre 80% e 100%; a vermelho, indicadores com menos de 80% de realização. Valor da meta do indicador reduzido em reprogramação. Valor da meta do indicador aumentado em reprogramação.

Fonte: EY-Parthenon com base nos SI do COMPETE

⁹ Valor não chegou a ser mobilizado.

A taxa de execução financeira do Eixo 1 do COMPETE encontra-se aquém da média do PO, maioritariamente penalizada pelos níveis mais baixos de realização dos projetos empresariais (PI 1.2) em comparação com os não empresariais (PI 1.1). A previsão de alcance das metas por parte dos promotores não empresariais é mais positiva do que a das empresas.

72. Não obstante a elevada taxa de compromisso deste Eixo do COMPETE, o nível de execução financeira (48%) das suas operações situava-se abaixo da média do PO (55%), sendo que os projetos promovidos maioritariamente pelas empresas (PI 1.2) registavam menor nível de realização (47%) face aos promovidos por entidades públicas (PI 1.1, 63%).
73. Concretamente, numa análise ao alcance dos indicadores de realização contratualizados da PI 1.1 (Quadro 4), verifica-se que as metas definidas para 2023 foram ultrapassadas, ressalvando-se o apoio a 1.286 projetos de I&D, culminando numa taxa de realização contratada de 135%. Neste indicador estão incluídos apoios a projetos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico (1.121 projetos), programas de atividades conjuntas (14 projetos), programas integrados de IC&DT (61 projetos), projetos de proteção de direitos de propriedade industrial (88 projetos) e projetos de internacionalização de investigação e desenvolvimento (2 projetos). De notar que a meta do indicador de número de projetos apoiados foi reprogramada em baixa face a 2014 (de 2000 para 950), tendo ficado, porém, aquém da meta inicial. As operações selecionadas ultrapassam já o valor alvo, facto resultante em parte do concurso 02/SAICT/2017 - Projetos de IC&DT - que registou um número elevado de candidaturas e de aprovações, que inicialmente não estava previsto.
74. Entende-se ainda que o número de infraestruturas de investigação apoiadas (13), com destaque para as áreas de Infraestruturas Digitais (12,7 M€ de incentivo, tendo em conta a reprogramação financeira de um projeto de uma infraestrutura realizado em 2019), Ciências do Ambiente (7,3 M€) e Ciências Médicas e Biológicas (6 M€), com uma taxa de realização contratada de 118%, é relevante para suportar estes projetos de I&D, na medida em que são elementos essenciais do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e que se posicionam a montante do ciclo de inovação, sustentando avanços científicos e tecnológicos e reforçando a capacidade da comunidade de I&D em Portugal (e.g. mais recursos humanos e de capital, aumento de escala e ligação em rede, maior facilidade de geração de sinergias, etc.), potenciando, ao mesmo tempo, uma participação mais ativa em projetos europeus e internacionais. Salienta-se que, para apoio a estas infraestruturas científicas, foram lançados dois AAC (em 2016 e 2017).
75. As metas não foram alcançadas para ambos os indicadores, considerando as operações concluídas à data de reporte desta avaliação. Ainda assim, existe a possibilidade das mesmas serem atingidas, embora se verifiquem desafios ao nível da sua execução (devido à elevada burocracia e ao contexto pandémico) que se poderão traduzir em quebras de execução. A este nível, refira-se que a previsão de alcance das metas por parte dos promotores não empresariais é muito positiva, com quase 100% do investimento elegível aprovado associado a operações que alcançaram e/ou esperam alcançar os indicadores contratados (de acordo e/ou acima do contratado) (Figura A41).
76. A generalidade dos indicadores de realização das operações da PI 1.2 (Quadro 4) ultrapassa já as metas previstas, num cenário em que as metas iniciais foram aumentadas em reprogramação, à exceção da meta do indicador de Projetos de transferência e utilização de conhecimento. Este panorama de ampliação das metas justifica-se, essencialmente, pelo aumento da dotação disponível.

Apesar de se verificar, ao longo dos quadros comunitários, uma aposta crescente nos projetos que permitem fortalecer a articulação entre a Academia e as empresas, os resultados mais modestos no que se refere à efetiva transferência de tecnologia para as empresas e a opinião dos stakeholders evidenciam não existir ainda uma cultura suficientemente enraizada de exploração de lógicas colaborativas que estimule o envolvimento dos vários atores

77. O COMPETE procurou no Eixo 1 (além dos Eixos 2 e 3) promover o apoio e facilitação da cooperação entre o SCTN e o tecido empresarial, assim como, colmatar as insuficientes condições de contexto à atividade empresarial. No universo das operações deste Eixo, cerca de 23% são projetos em co-promoção ou associados a transferência de conhecimento científico e tecnológico (e.g. I&DT - Copromoção). A auscultação revelou que tem existido um forte dinamismo das entidades não empresariais na sua abordagem às empresas (e vice-versa), verificando-se, ainda, uma maior aposta neste período de programação em projetos de natureza mais colaborativa, refletido no alcance e superação da meta contratualizada, à data de corte da avaliação (com reprogramação em alta) do indicador de realização (PI 1.2) do “Número de empresas em cooperação com instituições de investigação”. Os laboratórios colaborativos (CoLAB) têm contribuído, também, para robustecer as dinâmicas de conhecimento e inovação, dado que fazem a ligação entre o SCTN e as empresas (e.g. nas áreas de TIC, aeronáutica ou agroalimentar).
78. O estudo de caso do projeto “FlexStone: Novas Tecnologias para a Competitividade da Pedra Natural” (Anexo 1), enquadrado na PI 1.2 e TI “47- Atividades de I&D Empresarial”, permite confirmar a margem de progressão de Portugal ao nível da transferência de conhecimento científico para as empresas, refletindo-se nos resultados das empresas do setor e nos projetos desenvolvidos. De facto, existe uma gama de conhecimento científico que

é comum a vários setores industriais e o seu desenvolvimento permite a disseminação/ fertilização cruzada de tecnologias que são desenvolvidas a montante e que são implantadas e disseminadas em vários setores, estimulando a interação e promovendo a cooperação Academia-Empresas, que se mostra fulcral para potenciar o sucesso das estratégias de competitividade, inovação e internacionalização da economia nacional.

79. Não obstante, esta interação Academia-Empresa parece ainda não ser suficiente, como reflete o indicador “Projetos de transferência e utilização de conhecimento”, que contrasta com taxas de realização efetivas e consolidadas abaixo dos 80%, mesmo com o valor da meta do indicador reduzido em sede de reprogramação. Note-se que, até ao final de 2020, foram lançados dois AAC, um dos quais sob a forma de convite. Em 2017, tiveram lugar as primeiras aprovações nesta tipologia. A novidade da tipologia e a falta de histórico junto dos beneficiários pode explicar a reduzida procura. A necessidade de maior reflexão na construção dos AAC e de maior difusão junto dos potenciais beneficiários por parte da AG, levaram a uma operacionalização mais tardia. Em 2021, foram abertos mais dois AAC, um deles em forma de convite, cujas aprovações e contratualização só vieram a ocorrer em 2022 e que permitem o cumprimento da meta definida para 2023. No entanto, apesar dos progressos na capacitação do ecossistema ao longo dos quadros de programação dos FEEI, as entrevistas realizadas enfatizam o facto de ainda não existir uma cultura suficientemente enraizada de exploração de lógicas colaborativas que estimule o envolvimento dos vários atores (universidades, empresas, etc.).
80. Apesar das várias iniciativas neste domínio, não parece, à data do reporte, que o COMPETE e os POR estejam a conseguir estimular suficientemente estas relações de parcerias, de forma a conseguir atingir uma valorização do conhecimento efetiva (e.g. patentes, inovação) e mais intensa. O funcionamento da Rede do Sistema de Apoios à I&D&I e Estratégia de Especialização Inteligente mostra que ainda existe margem para um maior fomento desta cooperação/interação que permita atenuar as falhas no ecossistema de inovação.
81. Não obstante, de forma geral, a maioria dos promotores empresariais inquiridos com operações do Eixo 1 (88%, representando 79% do investimento elegível), perspetivam alcançar e/ou ultrapassar as metas previstas nos indicadores contratados com o COMPETE (Figura A29), confirmando o PE II.10 - Condições de ecossistema (e.g. sistema de I&I maduro e completo, cadeias de abastecimento) é propício à execução dos projetos e alcance das metas definidas nos projetos. Pode-se constatar ainda que, cerca de 10% dos inquiridos com projetos no âmbito do sistema de incentivos (operações representam 5% do investimento elegível), tem também projetos aprovados em algum instrumento de apoio à tesouraria das empresas (APOIAR - Apoio a fundo maneio em setores afetados pela crise pandémica), que permitiram alavancar a execução do investimento e concretização dos resultados obtidos (ou previstos) nos projetos do presente Eixo (e.g. permitiram às empresas atingir/ou aumentar a probabilidade de vir a atingir os resultados do projeto apoiado pelo COMPETE ou permitiram manter postos de trabalho fundamentais para concretizar os investimentos do projeto apoiado no âmbito dos sistemas de incentivos) (Figura A26).

Apesar dos vários constrangimentos à execução das operações do Eixo 1, a generalidade dos promotores perspetiva contributos significativos das suas operações ao nível da maior capacitação das entidades para inovar e internacionalizar. Observa-se, no entanto, um efeito ainda aquém do pretendido por parte das operações não empresariais em relação à maior articulação do SCTN com o tecido empresarial à implementação de estratégias de exploração comercial das inovações desenvolvidas

82. Embora se tenham verificado alguns entraves à execução dos projetos empresariais no Eixo 1 do COMPETE (Figura A30), no que concerne sobretudo ao (i) nível de carga burocrática/administrativa inerente aos processos de candidatura, que é demasiado elevado, tornando pouco ágil o acesso ao incentivo e a resposta a pedidos subsequentes, sendo o maior entrave ao desenvolvimento e investimento e (ii) a imprevisibilidade de abertura dos AAC, que implicou, por vezes, o adiamento dos investimentos devido à incerteza (em particular na adesão das empresas ao investimento em I&D), espera-se que os projetos apoiados contribuam (ou venham a contribuir, após a sua conclusão, através dos resultados alcançados) de forma expressiva para algumas dimensões chave do Programa (Figura A31).
83. Mais de 80% dos projetos (associados, igualmente, a mais de 80% do investimento elegível) deverão permitir aumentar a capacidade de I&D e inovação das empresas, o que, conseqüentemente, irá alavancar a criação/expansão da capacidade de produção de novos ou substancialmente melhorados bens/serviços, aumentando, assim, a diferenciação do portfólio global de oferta de bens/serviços da empresa. Estes fatores refletem-se ainda na perspetiva de aumento do grau de internacionalização da empresa (crescimento das exportações, da orientação exportadora e/ou da presença no exterior). Efetivamente, o sucesso das inovações e das ações apoiadas tem impactos relevantes no posicionamento competitivo das empresas apoiadas (PE II.9), sendo o estudo de caso “Flextone” (Anexo 4.12) também demonstrador deste facto, pois o desenvolvimento de dois equipamentos inovadores a nível mundial com aplicação direta no Setor da Pedra Natural capacitou o promotor líder ao nível do crescimento das suas vendas e exportações e entrada em mercados mais exigentes, reposicionando a empresa de forma mais competitiva. Estes efeitos alinham-se com o OT 1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação. Note-se que, muitos destes projetos, nomeadamente projetos de I&D, ainda não estão encerrados, o que dificulta a estimativa dos respetivos

impactos económico-financeiros e produtivos, ainda mais difíceis de prever quando estamos perante projetos cujos impactos são tendencialmente de longo prazo.

84. Do lado dos promotores não empresariais (Figura A42) das operações associadas a medidas SAICT (mais de 90% das operações), esperam-se fortes contributos ao nível da melhoria da qualidade da investigação científica e tecnológica, do aumento da produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente e, ainda, do aumento da colaboração com outras instituições de ensino superior ou outras entidades relevantes de I&D. Sublinha-se, por último, que as operações apresentam um contributo mais fraco ou mesmo nulo em termos de desenvolvimento de estratégias de exploração comercial das inovações desenvolvidas (através da venda de patentes e/ou de licenciamento). Para além disso, corroborando com os níveis de execução dos indicadores de realização, estima-se que o aumento da articulação das empresas com a academia e consequentes atividades de transferência de conhecimento, assim como o aumento das iniciativas de investimento em I&D+I em contexto empresarial, fiquem aquém do desejado, apesar da evolução positiva que se tem observado nos últimos anos, conforme apontado em sede de focus group.

O Eixo 1 também apoiou projetos dinamizados no âmbito do novo pacote CRII (Coronavirus Response Investment Initiative), emergente em abril de 2020 como resposta ao contexto pandémico. Concretamente, das 729 operações CRII aprovadas, 14% estão associadas a este Eixo, representando 36% do incentivo aprovado (do total de operações CRII)¹⁰ e uma taxa de execução financeira de 65%. Os incentivos CRII estimularam uma forte procura, que se traduziu no apoio a 110 empresas em I&D e Inovação produtiva, ultrapassando significativamente a meta inicial (58 empresas).

85. Em consequência da pandemia da COVID-19, a Comissão Europeia criou o pacote CRII (Coronavirus Response Investment Initiative), que visou promover o investimento, por via da mobilização das reservas disponíveis nos FEEI, prestando apoio financeiro aos Estados-Membros numa situação económica frágil a nível europeu (e mundial). Foi nesse âmbito que o Eixo 1 apoiou operações CRII, através de 104 projetos enquadrados nas tipologias de operações B7- CRII - Atividades de I&D empresarial e B8- CRII - Investimento empresarial em inovação de não PME, que representaram 36% do total do incentivo aprovado neste âmbito e com uma taxa de realização ainda nos 65%, mas acima da média do COMPETE. Às novas operações, e considerando a emergência na resposta, foram associadas apenas metas de realização, centradas no número de empresas apoiadas e no valor dos apoios.

Quadro 5. Iniciativa CRII - COMPETE e Programas Operacionais Regionais do Continente - Indicadores e respetiva execução a 31/12/2021 - Eixo 1

Tipo de Indicador	Indicador - Descritivo	Un.	Meta 2023	Valor Contratado	Taxa de Realização Efetiva (op. concluídas)	Taxa Realização Contratada
Eixo 1 - Investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação						
POCI						
PI 1.1. Realização	Valor das subvenções para pesquisa e desenvolvimento no COVID-19	M€	5,5	N/A ¹¹	N/A	N/A
PI 1.2 Realização	N.º de empresas apoiadas em I&D e Inovação produtiva para a criação de novos produtos, processos e sistemas de combate à COVID-19	N.º	58	110	176%	190%
PO Alentejo						
PI 1.1 Realização	Valor das subvenções para pesquisa e desenvolvimento no COVID-19	m€	900	255		28%
PI 1.2 Realização	N.º de empresas apoiadas em I&D e Inovação produtiva para a criação de novos produtos, processos e sistemas de combate à COVID-19	N.º	2	6	50%	300%
PO Algarve						
PI 1.2 Realização	Empresas apoiadas em I&D e inovação produtiva para a criação de novos produtos, processos e sistemas de combate à COVID-19	N.º	2	6	50%	300%

¹⁰ O universo das operações CRII abrange operações enquadradas no i) Eixo 1, nas TI B7- CRII - Atividades de I&D empresarial (medidas I&D - Copromoção - COVID-19, I&D - Individuais - COVID-19, I&D - Infraest. Ensaio e Otimização - COVID-19) e TI B8- CRII - Investimento empresarial em inovação de não PME (medida Inovação - Produtiva - COVID-19) e ii) no Eixo 2, na TI B9- CRII - Qualificação e inovação das PME (medidas ADAPTAR PME, Inovação - Produtiva - COVID-19).

¹¹ Valor não chegou a ser mobilizado. Em concreto, uma vez que existia overbooking no eixo 1, as verbas foram canalizadas para as outras medidas do eixo. Assim, apenas os PO regionais ficaram com essas verbas alocadas.

Tipo de Indicador	Indicador - Descritivo	Un.	Meta 2023	Valor Contratado	Taxa de Realização Efetiva (op. concluídas)	Taxa Realização Contratada
PO Centro						
PI 1.1 Realização	Valor das subvenções para pesquisa e desenvolvimento no COVID-19	M€	5	1,5	30%	
PI 1.2 Realização	N.º de empresas apoiadas em I&D e Inovação produtiva para a criação de novos produtos, processos e sistemas de combate à COVID-19	N.º	5	57	1140%	
PO Lisboa						
PI 1.2 Realização	N.º de empresas apoiadas em I&D e Inovação produtiva para a criação de novos produtos, processos e sistemas de combate à COVID-19	N.º	8	49	538%	613%
PO Norte						
PI 1.2 Realização	N.º de empresas apoiadas em I&D e Inovação produtiva para a criação de novos produtos, processos e sistemas de combate à COVID-19	N.º	25	53	184%	212%

Nota: **Taxa de realização efetiva** - a verde, indicadores com 80% ou mais de realização; a amarelo, indicadores com realização entre 50% e 80%; a vermelho, indicadores com 50% ou menos de realização. **Taxa de realização contratada** - a verde, indicadores com 100% ou mais de realização; a amarelo, indicadores com realização entre 80% e 100%; a vermelho, indicadores com menos de 80% de realização. 📌 Valor da meta do indicador aumentado em reprogramação.

Fonte: EY-Parthenon com base nos SI do COMPETE

86. O número de empresas apoiadas em I&D e Inovação produtiva para a criação de novos produtos, processos e sistemas de combate à COVID-19 no âmbito do COMPETE ultrapassou a meta contratualizada (58 versus 110), culminando numa taxa de realização efetiva e contratada de 176% e 190%, respetivamente. Note-se que quando foi realizada a reprogramação COVID-19, em julho de 2020, foi prevista uma meta (58 empresas), tendo por base dois AAC abertos (14/SI/2020 e 15/SI/2020). Todavia, foi mobilizado ainda um outro AAC relativo à Inovação Produtiva (17/SI/2020). Das 126 operações selecionados, foram apoiadas 110 empresas, concretamente, 86 empresas em projetos de I&DT e 24 empresas em projetos de inovação produtiva. Efetivamente, os incentivos CRII suscitaram uma forte procura por parte das empresas, a que se juntou um esforço de aprovação em *overbooking*, conduzindo a uma superação, em larga escala, da meta para 2023 em termos de valores à data de reporte.

Competitividade das PME (Eixo 2 - PI 3.1, 3.2 e 3.3)

O Eixo 2 abrange operações maioritariamente no domínio das Capacidades Avançadas das Empresas (PI 3.3), concentrando-se as operações, à semelhança do Eixo 1, nas regiões Norte e Centro. Em termos gerais, a procura qualificada dos AAC lançados neste Eixo ficou aquém esperado na PI 3.1 (Empreendedorismo), tendo também registado a menor taxa de admissibilidade e uma alta taxa de rescisão/anulação.

87. O Eixo 2 do COMPETE visa incrementar o empreendedorismo de qualidade e potenciar as oportunidades de negócio mais dinâmicas em domínios de inovação e capacitação empresarial. Assume uma relevância expressiva, enquadrando 34.331 operações apoiadas, que representaram 32% do total de projetos apoiados e 34% do incentivo aprovado (2.510 M€).
88. De forma geral, as operações deste Eixo associam-se a diferentes PI, com destaque para os projetos no domínio do apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços (PI 3.3), que representaram cerca de 96% do total de projetos deste Eixo. Diferentemente, as PI 3.2 (Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização) e 3.1 (Empreendedorismo - Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresa) apresentaram pesos residuais no total, respetivamente 3,6%, 0,08%.
89. Em termos geográficos, a região Norte respondeu por 40% do financiamento aprovado (1.002 M€) e 64% dos projetos (21.872), seguindo-se a região Centro (com 32% do financiamento e 29% das operações) e os projetos multirregiões (21% do financiamento e 1% das operações). O Alentejo é a região com menor representatividade no Eixo 2.
90. Mais de dois terços dos AAC deste Eixo 2 foram lançados entre 2014 e 2017, observando-se uma procura qualificada mais relevante nas PI 3.2 (Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização) e PI 3.3 (Concessão de apoio à criação e ao

alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços: apoios a PME), com mais de metade dos avisos (61% e 54%, respetivamente) a contratualizar acima da dotação colocada a concurso. Já a PI 3.1 (Empreendedorismo) revela uma menor procura, conjugada com uma reduzida taxa de admissibilidade face às restantes (34%). Em linha com os níveis de procura globais, os níveis de seletividade estão alinhados com a média do PO (95%), dado que 93% das candidaturas analisadas foram selecionadas.

A taxa de compromisso e a taxa de realização do Eixo 2 do COMPETE posicionam-se acima da média do programa. Ao nível da execução, a PI 3.2 (Internacionalização) foi a mais impactada pelo contexto pandémico, afetando a realização expetável dos projetos. Já a tipologia de operação D6 - APOIAR, integrada na PI 3.3, fruto do novo programa APOIAR, revelou-se a mais expressiva.

91. À data de reporte, o Eixo 2 do COMPETE registou uma taxa de compromisso (152%) e um nível de execução financeira (60%) acima da média do COMPETE (126% e 55%, respetivamente). Não obstante as taxas de reprovação ou rescisão mais elevadas no Eixo 2, em comparação com os restantes eixos, este Eixo posicionou-se com 86% dos projetos com taxas de realização superiores a 90%, e apenas 4% inferiores a 10%, podendo ser justificado pelo maior número de avisos publicados durante o período 2014-18 (54 avisos, que corresponderam a 66% dos AAC lançados no período de programação).
92. Verificaram-se ritmos de execução distintos entre PI, com a PI 3.2 (Internacionalização) a registar a taxa de realização mais baixa (54%) em comparação com as outras PI associadas a este eixo (PI 3.1 - 93%; PI 3.3 - 61%), maioritariamente justificada pelo constrangimento colocado pelos confinamentos e os seus efeitos restritivos nos processos de internacionalização. No caso da tipologia de operação, a TI "D6-APOIAR", destaca-se com a taxa de realização mais elevada (98%).
93. As novas necessidades de intervenção do COMPETE face às mudanças de contexto (e.g. inflação, pandemia, restrições nas cadeias de abastecimento) conduziram à flexibilização das TI/medidas, assistindo-se à criação de medidas COVID específicas e alterações em termos regulamentares para diminuir o impacto do contexto nos projetos. O programa APOIAR consistiu numa intervenção de apoio à tesouraria das empresas particularmente afetadas pelas medidas de confinamento, com o objetivo de assegurar e preservar a sua liquidez e a continuidade da sua atividade económica durante e após o surto pandémico. Estes pacotes de ajuda pública realizaram-se com menores entraves e restrições face a outros programas do COMPETE, conforme confirmado nos momentos de auscultação. Entende-se, assim, a mais elevada taxa de realização (e taxa de admissibilidade de 98% e de rescisão nula) desta tipologia de intervenção, fruto da menor exigência/restrições de candidatura e o apoio dado face ao carácter de urgência da situação.

Quadro 6. COMPETE - Indicadores e respetiva execução a 31/12/2021 - Eixo 2

Tipo de Indicador	Indicador - Descritivo	Un.	Meta 2023	Valor Contratado	Taxa de Realização Efetiva (op. concluídas)	Taxa Realização Contratada
Eixo 2 - Competitividade das PME						
PI 3.1 Resultado	Nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia e em serviços intensivos em conhecimento no total de nascimentos	%	2-3 ⬇️	192	77%	
PI 3.1 Realização	Nº de empresas que recebem apoio	N.º	330 ⬆️	192	55%	58%
	Nº de empresas que recebem apoio financeiro, que não sob forma de subvenções	N.º	330 ⬆️	192	55%	58%
	Nº de novas empresas apoiadas	N.º	330 ⬆️	192	55%	58%
	Aumento do emprego em empresas apoiadas	ETC	690 ⬆️	573	78%	83%
	Projetos de ações de capacitação para o empreendedorismo	N.º	23 ⬆️	26	113%	
PI 3.2 Resultado	Valor das exportações no volume de negócios das PME	%	22-27	17,8	73%	
PI 3.2 Realização	Nº de empresas que recebem apoio	N.º	2 500 ⬆️	3 104	90%	124%
	Nº de empresas que recebem subvenções	N.º	2 500 ⬆️	3 104	90%	124%
	Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)	M€	320	548	104%	171%
	Aumento do emprego em empresas apoiadas	ETC	800 ⬆️	1 227	91%	153%
PI 3.3	Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J, K, M e Q) com	%	57-65 ⬆️	46,8	77%	

Tipo de Indicador	Indicador - Descritivo	Un.	Meta 2023	Valor Contratado	Taxa de Realização Efetiva (op. concluídas)	Taxa Realização Contratada
Resultado	atividades de inovação no total de PME (empresas até 250 trabalhadores)					
PI 3.3 Realização	N.º de empresas que recebem apoio	N.º	1 500	25 922	1692%	1728%
	N.º de empresas que recebem subvenções	N.º	1 500	25 922	1692%	1728%
	Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)	M€	905	1 936	108%	214%
	Aumento do emprego em empresas apoiadas	ETC	6 750	11 187	89%	166%
	N.º de empresas apoiadas em Inovação produtiva para a criação de novos produtos, processos e sistemas de combate à COVID-19 (Subconjunto CO02)	N.º	585	612	98%	105%
N.º de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa	N.º	190	428	146%	225%	

Nota: **Taxa de realização efetiva** - a verde, indicadores com 80% ou mais de realização; a amarelo, indicadores com realização entre 50% e 80%; a vermelho, indicadores com 50% ou menos de realização. **Taxa de realização contratada** - a verde, indicadores com 100% ou mais de realização; a amarelo, indicadores com realização entre 80% e 100%; a vermelho, indicadores com menos de 80% de realização. Valor da meta do indicador reduzido em reprogramação. Valor da meta do indicador aumentado em reprogramação.

Fonte: EY-Parthenon com base nos SI do COMPETE

O panorama dos indicadores de realização evidencia uma maior dificuldade no alcance das metas na PI 3.1 (Empreendedorismo), parecendo encontrar justificação na menor taxa de aprovação bruta e uma alta taxa de rescisão/anulação. A crescer, a previsão de alcance das metas por parte dos promotores empresariais é mais conservadora no Eixo 2 em comparação com os promotores das operações do Eixo 1. Prevê-se um forte contributo dos projetos dinamizados em várias dimensões associadas aos objetivos do Eixo (I&D, internacionalização, melhoria das competências internas da empresa nas áreas do marketing/comercial).

94. O cenário de alcance dos indicadores de realização contratualizados (Quadro 6) é bastante positivo na PI 3.3 (Capacidades Avançadas), mesmo num contexto de aumento das metas face ao programado inicialmente. Importa ainda salientar que, independentemente das altas taxas de rescisão/anulação (devido a um fluxo elevado de pedidos de rescisão e/ou prorrogação dos contratos, pedidos de alteração das metas contratualizadas, entre outros), as metas foram, na globalidade, ultrapassadas.
95. No caso da PI 3.2 (Internacionalização), todas as metas também foram ultrapassadas, porém, numa situação em que a maioria das metas sofreu uma diminuição em sede de reprogramação.
96. Em sentido oposto, todos os indicadores de realização associados às operações da PI 3.1 (Empreendedorismo) registam taxas de realização abaixo dos 80%, mesmo com as metas reduzidas em sede de reprogramação, à exceção do indicador “Projetos de ações de capacitação para o empreendedorismo”, que é o único a exceder a meta em 13 p.p.. Em geral, os níveis de execução física desta PI podem estar associados à baixa taxa de aprovação bruta das operações da PI (34%) e à alta taxa de rescisão/anulação, de 10%.
97. Contrariamente ao verificado no Eixo 1, a maioria dos promotores empresariais inquiridos com operações no Eixo 2 (88%, representando 71% do investimento elegível), apresentam maior dificuldade em alcançar as metas previstas nos indicadores contratados com o COMPETE (Figura A29), esperando uma taxa de realização abaixo dos 80%. Este cenário encontra justificação desde longo nos constrangimentos decorrentes da pandemia COVID-19, mas num conjunto de constrangimentos (de acordo com o inquérito e confirmado nas entrevistas e focus group) como a morosidade dos prazos de análise das candidaturas e dos pagamentos do incentivo, assim como a falta de equipas técnicas qualificadas para acompanhamento dos projetos. As entrevistas aos vários stakeholders permitiram confirmar estes obstáculos, destacando-se que (i) os AAC são cada vez mais complexos e suportados por condições de difícil leitura, (ii) a execução do investimento está diretamente ligada a prazos para início de produção e fornecimento contratualizados com clientes, pelo que períodos alargados para análise, contratação e pagamento de incentivos obrigam as empresas a reajustar o seu plano financeiro, de forma a não entrar em incumprimento com a execução do projeto e com o contrato de fornecimento, sendo que este reajustamento pode não ser fácil e rápido de executar e conseguir em tempo útil, e (iii) o nível de exigência demasiado elevado por parte das entidades (e.g. suporte documental exagerado para comprovação das despesas, demasiados requisitos burocráticos que obrigam à contratação de empresas de consultoria para preparar as candidaturas e pedidos de pagamento).
98. Não obstante a trajetória de alcance das metas definidas, mais de 75% das operações desenvolvidas e intervencionadas pelos apoios do COMPETE neste Eixo contribuíram e/ou estima-se que contribuam para o

aumento da produtividade das empresas por via da melhoria da eficiência dos processos produtivos e organizacionais, criação/expansão da capacidade de produção de novos ou substancialmente melhorados bens/ serviços, aumento do grau de internacionalização das empresas, melhoria da capacidade de marketing e promoção comercial das empresas, entre outros (Figura A31). Estes efeitos alinham-se claramente com o objetivo temático 3. Reforçar a competitividade das PME.

À semelhança do Eixo 1, também o Eixo 2 apoiou operações CRII, representativas de quase dois terços do incentivo total aprovado das operações CRII¹² e no domínio do alargamento das capacidades avançadas (PI 3.3). A elevada procura associada aos incentivos CRII conduziu a uma superação, em larga escala, das metas para 2023 dos valores à data de reporte do COMPETE e dos PO Regionais ao nível do n.º de empresas que procurou apoios para a realização de I&D e inovação produtiva para a criação de novos processos, sistemas e produtos de combate à COVID-19.

99. No âmbito do novo pacote CRII (Coronavirus Response Investment Initiative) como resposta rápida às consequências do contexto pandémico, foram apoiadas 625 operações associadas ao Eixo 2 do COMPETE e beneficiárias de 64% do incentivo total aprovado neste universo das operações CRII.
100. Neste caso, os projetos estão associados à PI 3.3 (Capacidades avançadas), em específico, à TI "B9- CRII - Qualificação e inovação das PME", que registou uma taxa de aprovação bruta de 67% e uma taxa de rescisão/anulação de 14%, sobretudo devido aos projetos na medida Inovação Produtiva COVID-19.
101. O nível de execução financeira das operações CRII deste Eixo rondou os 47%, ainda abaixo da média do COMPETE (55%). Contudo, a globalidade dos indicadores de realização, quer do COMPETE, quer dos vários PO regionais, ultrapassou largamente as metas contratualizadas, destacando-se o POR Alentejo e o POR Lisboa, com níveis de execução bastante acentuados. Este cenário deveu-se, essencialmente, à elevada procura que os incentivos CRII registaram.
102. No caso das 612 PME apoiadas pelo COMPETE, constata-se que as mesmas estão envolvidas na contratualização de 623 projetos até 31.12.2021. Quando foi realizada a reprogramação COVID-19, em julho de 2020, foi prevista uma meta tendo por base dois AAC abertos (14/SI/2020 e 16/SI/2020), todavia, foi mobilizado ainda um outro AAC relativo à inovação produtiva (17/SI/2020).

Quadro 7. Iniciativa CRII - COMPETE e Programas Operacionais Regionais do Continente - Indicadores e respetiva execução a 31/12/2021 - Eixo 2

Tipo de Indicador	Indicador - Descritivo	Un.	Meta 2023	Valor Contratado	Taxa de Realização Efetiva (op. Concluídas)	Taxa de Realização Contratada
Eixo 2 - Competitividade das PME						
POCI						
PI 3.3 Realização	N.º de empresas apoiadas em Inovação produtiva para a criação de novos produtos, processos e sistemas de combate à COVID-19	N.º	585	612	98%	105%
PO Alentejo						
PI 3.3 Realização	N.º de empresas apoiadas em Inovação produtiva para a criação de novos produtos, processos e sistema de combate à COVID-19	N.º	25	115	408%	460%
PO Algarve						
PI 3.3 Realização	Empresas apoiadas em Inovação produtiva para a criação de novos produtos, processos e sistemas de combate à COVID	N.º	7	8	100%	114%
PO Centro						
PI 3.3 Realização	N.º de empresas apoiadas em Inovação produtiva para a criação de novos	N.º	500	710	142%	

¹² O universo das operações CRII abrange operações enquadradas no (i) Eixo 1, nas TI B7- CRII - Atividades de I&D empresarial (medidas I&D - Copromoção - COVID-19, I&D - Individuais - COVID-19, I&D - Infraestr. Ensaio e Otimização - COVID-19) e TI B8- CRII - Investimento empresarial em inovação de não PME (medida Inovação - Produtiva - COVID-19) e (ii) no Eixo 2, na TI B9- CRII - Qualificação e inovação das PME (medidas ADAPTAR PME, Inovação - Produtiva - COVID-19).

Tipo de Indicador	Indicador - Descritivo	Un.	Meta 2023	Valor Contratado	Taxa de Realização Efetiva (op. Concluídas)	Taxa de Realização Contratada
	produtos, processos e sistemas de combate à COVID-19					
PO Lisboa						
PI 3.3 Realização	N.º de empresas apoiadas em Inovação produtiva para a criação de novos produtos, processos e sistemas de combate à COVID-19 (Subconjunto CO02)	N.º	40	353	783%	883%
PO Norte						
PI 3.3 Realização	N.º de empresas apoiadas em Inovação produtiva para criação de novos produtos, processos e sistemas de combate à COVID	N.º	170	212	121%	125%

Nota: **Taxa de realização efetiva** - a verde, indicadores com 80% ou mais de realização; a amarelo, indicadores com realização entre 50% e 80%; a vermelho, indicadores com 50% ou menos de realização. **Taxa de realização contratada** - a verde, indicadores com 100% ou mais de realização; a amarelo, indicadores com realização entre 80% e 100%; a vermelho, indicadores com menos de 80% de realização. 📉 Valor da meta do indicador reduzido em reprogramação. 📈 Valor da meta do indicador aumentado em reprogramação.

Fonte: EY-Parthenon com base nos SI do COMPETE

Sustentabilidade e qualidade do emprego (Eixo 3)

103. O Eixo 3 viu reduzida para metade a dotação programada no início do PO (assim como as respetivas metas) em virtude de uma procura por parte das empresas significativamente inferior à projetada. Com 280 M€ de fundo comprometido, representa apenas 4% do incentivo e 1,3% dos projetos apoiados. Apesar de apresentar um dos índices de realização mais reduzidos do PO (32%), as operações aprovadas no âmbito do Eixo 3 registam em 2021 uma elevada taxa de compromisso (135%), permitindo acomodar quebras potenciais ao nível da execução dos projetos, nomeadamente os que se encontram associados aos apoios dos sistemas de incentivos às empresas, onde têm ocorrido anulações com maior frequência.
104. Entre os 33 AAC lançados no âmbito dos Eixo 3, 56% dos concursos foram publicados na primeira metade do período de programação. A procura qualificada dirigida aos AAC do SIAC (PI 8.3) foi elevada, mas na formação de ativos (PI 8.5) foi bastante mais baixa (47% dos AAC não chegaram a aprovar metade da dotação), verificando-se grande heterogeneidade entre medidas: superior na Formação-Ação (74% do AAC com procura acima de 75%) e menor nas medidas de formação associadas à Inovação Produtiva e QI PME.
105. Em linha com os níveis de procura globais, 80% das candidaturas foram aprovadas e a taxa de rescisão/anulação situou-se nos 12%, sendo mais elevada (36%) nos projetos associados ao SI QPME.

Quadro 8. COMPETE - Indicadores e respetiva execução a 31/12/2021 - Eixo 3

Tipo de Indicador	Indicador - Descritivo	Un.	Meta 2023	Valor Contratado	Taxa de Realização
Eixo 3 - Emprego					
PI 8.3 Resultado	Novas respostas sociais disponibilizadas com recurso a instrumentos financeiros no total dos projetos apoiados	%	60-70	N/A	N/A
PI 8.3 Realização	Projetos de empreendedorismo e inovação social apoiados com recurso a instrumentos financeiros	N.º	150	9	6%
PI 8.5 Resultado	Trabalhadores que se consideram mais aptos para a inovação e gestão após a frequência da formação	%	75-85	93	116%
	Empresas que implementam planos de mudança organizacional associados à formação no total de empresas	%	80-90	97	114%
PI 8.5 Realização	Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial	N.º	66 000	69 086	105%
	PME apoiadas em programas de formação-ação	N.º	12 000	12 506	104%

Nota: **considera-se taxa de realização efetiva** nos indicadores de resultado (apenas operações concluídas) e **taxa de de realização potencial** nos indicadores de realização (operações contratadas) - a verde, indicadores com 80% ou mais de realização; a amarelo, indicadores com realização entre 50% e 80%; a vermelho, indicadores com 50% ou menos de realização. 📉 Valor da meta do indicador reduzido em reprogramação. 📈 Valor da meta do indicador aumentado em reprogramação.

Fonte: EY-Parthenon com base nos SI do COMPETE

Os resultados dos instrumentos inseridos PI 8.3 tenderão a ficar aquém do esperado. A implementação do Fundo para a Inovação Social sofreu atrasos significativos, comprometendo a sua eficácia e capacidade de alcance das metas definidas. O desempenho das duas componentes do FIS é diferenciado, sendo esperados melhores resultados ao nível da componente de crédito. Relativamente aos SIAC, apesar da adesão ter sido elevada, a qualidade dos projetos e a capacidade de atração de empreendedores têm sido grandes condicionantes ao sucesso destes instrumentos.

106. A PI 8.3 (Criação de emprego) inclui um instrumento financeiro e ações coletivas (SIAC) de apoio ao empreendedorismo e apresenta níveis de realização financeira reduzidos (33%).
107. Os dois AAC integrados na medida SIAC foram lançados na segunda metade do período de programação (2019 e 2020). O primeiro foi dirigido ao IAPMEI (SartUP Voucher) e o segundo aprovou 29 projetos, tendo esgotado a dotação a concurso num quadro de seletividade elevada (taxa de aprovação de 45%) - a grande maioria (94%) das candidaturas não cumpriu as condições de admissibilidade, sendo uma das principais razões a (falta de) garantia, por parte dos promotores, do financiamento das componentes relativas ao investimento privado. A baixa taxa de realização financeira (19%) destas operações está assim associada ao lançamento tardio dos concursos e não a constrangimentos de procura.
108. No que respeita à realização física, de acordo com a evidência recolhida através da auscultação de *stakeholders*, os projetos integrados no âmbito do SIAC (Promoção do Espírito Empresarial) preveem ficar aquém dos objetivos contratualizados devido à dificuldade de mobilização de empreendedores (e sua retenção). Entre os casos de sucesso identificados dentro desta medida está a operação StartUP Voucher, que procura dinamizar o desenvolvimento de projetos empresariais em fase de ideia, promovidos por jovens até aos 35 anos, e que à data de reporte apresentava uma elevada execução financeira (87%).
109. Apesar de a quase totalidade das operações inseridas nesta PI se enquadrarem nos SIAC, os indicadores de realização e resultado são referentes a uma única operação (Fundo de Inovação Social)¹³, gerida pelo Banco Português de Fomento. Transitada do POISE para o COMPETE no âmbito da reprogramação de 2018, a operação divide-se entre as componentes de capital e crédito.
110. O FIS Capital, que arrancou em março de 2019, apresenta um nível de procura moderado, condicionado pelo grau de burocracia associado à estruturação das intervenções, por dificuldades de enquadramento com as respetivas tipologias e pela necessidade de integrar investidores externos. Em resultado das limitações associadas à implementação do instrumento, o FIS Capital tinha apoiado até 2021 apenas nove projetos de inovação social. Ainda assim, o processo de auscultação realizado revela que a execução dos projetos aprovados está a ser bastante positiva e que os projetos deverão alcançar os objetivos definidos.
111. Por seu turno, a implementação do FIS Crédito foi afetada pela altura do lançamento (junho de 2020, em plena pandemia), sendo que a este constrangimento acresce a dificuldade de avaliação do potencial de inovação na resposta a problemas e necessidades sociais e societárias não satisfeitas dos projetos (critério de admissão), pelo que o leque de projetos elegíveis é reduzido e, por consequência, torna-se pouco atrativo para as instituições bancárias comercializar estes produtos. A estas limitações acresce o facto de, devido aos sucessivos atrasos no arranque do instrumento, terem surgido no mercado linhas de crédito mais apelativas do que as consagradas na regulamentação do FIS Crédito. Como consequência, a adesão a este instrumento foi inferior à observada no FIS Capital.
112. Em virtude da reduzida adesão ao FIS, o programador reduziu de forma significativa a dotação associada ao instrumento (para 50M€), contudo, ainda assim, não se perspetiva que seja esgotada até ao final do período de programação, pelo que deve ser alvo de nova reprogramação em baixa. A operação conta, em 2021, com uma realização financeira de 40%, superior à média da PI e do Eixo 2, no entanto, o financiamento apenas abrange nove projetos, longe da meta de 150 para 2023, revista em baixa na reprogramação de 2020 (Quadro 8).

A adesão das empresas aos instrumentos da PI 8.5 foi condicionada pela reduzida importância estratégica atribuída pelos gestores à formação e qualificação, tendo sido também prejudicada pela capacidade de libertação de recursos humanos para atividades não laborais nas empresas de menor dimensão. Contudo, medidas como a Formação-Ação, pelas suas características, revelaram-se capazes de responder às necessidades das empresas e captar níveis de procura qualificada satisfatórios. Todas as metas estão asseguradas, mas num contexto de redução muito significativa face ao previsto no início do período de programação.

113. A procura qualificada no âmbito das medidas de formação é, em termos globais, reduzida e fortemente dependente da tipologia de medida em questão, verificando-se uma reduzida procura entre as formações ligadas a projetos (Inovação Produtiva e QI PME), mas mais elevada nas medidas de Formação-Ação (11 dos 16

¹³ O FIS destina-se a apoiar projetos de investimento em PME's que desenvolvam iniciativas de Inovação e Empreendedorismo Social, sendo que à data desta avaliação apresentam 27 candidaturas, 10 investimentos realizados e 17,1M€ de financiamento total.

AAC com níveis procura acima de 75%) e na Formação Autónoma (apenas um AAC lançado, com procura acima de 75%).

114. Em linha com a procura qualificada observada, apenas 25% das empresas com operações FEDER aprovadas da medida QI PME - Individuais concorreram a apoios da componente FSE do instrumento, sendo ainda menor no caso das apoiadas Inovação - RCI (17%) e Inovação Produtiva (13%). Entre as principais condicionantes identificadas para a reduzida adesão das empresas aos apoios para formação estão a baixa relevância estratégica atribuída à formação por parte dos gestores, o contexto de crescimento económico vivido durante a primeira metade do período de programação, que reduziu a capacidade das empresas em libertar os seus recursos humanos para atividades não laborais em alturas de maior dinamismo da atividade económica, mas também a incorporação de componentes de formação em investimentos financiados pelo FEDER, que torna desnecessária a candidatura ao FSE. Ainda assim, observa-se uma maior adesão das mesmas empresas a outras tipologias como a Formação Autónoma (17% dos promotores com projetos Inovação RCI e 12% dos projetos QI PME) e Formação-Ação (22% das empresas com operações FEDER na QI PME e 9% das com operações Inovação Produtiva).
115. Os inquéritos realizados validam estes resultados, dado que demonstram que apenas uma proporção reduzida de beneficiários realizou investimentos financiados pelo COMPETE em formação de recursos humanos (Figura A19, Figura A28 e Figura A52). No caso dos beneficiários empresariais com operações CRII/ REACT-EU, apenas 10% investiu em formação apoiada pelos FEEL no âmbito de formação-ação e 39% não realizou qualquer investimento; enquanto que no caso dos promotores empresariais dos sistemas de incentivos, nenhum reportou ter investido em formação no âmbito da formação-ação, mas 15% realizou formações financiadas pelo COMPETE, sendo que 36% não efetuou qualquer tipo de formação. Nesse sentido, rejeita-se o pressuposto PE II.1 “Os investimentos em formação estão devidamente articulados com as restantes tipologias de investimento e com a estratégia que está a ser prosseguida pela empresa beneficiária”.
116. No mesmo sentido, o *focus group* realizado confirma também que se observou uma taxa de quebra elevada, sobretudo nas operações que combinavam a componente FEDER com FSE, devido ao desfasamento temporal entre o prazo de execução dos projetos e o prazo da ação de formação. No sentido oposto, os projetos de formação individuais permitiam maior autonomia e a implementação de planos de formação mais abrangentes, possibilitando a existência de pequenos módulos de formação e facilitando a realização dos mesmos.
117. Em ambos os casos, os promotores que não realizaram investimentos nesta área indicam que as formações não são relevantes para os projetos em causa, sendo que nos respondentes ao inquérito a empresas dos sistemas de incentivos também as condições de elegibilidade do projeto se revelaram um entrave à candidatura a este tipo de incentivos (Figura A18, Figura A27 e Figura A51). Os resultados obtidos apontam para a validação parcial do RE I.2 (Alguns empregadores não reconhecem o investimento em competências como sendo estrategicamente importante para a sua competitividade, produtividade e capacidade de atrair talento, limitando a adesão aos apoios), na medida em que a maioria dos empregadores ainda tem a perceção que os efeitos da formação no desempenho da empresa e trabalhadores não se sobrepõem aos constrangimentos levantados do ponto de vista burocrático e de organização de trabalho.
118. Ainda assim, em linha com as conclusões da avaliação do contributo do Portugal 2020 para o aumento da qualificação e empregabilidade dos adultos (2022), considerando os promotores que realizaram investimentos em formação, estes destacam a importância destas iniciativas para o aumento das competências e/ou o nível de qualificação global dos recursos humanos, para os incrementos na produtividade e competitividade da empresa, para a introdução de tecnologias inovadoras e aumento da motivação e satisfação dos trabalhadores (Figura A19, Figura A28 e Figura A52).
119. Apesar do panorama menos positivo da procura pela oferta formativa apoiada pelo COMPETE na generalidade das medidas, releve-se a medida Formação-Ação, cuja procura durante o período de programação foi significativa, conduzindo até ao reforço da sua dotação no âmbito da reprogramação de 2020. De acordo com as evidências recolhidas em entrevistas, para a maior popularidade da medida contribui a abordagem diferenciada do apoio (formação customizadas, com componentes teórica/formação e práticas/consultoria) e a articulação AG/OI, através da condução conjunta de campanhas de divulgação junto dos potenciais promotores. Estas evidências são reforçadas pela análise do inquérito a promotores não empresariais - em que a quase totalidade dos respondentes considera adequado/ muito adequado o alinhamento dos objetivos com as suas necessidades, a informação contida nos AAC e as condições de elegibilidade (Figura A37). Assim como pelas conclusões da Avaliação do contributo do Portugal 2020 para o aumento da qualificação e empregabilidade dos adultos (2022), que também confirmam os resultados apurados, salientando a operacionalização e adequação deste instrumento às necessidades das empresas como mais-valias da medida, ainda que com um custo bastante mais elevado por unidade de resultado/formando.
120. Ao nível da realização financeira, a PI 8.5 regista níveis reduzidos (32%), sendo que estes são penalizados pelas medidas de Formação Autónoma (8%) e Formação Clusters (0%, com todos AAC a serem lançados em 2021),

sendo parcialmente compensado pela maior execução financeira das operações aprovadas no âmbito da Formação-Ação (41%).

121. No caso do Formação de Clusters, cujo arranque das operações ocorreu já numa fase avançada da programação (2021), as perspetivas sobre a execução financeira dos valores aprovados são mais pessimistas. Reconhecendo-se os riscos associados à data de arranque, a AG optou pelo lançamento desta nova medida ainda na atual programação, de modo a servir como teste para o próximo período de programação. Os níveis de adesão a esta medida apontam para que este tipo de apoio tenha uma adequação às necessidades das empresas/clusters à generalidade dos apoios concedidos no âmbito da formação (excluindo o caso da Formação-Ação) e, por isso, será uma aposta futura.
122. Da leitura dos indicadores de realização é possível constatar que as metas de programação para 2023 já se encontram alcançadas à data de reporte, tanto ao nível dos formandos, como das empresas apoiadas. Contudo, as metas para formandos e empresas foram revistas em baixa (para menos de metade) em 2018, por força da baixa procura e da revisão em alta do custo-padrão na medida Formação-Ação. Posteriormente, em 2020, com o reforço da dotação na medida Formação-Ação as metas voltaram a aumentar ligeiramente. Os objetivos em termos de formação encontram-se assim alcançados, mas num patamar bastante mais modesto que o previsto em sede de programação.
123. A análise dos dados detalhados subjacentes aos indicadores de realização permite confirmar a maior relevância nos indicadores físicos da Formação-Ação, que acompanha a relevância em termos financeiros. Esta medida destaca-se ao apresentar o maior número de participantes, tendo uma representatividade de sexos mais ou menos equitativa (ver
124. Quadro 9) e apresentando uma das médias de idades mais elevadas (41 anos), sendo que 34% dos formandos tinham à entrada um diploma do ensino superior, em linha com a média nacional de trabalhadores por conta de outrem. Ainda assim, o nível de escolaridade à partida nos formandos do Formação-Ação é superior à média nas restantes medidas (27% com ensino superior).
125. Ao nível empresarial, o Norte destaca-se como a região que mais beneficiou dos projetos integrados no âmbito da Formação-Ação, representando 53% do número de empresas (7.902), 55% do incentivo aprovado (95 M€) e 55% dos participantes (31.689). Uma análise por setor revela que o maior número de empresas beneficiárias e de participantes se enquadra no comércio (26%). No sentido oposto, a região do Alentejo assumiu a menor representatividade (7% das empresas, 6% do apoio, 5% dos participantes), assim como os setores da indústria extrativa e energia e ambiente.
126. A temática da Economia Digital foi aquela que registou maiores níveis de procura (medida pelo nº de candidaturas) no que respeita ao número de PME (19%, ver Quadro A22), sendo que a tipologia de Organização e Gestão registou o maior número de formandos (28%). No mesmo sentido, uma análise por ciclo revela que as ações de formação-ação de 1º ciclo apresentam uma maior representatividade na tipologia de Organização e Gestão, quer no número de empresas (29%), quer no número de formandos (40%). Já no 2º ciclo da formação-ação, a procura foi mais intensa na temática da tipologia de Economia Digital (32% das empresas, 30% do número de formandos).
127. Enquanto a tipologia de Economia Digital foi a formação mais procurada pelas médias empresas (21%), a Organização e Gestão revela maior adesão ao nível das Pequenas e Microempresas (28% e 29% - Quadro A23). Sectorialmente, as empresas de “Alojamento e Restauração” participaram mais em formações de ligadas ao planeamento e otimização de recursos financeiros, enquanto que as do “Comércio” aderiram mais às formações nas temáticas da gestão de recursos humanos e gestão de inovação.

Quadro 9. Distribuição de participantes por tipologia de formação

Tipologia	Participantes	Homens	Mulheres	Idade Média	% com formação superior
Formação-Ação para PME	57.367	58%	42%	41	34%
Formação-Ação para PME - 1º Ciclo	34.581	57%	43%	41	33%
Formação-Ação para PME - 2º Ciclo	22.786	59%	41%	42	35%
Formação Autónoma	9.209	52%	48%	40	23%
SI - Inovação (Regime Contratual de Investimento)	3.424	77%	23%	37	37%
SI - Inovação Não PME	1.615	69%	31%	34	22%
SI - Inovação PME	1.227	62%	38%	40	23%
SI - Projetos individuais de internacionalização PME	1.363	55%	45%	38	42%

Tipologia	Participantes	Homens	Mulheres	Idade Média	% com formação superior
SI - Projetos individuais de qualificação PME	1.899	56%	44%	40	24%

Fonte: EY-Parthenon com base nos SI PT2020

A participação de trabalhadores na Formação-Ação conduziu a um aumento das suas competências, maior produtividade e maior segurança no posto de trabalho. Os responsáveis das empresas participantes revelam resultados traduzidos em alterações na organização da atividade, maior produtividade (via trabalhadores) e uma maior rentabilidade.

128. A elevada adesão das empresas e trabalhadores à Formação-Ação foi acompanhada por uma elevada taxa de sucesso na conclusão das participações, verificando-se uma taxa de conclusão de 96% em ambos os ciclos da medida¹⁴. O sucesso da intervenção por via da Formação-Ação reflete-se na maior aptidão dos trabalhadores e empresas, medida pelos indicadores de programação. De acordo com os indicadores de resultado da PI 8.5, 93% dos formandos consideram-se mais aptos para a inovação e gestão após a frequência da formação e 97% das empresas implementam planos de mudança organizacional associados à formação.
129. Os inquéritos revelam que os projetos da medida Formação-Ação contribuem para o aumento das qualificações e motivação dos trabalhadores e para o aumento da produtividade e da competitividade da empresa (Figura A19, Figura A28 e Figura A52). A evidência obtida na avaliação temática do contributo do PT2020 para qualificação e empregabilidade dos adultos aponta também para resultados significativos dos apoios ao nível da manutenção do emprego (até 3 anos após conclusão da formação) dos formandos e na produtividade e rentabilidade nas empresas empregadoras. A referida avaliação aponta também para efeitos diferenciados entre formações, nomeadamente ao nível da intensidade e durabilidade dos efeitos na empregabilidade, destacando-se a Formação-Ação como a medida onde os efeitos tendem a ser mais persistentes no tempo.

Transportes sustentáveis e eliminação dos estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas (Eixo 4)

130. O Eixo 4 regista, à data de reporte, uma taxa de compromisso (102%) e um nível de execução financeira (42%) abaixo da média do COMPETE (126% e 55%, respetivamente) e abaixo do que seria expectável nesta fase da execução do PO, considerando em particular que 5 dos 9 avisos foram lançados em 2016, resultando na aprovação de 19 projetos (86% dos projetos aprovados e 96% do incentivo aprovado, neste Eixo), o que indicia a existência de desafios e à implementação dos projetos e respetivos atrasos.
131. Uma análise mais fina às dinâmicas de contratualização e execução dos projetos reforça a perceção de existência desses desafios. Por um lado, verificam-se elevados tempos entre o lançamento dos avisos e assinatura dos contratos de financiamento, onde considerando apenas os avisos lançados em 2016 e respetivas operações aprovadas, mais de metade dos projetos (53%) e do incentivo (60%) só assinaram termo de aceitação em 2018 (6 projetos), 2019 (2 projetos) e 2020 (2 projetos), resultando numa média entre o lançamento dos avisos e assinatura dos contratos de 18 meses e, por outro lado, observam-se desfazamentos entre as datas de conclusão dos projetos previstas em sede de candidatura e as verificadas na realidade, uma vez que cerca de 40% dos projetos (8) e 30% do incentivo aprovado deveriam já estar concluídos a 31.12.2021, não existindo porém, à data de corte, qualquer operação encerrada e apenas 1 projeto apresenta uma taxa de realização superior a 90% (4 com mais de 70%).

Quadro 10. COMPETE - Indicadores e respetiva execução a 31/12/2021 - Eixo 4

Tipo de Indicador	Indicador - Descritivo	Un.	Meta 2023	Valor Contratado	Taxa de Realização Efetiva (op. concluídas)	Taxa de Realização Contratada
Eixo 4 - Transportes						
PI 7.1 Resultado	Quota modal de transporte ferroviário de mercadorias	%	14-17	13,8	89%	

¹⁴ Taxa de conclusão medida por participações com estado concluído dividida pelo total de participantes que já não estavam "em participação" ou "selecionados". Devido à reduzida realização financeira das restantes medidas, apenas a medida Formação-Ação tem à data de reporte formandos no estado concluído.

Tipo de Indicador	Indicador - Descritivo	Un.	Meta 2023	Valor Contratado	Taxa de Realização Efetiva (op. concluídas)	Taxa de Realização Contratada
PI 7.1 Realização	Caminho de ferro: Quilometragem total das linhas férreas reconstruídas ou modernizadas da qual: RTE-T	Km	262	408	74%	156%
PI 7.3 Resultado	Volume de mercadorias movimentadas nos portos da Região Autónoma dos Açores	M Ton.	2,2-2,3 ⬇️	2,2	99%	
PI 7.3 Realização	Portos não RTE-T intervencionados	N.º	5 ⬇️	4	0%	80%
PI 7.4 Resultado	Comboios circulados nas linhas do Douro e Oeste	M Km * Comboios	3,2-3,5 ⬇️	3,1	92%	
PI 7.4 Realização	Linhas férreas não RTE-T intervencionadas	Km	145	163	27%	113%

Nota: **Taxa de realização efetiva** - a verde, indicadores com 80% ou mais de realização; a amarelo, indicadores com realização entre 50% e 80%; a vermelho, indicadores com 50% ou menos de realização. **Taxa de realização contratada** - a verde, indicadores com 100% ou mais de realização; a amarelo, indicadores com realização entre 80% e 100%; a vermelho, indicadores com menos de 80% de realização. ⬇️ Valor da meta do indicador aumentado em reprogramação. ⬆️ Valor da meta do indicador reduzido em reprogramação.

Fonte: EY-Parthenon com base nos SI do COMPETE

A integração dos projetos de infraestruturas de transporte em instrumentos de planeamento garante um quadro estável de opções relativamente aos projetos a apoiar, o que favorece a procura qualificada. Porém, a complexidade inerente aos projetos quer nos procedimentos prévios de autorização por autoridades públicas, quer na própria implementação dos projetos condicionou a sua implementação nos prazos previstos

132. No caso dos tempos para a contratualização, os resultados das entrevistas e do *focus group* permitiram concluir que se verificaram ou atrasos na apresentação de candidaturas ou aprovações condicionadas decorrentes do não cumprimento, à data de lançamento dos avisos, de critérios de elegibilidade como sejam a existência de parecer positivo das autoridades competentes (APA) à avaliação de impacto ambiental, apesar de a maioria das operações já ter parecer ou iniciado o processo junto da APA, no momento da candidatura, enquanto que no domínio da execução propriamente dita das operações, após a aprovação/ contratualização, enfrentaram constrangimentos quer ao nível das autorizações das tutelas (e.g. autorização de encargos plurianuais) quer inerentes à própria complexidade das operações (complexidade dos projetos de modernização na ferrovia; necessidade de realização de trabalhos à noite, envolvimento de vários municípios e outros stakeholders). Esses constrangimentos foram ainda agravados pelas disrupções impostas pela pandemia e pela guerra da Ucrânia, com reflexo quer nos prazos de entrega dos materiais, quer na disponibilidade de mão-de-obra, mas também ao nível dos custos e da própria dificuldade de resposta do mercado para os projetos a implementar. Estes constrangimentos exigiram da AG flexibilidade na reprogramação dos projetos, tendo sido essencialmente concedidas reprogramações temporais e orçamentais, neste caso maioritariamente através de gestão flexível entre rubricas, tendo essa flexibilidade permitida pelo PO se revelado fundamental para a implementação dos projetos, conforme apurado em entrevistas e reforçado em sede de *focus group* temático. Independentemente da relevância e impacto destes constrangimentos na implementação destes projetos, os mesmos não deixam de ser relativamente expectáveis em projetos desta natureza e complexidade, o que sugere, conforme identificado em sede de *focus group*, a importância de assegurar maior estabilidade no planeamento (à semelhança do verificado na rodovia, com o plano rodoviário nacional) e maior maturidade destes projetos desde o início do período de implementação do Programa.
133. O facto de a generalidade dos projetos estarem pré-identificados em sede de programação e em instrumentos estratégicos de planeamento das redes de transportes nacionais (que era de resto, uma condicionalidade ex-ante do Programa) promoveu um alinhamento entre os objetivos da programação com as necessidades e objetivos dos promotores, pelo que os avisos lançados neste eixo revelaram bons índices de procura qualificada (apenas 2 avisos de 2019 com níveis de procura qualificada abaixo dos 80%) e baixos índices de seletividade (apenas 2 projetos não admitidos - Portos de Portimão e da Figueira da Foz, em resultado do reduzidos níveis de maturidade das operações e perante a manifesta impossibilidade de os concluir dentro do horizonte temporal de implementação do PO), agravada no caso de Portimão pelos obstáculos de natureza ambiental sinalizados no estudo de impacto ambiental.
134. Os resultados dos inquéritos corroboram, quer a adequação dos instrumentos às necessidades dos promotores deste Eixo (Figura A38), quer os fatores que condicionaram o arranque e implementação das operações (Figura A39 e Figura A57), com os principais resultados a coincidirem com os identificados em sede de entrevistas, acrescentando-se ainda a morosidade associada aos procedimentos de contratação pública. No caso destes últimos, a maior previsibilidade dos processos e o facto de o setor dos transportes se inserir nos sectores

especiais ao abrigo do código da contratação pública atenua o impacto negativo da morosidade associada a estes processos no desenvolvimento das operações, com exceção dos casos (pouco frequentes), em que se verificaram situações de impugnações dos concursos.

Apesar da morosidade no arranque e implementação dos projetos, perspetiva-se, no âmbito geral, o alcance das realizações e resultados do PO, com a (quase) plena intervenção no n.º de km e infraestruturas previstas, com reflexo ao nível do crescimento da quota destes modos, refletindo ganhos de competitividade dos mesmos. Apenas na PI 7.4 (Ferrovia não RTE-T), se prevê o prolongamento dos trabalhos para lá do período de vigência do Programa, em alinhamento com as regras de encerramento definidas, acautelando-se assim e mesmo nestes casos, o alcance dos objetivos definidos

135. A PI 7.1 (Rede Transeuropeia) representa 79% do incentivo decidido e 68% dos projetos aprovados no âmbito do Eixo 4, e regista um nível de execução financeira inferior à média do PO (43% e 55%, respetivamente), não obstante apenas 6 projetos (correspondendo a 30% do montante aprovado da PI) apresentarem uma data de conclusão anterior à data de corte de avaliação. Apesar dos níveis de execução verificados, não se perspetiva que tal venha a ter impacto no alcance dos indicadores de realização e de resultado do PO e, por conseguinte, no alcance dos objetivos do Programa. À data de corte, o indicador de realização efetiva (n.º de km já intervencionados) era já de 74%, estando contratadas operações que permitirão inclusive ultrapassar a meta em 56%. As perspetivas de execução até ao final do horizonte temporal de execução apuradas junto da AG e com base nas expectativas dos promotores, apontam para a intervenção até 31.12.2023 em um número de km suficientes para garantir o cumprimento da meta do indicador de realização, perspetivando-se igualmente o alcance da meta do indicador de resultado.
136. Apesar das taxas de realização e das perspetivas de execução destes projetos até ao fim do Programa serem positivos, afigura-se como certa a não conclusão e plena operacionalidade de alguns projetos nesta PI, tendo já sido assegurado o faseamento de alguns projetos, com correspondente passagem de troços/ fases dos projetos para o quadro financeiro plurianual 2021-2027 e/ou estabelecido o compromisso de assegurar a plena operacionalidade das infraestruturas intervencionadas ainda que sem co-financiamento europeu para lá de 2023, em linha com as regras de encerramento emanadas a nível europeu, para fecho do atual ciclo de programação, assegurando-se assim a conclusão dos projetos.
137. A PI 7.3 (Transportes ecológicos - Portos dos Açores) apresenta a maior execução financeira (77%) no Eixo 4, contudo esta apenas representa 8% do investimento aprovado, não influenciando de forma relevante os níveis de realização do respetivo Eixo. Estes níveis de realização são sustentados por uma elevada procura qualificada dos AAC correspondentes (2 dos 3 avisos tiveram uma procura entre 75% a 100%) e por um grau de seletividade nulo (admissibilidade e aprovação de 100% acompanhado de nenhuma anulação). No mesmo sentido, não obstante a meta do indicador de realização estabelecida para 2023 encontrar-se à data de corte por realizar, o nível de contratação e a evolução entretanto verificada permitem, conforme transmitido pela AG, perspetivar o alcance da meta definida para o indicador "Portos não RTE-T intervencionados" (5 portos intervencionados), apesar da revisão em baixa da meta em sede de reprogramação.
138. Apesar do respetivo AAC ter sido lançado em 2016 e apresentar uma procura qualificada elevada, a PI 7.4 regista a realização financeira menos satisfatória do Eixo 4 (16%), correspondendo a um nível de realização efetiva do indicador "Linhas férreas não RTE-T intervencionadas" de 27%, à data de corte, apesar de estarem contratadas operações que permitirão ultrapassar esta meta. Não obstante o n.º de km contratados a intervencionar, no caso da PI 7.4, as perspetivas de execução apuradas junto da AG apontam para a possibilidade de conclusão das intervenções em apenas cerca de metade dos km definidos na meta, até 31.12.2023, estando contudo assegurados os devidos enquadramentos à luz das regras de encerramento, para fasear uma operação, a concluir e cofinanciar no próximo de programação (Linha do Douro) e para permitir a demonstração da plena operacionalidade da infraestrutura e contributo para os objetivos definidos, até 31.12.2025. De acordo com o apurado no processo de auscultação, em particular na sessão de *focus group* temática, os atrasos verificados na execução dos 2 projetos da PI 7.4 residem, além dos constrangimentos transversais a este tipo de projetos, a fatores extraordinários e externos à AG/ promotor (IP) que condicionaram fortemente a implementação dos projetos, tendo-se verificado a insolvência do empreiteiro na Linha do Douro (acrescida de alterações dos troços a financiar no sequência da introdução do Programa Ferrovia 2020 (sucessor do PETI3+) e incapacidade de resposta do mercado para responder ao projeto da Linha do Oeste.
139. De referir ainda que além do estrito cumprimento das metas, a auscultação (entrevistas) e mesmo os inquéritos apesar do relativamente reduzido universo de inquiridos, aponta para o alcance, no âmbito geral, dos objetivos definidos em sede de programação, como sejam o reforço da competitividade e sustentabilidade dos modos de transporte ferroviário e portuário, a qualificação e modernização das infraestruturas para as exigências do tráfego de mercadorias e a melhoria das condições de acesso, segurança e de intermodalidade / conectividade das infraestruturas (a totalidade dos inquiridos, ponderado por investimento elegível, afirmou que o seu projeto tinha um contributo forte ou muito forte para esses objetivos; Figura A56), refletindo-se

sobretudo em menores tempos de deslocação (80% dos inquiridos) e, em menor medida, no aumento do tráfego (62%) e na redução de custos para os utilizadores (55%).



Redução de custos públicos de contexto e capacidade institucional e eficiência da Administração Pública (eixos 2 - PI 2.3 e 5)


140. Os eixos 2 (apenas PI 2.3) e 5 (PI 11.1) englobam os objetivos inerentes à modernização e capacitação da Administração Pública (AP) visando, sinteticamente, a melhoria da eficiência e desempenho da AP e da redução de custos de contexto dos cidadãos e empresas na sua relação com o Estado. No seu conjunto estas duas PI englobam uma dotação de cerca de 275 milhões de euros, após revisões em baixa nas reprogramações de 2018 e 2020.
141. A PI 2.3 orientava-se sobretudo para o estímulo ao desenvolvimento de novas formas de distribuição dos serviços públicos e ao reapetrechamento tecnológico das entidades da AP, tendente à desmaterialização e otimização de processos, à integração de plataformas e à partilha de dados, objetivos esses que se complementam e reforçam mutuamente visando os fins últimos de melhorar a produtividade e responsividade da Administração Pública, a racionalização dos recursos e a satisfação dos utilizadores, proporcionando a redução de custos de contexto para cidadãos e empresas e induzindo, por essa via, impactos positivos na competitividade da economia.
142. Já a PI 11.1 focava-se numa dimensão menos tecnológica e mais imaterial, procurando incentivar a realização de ações de diagnóstico e transformação institucional e organizacional, que reorientassem os serviços para a obtenção de resultados e para otimização do desempenho e eficiência, a que acrescem os objetivos relacionados com a requalificação e formação profissional dos trabalhadores da AP.

Os instrumentos de apoio mobilizados na PI 2.3 como na 11.1 apresentam semelhanças na sua abordagem, com o lançamento de avisos mais formatados e com objetos mais "micro", que se revelaram menos eficazes na captação de procura qualificada quando comparados com avisos de mais largo espectro (ainda que ambos se subordinem aos mesmos referenciais estratégicos, técnicos e mesmo legais no domínio da transformação digital da AP).

143. No que respeita à operacionalização do Programa importa relevar a abordagem transversal nestes dois eixos / PI no que respeita à natureza/ objeto dos AAC lançados, onde se verificam genericamente 4 tipos de instrumentos: i) Avisos-convite à Agência para a Modernização Administrativa, I.P (AMA), para financiamento de ações estruturantes transversais à modernização e capacitação administrativa da AP, tendo presente as suas competências nesta matéria (e.g. desenvolvimento de soluções TIC transversais a serem adotadas pelos restantes organismos); ii) AAC para desenvolvimento de operações pré-formatadas, visando a implementação de projetos específicos alinhados com os princípios subjacentes às estratégias TIC e de capacitação da AP existentes (e.g. adesão à plataforma de interoperabilidade, disponibilização de serviços no portal único nacional "ePortugal" - single digital gateway na terminologia comunitária); iii) avisos visando operações e prioridades específicas, decorrentes ou não do surgimento de políticas e programas nacionais (e.g. 3 em Linha, que visava a promoção da conciliação da vida pessoal e profissional dos trabalhadores; AAC visando a capitalização de tecnologias emergentes como a inteligência artificial ou a ciência de dados - em ambos os casos tais avisos foram lançados apenas na PI 11.1) e iv) AAC de "largo espectro", visando virtualmente todas as prioridades e tipologias de projetos previstos em sede de programação.
144. Tal distinção ganha relevância quando se olha para os níveis de procura e procura qualificada nestas diferentes tipologias de avisos, com os concursos visando operações pré-formatadas e os avisos específicos a gerarem menor adesão e menor procura qualificada comparando com os de mais "largo espectro". Em resultado das entrevistas realizadas, concluiu-se que a adesão às operações pré-formatadas mereceram menor adesão por parte dos públicos-alvo, que tendem a privilegiar operações mais abrangentes e ajustadas às suas necessidades, ainda que respeitando e aderindo aos princípios e soluções transversais TIC da AP (que eram de resto condições de elegibilidade na generalidade dos AAC) em vez de procurarem operações que visavam apenas e só a tipologia de projetos incluídos nos AAC das operações pré-formatadas. Assim, revelaram-se mais eficazes os instrumentos com objetivos e prioridades mais amplas, ainda que com exigentes e abrangentes requisitos de elegibilidade em matéria de adoção de princípios e soluções transversais TIC da AP, do que lançar apoios individualizados para promover essa adoção. A sessão de *focus group* subordinada a este tema permitiu por um lado, corroborar a perspetiva de menor adesão / interesse dos promotores a este tipo de instrumento e, por outro, identificar a rigidez imposta nestas operações como fator dissuasor do interesse dos promotores e que contribui para a maior seletividade nestes AAC, apesar de existir utilidade e pertinência neste tipo de abordagem, em particular para colmatar *gaps* que possam existir e induzir algum nivelamento na adoção de soluções tecnológicas e de processos de gestão de elevado padrão a toda a Administração Pública, em particular para organismos de menor dimensão e com menos recursos próprios.

Quadro 11. COMPETE - Indicadores e respetiva execução a 31/12/2021 - Redução de custos de contexto

Tipo de Indicador	Indicador - Descritivo	Un.	Meta 2023	Valor Contratado	Taxa de Realização Efetiva (op. concluídas)	Taxa de Realização Contratada
Redução de custos de contexto						
PI 2.3 Resultado	Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos	%	50-60	34,2	62%	
	Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço que utilizaram a Internet para interagir com organismos, entidades e autoridades públicas no total de empresas com 10 e mais pessoas	%	95-100	96,6	99%	
PI 2.3 Realização	Projetos apoiados de disponibilização online de serviços públicos	N.º	145 	239	96%	165%
	Serviços da Administração Pública apoiados	N.º	115 	191	110%	166%

Nota: **Taxa de realização efetiva** - a verde, indicadores com 80% ou mais de realização; a amarelo, indicadores com realização entre 50% e 80%; a vermelho, indicadores com 50% ou menos de realização. **Taxa de realização contratada** - a verde, indicadores com 100% ou mais de realização; a amarelo, indicadores com realização entre 80% e 100%; a vermelho, indicadores com menos de 80% de realização.  Valor da meta do indicador aumentado em reprogramação.

Fonte: EY-Parthenon com base nos SI do COMPETE

145. A PI 2.3 do Eixo 2 visa a redução de custos de contexto por via da modernização e qualificação dos serviços públicos e da sua produtividade e concentrava, à data de corte uma dotação indicativa de cerca de 113 M€, revista em alta na reprogramação de 2018). À data de reporte, esta PI contava com uma taxa de realização de 64%, ligeiramente acima da média do Eixo e do PO (60% e 55%, respetivamente).
146. Os 10 AAC lançados (entre 2014-2018) registaram elevada procura qualificada (90% dos AAC com níveis superiores 75%) e níveis seletividade também elevados, uma vez que 88% dos projetos no âmbito de Promoção das TIC na administração e serviços públicos foram admitidos e apenas 69% dos projetos analisados foram aprovados. Os níveis de seletividade apurados veem os seus fatores determinantes residir em diferentes momentos da análise de candidaturas, com cerca de 40% dos projetos não selecionados a não passar sequer a análise de admissibilidade e, dos restantes 60%, mais de 60% a não cumprirem os critérios de mérito definidos. Os motivos para a não admissão de candidaturas são essencialmente a natureza dos promotores (e.g. AP Local só se poderia candidatar em co-promoção com organismos da AP Central), o desalinhamento entre os projetos propostos e a tipologia de operações pré-formatadas nesse tipo de AAC ou o não cumprimento dos indicadores de resultado e realização previstos no PO. No caso dos projetos não aprovados por mérito insuficiente, os motivos residem na qualidade e foco das candidaturas apresentadas, com projetos com foco exclusivo ou largamente maioritário em componentes tecnológicas / infraestruturais (e.g. *data centers*) ou muito focados na eficiência interna com menor reflexo para “fora” (i.e., para cidadãos e empresas) a obterem níveis de mérito insuficientes face aos requisitos.
147. Atento no momento de lançamento dos AAC, e nas previsões de execução inscritas em sede de candidatura (apenas 13% dos projetos correspondendo a 16% do incentivo aprovado diziam respeito a projetos com datas de fim posteriores a 31.12.2021), esperava-se uma realização superior à verificada à data de corte da avaliação. No entanto, apenas 56% dos projetos, correspondendo a 54% do incentivo aprovado apresentavam níveis de realização superiores a 70%, à data de corte.
- Fatores como o desalinhamento entre o momento de lançamento dos AAC e o de preparação do Orçamento de Estado, obrigando a alterações orçamentais dependentes das tutelas (incluindo descativações, autorizações para transição de saldos), as disrupções motivadas pela pandemia COVID-19 e os morosos procedimentos de contratação pública (ainda que mais previsíveis e estáveis), figuram entre os que mais condicionaram o arranque e desenvolvimento das operações. Os inquéritos realizados aos promotores não empresariais confirmam estes como fatores condicionadores, com 28% dos promotores a indicar as autorizações de despesa e de encargos plurianuais pelas tutelas, e 45% e 48%, respetivamente, a indicarem os procedimentos de contratação pública e a pandemia como os mais relevantes.
148. A concorrer também para as dificuldades na execução dos projetos, as medidas enquadradas na medida de SAMA - TIC deste Eixo registaram também as maiores taxas de rescisão/ anulação do PO (24%), com particular incidência nas operações aprovadas nos primeiros anos de implementação do PO, em resultado da incapacidade dos promotores cumprirem o previsto em sede de candidatura, da perda de oportunidade e alterações de prioridades dos promotores em resultado quer dos atrasos motivados pelos fatores referidos, quer pelas

disrupções impostas pela pandemia (particularmente impactante quando a maior parte dos projetos aprovados se concentram nas áreas da saúde e do ensino superior).

Os projetos apoiados na PI 2.3 apontam claramente para o aumento da distribuição de serviços públicos digitais e integrados, ainda que com maior dificuldade de penetração no segmento cidadãos (comparativamente com as empresas) e com potencial de crescimento no que respeita à adoção de soluções TIC transversais e à para a adoção do princípio only-once (do qual a adoção dessas soluções TIC e a subsequente partilha de dados é tributária).

149. Apesar da elevada seletividade, sinistralidade e dificuldades experienciadas na implementação das operações, os níveis de realização dos indicadores definidos em sede de programação revelam-se bastante satisfatórios, sendo que à data de corte da presente avaliação, todos os indicadores de resultado e realização encontravam-se alcançados ou muito próximo de o ser (Quadro 11), com exceção do indicador “Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos”, que na perspetiva da AG / OI dificilmente será alcançado, ainda que a perspetiva dos promotores aponte para o cumprimento generalizado das metas contratadas (98% dos inquiridos, ponderado pelo investimento elegível, esperam atingir as metas em linha ou acima do contratado; Figura A41). É contudo de salientar a perceção que resulta do processo de auscultação, corroborada (e ampliada para a bateria de indicadores associados às medidas no domínio da capacitação e modernização administrativa) por avaliações anteriores¹⁵, para a menor adequação deste indicador para aferir o cumprimento dos objetivos de programação e resultados das intervenções das intervenções preconizadas neste eixo (na medida que o sucesso das intervenções terá reflexo numa menor necessidade de recolha e submissão de formulários, mas dependerá sobretudo de lógicas mais expeditas de relacionamento entre cidadão e o Estado, que potenciem por um lado a satisfação dos utilizadores e, por outro a produtividade e responsividade da AP).
150. Ainda assim, o menor alcance deste indicador indicia uma penetração dos canais digitais não tão expressiva como seria desejável, com os inputs recolhidos no processo de auscultação e as próprias avaliações anteriores a suportarem a existência de oportunidade para incrementar a adesão dos utilizadores aos canais digitais de distribuição de serviços públicos. Apesar de a pandemia ter potenciado a adesão, persiste alguma dificuldade em assegurar a penetração dos canais digitais junto dos cidadãos. Por seu turno, a Avaliação do Contributo dos Fundos Europeus Estruturais de Investimento (FEEI) para a Modernização e Capacitação da Administração Pública evidenciou que o canal presencial continua a recolher a preferência dos cidadãos (mais de metade dos inquiridos o afirmou), apesar do crescimento dos canais digitais. Por fim, os resultados dos inquéritos aos promotores não empresariais revelou um contributo expressivo dos projetos apoiados para incrementar a penetração dos canais digitais (93% dos inquiridos - Figura A47) e para o crescimento expressivo da tramitação de serviços nestes canais e nos serviços intervencionados (Quadro A58). É assim plausível de se afirmar, por um lado, o contributo expressivo do PO para o objetivo de melhorar a adesão dos cidadãos aos canais digitais e, por outro, o potencial de crescimento da penetração destes canais na distribuição de serviços públicos no país, crescimento esse corroborado igualmente pelo inquérito aos promotores empresariais, onde a esmagadora maioria dos promotores indica usar preferencialmente o canal online (Quadro A42 e Quadro A51) e, dos promotores que alteraram as suas preferências, praticamente a totalidade o fez a favor do canal online (Quadro A43 e Quadro A52).

Os resultados da auscultação sugerem importantes causas para este panorama: em primeiro lugar, subsistem dificuldades de penetração em franjas da população, em particular as mais envelhecidas e menos literadas do ponto de vista digital, ainda que os inquéritos não o revelem como fator determinante para impedir os resultados dos projetos; em segundo lugar, existe margem de progressão para um maior conhecimento dos serviços disponíveis e para reforçar a sua usabilidade, reclamando intervenções nestes domínios para que garantam uma melhoria da experiência do utilizador e a adesão a estes canais (pelo menos em parte, já enquadradas no contexto do PRR¹⁶ ou já incorporadas em práticas correntes que importa intensificar e consolidar, como por exemplo, o Minuto Cidadão¹⁷, implementado pela AMA, I.P.), tendo a importância da divulgação dos serviços saído reforçada da sessão de *focus group* temática.

151. Do ponto de vista do alcance dos objetivos neste Eixo, não menos importante que aferir simplesmente a capacidade do PO contribuir para a massificação da utilização de canais digitais e em linha com as crescentes expectativas ao longo do período de programação, era expectável um enfoque na concretização de projetos de disponibilização de serviços integrados, segundo lógicas omnicanal e assentes na colaboração, partilha e reutilização de informação, respeitando os princípios da declaração única (*only-once*) e de acessibilidade e

¹⁵ Avaliação do Contributo dos Fundos Europeus Estruturais de Investimento (FEEI) para a Modernização e Capacitação da Administração Pública.

¹⁶ Cfr. previsto na componente 19 do PRR (disponível [aqui](#)), está previsto um projeto definido como “Modelo Comum de Desenvolvimento de Serviços Públicos Digitais” que, entre outros, prevê “a aplicação deste modelo aos serviços públicos mais procurados garantirá a conformidade com os princípios *only-once*, transfronteiriço, experiência comum, acessibilidade, (promovendo a inclusão de cidadãos portadores de deficiência), *security-by-design*”.

¹⁷ Minuto Cidadão de 08 jan 2021 - RTP Play - RTP

usabilidade de elevado padrão de qualidade e segurança. Para o alcance destes objetivos são indissociáveis as intervenções ao nível do *front-office* - concebendo e disponibilizando serviços integrados de forma equilibrada e coerente entre diferentes canais - e as que incidem no *backoffice*, permitindo a integração dos mesmos, a partilha e reutilização de informação, para o qual é tributária (ou mesmo condição necessária), a utilização de plataformas comuns à Administração Pública (plataforma de interoperabilidade, chave móvel digital, catálogo de entidades e serviços, portal único de serviços) que não só viabilizem estes processos, como garantam uma experiência coerente e uniforme aos cidadãos.

152. Dada a ausência de indicadores de realização e resultado que reflitam adequadamente este tipo de realizações, a aferição do alcance dos objetivos a este nível circunscreve-se essencialmente às perceções recolhidas junto dos entrevistados e aos dados apurados nos inquéritos. Neste sentido, os resultados apontam, à semelhança do referido para a adesão dos cidadãos aos canais digitais, para um contributo positivo do PO e para o alcance dos objetivos pretendidos, mas com uma margem de progressão significativa.

A perceção recolhida nas entrevistas aponta para a concretização efetiva da disponibilização de mais serviços digitais integrados e para a o desenvolvimento e adoção pelos organismos de soluções e plataformas TIC transversais à AP, seja por via dos apoios diretos à AMA, enquanto entidade com responsabilidade na gestão das “tais” soluções e plataformas transversais, seja por via dos apoios diretos aos organismos para assegurarem a adoção dessas soluções e viabilizarem formas mais eficientes de partilha de informação (operações pré-formatas), seja, ainda, por via da inclusão de regras de elegibilidade que obriguem à adoção das soluções e princípios de governo TIC na AP. Não obstante, as dimensões de adoção de soluções e plataformas transversais TIC e da efetivação das dinâmicas de partilha e reutilização de informação enfrentaram maior resistência devido à menor propensão de muitos organismos (em particular os de maior dimensão e principais detentores de dados) à adoção destas soluções e à partilha de dados, seja pela maior maturidade das suas soluções tecnológicas próprias, requerendo maior esforço de adaptação, seja pela menor receptividade à partilha de informação (exacerbadas com a introdução do RGPD).



153. A Avaliação do Contributo dos Fundos Europeus Estruturais de Investimento (FEEI) para a Modernização e Capacitação da Administração Pública conclui igualmente pela larga margem de progressão em matéria de integração de serviços e plataformas, concretização da interoperabilidade e do princípio *only-once*, evidenciando a menor representatividade dos cidadãos que indicam ter conseguido resolver o seu problema numa única interação e sem a necessidade de prestar informação já detida pela administração e a maior concentração de operações que incidem somente nos canais / serviços da entidade beneficiária.



154. O resultado dos inquéritos corrobora os resultados da avaliação anterior e a perceção dos *stakeholders* entrevistados. Se por um lado, a generalidade dos promotores afirma que os seus projetos contribuíram para objetivos como a criação/ melhoria de serviços públicos online, desenvolvimento de novos modelos de atendimento e reengenharia, simplificação e desmaterialização de processos (em média, 89% dos promotores o afirma; Figura A47), com reflexo na melhoria da responsividade da AP (94% dos promotores afirma que os seus projetos contribuíram para reduzir tempos de resposta aos cidadãos e empresas; Figura A49), a % de promotores que afirma que o seu projeto contribuiu para a adoção de soluções TIC comuns à AP (as que viabilizam, entre outros, a partilha e reutilização de informação e a plena integração de serviços e plataformas) recua para 81% e apenas 73% dos promotores afirma que o seu projeto contribuiu para a adoção do princípio *only-once* (Figura A47 e Figura A49). Em sede de focus group temático foi possível não só corroborar a maior dificuldade em alcançar realizações neste sentido e no desenvolvimento de serviços integrados entre várias entidades, como apurar que as mesmas tendem a envolver mais entidades além do próprio promotor (pelo menos quem fornece e quem utiliza os dados), sendo muitas vezes possível com os apoios garantir as soluções tecnológicas que permitem a partilha de dados, esbarrando contudo em obstáculos de natureza legal ou mesmo em maior resistência dos organismos em “abraçar” este tipo de projetos, receando implicações da partilha de dados, perdas de receita, entre outros.

155. Apesar da heterogeneidade no que respeita ao pleno alcance dos objetivos e na margem de progressão existente em alguns dos objetivos, em particular, os de maior exigência e maior complexidade, os resultados da análise permitem considerar a generalidade dos objetivos da programação alcançados, efetivando-se o desenvolvimento de novos serviços digitais e modelos e distribuição de serviços públicos, que refletem (pelo menos em parte) as preferências dos utilizadores, a desmaterialização de serviços e processos impactantes no funcionamento da AP e a concretização da adoção de soluções TIC transversais à AP que viabilizem a interoperabilidade e partilha de dados (**verificação dos pressupostos PE II.3** - “São adotadas soluções de atendimento / distribuição de serviços públicos integrados, interoperáveis e que refletem as preferências dos utilizadores e/ ou desmaterializados / automatizados processos internos com impacto no funcionamento da Administração” e **PE II.4** - “É efetivamente concretizada a adoção de soluções TIC comuns à Administração Pública que viabiliza a interoperabilidade, a adoção de soluções comuns de identificação eletrónica e de partilha e gestão eficientes dos dados”). Ainda que, sobretudo ao nível dos cidadãos, se verifiquem desafios à adesão dos utilizadores aos novos canais, resultantes em parte, do seu grau de literacia digital, tal não impediu o

crescimento destes canais na provisão de serviços públicos, verificando-se ainda a alteração de preferências dos utilizadores empresariais a favor destes canais ao nível das empresas (**verificação parcial dos riscos RE II.2** - “As novas ou melhoradas soluções de distribuição de serviços públicos não verificam boa adesão pelos utilizadores” e **RE II.10** - “Entrada em novos mercados pode revelar-se mais complexa e demorada do que o previsto/ Aumento de quota de mercado nos mercados em que já existe presença pode enfrentar uma forte oposição de concorrentes locais e novos concorrentes/ Falta de capacidade de financiamento dos investimentos complementares decorrentes do processo de internacionalização”).

Quadro 12. COMPETE - Indicadores e respetiva execução a 31/12/2021 - Eixo 5

Tipo de Indicador	Indicador - Descritivo	Un.	Meta 2023	Valor Contratado	Taxa de Realização Efetiva (op. concluídas)
Eixo 5 - Capacitação Institucional					
PI 11.1 Resultado	Trabalhadores em funções públicas que se consideram mais aptos após a frequência da formação	%	75-85	N/A	N/A
PI11.1 Realização	Trabalhadores em funções públicas apoiados em ações de formação direcionadas para a reorganização e modernização	N.º	3 000 	1 030	34%
	Projetos de capacitação das entidades e dos serviços da Administração Pública	N.º	230 	298	130%

Nota: **Taxa de realização efetiva** - a verde, indicadores com 80% ou mais de realização; a amarelo, indicadores com realização entre 50% e 80%; a vermelho, indicadores com 50% ou menos de realização.  Valor da meta do indicador reduzido em reprogramação.  Valor da meta do indicador aumentado em reprogramação.

Fonte: EY-Parthenon com base nos SI do COMPETE

156. O Eixo 5 compreende essencialmente os apoios à capacitação dos organismos da Administração Pública e dos seus trabalhadores visando a melhoria do seu desempenho e conta com uma dotação de aproximadamente 162 milhões de euros. Subordinado ao desígnio central de promoção da eficiência e capacidade institucional da AP, este Eixo estava orientado mais para uma componente “interna” de capacitação, incluindo ainda objetivos relacionados com a monitorização e avaliação de políticas públicas e com a simplificação legislativa, que reduzissem a carga burocrática que impende sobre cidadãos e empresas. Não obstante estes objetivos iniciais da programação e que não vieram a ser alterados nas reprogramações, as ações financiadas por neste Eixo registaram um enfoque nos processos operacionais e ancorados por processos de transformação digital mais latos, em estreita complementaridade com as ações do Eixo 2 (este aspeto é desenvolvido na resposta à QA5 Relevância / Coerência).
157. À data de corte, apesar de registar uma taxa de compromisso (139%) superior à média (126%), o Eixo 5 apresenta dos níveis de realização financeira mais baixos do PO (39%), fruto essencialmente do nível de realização da medida SAMA - Capacitação, que concentra praticamente a totalidade do incentivo aprovado neste Eixo. Por sua vez que os níveis de procura nos AAC no âmbito da Capacitação Institucional (90% lançados antes do final de 2019) foram satisfatórios (75% dos AAC mobilizaram uma procura qualificada superior ou igual a 75%), verificando-se níveis de seletividade ligeiramente acima da média do PO (taxa de aprovação bruta de 83%).
158. Uma análise mais fina às dinâmicas de contratualização dos apoios indicia desafios relevantes nas fases iniciais (análise de candidaturas, aprovação, contratualização), que terão condicionado o arranque das operações nos primeiros anos de implementação do Programa. O elevado período desde a data de candidatura até à decisão final e assinatura dos termos de aceitação (81% dos valores de incentivo aprovados dizem respeito a projetos candidatados a AAC lançados até 2017, mas cuja aprovação apenas ocorreu entre 2018 (41% do valor aprovado) e 2021 (25%), evidencia estes constrangimentos, que de acordo com o apurado nas entrevistas se deveu essencialmente ao esforço de adaptação inicial dos agentes (promotores, OI) à transição de componentes financiadas pelo FEDER no QREN e que passaram a ser financiadas pelo FSE no PT2020, com reflexo na necessidade de realocar/ segregar projetos do Eixo 2 para o Eixo 5, a que acresceu a indisponibilidade do SI FSE, no início do Programa. Estes fatores condicionaram em larga medida todo o processo submissão e análise de candidaturas e, subsequentemente da sua aprovação e contratualização.
159. A estes constrangimentos específicos aplicáveis à medida SAMA - Capacitação/ FSE, acrescem os de natureza mais geral que afetaram também os projetos da medida SAMA - TIC/ FEDER, designadamente o desalinhamento face ao ciclo orçamental, morosidade nas autorizações de alterações orçamentais / de despesa pelas tutelas, que determinaram também aqui níveis elevados de sinistralidade das operações, com a taxa de rescisão/ anulação a fixar-se nos 6%. Também nesta PI, os resultados dos inquéritos apontam para o mesmo tipo de fatores condicionadores do arranque e implementação das operações, com 58%, 54% e 25% dos promotores a indicarem, respetivamente, os procedimentos de contratação pública, a pandemia e as autorizações de despesa

e assunção de encargos plurianuais, emergindo neste caso específico também as alterações de contexto político, institucional e regulamentar como fator condicionador (21% dos promotores).

160. Apesar dos constrangimentos à implementação das operações, essencialmente nas fases iniciais da implementação do Programa, os agentes envolvidos revelaram boa capacidade de recuperação, perspetivando-se, na opinião dos stakeholders, a plena utilização da dotação do Eixo 5 e o alcance das metas estabelecidas para 2023, no que diz respeito à medida SAMA - Capacitação. Esta perspetiva é de resto corroborada pelas respostas no inquérito aos promotores não empresariais, onde a quase totalidade dos inquiridos afirma esperar o alcance das metas dentro ou acima do contratado (Figura A41).

O reduzido número de operações no domínio da formação dos trabalhadores da AP determinará a incapacidade de cumprir as metas previstas, devendo-se tal facto sobretudo a falta de atratividade do instrumento, designadamente decorrente da aplicação conjugada das regras relativas ao “efeito territorial” e aos “limites relativos a custo máximo por hora”, apesar de ter suscitado razoável interesse por parte dos promotores e de estes fazerem uma apreciação positiva das ações de formação apoiadas.

161. Os apoios à formação profissional, os quais foram mobilizados exclusivamente acoplados a iniciativas de transformação digital e modernização administrativa financiadas ao abrigo da PI 2.3, revelaram-se ineficazes na mobilização dos públicos-alvo não se perspetivando o cumprimento das metas definidas em sede de programação. Tal resulta do menor interesse das entidades e, sobretudo, da reduzida atratividade do instrumento, verificando-se apenas 18 operações aprovadas na TI 63 Formação dos trabalhadores da AP, para um total de 314 operações aprovadas na PI 2.3. Sem surpresa, estes números refletem-se também nos resultados dos inquéritos, verificando-se apenas 7 projetos em 83 onde inquiridos recorreram à componente de formação nos AAC que tinham essa componente prevista (Quadro A59), e apontando como principal causa o facto de dentro dos fornecimentos cofinanciados pela componente FEDER estar prevista uma componente de formação (55% dos promotores o afirma; Figura A51). Contrariamente ao reduzido interesse dos públicos alvo apontado pelos stakeholders, apenas 37% dos inquiridos afirma não se ter candidatado à componente de formação por falta de interesse / necessidade, o que é consistente com o facto de terem sido apresentadas 130 candidaturas nesta TI, porém com uma taxa de aprovação bruta inferior a 40% e com uma taxa de anulação/ rescisão de 69%, indiciando portanto a pertinência da formação profissional na AP, na perspetiva dos promotores, sendo assim razoável de se concluir, portanto, que a ineficácia destes instrumentos está sobretudo associada à reduzida atratividade dos instrumentos.
162. Da auscultação dos *stakeholders*, foi possível apurar que os fatores determinantes da menor atratividade resultaram dos baixos custos / hora e sobretudo do efeito desincentivador das regras de cofinanciamento aplicáveis às regiões não-convergência (muitas das entidades estão sediadas em Lisboa, e apenas era cofinanciada a despesa na proporção da população servida pela entidade fora desta região, reduzindo o cofinanciamento para cerca de 57%), o que se constitui como fator desincentivador, agravado pela complexidade administrativa à própria candidatura e ao risco de formar trabalhadores que depois acabavam por sair para outros organismos da AP. A isto acresce que nos casos onde o custo elegível se situava abaixo de 50 mil euros, as operações teriam de ser cofinanciadas ao abrigo da metodologia de custos simplificados, levando a que muitas candidaturas caíssem em sede de análise de candidatura pelo facto de as mesmas não preverem tal enquadramento, num quadro em que os apoios à formação, financiados pelo FSE, eram analisados autonomamente (muitas operações viram a componente FEDER ser aprovada, contrariamente à componente de formação/ FSE). Estes motivos para a menor atratividade dos instrumentos foi, de resto, confirmado em sede de *focus group* temático.
163. Ainda que o número de promotores com projetos aprovados neste domínio seja diminuto (13), os resultados apontam para a adequação das ações de formação às necessidades e para o interesse dos formandos nas mesmas (75% dos inquiridos, ponderado por investimento elegível, afirma a existência de um contributo forte ou muito forte para endereçar as necessidades - Figura A52 - e considera que o interesse / adesão dos formandos facilitou os resultados dos projetos - Figura A53), o que torna plausível uma apreciação positiva das ações apoiadas nesta TI para os objetivos do programa (validação do pressuposto PE II.6 - “O esforço formativo é direcionado para áreas de maior necessidade e de aplicação em contexto profissional, sendo valorizado pelos trabalhadores e organizações”).
164. Ainda no domínio da formação, embora em sede de programação tivesse sido prevista a possibilidade de se apoiar ações de formação não estritamente ligadas às operações de modernização co-financiadas no Eixo 2, o atraso verificado na concretização da condicionalidade ex-ante (existência de plano de formação para a AP) condicionou o lançamento de avisos neste âmbito, que acabaram mesmo por não ocorrer.
165. Estas evidências confirmam, em traços gerais, os constrangimentos à eficácia da intervenções no âmbito da formação profissional dirigida aos trabalhadores apurados na Avaliação do contributo dos Fundos Europeus Estruturais de Investimento (FEEL) para a Modernização e Capacitação da Administração Pública, que concluiu igualmente pelo impacto negativo na mobilização da procura e nas realizações desta TI associado ao tardio

cumprimento da condicionalidade ex-ante associada, às limitações ao nível da regulamentação aplicável, designadamente a insuficiência dos valores máximos admitidos para as formações destinadas a dirigentes e técnicos superiores, o efeito desincentivador das regras de financiamento aplicáveis nas regiões não-convergência e a carga burocrática associada à instrução de candidaturas e reporte de execução.

Na medida SAMA - Capacitação, os objetivos de Programação ligados à melhoria da eficiência e desempenho das organizações da AP foram alcançados, quer com a implementação de projetos mais orientados à eficiência e produtividade internas, quer sobretudo com projetos com forte orientação “para fora”, que acoplam a dimensão interna com uma orientação para a melhoria na provisão de serviços públicos

166. Se os resultados e objetivos previstos em sede de programação no âmbito da capacitação dos trabalhadores se revelam dificilmente alcançáveis, no caso da capacitação institucional da AP, a intervenção do PO revelou-se bem mais eficaz no alcance dos seus objetivos, ainda que com maior enfoque na melhoria da eficiência processual orientada “para fora” (i.e. para a melhoria do serviço prestado ao cidadão) e em estreita complementaridade com os projetos de modernização apoiados na PI 2.3, e menos orientados para objetivos como a introdução de práticas de avaliação de serviços públicos e de simplificação legislativa e regulatória, também eles previstos em sede de programação, sendo que no caso destes últimos, a complexidade associada a este tipo de reformas não se coaduna com o limite de duração de 36 meses destas operações estabelecido em sede de regulamento.
167. Os promotores não empresariais com projetos aprovados neste Eixo/PI revelam uma preponderância maior atribuída a esse tipo de operações, com 87% dos inquiridos a afirmar que o seu projeto incidiu sobretudo na “adoção de modelos organizativos, de tecnologias / ferramentas de gestão e reengenharia de processos internos que racionalizam e agilizam a atividade da Administração”, por oposição aos apenas 13% que afirmam ter incidido sobretudo na “implementação de reformas de simplificação legislativa / administrativa (Figura A58). Por seu turno, quando indagados sobre o contributo dos seus projetos para diferentes objetivos da programação, ressalta o facto de, regra geral, mais de 90% dos promotores, ponderado pelo investimento elegível, indicar um contributo forte ou muito forte para adoção de processos mais eficientes / otimização de processos, para a melhoria do serviço ao utilizador, para a redução de custos de funcionamento da entidade, para promover a inovação e colaboração com outras entidades da AP e para reforçar a motivação e alinhamento dos recursos com a estratégia da organização (Figura A59), descendo para 89% e 82%, respetivamente, no que respeita ao contributo para “melhorar processos e ferramentas de planeamento e gestão de performance” e para “implementar práticas de monitorização e avaliação de serviços e políticas públicas”, ainda assim suficiente para permitir concluir pelo sucesso do Programa na promoção deste tipo de modelos e medidas” (verificação do pressuposto PE II.5 - “São adotados novos modelos organizacionais e novos modelos / ferramentas de gestão que promovem a eficiência, reforçam a orientação para uma cultura de orientação para os resultados e de gestão da performance”). Apesar de o estudo de caso “Modernização do Sistemas de Registos”, promovido pelo IRN, não ter revelado um enfoque nesta vertente “interna” e não se revelando suficiente para alterar profundamente a cultura organizacional e a sua orientação para os resultados, também não refutou o contributo da operação para estes objetivos, verificando-se importantes transformações na forma como o IRN e o seus trabalhadores exercem as suas funções e, sobretudo pela maior orientação e foco na melhoria do relacionamento com o cidadão. Em contraponto, este estudo de caso constituiu um bom exemplo e confirma os resultados dos inquiridos, com a operação em causa a incorporar um amplo programa de transformação digital do IRN (em sentido lato, com intervenções nos processos acopladas a intervenções de natureza mais tecnológica), cobrindo dimensões mais internas (e.g. implementação de sistema de gestão documental) com outras mais orientadas ao serviço ao cidadão/ empresas nas mais diferentes áreas registais: registo comercial, registo predial, registo civil automóvel), refletindo-se numa adesão expressiva dos utilizadores finais às soluções desenvolvidas e disponibilizadas e em ganhos de produtividade e eficiência interna relevantes no contexto da organização.
168. Quando indagados sobre se o seu projeto visava intervenções que impactavam diretamente a provisão de serviços públicos a cidadãos e empresas, 61% dos inquiridos respondeu favoravelmente, confirmando o foco maior na orientação para a qualificação do serviço público, ao qual não serão indiferentes os critérios de mérito introduzidos nos AAC. Estas intervenções reforçam igualmente resultados em termos de melhorias na prestação de serviços, com praticamente a totalidade dos inquiridos a afirmar que o seu projeto contribuiu para reduzir tempos de espera e interações necessárias e, não menos importante, para promover o princípio only-once e reduzir custos para os utilizadores (79% e 86%, respetivamente; Figura A61), viabilizando o aumento da disponibilização de serviços online e a sua utilização (Quadro A60).
169. Estes resultados sugerem a confirmação das conclusões da Avaliação do contributo dos Fundos Europeus Estruturais de Investimento (FEEI) para a Modernização e Capacitação da Administração Pública, que apontavam para “uma forte associação da maioria das intervenções a lógicas mais amplas de modernização e capacitação das entidades promotoras, com destaque para as ligações estabelecidas com o processo de transformação digital em curso” e uma centralidade das realizações dos projetos apoiados na “reengenharia

de processos internos de funcionamento das entidades promotoras, muitas vezes em apoio a (ou mesmo sob comando de) iniciativas tendentes à sua desmaterialização, sinalizando um perfil de intervenção tendencialmente mais operacional e relativamente estreito face aos objetivos originais da programação”.

Tais conclusões não prejudicam, contudo, o contributo generalizado do PO para o alcance dos objetivos de programação, na medida em que, talvez com exceção dos relacionados com a introdução de medidas de simplificação legislativa e regulatória (porventura devido às competências para intervir nesta matéria - a competência para legislar não está naturalmente nas entidades da AP - menos sintonizadas com a lógica de intervenção que visa apoiar diretamente essas mesmas entidades, e também pela restrição temporal de 36 meses para a implementação de operações financiadas pelo FSE, relativamente curta para operações desta natureza), no âmbito geral foram apoiados projetos alinhados com a globalidade desses objetivos, perspetiva corroborada pela perceção dos stakeholders entrevistados.

170. Por fim, não é demais assinalar o contributo das operações financiadas pelo FSE para o estímulo à inovação e cooperação na Administração Pública, consubstanciado na criação de competências para intensificar os processos de transformação lançados no presente período de programação. A título de exemplo, projetos como o LabX (promovido pela AMA), que visa fomentar métodos de co-criação e experimentação de soluções de prestação de serviços, contribuindo para o redesenho de serviços, a sua integração (por exemplo segundo eventos de vida) ou o Procure+I (promovido pela ANI), que se constitui como um centro de competências para apoiar o desenvolvimento de compras públicas de inovação, capazes de induzir maior qualidade e customização das soluções contratadas às necessidades específicas dos organismos. Constituí um bom exemplo das soluções alavancadas por este tipo de centros de competências (no caso, o LabX) a criação do “Espaço Óbito”, que se constitui como um balcão único para tratar dos procedimentos inerentes a este evento de vida, e que é parte integrante da operação do estudo de caso “Modernização dos Sistemas de Registos”, promovido pelo IRN, que evidenciou os benefícios quer para o cidadão, quer desta articulação com a AMA/ LabX.
171. O estudo de caso “Modernização dos Sistemas de Registos”, permitiu ainda verificar que, apesar de se verificarem algumas dificuldades de adaptação dos trabalhadores às novas ferramentas e processos de trabalho, tal foi ultrapassado não impactando na concretização dos projetos e dos resultados obtidos, o que se encontra alinhado com os resultados dos inquéritos, onde apenas 6% dos promotores afirma que o envolvimento dos trabalhadores, sindicatos entre outros stakeholders condicionou o arranque e implementação dos projetos (Figura A60), concluindo-se pela não validação do risco RE II.3 “Resistência / obstáculos à mudança promovidos por diferentes stakeholders (e.g. estruturas de gestão das entidades, trabalhadores, sindicatos) obsta à conclusão dos projetos e entrega dos resultados preconizados”.

REACT-EU - FEDER (Eixo 7)

O Eixo 7 do COMPETE foi mobilizado para o apoio às PME sob a forma de fundo de maneiio, acomodando 64% das operações apoiadas pelo PO exclusivamente financiadas pelo FEDER (13% do incentivo aprovado total). A grande maioria das operações apoiadas são do Programa APOIAR, ao passo que alguns instrumentos no domínio do apoio à transição climática não apresentaram operações aprovadas.

172. O Eixo 7 REACT FEDER consistiu numa iniciativa que deu continuidade e que alargou as medidas de resposta aos constrangimentos económicos e sociais resultantes da pandemia COVID-19, apoiando cerca de 67.887 operações (64% do total) associadas à PI 40.R2. Em termos financeiros, o Eixo resultou num investimento aprovado de 955M€, exclusivamente financiado pelo FEDER e representando cerca de 13% do total do incentivo aprovado no COMPETE. Este Eixo incluiu, nomeadamente, os objetivos de:
- (i) apoio à sobrevivência e à estabilidade da atividade empresarial (FEDER), através 1) do reforço do Programa APOIAR em 255M€, para cobrir os compromissos já assumidos e permitir a continuidade de apoio a fundo de maneiio, visando suportar a fase da retoma económica das micro, pequenas e médias empresas viáveis dos setores particularmente afetados, reposicionando a dotação total nos 985M€; e 2) do reforço da tipologia “Garantir Cultura (Tecido Empresarial)” em 3M€, para um total de 27M€;
 - (ii) apoio à resiliência do sistema de saúde (FEDER), por via do reforço de um montante de 50M€ em 2022, para um total de 250M€, para cobrir os compromissos já assumidos no âmbito dos apoios à vacinação e medicamentos específicos para tratamento do COVID-19;
 - (iii) apoio à transição climática (FEDER) através da afetação de um montante de 30M€, em 2022, para um total de 287M€, para apoio à Reabilitação da rede hidrográfica, Resiliência dos territórios face ao risco, aumento da capacidade de resposta e resiliência das infraestruturas (Saneamento), Inovação Empresarial Verde e Descarbonização do Porto de Sines.
173. No focus group foi salientando que tais medidas foram complementadas por outros pacotes de ajuda como o *layoff* simplificado, que possibilitaram uma ajuda mais generalizada às empresas portuguesas.

174. Não obstante os objetivos definidos para a emergência deste novo Eixo, a grande maioria das operações apoiadas pelo Eixo ocorreram no âmbito do Programa APOIAR (97% das operações que representam 96% do incentivo aprovado), não se tendo registado aprovações aos instrumentos REACT-EU - Resiliência do sistema de saúde, REACT-EU - Reabilitação da rede hidrográfica e REACT-EU - Saneamento de águas residuais.

Contrariamente ao que se verificou nos outros eixos, as operações do Eixo 7 concentraram-se sobretudo na região de Lisboa, enquadrando-se na área do Turismo (um dos setores mais afetados pela pandemia da COVID-19). Embora a taxa de realização seja elevada, a taxa de compromisso foi a segunda mais baixa do COMPETE (considerando que algumas operações ainda se encontram em análise). A tipologia de operação APOIAR destaca-se com os níveis mais altos de realização em comparação com a TI- Garantir Cultura.

175. Comparando com os outros eixos de intervenção do COMPETE, o REACT FEDER é o terceiro com maior incentivo aprovado (943 M€) e investimento elegível (955 M€). Ao nível geográfico, verifica-se uma concentração dos apoios na região de Lisboa, beneficiária de 47% do fundo aprovado distribuído por 28.593 projetos do Eixo 7 (42% do total dos projetos deste Eixo). De seguida, as regiões do Norte, Centro e Algarve acomodaram 26%, 14%, 14% das operações e 23%, 12%, 15% do fundo aprovado, respetivamente. Já a região do Alentejo registou um número mais reduzido de projetos apoiados (2.608), em função também da menor massa crítica empresarial. Em termos setoriais, a maioria das operações enquadrou-se na área do Turismo (68%, representando 75% do fundo aprovado).
176. As operações do Eixo 7 registaram a taxa de realização mais elevada (93%), fruto da emergência económica existente no período que conduziu a uma maior pressão para a facilidade de execução dos projetos, aspeto confirmado nos momentos de auscultação (entrevistas, resultados dos inquéritos e focus group "REACT-EU e CRII"). No entanto, e apesar da alta taxa de realização, os valores financeiros alocados encontram-se abaixo da dotação orçamental programada de 1.211 M€, culminando numa taxa de compromisso de 78%, a segunda mais baixa, apenas seguida pelo Eixo 8 (59%).
177. Estes níveis de realização e compromisso do Eixo 7 são justificados, pelo menos parcialmente, pelo lançamento dos AAC apenas em 2021, existindo ainda candidaturas em análise. De notar que o índice de procura qualificada foi baixo, registando-se 86% dos AAC com um índice inferior a 10% (Quadro A7), ou seja, a maioria após a admissão, não cumpria com os critérios de análise de mérito. Não obstante, de acordo com a maioria dos inquiridos empresariais CRII (Figura A12), os instrumentos de apoio adequaram-se às necessidades das suas empresas a vários níveis, como, por exemplo, informação sobre as medidas e os AAC (clareza, facilidade de acesso à informação), condições de elegibilidade do promotor e dos projetos presentes nos avisos de concurso, entre outros.
178. Em consequência da sua natureza, o Eixo 7 comprometeu-se em apoiar a tesouraria a curto prazo dos beneficiários, maioritariamente empresas, sendo, o Eixo do Programa com menor dimensão média do incentivo aprovado por projeto (13 885€). Conforme já suprarreferido, o Eixo apenas contou com operações aprovadas nas TI "E2 - APOIAR" e na "TI 67 - Garantir Cultura". Cerca de 92% dos projetos APOIAR registam uma taxa de realização acima de 90%, destacando-se a medida APOIAR PME enquanto mais relevante, com 38.951 projetos apoiados (57% do total do eixo) representativos de 87% do total de incentivo aprovado do Eixo (821 M€) e verificando uma alta execução financeira de 98%.
179. A TI "67 - Garantir Cultura" materializou-se num apoio universal (não concursal), a fundo perdido, que visou a mitigação dos impactos da crise pandémica no setor cultural e o estímulo à gradual retoma da sua atividade, permitindo a remuneração do trabalho artístico e técnico. Este programa apoiou atividades de criação ou programação artísticas, a realizar em formatos e contextos físicos ou digitais. Esta tipologia de operação apoiou empresas e instituições a operar num setor fortemente impactado pela COVID-19, concretizando um total de 618 projetos, que acomodaram 30M€ de incentivo aprovado (3% do total do Eixo). No entanto, a totalidade dos projetos apresentou uma taxa de realização inferior a 10% demonstrando deficiências na aplicação desta TI de emergência.
180. Não obstante, as taxas de aprovação bruta e líquida são muito elevadas e as taxas de rescisão foram nulas, uma vez que os critérios e objetivos de cumprimento eram mais fáceis de atingir que nos outros instrumentos do COMPETE.

Quadro 13. COMPETE - Indicadores e respetiva execução a 31/12/2021 - Eixo 7

Tipo de Indicador	Indicador - Descritivo	Un.	Meta 2023	Valor Contratado	Taxa de Realização Efetiva (op. concluídas)	Taxa de Realização Contratada
Eixo 7 - REACT - EU - FEDER						
PI 13.1 (40.R2) Resultado	PME que concretizaram o projeto e mantêm a sua atividade no final de 2021	%	80	98	123%	
	Grau de cobertura de 95% da população residente em Portugal continental com esquema vacinal completo contra a Covid-19	%	78	S/ execução reportada	N/A	
	Redução do consumo energético	%	10	S/ execução reportada	N/A	
	Adicional de alojamentos com melhorias no serviço de saneamento nas áreas abrangidas pelo financiamento REACT-EU	%	2,5	S/ execução reportada	N/A	
PI 13.1 (40.R2) Realização	Financiamento não reembolsável (subvenções) para fundo de maneiio das PME em resposta à COVID-19 (custo público total)	M€	730	908	122%	124%
	Nº de PME apoiadas através de financiamento não reembolsável (subvenções) para fundo de maneiio em resposta à COVID-19	N.º	36 504	50 489	138%	138%
	Nº de postos de trabalho das empresas apoiadas através de financiamento não reembolsável para fundo de maneiio em resposta à COVID-19	N.º	214 211	196 262	92%	92%
	Valor dos medicamentos adquiridos associados ao teste e tratamento do COVID-19 (inclui kits de teste, antivirais e outros consumíveis) (custo público total)	M€	28,6	S/ op. Contratadas até ao final de 2021	N/A	N/A
	Valor de todos os custos de vacinação	€	171	S/ execução reportada	N/A	N/A
	Doses de vacinas adquiridas (Vacinas aprovadas pela Agência Europeia de Medicamentos)	N.º (M)	13	S/ execução reportada	N/A	N/A
	Pessoas vacinadas com o apoio da União Europeia	N.º (M)	5,8	S/ execução reportada	N/A	N/A
	Número PME apoiadas em investimentos no domínio da economia circular, transição climática e energética	N.º	99	S/ execução reportada	N/A	N/A
Resiliência dos Territórios face ao risco - Superfície intervencionada	ha	14 146	S/ execução reportada	N/A	N/A	
Linhas de água intervencionadas (para recuperação da qualidade das massas de água, a proteção dos ecossistemas e a promoção da biodiversidade)	Km	58	S/ execução reportada	N/A	N/A	

Nota: **Taxa de realização efetiva** - a verde, indicadores com 80% ou mais de realização; a amarelo, indicadores com realização entre 50% e 80%; a vermelho, indicadores com 50% ou menos de realização. **Taxa de realização contratada** - a verde, indicadores com 100% ou mais de realização; a amarelo, indicadores com realização entre 80% e 100%; a vermelho, indicadores com menos de 80% de realização. Valor da meta do indicador reduzido em reprogramação. Valor da meta do indicador aumentado em reprogramação.

Fonte: EY-Parthenon com base nos SI do COMPETE

As metas dos indicadores do Eixo 7 foram largamente ultrapassadas, mesmo com candidaturas ainda em análise. Em termos globais, as operações apoiadas potenciam a manutenção das atividades das empresas, assim como as capacitam para assegurar postos de trabalho com um maior fundo de maneiio, possibilitado pelos apoios do COMPETE. No entanto, vertentes como o investimento em I&D com vista a responder a necessidades mais imediatas do SNS, que se experienciaram em contexto pandémico, não foram tão estimuladas como seria expectável.

181. Analisando os indicadores de realização e resultado das operações deste Eixo 7 (Quadro 13), é perceptível que, na sua globalidade, as metas foram atingidas com sucesso, apesar de alguns constrangimentos apontados no focus group (e.g. atrasos nos processos de pagamento), não existindo registo de anulações/rescisões, permitindo demonstrar que os apoios do Eixo 7 foram importantes para manter as atividades de 98% das PME apoiadas no âmbito do Programa APOIAR até ao final de 2021 (indicador de resultado). Foram apoiadas mais de 50.000 PME através de financiamento não reembolsável para fundo de maneiio, ultrapassando a meta em 38% (embora tivesse sido reduzida em reprogramação). Além disso, também o número de PME com apoio


contratado através de financiamento não reembolsável (subvenções) para fundo de maneiio em resposta à COVID-19 (50.489) foi superior ao previsto (taxa de execução efetiva e contratada de 122% e 124%). No que se refere ao montante de financiamento para fundo de maneiio em resposta à COVID-19 concedido e contratado até ao final de 2021, este permitiu o apoio a 196.262 postos de trabalhos das PME beneficiárias, não ultrapassando ainda a meta de 214.211 postos de trabalho.

182. É de salientar que os resultados do inquérito empresarial CR11 (Figura A7) revelaram que os fatores condicionantes mais visíveis nas operações associadas aos outros eixos, como, por exemplo, prazos de análise das candidaturas, prazos de análise de pedidos de pagamento, foram, neste caso, considerados facilitadores na eficácia da execução das operações, daí o alcance generalizado das metas contratualizadas (para as quais já é possível obter dados).
183. Por último, o processo de auscultação (via inquérito promotores empresariais inquiridos com operações CR11 e focus group) (Figura A8) aponta para efeitos do incentivo do COMPETE em mais de 70% das operações ao nível da maior capacitação para cumprir com as normas e recomendações das autoridades em contexto da pandemia COVID-19, no suporte das despesas de tesouraria e, conseqüentemente, na manutenção das empresas em atividade e dos seus postos de trabalho. No entanto, o contributo para desenvolver projetos de I&D para responder às necessidades imediatas e de médio prazo do SNS, assim como o incentivo à realização de investimentos para relançar a atividade posteriormente, foi fraco e, nalguns casos, até mesmo nulo nas operações deste Eixo (60% e 51% das operações, 57% e 43% do montante de investimento elegível, respetivamente).


REACT-EU - FSE (Eixo 8)



184. Este eixo foi um dos dois criados na sequência do exercício de reprogramação de 2021, que surgiu como resposta aos impactos económicos e sociais resultantes da crise pandémica. Sendo financiado pelo FSE, o Eixo 8 cobriu a vertente mais social da resposta, incluindo o apoio à criação de emprego, por via do instrumento ATIVAR.PT, e o apoio à recuperação e consolidação de aprendizagens dos alunos do ensino público não superior.
185. Ao eixo foi atribuída uma dotação de 276M€ de FSE para o total do período, ficando o valor repartido entre 141M€ para o instrumento ATIVAR.PT, 117M€ para a recuperação e consolidação de aprendizagens e 18M€ para a testagem nas escolas. Em sede de reprogramação, previa-se que em todas as medidas a execução se concentrasse logo em 2021 (80% do financiamento), sendo que o processo de contratualização com os beneficiários dos apoios inseridos no Eixo 8 teve início ainda nesse ano, por via do lançamento dos avisos convite. As operações da medida ATIVAR.PT tiveram como beneficiário único o IEF, enquanto as operações da educação foram distribuídas entre a DGEstE (testagem nas escolas) e o IGeFE (recuperação de aprendizagens).¹⁸
186. À data de reporte (31/12/2021), contudo, apenas operações ligadas à educação - recuperação e consolidação de aprendizagens e testagem nas escolas - se encontravam aprovadas, ainda que sem execução. Nesse sentido, a avaliação da eficácia no âmbito do Eixo 8 focar-se-á apenas nas medidas de consolidação recuperação de aprendizagens e de testagem nas escolas, e mobilizando, necessariamente e para contextualizar a análise, dados já posteriores à data de reporte.
187. Os indicadores do PO de suporte à eficácia são sistematizados no quadro, que contém apenas as metas previstas, uma vez que à data de reporte não há execução.

Quadro 14. COMPETE - Indicadores e respetiva execução a 31/12/2021 - Eixo 8

Tipo de Indicador	Indicador - Descritivo	Un.	Meta 2023
PI 13.1 (40.R3) Resultado	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação nas ações de apoio à contratação e nos estágios profissionais	N.º	10 428
	Índice relativo aos níveis de aprendizagem observados nas provas de aferição em Língua Portuguesa e em Matemática, em 2021 (base 100 = resultados de 2018)	%	100
	Comunidade educativa alvo testada	%	90
PI 13.1 (40.R3) Realização	Valor das intervenções do FSE para combater ou contrariar os efeitos da pandemia COVID-19 (custo público total)	M€	114 
	Número de participantes apoiados para combater ou contrariar os efeitos da pandemia de COVID-19	N.º	17 380

¹⁸ No caso das operações das medidas ATIVAR.PT, não havendo registo de operações aprovadas à data de reporte, não serão consideradas na análise da eficácia.

Tipo de Indicador	Indicador - Descritivo	Un.	Meta 2023
	Número de alunos envolvidos nas medidas de recuperação e consolidação de aprendizagens	N.º (M)	1,2
	Valor dos medicamentos adquiridos associados ao teste e tratamento do COVID-19 (inclui kits de teste, antivirais e outros consumíveis) (custo público total)	M€	14,4
	Capacidade de teste para diagnóstico e teste à COVID-19 financiada (incluindo teste de anticorpos)	N.º	721 208
	Valor das intervenções do FSE para combater ou contrariar os efeitos da pandemia COVID-19 (custo público total)	M€	109 

Nota:  Valor da meta do indicador reduzido em reprogramação.  Valor da meta do indicador aumentado em reprogramação. Sem execução reportada, pelo que não é possível calcular as respetivas taxas de realização efetivas e contratadas.

Fonte: EY-Parthenon com base nos SI do COMPETE

Testagem nas escolas

A operação de testagem nas escolas, promovida pela DGEstE, teve um contributo relevante para o regresso ao ensino presencial em 2021, numa fase onde a taxa de vacinação em Portugal ainda era reduzida.

188. No regresso ao ensino presencial, ainda num contexto de pandemia e ainda sem a massificação da vacinação entre a população portuguesa, era necessário assegurar a segurança da comunidade educativa, não só por razões de saúde pública, mas também para garantir a sustentabilidade do próprio retorno, evitando novos períodos de confinamento. A operação de testagem realizada no decorrer do regresso ao ensino presencial, cujo promotor foi a entidade gestora dos estabelecimentos educativos, a DGEstE, assumiu um carácter universal abrangendo alunos, docentes e não docentes dos 810 agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas do Continente.
189. Em sede de programação estavam previstas duas metas para os indicadores de realização, um relativo aos montantes de FSE envolvidos (14,4 M€) e outro para a capacidade de teste (721 208 testes). Com estas realizações esperava-se cobrir até 2023 90% da comunidade educativa (alunos, docentes e pessoal não docente). Apesar de não haver registo de realização financeira ou de valores de indicadores à data de reporte, observou-se execução física durante o ano de 2021, sendo possível antecipar que, de acordo com a informação documental recolhida, as metas dos indicadores de programação tenham sido alcançadas.
190. O processo de testagem arrancou no início de 2021, antecedendo o regresso ao ensino presencial em março, tendo a essa data já sido realizados cerca de 65 mil testes. Durante os meses de março e abril, com o regresso faseado do ensino presencial, decorreu a fase principal da testagem rápida nas escolas, sucedida pelas outras fases de testagem no início do ano letivo (alunos, docentes e não docentes) e no início do 2º período (apenas docentes e não docentes) de 2021/2022.
191. Considerando a natureza da intervenção, a análise da eficácia da medida, para além da verificação do cumprimento das metas definidas, assume um carácter qualitativo, centrado no seu contributo para o objetivo principal: o regresso em segurança às atividades letivas presenciais. No mesmo sentido, dada a universalidade da medida, a análise da eficácia da medida é em si uma análise de impacto. Tendo em consideração estes aspetos, é possível aferir um contributo relevante da testagem rápida nas escolas para o regresso sustentável ao ensino presencial, tendo atuado, em conjunto com a aplicação das normas de segurança (e.g. uso de máscara), como instrumento mitigador da transmissão da COVID-19 num período onde a taxa de vacinação, sobretudo entre os mais jovens, era ainda reduzida.

Recuperação e consolidação de aprendizagens

192. Se a testagem nas escolas pretendia mitigar os efeitos nocivos do confinamento na aprendizagem dos alunos por via do contributo para o regresso efetivo ao ensino presencial, a medida de recuperação e consolidação de aprendizagens, tal como o nome indica, tinha como objetivo atenuar o impacto negativo no sucesso escolar dos alunos do período de confinamento, onde o ensino à distância limitou os processos ensino-aprendizagem, sobretudo no âmbito dos contextos socioeconómicos mais desfavoráveis e dos níveis de ensino mais precoces.
193. A operação apoiada pelo COMPETE2020 foi previamente enquadrada no o Plano 21|23 Escola+, estabelecido pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2021 de julho de 2021, que estabeleceu três eixos de atuação, que agregam diferentes domínios de atuação, desenvolvendo-se em ações específicas
194. Entre as atividades preconizadas no âmbito da recuperação de aprendizagens encontravam-se:
- ▶ O reforço dos créditos horários de mais de 1 milhão de alunos do básico e secundário;
 - ▶ Aumento suplementar do crédito horário das escolas destinado às Equipas Multidisciplinares de Apoio à Educação Inclusiva, abrangendo cerca de 69 mil alunos com necessidades educativas específicas;
 - ▶ Alargamento do apoio tutorial específico a todos os alunos do 2º e 3º ciclos e ensino secundário que não obtiveram aproveitamento escolar no ano letivo 2019/2020 abrangendo cerca de 28 mil alunos; e

- ▶ Adoção de Planos de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário, que abrangeriam mais de 190 mil alunos do ensino pré-escolar ao secundário.
195. A universalidade das ações inseridas na operação teve também reflexo nas metas de realização, tendo-se fixado 1.173.368 alunos envolvidos nas medidas como meta até 2023. Estando prevista a execução da operação para o ano letivo de 2020/2021, o indicador de resultado da operação definia como meta um índice relativo aos níveis de aprendizagem observados nas provas de aferição em Língua Portuguesa e em Matemática, em 2021, semelhante ao de 2018.
196. No entanto, à data de reporte da avaliação, ainda que, à semelhança da testagem nas escolas, já existissem realizações físicas (e.g. reforço de meios humanos e créditos horários alocados à recuperação de aprendizagens), não se registavam valores de execução financeira da operação, o que se refletia nos indicadores de realização ou resultado, para os quais ainda não havia informação disponível. Contudo, a análise dos relatórios de monitorização do Plano 21 | 23 Escola + aponta para uma forte adesão das escolas (AE/ENA), ainda que heterogénea ao nível das ações específicas. Em abril 2022 (1º relatório de monitorização), a generalidade das escolas já tinha implementado pelo menos uma das ações do plano, verificando-se uma variação entre 37% e 82% nos níveis de adesão por ação.¹⁹ Também se observa uma diferenciação nos níveis de adesão às diferentes ações do plano pelo nível de ensino, sendo mais elevados no Básico (sobretudo, 1º ciclo) e mais reduzidos no Secundário, o que representa um alinhamento com as necessidades do público-alvo, uma vez que a pandemia afetou de forma desproporcional os alunos mais novos.
197. Posteriormente, a adesão evolui de forma positiva, ainda que não de forma significativa, mantendo-se uma grande diferenciação nos níveis de adesão entre ações. O ano letivo 2022/2023 foi marcado pela maior adesão do ensino secundário, que no último relatório de monitorização (abril de 2023) já apresentava níveis equivalentes ao do ensino básico. Em relação à avaliação da eficácia das medidas, os dados apresentados no referido relatório apontam para um contributo importante das diferentes ações do plano na recuperação de aprendizagens, onde, em média, mais de 90% das escolas que implementaram as ações atribuem impacto relevante ou muito relevante.

¹⁹ Os níveis de adesão são apenas apresentados por ação, sendo mais alta na “Escola a ler” (82%), equivalente a cerca de 20.000 turmas, e mais baixa na “Turmas dinâmicas” (37%), equivalente a cerca de 6.000 turmas.

3.2. Questão de Avaliação 2 - Eficiência

QA2. Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis?

Influenciado em parte por uma fase final de implementação em contexto COVID-19, o COMPETE enfrentou uma procura no PT2020 que mais que quadruplicou face ao verificado no QREN, colocando maior pressão nos OI na gestão das candidaturas, ainda que atenuada pela maior simplificação nos formulários de candidatura e na identificação de não conformidades pelo sistema de informação a eles associado.

198. No âmbito do PT2020, o COMPETE2020 recebeu 119.161 candidaturas²⁰, evidenciando um crescimento avultado do volume de projetos candidatos face ao verificado no âmbito do QREN (20.351 candidaturas)²¹. Ainda que o número total de candidaturas inclua as candidaturas ao REACT (concretamente, 72.046 operações REACT-EU FEDER e 2 REACT-EU-FSE), cujo preenchimento e submissão de candidaturas foi menos complexo e exigente face às outras Medidas do Programa, é indiscutível o acréscimo verificado.
199. A análise da operacionalização dos sistemas de incentivos (Avaliação da Implementação dos Sistemas de Incentivos do PT2020), realizada em dezembro de 2019, revelou que a regulamentação, AAC e formulários que suportaram a operacionalização dos SI mostraram-se claros e acessíveis para os promotores, sendo praticamente unânime que se registou uma maior simplificação dos formulários de candidatura e dos pedidos de pagamento, quer face ao QREN quer ao longo da operacionalização dos SI do PT2020. A introdução no sistema de informação de campos de controlo que detetam erros durante o preenchimento também permitiu diminuir a inserção de candidaturas que tenderiam a não passar os critérios de admissibilidade.
200. Este contexto colocou pressão acrescida nos recursos humanos e tecnológicos que não foram reforçados na mesma proporção, exigindo um grande esforço de maior eficiência operacional que foi necessário dinamizar pela AG e OI no sentido de dar resposta a este contexto, ainda assim insuficiente para o funcionamento operativo desejável do PO. Como já referido, esta situação foi amenizada com a implementação de uma maior simplificação nos formulários de candidaturas no PT2020.
201. As evidências recolhidas pela equipa de avaliação ao nível da eficiência na aplicação dos recursos - considerando os momentos de auscultação realizados (inquéritos, entrevistas, estudos de caso e focus group), a recolha documental e a informação disponível no SI COMPETE - permitem sustentar a tese de que os recursos mobilizados (dotações dos AAC) pelo PO se revelaram adequados na maioria das PI e dos OE face aos objetivos prosseguidos e aos desafios em presença.
202. O nível de eficiência das operações encontra-se dependente de três dimensões: (i) características associadas aos promotores das operações, i.e., capacidade interna e dinâmica de interação entre eles em caso de consórcio, (ii) sistema/modelo inerente aos projetos, i.e., modelo de acompanhamento por parte das equipas técnicas/OI, equipamento tecnológico utilizado, como a plataforma de submissão e gestão das candidaturas, o próprio desenho e implementação de planos anuais de concursos e o seu cumprimento e (iii) ecossistema externo (fatores/custos de contexto), que têm uma influência decisiva, não só na gestão das expectativas e no enquadramento da procura, mas também na eficiência da gestão dos recursos afetos aos SI²².

Os promotores não empresariais destacam uma maior adequação dos sistemas de incentivos às suas necessidades face aos promotores empresariais. As complexidades e exigências burocráticas e administrativas revelaram-se o aspeto operacional mais crítico à eficiência dos projetos para ambos os segmentos.

203. As situações de ineficiência na operacionalização dos projetos estão associadas a vários fatores, quer internos quer externos (confirmando o RG II.2 "Fatores - internos e externos - que geram algumas situações de ineficiência na utilização dos recursos (nível tecnológico, mercados ineficientes, pessoal) ou os mesmos são redirecionados para outras prioridades por parte do promotor"). Do ponto de vista interno, os promotores - quer os empresariais, quer os não empresariais - são unânimes em afirmar que o fator de maior inadequação dos apoios disponibilizados pelo PO se encontra associado à complexidade e exigências burocráticas e administrativas inerentes aos FEEI (e.g. no processo de candidatura e na submissão dos pedidos de pagamento), aspetos que foram reforçados nos *focus group* realizados. Este constrangimento é identificado por 33% dos promotores empresariais (Figura A22 - correspondendo a 53% do investimento elegível) e por 32%

²⁰ Relatório de Ponto de Situação do COMPETE com dados reportados a 31 de dezembro de 2021

²¹ Relatório de Execução do COMPETE de 2014 | Anexo I a XVI

²² Avaliação da Implementação dos Sistemas de Incentivos do PT2020

promotores não empresariais (27% do investimento elegível - Figura A37). Os promotores destacam ainda outras condicionantes ao arranque e desenvolvimento dos projetos de investimento, nomeadamente:

- ▶ A morosidade do prazo de análise das candidaturas, que impacta, no caso dos promotores empresariais, 45% dos projetos empresariais, ponderado por investimento elegível (Figura A30) e, no caso dos promotores não empresariais, 29% dos, ponderado por investimento elegível (Figura A39);
- ▶ Os atrasos nos prazos de pagamento das participações comunitárias, referido por 32% dos promotores empresariais, ponderado por montante elegível (Figura A30) e por 18% dos promotores não empresariais, ponderado por investimento elegível (Figura A39);
- ▶ Os (longos) prazos de contratação do projeto, que prejudicou 33% das operações empresariais, ponderado por investimento elegível (Figura A30);
- ▶ A falta de previsibilidade de abertura de concursos, que afetou cerca de 23% dos projetos empresariais, ponderado por investimento elegível (Figura A30) e 21% dos projetos não empresariais, ponderado por investimento elegível (Figura A39). Os inputs das entrevistas aos stakeholders relevantes e focus group, reforçam também a dificuldade que esta imprevisibilidade cria às entidades gestoras na gestão das expectativas dos promotores (e respetiva execução das suas estratégias que carecem muitas vezes destes apoios comunitários).

204. Os pontos suprarreferidos estão diretamente associados com a capacidade das AG/OI serem eficientes face ao nível de adesão verificado (quer na fase de candidatura, quer na fase de projeto) e com os recursos (humanos, mas também os sistemas de informação/tecnológicos). No que respeita aos sistemas de informação, a auscultação por via de entrevistas e focus group evidencia que, não obstante algumas melhorias que ocorreram neste período, ainda se revelam pouco funcionais, (e.g. plataforma de gestão e acompanhamento dos projetos ainda é pouco intuitiva e com algumas falhas), com margem para implementar mais automatismos, maior recurso a informação centralizada e disponível na Administração Central e introdução de critérios de inteligência artificial. Adicionalmente, as carências ao nível de recursos humanos qualificados para efetuar o acompanhamento dos projetos tem afetado a eficiência dos processos, tendo em conta que é um dos vetores chave para assegurar os processos de avaliação e acompanhamento das candidaturas e, consequentemente, o sucesso das operações (as equipas técnicas não apresentam capacidade de resposta face ao volume abruço de candidaturas ou dos pedidos de pagamento, refletindo-se na morosidade dos prazos de análise dos mesmos). Nos *focus group*, salientou-se ainda que, sobretudo os projetos de I&D, dada a sua natureza e potencial impacto na economia nacional, requerem um nível de acompanhamento superior aos projetos associados a outras medidas.
205. As entrevistas salientaram ainda lacunas ao nível de comunicação e divulgação junto dos promotores, em particular das empresas de menor dimensão e com maior dificuldade em apreender a legislação aplicável e os próprios AAC. Complementarmente, outro fator mencionado nos *focus group* e entrevistas é alguma falta de adequação dos AAC às necessidades individuais e específicas de certos setores, o que desencoraja a adesão das atividades que lhe estão associadas aos apoios públicos. A título ilustrativo, veja-se o caso dos projetos de grande parte dos serviços que são candidatados no âmbito do SI Inovação, em que os promotores têm relatado dificuldades no entendimento dos critérios de mérito, nomeadamente no que corresponde a grau de “inovação do produto”.
206. Outro aspeto destacado nos focus group, no âmbito dos projetos de I&D em copromoção, é que é exigido às empresas a criação de diversos outputs, tais como a criação de artigos científicos, que para as mesmas não assumem valor acrescentado substancial. Ainda no caso dos projetos de I&D, foi salientado que a construção de equipas de peritos merece alguma reflexão: muitas vezes, não há entendimento por parte destas de preocupações de índole mais empresarial, como a adequabilidade das soluções desenvolvidas aos mercados onde operam.
207. Foi ainda destacado nos *focus group* que, outro exemplo de ineficiência, passa por os dados relativos a balanços, postos de trabalho, propriedade intelectual, etc serem preenchidos uma única vez, devendo ser carregados automaticamente nos formulários de candidatura subsequentes, para evitar preencher várias vezes a mesma informação. O grau de informação financeira também é elevado em termos do detalhe exigido, em vez de serem utilizadas grandes rubricas de investimento.
208. Outro fator de natureza interna que importa realçar é o do sobredimensionamento das operações. Com efeito, o cruzamento da base de dados do SI COMPETE com as respostas aos inquéritos empresariais e não empresariais (Figura A29 e Figura A41) permitiu aferir situações de sobredimensionamento dos projetos na fase de candidatura, que comprometem dotações que podem acabar por ser inutilizadas. De notar, porém, que o número de operações concluídas ainda é diminuto, pelo que estes apuramentos materializam ainda uma proxy aproximada nesta análise. Considerando apenas os projetos com taxas de execução financeira inferiores a 90%, a amostra dos promotores dos projetos empresariais inquiridos representa 17% do total de projetos nessas condições e 6% no caso dos não empresariais. Concretamente, cerca de 30% dos projetos não empresariais com

esses níveis de execução estão sobredimensionados, pois já ultrapassaram o valor das metas contratualizadas, em particular os associados aos Eixos 1 e 2 e à TI “45- Investigação científica e tecnológica”. Do lado das operações empresariais, verifica-se que 12% dos projetos que registaram uma taxa de execução abaixo dos 90% já cumpriram com as metas contratualizadas, existindo, assim, também sobredimensionamento, verificando-se maior intensidade nas operações dos Eixos 1 e 2, mas nas TI “47- Atividades de I&D empresarial”, “49- Investimento empresarial em inovação de não PME” e “53- Qualificação e inovação das PME” (confirmando o RE II.8).

209. Não obstante estes desafios, evidenciam-se vários aspetos no COMPETE bastante positivos: sublinha-se que a modalidade predominante de subsídios não reembolsáveis que caracterizam os apoios do COMPETE materializa um importante contributo para estimular o investimento no país, permitindo a otimização de recursos e a execução de intervenções que, sem apoio do PO, dificilmente seriam executadas no curto ou no médio prazo (confirmando o PG II.2), matéria que será aprofundada na resposta à QA4 (Valor Acrescentado Europeu).
210. O contexto externo (envolvente) que caracterizou as operações intervencionadas pelo COMPETE também se mostrou igualmente relevante, condicionando em certos casos e facilitando em outros a sua execução. Na perspetiva mais negativa, segundo os inquéritos realizados (Figura A30 e Figura A39), a COVID-19 foi um dos desenvolvimentos que mais impactou as operações empresariais (44% dos projetos, ponderado por investimento elegível) e não empresariais (50% dos projetos, ponderado por investimento elegível), a par da falta de mão-de-obra sentida no mercado de trabalho (qualificada ou não qualificada) (32% dos projetos empresariais, ponderado por investimento elegível), concretamente mais determinante em certas zonas do país (e.g. Alentejo), conduzindo a que projetos de investimentos se tenham localizado em zonas onde essa escassez não se tem manifestado tão crítica, prejudicando a aceleração do desenvolvimento de regiões de convergência do país, induzindo um círculo vicioso de crescimento económico mais débil.
211. Em contrapartida, os aspetos externos referidos que foram considerados facilitadores da execução dos projetos empresariais (Figura A30) foram a maturidade dos projetos apresentados na fase de candidatura (64% dos projetos, ponderado por investimento elegível), a capacidade financeira das empresas para implementar os projetos (e.g. capitais próprios) (70% dos projetos, ponderado por investimento elegível), a capacidade de mobilização de parceiros para a implementação do projeto (51% dos projetos, ponderado por investimento elegível) e o sucesso na resolução de problemas dos promotores empresariais (com e sem operações CRII) nos processos tratados nos últimos 5 anos, constatando-se que mais de metade dos promotores se manifestaram satisfeitos com a forma como estes foram resolvidos, evidenciando que houve melhorias a este nível (Figura A20 e Figura A35).
212. Por outro lado, o acesso ao crédito bancário ou a outras fontes de financiamento de capitais alheios e a capacidade financeira das empresas para implementar os projetos (capitais próprios) no caso dos promotores empresariais (59% e 79% dos projetos, ponderado por investimento elegível, respetivamente - Figura A30) e a flexibilidade na introdução de alterações aos projetos (recalendarização, despesas elegíveis), no caso dos promotores não empresariais (61% dos projetos, ponderado por investimento elegível - Figura A39), foram igualmente considerados aspetos externos positivos à eficiência dos projetos.
213. De frisar, ainda, que se registou um alargamento e renovação da base empresarial que recorreu aos instrumentos de apoio do COMPETE, assistindo-se a uma maior qualificação dos promotores e dos projetos no período em análise em comparação com o anterior quadro comunitário. Esta realidade ajudou, à partida, a uma melhor capacidade de operacionalizar e executar os projetos.
214. No momento de auscultação aos promotores líderes dos projetos Flextone (CEI) e +Indústria 2020 (CESAE), objeto de estudo de caso (Anexo 4.12), foram salientados alguns aspetos externos ao COMPETE influenciadores da eficiência das operações, nomeadamente: (i) o facto das entidades envolvidas nos projetos apoiados já terem experiência passada, quer em termos da temática a que se candidatam quer em termos do tipo de programa de apoio e lógicas colaborativas; (ii) o ecossistema externo - e.g. científico e tecnológico, económico, social - em que se desenrolaram os projetos; (iii) a perceção que os modelos em copromoção são, por um lado, mais vantajosos e beneficiam mais as entidades em comparação com os modelos individuais, na medida, em que possibilitam ganhos de eficiência e eficácia *a priori* mais significativos, mas por outro lado, são mais exigentes ao nível de esforços de coordenação e articulação de equipas e trabalhos.
215. Face aos constrangimentos apontados, foram elencadas em sede de entrevistas, *focus group*, EC, medidas e mecanismos que permitiriam o alcance de níveis de eficiência superiores, passando, por exemplo, (i) por medidas de simplificação para reduzir os prazos de análise (e.g. necessário desenvolver e implementar mecanismos de maior automatismo para efetuar a filtragem dos promotores/candidaturas elegíveis e não elegíveis, para aferir critérios de mérito), permitindo maior poupança de recursos; (ii) minimização dos pedidos de informação aos promotores em sede de candidatura através de uma maior integração de sistemas, de forma a evitar a redundância excessiva ao nível documental, nomeadamente sobre a informação estatística e económico-financeira dos promotores; (iii) maior controlo na gestão de informação através da configuração de

ferramentas ao nível da aferição das relações societárias de algumas empresas para despistar suspeitas de fraude, por exemplo; (iv) AAC mais direcionados para os diferentes setores, e que sejam de fácil leitura e apreensão, promovendo uma maior sensibilização dos promotores no que se refere à compreensão efetiva dos requisitos das candidaturas; (v) continuação da aposta nas Opções de Custos Simplificados (OCS), que se revela um modelo eficiente que aporta vantagens de eficiência significativas; (vi) conceção e desenvolvimento de ferramentas que permitam perceber quais são os critérios de elegibilidade ou critérios de mérito que são críticos para a análise e aprovação de candidaturas ou para a execução de projetos, enfatizando a necessidade de atenção redobrada à sua análise em detrimento de outros critérios não tão críticos, entre outras.

A aplicação de custos padrão revela benefícios visíveis ao nível da desburocratização e simplificação de processos/operacionalização, perspetivando-se ganhos de eficiência no financiamento comunitário, reforçado nas evidências do relatório Final da Avaliação de Custos Simplificados e nos momentos de auscultação aos vários stakeholders envolvidos na presente avaliação do Programa COMPETE.

216. O processo de simplificação da gestão dos fundos estruturais foi um dos principais desígnios do período de programação 2014-2020, sendo atribuído um papel fundamental às Opções de Custos Simplificados (OCS). Neste sentido, numa lógica de moderação da dispersão dos recursos mobilizados, algumas TI fazem recurso a custos padrão (referencial comum), i.e. as intervenções previstas podem ser tipificadas e as candidaturas são baseadas em custos-padrão máximos.
217. Nas entrevistas foi destacado uma inclinação para a adoção dos OCS devido a vantagens como a menor carga administrativa e uma maior celeridade dos procedimentos. O Relatório Final da Avaliação de Custos Simplificados, à data de 27 de maio de 2021, sustenta esta tese afirmando que o contributo da aplicação dos OCS tem-se refletido numa maior simplificação de processos e desburocratização, associados à redução no número de documentos inerentes aos procedimentos nas diferentes fases do ciclo de vida das operações. Não obstante a concordância do promotor líder do projeto FlexStone: Novas Tecnologias para a Competitividade da Pedra Natural (Estudo de Caso) com a aplicação dos OCS, este relatou apreensão com a possibilidade da utilização de OCS poderem implicar situações de falta de aderência à realidade nos casos em que os custos reais são mais elevados do que os mesmos.
218. De destacar que, ao longo do período de programação, foram criadas condições para uma maior capacitação e crescente interesse das AG na adoção de OCS (observável através do aumento do número de metodologias de OCS em vigor). Tendo em consideração os efeitos expectáveis, considera-se que existe potencial para que a adoção de OCS contribua para a obtenção de ganhos de eficiência substanciais na implementação dos apoios, conforme relatado ao longo das entrevistas realizadas.
219. As entrevistas permitiram ainda aferir que as AG possuem uma perceção bastante positiva dos resultados e da experiência da implementação de custos simplificados no QREN e a experiência adquirida pelos técnicos durante esse período de programação reflete-se no PT2020, com um maior investimento na ampliação destas metodologias nos PO que já trabalharam com OCS no anterior período de programação. Grande parte das entidades entrevistadas revelaram que com a aplicação das metodologias de OCS se verificaram efetivamente menos solicitações de documentação e, burocraticamente, é menos exigente a prestação de contas. No entanto, na organização contabilística e financeira das operações destas entidades, mantêm-se os mesmos procedimentos dos utilizados em operações a custos reais, uma vez que organizam internamente todas as operações de forma semelhante, sendo este ainda um constrangimento a ultrapassar para agilizar este mecanismo.

No âmbito global, as candidaturas ao COMPETE revelam taxas de admissibilidade ligeiramente inferiores às ocorridas no âmbito do QREN, enquanto que no caso das operações rescindidas ou anuladas, o panorama foi mais benéfico no PT2020.

220. A qualidade das candidaturas que chegam à AG do COMPETE e aos OI para análise beneficia, em muito, da eficiência das entidades envolvidas na análise de candidaturas. De acordo com informações recolhidas nos *focus group*, uma maior clareza na regulamentação e uma ampla divulgação e explicitação das condições de elegibilidade concorre para esta qualidade, sobretudo para os promotores menos frequentes, como as empresas (por oposição às entidades públicas ou sem fins lucrativos, que normalmente têm maior experiência em candidaturas aos FEEI).
221. No anterior quadro comunitário (QREN), as candidaturas ao POCI registaram uma taxa de admissibilidade em ligeiramente mais elevada face às candidaturas no âmbito do PT2020, à exceção das operações associadas às medidas Inovação Produtiva e QI PME. Esta situação pode traduzir alguma perda de eficiência no funcionamento do modelo e poderá indiciar uma complexificação ou maior exigência dos critérios de elegibilidade e documentação anexa ou uma maior dificuldade de compreensão da informação/ regulamentação de suporte às candidaturas.

222. A informação recolhida no âmbito dos focus group, permite concluir por uma melhor qualidade global das candidaturas apresentadas, a qual resulta, por um lado, da maior experiência dos promotores na apresentação dos projetos (mais evidente nas entidades não empresariais, as quais recorrem de forma frequente ao PO) e, por outro lado, algum avanço (ainda que tímido) na clareza da regulamentação e de alguma aposta na divulgação, ambas com margem para evoluir no sentido de tornar mais acessíveis os apoios para os promotores.
223. Ao nível de operações rescindidas ou anuladas, o cenário já foi mais positivo no PT2020, verificando-se uma diminuição geral desta taxa, exceto nas operações enquadradas na medida SAMA (Quadro 15), o que poderá justificar maior nível de eficiência na gestão dos projetos.

Quadro 15 - Taxas de admissibilidade e Taxas de rescisão/anulação das operações do COMPETE do PT2020 vs QREN

Medidas QREN (2007-2013)	Taxa de admissibilidade (1)	Taxa de anulação (2)	Medidas PT2020 (2014-2020)	Taxa de admissibilidade (1)	Taxa de anulação (2)	Variação (1) (PT2020 vs QREN)	Variação (2) (PT2020 vs QREN)
SI I&DT	67%	13%	I&D	56%	5%	-11p.p.	-8p.p.
SI Inovação	59%	38%	Inovação Produtiva	62%	17%	3p.p.	-21p.p.
SI QPME	71%	23%	QI PME	75%	14%	4p.p.	-9p.p.
SAESCTCN	77%	2%	SAICT	65%	1%	-12p.p.	-1p.p.
SAMA	87%	9%	SAMA	71%	18%	-16p.p.	9p.p.

Nota: (1) Taxa de admissibilidade = (Candidaturas admitidas / Candidaturas apresentadas) * 100; (2) Taxa de anulação/rescisão = (Candidaturas anuladas + Candidaturas rescindidas) / Candidaturas aprovadas * 100

Fonte: EY-Parthenon com base nos SI do COMPETE e no Relatório Final do Estudo de Avaliação Intercalar do Programa Operacional Fatores de Competitividade (COMPETE) (novembro de 2013)

224. Por último, constata-se a existência no PT2020 de candidaturas elegíveis, não selecionadas, por motivos de falta de dotação financeira do COMPETE, nomeadamente 491 operações, espelhando o risco que as AG/OI enfrentam caso os promotores recorram a novos AAC e estas entidades avaliadoras terem de efetuar novamente a análise das mesmas candidaturas. Isto gera uma situação de ineficiência, sobretudo num panorama em que a escassez de recursos humanos é visível e impacta o ritmo de trabalho das equipas técnicas que já sofrem pressão nos tempos de análise dos projetos candidatos, historicamente morosos.

Olhando para a operacionalização do COMPETE, verifica-se que os motivos para a não elegibilidade de vários projetos estão muito correlacionados com as Medidas a que se candidatam e muitos destes motivos devem-se a falta de clareza ou entendimento dos AAC.

225. A análise do processo de seleção no COMPETE (Figura 2) mostra que a seleção dos projetos se faz sobretudo na fase de admissibilidade. Ainda assim, 96% dos projetos foram admitidos, sendo que as operações integradas nas TI de Valorização económica (Eixo 1) e no SIAC (Eixo 5) revelaram mais dificuldades em apresentar as condições de elegibilidade suficientes. Quando admitidos, a generalidade dos projetos superou a análise de mérito (99%). As taxas de aprovação bruta²³ e líquida²⁴ entre os projetos elegíveis no âmbito do COMPETE são muito elevadas (95% e 99,6%, respetivamente), apontando para um elevado nível de qualificação da globalidade dos projetos apresentados ao COMPETE e reduzido papel da avaliação de mérito no processo.
226. Como já referido na QA1, este desempenho é muito explicado pela relevância dos projetos REACT-EU, que compreenderam 64% dos projetos aprovados e apresentam uma taxa de aprovação bruta de 98%, com menor grau de exigência ao nível do cumprimento de critérios específicos de elegibilidade do promotor, dos promotores e dos projetos, bem como do mérito dos mesmos. Na sua generalidade, o nível de seletividade é menor nas TI promovidas por entidades públicas ou sem fins lucrativos, mas superior entre os projetos empresariais (sobretudo naqueles integrados nas TI Empreendedorismo qualificado e criativo e SIAC, 33% e 45%, respetivamente).
227. Os motivos para os resultados ao nível da não admissibilidade dos projetos resultam de vários fatores explicativos e claramente associados às respetivas medidas. Analisamos em detalhe os critérios de não admissibilidade dos projetos que foram classificados no sistema de informação do COMPETE em três grandes categorias: enquadramento do projeto e do promotor nos critérios definidos nos AAC (mais concretamente naqueles que definem especificidades face ao COMPETE e à regulamentação geral aplicável aos FEED);

²³ Taxa de Aprovação Bruta = Projetos selecionados/ Projetos com análise concluída

²⁴ Taxa de Aprovação Líquida = Projetos selecionados/ Projetos com mérito

enquadramento geral do promotor no COMPETE; e enquadramento geral do projeto no COMPETE (ver Quadro A25).

228. Na análise desses resultados por fatores por medida do COMPETE (ver Quadro A24) ressalta, nomeadamente, que, na medida ADAPTAR PME, cerca de 1/4 dos motivos para a não elegibilidade dos projetos prende-se com o projeto não corresponder a uma despesa mínima elegível de 5 mil euros. No caso dos projetos nas medidas APOIAR PME, APOIAR +Simples e APOIAR RENDAS PME, os motivos prendem-se fundamentalmente com a ausência da declaração de diminuição da faturação comunicada à AT no sistema e-Fatura face a períodos anteriores aos especificados. Estes motivos podem indiciar falhas de ineficiência, pois os AAC e legislação associada podem não estar a ser claros e objetivos no que concerne ao cumprimento de critérios específicos de elegibilidade do promotor, dos beneficiários/promotores e/ou dos projetos.
229. Já os projetos na área do I&DT – Copromoção, I&DT - Demonstradores Copromoção e SAMA - TIC não admitidos, falharam, maioritariamente, por insuficiência de pontuação ao nível dos critérios de mérito, o que também poderá indiciar fraco entendimento por parte dos promotores sobre o que será necessário evidenciar ao nível do seu cumprimento ou baixa qualidade de alguns dos projetos candidatados. Nas entrevistas foi mencionado que, no caso dos projetos de I&DT, um motivo comum para a ausência de mérito do projeto é falta de evidência no critério grau de inovação ao nível da fundamentação dos avanços científicos e tecnológicos que se propõem alcançar face ao estado da arte científico e tecnológico.
230. Já os motivos que predominam para a não admissibilidade dos projetos na medida Inovação Produtiva estão relacionados com a ausência de demonstração que se encontram asseguradas as fontes de financiamento, (motivos que também são reportados nos casos dos projetos apoiados no âmbito da Medida SIAC) – situação que pode ser explicada pelo facto de os promotores terem de demonstrar ter o financiamento bancário aprovado por uma instituição de crédito com protocolo celebrado com o Portugal 2020 – ou por ausência de contribuição para os objetivos e prioridades enunciadas no AAC.
231. Na análise dos motivos em geral (Quadro A26), sobressaem como fatores para a não elegibilidade dos projetos:
- ▶ Problemas fundamentais de enquadramento do promotor, que ocorreram em 25,1% dos casos. Aqui enquadra-se a não apresentação de uma situação económico-financeira equilibrada ou, nas especificidades associadas a cada uma das medidas, por exemplo, o promotor não corresponder a uma PME ou a uma empresa criada há menos de x anos ou, por exemplo, não declarar uma diminuição da faturação comunicada à AT;
 - ▶ Problemas de enquadramento associados ao investimento, reportados em 19,7% dos casos. Esta tipologia inclui falhas semelhantes aquelas definidas nos “Problemas de enquadramento no Aviso de Abertura de Concurso”, referindo-se, a violações de princípios postulados no COMPETE e não em sede de AAC ou falhas relativas ao impacto do investimento (por exemplo, apresentar um plano formativo, apresentar um plano de ação, apresentar um impacto relevante em termos de criação de emprego qualificado ou contribuir de forma relevante para a internacionalização e orientação transacionável da economia portuguesa);
 - ▶ Falta de Mérito dos projetos (situação verificada em 15,8% dos casos, situação que se deve ao facto do projeto ter pontuação no Mérito em determinados critérios ou no Projeto inferior ao referencial mínimo estabelecido ou resultante do processo de seriação em função da dotação dos concursos.
232. Refira-se, por último, que várias candidaturas foram consideradas não admitidas (4% do total de projetos candidatos) por motivos relacionados com a ausência de cumprimento de formalidades associadas quer ao promotor quer ao projeto, o que pode indiciar dificuldades ao nível da leitura e compreensão dos AAC e da respetiva legislação ou dificuldades ao nível da agilização dos próprios processos de submissão de candidaturas, representando um aspeto que penaliza quer as AG/OI que analisam estas candidaturas (agravado num contexto de carência de recursos humanos e tecnológicos) quer as entidades promotoras do projeto, que vêm assim os seus projetos rejeitados, nalguns casos, por motivos que poderiam ser evitados caso houvesse maior entendimento/comunicação sobre aspetos críticos dos AAC.
233. Este contexto levou a que existissem projetos que falharam algum critério de admissibilidade/formalidade, não tendo existido sequer análise de mérito dos projetos. Esta situação pode ser considerada um ponto de ineficiência, pois haverá “boas candidaturas”, cujo mérito não chega a ser analisado e que são desconsideradas por ausência de cumprimento de aspetos formais, eventualmente por falta de entendimento ou comunicação dos avisos e do processo de submissão, conforme salientado no *focus group*.
234. É ainda de mencionar a falta de previsibilidade dos AAC, por falta de uma calendarização pública e atualizada de maneira periódica, que impactou negativamente a procura qualificada das empresas portuguesas, conforme apontado nos *focus group* realizados.

3.3. Questão de Avaliação 3 - Impacto e Sustentabilidade

QA3. De que forma está o PO a contribuir para os objetivos da Estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo? E para o reforço da coesão territorial?

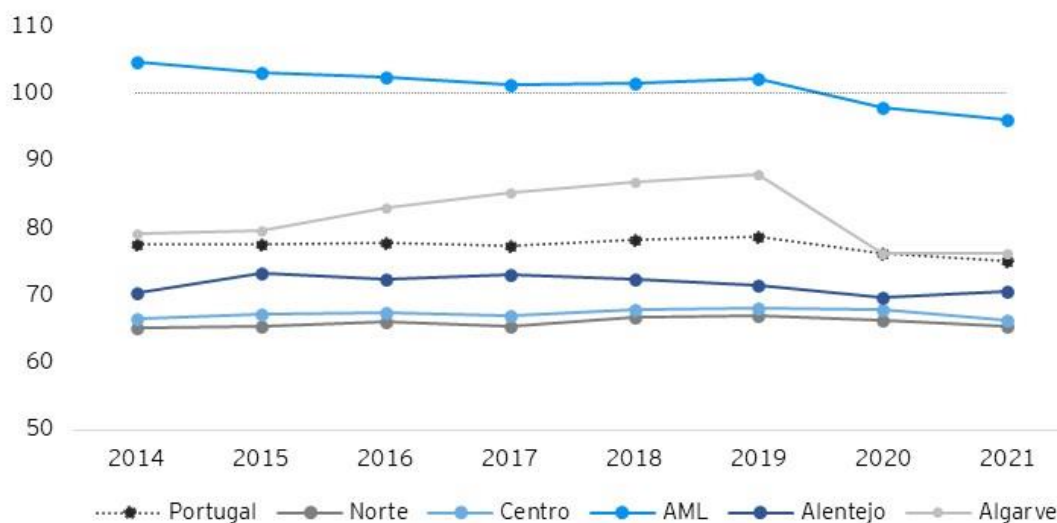
235. Os impactos constituem o final da cadeia de resultados subjacentes à lógica da intervenção, assumindo-se como efeitos que se produzem num lag temporal maior que os resultados intermédios (normalmente após a conclusão das intervenções) e se manifestam de forma direta ou indireta sobre a população-alvo e o contexto da intervenção. Os impactos (e os respetivos indicadores) são assim medidos no contexto da intervenção (Portugal e NUTSII do Continente). A análise do contributo do COMPETE para as alterações no contexto em que se insere (observáveis através de indicadores de contexto), implica estabelecer uma relação de causalidade entre os efeitos observados e a intervenção em análise.
236. A presente questão de avaliação organiza-se em dois patamares. Um primeiro, de natureza mais transversal aos domínios de intervenção, em que se apresenta uma leitura sobre a evolução dos principais indicadores de crescimento e coesão territorial e de especialização produtiva nacional, acompanhadas da análise comparativa do desempenho das empresas apoiadas pelos SI do PO face ao universo de empresas não apoiadas. No segundo apresenta-se a avaliação específica em torno das tipologias de maior aprofundamento - “Investigação, desenvolvimento e inovação”, “Formação Empresarial” e “Modernização e Capacitação da Administração Pública” -, onde se analisam, com recurso à TdM, os fatores passíveis de influenciar as alterações de contexto observáveis e se procura validar as relações de causalidade entre as intervenções apoiadas e as alterações verificadas no contexto.
237. A análise de indicadores de contexto assenta temporalmente em dois períodos: i) um primeiro, entre o ano de início do período de programação (2014) e o ano pré-pandemia (2019), que observa a evolução do contexto num cenário em que não é muito afetada pela crise pandémica da COVID-19 e permite captar uma trajetória de evolução de carácter mais estrutural - este período é privilegiado na avaliação e ii) um segundo, que abrange o ano de 2020 (início do confinamento) e termina no ano mais recente para o qual existe informação disponível, que foi utilizado, quando pertinente, para atualização conjuntural dos dados de 2019 e para indicadores menos expostos aos efeitos da pandemia.

Crescimento e coesão territorial

O período de programação foi marcado pelo crescimento do PIBpc até 2019 a um ritmo que permitiu uma aproximação à média da UE. Em resultado dos efeitos da pandemia da COVID-19, ocorreu uma forte contração do PIB que interrompeu o processo de convergência com a média europeia. Ao nível das NUTSII, as três regiões de convergência tinham em 2021 um PIBpc mais próximo da média nacional do que no início do período de programação, mas não tinham convergido face à média da UE.

238. Entre 2014 e 2019, o Produto Interno Bruto por habitante nacional (Figura 3) apresentou um crescimento superior face à média da União Europeia, convergindo em cerca de 1,1 p.p. face à UE27. No entanto, em 2019, apesar da convergência verificada, o PIBpc de Portugal ainda se situava em 78,6% da média da UE27, sendo que a crise pandémica veio agravar esta realidade, dado que entre 2019 e 2021 a distância nacional face à média da UE27 aumentou em 3,5 p.p (de 78,6% para 75,1%).
239. Uma análise por NUTS II permite identificar uma tendência de convergência positiva em todas as regiões que se encontravam abaixo da média europeia e um recuo da AML (Figura 3). O Algarve destaca-se entre as regiões do Continente por apresentar o maior crescimento e a maior catching-up (+8,9 p.p., passando de 79,1% em 2014 para 88% em 2019 do PIB per capita da UE27), bem como a região Norte, que, apesar de ter registado a segunda maior aproximação à média europeia (+ 1,9 p.p.), ainda apresentava a maior distancia face a essa média (67%).

Figura 3. PIB por habitante (PPC), em percentagem da média da UE27, por localização geográfica | 2014-2021

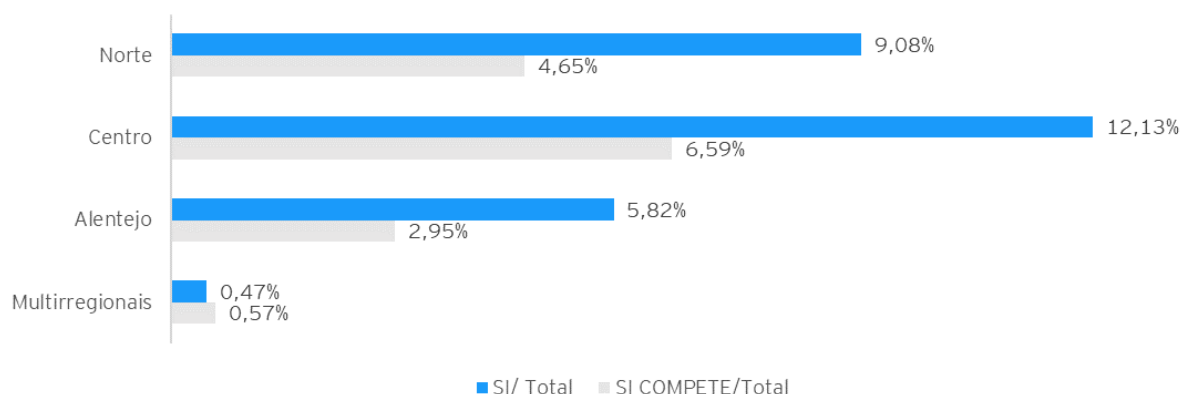


Fonte: EY-Parthenon com base nos dados do INE.

240. A crise pandémica também afetou a generalidade das regiões, cujo PIB per capita diminuiu entre 2019 e 2021 face à média da UE27, mas destacam-se o Algarve e a AML por registarem quebras significativas em 2020 e 2021 (-11,7 p.p. e 6.3 p.p., respetivamente), fruto da maior exposição ao setor do turismo, um dos mais afetados pela pandemia COVID-19. Inclusive, neste período, a AML registou um PIBpc abaixo da média da UE (96% em 2021). Verifica-se assim, entre 2014 e 2021, uma divergência do país face à média da UE, pressionada pela divergência registada na AML e Algarve, num contexto de manutenção do posicionamento das regiões de convergência em valores próximos de 2014 - como resultado regista-se uma maior convergência interna, mas num cenário de divergência face à UE neste período de programação.
241. Entre 2014 e 2021, a produtividade aparente do trabalho nacional registou também uma evolução positiva (+11,9%), no entanto este indicador também foi ligeiramente afetado pela crise pandémica, registando uma redução de 0,02% entre 2019 e 2021. Ao nível regional, as dinâmicas de produtividade acompanharam as do PIB, destacando-se a AML por apresentar o maior índice de produtividade, no entanto, a par do Algarve (-7,6%), foi das poucas regiões continentais afetadas pela crise pandémica (-1,7%) no que respeita este indicador. As restantes regiões do Continente (Norte, Centro e Alentejo) registaram todas uma evolução bastante positiva, sendo que o Centro se destacou por apresentar o maior crescimento (entre 2014 e 2021, +20,5%).
242. Estes resultados espelham, em parte, um maior nível de investimento, alavancado naturalmente pelos apoios concedidos ao abrigo do COMPETE. Com efeito, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) das empresas em Portugal cresceu de forma significativa, a uma taxa de variação média anual de 8% entre 2014 e 2021. Esta tendência foi transversal às várias regiões NUTS II, destacando-se o Norte, cujo volume de FBCF aumentou mais significativamente entre 2014 e 2021 (TVMA de 10%).
243. Com base nos valores de investimento elegíveis até à data de corte da avaliação nos projetos promovidos por empresas nos três primeiros eixos do PO²⁵ é possível calcular uma aproximação ao contributo do COMPETE para a variação da FBCF empresarial neste período (Figura 4). A taxa de penetração do investimento apoiado pelo COMPETE foi maior na região Centro (6,6% da FBCF da região), seguida da região Norte (4,65%) e do Alentejo (2,95%). Verifica-se a mesma hierarquização se considerarmos o total do investimento executado nestas regiões no âmbito dos sistemas de incentivos (incluindo o COMPETE e os PO regionais). Com a total execução dos projetos apoiados, a taxa de penetração na FBCF regional tenderá a aumentar até 2023.

²⁵ Foram apenas considerados os projetos apoiados no âmbito dos sistemas de incentivos, por se considerar que os apoiados no âmbito do REACT-EU têm uma natureza de apoio à tesouraria e portanto não assumem a forma de investimentos de carácter estrutural tendencialmente apoiados pelos FEEI do ponto de vista da competitividade.

Figura 4. Peso do valor do investimento elegível dos SI financiados pelo COMPETE e da totalidade dos SI na Formação Bruta de Capital Fixo das empresas não financeiras em Portugal | 2014-2021



Fonte: EY-Parthenon com base nos dados do Sistema de Incentivos.

244. O Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (componente de competitividade), que compara o posicionamento das regiões face à média nacional a partir de um leque alargado de indicadores, revela que a AML apresentava os maiores níveis de competitividade entre as regiões continentais em 2020 (113,45), sendo a única com valores acima da média nacional. Entre 2014 e 2019, todas as regiões do Continente, com exceção de Norte e Centro, aumentaram os níveis de competitividade, destacando-se o Alentejo pelo seu crescimento acentuado (+3 p.p.). À semelhança dos principais indicadores macroeconómicos, no decorrer da pandemia, observou-se uma inversão da dinâmica, verificando-se uma redução da competitividade relativa da AML, Alentejo e Algarve, por oposição à melhoria do Norte e do Centro.
245. A distribuição regional dos rendimentos também acompanhou a atividade económica, onde AML continuou a ser a única região a apresentar valores acima da média nacional (1.562€, em 2021), com o Norte e Centro a convergirem para a média (+22,8% e +21,3%, respetivamente). Em sentido oposto, o Algarve exibiu em 2021 o menor ganho médio mensal, quando comparado com as restantes regiões continentais (1.106€).
246. Ao nível do mercado de trabalho, o período de programação foi marcado pela redução progressiva da taxa de desemprego em todas as regiões do país (entre 2014 e 2019), em função da recuperação económica a seguir à crise do início da década. Entre as diferentes regiões destaca-se o Norte, que apresentou a maior redução (-8.1 p.p.). Ainda assim, a região do Alentejo foi a única a apresentar uma diminuição da taxa de desemprego entre 2019 e 2020 atingindo os 5,9%, a par do Centro (5,6%), níveis inferiores à média nacional (6,8%). No que respeita ao desemprego de longa duração, todas as regiões apresentaram reduções entre 2014 e 2020, sendo que apenas o Norte e a AML exibiam valores superiores à média nacional (2,9, 2,8 e 2,7, respetivamente).
247. Em paralelo, observou-se entre 2014 e 2021 um crescimento considerável da população empregada com nível superior na globalidade das regiões. Destacou-se, sobretudo, o crescimento nas regiões de convergência do Norte (+69%) e do Centro (+56%), que foi superior à média nacional (+54%). No mesmo sentido, também o aumento do peso da população empregada com ensino superior no Norte (+46%) e Centro (+40%) foi superior ao da média nacional (+36%), contudo, em termos absolutos, as regiões de convergência registavam ainda valores inferiores à média nacional em 2021. Apesar de uma parte significativa do aumento do emprego tenha sido atribuível à dinâmica de recuperação económica vivida na primeira metade do período de programação (fatores exógenos), reconhece-se um contributo dos apoios do COMPETE no âmbito dos SI para a criação líquida de emprego em Portugal. A análise a partir dos indicadores de programação para operações concluídas (17.018) cruzada com o contributo ponderado dos apoios para a criação de emprego em projetos de promotores empresariais (40%) sinaliza um aumento de 6.874 empregos²⁶ até à data de reporte atribuível diretamente aos projetos apoiados nos Sistemas de Incentivos, o que equivale a cerca de 1,3% da variação do emprego do Continente entre 2014-2021.
248. O período de programação foi igualmente marcado pelo incremento da participação de adultos em atividades de Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV), que, apesar da redução registada em virtude do contexto de

²⁶ Corresponde ao somatório do valor efetivo do indicador de realização “Aumento do emprego em empresas apoiadas” das PI 1.2, 3.1, 3.2 e 3.3.

confinamento, em 2020 (10,2%), encontrava-se 0,4 p.p. acima de 2014 (9,6%). Nesse ano, apenas as regiões Norte (8,4%) e Algarve (9,4%) apresentavam taxas de participação inferiores à média.

249. Por fim, o índice sintético de desenvolvimento regional (coesão) revela que, em 2020, as regiões Norte (99,05), Alentejo (95,34) e Algarve (90,39) se encontravam abaixo dos níveis nacionais, sendo que o Norte registou um crescimento assinalável (+1,28%), convergindo com Portugal. A este nível, o efeito da pandemia fez-se apenas notar na Área Metropolitana de Lisboa (-1,04%) e no Algarve (-4,39%), que registaram uma redução do índice de coesão entre 2019 e 2020.

Alteração do perfil de especialização

Os apoios atribuídos pelo COMPETE no âmbito dos Sistemas de Incentivos não foram capazes de produzir alterações na especialização produtiva setorial nacional. As alterações verificadas na distribuição do número de empresas, VAB e emprego do tecido empresarial apontam para um aumento do peso dos setores dos serviços, sobretudo, os ligados ao turismo (Alojamento e Restauração) e do Imobiliário, que tendem a ser atribuídas à evolução do contexto macro e da procura externa.

Neste contexto, os apoios dos SI do COMPETE junto da Indústria Transformadora assumiram maior relevância no reforço da produtividade das empresas apoiadas ajudando a manter o seu peso relativo do VAB do setor na economia.

250. A identificação do contributo do Programa na transformação da especialização produtiva a nível nacional e nos territórios de implementação tem como ponto de partida uma comparação entre a estrutura empresarial do país e dos promotores apoiados pelo Programa, considerando como referência a informação presente nas Contas Integradas das Empresas do INE. Nesse sentido, uma análise da distribuição do número de empresas e do seu VAB e emprego pelos diferentes setores (baseados na CAE) aponta para uma ligeira alteração do contexto de especialização setorial nacional entre 2014 e 2021, verificando-se uma redução do peso relativo em número de empresas e emprego do setor de maior aposta por parte do COMPETE - Indústria Transformadora - e um incremento dos setores de Alojamento, Restauração e Imobiliário.
251. A implementação dos SI do COMPETE (excluindo apoios CRII, Quadro A30) foi marcada por uma concentração dos apoios na Indústria Transformadora (64% das empresas apoiadas, face a 10% no tecido empresarial nacional entre 2014 e 2021), por via do alinhamento com as estratégias de especialização inteligente. A concentração dos apoios no setor é ainda mais evidente quando analisada a distribuição do VAB (74%) e emprego (74%) das empresas apoiadas durante o período de análise. Ainda que em menor grau, o COMPETE também evidenciou uma aposta nas atividades de Informação e Comunicação (web, processamento e tratamento de dados, notícias, etc), concentrando 5% das empresas apoiadas (que compara com 3% a nível nacional). Em contrapartida, e apesar de assumir-se como segundo setor mais apoiado (9% das empresas), a Distribuição e Comércio teve uma menor representação dos apoios face ao seu peso no tecido empresarial nacional (26% das empresas, correspondendo a 22% do emprego e 21% do VAB).
252. Apesar da clara aposta do PO na indústria transformada, entre 2014-2021, observa-se uma diminuição do seu peso nacional ao nível do número de empresas (de 10,7% para 8,8%, Figura A9), do VAB (de 24,8% para 24,6%, Figura A10) e no número de postos de trabalho (de 24% para 21,4%, Figura A11). Ainda assim, a menor redução do peso relativo ao nível do VAB é consistente com um incremento da produtividade do setor, que se terá tornado mais capital-intensivo. Ao invés, no caso do setor do Alojamento e Restauração, observou-se uma redução da produtividade, na medida em que o incremento do peso no emprego foi acompanhado pela redução do peso no VAB.
253. No mesmo sentido também o setor de Distribuição e Comércio registou uma redução considerável ao nível do número de empresas (de 26,2% para 22,1%, Figura A9) e do emprego (de 21,6% para 20,3%, Figura A11), essencialmente em detrimento do crescimento do peso dos setores da Hotelaria e Restauração e Atividades Imobiliárias. As atividades de Informação e Comunicação assumiram-se como o setor onde o contributo do COMPETE para a alteração do perfil de especialização da economia terá sido superior, na medida em que este aumentou o seu peso relativo no VAB da economia em 1,1 p.p. durante o período de análise, tendo as empresas apoiadas pelo PO representado cerca de 18% do VAB do setor em 2021.

No panorama nacional, os apoios assumiram maior relevância ao nível do VAB (12%), abrangendo uma percentagem reduzida de empresas (<1%) e uma menor relevância no emprego (7%). Estas evidências resultam do facto do PO ter concentrado os seus apoios em setores da indústria, mais intensivos em capital, em contracorrente do contexto, que observou um acentuar do crescimento do número de empresas e do emprego nos setores dos serviços.

254. Enquanto a análise da distribuição das empresas do tecido empresarial e dos apoios permite perceber se os apoios conduziram a uma alteração do contexto, a análise da taxa de penetração dos apoios (peso dos apoiados no total de empresas) permite avaliar se um dos pressupostos essenciais para a ocorrência dessa alteração se verifica - os apoios assumirem uma dimensão relevante no contexto. Nesse sentido, verifica-se que a

intervenção do COMPETE nos sistemas de incentivos foi realizada pela via intensiva (reforço do peso das empresas existentes), em contraponto, com a via extensiva (apoio a novas empresas). Daqui resulta que, não seria expectável que a alteração do perfil produtivo pelo incentivo ao surgimento de novas empresas, mas antes pelo reforço do peso das empresas e setores apoiados no VAB, Emprego e Exportações. Dada a escassez de recursos, também era expectável que os apoios incidissem sobre uma percentagem reduzida de empresas, tendencialmente com maiores dinâmicas de crescimento, o que se verificou durante o período de programação.

255. Conforme é possível visualizar no Quadro A31, os promotores de projetos apoiados pelo COMPETE representam 12% do VAB nacional e 7% dos postos de trabalho. A penetração dos apoios foi claramente maior nos setores do Material de Construção e da Borracha e Plásticos. Em contrapartida, em certos setores, o peso das empresas apoiadas pelos SI COMPETE possui uma importância residual nos respetivos setores de inserção, como é o caso da Agricultura, Silvicultura e Pescas, da Indústria Extrativa, da Energia e Ambiente, dos Transportes e Logística, do Comércio, da Hotelaria e Restauração, dos Serviços Empresariais e da Educação, Saúde e Cultura, com os respetivos promotores a representarem menos de 5% do VAB. Em conclusão, o COMPETE apresenta uma representatividade setorial díspar no VAB dos vários agrupamentos setoriais, indiciando impactos setoriais muito distintos.
256. As conclusões são semelhantes na análise da representatividade dos promotores dos projetos aprovados dos SI do COMPETE face aos postos de trabalho dos respetivos setores (ver Quadro A31). Em termos absolutos, os setores em que os promotores apoiados são responsáveis pelo maior volume de postos de trabalho incluem o Têxtil, Vestuário e Calçado (34.388), a Metálica (21.810), Mecânica e Eletrónica (18.243), o Equipamento de Transporte (17.889) e o Comércio (16.893), os quais são mais dedicados aos serviços e/ou intensivos em mão-de-obra. Em termos relativos, é de notar a maior representatividade dos promotores de projetos apoiados nos setores da Borracha e Plásticos, Equipamento de Transporte e Material de Construção, com mais de 45% dos seus Postos de Trabalho a serem de empresas apoiadas pelos apoios comunitários.

Análise comparativa das empresas apoiadas e não apoiadas - uma abordagem contrafactual

257. A análise dos efeitos dos apoios do SI do COMPETE junto do tecido empresarial nacional pode assumir diferentes formas, sendo uma delas a análise contrafactual, comparando o desempenho das empresas apoiadas com o de empresas semelhantes não apoiadas. Nesse sentido, usando apuramentos de microdados do SCIE do INE, procedeu-se a uma análise comparativa entre empresas apoiadas pelos SI do COMPETE (exceto CRII e REACT-EU) e empresas que não beneficiaram dos SI (seja por via COMPETE ou pelos POR), considerando diferentes desagregações - região, setor e dimensão. Enquanto que no grupo de controlo, a delimitação das empresas foi feita com base na lista de operações apoiadas pelo COMPETE (excluindo CRII e REACT-EU), as delimitação do grupo de controlo foi feita considerando todas as empresas do Continente, inseridas nas CAE elegíveis para apoio e que não beneficiaram de qualquer apoio dos SI do PT2020.²⁷ Pela sua natureza simplificada, os apuramentos não permitem expurgar fatores *ex-ante* com efeito no desempenho das empresas, pelo os resultados, ainda que relevantes para análise, devem ser interpretados com cautela.

Os apoios dos SI do COMPETE incidiram sobre empresas que à partida partilhavam uma maior dimensão, maior intensidade exportadora, maior caráter inovador e níveis de produtividade superiores. O período de programação foi marcado pelo acentuar das diferenças entre empresas apoiadas e não apoiadas por via de um melhor desempenho das empresas apoiadas face às suas contrapartes, em todas as dimensões de análise.

258. A caracterização das empresas apoiadas no início do período de programação (Quadro 16), permite concluir que estas tendem a assumir uma dimensão média superior (Volume de Negócios, VAB e Emprego) à da média nacional, conclusão que se acentua quando comparada com as empresas não apoiadas. Esta discrepância é transversal a todos os setores e regiões (Norte, Centro e Alentejo) e decorre da diferença de dimensão observada nas PME, uma vez que as empresas apoiadas tendem a corresponder a empresas de dimensão média, enquanto o grosso do tecido empresarial nacional assume uma dimensão micro. No caso das não PME, as empresas apoiadas assumiram uma dimensão menor face à média, tanto em VAB, como no emprego, o que se pode explicar face aos requisitos mais exigentes de elegibilidade dos apoios para estas empresas e a menor taxa de cofinanciamento dos investimentos. A par da diferença na dimensão, importa também salientar a composição setorial das empresas apoiadas face ao grupo de controlo, destacada na análise da especialização produtiva, onde se salienta a maior exposição ao setor da indústria transformadora, mais virada para os setores transacionáveis. Nesse sentido, as empresas apoiadas pelo COMPETE apresentavam também uma intensidade exportadora mais acentuada (45%) face às suas congéneres (17%).
259. Durante o período de programação, as diferenças das empresas apoiadas face média nacional e, sobretudo, face às empresas não apoiadas foram sendo acentuadas. A nível global, verificou-se que **as empresas apoiadas**

²⁷ Ao nível da elegibilidade, pela complexidade que iriam introduzir nos apuramentos, não foram definidos critérios de seleção no grupo de controlo para os níveis de autonomia financeira, podendo este incluir empresas com autonomia financeira inferior a 20% nas não-PME e 15% nas PME.

pelo COMPETE2020 tiveram um desempenho médio superior ao das empresas nacionais não apoiadas pelo PT2020 para a globalidade dos indicadores analisados, até à pandemia COVID-19²⁸. De igual forma, a análise para o período compreendido entre 2014 e 2021 revela as empresas apoiadas pelo COMPETE2020 apresentaram maior resiliência, na medida em que o diferencial de desempenho médio nas duas principais variáveis económicas - VAB (+ 27 p.p., que compara com 11.3 p.p. entre 2014 e 2019) e Emprego (+20,2 p.p., que compara com 12,1 p.p.) - se acentuou durante 2020 e 2021.

Quadro 16 - Evolução dos indicadores médios, por empresa, no universo tratado e não tratado entre 2014, 2019 e 2021

	U n	Empresas apoiadas nos SI			Grupo de controlo		
		Valor de partida (2014)	Varição 2014-2019 (%)	Varição 2014-2021 (%)	Valor de partida (2014)	Varição 2014-2019 (%)	Varição 2014-2021 (%)
Volume de Negócios	€	21 117 347	10,1%	15,1%	727 281	5,2%	3,0%
VAB	€	4 049 369	22,9%	35,9%	168 468	11,6%	8,9%
Emprego	ET I	100	14,2%	16,8%	6	2,1%	-3,4%
Produtividade média	€	40 433	7,6%	16,3%	25 948	9,3%	12,8%
Exportações	€	9 497 234	13,3%	18,9%	124 932	-6,5%	-5,8%
Intensidade exportadora	%	45%	1,3 p.p.	1,5 p.p.	17%	-1,7 p.p.	-2,7 p.p.
Despesa total em I&D	€	285 820	-12,8%	-	1 849	-12,0%	-

Fonte: EY-Parthenon com base nos dados SCIE (INE) e IPCTN (DGEEC).

260. O desempenho diferenciado das empresas apoiadas pelo COMPETE traduziu-se num contributo relevante na economia, ainda que as empresas apoiadas representem uma fração reduzida do tecido empresarial (<1% em termos do número de empresas). Analisando o período de 2014 a 2019, o incremento do VAB entre as empresas apoiadas pelos SI do COMPETE correspondeu a 14% do aumento verificado entre o setor empresarial nacional (excluindo empresas financeiras), o aumento do emprego correspondeu a 12% do aumento observado a nível nacional e o aumento das exportações foi ainda mais expressivo, correspondendo a cerca de 46% do incremento total a nível nacional. Estes contributos para as variações totais mantiveram-se relativamente estáveis nos anos subsequentes, verificando-se apenas um ligeiro incremento no contributo do VAB (para 16% entre 2014 e 2021) e redução nas exportações (para 40%), em virtude dos grandes condicionamentos observados na comércio internacional resultantes da crise pandémica, que afetaram de forma desproporcional as empresas voltadas para os setores dos bens transacionáveis.
261. A análise por CAE, revela que, entre 2014 e 2021, as empresas apoiadas nos setores de Distribuição e Comércio, Atividades Imobiliárias e Educação, Saúde e Apoio Social apresentaram diferenciais de crescimento consistentemente positivos e elevados na grande maioria dos indicadores, face às suas contrapartes não apoiadas pelo PT2020 (ver Quadro A32, Quadro A33, Quadro A34, Quadro A35, Quadro A36, Quadro A37). Por contrapartida, o setor mais representativo entre as empresas apoiadas - a Indústria Transformada - observou diferenciais no desempenho mais modestos, destacando-se ao nível do VAB e, sobretudo, ao nível do emprego (por via da maior salvaguarda de postos de trabalho durante a pandemia), mas com desempenhos inferiores no Volume de Negócios e Exportações, realidade já observada antes da pandemia. O relativo menor desempenho ao nível do Volume de Negócios e Exportações entre as empresas apoiadas poderá resultar, em parte, de um maior foco na produtividade e emprego dos projetos apoiados (e.g. projetos de Inovação Produtiva), mas também do ponto de partida, na medida em que os volumes médios de negócios e de exportações das empresas apoiadas da indústria transformadora eram mais de 20 vezes superiores aos do grupo de controlo. Esta última hipótese tende a ser validada pelo facto da intensidade exportadora das empresas da indústria transformadora apoiadas pelo COMPETE terem conseguido incrementar a sua intensidade exportadora em 1,7 p.p. (para mais de 52% em 2021), acima das empresas que não foram apoiadas pelo PT2020 (+ 1,2 p.p. para 42% em 2021).
262. Entre 2014 e 2021, para as regiões de convergência, os diferenciais de desempenho das empresas apoiadas pelo PO face a não apoiadas são também positivos, na globalidade dos indicadores, exceto ao nível da produtividade, explicado pelo diferencial mais acentuado no crescimento do emprego médio, em comparação com o diferencial de crescimento no VAB. De facto, apesar das dificuldades reportadas pelos stakeholders ao nível do recrutamento, as empresas apoiadas nas regiões de convergência exibiram até 2019 (continuando até

²⁸ Volume Negócios; VAB; Produtividade média; Emprego; Exportações; Despesa em I&D médios por empresa.

2021). No mesmo sentido, os promotores PME apresentam um diferencial positivo em maioria dos indicadores na generalidade dos indicadores (com exceção de despesa de I&D, ponderado pelo nº de empresas, entre 2014 e 2021, ver Quadro A32, Quadro A33, Quadro A34, Quadro A35, Quadro A36, Quadro A37). Relativamente às empresas não PME, estas apenas apresentam uma taxa de crescimento anual média superior ao nível do VAB, produtividade e intensidade exportadora (ver Quadro A32, Quadro A33, Quadro A37).

O COMPETE contribuiu para a melhoria da competitividade do tecido empresarial, por via do efeito dos projetos apoiados no desempenho ao nível do VAB, emprego e produtividade das empresas. O contributo do PO para a alteração do contexto foi mais relevante nos setores onde se verificou maiores taxas de penetração - Indústria Transformadora e Informação e Comunicação.

263. Tal como anteriormente referido, as empresas apoiadas evidenciaram um desempenho médio claramente superior ao das empresas do grupo de controlo ao nível das principais variáveis de atividade. Estas dinâmicas, associadas a empresas que assumem uma maior relevância económica, traduziram-se num peso relativo nas dinâmicas agregadas do tecido económico nacional de cerca de 14% no crescimento do VAB e 12% no crescimento do emprego, entre 2014 e 2019. Por sua vez, a evidência recolhida em sede de inquérito a projetos de promotores empresariais apoiados aponta para um contributo do projeto para a variação do VAB e emprego da empresa respondente de cerca de 50% (quando ponderado pelo valor de investimento elegível) nas empresas apoiadas, o que **no limite poderia corresponder a um contributo de cerca de 7% no aumento do VAB empresarial nacional e de 6% no emprego por parte dos projetos apoiados.**
264. Ao nível setorial, **o diferencial de desempenho do VAB foi mais saliente nos setores dos Transportes e Logística (51,7% de crescimento até 2021, face a -24,7% nas de controlo) e Outros Serviços (94,8% que compara com 5,7%).** Ainda assim, **o contributo mais relevante do desempenho das empresas apoiadas para a alteração do contexto foi mais efetivo entre o setor da Indústria Transformadora (45% do crescimento do VAB no setor a nível nacional até 2021),** devido à elevada taxa de penetração dos apoios, **e no setor da Informação e Comunicação (24% do crescimento do VAB setorial),** onde a elevada taxa de penetração foi acompanhada do diferencial de desempenho significativo entre as empresas apoiadas (73,8% de crescimento até 2021, comparado com redução de 4,2% no grupo de controlo).
265. Ao nível regional, verificou-se um crescimento claramente mais acentuado nas regiões que concentraram maior nível de financiamento - Norte e Centro - tanto antes como durante o período da pandemia. No caso do Alentejo, os efeitos no desempenho do VAB aparentam ser menos notórios e com maior reflexo durante a pandemia. No que respeita à dimensão, o efeito no VAB mimetiza o do VN, observando-se um efeito mais notório durante o período de pandemia entre as PME, por força de uma maior resiliência (apoiadas cresceram 8,6% no período e não apoiadas diminuíram mais de 21%) ainda que também as não PME tenham exibido um diferencial positivo, independentemente do período em análise.
266. Ao nível da criação de emprego, o diferencial de desempenho entre as empresas apoiadas e o grupo de controlo foi ainda mais significativo, com implicações no diferencial de desempenho da produtividade. Com a exceção do setor da *Utilities* (-3,6% de variação até 2021, que compara com +11,1% nas não apoiadas), que revelavam diferenciais de crescimento negativos entre 2014 e 2021, o desempenho das empresas apoiadas foi superior a todos os setores de atividade. Destas, destaca-se o setor da **Informação e Comunicação onde as empresas apoiadas mais que duplicaram o nível emprego** entre 2014 e 2021 (+108%), comparando com uma ligeira redução no grupo de controlo (-4,4%), **e que equivaleu a cerca de 25% do aumento líquido do emprego nesse setor.** À semelhança do desempenho no VAB, todas as regiões evidenciaram crescimentos mais significativos entre as empresas apoiadas, destacando-se a região Norte (+20%, face a -3,7%) e, uma análise por dimensão das empresas, revela que os beneficiários PME apresentavam taxas de crescimento médio do emprego superiores ao restante tecido empresarial.
267. Ainda que o desempenho em termos agregados o diferencial na produtividade entre empresas apoiadas e não apoiadas seja positivo, este resulta sobretudo do desempenho das não PME, na medida em que, por via da diferença de crescimento no emprego (denominador da produtividade), as PME apoiadas apresentaram um menor crescimento desta variável face ao grupo de controlo. Tendo-se observado maiores crescimentos no emprego e no VAB para a generalidade dos grupos de empresas apoiadas, e observando-se durante o período um crescimento da produtividade entre as empresas apoiadas, o eventual diferencial negativo no crescimento não assumirá especial relevância no contexto de análise.

O PO teve também um contributo relevante para o aumento da internacionalização das empresas nacionais, ao induzir um crescimento significativo das exportações e intensidade exportadora das empresas nos setores ligados a bens transacionáveis.

268. A par do elevado desempenho das empresas apoiadas no que se refere à produtividade e criação de emprego, estas empresas apresentaram, entre 2014 e 2021, um elevado incremento no volume de exportações (+18,9%) e na intensidade exportadora (+1,5 p.p.) que compara com uma contração nas empresas não apoiadas pelo PT2020. Esta dinâmica é ainda mais relevante, quando considerado o ponto de partida das empresas apoiadas,

que já era mais elevado, fruto da predominância das empresas do setor da Indústria Transformadora. Em resultado, o incremento nas empresas apoiadas equivaleu a 40% do crescimento líquido das exportações das empresas nacionais entre 2014 e 2021 (mais significativo até 2019, 46%).

269. Em linha com os objetivos do PO, foi junto das PME (Quadro A35) onde os diferenciais de crescimento foram mais relevantes (+7,2%, comparando com -10,8%), ainda que estes tenham sido acompanhados pela diminuição da intensidade exportadora, observada ao longo do período de programação. Sectorialmente, destacam-se os setores do Comércio e Distribuição (exportações médias cresceram +400% até 2021) e o setor Primário (+91%), onde o crescimento das exportações das empresas apoiadas representou cerca de 81% e 21% do crescimento total dos setores, respetivamente.

Durante o período de análise, as empresas apoiadas pelo COMPETE aumentaram a despesa em I&D em termos agregados ainda que abaixo do incremento observado entre empresas não apoiadas pelo PT2020. Ainda assim, as empresas apoiadas mantiveram um rácio de despesa em I&D no VAB significativamente acima da média nacional.

270. A despesa em I&D agregada entre as empresas apoiadas pelo COMPETE aumentou 2,1% entre 2014 e 2019, atingindo os 579 M€, equivalendo a 41% da Despesa em I&D do setor empresarial nesse ano. Contudo, por via das empresas apoiadas que foram criadas durante o período de programação, a despesa média em I&D registou uma redução de 12,8% no período (Quadro 16). Ao mesmo tempo, as empresas não apoiadas pelo PT2020 apresentaram um crescimento de 5% na sua despesa em I&D no agregado, o que se traduziu numa redução da despesa média menos intensa que a observada entre os apoiados.
271. Ainda que as dinâmicas observadas durante o período de programação sejam adversas, o rácio de despesa em I&D no VAB entre as empresas apoiadas (5% em 2021) manteve-se significativamente superior à medida nacional e, consequentemente, acima do grupo de controlo (0,7% em 2021). Nesse sentido, pode-se concluir que o PO apoiou as empresas tendencialmente inovadoras. De facto, a existência de uma maior intensidade inovadora à partida, consubstanciada no rácio da despesa em I&D no VAB, poderá ajudar a explicar a taxa de crescimento menor na despesa agregada em I&D. Já no que se refere à despesa média, a redução observada é natural, na medida em que empresas recentemente criadas apresentam necessariamente níveis de despesa em I&D mais reduzido, podendo, inclusive, nem serem inquiridas pelo IPCTN.

Investigação, desenvolvimento e inovação

272. A aferição de impactos dos projetos apoiados implica um distanciamento temporal entre a sua conclusão e os resultados produzidos, que, tal como referido pelos stakeholders participantes em sede de focus group, se alarga em particular nos projetos de I&D. Ainda assim é possível estabelecer comparações entre a evolução dos resultados já alcançados (ou o foco da intervenção do COMPETE no racional subjacente à TdM quando não se observam ainda resultados) e a evolução do contexto no domínio da I&D que permitem pela capacidade dos apoios contribuírem para a alteração de contexto nos anos e recentes e no futuro.

Verifica-se uma aposta consistente no investimento à I&D e inovação a nível nacional, não obstante o não cumprimento da meta prevista para 2020 no âmbito da Estratégia Europa 2020 e a trajetória ainda ténue de transformação e upgrade da indústria nacional.

273. Segundo dados do IPCTN, em termos relativos, Portugal registou um crescimento do investimento em I&D em percentagem do PIB de 0,39 p.p. entre 2014 e 2021, fixando-se nos 1,68% em 2021, evidenciando o aumento pelo sexto ano consecutivo da despesa em I&D em % do PIB, embora para um nível que, ainda assim, fica aproximadamente em cerca de metade da média europeia.
274. Apesar do crescimento e do reconhecimento do papel da I&D enquanto fator de competitividade empresarial pelos promotores do COMPETE, conforme referido em sede de entrevistas pelos OI e nos *focus group* "I&D e Inovação" e "Competitividade Empresarial" realizados, Portugal falhou claramente a meta estabelecida no âmbito da Estratégia Europa 2020 (Programa Nacional de Reformas 2016-2021 - Atualização de 2017) de 2,7% de despesa em I&D em percentagem do PIB em 2020.
275. Adicionalmente, enquadrada pelos objetivos da União Europeia, a Estratégia de Inovação Tecnológica e Empresarial para Portugal assumiu metas muito ambiciosas em termos de despesa em I&D para 2030: pretende-se, em concreto, alcançar 3% do PIB em despesa em I&D em 2030 (2/3 a realizar pelo sector empresarial) e, ainda, promover a criação de 25.000 empregos qualificados em atividades de I&D nas empresas. O atual contexto reflete um nível de exigência da meta ainda maior, considerando que a meta de 2020 não foi alcançada. Neste contexto, e tendo em conta o atual panorama de alguma retração económica com implicações para a evolução do investimento empresarial, para se alcançar a meta de 2030, a mobilização de um contributo substancial no reforço do investimento em I&D será determinante, face à sua importância neste domínio estratégico nacional.

276. A aposta do investimento público e privado em I&D representou claramente um fator crítico de crescimento económico, apresentando-se como uma prioridade catalisadora na estratégia de crescimento do produto potencial da economia nacional. Nesse sentido, o apoio à ciência, tecnologia e inovação exigiu um compromisso robusto ao nível das várias entidades envolvidas no seu ecossistema (SCTN e empresas) no sentido da adoção de iniciativas de estímulo à procura que permitam uma promoção do desenvolvimento de parcerias de transferência de conhecimento, bem como um incentivo do investimento público e privado em projetos de I&DI individuais ou em copromoção. Deste modo, espera-se que as típicas falhas de mercado associadas a estas tipologias de investimento sejam mitigadas, com a consequente redução do risco intrínseco a este tipo de investimentos, dinamizando-se a articulação com outras fontes de financiamento (FEEL e Orçamento de Estado).
277. O Estudo de Caso do projeto FlexStone: Novas Tecnologias para a Competitividade da Pedra Natural, promovido pela CEI - Companhia de Equipamentos Industriais, Lda, reforça a importância do trabalho do COMPETE no apoio à promoção e capitalização de um ambiente de estímulo à I&D, dinamizando o trabalho em copromoção entre instituições não empresariais de I&DT e o setor empresarial. Mais concretamente, o projeto permitiu o desenvolvimento de dois protótipos inovadores para a transformação de pedra natural, que permitiram maior produtividade operacional com ganhos ao nível da conquista de mercados internacionais.
278. Em termos absolutos, em 2021, Portugal assinalou um investimento em I&D de 3.609 M€, com o setor empresarial a assumir um papel preponderante nesta matéria, sendo responsável pela execução de 2.154 M€, que representa cerca de 60% da despesa nacional em I&D, enquanto o setor Ensino Superior foi responsável por 33% e os setores Estado e Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos (IPSFL) por 5% e 2%, respetivamente. O crescimento da despesa em I&D foi muito despoletado pelo setor empresarial, que cresceu cerca de 65% em termos absolutos entre 2017 e 2021. A ilustrar isso mesmo, é de destacar a PI 1.2 - Investimento nas empresas, que evidencia um índice de procura (rácio entre o Investimento Candidatado e a Dotação Fundo AAC) maior ou igual a 100% em 77% dos AAC, bem como a PI - 1.1 Investigação e Inovação, que evidencia um índice de procura qualificada (rácio entre o Incentivo Aprovado e a Dotação Fundo AAC) maior ou igual a 100% em 64% dos AAC.
279. Nesta ótica, entre as áreas temáticas definidas pela ENEI - as designadas prioridades de especialização inteligente -, o Eixo das Tecnológicas Transversais e suas Aplicações foi aquele que assumiu maior representatividade (1.103 M€ de despesa I&D), seguindo-se o da Saúde, Bem-estar e Território (763 M€), de acordo com dados do IPCTN. A traduzir isso mesmo, note-se que o investimento elegível aprovado nas medidas de apoio à I&D do Eixo 1 assumiu forte relevância precisamente nas indústrias Mecânicas, Eletrónicas e Metálicas, nos serviços Empresariais, nas TIC e na Indústria Farmacêutica (Quadro A31). O COMPETE terá assumido, aparentemente, um papel relevante para este resultado durante o período de programação, uma vez que, sem o apoio financeiro comunitário, 67% dos promotores empresariais do Eixo 1, que engloba as TI 47 - Atividades de I&D empresarial e TI 49 - Investimento empresarial em inovação de não PME, referiram que não teriam desenvolvido os projetos ou tê-lo-iam realizado com menor dimensão orçamental (Quadro A47).
280. Constata-se ainda que as Indústrias de Alta e Média-Alta Tecnologia e as Indústrias assentes em Fatores Competitivos Avançados, bem como os Serviços Intensivos em Conhecimento de Alta Tecnologia, estão sobre representados na medida I&D, o que ilustra a ênfase desta medida em fatores de competitividade tipicamente relacionados com competitividade valor/não-custo e com elevada intensidade tecnológica (Quadro A16, Quadro A17, Quadro A18).
281. O crescimento da despesa em I&D em 2021 face a 2019, terá sido reforçado pelas elevadas taxas de realização e evolução dos projetos apoiados pelo Eixo 1 do COMPETE. Com efeito, as medidas de I&D deste eixo registaram 41% dos projetos aprovados com nível de realização maior ou igual a 70%, e representaram um total de 891 M€ de investimento elegível executado.
282. Constata-se, ainda no Quadro 17, que o total de investimento elegível executado no âmbito das medidas I&D²⁹ do Eixo 1 para o período 2014-2021 representou 4,0% da despesa I&D total para o mesmo período. Em termos absolutos, o COMPETE permitiu a execução de 891 M€ em investimento em I&D entre 2014-21, ao passo que o total nacional para o mesmo período foi de 22.047 M€.
283. De acordo com os dados do Inquérito, caso não tivessem acedido aos apoios do COMPETE, 48% dos promotores empresariais (ponderado pelo investimento elegível), não teriam executado o projeto, e, se apenas forem consideradas as Medidas I&D²⁹, ou seja, a TI 47, o resultado fixa-se nos 49% (Quadro A47), dados relevantes

²⁹ Foram consideradas as seguintes medidas: I&D - Copromoção - COVID-19, I&D - Individuais - COVID-19, I&D - Infraest. Ensaio e Otimização - COVID-19, I&DT - Copromoção, I&DT - Copromoção - RCI, I&DT - Demonstradores Copromoção, I&DT - Demonstradores Individuais, I&DT - Individuais, I&DT - Individuais - RCI, I&DT - Internacionalização, I&DT - Núcleos Copromoção, I&DT - Núcleos Individuais, I&DT - Programas Mobilizadores, I&DT - Propriedade Industrial, I&DT - Vales, SAICT - Internacionalização de I&D, SAICT - Prog. Ativ. Conjuntas - PAC, SAICT - Prog. Integ. de IC&DT, SAICT - Proj. de IC&DT, SAICT - Proj. de Infraestruturas, SAICT - Propriedade Industrial.

nos investimentos em inovação, corroborados nos *focus group*. Estes dados corroboram a importância do Eixo 1 do COMPETE no apoio aos promotores empresariais que executam projetos de I&D. Se os mesmos não existissem, os investimentos não seriam realizados ou sofreriam alterações, quer em termos de dotação quer em dispersão temporal.

284. Conforme analisado na QA1, e não obstante os vários constrangimentos à execução das operações do Eixo 1, concluiu-se que a generalidade dos promotores perspetiva contributos significativos das suas operações ao nível da maior capacitação das entidades para inovar e internacionalizar. Além disso, corroborando com os níveis de execução dos indicadores de realização e *insights* dos *focus group*, estima-se um aumento da articulação das empresas com o SCTN e conseqüentes atividades de transferência de conhecimento, assim como o aumento das iniciativas de investimento em I&D+I em contexto empresarial aquém do desejado.
285. Os apoios ao investimento em I&D (Eixo 1) destinaram-se em 48% a promotores empresariais (432 M€) e 52% a não-empresariais (459 M€), com estes últimos a englobarem o SAICT, cujos promotores são instituições do sistema científico nacional. Na sua globalidade, e conforme observável no Quadro 17, o investimento executado dos promotores empresariais em I&D no âmbito do COMPETE representou, no acumulado 2014-2021, cerca de 3,7% do total efetuado pelo tecido empresarial em Portugal. Em relação aos promotores não-empresariais, o COMPETE representou cerca de 4,4% do total. Com a conclusão dos projetos, no período 2022-23 a penetração tenderá a aumentar com significado.

Quadro 17. Peso do investimento elegível executado do COMPETE em I&D²⁹ no total do investimento em I&D da Economia Nacional, por tipologia de beneficiário (2014-2021)

Tipologia dos beneficiários	Investimento Elegível Executado do COMPETE	Investimento total da Economia	Peso dos apoios do COMPETE no total
Empresas	432 M€	11.524 M€	3,7%
Não-empresariais	459 M€	10.552 M€	4,4%
Total	891 M€	22.047 M€	4,0%

Fonte: EY-Parthenon com base nos SI do COMPETE e dados do IPCTN.

286. Em termos geográficos (Quadro 18), os apoios executados do COMPETE destinados à I&D representaram 5% (390 M€) na região Norte do investimento total em I&D, 4% na região Centro (173 M€) e 1% na região do Alentejo (6 M€), existindo um peso forte do investimento em operações multiregiões (322 M€), que não é possível alocar em termos territoriais (nessa medida, o peso do I&D via COMPETE associado a cada região pode estar subestimado). De notar que a região com maior investimento em I&D, a AML, não foi destinatária de apoios do COMPETE no âmbito da I&D.

Quadro 18. Peso investimento elegível executado do COMPETE em I&D²⁹ no total do investimento em I&D da Economia Nacional, por região NUTS II (2014-2021)

Região	Investimento Elegível Executado do COMPETE	Investimento total da Economia	Peso dos apoios do COMPETE no total
Norte	390 M€	7.273 M€	5,4%
Centro	173 M€	4.014 M€	4,3%
Alentejo	6 M€	678 M€	0,9%
Multiregiões	322 M€	-	-
Total	891 M€	22.047 M€	4,0%

Fonte: EY-Parthenon com base nos SI do COMPETE e dados do IPCTN.

Os apoios do COMPETE conseguiram estimular as empresas a melhorar os seus níveis de competitividade e resiliência, orientando-as para a inovação e transição digital, assegurando impactos sustentáveis a longo prazo.

287. De acordo com dados do *Community Innovation Survey 2020*, em 2020, 51% das empresas portuguesas tiveram algum tipo de atividades de inovação, comparado com 52,7% da média europeia. Por outro lado, 27,9% das empresas portuguesas introduziram no mercado bens novos ou melhorados, em comparação com 21,1% da média europeia, sendo Portugal o 8º classificado nesta categoria. Apesar disso, em 2020, apenas 7,5% das empresas portuguesas receberam financiamento público para atividades de I&D e Inovação, estando em 12º lugar entre os países do bloco europeu (não obstante o crescente apoio a projetos de I&D em copromoção). O menor montante público canalizado para as empresas portuguesas investirem em novos processos e produtos é uma das razões que levam à integração do país no grupo dos Inovadores Moderados (*Moderate Innovator*), do *European Innovation Scoreboard 2022*, a par da Itália, Espanha e Grécia.

288. A predisposição para uma maior presença no digital, um fator relevante de competitividade e inserção nas principais cadeias de valor globais, tem sido cada vez mais evidenciada pelo tecido empresarial português. De facto, na sua globalidade, em 2021, perto de 40% das empresas nacionais tinham uma presença relevante na Internet, quer em termos de *marketing* digital ou estrutura de vendas, conforme já referido (Pordata). Tais resultados traduzem-se num crescimento de 8,5 p.p. face a 2014.
289. A maior presença no digital traduz-se numa posição acima da média europeia em termos de comércio eletrónico para as grandes e médias empresas. Em 2021, 42% e 26% das grandes e médias empresas, respetivamente, assumiam a possibilidade de realização de vendas através do comércio eletrónico, ambos acima da média europeia. Tais dinâmicas de crescimento e posicionamento são observáveis no aumento substancial dos domínios “.pt” certificados na Internet: em 2017, eram 976 mil e, em 2021, 1,6 milhões, sendo que 58% das empresas têm a expectativa de aumento do Investimento Tecnológico (ACEPI). Os valores do comércio eletrónico B2C e B2B em Portugal denotam dinâmicas de crescimento interessantes, com uma TVMA 2014-21 de 12%, fixando-se em 121 Mm€ em 2021 (ACEPI). As dinâmicas de transição para uma economia digital com maior relevância alteraram o padrão de utilização de canais de comunicação entre a Administração Pública e os promotores, com 97% a relatar preferir utilizar o online como principal canal para tratar de serviços e procedimentos necessários (Quadro A51). Existe a expectativa que os novos modelos de distribuição de serviços públicos e atendimento proporcionam uma efetiva economia de custos para as empresas e cidadãos (e.g. redução de custos, redução de tempos de espera).
290. Embora se tenha verificado um maior investimento em I&D, este também não levou a um aumento substancial do volume de negócios das empresas de setores de média-alta e alta tecnologia, que, em 2020, representou apenas 10,4% do total nacional, atingindo-se um crescimento ténue de 1,1 p.p. em 2020 face a 2014. As mesmas conclusões são retiradas quando se analisa o VAB das empresas de média-alta e alta tecnologia, com um crescimento de 0,2 p.p. em 2020, face a 2014 (INE).
291. A performance da produtividade aparente do fator trabalho mostra uma taxa de crescimento médio anual da produtividade por trabalhador de apenas 0,6% entre 2010-2019, de acordo com o estudo “A produtividade das empresas em Portugal” de abril de 2023 da PlanAPP, não se registando avanços significativos que permitam uma redução na disparidade face à média da UE ou OCDE. Este estudo salienta ainda que a afetação de recursos financeiros às empresas é essencial para estimular investimentos e inovação nas empresas e para suportar as iniciativas dos empreendedores.
292. A melhoria ligeira nestes indicadores, traduziu-se num aumento mais forte da Rendibilidade Operacional nas empresas, resultando numa variação positiva de 3,9 p.p. no período 2014-21 (INE). Em 2021, a Rendibilidade Operacional das empresas portuguesas era de 9,3%, um claro upgrade face aos 5,4% de 2014.
293. Em linha com o crescimento desta variável macroeconómica, os dados do Inquérito às empresas apoiadas pelos sistemas de incentivos mostram que uma parte substancial dos projetos está de acordo ou acima das metas contratualizadas, sendo que estas metas variam consoante a tipologia de projeto, sendo geralmente contratualizadas duas, entre o Volume de Negócios, Volume de Negócios Internacional, Valor Acrescentado Bruto, Postos de Trabalho Qualificados, entre outros (Figura A29), o que ilustra os ganhos de competitividade associados às empresas-promotoras.
294. No mesmo sentido, os dados do inquérito demonstram que mais de 75% das operações desenvolvidas e intervencionadas pelos apoios do COMPETE no âmbito do Eixo 1 e 2, cujo objetivo é a melhoria da competitividade das empresas, contribuíram para o aumento da produtividade da empresa por via da melhoria da eficiência dos processos produtivos e organizacionais, expansão da capacidade de produção de novos ou substancialmente melhorados bens/ serviços, aumento do grau de internacionalização da empresa, melhoria da capacidade de marketing e promoção comercial da empresa, entre outros (Figura A31). A este nível, importa destacar que são estes eixos que apresentam o maior montante de dotação programada, bem como maior proporção de Investimento elegível (ver QA1).
295. O aumento e execução do investimento em projetos de I&D e inovação, associados ao aumento do VN e Exportações de setores de média-alta e alta tecnologia, entre outros, parecem ter potenciado uma sustentabilidade e resiliência de longo prazo das empresas portuguesas. De facto, o COMPETE teve um papel determinante para estes resultados, uma vez que 59% dos inquiridos perspetiva como viável a persistência a longo prazo (mais de 5 anos) das suas operações após a conclusão dos respetivos projetos (Figura A33 e Figura A63). Adicionalmente, perto de 39% dos promotores empresariais, afirma que sem o financiamento do COMPETE não teria desenvolvido o projeto (Quadro A24).
296. Na mesma linha, as entrevistas aos OI retratam os apoios do PT2020 como relevantes para a dinamização de investimento produtivo nacional e internacional, fator de especial relevância nas zonas de menor densidade populacional (Anexo 4. Anexo 4.4). Adicionalmente, nos focus group, foi salientada a importância destes apoios e o seu impacto no longo prazo, especialmente nos projetos de I&D.

A capacitação empresarial tem sido muito direcionada para os mercados externos, com o COMPETE a ter um contributo relevante no aumento da internacionalização dos promotores empresariais.

297. Durante o período de programação observou-se um crescimento ligeiro (de 1,8 p.p.) na proporção das exportações de bens de alta tecnologia no total nacional das exportações de mercadorias: em 2020, as exportações de alta tecnologia superavam os 5,5% do valor total de exportações de bens, um crescimento face aos 3,6% em 2014 (INE). As regiões do Cávado, AML e AMP foram as regiões com maiores contribuições para estes crescimentos, fruto da sua maior especialização produtiva industrial.
298. As exportações nacionais de bens e serviços registaram um crescimento médio de 4,1% entre 2014 e 2021, fixando-se assim nos 63.618 M€, com a Região Autónoma da Madeira e Algarve a apresentarem-se como as regiões com maior crescimento médio no mesmo período, 11,4% e 8,7%, respetivamente. Em termos de dimensão, observa-se que, cada vez mais, as empresas de grande dimensão estão direcionadas para mercados externos, tendo-se observado um crescimento de 21% face 2014. São agora 623 empresas com mais de 250 trabalhadores a exportar (INE).
299. A intensidade exportadora das empresas portuguesas cresceu 1,3 p.p. entre 2014-21, fixando-se nos 29,1% em 2021. Este crescimento foi reforçado pelas dinâmicas apresentadas pelas regiões do Alentejo e do Centro no mesmo período de análise, 2,3 p.p. e 9,0 p.p. de crescimento respetivamente (INE). A maior abertura da Economia Nacional era um dos principais objetivos do COMPETE para este período de programação, de modo a capacitar e aumentar a competitividade do tecido empresarial português.
300. De acordo com os resultados do inquérito, o COMPETE teve um contributo forte no aumento da internacionalização dos promotores empresariais, assim como na entrada em novos mercados da União Europeia e/ou extra-europeus (Figura A31). Esta evidência é consistente com os resultados da análise contrafactual, onde se verifica um elevado diferencial no crescimento das exportações (+18,9% entre 2014 e 2021) face ao grupo de controlo (-5,8% entre 2014 e 2021), com reflexo na intensidade exportadora (+1,5 p.p. para 46,5% em 2021 nas empresas apoiadas).

De um modo geral, os resultados do COMPETE responderam aos pressupostos e riscos estabelecidos, uma vez que os apoios se revelaram importantes e atrativos para as empresas e distribuídos sectorialmente, de modo a possibilitarem impactos económicos transversais e dispersos geograficamente.

301. Entre os seus principais objetivos estratégicos, o COMPETE assumiu com particular enfoque a promoção das atividades de elevada intensidade tecnológica, inovação e diferenciação, capazes de capacitar as empresas portuguesas de um maior dinamismo e internacionalização. Para a análise dos impactos do COMPETE, é importante analisar, em primeiro lugar, a proporção do investimento em I&D das empresas no VAB nacional e de que modo este pode estar a ser influenciado pelos apoios do COMPETE, nomeadamente em projetos inseridos em setores com média-alta e/ou alta intensidade tecnológica.
302. Em 2021, o peso do investimento em I&D no Valor Acrescentado Bruto nacional era de 0,8%, um acréscimo de 0,03 p.p. face a 2010, e 0,16 p.p. face a 2015, o valor mais baixo deste período de programação (INE). O COMPETE apoiou 740 projetos nos eixos 1 e 2 com um Investimento Elegível Aprovado de 998 M€ em setores de média-alta e alta intensidade tecnológica, sendo que estes representaram 2% dos projetos apoiados totais e 20% do investimento elegível aprovado, indicando que as operações são de elevada dimensão. É de notar a concentração de projetos de média-alta e alta tecnologia referentes a AAC no período 2015-2017: neste período, 322 projetos destas tipologias foram aprovados, num total de 495 M€ de investimento elegível aprovado, representando 66% e 75% do total dos segmentos, respetivamente; como apenas 47% (173) destes apresentavam, à data de corte, taxas de realização superiores a 70%, representando 45% (452 M€) do investimento elegível aprovado, é expectável que a execução a 100% das operações aprovadas tenha um impacto significativo no incremento do investimento em I&D e no seu peso no VAB nacional nos próximos anos.
303. Os apoios do COMPETE pretendem ter um contributo relevante para o crescimento das principais variáveis de atividade operacional e económico-financeira das empresas apoiadas. De acordo com o inquérito aos promotores empresariais e dados dos *focus group*, observa-se uma variação substancial entre o último ano antes da implementação do projeto e o ano cruzeiro do projeto, quando os resultados começam a surtir efeito. De facto, as empresas com projetos apoiados pelo COMPETE registaram, em média, variações de 36% do Volume de Negócios, 45% do Volume de Negócios Internacional, 40% do Volume de Negócios resultante da venda de novos produtos ou serviços, 44% do Valor Acrescentado Bruto, 29% nos Postos de Trabalho, 40% nos Qualificados e 63% nas Despesas em I&D (Quadro A50). Estes valores revelaram-se importantes para a Economia Nacional, uma vez que os promotores apoiados pelo COMPETE no âmbito dos SI representaram 12% do VAB nacional (8.097 M€ em termos absolutos) e 7% dos Postos de Trabalho (222.273 em termos absolutos) (ver), em termos de resultados pré-projeto, tendo assim um importante contributo na convergência da economia portuguesa com a média da União Europeia, entre 2014-20, estando assim de acordo com os objetivos do programa e da Teoria da Mudança estabelecida.

304. Por sua vez, os fatores que mais facilitaram a execução e desenvolvimento dos projetos apoiados pelo COMPETE encontram-se relacionados com a operacionalização e capacidade dos promotores, tais como a capacidade financeira das empresas para implementar os projetos (capitais próprios), a maturidade dos projetos apresentados na fase de candidatura e a capacidade de mobilização de parceiros para a implementação dos projetos.
305. Em relação aos dados do inquérito às entidades não-empresariais, observa-se que os fatores que mais facilitaram a realização dos projetos foram a disponibilidade dos utilizadores para optarem por canais digitais e o grau de literacia digital dos utilizadores (Quadro A51). No entanto, o fator mais condicionante foi a baixa qualificação dos quadros de pessoal das entidades (quantidade e qualificação de trabalhadores face às necessidades) (Figura A60).
306. Em relação à performance das soluções desenvolvidas e respetiva sustentabilidade a médio e longo prazo, é importante complementar os dados do inquérito com as entrevistas realizadas aos OI e a outras entidades, bem como os Estudos de Caso realizados. De acordo com os dados do inquérito, no Eixo 1, cerca de 79% dos promotores apoiados (ponderado pelo investimento elegível) revela estar em linha ou acima do contratado em termos de metas de candidatura, mas no Eixo 2, este número baixa para os 29% (Figura A29). Refira-se, também, que 71% dos promotores perspetiva o prolongamento da duração no tempo dos resultados gerados pelos projetos na atividade da empresa após a sua conclusão (Figura A34), dados corroborados pelas entrevistas aos OI, que consideram os apoios do COMPETE como relevantes para a inovação e maturação das empresas portuguesas no médio prazo. Acresce que 59% dos inquiridos perspetiva como viável a persistência a longo prazo (mais de 5 anos) dos resultados das suas operações, após a conclusão dos respetivos projetos (Figura A34 e Figura A64). Conclui-se, assim, que o COMPETE se afirma como um programa relevante de financiamento das empresas no país, que potencia o crescimento e a sustentabilidade das empresas.
307. Analisando a performance e sustentabilidade dos projetos aprovados, que na sua maioria apresentaram comportamentos positivos e potenciais impactos de longo prazo, é importante agora perceber se os apoios foram dirigidos para projetos que potenciavam o desenvolvimento de soluções inovadoras. De acordo com dados dos SI PT2020, observam-se sinais positivos quanto à qualidade dos projetos em matéria de criação de valor, orientação para bens e serviços transacionáveis e efetiva tradução no incremento significativo das exportações, verificando-se que os dados do inquérito sinalizam que os SI se orientaram sobretudo precisamente para o apoio à criação/expansão da capacidade de produção de novos ou substancialmente melhorados bens/ serviços (Figura A31).

Formação Empresarial

Entre 2015 e 2021, Portugal registou um crescimento considerável no número de formandos em ações promovidas pelas organizações patronais e na ALV, tendo o COMPETE sido dos principais programas financiadores. Ainda assim, a reduzida cobertura das ações apoiadas no total do tecido empresarial português e da população empregada sugerem que as ações não tenham sido suficientes para alterar o contexto, apesar dos resultados fortemente positivos nos participantes apoiados.

308. Entre 2014-2021, registou-se uma redução acentuada da quantidade de formandos das organizações patronais a nível nacional (-32%³⁰), sendo as formações relativas a higiene e segurança as mais afetadas (-41%), mas as empresariais/profissionais as com maior contributo (-27.000 formandos) para esta trajetória. A redução registada é explicada sobretudo pelos valores atípicos de 2014 (ano coincidente com o término da execução do QREN), tendo-se verificado uma forte redução em 2015 (-54%), seguida de um incremento de +47% no período de 2015-2021. De facto, sendo os FEEL um dos principais mecanismos financiadores de ações formação organizadas por entidades patronais, as dinâmicas de participação tendem a acompanhar os ritmos de execução dos apoios, reduzindo o número de formandos nos anos de arranque dos períodos de programação e acelerando a partir da fase intercalar.
309. Num espectro mais alargado, a taxa de participação dos portugueses (entre 25 e 64 anos de idade) em atividades ALV aumentou 0.9 p.p., atingindo os 10% e posicionando-se acima da média da UE (9,1%), mas ficando ainda aquém da meta europeia de 15% prevista para 2020. Nos dois anos subsequentes, observou-se um crescimento significativo, tendo atingido os 13,8% em 2022.
310. Entre 2014 e 2021, o COMPETE assumiu um peso significativo nas iniciativas de formação no contexto laboral realizadas em Portugal, financiando cerca de 12% dos participantes em formações empresariais (69.086, ver Quadro 8), sendo que 9% dizem respeito a programas de formação-ação (51.441, ver

³⁰ Com base em dados do INE

311. Quadro 9). Contudo, considerando a média da população empregada no período, o alcance das formações apoiadas é significativamente mais modesto, já que, em média, apenas 1,8% da população empregada participou em ações apoiadas pelo PO no período em análise.
312. Nesse sentido, não é possível aferir um contributo relevante das ações apoiadas para uma alteração significativa do contexto empresarial em Portugal, apesar da eficácia comprovada dos apoios ao nível dos trabalhadores e empresas (QA1). De acordo com a “Avaliação do contributo do PT2020 para o aumento da qualificação e empregabilidade dos adultos”, os apoios ao nível da formação de adultos, em especial a Formação-Ação, permitiram aumentar as qualificações dos formandos, salvaguardar os seus postos de trabalho, reduzir os índices de subemprego e aumentar a produtividade e rentabilidade nas empresas. Adicionalmente, a análise dos inquéritos demonstra também que os projetos realizados no âmbito da formação se revelaram impactantes ao nível da melhoria da qualificação global dos recursos humanos, do aumento dos índices de produtividade e competitividade da empresa, da introdução de novas ferramentas e tecnologias e da motivação e satisfação dos trabalhadores (Figura A19, Figura A28 e Figura A52).
313. Ainda assim, o incremento do impacto das ações apoiadas teria de passar, necessariamente, pelo incremento da dotação destinada à formação, na medida em que a tipologia mais eficaz e mais adequada às necessidades das empresas (formação-ação) é, também, a menos “eficiente” na relação custo por unidade de resultado. Considerando as análises de relevância dos restantes instrumentos de formação, uma potencial realocação de meios a tipologias com custos mais reduzidos (que permitiram, com os mesmos recursos, chegar a mais formandos) poderia gerar o efeito contrário, por via de uma (ainda) menor adesão das empresas à formação.
314. Os métodos de auscultação revelam que o sucesso das iniciativas associadas aos projetos de formação-ação se refletem no elevado nível de procura verificado nos respetivos avisos, sendo que é unânime entre os promotores não empresariais que, sem o apoio do COMPETE, não seriam realizados os projetos no âmbito de formação de empresários e trabalhadores das empresas (Quadro A55).

Modernização e Capacitação da Administração Pública

Portugal tem-se afirmado de forma destacada no ranking europeu do eGovernment Benchmark, posicionando-se acima da média da UE na generalidade dos parâmetros relevantes e com tendência de melhoria (ainda que mais tímida do que a verificada na média da UE), o que se traduz na disponibilização de serviços públicos digitais de qualidade e numa taxa de penetração / utilização destes canais assinalável.

315. Os resultados da auscultação realizada na presente avaliação apontam, de forma inequívoca, para melhorias na distribuição de serviços públicos, alavancados num processo de transformação digital que facilita o acesso e qualidade dos serviços a cidadãos e empresas. Tal conclusão fica evidente tanto pelas respostas dos promotores não empresariais no que concerne ao contributo dos seus projetos para a melhoria de diversos parâmetros associados à distribuição de serviços públicos (ver aprofundamento na resposta à QA1), mas sobretudo pelo crescimento da disponibilização de serviços digitais e da respetiva penetração destes canais, bem como pelas preferências reveladas pelos promotores não empresariais.
316. De acordo com o inquérito realizado a promotores não empresariais (Quadro A51 e Quadro A52), durante o período de programação, verificou-se um aumento significativo na quantidade de serviços providenciados por entidades públicas através de canais online (+233%, em média, no âmbito dos serviços intervencionados pelos projetos), refletindo-se num aumento de +95%, em média, das utilizações dos mesmos. Acresce que 95% dos promotores com projetos SAMA-TIC (Figura A49) e 58% dos beneficiários com operações em SAMA-Capacitação (Figura A61) orientados para a provisão de serviços públicos, afirmam que estes serviços intervencionados se encontram entre os 20% mais procurados o que, conjugado com o contributo evidente para a redução de tempos de espera e custos induzido pelos projetos (Figura A49 e Figura A61), torna plausível de se afirmar por uma incidência das operações em serviços com maior potencial de impacto, que se tornam menos onerosos para cidadãos e empresas, em resultado das operações, conclusão essa consistente com as evidências recolhidas no estudo de caso “Modernização do Sistema de Registos”, por exemplo no que respeita ao projeto “Espaço Óbito”. No âmbito geral, estas evidências permitem a validação do pressuposto PE III.1 “Os novos modelos de distribuição de serviços públicos e atendimento proporcionam uma efetiva economia de custos para as empresas e cidadãos (e.g. redução de custos, redução de tempos de espera)”. Por sua vez, a crescente penetração dos canais digitais revelou-se ainda acomodável pela capacidade operacional das soluções desenvolvidas, verificando-se que apenas uma percentagem residual dos promotores indicou que a esta capacidade ou o crescimento da procura acima do esperado condicionou os resultados alcançados (Figura A48), não tendo dos restantes métodos de auscultação resultado evidência deste tipo de constrangimentos (não validação do risco RE III.1 “A dinâmica de procura por serviços públicos intensifica-se de tal modo que as soluções desenvolvidas revelam-se desadequadas ou insuficientes, mantendo-se a pressão e incapacidade de resposta dos serviços”).

317. Por sua vez, os inquéritos realizados a promotores empresariais manifestam a preferência (Quadro A42 e Quadro A43) e a maior aposta na utilização de canais online na interação com a Administração Pública por parte das empresas, confirmando a crescente penetração destes canais com a perspetiva do lado da “procura”, que já era, de resto, evidente pelos indicadores de resultado verificados na resposta à QA1.
318. Este investimento do COMPETE na modernização reflete-se ao nível da análise dos indicadores de contexto, dado que, no que respeita à quantidade de indivíduos que utiliza a internet para visitar ou interagir com canais online de autoridades públicas³¹, Portugal apresenta um crescimento significativamente superior à média da UE (+44% e +11%, respetivamente). Na mesma linha, o número de empresas com 10 e mais pessoas ao serviço que utilizaram a Internet para interagir com organismos, entidades e autoridades públicas no total de empresas com 10 e mais pessoas, que já no início do período de programação ultrapassava os 90%, alcançou 96,6% das empresas, conforme evidenciado no cumprimento dos indicadores de resultado do COMPETE (ver Quadro 11). Mesmo considerando a dificuldade em alcançar o indicador de resultado “percentagem de indivíduos que enviam pela internet formulários oficiais” (34,2%), tal não impede que se conclua pela crescente utilização dos canais digitais na relação com a Administração Pública por cidadãos e empresas.
319. A forte aposta de Portugal na modernização e digitalização da Administração Pública reflete-se, igualmente, na sua performance no “eGovernment Benchmark”³² realizado anualmente pela Comissão Europeia. Com efeito, desde 2016 que Portugal apresenta uma pontuação global superior à média da União Europeia (78,4 e 70,8, respetivamente, em 2020/2021³³), apesar de se ter assistido a uma convergência das pontuações entre 2016/2017 e 2020/2021, com um crescimento mais acelerado da média da União Europeia, comparativamente com a pontuação de Portugal.
320. O comportamento da pontuação anual evidencia, porém, fortes oscilações de ano para ano quando analisados individualmente, o que se pode justificar com a avaliação de diferentes eventos de vida em cada ano, denotando assim assimetrias entre diferentes setores / áreas de governo (por exemplo, a menor pontuação em 2021 é penalizada pela menor performance associada aos eventos de vida na área dos transportes ou da justiça, comparando as áreas do trabalho, família ou educação, avaliadas em 2020 e com pontuações mais elevadas). Apesar de os apoios do Programa serem de âmbito nacional, merece ainda referência as discrepâncias verificadas entre níveis de governo (os diferenciais verificados entre AP Central e Regional e Local para os parâmetros disponíveis são, em média, superiores a 20 pontos).
321. Esta heterogeneidade na performance de Portugal verifica-se igualmente em diferentes parâmetros objeto de avaliação:
- ▶ Ao nível da **disponibilidade digital de serviços**, Portugal apresenta em 2020/2021 uma pontuação superior à média dos 27 países da UE (96,6 e 89,3, respetivamente), mas os valores têm vindo a convergir, sobretudo motivo pela subida da pontuação da média europeia (+3,7) comparando com uma estagnação de Portugal (-0,9), ainda que em torno de valores muito elevados;
 - ▶ Ao nível do **acesso seguro a serviços públicos digitais**, através de uma identificação digital, Portugal regista uma evolução bastante positiva de +14 pontos (de 71,6 para 85,7), sendo que a UE apresenta uma evolução semelhante, ainda que mais ligeira (+12 pontos, fixando-se em 65,6);
 - ▶ Ao nível da **percentagem de serviços em que os utilizadores** já apresentam parte da informação pré-preenchida, Portugal destaca-se positivamente da média da UE, com uma pontuação de 75,8, face à média da UE de 64,5, embora neste parâmetro a evolução tenha sido mais tímida quando comparada com a média da UE (+1,8 vs +9,8, entre 2016/2017 e 2020/2021).
322. Sendo difícil estabelecer uma relação causa-efeito ou explicar em que medida os apoios mobilizados pelo COMPETE determinaram o posicionamento e trajetória de Portugal nos principais indicadores de contexto, a elevada performance comparativa de Portugal e a tendência de melhoria (ainda que heterogénea e tendencialmente mais tímida que a verifica à escala europeia) é naturalmente indissociável do investimento público neste âmbito. A Avaliação do Contributo dos FEEI para a Modernização e Capacitação da Administração Pública assinala que Portugal tem tido um “ciclo longo e consistente de utilização dos FEEI” neste domínio (ciclo esse que se já vem do QREN e continuou no PT2020), o qual será, pelo menos em parte, responsável pela boa performance evidenciada por Portugal. Por seu turno, o resultado do inquérito aos promotores não empresariais denota que cerca de metade dos projetos não seriam realizados na ausência do apoio e que, dos que seriam, apenas cerca de um terço não sofreria alterações que diminuíssem a intensidade do investimento ou dilatasse os prazos de realização dos projetos (ver Quadro A55). Assim, no cômputo geral, é plausível de se inferir com base nos factos invocados, pela existência de impactos na performance de Portugal na adoção

³¹ <https://goingdigital.oecd.org/>

³² eGovernment Benchmark 2022 | Shaping Europe’s digital future (europa.eu)

³³ A metodologia seguida avalia em diferentes anos, a performance associada a diferentes eventos de vida de cidadãos e empresas, pelo que para uma análise evolutiva, se afigura mais adequada a análise por biénio

de soluções de distribuição de serviços públicos digitais de qualidade e facilitadores da relação dos cidadãos e empresas com a Administração Pública.

O posicionamento e trajetória de Portugal nos rankings internacionais em matéria de custos de contexto tende a sugerir impactos menos expressivos, com Portugal a comparar bem à escala mundial (39º lugar em 190 economias), mas menos bem face aos seus pares da OCDE (24.º lugar em 34 economias) e com uma tendência de estagnação ao longo do período em análise.

323. Se é difícil mensurar o impacto dos projetos apoiados na disponibilização e penetração de canais digitais na distribuição de serviços públicos, mais complexo e difícil de medir é o impacto das operações nos custos de contexto, desde logo por os próprios indicadores de resultado do PO não se revelarem adequados para esse efeito. Não obstante, é possível uma vez mais analisar alguns indicadores de contexto e cruzar com os métodos de auscultação mobilizados, inferindo dessa análise cruzada potenciais impactos dos apoios e projetos financiados nos custos de contexto enfrentados pelas empresas na sua relação com a Administração Pública.
324. Os inquéritos realizados a promotores não empresariais revelaram que mais de 90% dos promotores (ponderado pelo número projetos) refere que os projetos realizados no âmbito dos SAMA-TIC e SAMA-Capacitação relacionados diretamente com a provisão de serviços públicos contribuíram para a redução dos tempos de espera e para a redução do número de interações para resolver um problema do cidadão/ empresa e mais de 85% para a redução dos custos suportados pelos utilizadores (Figura A49 e Figura A61). Esta perspetiva é corroborada pela maioria dos promotores empresariais que considera eficaz e com evidentes melhorias nos últimos anos, a resolução dos seus problemas (Figura A20 e Figura A35), ainda que não se possa estabelecer uma relação inequívoca de causalidade entre os projetos apoiados e a opinião global dos utilizadores dos serviços públicos inquiridos.
325. Não obstante, os resultados da auscultação sugerem ainda potencial de melhorias ainda que num número limitado de parâmetros, com a complexidade na instrução de procedimentos, os tempos de resposta e as obrigações legais e regulamentares a serem apontadas como as maiores condicionantes do nível de satisfação no relacionamento com a Administração Pública entre os promotores empresariais (Figura A21 e Figura A36). Apesar de as entrevistas a stakeholders chave revelar que, apesar da menor representatividade, foram também apoiados importantes projetos com forte incidência na redução da carga burocrática que impende sobre as empresas (e.g. desmaterialização de processos alfandegários, comunicações obrigatórias à segurança social, licenciamento de atividades culturais), estes resultados sugerem um potencial de aprofundamento das dimensões de simplificação legal e administrativa *tout court*, complementando o esforço de digitalização empreendido ao longo do período de vigência do Programa.
326. O posicionamento de Portugal no ranking Doing Business³⁴ elaborado anualmente pelo Banco Mundial sugere também um potencial de melhoria da performance nacional no que concerne à facilidade das empresas em desenvolverem os seus negócios / atividades. Apesar da posição satisfatória no cômputo geral verificada em 2020 (39º lugar em 190 economias), quando comparado com as economias da OCDE, Portugal apresenta-se em 24.º lugar em 34 economias. No mesmo sentido, entre 2016³⁵ e 2020, Portugal evidencia uma estagnação na sua pontuação global (-0,1 pontos). Ainda assim, uma análise mais fina aos parâmetros que compõem o índice, evidencia uma performance de Portugal bastante mais satisfatória (ainda que sem ganhos, nos últimos anos, dignos de destaque) naqueles mais “controláveis” pela Administração Pública³⁶ e plausíveis de serem influenciados pela natureza dos projetos apoiados pelo PO:
- ▶ Nos eventos de vida das empresas relacionados com a abertura de atividade, com o registo de propriedade, com o pagamento de impostos, com o comércio internacional e com a resolução de situações de insolvência, Portugal apresenta pontuações acima da média da OCDE, sendo que fica abaixo apenas na concessão de licenças de construção e execução de contratos;
 - ▶ Portugal apresenta uma estagnação da sua pontuação na maioria dos parâmetros, evidenciando apenas alterações relevantes na execução de contratos (-3,14 pontos entre 2015³⁷ e 2020) e na resolução de situações de insolvência (+4,27 pontos entre 2013 e 2020).
327. Também o Inquérito aos Custos de Contexto de 2021³⁸, realizado pelo INE, revela um agravamento do indicador global de custos de contexto (de 3,04 em 2014; 3,05 em 2017 e 3,09 em 2021). Ainda que este indicador

³⁴ Rankings (doingbusiness.org)

³⁵ Alteração de metodologia verificada em 2015

³⁶ O parâmetro que mais penaliza a posição de Portugal é o acesso ao crédito que não se insere nos objetivos da programação no âmbito das PI 2.3 e 11.1, nem tão pouco na esfera de jurisdição da Administração Pública. Nesse sentido, omite-se na análise parâmetros como o acesso ao crédito, a proteção de interesses financeiros minoritários e o acesso a eletricidade.

³⁷ Parte-se do ano de 2015 devido à alteração de metodologia de apuramento nesse ano.

³⁸ Custos de Contexto das Empresas - INE - GEE

reflita também fatores completamente exógenos e não relacionados com a intervenção do PO³⁹, tal não deixa de corroborar os resultados referidos anteriormente de persistência de algumas dificuldades em traduzir as ações empreendidas em matéria de modernização administrativa e apoiadas pelo PO, em efetivas reduções de custos de contexto enfrentadas pelas empresas. A este respeito, merece destaque:

- ▶ Os domínios do sistema judicial, dos licenciamentos e do sistema fiscal como os que verificam um indicador de custos de contexto mais elevado;
- ▶ O facto de o sistema judicial ser o que apresenta um indicador mais elevado (3,61), tendo sido contudo o único domínio onde se verificou uma redução do indicador. A esta trajetória menos positiva não será indiferente um maior enfoque do Programa em áreas de governo mais orientadas para o serviço ao cidadão (dois terços dos promotores nestas PI são da área da saúde e ensino superior), não obstante terem sido apoiados projetos que desoneram de forma relevante as empresas, diminuindo-lhes a carga burocrática (cfr. referido anteriormente). Apesar de o ranking de Portugal no Doing Business e do Inquérito aos Custos de Contexto do INE não permitirem, por si só, uma avaliação menos positiva do contributo do Programa para gerar impactos nos custos de contexto enfrentados pelas empresas, os resultados cruzados das análises efetuadas e métodos de auscultação mobilizados sugere um potencial (relativamente menos explorado ou explorado de forma insuficiente para se refletir de forma mais ampla no contexto a nível nacional, ou nos rankings internacionais) de aprofundamento e intensificação de esforços no sentido da redução dos custos de contexto que oneram a atividade das empresas. Quer a sessão de focus group temática, quer o estudo de caso “Modernização dos Sistemas de Registos”, sugerem o benefício de operações conjuntas e serviços integrados por evento de vida para contribuírem para uma efetiva redução de custos de contexto. Na sessão de focus group foi possível identificar, por exemplo ao nível dos licenciamentos o envolvimento de entidades responsáveis pela política setorial e entidades da AP Local (e.g. licenciamentos para a operação de respostas sociais como lares e creches) enquanto que o estudo de caso evidenciou o benefício de juntar, num ponto único de contacto, os serviços relevantes para tratar de procedimentos necessários no momento do óbito.

328. Deste esforço empreendido para reduzir custos de contexto são também tributárias as intervenções de índole mais “interna” visando a eficiência das entidades da AP e o aumento da sua produtividade. A ausência de indicadores do Programa (e mesmo no sistema estatístico nacional) que efetivamente traduzam estes objetivos, limita a aferição destes impactos, mas não podem deixar de ser referidos os resultados da inquirição a promotores não empresariais, que apontam para melhorias generalizadas em parâmetros como a redução de custos de funcionamento ou a adoção de processos mais eficientes (conforme melhor detalhado na QA1), o que é corroborado por exemplos de projetos apoiados (destacados no contexto das entrevistas realizadas) e também pelas conclusões de avaliações temáticas anteriores.
329. A este respeito e a título de exemplo, destaca-se o projeto TMN do IPO do Porto⁴⁰, que com recurso a ferramentas de *text mining* e inteligência artificial, permitirá reduzir até 30% o tempo das consultas por facilitar o acesso a informação histórica do doente e, desta forma, “criar” ganhos de tempo que viabilizarão até mais 90 mil consultas ano. O estudo de caso “Modernização do Sistema de Registos” constituiu igualmente um bom exemplo de ganhos de produtividade e eficiência nos organismos da AP. Num quadro de escassez de recursos humanos por não terem ocorrido contratações nos últimos 20 anos, conjugado com a atribuição de novas competências, o IRN logrou garantir capacidade de resposta aos cidadãos e empresas graças às intervenções realizadas de transformação digital (tecnológica e processual) empreendida, com impactos visíveis “para fora” (e.g. tramitação mais célere dos procedimentos de registo automóvel) e “para dentro” (ganhos de produtividade e de segurança na informação com a implementação de sistema de gestão documental).
330. A Avaliação do contributo dos FEEI para a Modernização e Capacitação da AP (2021) conclui no mesmo sentido, ao apontar para melhorias “ao nível da eficiência dos serviços e utilização mais racional dos recursos disponíveis, como consequência dos aumentos da produtividade e otimização dos custos de funcionamento”, corroborando o sentido das conclusões do presente exercício avaliativo, quanto à existência de impactos neste domínio.
331. Para que as realizações e resultados obtidos com as operações aprovadas produzam transformações duradouras nas organizações e catalisem/ difundam os resultados numa perspetiva intra-organizacional, instalando uma cultura de orientação para resultados e de gestão ativa da performance, importa que os projetos apoiados incorporem essas dimensões. Os resultados dos inquéritos aos promotores não empresariais aponta para um contributo dos projetos para “Melhorar processos e ferramentas de planeamento e gestão da

³⁹ A título de exemplo, em 2021 os maiores agravamentos sentidos pelas empresas referem a domínios como os recursos humanos e energia, o que reflete as dificuldades de angariação de mão-de-obra qualificada e o agravamento de custos com o fornecimento de combustíveis líquidos e relacionadas com transportes de mercadorias.

⁴⁰ Notícias (competite2020.gov.pt)

performance” (84% dos promotores o afirmou; Figura A59), recuando para 67%, mas ainda assim constituindo um resultado positivo, quando indagados sobre o contributo do projeto para Implementar práticas de monitorização e avaliação de serviços e políticas públicas. Por seu turno, 53% dos inquiridos afirma que a existência de incentivos associados ao desempenho da organização facilitou ou facilitou muito os resultados do projeto, o que não sendo muito expressivo, não torna plausível inferir-se pela não existência/ incorporação nos modelos de gestão da performance das organizações de um quadro que incentive a orientação para os resultados. Os resultados da auscultação corrobora a perspetiva dos promotores inquiridos, evidenciando-se a incorporação deste tipo de dimensões nas realizações alcançadas e mesmo quando as operações não apresentavam contributos expressivos para transformar a cultura das organizações, não deixava de contribuir para uma orientação para a melhoria do serviço ao cidadão/ empresa, transformando para melhor a forma como os serviços se relacionam com os seus públicos-alvo e na forma como os trabalhadores incorporam a importância de melhorar continuamente esse mesmo serviço (conforme apurado no EC “Modernização dos Serviços de Registos”. Torna-se assim plausível a validação do pressuposto PE III.2 A implementação dos projetos de capacitação inclui / é acompanhada de modelos de gestão que promovam a performance das organizações e orientação para os resultados, potenciando a efetivação dos seus impactos e a respetiva manutenção a médio e longo prazo.

332. Na mesma linha, para uma capitalização, por parte dos organismos da AP, das competências adquiridas pelos trabalhadores abrangidos pelos apoios à formação, importa que existam práticas e políticas de valorização dos recursos humanos e das suas carreiras dentro da organização, induzindo não só a sua motivação, como mitigando o risco de saída dos mesmos após a formação e limitando, por essa via, os impactos a médio e longo prazo deste tipo de operações. Neste sentido, os inquéritos revelam-se pouco conclusivos (71% dos promotores indicam que a existência de mecanismos de valorização em termos de compensação ou progressão de carreira associados ao desempenho não condicionaram, nem facilitaram os resultados dos projetos no domínio da formação; Figura A53). Os inputs do focus group identificaram, porém, a verificação da saída de funcionários públicos formados, em virtude da impossibilidade de reconhecer o esforço de aquisição de competências de forma competitiva face ao mercado. A tais evidências, não deixa de ser relevante salientar a existência de sistemas de avaliação dos trabalhadores da AP (SIADAP), ainda que o seu reflexo em progressões salariais ou de carreira seja constringido por limitações orçamentais que redundam em opções políticas algo limitadoras neste domínio. No cômputo geral, o conjunto de evidências recolhidas, permite a validação parcial do PE III.3.

Sustentabilidade das Operações

A maioria dos promotores considera que os seus projetos são sustentáveis financeiramente e que os respetivos resultados perdurarão após a conclusão das operações. Identificam-se, contudo, algumas tipologias onde a sustentabilidade dos resultados é mais limitada no tempo, nomeadamente nas medidas de apoio ao emprego, transferência de conhecimento, desenvolvimento de clusters e redes de inovação e empreendedorismo qualificado e criativo.

333. Os resultados dos inquéritos realizados na presente avaliação apontam para um forte predomínio de operações sustentáveis financeiramente, tanto nos promotores empresariais (onde, pelo menos, 98% dos promotores considera que a operação é pelo menos parcialmente sustentável e 91% indicam mesmo totalmente sustentáveis - Figura A33), como nos promotores não empresariais (83% dos promotores - Figura A63). No caso destes últimos, pelo menos 63% dos promotores indicam que os seus projetos são totalmente sustentáveis após o fim do apoio do COMPETE, ainda que se verifique alguma heterogeneidade entre eixos, com as operações enquadradas nos apoios à I&DT (Eixo 1) e formação de empresários e trabalhadores (Eixo 3) a revelarem mais dificuldades na manutenção dos respetivos investimentos sem o apoio do PO.
334. Em termos de sustentabilidade dos resultados dos projetos, as perceções são também favoráveis (Figura A34 e Figura A64). No caso das entidades não empresariais, encontramos alguma discrepância em termos de eixos, sendo que os promotores mais pessimistas apresentam operações integradas no âmbito das tipologias de intervenção de valorização económica e transferência de conhecimento (Eixo 1), clusters e redes de inovação (Eixo 1), empreendedorismo qualificado e criativo (Eixo 2) e formação de empresários e trabalhadores (Eixo 3). No caso das empresas, a maior parte dos promotores (76%, ponderado pelo investimento elegível) considera que os seus projetos produzem impactos para lá do 5.º ano e são sustentáveis no tempo.
335. Confirma-se assim o pressuposto PG III.1 “Os resultados dos projetos são sustentáveis, potenciando assim o seu contributo para a alteração do contexto das intervenções”. Face ao exposto nos pontos anteriores da presente questão de avaliação e na QA1, considera-se também que não se verifica o RG III.1 “A concretização das metas e objetivos nos indicadores de resultado dos projetos é determinada por fatores externos, mitigando a sustentabilidade das mudanças alcançadas e o potencial impacto das políticas.”, uma vez que o contexto adverso de implementação das operações não favoreceu os resultados alcançados até à data de reporte.

3.4. Questão de Avaliação 4 - Valor Acrescentado Europeu

QA4. Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados?

336. A dimensão "utilidade" no uso dos recursos financeiros da UE traduz-se, normalmente, na necessidade de perceber por que razão é fundamental a ação ao nível da UE, por que é essencial que a despesa seja financiada pelo orçamento da UE e de que forma as despesas financiadas pelo orçamento da UE geram efeitos de sinergia.
337. O Valor Acrescentado Europeu (VAE) resulta da produção de bens públicos de escala europeia, que os Estados-Membros e as regiões não possam financiar por si próprios ou de casos em que se possa obter melhores efeitos do que os resultantes do financiamento exclusivo por recursos nacionais, ou seja, "existe igualmente um claro valor acrescentado sempre que a ação a nível europeu permite ir mais longe do que os esforços individuais, desenvolvidos a nível nacional, permitiriam". Podem ainda existir outras manifestações de VAE, incluindo ganhos de coordenação, segurança jurídica, maior eficácia na consecução dos objetivos políticos e complementaridade entre as ações apoiadas.
338. De seguida apresentam-se os resultados da análise de duas componentes de evidências recolhidas até à entrega do presente relatório: efeito de adicionalidade (ou efeito de incentivo) e efeito de alavancagem. Consideram-se na análise da adicionalidade quatro tipos de situações:
- ▶ Os apoios enquanto "catalisadores" de investimento, funcionando como indutores de raiz ou elemento determinante de novos investimentos (os investimentos não se teriam realizado sem os apoios);
 - ▶ Os apoios enquanto "amplificadores" de investimento, contribuindo para o aumento da respetiva dimensão (os apoios como indutores de investimento aumentado);
 - ▶ Os apoios enquanto "aceleradores" de investimento, antecipando e encurtando o respetivo ciclo de realização (sem apoios, o início do projeto teria sido adiado e o seu ciclo de realização alargado);
 - ▶ Os apoios enquanto "facilitadores de financiamento" do investimento, correspondendo mais a um mecanismo de alteração da estrutura de financiamento do que a um mecanismo de alteração ou indução da estrutura do investimento e da natureza das respetivas aplicações relevantes (sem apoios, haveria maior recurso a capital próprio e/ou capital de risco e/ou capital alheio).
339. O efeito de adicionalidade do PO é muito relevante para os promotores não empresariais (81% dos projetos não REACT-EU ou 85% do investimento elegível não REACT-EU não se realizariam sem o apoio dos fundos, Quadro 10), sendo que para as empresas os apoios funcionaram também como amplificadores de investimento ou aceleradores da execução dos projetos, ou mesmo como facilitadores de investimento que se realizaria mesmo sem apoio.
- ▶ Os FEEI viabilizaram uma parte substantiva das ações realizadas e dos resultados alcançados pelos **projetos empresariais (excluindo CRII e REACT-EU)** (Quadro 19 e Quadro A46). O efeito de incentivo é confirmado pela evidência recolhida no inquérito (sistemas de incentivos), onde 39% dos promotores empresariais (48% do investimento elegível) afirmaram que não teriam desenvolvido os projetos sem o apoio do COMPETE. Este **efeito catalisador** do PO (enquanto viabilizador de investimento que de outra forma não se teria realizado) foi importante na generalidade dos instrumentos, mas sobretudo nos que apoiaram a I&D empresarial e qualificação e inovação das PME (Quadro A46).
 - ▶ Entre os respondentes empresariais que desenvolveriam os seus projetos mesmo sem o apoio do PO (61% dos projetos, correspondente a 52% do investimento elegível), é possível concluir que:
 - ▶ Em 35% dos projetos que seriam desenvolvidos na ausência do apoio, correspondendo a 29% do investimento elegível (ou, alternativamente, 21% do total de projetos e 15% do investimento elegível), o apoio permitiu aumentar a dimensão financeira do projeto - **efeito amplificador** - concorrendo para mitigar uma perda parcial do investimento realizado no valor de 72M€ (6% do investimento, Quadro 7);
 - ▶ Em 22% dos projetos que seriam realizados mesmo sem apoio, correspondendo a 28% do investimento elegível (ou, alternativamente, em 14% do total dos projetos e investimento elegível) o apoio permitiu reduzir o prazo de execução dos investimentos, enquanto que o efeito de antecipação da data de arranque assume um carácter residual (3% do total e projetos) - **efeito acelerador**⁴¹;

⁴¹ De acordo com os inquéritos a promotores empresariais, o efeito acelerador do apoio permitiu, em média, que o prazo de execução não aumentasse em cerca de 45% e acelerar a data de arranque do projeto em cerca, que levaria mais 25% do tempo. Contudo, no segundo caso o número de respostas (8) não se apresenta significativo face ao universo dos projetos selecionados para inquirição.

- ▶ Em 55% dos projetos que seriam realizados mesmo sem apoio, correspondendo a 54% do investimento elegível (ou, alternativamente, em 34% do total dos projetos e 28% do investimento elegível) o apoio apresentou um **efeito facilitador** do investimento, sendo que a ausência de apoio implicaria o recurso a outras fontes de financiamento (17% do total dos projetos recorreria a capitais alheios, enquanto que 18% recorreria apenas a financiamento próprio). Por conseguinte, a atribuição de apoio a estes projetos produziu um efeito de *deadweight* (os FEEL financiaram intervenções que teriam sempre lugar mesmo sem a sua intervenção⁴²).

Quadro 19. Efeitos do PO na realização de projetos

		Efeito catalisador		Efeito amplificador		Efeito acelerador				Efeito facilitador	
		Projetos que não seriam realizados		Projetos que seriam realizados							
				Dimensão financeira aumentada		Prazo de execução reduzido		Data de arranque acelerada		Recurso a outras fontes de financiamento	
	Valores absolutos	Proj. 197	IE 623M€	Proj. 108	IE 192M€	Proj. 69	IE 188M€	Proj. 8	IE 5M€	Proj. 173	IE. 364M€
Emp. 510 Projetos 510 IE 1.294M€	Em % do total dos projetos	39%	48%	21%	15%	14%	14%	2%	0,4%	34%	28%
	Em % dos projetos que seriam realizados mesmo sem apoio	-	-	35%	29%	22%	28%	3%	1%	55%	54%
	Valores absolutos	Proj. 537	IE 505M€	Proj. 55	IE 38M€	Proj. 31	IE 25M€	Proj. 7	IE 3M€	Proj. 52	Proj. 32M€
Não emp. 237 Projetos 659 IE 592M€	Em % do total dos projetos	81%	85%	8%	6%	5%	4%	1%	1%	8%	5%
	Em % dos projetos que seriam realizados mesmo sem apoio	-	-	45%	44%	25%	29%	6%	3%	43%	36%
	Valores absolutos	Proj. 537	IE 505M€	Proj. 55	IE 38M€	Proj. 31	IE 25M€	Proj. 7	IE 3M€	Proj. 52	Proj. 32M€

Fonte: EY-Parthenon, com base nos dados dos inquéritos aos beneficiários do Sistema de Incentivos

Nota: Como é possível escolher mais que uma opção, a soma é maior que 100%. IE - Investimento Elegível. Foram excluídos da análise os projetos CRII (Eixos I e II) e REACT-EU (Eixos VII e VIII).

340. Entre os **promotores não empresariais**, o **efeito catalisador** é mais significativo, tendo 81% dos inquiridos (85% do investimento elegível) afirmado que não desenvolveria os seus projetos sem o apoio do PO (Quadro 19 e Quadro A55). Sendo o apoio fundamental para a generalidade das tipologias, destacam-se os projetos realizados no âmbito de formação de empresários, internacionalização das PME, investigação científica e tecnológica, empreendedorismos qualificado e criativo e qualificação e inovação das PME. Num cenário em que o efeito de adicionalidade é muito elevado, os restantes efeitos (amplificador, acelerador e facilitador) são residuais, sendo que apenas 19% dos promotores não empresariais (ponderado pelo número de projetos) realizariam os respetivos projetos sem a o apoio do COMPETE.
341. A auscultação dos beneficiários permite assim concluir que **os efeitos catalisador e amplificador do apoio possibilitam a mitigação de perdas de investimento** (Quadro 20), mais evidente no caso dos promotores não empresariais. Extrapolando os dados obtidos por via do inquérito para o universo de projetos aprovados, é

⁴² A distribuição destas respostas segue a da amostra.

possível aferir que o COMPETE irá permitir, até à sua conclusão, mitigar a perda de 63% do investimento elegível aprovado - cerca de 6.861 M€ que não seriam investidos na ausência do apoio.⁴³ Para o investimento que não se teria realizado concorre o que seria perdido na sua totalidade devido aos projetos que não seriam implementados (58% do investimento, correspondente a 6.294 M€) e o investimento perdido por via da redução da dimensão financeira dos projetos que continuariam a ser implementados na ausência de apoio (5% do investimento, correspondente a 566 M€). A estes efeitos soma-se naturalmente o efeito de aceleração do prazo de execução dos investimentos.

342. A auscultação por via das entrevistas permitiu confirmar o maior efeito de adicionalidade dos FEEI para os promotores não empresariais, na sua maioria públicos, e para as áreas da I&D (onde, em todos os quadros comunitários, são destacadas as falhas de mercado associadas ao risco e retorno destes projetos e o valor acrescentado dos FEEI na sua viabilização) e da formação profissional como as que dependem mais da ação dos FEEI. Adicionalmente, os apoios também se revelam fundamentais em promotores de menor dimensão, como é o caso das PME, sendo que não têm tanta capacidade para acomodar investimento através de fontes de financiamento alternativas. Os aumentos nos níveis de inflação, por consequência da crise pandémica e guerra na Ucrânia, também potenciam este efeito de adicionalidade, devido ao crescimento das taxas de juro e do colateral exigido pela banca comercial.

Quadro 20. Perda de investimento elegível num cenário de ausência de apoio aos projetos aprovados

	Perda total de investimento elegível (M€)		Perda parcial de investimento elegível (M€)		Total de investimento elegível perdido (M€)	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Candidatos apoiados						
Empresariais, exceto CRII e REACT-EU	3 839	48%	480	6%	4 318	54%
Não empresariais, exceto REACT-EU	2 456	85%	87	3%	2 542	88%
Total	6 294	58%	566	5%	6 861	63%

Fonte: EY-Parthenon, com base nos dados dos inquéritos aos beneficiários do Sistema de Incentivos

343. Em matéria de **alavancagem de investimento**⁴⁴, o PO apresenta em termos médios uma alavancagem de 1,93€, significando que por cada euro de fundo financiado pelo PO são mobilizados adicionalmente 0,93€ de investimento por parte dos promotores. O efeito de alavancagem para os investimentos financiados pelo FEDER, FSE e FC situa-se, respetivamente, em 2,04€, 1,35€ e 1,42€, salientando-se, os eixos 1 e 2, mais ligados a promotores empresariais, como os que geram maior efeito de alavancagem e, ao nível das tipologias de intervenção, a relativa ao "Investimento empresarial em inovação de não PME" com uma alavancagem de 3,90€, seguida da "Qualificação e inovação PME" e a "Internacionalização das PME" e "Clusters e redes de inovação. O efeito de alavancagem revela-se superior nos promotores empresariais (2,19€), em linha com as menores taxas de cofinanciamento aplicadas. No que respeita aos beneficiários não empresariais, por cada euro financiado pelo PO são mobilizados adicionalmente 0,44€, destacando-se os projetos do Eixo 4 (1,99€). **Conjugados com a análise em matéria de efeito de adicionalidade acima referida, os resultados neste âmbito permitem a verificação do pressuposto P III.3 "Os instrumentos de política mobilizados proporcionam um efeito de adicionalidade e alavancagem dos apoios".**
344. O VAE dos FEEI manifesta-se também por via do conjunto de orientações, regras e procedimentos específicos aplicáveis à utilização dos FEEI, quando estes contribuam para a obtenção de ganhos de eficácia e de eficiência na preparação e implementação das intervenções. Neste âmbito as evidências recolhidas permitem concluir que:
- ▶ O princípio da orientação para resultados contribuiu para a eficácia das intervenções por via da inclusão de indicadores contratualizados, ao nível da operação, com os beneficiários. Esta exigência introduziu maior realismo nas metas estabelecidas e maior compromisso no alcance das realizações e resultados por parte dos promotores, resultando numa maior eficácia do Programa no alcance dos resultados. Do processo de inquirição às entidades não empresariais revelado que uma maior orientação para os resultados constituiu a segunda principal alteração introduzida nos projetos candidatados em resultado das regras aplicáveis aos FEEI (Figura A23).

⁴³ Dados os níveis de significância obtidos nas respostas aos inquéritos empresariais e não empresariais (<5% de margem de erro para um intervalo de confiança de 95%), a extrapolação dos resultados obtidos assume-se como robusta. Os valores apresentados têm implícita a inexistência de quebras de execução até ao seu encerramento.

⁴⁴ Por alavancagem de investimento entende-se o montante global investido considerando os fundos disponibilizados (Investimento total/valor de fundo). Não foram incluídos nos cálculos da alavancagem as operações dos IF.

- ▶ A preparação de importantes referenciais setoriais enquadradores (EFICE; RIS3; Agenda Portugal Digital) permitiu garantir uma coerência estratégica no desenho dos instrumentos, dando continuidade e aprofundando lógicas e temáticas de intervenção que permitem uma consolidação do percurso de Portugal rumo à melhoria dos fatores de competitividade da economia nacional.

No caso da RIS3, ainda que o seu desenho e transposição para os instrumentos de apoio não tenha sido particularmente eficaz, permitindo a subsistência de lógicas de intervenção temática ainda de banda larga, constituiu-se como importante referencial para focalizar os apoios do PO e os agentes nos domínios de especialização preconizados para a economia nacional.

A subordinação da atuação do PO a estes referenciais estratégicos, incorporando os objetivos destes na programação e no desenho dos instrumentos coincide com o perfil de alterações introduzidas nos projetos, em resultado das condições de elegibilidade e de mérito estabelecidas, com os promotores não empresariais a indicarem uma maior orientação para os objetivos da programação, como a principal alteração introduzida aos projetos (Figura A23).

- ▶ A realização de mapeamentos prévios em áreas chave, com o subsequente lançamento de AAC/ Avisos-Convite dirigidos aos públicos-alvo pré-identificados contribuiu para a eficácia e eficiência do Programa.

No caso do PETI3+, foram identificados e priorizados projetos que viriam a ser transpostos para a programação (no caso dos grandes projetos), conferindo previsibilidade e estabilidade para os projetos.

Também no caso das infraestruturas do RNIIE (Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação), num cenário de aumento expressivo das candidaturas aos instrumentos do COMPETE, no PT 2020 face ao QREN, a circunscrição dos apoios neste âmbito às infraestruturas previamente reconhecidas como estratégicas, constitui um fator passível de aliviar a pressão sobre a AG/OI e consequentemente, de induzir a eficiência.

3.5. Questão de Avaliação 5 - Relevância/ Coerência

QA5. A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente aos problemas e necessidades diagnosticados na programação, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

346. A resposta à presente QA, centrada na Relevância/Coerência do COMPETE, baseia-se na análise de informação documental (estratégica e de programação), informação estatística (primária e secundária) e evidências recolhidas em sede de auscultação aos diferentes stakeholders do PO (inquéritos, entrevistas e estudos de caso).

Manifesta-se uma elevada coerência da abordagem preconizada na arquitetura programática do COMPETE com o policy mix associado aos seus grandes pilares de intervenção e ao contexto económico à data da programação.

347. A arquitetura programática do COMPETE suportou-se nas estratégias implícitas do domínio da competitividade plasmadas na “Estratégia de Fomento Industrial para o Crescimento e Emprego 2014-2020” (EFICE), que tinha como objeto agregador garantir um crescimento económico acima de 1,5% entre 2015 e 2020. O objetivo agregador da EFICE contemplava um conjunto de metas no domínio da competitividade, nomeadamente, o reforço do peso da indústria transformadora na economia, o aumento da atração de investimento no país, o aumento da orientação para bens e serviços transacionáveis, o incremento do emprego, o reforço das qualificações da população empregada e o reforço da I&D.

348. Foi sobre este cenário macroeconómico que se desenhou o COMPETE, tendo-se procurado, a partir dos diferentes eixos de ação, endereçar de forma compreensiva os constrangimentos à competitividade da economia portuguesa. A análise dos instrumentos de programação permite concluir que a arquitetura programática do COMPETE foi, em termos globais, coerente com o diagnóstico realizado e com os objetivos que se pretendiam alcançar. Ao mesmo tempo, a programação assegurou a devida articulação com as diferentes estratégias temáticas/setoriais, das quais são exemplo a ENEI e as EREI e o Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2015-2020 (PETI3+).

349. Ao nível da investigação e da inovação (I&I), apesar dos progressos registados no quadro de programação anterior, foi identificada a insuficiente capacidade de alavancagem do conhecimento gerado pelo SCTN, a reduzida articulação entre entidades do I&I e, ainda, a reduzida massa crítica e capacidade de internacionalização. Partindo deste diagnóstico, foram definidos, ao abrigo da PI 1.1, um conjunto de tipologias de apoios visando o reforço das capacidades de investigação e inovação, passando por projetos de I&D em co-promoção, de disseminação de resultados, mas também de investimentos em infraestruturas, tudo muito em continuidade com o desenho do anterior COMPETE, no âmbito do QREN. Espelhando elevada ligação do Programa com outros documentos estratégicos, estes últimos apoios, encontravam-se ancorados no levantamento prévio pela FCT das infraestruturas de excelência a nível nacional através do Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico.

350. Ainda no âmbito do alinhamento dos objetivos do Programa com outros documentos estratégicos nacionais, a RIS3 assumiu um papel central no conjunto de apoios do COMPETE, sendo, inclusive condição de elegibilidade em medidas de I&D+I (PI 1.2). A centralidade no alinhamento da RIS3 nos apoios à I&D e competitividade das empresas procurava servir o propósito de focalização dos apoios e concentração nos domínios temáticos considerados como centrais no desenvolvimento das regiões (EREI) e do país (ENEI). Contudo, de acordo com a auscultação de stakeholders, o que se verificou foi a continuação de uma abordagem ainda de banda larga, resultado de uma ENEI e de EREI com um largo espectro do ponto vista das temáticas.

351. Ainda no âmbito das prioridades definidas na RIS3, o COMPETE procurou reforçar as estratégias de clusterização e de desenvolvimento de redes de cooperação, dando continuidade à experiência dos Polos de Competitividade e Tecnologia e Outros Clusters iniciada no quadro de programação antecedente.

352. Visando atenuar a insuficiência crónica dos mercados financeiros nacionais, sobretudo no que se refere aos investimentos de capital de risco, foram também previstos no PT2020 instrumentos financeiros no âmbito do empreendedorismo (redes de *business angels* e iniciativas de *venture capital*). No COMPETE, esta aposta centrou-se em operações promovidas pela então IFD (entretanto integrada no BPF), com um montante de financiamento comunitário de 60 M€. Posteriormente, no âmbito da reprogramação de 2018, os instrumentos financeiros ligados ao empreendedorismo foram reforçados pela incorporação no COMPETE (Eixo 2I) da operação do Fundo para a Inovação Social, promovida também pela IFD, e que transitou do POISE (35 M€ de financiamento).

353. No âmbito da PI 8.5 do Eixo 2, o programa definiu instrumentos relevantes visando a superação de uma das principais limitações à competitividade das empresas - as baixas qualificações dos trabalhadores e gestores -, que se traduzem na baixa produtividade e em baixos salários. No âmbito das medidas de formação, mais

concretamente através Formação-Ação, procurou-se, para além de incrementar as qualificações da população empregada, dotar os trabalhadores e gestores de maiores competências de gestão e organização e maior aptidão para a inovação e adoção de novas práticas. Esta tipologia de formação, desenvolvida em contexto empresarial e com um carácter mais customizado às necessidades das empresas, revelou-se uma aposta ganhadora, na medida em que foi capaz de atrair procura qualificada nos seus dois ciclos de implementação e produzir resultados alinhados com os objetivos definidos.

354. Nas PI 2.3 e 11.1, associadas aos objetivos de modernização e capacitação da Administração Pública, a programação do COMPETE surgiu numa lógica de continuidade e aprofundamento das políticas prosseguidas no contexto do QREN. Porém, o período em que se procedeu à programação inicial do PT2020 foi claramente marcado pelo Programa de Assistência Económica e Financeira que vigorou em Portugal, pelo que a continuidade da aposta na modernização de serviços públicos com recurso às TIC, intensificando lógicas de integração/ interoperabilidade de serviços públicos e colmatando necessidades em áreas de governo menos desenvolvidas neste domínio, conviveu com uma orientação estratégica tendente à promoção da eficiência na utilização de recursos públicos. Esta dupla tendência refletiu-se na existência de diferentes instrumentos estratégicos, como seja o Plano Global Estratégico de Racionalização e Redução de Custos nas TIC na Administração Pública ou a Agenda Portugal Digital, que, integrando as dimensões de racionalização do primeiro, contempla igualmente medidas com objetivos mais alargados de modernização e simplificação administrativa visando um melhor serviço ao cidadão e empresas.
355. Analisando os instrumentos de apoio mobilizados no âmbito destas PI, verifica-se que os mesmos deram adequada cobertura a praticamente todo o espectro de objetivos previstos no Programa. Isso foi assegurado desde logo pelo elenco de AAC diferenciados que foram lançados ao longo do período de programação, onde coexistiram AAC de largo espectro (em ambas as PI), cujas elegibilidades eram virtualmente a totalidade dos objetivos do Programa nessas PI e outros mais direcionados a objetivos específicos. A título de exemplo destaca-se o AAC 01/SAMA/2016, que previa o apoio a operações pré-formatadas, visando a racionalização de custos TIC ou a disponibilização de serviços públicos em balcões e portais únicos, ou o AAC 03/SAMA/2016, também de operações pré-formatadas, desta feita orientadas para o apoio, entre outros, à implementação de medidas de simplificação administrativa e legislativa e avaliação de impacto legislativo e à promoção da eficiência e qualidade (melhoria e gestão da qualidade de processos internos, aplicação da *common assesment framework* (CAF)) ou avaliação de serviços públicos pelos utentes. Merece apenas ressalva o facto de, não obstante a programação não excluir tal possibilidade, todos os AAC lançados visando a formação de trabalhadores da AP se centrarem em ações de formação associadas à implementação de projetos de modernização administrativa, não tendo sido lançados quaisquer apoios à formação de forma independente destas tipologias de intervenção.
356. No domínio dos transportes, também eles fatores relevantes de competitividade, a intervenção (assumida pelo COMPETE sucedendo em matéria de apoio a infraestruturas de transporte ao Programa Operacional Valorização do Território, do QREN) previu na programação que se apostaria no apoio ao investimento e desenvolvimento das infraestruturas de transporte de mercadorias e logística nos domínios ferroviário, marítimo-portuário e plataformas logísticas, com especial incidência em infraestruturas integradas em RTE-T, por forma a assegurar uma maior ligação ao resto do continente europeu e a eliminar constrangimentos à conectividade internacional e interoperabilidade dos modos de transporte. Tanto ao nível da ferrovia como das infraestruturas marítimo-portuárias, os apoios concentraram-se nos projetos do Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020 (PETI3+), nomeadamente, nas linhas do Minho, do Norte, do Douro, do Oeste, da Beira Baixa e do Algarve, na ferrovia, ou nas intervenções nos Portos de Leixões, Sines ou Aveiro. Estas opções (tanto no PETI3+, como em sede de programação) mostraram-se ainda alinhadas com o PNPOT, que estruturou o território em torno de 3 Corredores: (i) o Corredor da Fachada Atlântica, entre Sines-Lisboa-Aveiro-Porto/Leixões, (ii) o Corredor Internacional do norte, entre Aveiro e Vilar Formoso e (iii) o Corredor internacional sul, entre Sines-Setúbal-Lisboa-Caia. Apesar deste quadro relativamente estável de planeamento estratégico em matéria de investimentos em infraestruturas de transporte, merece destaque a introdução do Programa Ferrovia 2020, que veio a suceder ao PETI3+, tendo inclusive introduzido alterações cirúrgicas ao nível dos troços a financiar, nomeadamente na Linha do Douro.
357. Refira-se, ainda, que no PETI3+ era atribuído grande ênfase à priorização dos projetos ao contributo para a inserção internacional da rede de transportes portuguesa, nomeadamente na rede transeuropeia (RTE-T), o que foi transposto quer para a programação quer para os instrumentos de apoio mobilizados, uma vez que os apoios às infraestruturas inseridas na RTE-T representaram cerca de 79% dos apoios concedidos neste Eixo.

Apesar da relevância e atratividade dos apoios do COMPETE, a elevada complexidade e carga burocrática associada, bem como os tempos de resposta, de análise e de processamento dos pagamentos excessivos revelaram-se fatores potencialmente dissuasores de maior procura qualificada por estes apoios.

358. Os apoios do PT2020, de acordo com o Inquérito realizado, assumiram uma elevada relevância nas decisões de investimento no país face a outras localizações consideradas no processo de decisão (Figura A25). Assim, e

apesar destes apoios por vezes exigirem alterações ao projeto inicial em virtude das condições de elegibilidade e mérito do concurso (Figura A23), 39% dos promotores afirmou que, sem estes instrumentos financeiros, não teria realizado nem desenvolvido o investimento (Quadro A46). As próprias entrevistas aos OI retratam a importância do COMPETE no apoio à inovação e competitividade das empresas nacionais sobretudo num contexto não favorável.

359. Apesar da relevância dos apoios do Programa, os promotores, quando questionados sobre a sua adequação, apontaram a excessiva carga burocrática como o fator menos positivo (53% dos promotores empresariais e 28% dos não empresariais, ponderados pelo investimento elegível, consideraram desadequada ou pouco adequada), dados reforçados pelas evidências recolhidas através de entrevistas aos OI e Estudos de Caso, sendo que estes também referiram os elevados tempos de análise das candidaturas e tempos de processamento de pagamentos como fatores negativos adicionais. Esta leitura tende a ser feita para a globalidade da interação das empresas com a Administração Pública (custos de contexto), em que 48% dos promotores empresariais consideraram a elevada complexidade na instrução de procedimentos e 44% consideraram os tempos de resposta elevados como fatores condicionantes à sua atividade (Figura A36). De acordo com os *insights* dos *focus group* realizados, a existência de tais fatores interfere negativamente na atratividade dos apoios públicos para as empresas portuguesas, especialmente quando comparados com a maior simplicidade de processos dos apoios europeus (e.g. Horizonte Europa).

A abordagem concorrencial, a insuficiente adoção de mecanismos de discriminação de operações e outras disposições regulamentares, constituem-se com fatores de menor adequação dos instrumentos face às necessidades no domínio da modernização e capacitação administrativa, apesar da apreciação globalmente positiva dos promotores não empresariais da adequação dos instrumentos às suas necessidades

360. A globalidade dos promotores não empresariais avalia de forma positiva a adequação dos instrumentos às suas necessidades de investimento. Exceção feita à “complexidade e exigências burocráticas/ administrativas”, mais de 90% dos promotores inquiridos considerou adequados ou muito adequados os instrumentos de apoio nos seus diversos parâmetros (Figura A37), resultado igualmente verificado numa análise mais fina aos promotores com operações aprovadas nas PI 2.3 e 11.1.
361. O desenho dos instrumentos de apoio à capacitação e modernização administrativa privilegiou uma lógica concorrencial no acesso aos fundos pelos organismos da AP e não criou incentivos eficazes⁴⁵ à apresentação de projetos conjuntos / em copromoção, projetos esses com contributo diferenciado e mais abrangente para objetivos cruciais do PO como a promoção da interoperabilidade, partilha de informação entre organismos da AP e desenvolvimento de serviços integrados por evento de vida dos cidadãos e empresas, dissuadindo a apresentação de candidaturas com esta natureza. Os resultados do *focus group* temático sugerem ainda tal circunstância como causa potencial para um reflexo mais tímido do contributo do PO para os indicadores de contexto nesta matéria, uma vez que para determinados eventos de vida é necessário à empresa interagir com múltiplos organismos da AP, muitas vezes de diferentes níveis de governo.
362. Noutra dimensão, a limitação imposta no RECI à duração dos projetos financiados com FSE até um período máximo de 36 meses, constituiu também uma barreira à implementação de reformas mais abrangentes, que impliquem não só intervenções ao nível da tecnologia e dos processos, mas também de natureza legislativa ou regulamentar, condicionando as realizações apoiadas pelo PO neste domínio pela desadequação dos instrumentos à esta natureza específica de projetos.
363. Na mesma linha, a aplicação de deduções ao incentivo atribuído sempre que se verifiquem poupanças de custos para a entidade beneficiária, cria um desincentivo à implementação desse tipo de projetos, o que em certa medida é contrário aos objetivos do programa de promoção da eficiência interna dos promotores. É ainda de destacar a excessiva carga administrativa na instrução de candidaturas no domínio da formação dos trabalhadores da AP, face ao reduzido incentivo atribuído aos beneficiários em função do “efeito territorial” e dos apertados limites dos custos / hora de referência (conforme mencionado na resposta à QA1).

Os projetos empresariais apoiados pelo COMPETE foram complementados e potenciados com outros instrumentos de política pública (benefícios fiscais e, de forma mais residual, programas europeus e instrumentos de capital de risco). O foco principal da complementaridade entre instrumentos verifica-se entre as diferentes medidas dos sistemas de incentivos.

364. De acordo com os dados do Inquérito às empresas, perto de 25% dos projetos aprovados tiveram os seus resultados e impactos potenciados por outras operações apoiadas no âmbito de outros instrumentos de financiamento nacionais e/ou comunitários. As medidas com maior frequência de complementaridade com

⁴⁵ Apenas foram adotados critérios de seleção que discriminavam favoravelmente este tipo de projetos, mas sem incentivos mais robustos neste domínio, como por exemplo a diferenciação de taxas de comparticipação

outros programas de auxílio, de acordo com os dados do Inquérito, são os Sistemas de Incentivos, nomeadamente o SI I&DT, o SI Inovação, o SI à Qualificação das PME e o SI Internacionalização das PME (Figura A32). Significa isso que os vários SI se mostram claramente complementares, embora possam ser excessivamente especializados ou insuficientemente holísticos.

365. Conforme observável na Figura A32, cerca de 18% dos projetos complementaram os apoios do COMPETE com incentivos fiscais (benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo e RFAI para o investimento produtivo e SIFIDE para investimento em I&D) e 3% com o Apoiar Indústrias Intensivas de Gás. A complementaridade com apoios europeus e instrumentos financeiros revela-se, contudo, mais residual. Com efeito, perto de 2% dos projetos complementaram os apoios do COMPETE com Instrumentos de Programas Europeus, como o Horizonte 2020, onde o SI I&DT teve medidas para apoiar selos de excelência atribuídos a projetos não apoiados no *SME Instrument* europeu. Também 2% dos projetos foram complementarmente apoiados por fundos de capital de risco com co-investimento público, supervisionados pelo BPF. Este último tipo de projetos tem observado um crescimento da procura pelo tecido empresarial e financeiro português que identifica vantagens da maior agilidade e segurança assegurada pelos apoios da IFD, conforme mencionado na entrevista ao BPF e nos *focus group*.
366. Uma análise focada nos promotores empresariais apoiados pelo COMPETE, revela que 15% dos projetos foram promovidos por empresas com uma ou mais operações aprovadas pelo Programa. Perto de 300 promotores empresariais foram identificados por terem operações aprovadas em mais do que um instrumento dos SI, nomeadamente no SI QIPME, SI I&DT e SI Inovação. Numa perspetiva por medida, foram identificados 427 promotores com operações em mais de uma medida do COMPETE. De facto, é observável uma complementaridade entre o I&DT - Copromoção, o I&DT - Individual, o Inovação Produtiva e o QI PME. Estes resultados estão em linha com a evidência recolhida por via de entrevistas aos stakeholders, que relevam a boa complementaridade entre tipologias de apoios e a sua capacidade de responder às necessidades das empresas durante o ciclo de vida das mesmas e dos seus projetos.
367. Por fim, é importante de referir a importância residual dos apoios dos instrumentos COVID-19, maioritariamente concentrados nos eixos VII, com 13% dos projetos aprovados pelo COMPETE a recorrerem às linhas APOIAR (Apoio a fundo maneio em setores afetados pela crise pandémica) (Figura A26), que permitiram às empresas portuguesas tesouraria a curto prazo, necessária para a correta execução dos projetos contratualizados. Conforme mencionado nos *focus group*, diversas empresas portuguesas recorreram aos programas de apoio REACT-EU como forma de melhorar a liquidez, complementando assim os apoios à atividade com os projetos de investimento que já estavam em fase de execução no âmbito do COMPETE.

Os projetos de promotores não empresariais verificaram igualmente importantes complementaridades com outros instrumentos de apoio nacionais e europeus. No domínio da capacitação e modernização administrativa, o recurso a instrumentos europeus permitiu sobretudo complementar a implementação de reformas estruturais com as apoiadas pelo PO e no domínio dos transportes verifica-se por um lado o financiamento de outros projetos infraestruturais (através do CEF), enquanto que os apoios a nível nacional (Fundo Ambiental) permitiram reforçar a oferta e atratividade dos transportes públicos, incluindo ferrovia.

368. Através do Programa de Apoio às Reformas Estruturais (PARE)/ Instrumento de Assistência Técnica (IAT), diversas entidades da AP viram mais de seis dezenas de projetos aprovados desde 2017, que permitiram suportar a Administração Pública no desenho e implementação de reformas estruturais em diversos âmbitos, tendo um enfoque sobretudo em operações imateriais / de assistência técnica, recorrendo a peritos europeus/ internacionais nas diferentes áreas ou à contratação de serviços especializados. Dado a menor adequação e adesão dos promotores a tipologias de apoio do COMPETE visando reformas de natureza legislativa, regulamentar ou administrativa mais amplas e complexas, verificou-se casos de recurso complementar a estes 2 instrumentos de apoio, com o PARE/TSI a apoiar a definição/ implementação de reformas e o COMPETE a apoiar operações de natureza mais tecnológica e operacional visando a completa operacionalização dessas reformas.
369. No domínio dos transportes, é de assinalar a complementariedade dos apoios do COMPETE com os do *Connecting Europe Facility* (CEF, que ao contrário do que se verifica no PT 2020, é gerido centralmente pela Comissão Europeia e em regime concorrencial), permitindo uma intervenção mais completa e o apoio à implementação de diferentes projetos prioritários para a modernização e melhoria da rede de infraestruturas de transporte, em especial o ferroviário.
370. Se os apoios do CEF permitem complementar os apoios e intervenções ao nível da infraestrutura, por forma a alcançar os objetivos de reforço de competitividade dos modos de transporte abrangidos pelo Programa, é crucial a intervenção ao nível da melhoria da operação, da oferta propriamente dita de transportes e dos tarifários. Neste domínio é de assinalar a importante intervenção ao nível do apoio à redução tarifária e ao

reforço da oferta introduzidos por via do Fundo Ambiental que complementam as intervenções sobretudo infraestruturais apoiadas pelo COMPETE.

371. Também no caso da FCT, que dinamiza e apoia vários projetos de I&D não empresariais no âmbito do COMPETE, assistiu-se à complementaridade do financiamento atribuído às várias tipologias de projetos que acompanha - respetivamente dos projetos aprovados entre 2012 e 2022 no âmbito de concursos de projetos em todos os domínios científicos, concursos específicos, concursos para programas de atividades conjuntas e projetos transnacionais - em que 30% do financiamento total concedido correspondia a fundos FEDER, com os restantes 70% de financiamento a ser assegurado pelo Orçamento de Estado (Quadro A38). Os fundos europeus assumiram, assim, uma forte relevância na dinamização (e viabilização) das operações apoiadas pelas FCT.

A representatividade dos promotores apoiados pelo COMPETE no total do tecido empresarial potencialmente elegível foi ao encontro dos objetivos definidos no desenho e implementação do Programa. Em concreto, os apoios ao nível empresarial apresentam maior penetração no tecido empresarial das regiões Norte e Centro e tenderam a ser mais orientados para a revitalização da indústria transformadora assente em setores de média-alta e alta tecnologias e em fatores de competitividade avançados. A penetração dos apoios foi claramente maior nas empresas de maior dimensão e, também por isso, assumiu maior relevância quando se consideram os indicadores de VAB e emprego.

372. A comparação entre as estruturas do universo empresarial em condições de se candidatar (procura potencial) ao COMPETE e as empresas que efetivamente foram apoiadas nas medidas SI I&DT, SI Inovação Empresarial e SI à Qualificação e Internacionalização de PME (procura apoiada) permite aferir em que medida este programa acabou, através da análise de elegibilidade e mérito (seletividade), por privilegiar determinados estratos (regiões, setores, classes dimensionais) face à representatividade que eles detêm na estrutura da procura potencial.
373. Ao nível geográfico (Quadro 21), as regiões Norte e Centro destacaram-se sobretudo em termos de concentração do VAB das empresas apoiadas, com uma representação de 14% e 16%, respetivamente, face ao total da riqueza gerada nessas regiões pelo total do tecido empresarial. Já o peso do emprego foi de 8% no Norte e Centro. Não obstante, o indicador número de empresas intervencionadas pelo COMPETE já não é tão representativo nas regiões Norte, Centro e Alentejo, não chegando a 1%.
374. No que concerne à dimensão empresarial (Quadro 21), o peso das médias empresas (32%) e das grandes empresas (47%) apoiadas no universo passível de ser apoiado, é significativo, sendo que a mesma tendência se verifica se considerarmos, em vez do número de empresas, o emprego ou o VAB.

Quadro 21. Análise do peso dos promotores empresariais apoiados pelo COMPETE no tecido empresarial, por região e por dimensão empresarial

	Peso das empresas dos Promotores Apoiados (PA) no total do segmento (PP)	Peso do emprego dos Promotores Apoiados (PA) no total do segmento (PP)	Peso do VAB dos Promotores Apoiados (PA) no total do segmento (PP)
Região NUTS II			
Norte	0,3%	8,0%	14,2%
Centro	0,3%	8,1%	16,1%
Alentejo	0,2%	5,6%	11,2%
Dimensão empresarial			
Microempresa	0,02%	0,03%	0,07%
Pequena empresa	0,8%	0,8%	1,1%
Média empresa	32,2%	23,0%	17,1%
Grande empresa	47,4%	15,1%	21,8%

Nota: Procura potencial (PP) corresponde ao universo empresarial em Portugal apurado pelo sistema de contas integradas das empresas do INE e excluído das atividades não elegíveis (financeiras e de seguros, defesa e lotarias e outros jogos de aposta; Procura apoiada (PA) inclui os promotores e projetos empresariais apoiados pelo COMPETE (Sistema de Incentivos). O peso do número de empresas, do emprego e do VAB da procura apoiada na procura potencial tem em consideração estes indicadores no ano pré-projeto no total do número de empresas, pessoal ao serviço nas empresas e VAB em 2014. No caso dos promotores com mais do que um projeto apoiado, considerou-se apenas os indicadores relativos ao primeiro projeto.
Fonte: EY-Parthenon, com base em dados do INE e dos SI do COMPETE

375. Afunilando para a vertente setorial (Quadro A19), verifica-se que a procura apoiada pelo COMPETE privilegiou as indústrias transformadoras, afastando-se das atividades que ganharam maior preponderância no período anterior ao PT2020 (e.g. serviços). Salienta-se o peso das empresas da Indústria Farmacêutica (24%), um dos

setores de maior valor acrescentado. Em termos de pessoal ao serviço, os setores da Borracha e Plástico, Materiais de Construção e Equipamento de Transporte foram os que registaram o maior peso, destacando-se os dois primeiros com a maior porção relativa de VAB no total gerado pela procura potencial do respetivo setor.

376. O contexto económico e financeiro de Portugal, mais frágil aquando do arranque do PT2020, colocava dificuldades significativas ao investimento empresarial inovador e diferenciador. A indústria transformadora era maioritariamente assente em indústrias de baixa intensidade tecnológica e fatores competitivos pouco avançados⁴⁶ e, paralelamente, os serviços eram pouco intensivos em conhecimento de alta tecnologia⁴⁷. Procurando inverter o perfil débil da economia nacional, o COMPETE foi desenhado para reforçar a competitividade e internacionalização da economia portuguesa através do apoio aos investimentos inovadores que promovessem a competitividade empresarial. No Quadro A20, constata-se o esforço visível do programa em privilegiar (face ao peso que detinham na procura potencial de cada indústria) os projetos de investimento de indústrias sofisticadas, respetivamente mais de 10% das Indústrias de alta tecnologia e 6% das Indústrias de média-alta tecnologia. Este indicador cresce quando usamos as variáveis de emprego ou VAB, traduzindo, mais uma vez, a maior penetração do PO nas empresas de maior dimensão. Para além disso, verifica-se que os apoios permitiram alavancar o investimento em fatores mais avançados de competitividade e em serviços mais intensivos em conhecimento de alta tecnologia, porém, o número de empresas já não é tão representativo nas várias segmentações.

Ao longo do período de programação, o COMPETE exibiu elevada flexibilidade, procedendo a ajustamentos pertinentes em função das dinâmicas de procura e da evolução do contexto macroeconómico.

377. Ao longo do período de programação, o COMPETE foi sendo objeto de diversas reprogramações (Quadro A3), procurando torná-lo mais eficaz, assegurando um uso mais eficiente dos recursos, mas também respostas a novos desafios que ocorreram no contexto de inserção do PO. Entre as alterações realizadas, destacam-se as reprogramações de 2018 e do pós-2020, relacionados com o REACT-EU, um conjunto de instrumentos de apoio às empresas portuguesas afetadas pela COVID-19.
378. Em 2018, o COMPETE publicou um conjunto de medidas e alterações, ora por reforço das dotações orçamentais e inclusão de novas linhas de apoio, ora por alterações no acesso às mesmas (e.g. revisão do RECI). Em termos gerais, nesta reprogramação, o COMPETE reforçou as dotações orçamentais dos eixos 1 e 2 para fazer face à elevada procura existente, aumentou as verbas afetas à capacitação da Administração Pública (Eixo 5), diminuiu a dotação afeta ao Eixo 3 e a afeta à modernização da Administração Pública com recurso às TIC (Eixo 2), fazendo acompanhar as alterações das dotações pela revisão dos indicadores de realização e resultado e do Quadro de Desempenho (QD). Este último ponto foi considerado necessário, de modo a efetuar a revisão do conjunto de indicadores de realização e resultado do PO, das respetivas metas e do respetivo QD, quer em função das alterações propostas (designadamente ao nível das dotações financeiras afetas aos diferentes eixos/PI/Instrumentos) quer em função de outros elementos que tenham modificado as perspetivas iniciais de execução.
379. Em concreto, verificou-se um reforço de 309 M€ da dotação associada aos Sistemas de Incentivos, em especial ao I&D e ao Inovação e um aumento da alavancagem dos apoios à Inovação Produtiva PME, onde foi associado um instrumento financeiro complementar. Deste modo, foi criando um apoio híbrido (blending) às empresas financiado em parte pelos sistemas de incentivos, que mantém a natureza tradicional de não reembolsável, e noutra parte, por via desse instrumento financeiro complementar, de natureza reembolsável. Tal reprogramação teve o objetivo de facilitar o acesso ao financiamento bancário por parte da PME e disponibilizar mais recursos, neste período, para o investimento qualificado nas mesmas. Este instrumento financeiro complementar será totalmente financiado pelos PO Regionais, não envolvendo recursos financeiros do COMPETE.
380. De seguida, foi incluído o Fundo de Inovação Social no Programa (transitado do POISE), bem como ajustes no que toca às referências a Grandes Projetos. Estes últimos caracterizaram-se pelas atualizações em termos de identificação dos projetos a apoiar na área da ferrovia, à luz do previsto no plano da Ferrovia 2020 (sucessor do PETI3+), pela atualização temporal dos grandes projetos da ferrovia face ao inicialmente programado e, finalmente, o ajuste da meta de 2018 do indicador de realização da PI 7.d - Linhas férreas não RTE-T intervencionadas. Estes ajustes permitiram uma adequação das verbas orçamentais dos diversos instrumentos

⁴⁶ A proporção de pessoal ao serviço nas indústrias de baixa tecnologia no total do pessoal ao serviço nas indústrias transformadoras foi de 57,5% em 2014 (contra 52,8% em 2021) e a proporção de pessoal ao serviço nas indústrias transformadoras com fatores competitivos não avançados no total do pessoal ao serviço nas indústrias transformadoras foi de 55,5%, em 2014 (contra 51,2% em 2021).

⁴⁷ A proporção de pessoal ao serviço em serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia no total do pessoal ao serviço em serviços foi de 3,5% em 2014 (contra 4,9% em 2021).

financeiros do COMPETE para fazer face à procura existente nestas linhas de investimento e que não teriam sido corretamente projetados quando foi desenhado o programa.

381. Do processo de auscultação e da recolha documental foi possível verificar que o quadro de objetivos subjacentes à modernização e capacitação da administração pública (PI 2.3 e 11.1) previstos na programação inicial surge numa lógica de continuidade do QREN e foi profundamente marcado pelo período de vigência do programa de assistência económico-financeira despoletado na sequência da crise ocorrida na viragem da primeira década do milénio. Esta marca verifica-se na programação (inicial), de onde sobressaem objetivos ligados na modernização e digitalização de serviços em sentido mais estrito, ancorados na utilização racional de soluções TIC, bem como na promoção da eficiência, induzida por processos de transformação organizacional dos serviços da AP e de formação / requalificação de funcionários públicos. A evolução do ciclo económico e político, mas também a emergência de novas tendências e tecnologias associadas à transformação digital, determinaram uma tripla alteração à programação: i) supressão dos objetivos de requalificação dos funcionários públicos (objetivo político descontinuado); ii) alteração do RECI no sentido de, entre outros, permitir a intervenção com apoio do FSE, à transformação de processos operacionais num quadro de transformação digital dos organismos da AP, reforçando ainda a orientação das tipologias da Medida SAMA - Capacitação para a melhoria do serviço ao cidadão/ empresa; iii) transferência de dotação da PI 2.3 (FEDER) para a 11.1 (FSE). Esta trajetória veio intensificar tanto complementariedades importantes entre a PI 2.3 e a PI 11.1 (uma mais focada nas componentes tecnológicas / infraestruturais e outra mais na transformação dos processos), como reforçar a eficácia do PO, revelando uma adequação das opções tomadas às necessidades dos agentes. Ainda fruto da alteração de ciclo político, merece destaque o ressurgimento do Programa SIMPLEX, que integra medidas de simplificação administrativa, que encontraram no PT 2020 um instrumento importante de financiamento e que motivaram por um lado a adoção de regras orçamentais facilitadas para este tipo de projetos (e.g. ausência de cativações) e por outro, a existência de AAC onde se previa expressamente o apoio a medidas SIMPLEX denotando também neste domínio a adaptação do PO ao contexto.
382. Com o surgimento e a disseminação da pandemia COVID-19, em 2020, a Comissão Europeia aprovou, no âmbito da política de coesão, diversos pacotes de auxílio comunitário para fazer face à conjuntura social e económica resultante da pandemia - a Iniciativa de Investimento de Resposta ao Coronavírus (CRII), a Iniciativa de Investimento de Resposta ao Coronavírus+ (CRII+) e o pacote REACT-EU. A adoção destas iniciativas ao nível nacional implicou três reprogramações no PO: (i) Proposta de Reprogramação COVID (ii) COMPETE - Programação REACT-EU e (iii) Programação REACT-EU, versão de 20 de abril de 2021.
383. A principal alteração traduziu-se na criação de 2 novos eixos: VII - REACT-EU-FEDER e VIII - REACT-EU-FSE, com o intuito de fomentar a recuperação da crise decorrente do contexto da pandemia de COVID-19 e respetivas consequências socioeconómicas, bem como a preparação para uma recuperação digital, resiliente e sustentável do ponto de vista ambiental da economia portuguesa. Nestes eixos foram incluídos diversos instrumentos de apoio, podendo-se destacar os incentivos à liquidez - APOIAR, Garantir Cultura, ATIVAR.PT Apoios ao Emprego, Apoio à Resiliência do Sistema de Saúde (FEDER) e Apoio à Consolidação das aprendizagens (FSE) -, assim como alterações financeiras para certas PI consideradas mais relevantes ou mais procuradas face a outras, e que se encontram sistematizadas no Quadro A4. Como exemplo dos fluxos financeiros executados na reprogramação, os eixos 1 e 2 foram reforçados em termos de dotação orçamental, nomeadamente nos apoios à I&D e Inovação PME.
384. Nesse contexto, e tendo já presente também as respostas necessárias à fase de estabilização económica e social, Portugal apresentou no verão de 2020 uma proposta de reprogramação que utilizou as flexibilidades introduzidas pelos dois pacotes CRII (*Coronavirus Response Investment Initiative*), a qual teve como principais linhas de força: (i) o aumento do apoio ao investimento público, nomeadamente nas áreas sociais; (ii) o apoio ao programa de digitalização escolar; (iii) o reforço do apoio ao emprego; (iv) o aumento do apoio à estabilização económica. Uma das principais vantagens destas linhas de apoio de emergência foi a maior facilidade na implementação destes financiamentos através da implementação de critérios indutores de maior flexibilidade para fazer face ao exigente calendário desta dotação adicional.

A revitalização da economia portuguesa pode ser comprovada pela sua recuperação em indicadores económico-financeiros do tecido empresarial em 2021, face aos valores de 2019. Os apoios do COMPETE, no âmbito do REACT EU (Eixo 7) e CRII (eixos 1 e 2), promoveram este contexto, através de um reforço da tesouraria a curto prazo das empresas portuguesas e do apoio a investimentos produtivos e de I&D.

385. O ano de 2021 registou valores do VAB, Vendas e serviços prestados domésticos e Vendas e serviços prestados no mercado externo (Exportações) superiores ao ano de 2019, apesar da queda verificada em 2020 (Quadro A21). No ano de 2021 registou-se um aumento do número de pessoas ao serviço e número de empresas na economia nacional face ao ano anterior. Os apoios de emergência do COMPETE tiveram um papel relevante na tesouraria das empresas promotoras nesta fase, permitindo reforçar a sua Liquidez Geral e Autonomia Financeira.

386. Apesar da maior robustez financeira das empresas portuguesas, esta não se refletiu numa evolução positiva do PIB em 2020, fator normal devido aos constantes confinamentos realizados, com os apoios do programa a terem o objetivo de sustentar a economia. No entanto, em 2021, a Economia Nacional cresceu 7,1% face a 2020, voltando aos valores de 2019, fixando-se o PIB nos 214.741 M€.
387. O surgimento e consequências económicas da COVID-19 forçaram o COMPETE a alterações no âmbito dos apoios financeiros, com os investimentos em 2020 e 2021 a adotarem uma perspetiva de curto prazo, com menor exigência ao nível de critérios formais e burocracia associada, sendo maioritariamente destinados a apoiar a tesouraria e o emprego do tecido empresarial português. Na mesma linha, os efeitos decorrentes da pandemia COVID-19, de acordo com os dados do inquérito aos promotores empresariais, foram o principal fator condicionante ao arranque e desenvolvimento das operações aprovadas (Figura A24), fator corroborado pelas entrevistas aos Ol's, *focus group* e Estudos de Caso. Neste contexto, o PO acabou por reforçar certos instrumentos e medidas de incentivos, como os Sistemas de Incentivos, cujas procuras eram muito elevadas para a dotação orçamental programada, assim como reduzir a dotação de outros e lançar novos instrumentos financeiros, relacionados ou não com a pandemia. Tal agilidade durante o período operacional, fruto da evolução da conjuntura macroeconómica, poderá ter conduzido a novas opções e prioridades de política e de financiamento.

A estratégia e respetivas prioridades de apoios do COMPETE 2020 permanecem relevantes, emergindo contudo desafios no estabelecimento de fronteiras de intervenção com instrumentos de apoio introduzidos no período de programação 2021-2027 (PRR) que exigem monitorização regular e avaliação de necessidades de ajustamento dos instrumentos ou mesmo da programação no contexto do PT 2030

388. Considerando os princípios orientadores para a aplicação dos fundos da Política de Coesão em Portugal no período 2021-2027, plasmados no Acordo de Parceria assinado entre Portugal e a Comissão Europeia em julho de 2022, a lógica de intervenção e as temáticas enquadradoras da arquitetura programática do COMPETE 2020 continuam globalmente a ser relevantes. Neste contexto, a respetiva arquitetura programática, cuja trajetória foi corrigida pelos vários exercícios de reprogramação realizados, deverá ser aprofundada e melhorada, em particular nos domínios da investigação, desenvolvimento e inovação e competitividade e internacionalização das empresas, numa lógica de continuidade face ao quadro 2014-2020, à qual se junta a necessidade de aprofundamento e intensificação em função dos desafios impostos pela agenda das transições gémeas (digital e climática).
389. A generalidade das áreas temáticas de apoio do COMPETE 2020 encontram de resto paralelo na programação, quer do COMPETE 2030 quer de outros Programas Operacionais Temáticos que acolheram áreas anteriormente financiadas pelo COMPETE no atual período de programação, permitindo a continuidade e aprofundamento do estímulo a dimensões como a I&D e inovação e a competitividade das empresas, em particular PME, bem como no que respeita à formação profissional em meio empresarial.
390. Por seu turno, a arquitetura de programação para o período 2021-2027 é marcada por importantes alterações, por vezes regressando a modelos seguidos no QREN, como seja o apoio às infraestruturas de transporte através do Programa para a Ação Climática e Sustentabilidade, antes POSEUR no PT 2020 e POVTV no QREN. Em sentido inverso, os apoios à descarbonização da economia e à introdução das energias renováveis nas empresas passam a ser financiados pelo COMPETE 2030 (transitando do POSEUR), porquanto a emergência das transições energética e climática levará ao surgimento/ transformação de modelos de negócio e de cadeias de valor à escala global, para o qual o tecido empresarial deve estar preparado e capaz de se posicionar de forma competitiva, configurando um primeiro desafio para os atores envolvidos na gestão e operacionalização do COMPETE para o próximo período de programação (ainda que para aqui possam ser utilizadas eventuais experiências adquiridas no contexto do PRR, com os apoios à descarbonização da indústria e introdução de energias / gases renováveis, bem como lições de experiência e conclusões e recomendações de avaliações temáticas / regionais) no sentido de garantir a coerência, a complementaridade e a eficácia no desenho e operacionalização dos instrumentos.
391. Para a gestão e operacionalização do COMPETE 2030, releva ainda a necessidade de garantir a devida articulação com os apoios concedidos no âmbito do PRR, uma vez que se verificam sobreposições virtualmente em todas as áreas temáticas, ainda que devidamente definidas as fronteiras de intervenção e complementaridades entre estes instrumentos, em sede de programação, sendo portanto de grande relevância assegurar a transposição dessas fronteiras e complementaridades para o desenho dos instrumentos de apoio, seja pela criteriosa seleção dos beneficiários elegíveis, calendários de apoio ou lógicas de intervenção (e.g. estímulo a projetos integrados e abrangentes no PRR vs copromoção na no domínio da I&D/ apoio ao investimento produtivo; estímulo a ações individuais e mais micro vs eficiência coletiva na transição digital das empresas e apoio a processos mais amplos de transformação organizacional e de modelos de negócio na qualificação empresarial).

392. Por fim, perante uma maior diversidade e complexidade dos instrumentos de apoio (pela co-existência do PT 2030/ COMPETE 2030 e PRR), é de reforçar a necessidade de garantir quadros mais previsíveis de lançamento de avisos e mecanismos de comunicação que facilitem uma eficaz e eficiente seleção dos instrumentos de apoio pelos atores, em particular empresas, e garantam a capacidade destas alinhar as suas estratégias com o quadro de apoios a disponibilizar ao longo do período de programação, o que se torna particularmente para assegurar a eficácia da lógica de intervenção prevista (e bem, tendo em conta as evidências e conclusões do presente exercício avaliativo) na programação, de estímulo à I&D no OE 1.1 e subseqüente apoio à implementação de inovações visando ganhos de escala e comercialização das mesmas no OE 1.3.

Ao contrário da generalidade das prioridades visadas no atual período de programação, os apoios à modernização e capacitação da administração pública foram descontinuados no COMPETE 2030, criando limitações à cobertura dos públicos alvo, à massificação da adoção de boas práticas e soluções de governo digital e ao aprofundamento da redução de custos de contexto, por esta via

393. Analisando a arquitetura programática do COMPETE 2020 face à do COMPETE 2030 (e demais Programas Operacionais do próximo período de programação), ressalta o facto de não se dar continuidade aos apoios à modernização administrativa e transição digital da administração pública, o que de certa forma vai no sentido contrário às conclusões da presente avaliação que apontam um contributo positivo dos instrumentos COMPETE para manter e intensificar o posicionamento de Portugal na linha da frente em matéria de governo digital, mas com a persistência de desafios quer neste domínio *per se*, quer no seu reflexo efetivo na redução de custos de contexto, fator de competitividade igualmente (e que se mantém) relevante.
394. Tal opção parece resultar da forte aposta, com reflexo na dotação atribuída no PRR à transição digital da Administração Pública. Porém, à lógica de intervenção prevista no PRR é bastante distinta da prosseguida no COMPETE 2020 (e no QREN), com a dotação a ser atribuída previamente (lógica não concorrencial) em sede de programação, com forte concentração em entidades de grande dimensão e com competências transversais TIC na AP (estas últimas essencialmente focadas no desenvolvimento e disseminação de soluções transversais TIC), por oposição a um modelo concorrencial e aberto à generalidade dos organismos do PT 2020. Esta opção, de larga escala, tenderá, por um lado, a reduzir o âmbito da cobertura assegurada no PT 2020 (a título de exemplo, os hospitais e universidades/ politécnicos eram dos mais representativos em termos de n.º de operações e incentivo aprovado, ficarão a descoberto no PRR) e, por outro lado, a aportar menor capacidade de assegurar a adoção massificada das soluções transversais desenvolvidas no âmbito do PRR (e.g. modelo comum de desenvolvimento de serviços digitais, plataforma de interoperabilidade, portal de dados abertos dados.gov), prejudicando a partilha de dados/ interoperabilidade, a experiência do utilizador e qualidade e eficiência dos serviços públicos.
395. Por fim, os resultados do presente exercício avaliativo, sugerem a pertinência de cobrir necessidades de financiamento a intervenções menos cobertas ou que emergiram durante o atual período de programação. Um exemplo disso é formação de trabalhadores da administração pública em sentido mais lato e abrangente, que os capacitem para abraçar as tendências emergentes em matéria de gestão e transição digital (e.g. ciência de dados, cloud – estes previstos em sede de PRR, mas possivelmente com gaps que importa acautelar, como por exemplo os não estritamente relacionados com a transição digital, mas que viabilizem a sua adoção pelos organismos da AP, como a contratação pública). Outro exemplo é a adoção de soluções as-a-service (e.g. cloud, SaaS, PaaS), com reconhecidos benefícios para as entidades em termos de eficiência de custos, performance e escalabilidade, mas com um enquadramento complexo em termos técnicos, orçamentais e legais, reclamando soluções para o seu devido enquadramento e estímulo público à sua adoção.
396. Neste quadro de referência, onde emerge um processo de continuidade face ao período 2014-2020 ao nível das linhas de orientação estratégico-políticas, ainda que impactadas pelas transformações, as conclusões e as recomendações do presente exercício avaliativo afiguram-se relevantes para, em conjunto com a monitorização da implementação do atual programa COMPETE 2030, suportar exercícios de reprogramação que se venham a revelar pertinentes e necessários.

4. Conclusões

As principais conclusões da Avaliação são apresentadas a seguir, encontrando-se agregadas por questão de avaliação.

Eficácia:

- C1. À data de corte da presente avaliação, os **níveis de compromisso e realização** do COMPETE 2020 (126% e 55%, respetivamente), estão **em linha com a média do Portugal 2020** (111% e 58%), ainda que abaixo do expectável para a fase do período de programação a que se reporta esta avaliação (31/12/2021).

O **desempenho do PO em termos de cumprimento de metas de realização é globalmente positivo**, encontrando-se as metas da maioria dos indicadores alcançadas ou em vias de alcance no horizonte de conclusão do PO, ainda que persistam alguns indicadores onde os níveis de realização das respetivas metas se encontram distante dos valores fixados (taxa de realização abaixo de 50%) na última reprogramação (abril de 2021), exigindo portanto especial acompanhamento da execução por parte da AG até ao final do período de implementação do Programa, em particular nos Eixos 5 (Capacitação da Administração Pública), 4 (Transportes) e 1 (Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, com destaque para a PI 1.1 - entidades não empresariais).

- C2. Entre os **fatores que mais condicionaram as realizações dos projetos e, portanto, o alcance das respetivas metas**, encontram-se, sem surpresa, os condicionalismos causados pela **pandemia COVID-19 e a Guerra na Ucrânia**, destacando-se no caso dos promotores não empresariais também a morosidade dos procedimentos de contratação pública e os prazos de análise de candidaturas como fatores condicionadores. Neste contexto, releva pela positiva a **flexibilidade permitida pela AG para gestão flexível dos projetos**, que se revelou **determinante para mitigar os condicionalismos verificados e garantir, no cômputo geral, o alcance das metas** do Programa.

Ainda que a pandemia tenha atrasado a execução dos projetos, uma comparação com o período do QREN evidencia que os níveis de rescisão e anulação de operações após a respetiva aprovação no PT2020 foram mais baixos (taxas de rescisão/anulação no atual período correspondem a cerca de metade das verificadas no QREN).

- C3. A maioria dos concursos lançados foi **capaz de mobilizar procura qualificada, revelando capacidade do PO de mobilizar os públicos-alvo** (a grande exceção entre os domínios com volumes financeiros significativos foram os concursos do empreendedorismo qualificado e criativo) o que, aliado a um quadro de taxa global de aprovação elevada, permite concluir simultaneamente por **uma maior adesão dos promotores (em especial empresariais) e melhor qualidade das candidaturas submetidas**.

O PO apresenta, em termos globais, uma **baixa taxa de seletividade**, tendo aprovado 95% das candidaturas submetidas pelos promotores (89% se excluirmos as operações enquadradas no REACT-EU, sujeitas a menores restrições em termos de elegibilidade). A quase totalidade dos projetos que passam a fase de admissibilidade são aprovados na **análise de mérito, a qual assume, no essencial, uma função de hierarquização dos projetos admitidos**.

Tal como na generalidade dos PO, o nível de seletividade é menor nas tipologias de intervenção promovidas por entidades públicas ou sem fins lucrativos (taxas de aprovação acima dos 80%), sendo a exceção os apoios no âmbito dos SIAC (Sistema de Apoio a Ações Coletivas - Eixo 3), da formação dos trabalhadores da Administração Pública (AP) e da Investigação científica e tecnológica, que obtiveram taxas de aprovação de 45%, 39% e 65%, respetivamente.

No caso dos apoios às empresas o nível de seletividade é mais elevado, situando-se a taxa de aprovação bruta média para os sistemas de incentivos em 64%, muito próxima da registada em período anterior no QREN (60% em junho de 2010). A taxa de aprovação mais baixa entre os projetos empresariais situa-se nos 30% na TI Empreendedorismo qualificado e criativo, cujas candidaturas esbarram desde logo nos critérios de admissibilidade exigidos.

- C4. O domínio da **Investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação** (Eixo 1), que acomodou a segunda maior dotação programa do COMPETE 2020, revela a maior taxa de compromisso do Programa (156%) mas assume taxa de execução financeira bastante mais modesta, sobretudo em virtude dos baixos níveis de realização dos projetos empresariais.
- C5. Os **avisos lançados neste domínio revelaram-se genericamente capazes de atrair procura qualificada**, embora com uma distinção clara entre prioridades de investimento: uma elevada adesão na PI 1.1 (Investigação Científica e Tecnológica), que contrasta com uma menor procura aos instrumentos de promoção do investimento empresarial em I&I (em particular as ações coletivas visando valorização económica e transferência do conhecimento científico e tecnológico e o estímulo à participação em iniciativas europeias no âmbito da clusterização e I&D&I), a que acresce um nível de seletividade bem acima da média do PO.

Este quadro de menor capacidade de atração de procura qualificada nos promotores empresariais encontra justificação numa ainda baixa valorização por parte das empresas dos benefícios da aposta na I&I, na complexidade inerente à preparação e submissão de candidaturas, comparando com outros apoios europeus e na imprevisibilidade de lançamento dos concursos.

- C6. O quadro de baixa realização financeira e de menor capacidade de mobilização de procura qualificada nos promotores empresariais **não parece prejudicar o desempenho do Programa neste domínio no que respeita ao alcance das metas dos indicadores definidos na programação** prevendo-se, no cômputo geral, que as mesmas venham a estar alcançadas até ao encerramento do Programa. Destaca-se, porém, uma vez mais, a heterogeneidade entre tipologias de promotores, com a generalidade das metas dos promotores empresariais e encontrarem-se cumpridas ou em vias de o estar, enquanto que as taxas de realização efetivas dos indicadores da PI 1.1 (promotores não empresariais) a evidenciar maior distância face à meta, situação contrabalançada com a expectativa bastante otimista destes promotores no alcance das metas contratadas.
- C7. Apesar de se verificar, ao longo dos quadros comunitários, uma aposta crescente nos projetos que permitem fortalecer a articulação entre a Academia e as empresas, os **resultados mais modestos no que se refere à efetiva transferência de conhecimento e tecnologia para as empresas** (taxa de realização da meta definida para os projetos de TVC ainda distante face ao definido, mesmo num quadro de revisão em baixa) e a opinião dos stakeholders evidenciam **não existir ainda uma cultura suficientemente enraizada de exploração de lógicas colaborativas que estimule o envolvimento dos vários atores** (quer em termos nacionais mas também com outras entidades estrangeiras), evidenciando-se margem de progressão neste âmbito.
- C8. Apesar dos vários constrangimentos à execução das operações neste Eixo, a **generalidade dos promotores perspetiva contributos significativos das suas operações** ao nível da maior capacitação para **innovar e internacionalizar**, no caso dos promotores empresariais e para a **melhoria da qualidade da investigação científica e tecnológica, do aumento da produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente** no caso dos promotores não empresariais. Observam-se, no entanto, **contributos menos significativos** no que respeita à relação à maior **articulação do SCTN com o tecido empresarial** à implementação de **estratégias de exploração comercial das inovações** desenvolvidas.
- C9. Os apoios à **competitividade das PME** (Eixo 2) concentram a maior parcela da dotação do programa, que convive com taxas de compromisso e realização das mais altas do PO. Em termos globais, os apoios neste domínio revelaram-se **capazes de atrair procura qualificada**, embora tal desempenho se revele **heterogéneo entre as diferentes prioridades visadas**: enquanto que os apoios à internacionalização (PI 3.2) e ao alargamento da capacidade produtiva (PI 3.3) superaram a dotação na maior parte dos concursos, os apoios ao empreendedorismo qualificado (PI 3.1) revelaram maiores dificuldades na mobilização dos públicos-alvo.

As dificuldades em alcançar as metas fixadas na programação no âmbito do **empreendedorismo** encontram justificação sobretudo nos **elevados níveis de seletividade** (menor taxa de aprovação) e de **sinistralidade** registados nestas operações. Apesar da mais elevada taxa de realização do Eixo (93%), tais dificuldades colocam as taxas de realização dos indicadores distantes das metas fixadas, apesar das revisões em baixa em sede de reprogramação. Este facto conjugado com as perspetivas menos otimistas dos promotores empresariais com operações neste Eixo antecipam como **pouco plausível o alcance da maioria das metas** nesta PI.

Foram igualmente mobilizados apoios no âmbito do novo pacote CRII (*Coronavirus Response Investment Initiative*) como resposta rápida às consequências do contexto pandémico. Os incentivos CRII estimularam uma forte procura por parte das empresas complementada por um esforço de aprovação em *overbooking*, o que conduziu à superação em larga escala das metas para 2023 dos valores à data de reporte do COMPETE.

- C10. Apesar dos constrangimentos verificados, os promotores do **Eixo 2 expressam um contributo significativo para os diversos objetivos da programação**; i) aumento da produtividade das empresas por via da melhoria da eficiência dos processos produtivos e organizacionais, ii) criação/expansão da capacidade de produção de novos ou substancialmente melhorados bens/ serviços, iii) aumento do grau de internacionalização das empresas, iv) melhoria da capacidade de marketing e v) promoção comercial das empresas.
- C11. O domínio da **sustentabilidade e qualidade do emprego** (Eixo 3), apresentava uma das **taxas de realização mais reduzidas do PO** (32%) mas uma **elevada taxa de compromisso** (132%), ainda que num quadro de **redução para cerca de metade da dotação inicial**, ajustando-se assim a uma procura das empresas inferior à expectável, o que revela, desde logo, uma **reduzida capacidade de mobilização dos públicos-alvo** em particular na **formação em contexto empresarial**.
- C12. No âmbito dos apoios à **criação de emprego** (PI 8.3) que engloba um instrumento financeiro para apoio a projetos de inovação social e SIAC de apoio ao empreendedorismo, os **resultados alcançados com a intervenção do PO tenderão a ficar aquém do esperado**, com a execução financeira a fixar-se em 33% e com a taxa de realização das metas a revelar elevada distância face ao definido em sede de programação.

C13. Os concursos relativos aos SIAC atraíram muita procura, mas registaram níveis significativos de seletividade, sobretudo associados à fase de análise de admissibilidade, com uma das principais razões a residir na (falta de) garantia, por parte dos promotores, do financiamento das componentes relativas ao investimento privado. O lançamento tardio dos apoios (2019 e 2020) redundou numa baixa realização financeira que coexiste com dificuldades na realização física, com os promotores a preverem ficar **aquém das metas contratualizadas, devido à dificuldade de atrair e reter empreendedores.**

C14. A implementação do Fundo para a Inovação Social sofreu atrasos significativos, comprometendo a sua eficácia e a capacidade de alcance das metas definidas. O desempenho das duas componentes deste instrumento financeiro é diferenciado em função dos dois produtos oferecidos: i) FIS Capital e ii) FIS Crédito.

O FIS Capital arrancou em 2019 e, apesar de a implementação dos projetos estar a ser bem-sucedida, a complexidade na estruturação das intervenções e necessidade de mobilização de investidores externos condicionou fortemente a procura, redundando em um número de projetos de inovação social apoiados inferior ao esperado (apenas nove). O FIS crédito foi lançado em plena pandemia, tendo esse atraso coincidido com o surgimento de linhas de crédito mais apelativas no mercado com objetivos similares, a que acresce a reduzida atratividade para as instituições bancárias deste tipo de projetos.

C15. No âmbito da formação às empresas, no âmbito geral, os instrumentos revelaram-se pouco eficazes para captar procura qualificada, ainda que se verifiquem diferenças entre medidas, com as ações ligadas a projetos dos SI a revelarem menor procura e as relativas à Formação-Ação a destacarem-se pela positiva.

A adesão das empresas aos instrumentos de formação foi condicionada pela reduzida importância estratégica atribuída pelos gestores à formação e qualificação, tendo sido também prejudicada pela capacidade de libertação de recursos humanos para atividades não laborais nas empresas de menor dimensão. Não obstante, medidas como a Formação-Ação, pelas suas características, revelaram-se capazes de responder às necessidades das empresas e captar níveis de procura qualificada satisfatórios (em particular nas temáticas da Economia Digital e Organização e Gestão). Num quadro de menor adesão face ao esperado, as metas dos indicadores foram objeto de redução muito significativa face ao previsto no início do período de programação, encontrando-se, neste cenário assegurado o seu cumprimento.

A participação de trabalhadores na Formação-Ação conduziu a um aumento das suas competências, maior produtividade e maior segurança no posto de trabalho. Os responsáveis das empresas participantes revelam resultados traduzidos em alterações na organização da atividade, maior produtividade (via trabalhadores) e uma maior rentabilidade.

C16. No domínio dos transportes (Eixo 4), os instrumentos mobilizados verificaram naturalmente boa adesão dos públicos-alvo, seletividade e sinistralidade praticamente nulas, sendo para tais resultados determinante o mapeamento prévio dos investimentos a realizar, quer em sede de instrumentos de planeamento estratégicos setoriais, quer no caso dos grandes projetos, em sede de programação, o que focalizou os promotores na concretização dos mesmos.

Perspetivando-se que a generalidade das metas dos indicadores de realização e resultado sejam alcançadas, a implementação destes projetos enfrentou diversos desafios com reflexo em atrasos na execução, essencialmente associados à morosidade dos processos de avaliação de impacto ambiental e da concessão de autorizações de despesa/ encargos plurianuais pela tutela, agravados no presente período de programação pelas disrupções impostas pela pandemia e guerra na Ucrânia que fragilizaram a capacidade de resposta do mercado. Tais fatores determinarão a incapacidade de conclusão dentro do período de programação de alguns projetos, em particular na ferrovia não RTE-T (PI 7.4), estando, contudo, assegurado a conclusão dos mesmos e o alcance dos seus objetivos para lá do horizonte temporal do PO, em linha com as regras de encerramento vigentes.

C17. Os apoios dirigidos à modernização e capacitação da administração pública (PI 2.3 e 11.1), revelaram-se eficazes para captar procura qualificada na generalidade dos instrumentos mobilizados, embora com alguma heterogeneidade entre tipologias de intervenção, com AAC de mais largo espectro a revelarem-se mais eficazes neste domínio do que os AAC visando o apoio a operações pré-formatas, refletindo, um maior interesse dos públicos-alvo por implementar processos mais amplos de transformação digital (e operacional), em detrimento de operações mais "micro", isoladas e específicas.

C18. No âmbito dos apoios à promoção das TIC na administração e serviços públicos (PI 2.3), os bons níveis de procura qualificada e de realização (comparando com a média do PO) convivem com elevada seletividade e sinistralidade das operações, prevendo-se ainda assim o alcance das metas dos indicadores de realização e resultado do Programa, com exceção do indicador relativo ao preenchimento e envio de formulários oficiais por cidadãos, indiciando maiores dificuldades de penetração dos canais digitais no segmento cidadãos, devido à prevalência de iliteracia digital, desconhecimento e dificuldades de utilização por algumas franjas da população.

O padrão de realizações e resultados neste domínio evidencia um forte contributo do PO para o desenvolvimento de novos e melhorados serviços digitais e para a sua utilização pelos utilizadores finais, mas com potencial de

crescimento na adoção de soluções transversais TIC da AP e do princípio *only-once* devido a uma menor propensão / resistência à colaboração e partilha de informação / dados pelos organismos, agravados por constrangimentos de natureza legal (e.g. RGPD).

C19. No domínio da **capacitação administrativa e dos serviços** (PI 11.1 - SAMA Capacitação) verificam-se igualmente bons níveis de adesão por parte dos públicos-alvo, mas menores níveis de seletividade e menor taxa de rescisão. Porém, as taxas de realização financeira nesta medida encontravam-se, à data de corte, aquém do expectável e da média do PO, devido à tardia disponibilização do SI FSE e à necessidade de adaptação dos atores a uma lógica “nova” face ao QREN, em que as componentes infraestruturais/ tecnológicas eram apoiadas pelo FEDER e as imateriais pelo FSE. A estes constrangimentos específicos acrescem os verificados na PI 2.3 (nesse caso, sem reflexo nas taxas de execução), como seja o desalinhamento face ao ciclo orçamental e subsequentes necessidade de alterações orçamentais e autorizações de encargos plurianuais/ de despesa pelas tutelas. Contudo, os promotores revelaram boa capacidade de recuperação, perspetivando-se o **cumprimento da meta do indicador de realização associado**.

C20. Neste âmbito, a generalidade dos objetivos de programação serão alcançados, resultando da análise um contributo expressivo do PO para a adoção de processos mais eficientes / otimização de processos, para a redução de custos de funcionamento da entidade, para promover a inovação e colaboração com outras entidades da AP e para reforçar a motivação e alinhamento dos recursos com a estratégia da organização, incorporando um enfoque importante na melhoria do serviço ao cidadão/ empresa e evidenciando complementaridades importantes com a PI 2.3 no que respeita à promoção da partilha de informação e adoção do princípio *only-once*. Por oposição, os objetivos ligados à implementação de reformas legislativas/ regulamentares, surge como um objetivo menos representativo no perfil de realizações apoiadas pelo PO (apenas 13% dos promotores o afirma).

C21. No que respeita à **formação dos trabalhadores da AP**, os instrumentos mobilizados foram em exclusivo acoplados a iniciativas de modernização administrativa apoiadas no âmbito da PI 2.3, revelando uma adesão diminuta por parte dos públicos-alvo e uma taxa de rescisão / anulação das mais elevadas do PO (69%), sobretudo devido à **falta de atratividade do instrumento**, decorrente da aplicação conjugada das regras relativas ao “efeito territorial” e aos “limites relativos a custo máximo por hora”, acrescidos da complexidade burocrática associada à instrução das candidaturas, que se revelou altamente dissuasora da procura neste domínio.

Tais circunstâncias redundam num reduzido número de operações aprovadas, que determinará a **incapacidade de se cumprirem as metas previstas na programação**, sugerindo a sua reprogramação.

C22. O Eixo 7 do COMPETE mobiliza recursos para **resposta/ mitigação dos impactos negativos da pandemia no âmbito do REACT-EU**, apoiando (sobretudo) as PME sob a forma de fundo de maneiio, registando-se taxas de aprovação bruta e líquida muito elevadas e taxas de rescisão nulas, uma vez que os critérios e objetivos de cumprimento eram menos exigentes em comparação com os outros programas do COMPETE.

A elevada taxa de realização das operações neste domínio encontra respaldo nos **níveis de realização física das metas dos indicadores** do Eixo 7, que foram **largamente ultrapassadas**, mesmo com candidaturas ainda em análise. Em termos globais, as **operações apoiadas potenciam a manutenção das atividades das empresas, assim como as capacitam para assegurar postos de trabalho com um maior fundo de maneiio**, possibilitado pelos apoios do COMPETE. No entanto, vertentes como o investimento em I&D com vista a responder a necessidades mais imediatas do SNS, que se experienciaram em contexto pandémico, não foram tão estimuladas como seria expectável.

C23. No âmbito das medidas de resposta aos **impactos económicos e sociais da pandemia, na vertente mais social** (Eixo 8-FSE), cobrindo **apoios à criação de emprego e à consolidação de aprendizagens nas escolas**, apenas os apoios ligados a este último objetivo estavam aprovados, à data de corte, ainda que sem execução.

Não obstante não existir registo de execução financeira ou física, os resultados das evidências recolhidas apontam para a **perspetiva de alcance das metas definidas na programação** relativas à testagem nas escolas, aferindo-se ainda um **contributo positivo destes apoios para o regresso ao ensino presencial**.

C24. No que respeita à **consolidação de aprendizagens**, apesar da indisponibilidade de indicadores de execução física e financeira, o **nível de adesão das escolas e correspondente implementação das ações previstas no Plano 21 | 23 Escola +** (ao qual se subordinam as ações apoiadas pelo PO neste domínio) e a **perceção das escolas relativamente ao contributo das medidas para a consolidação de aprendizagens**, permite inferir um contributo dos apoios do PO para os objetivos propostos e, portanto, sugerir a **eficácia das intervenções apoiadas pelo PO neste domínio**.

Eficiência:

C25. O grau de eficiência da operacionalização dos projetos depende de dimensões ao nível das capacidades internas dos promotores, dos ecossistemas externos onde se encontram inseridos (económico, social e de I&DT e inovação) e dos recursos humanos e tecnológicos de suporte e acompanhamento dos projetos. O conjunto de

evidências recolhidas pela equipa de avaliação ao nível da eficiência na aplicação dos recursos permite aferir que os recursos mobilizados e os resultados gerados pelo COMPETE se revelam adequados na maioria das PI face aos objetivos a prosseguir e aos desafios e às oportunidades que contempla.

- C26. A procura dirigida ao COMPETE no PT2020 mais que quadruplicou face ao verificado no QREN, não obstante os projetos REACT (tipicamente mais simples e acessíveis) terem representado 60,5% do total de projetos candidatos. Este panorama colocou maior pressão nos Organismos Intermédios, tendo em consideração que os recursos humanos e tecnológicos não foram reforçados na mesma proporção, o que ilustra os esforços ao nível de maior eficiência operacional que foi necessário mobilizar.
- C27. Ainda assim, verificam-se situações conducentes a uma menor eficiência na utilização dos recursos do PO. Os momentos de auscultação revelaram que a elevada complexidade e burocracia dos processos (associados em particular à instrução de candidaturas e submissão de pedidos de pagamento), a par com a escassez ao nível de equipas técnicas qualificadas para efetuar este apoio às entidades beneficiárias e existência de meios tecnológicos pouco funcionais e interligados do ponto de vista operacional são constrangimentos prementes. O nível de complexidade e exigências burocráticas e administrativas inerentes aos FEEI foi o aspeto mais destacado, sendo também de relevar a falta de previsibilidade dos concursos, que cria dificuldades aos promotores na execução das suas estratégias, mas também às entidades gestoras, na gestão das expectativas dos promotores.
- C28. Apesar do balanço positivo em termos da adequação dos apoios às necessidades dos promotores (especialmente não empresariais), verificam-se algumas dimensões de desadequação dos instrumentos de apoio (essencialmente no caso dos promotores empresariais) que concorrem igualmente para situações de ineficiência, pelas dificuldades de entendimento e alinhamento das candidaturas com os requisitos: i) falta de adequação dos AAC a necessidades específicas de certos setores; ii) obrigatoriedade de inclusão, em sede de candidatura, de indicadores não valorizados/ pouco relevantes para os promotores; iii) criação de equipas de peritos em projetos de I&D empresarial.
- C29. Considerando os motivos mais destacados para a não elegibilidade dos projetos, verifica-se que estão muito correlacionadas com as medidas a que se candidatam e muitos destes motivos devem-se à ausência de cumprimento de formalidades associadas ao promotor e ao projeto, e que podem indiciar dificuldades ao nível da leitura e compreensão dos AAC e da respetiva legislação ou dificuldades ao nível da agilização dos próprios processos de submissão de candidaturas, bem como motivos relacionados com a ausência de mérito (mais no caso do SI I&DT e SI Inovação).

Este contexto, de menor perceção das condições de elegibilidade específicas dos diversos instrumentos, coloca questões de eficiência, quer ao nível do trabalho das AG/OI que analisam estas candidaturas (num contexto de carência de recursos humanos e tecnológicos), quer para as entidades promotoras, que vêm assim os esforços de aprovação dos seus projetos sem materialização, em muitos casos com custos associados para os promotores (e.g. custos com os consultores para apoio de candidaturas). Uma simplificação da regulamentação e/ou da forma como as condições de elegibilidade são comunicadas aos promotores seria fundamental para dissuadir procura não qualificada e para a apresentação de candidaturas com maior qualidade.

- C30. Face a este panorama, foram sinalizados aspetos possíveis de melhoria de forma a assegurar uma maior otimização dos recursos mobilizados, com destaque para a simplificação dos processos por via da introdução de ferramentas tecnológicas mais eficazes, maiores níveis de qualificação e informação dos recursos humanos afetos à operacionalização dos apoios comunitários, bem como reforço destas equipas, e simultaneamente de maiores níveis de acompanhamento dos projetos por parte destes recursos, aposta nas Opções de Custos Simplificados (OCS), que sobressaem enquanto vantagem evidente para minimizar as questões burocráticas (e administrativas), sobretudo num cenário em que estas são um dos maiores entraves à operacionalização dos projetos.

Relativamente a este último aspeto, ao longo do período de programação, foram criadas condições para uma maior capacitação e crescente interesse das AG na adoção de OCS, antevendo-se que existe margem para exploração crescente de ganhos de eficiência substanciais no financiamento comunitário.

Impacto e Sustentabilidade:

- C31. No panorama nacional, os promotores apoiados pelo COMPETE nos sistemas de incentivos assumiram maior relevância ao nível do VAB (12%), abrangendo uma percentagem reduzida de empresas (<1%) e uma menor relevância no emprego (7%). Estas evidências resultam do facto do PO ter concentrado os seus apoios em setores da indústria, mais intensivos em capital, em contracorrente do contexto, que observou um acentuar do crescimento do número de empresas e do emprego nos setores dos serviços.
- C32. Os apoios atribuídos pelo COMPETE no âmbito dos Sistemas de Incentivos não produziram alterações na especialização produtiva setorial nacional (tendencialmente promovidas pela criação, com significado, de novas empresas em setores menos representados), na medida em que as alterações verificadas na distribuição do

número de empresas, VAB e emprego do tecido empresarial apontam para um **aumento do peso dos setores dos serviços**, sobretudo, os ligados ao turismo (Alojamento e Restauração) e do Imobiliário, que tendem a ser atribuídas à evolução do contexto macro e da procura externa e não à ação do **COMPETE que concentrou**, em linha com a estratégia de especialização inteligente, a **maior parte dos seus apoios nas empresas do setor da Indústria Transformadora**, que inclusive perdeu representatividade no número de empresas e emprego.

C33. A alteração em termos de especialização produtiva induzida pelos sistemas de incentivos foi assim mais relevante por via de uma maior representatividade de atividades mais intensivas em conhecimento/ tecnologia e mais orientadas à exportação, com reflexos no VAB e no emprego. Os **apoios dos SI do COMPETE junto da Indústria Transformadora, orientados à sua revitalização e assente em setores de média-alta e alta tecnologia e em fatores de competitividade avançados**, assumiram maior relevância no reforço da produtividade das empresas apoiadas ajudando a **manter o seu peso relativo do VAB do setor** na economia.

C34. A comparação do universo apoiado nos sistemas de incentivos do COMPETE com o universo potencialmente elegível, mas não apoiado - cenzarizando um contrafactual com recurso a dados agregados - evidencia que os **apoios dos sistemas de incentivos do COMPETE incidiram sobre empresas** que à partida exibiam uma maior **dimensão**, maior **intensidade exportadora**, maior **caráter inovador** e **níveis de produtividade superiores**. A maior dimensão explica-se pelo perfil de empresas apoiadas, tendencialmente de média dimensão, quando tecido empresarial português é maioritariamente constituído por pequenas e micro-empresas. Já a maior intensidade exportadora pode ser explicada pela maior exposição dos apoios do PO à Indústria Transformadora, mais orientada à produção de bens transacionáveis.

C35. O período de programação foi marcado pelo **acentuar das diferenças entre empresas apoiadas** e as do grupo de controlo (não apoiadas) por via de um melhor desempenho das empresas apoiadas **face às suas contrapartes**, em todas as dimensões de análise (volume de negócios, VAB, emprego, produtividade média, exportações). As empresas apoiadas pelo COMPETE exibiram ainda maior resiliência no contexto pandémico, com as diferenças de desempenho a acentuarem-se nos anos de 2020 e 2021, no que respeita ao VAB e ao emprego.

Este **desempenho diferenciado** revela-se, contudo, **heterogéneo entre setores**, com as empresas apoiadas dos setores da Distribuição e Comércio, das Atividades Imobiliárias e da Educação, Saúde e Apoio Social a apresentarem maiores diferenciais na maioria dos indicadores face às suas contrapartes não apoiadas e com as empresas apoiadas da Indústria Transformadora a exibir diferenciais mais modestos no que respeita ao volume de negócios e às exportações, mas destacadamente positivos no VAB e Emprego.

C36. O COMPETE contribuiu para a **melhoria da competitividade do tecido empresarial**, por via do **efeito dos projetos apoiados** no desempenho ao nível do **VAB, emprego e produtividade das empresas**, quer pelo referido desempenho, quer pela representatividade das variações nos indicadores em análise na variação global nacional. O contributo do PO para a alteração do contexto foi mais relevante nos setores onde se verificaram maiores taxas de penetração dos apoios - Indústria Transformadora (representando quase metade da variação do VAB do setor) e Informação e Comunicação (representando cerca de 25% das variações verificadas no VAB e emprego do setor).

C37. O PO teve também um **contributo** relevante para o **aumento da internacionalização das empresas nacionais**, ao induzir um crescimento significativo das exportações e intensidade exportadora das empresas nos setores ligados a bens transacionáveis, exibindo-se diferenciais significativos entre empresas apoiadas e do grupo de controlo e, sobretudo, uma elevada representatividade da variação verificada nas empresas apoiadas face à variação global nacional das exportações.

C38. Durante o período de análise, as **empresas apoiadas pelo COMPETE aumentaram a despesa em I&D em termos agregados ainda que abaixo do incremento observado entre empresas não apoiadas pelo PT2020**, o que encontra explicação no maior valor de partida das primeiras. Com efeito, as empresas apoiadas mantiveram um rácio de despesa em I&D no VAB significativamente acima da média nacional, permitindo concluir pela verificação do apoio do COMPETE a empresas tendencialmente inovadoras.

C39. Os **apoios do COMPETE** contribuíram para as empresas a **melhorarem os seus níveis de competitividade e resiliência**, orientando-as para a **inovação e internacionalização**.

Tal contributo revela-se não só na análise contrafactual como nos resultados dos inquéritos que evidencia uma **variação substancial das principais variáveis de negócio** entre o último ano antes da implementação dos projetos e o seu ano cruzeiro (variações de cerca de 30%-60% em variáveis como volume de negócios total, internacional e resultante da venda de novos produtos ou serviços, VAB, emprego e despesas em I&D), bem como nos **contributos dos projetos para objetivos nestes domínios** (e.g. aumento da produtividade, expansão da capacidade produtiva de novos ou melhorados produtos, aumento do grau de internacionalização).

C40. No mesmo sentido, a **produtividade aparente do trabalho cresceu significativamente** a nível nacional no horizonte de implementação do COMPETE (destacando-se as regiões de convergência, em especial o Centro), embora impactada pela pandemia de forma díspar entre regiões, com as regiões do Algarve e de Lisboa a serem

mais afetadas. Estes resultados são coerentes com os resultados da análise ao nível do perfil de especialização produtiva (Indústria Transformadora mais representativa no VAB e no Emprego, com resultados que sugerem melhoria da produtividade) e sobretudo, com a análise contrafactual (aumento da produtividade nas empresas apoiadas, em termos gerais, e elevada representatividade da variação do VAB das empresas apoiadas na variação do setor da Indústria Transformadora), o que no seu conjunto, **permite concluir por um contributo relevante do PO para a variação deste indicador.**

C41. Ao crescimento da produtividade não será indiferente o **crescimento significativo do investimento (FBCF)** empresarial transversal a todas as regiões, o qual foi **alavancado pelos apoios dos SI e do COMPETE**. O peso dos fundos executados à data de corte no âmbito do COMPETE no total da FBCF empresarial foi de 6,6% no Centro, 4,65% no Norte e 2,95% no Alentejo, sendo precisamente na Região Centro que se verificaram os maiores ganhos de produtividade aparente do trabalho.

C42. A **capacitação empresarial tem sido muito direcionada para os mercados externos, com o COMPETE a ter um contributo relevante no aumento da internacionalização** dos promotores empresariais, tal como revelado na análise contrafactual e nos resultados dos inquéritos e que se demonstra coerente com a evolução verificada nos indicadores de contexto no âmbito da internacionalização da economia.

As exportações nacionais cresceram a um ritmo relevante ao longo do período de programação, assim como o número de empresas exportadoras e a intensidade exportadora. Destaca-se ainda as exportações de bens de alta tecnologia que, partindo de uma representatividade pouco expressiva, registaram um aumento do seu peso no total de exportações do país, revelando um crescimento acima da média global.

C43. Não obstante a aposta do COMPETE no incentivo à inovação produtiva, Portugal **persiste classificado como Moderate Innovator** no *European Innovation Scoreboard 2022*, apesar de se encontrar em linha e acima da média europeia, respetivamente, no peso de empresas com algum tipo de atividades de inovação e de empresas que introduziram bens novos ou melhorados, sugerindo a **necessidade de escalar os apoios e aumentar a penetração** (apenas 7,5% das empresas portuguesas receberam apoios públicos visando a inovação, sendo a taxa de penetração em n.º de empresas do COMPETE inferior a 1%).

C44. Apesar da aposta consistente no **investimento em I&D e inovação** a nível nacional, que se revela num **crescimento significativo do investimento em I&D, sobretudo empresarial**, Portugal chegou a 2021 **ainda longe da meta** definida no âmbito da **Estratégia Europa 2020 para o peso do investimento em I&D no PIB**, prevista para 2020.

Na sua globalidade, o investimento **executado dos promotores empresariais em I&D no âmbito do COMPETE** representou, no acumulado 2014-2021, cerca de **3,7% do total de investimento em I&D efetuado pelo tecido empresarial** em Portugal. Em relação aos promotores não empresariais, o COMPETE representou cerca de 4,4% do total. Com a conclusão dos projetos, no período 2022-23, esta penetração tenderá a aumentar resultando na **importância do COMPETE no apoio à promoção e capitalização de um ambiente de estímulo à I&D**, dinamizando o trabalho em copromoção entre o SCTN e o setor empresarial.

C45. A **convergência para os grandes os objetivos definidos para 2030** (cujas metas são ainda mais ambiciosas que as de 2020) reafirma a **necessidade de intensificar os estímulos à I&D**, por forma a **capitalizar a inovação como catalisador do crescimento do produto potencial português**, mitigando-se as falhas de mercado que se verificam neste domínio e tornam esta tipologia de investimento mais dependente da existência de incentivos financeiros. O investimento em I&D revelou **maior representatividade nas áreas temáticas da ENEI** “Tecnológicas Transversais e suas Aplicações”, “Saúde e Bem-estar” e “Território, verificando-se um **alinhamento com a intensidade dos apoios do COMPETE** no domínio da Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Eixo 1), sugerindo um papel relevante do Programa para este resultado durante o período de programação.

C46. Entre 2015 e 2021, Portugal registou um crescimento considerável no número de formandos em ações promovidas pelas organizações patronais e na ALV (Aprendizagem ao Longo da Vida), tendo o COMPETE sido dos principais programas financiadores. Ainda assim, a reduzida cobertura das ações apoiadas no total do tecido empresarial português e da população empregada sugerem que as ações não tenham sido suficientes para alterar o contexto, apesar dos resultados fortemente positivos nos participantes apoiados, contribuindo designadamente para a melhoria da qualificação global dos recursos humanos, o aumento dos índices de produtividade e competitividade da empresa, a introdução de novas ferramentas e tecnologias e a motivação e satisfação dos trabalhadores.

Esta reduzida cobertura, devendo-se sobretudo a uma menor adesão aos apoios, reclama um incremento da dotação, uma vez que a tipologia que, contrariamente às demais, registou uma procura elevada - Formação-Ação - apresenta custos por unidade de resultado mais elevados.

C47. Portugal tem-se afirmado de forma destacada no *ranking* europeu do **eGovernment Benchmark**, posicionando-se **acima da média da UE na generalidade dos parâmetros relevantes e com tendência de melhoria** (ainda que

mais tímida do que a verificada na média da UE), o que se traduz na disponibilização de serviços públicos digitais de qualidade e numa taxa de penetração / utilização destes canais assinalável.

Não obstante, uma análise mais fina revela alguma **heterogeneidade no posicionamento de Portugal em diferentes parâmetros**. Se por um lado, na disponibilização de serviços digitais e na acessibilidade segura, através de identidade eletrónica, Portugal se destaca de forma evidente, a performance ao nível da interoperabilidade / partilha de informação (pré-preenchimento de formulários) revela ainda potencial de crescimento. Noutra perspetiva, assinalam-se ainda assimetrias relevantes entre diferentes áreas (setoriais) e níveis de governo (AP Central, Regional, Local) que prejudicam uma experiência uniforme dos utilizadores finais e a sua adesão aos canais digitais.

- C48. Apesar do contributo substancial do PO para reduzir custos de contexto para cidadãos e sobretudo para empresas, aferido pelo contributo das operações para redução de tempos de espera/ aumento da responsividade da AP e redução de custos suportados pelos utilizadores conforme apurado nos métodos de auscultação mobilizados, tal contributo revela-se ainda **insuficiente para que Portugal se destaque nos rankings internacionais** nesta matéria (Portugal posiciona-se em 24.º em 34 economias da OCDE no *ranking Doing Business*, do Banco Mundial), bem como para que se **verifiquem reduções de custos de contexto substantivas nos apuramentos realizados a nível nacional** (o inquérito aos custos de contexto nas empresas, realizado pelo INE revela um ligeiro agravamento destes custos entre 2014 e 2021).

Do processo de auscultação resulta a pertinência de se intensificarem abordagens mais integradas por eventos de vida dos cidadãos e das empresas, envolvendo as entidades relevantes nesses mesmos eventos, designadamente em projetos conjuntos, uma vez que a efetiva redução de custos de contexto será mais efetiva permitindo ao cidadão ou empresa resolver determinado problema (ou conjunto de problemas associados a um evento de vida) com o mínimo de interações e tempo despendido em cada uma delas (e.g. os processos de licenciamento envolvem tipicamente autorizações das entidades responsáveis pela política setorial e dos municípios).

- C49. A maioria dos promotores considera que os seus **projetos são sustentáveis financeiramente e que os respetivos resultados perdurarão após a conclusão das operações**. Identificam-se, contudo, diferenças entre naturezas de promotores (maior sustentabilidade nos promotores empresariais, comparando com os não empresariais) e entre tipologias de intervenção, onde as medidas de apoio ao emprego, transferência de conhecimento, desenvolvimento de clusters e redes de inovação e empreendedorismo qualificado e criativo a sustentabilidade tendem a apresentar uma persistência dos resultados no tempo mais limitada.

Valor Acrescentado Europeu:

- C50. Os FEEI viabilizaram uma parte substantiva do investimento realizado e dos resultados alcançados pelos projetos apoiados. Este **efeito de adicionalidade** do PO foi muito relevante para os promotores não empresariais (81% dos projetos não REACT-EU ou 85% do investimento elegível não REACT-EU não se realizariam sem o apoio dos fundos). No caso das empresas este efeito de adicionalidade reduz-se (48% do investimento elegível não teria sido realizado), mas ganham importância os efeitos amplificador e acelerador dos FEEI no investimento privado.

- C51. No caso das empresas o efeito de adicionalidade dos FEEI revela-se no domínio da qualificação e inovação empresarial, mas sobretudo em áreas onde tradicionalmente se verificam falhas de mercado associadas ao risco e retorno destes projetos, e onde se reconhece a ausência de incentivo para o investimento, como seja a I&D empresarial ou a formação profissional.

Para além do efeito de adicionalidade, mais relevante no caso das empresas de menor dimensão e com menor acesso ao crédito, evidenciam-se ainda outros efeitos para os projetos empresariais que se realizariam mesmo na ausência dos apoios. O PO funcionou como amplificador de investimento para 15% do investimento elegível apoiado (sem os apoios esses investimentos teriam um montante menor), mas também como acelerador de investimento - 14% do investimento elegível apoiado teria alargado o prazo de execução dos projetos (destacando-se nesta situação as empresas de maior dimensão). Por último, 14% dos promotores (representando também 14% do investimento) teria apenas recorrido a outras fontes de financiamento - neste caso o PO funcionou como um facilitador de investimento, verificando-se um efeito de *deadweight*.

- C52. Estima-se, neste quadro, que o COMPETE irá permitir, até à sua conclusão, mitigar a perda de 63% do investimento elegível aprovado - cerca de 6.861 M€ que não seriam investidos na ausência do apoio. Para o investimento que não se teria realizado concorre o que seria perdido na sua totalidade devido aos projetos que não seriam implementados (58% do investimento, correspondente a 6.294 M€) e o investimento perdido por via da redução da dimensão financeira dos projetos que continuariam a ser implementados na ausência de apoio (5% do investimento, correspondente a 566 M€). A estes efeitos soma-se naturalmente o efeito de aceleração do prazo de execução dos investimentos.

- C53. O PO apresenta, em termos médios, uma alavancagem de investimento privado de 2,19€, significando que por cada euro de fundo financiado pelo PO são mobilizados adicionalmente 1,19€ de investimento privado por parte

dos promotores. O efeito de alavanca é mais elevado na tipologia de intervenção “Investimento empresarial em inovação de não PME” (3,90€), “Qualificação e inovação PME”, em linha com a menor taxa de cofinanciamento aplicada a estas empresas, mas também na “Internacionalização das PME” e “Clusters e redes de inovação”.

- C54. O Valor Acrescentado Europeu dos FEEI manifesta-se também por via do conjunto de orientações, regras e procedimentos específicos aplicáveis à utilização dos fundos estruturais. Para a eficácia e eficiência das intervenções concorrem para: i) uma maior orientação para os resultados; ii) os mapeamentos prévios realizados, em particular nas infraestruturas de transporte e das infraestruturas de investigação, que se revelou determinante para a eficácia das intervenções; ii) de uma maior focalização dos apoios em domínios abrangidos por referenciais setoriais/regionais enquadramentos (e.g. Estratégia de Especialização Inteligente) que, ainda que com limitações na sua eficácia, contribuíram para uma maior focalização das intervenções nos objetivos programáticos e nos domínios de especialização preconizados para a economia nacional e das regiões de convergência.

Relevância e Coerência:

- C55. A análise dos instrumentos de programação permite concluir que a **arquitetura programática do COMPETE** foi, em termos globais, **coerente com o diagnóstico realizado e com os objetivos que se pretendiam alcançar**. Ao mesmo tempo, a programação assegurou a devida articulação com as diferentes estratégias temáticas/setoriais, das quais são exemplo as Estratégias de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (nacional e regionais), o Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2015-2020 (PETI3+) ou o Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico.

- C56. Em termos globais **os instrumentos mobilizados pelo COMPETE mostraram-se adequados para responder aos desafios identificados no diagnóstico do PO**, o qual foi realizado numa conjuntura macroeconómica, já de recuperação, mas ainda desfavorável, marcada pelas restrições orçamentais, com uma taxa de desemprego ainda elevada, uma procura interna débil e um setor bancário fragilizado pela crise. A esta conjuntura somavam-se às debilidades estruturais da economia portuguesa e do seu tecido empresarial, caracterizado por micro e pequenas empresas, voltadas para o mercado interno e sujeitas a elevados custos de contexto, com baixos níveis de produtividade e baixa aposta na inovação. A localização periférica do país, mais notória após o alargamento da UE a leste, associada a uma rede de transportes de mercadorias “desligada” das redes transeuropeias, sobretudo, ao nível da ferrovia, era também um determinante relevante para a perda de competitividade da economia portuguesa.

- C57. Ao longo do período de programação, o COMPETE foi sendo objeto de diversas **reprogramações procedendo a ajustamentos pertinentes em função das dinâmicas de procura e da evolução do contexto macroeconómico**. Em paralelo, foram efetuados diversos ajustamentos aos instrumentos, contribuindo, em conjunto com as reprogramações, para tornar o PO mais eficaz e mais eficiente (por exemplo alavancado os apoios com a introdução de instrumentos financeiros) e para dar resposta aos novos desafios colocados pela pandemia COVID-19 às empresas, mas também aos serviços públicos, nomeadamente na área da educação.

- C58. Observou-se uma complementaridade entre os instrumentos do COMPETE (particularmente entre os instrumentos de apoio às empresas) e com outros instrumentos de política (i.e. benefícios fiscais e, de forma mais residual, programas europeus e instrumentos de capital de risco).

As medidas com maior frequência de complementaridade com outros programas de auxílio são os Sistemas de Incentivos, nomeadamente o SI I&DT, o SI Inovação, o SI à Qualificação das PME e o SI Internacionalização das PME. No universo do sistema de incentivos do COMPETE, as maiores complementaridades verificam-se entre I&DT - Copromoção, o I&DT - Individual, o Inovação Produtiva e o QI PME. Em paralelo, os promotores apoiados recorreram aos programas de apoio REACT-EU como forma de melhorar a sua liquidez, complementando assim com os projetos que já estavam em fase de execução no âmbito do COMPETE.

Os projetos de promotores não empresariais verificaram igualmente importantes complementaridades com outros instrumentos de apoio nacionais e europeus. No domínio da capacitação e modernização administrativa, o recurso a instrumentos europeus permitiu sobretudo complementar a implementação de reformas estruturais com as apoiadas pelo PO e no domínio dos transportes verifica-se por um lado o financiamento de outros projetos infraestruturais (através do CEF), enquanto que os apoios a nível nacional (Fundo Ambiental) permitiram reforçar a oferta e atratividade dos transportes públicos, incluindo ferrovia

- C59. A representatividade dos promotores empresariais apoiados pelo COMPETE no total do tecido empresarial potencialmente elegível foi ao encontro dos objetivos definidos no desenho e implementação do Programa, revelando a pertinência dos instrumentos do PO para alcançar os públicos desejados. Em concreto, **os apoios ao nível empresarial apresentam maior penetração nas regiões Norte e Centro e tenderam a ser mais orientados para a revitalização da indústria transformadora assente em setores de média-alta e alta tecnologias e em fatores de competitividade avançados**.

A penetração dos apoios foi claramente superior nas empresas de maior dimensão (por oposição à predominância de empresas micro no tecido produtivo) e, também por isso, assumiu maior relevância quando se consideram os indicadores de VAB e emprego, em linha com os objetivos do PO de reforço da competitividade da economia portuguesa e com a atuação do programa nos segmentos de maior dimensão das regiões de convergência.

C60. Ao nível da investigação e da inovação (I&I), apesar dos progressos registados no quadro de programação anterior, foi identificada a **insuficiente capacidade de alavancagem do conhecimento gerado pelo SCTN, a reduzida articulação entre entidades do I&I e, ainda, a reduzida massa crítica e capacidade de internacionalização, com repercussões na adesão aos instrumentos.**

C61. Apesar dos esforços de enquadramento dos projetos nos documentos estratégicos nacionais e regionais, verificou-se a **continuação de uma abordagem ainda de banda larga, resultado de uma ENEI e de EREIs com um largo espectro do ponto vista das temáticas.**

C62. Os instrumentos mobilizados no domínio da modernização e capacitação da AP revelam-se altamente coerentes com a programação e com os referenciais estratégicos que subjazem aos conteúdos programáticos e prioridades previstas no PO, ao serem lançados AAC que cobrem as diferentes necessidades e prioridades identificadas em sede de programação. A única exceção a merecer destaque consiste no não lançamento de instrumentos que visassem a **formação de trabalhadores da AP numa abordagem mais lata e abrangente, desconetada (mas não desalinhada) com a tipologia de operações FEDER apoiadas na PI 2.3.**

C63. Apesar da elevada coerência assinalada pelos promotores entre os instrumentos mobilizados e as suas necessidades de investimento, constata-se que a abordagem concorrencial, a não adoção de critérios eficazes de discriminação positiva de determinados projetos (e.g. conjuntos/ em copromoção) constituiu um **fator dissuasor de projetos com maior potencial de impacto na redução de custos de contexto.**

Acresce que **disposições regulamentares** como a limitação da duração das operações FSE a 36 meses (dissuasora de operações associadas a reformas legislativas/ regulamentares), a aplicação de deduções ao incentivo em função de défice de financiamento (*fundings gap*) em projetos geradores de poupanças/ receitas líquidas ou as regras aplicáveis aos apoios à formação dos trabalhadores da AP (efeito de *spill-over* / "territorial", custos máximos de referência, agravados pela carga burocrática associada à instrução de candidaturas), constituíram-se como **fatores dissuasores da procura por projetos** de formação que os promotores consideravam relevantes e que contribuirão para os objetivos de qualificação do PO.

C64. Num quadro de menor representatividade das operações aprovadas relativas à implementação de reformas estruturais no domínio legislativo/ regulamentar, no contexto dos apoios à capacitação da AP (PI 11.1), é de assinalar importantes **complementaridades que emergiram ao longo do período entre os apoios do COMPETE e do Programa de Apoio às Reformas Estruturais (PARE)/ Instrumento de Assistência Técnica (IAT), com a mobilização de apoios do PARE/IAT para o desenho/ implementação da reforma, complementados com apoios do COMPETE para apoiar as subseqüentes componentes tecnológicas / operacionais.**

C65. A flexibilidade e capacidade de adaptação do COMPETE à evolução do contexto económico, político e tecnológico no domínio da modernização e capacitação foi evidente ao longo do período de programação, em particular no domínio da capacitação (PI 11.1), onde pontificavam na programação inicial objetivos muito focados na promoção da eficiência, transformação organizacional dos serviços da AP e de formação / requalificação de funcionários públicos que, com a viragem de ciclo económico e político, vieram, por um lado, a suprimir o objetivo ligado à requalificação dos trabalhadores e, por outro, a reforçar o foco da PI 11.1 na transformação dos processos operacionais num contexto de transição digital da AP, complementando as iniciativas mais "materiais" apoiadas na PI 2.3, com transferência de dotação entre estas duas PI/ fundos a favor da PI 11.1. Sobretudo esta última alteração veio a revelar-se particularmente profícua na adequação dos instrumentos às necessidades dos atores e, conseqüentemente, na promoção da eficácia do PO.

C66. A **generalidade da estratégia e racional de intervenção do COMPETE 2020 permanece relevante para o próximo período de programação**, estando assegurada a possibilidade de dar continuidade à intensificação e melhoria dos apoios no domínio empresarial, importando contudo assegurar no futuro, por um lado, uma adequada complementaridade com outros instrumentos de apoio (e.g. PRR) e, por outro, uma efetiva adaptação, com recurso às lições aprendidas, quer nos apoios já concedidos pelo PRR, quer nas avaliações temáticas e dos PO Regionais, às novas prioridades emergentes e agora integradas no COMPETE 2030, em particular, associadas à transição climática.

C67. Apesar de se manter relevante e do presente exercício avaliativo revelar potencial de progresso na adoção de soluções de governo digital e no reflexo das intervenções numa efetiva redução de custos de contexto, o COMPETE 2030 não prevê a manutenção dos apoios à capacitação e modernização administrativa, criando alguma disrupção e descontinuidade face a quadros anteriores, o que possivelmente se justifica com a forte aposta nesta área incorporada no PRR. Porém, a abordagem distinta deste instrumento inibe a adoção

massificada de soluções transversais TIC (amplamente apoiadas no contexto do PRR) e de governo digital e não permitirá uma adequada cobertura dos públicos-alvo, designadamente os de menor dimensão e de áreas governativas com maior atomização dos potenciais públicos-alvo (e.g. saúde/ hospitais e ensino superior, mas também outras áreas governativas não cobertas pelo PRR, neste domínio).

5. Recomendações

R1.	Estimular a I&D Empresarial com foco na redução das falhas de mercado ao nível do ciclo de inovação
Operacionalização	
<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a continuidade dos instrumentos de apoio dedicados a estimular a I&D empresarial, uma vez que a estratégia de aposta em I&D é altamente dependente de incentivos públicos, tanto no que concerne projetos individuais como nos projetos de natureza colaborativa, através de maiores níveis de dotação financeira ou taxas mais elevadas de cofinanciamento; • Apoiar as entidades/plataformas de inovação e colaboração, promovendo a articulação entre os atores do SCTN e entidades de interface e entre estes e o tecido empresarial, valorizando o seu papel enquanto agentes dinamizadores da I&D+I e da transferência e valorização do conhecimento (TVC). A apresentação de iniciativas relativas à articulação e efetiva TVC entre estas entidades deve ser considerada na análise de mérito do projeto (e.g promoção de presença de doutorados em ambiente empresarial). Deve, ainda, promover-se a procura de projetos de I&D de base colaborativa, nomeadamente que envolvam provas de conceitos e ações de demonstração de I&I (tipicamente projetos com TRL's mais elevados); • Valorizar projetos de I&D que incentivem atividades de disseminação dos resultados (por via de condições de elegibilidade/mérito ou de majorações); • Introduzir estímulos à criação de agendas em áreas estratégicas de I&D direcionadas para as empresas, que visem o financiamento e o planeamento do <i>pipeline</i> de projetos de I&D no médio-longo prazo e a cooperação com outros stakeholders do I&D+I, robustecendo a análise de mérito dos projetos subsequentes aos projetos elencados nestas agendas, nomeadamente projetos de Inovação e/ou projetos de qualificação e internacionalização; • Promover a cobertura integral do ciclo de inovação empresarial, que começa largamente com validação técnica e/ou económica de resultados de I&D (provas de conceito, investigação industrial e desenvolvimento experimental e iniciativas de demonstração), passando pela fase de industrialização, até à entrada no mercado nacional e internacional; • Garantir apoio de projetos de I&D que apresentem elevado potencial de valorização económico-financeira (e.g. industrialização de resultados de um projeto de SI I&DT ser apoiada automaticamente pelo SI Inovação, caso a candidatura cumpra os requisitos de admissibilidade); • Assegurar uma maior agilidade e rapidez de avaliação para os projetos de I&D com resultados positivos e que já tenham sido apoiados em etapas embrionárias, através de dotações financeiras para a industrialização (e.g. Inovação Produtiva): um exemplo inspirador desta evolução sequencial dos apoios à I&D é o <i>European Innovation Council</i>, com os seus três instrumentos de apoio; • Garantir maior acompanhamento por parte dos OI de projetos de I&D que, pela dimensão ou importância, se revelem estratégicos para a economia nacional/regional, de forma a assegurar a geração efetiva de impactos económico-financeiros no longo prazo; • Ao nível dos SIAC centrados nas temáticas da I&D, empreendedorismo e inovação, devem ser privilegiados projetos com abordagens holísticas e transversais, estruturadas em diagnóstico, I&D, resultados (e.g. produtos e serviços piloto) e comunicação e disseminação de resultados, instigadores de maiores efeitos de clusterização e de transferência e valorização de conhecimento. 	
Destinatários	
AG; OI Associações Empresariais; Entidades do SCTN ; Polos de Competitividade e Clusters	
Articulação com Conclusões	
[C4, C7, C8, C38, C44, C45, C51, C55, C59, C60]	

R2.	Promover iniciativas de dinamização do ecossistema nacional de I&D e Inovação
Operacionalização	
<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a continuidade dos apoios às infraestruturas de investigação científica e tecnológica, que já se revelaram relevantes no total do investimento em I&D nacional; • Implementar programas de apoio ao estímulo do ecossistema de I&DI, i.e. programas que permitam apoiar atividades de transferência de conhecimento de forma mais transversal (e.g. gabinetes de transferência de conhecimento conjuntos, CoLABs): em particular, dinamizar ações que estimulem a inovação aberta, mas também processo de I&D e inovação de base mais territorializada, ultrapassando o nível regional NUTS II (i.e. estimular dinâmicas territoriais mais específicas); • Promover o foco na geração de resultados e impactos económico-financeiros e assegurar congruência e racionalidade de iniciativas “dispersas” que têm vindo a surgir nos últimos anos (e.g. OTICs, GAPIs, PCTs e clusters de competitividade, Centros de Competência PDR, Programa Interface, CoLabs), solidificando a base existente de instrumentos de apoio; • Reforçar o apoio a iniciativas de dinamização do ecossistema (taxas de cofinanciamento maiores para iniciativas de eficiência coletiva de dinamização do SCTN e transferência de conhecimento para as empresas), exigindo, simultaneamente, compromisso nos resultados das ações; • Articular o financiamento comunitário disponível (FEDER) com verbas do Orçamento de Estado, de forma cumulativa, no sentido de criar condições de disponibilização de apoios mais atrativos em termos de dotação e nível de apoio, devidamente enquadrados na estratégia nacional (ENEI) e regional (EREI) para estimular uma economia de base tecnológica de alto valor acrescentado, privilegiando a excelência, a cooperação e a internacionalização da ciência e tecnologia e da I&D empresarial; • Promover sinergias de financiamento comunitário disponível (FEDER do PT2030) com outros instrumentos europeus de apoio à Investigação, ciência e desenvolvimento tecnológico (e.g. Horizonte Europa). 	
Destinatários	
AG SCTN, Associações Setoriais, Polos de Competitividade e Clusters, Grupos de Trabalho RIS3	
Articulação com Conclusões [C4, C5 ,C7, C44, C60, C61]	

R3.	Reforçar a atratividade da formação profissional e da Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV), por via da adequação dos instrumentos, da divulgação de oferta e da simplificação de procedimentos
Operacionalização	
<p>Os resultados da medida Formação-Ação são claramente positivos, pelo que se deve manter a aposta neste instrumento, mas têm um custo por unidade de resultado muito superior aos observados nas modalidades de formação promovidas pelas empresas no âmbito dos seus projetos. Para dinamizar a adesão a esta formação propõe-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Simplificar, no caso de projetos de investimento empresarial apoiados pelos sistemas de incentivos, os processos de candidatura e, sobretudo, de apresentação de pedidos de pagamento na componente de formação. • Considerar majorações atrativas no caso de apresentação de projetos empresariais com componente de formação, assim como incentivos para o investimento em formação durante o horário laboral, promovendo projetos de formação mais ajustados às necessidades das empresas, com possibilidade de formação on-the-job e a concorrência de grupos formativos mais reduzidos. • Equacionar a revisão da aplicação do regime de minimis a modalidades de formação que tradicionalmente registam pouca procura e que precisam de ser estimuladas, de forma a permitir que as empresas não fiquem limitadas na participação em modalidades de formação quando inseridas em projetos de desenvolvimento empresarial apoiados pelos FEEI. • Promover uma contínua sensibilização para a importância da formação e da aprendizagem contínua, com recurso à disseminação dos resultados e benefícios da formação do capital humano junto das empresas. Esta 	

sensibilização deverá ser articulada com os parceiros sociais e descentralizada em termos territoriais, recorrendo aos meios e formas de comunicação adequadas para este o público-alvo.

Destinatários

AG

Confederações patronais e associações empresariais

Articulação com Conclusões [C11]

R4. Estimular a procura qualificada e reforçar a atratividade dos apoios com menor adesão

Operacionalização

- Publicar um Plano de Concursos e garantir seu cumprimento, dada a sua importância para uma gestão das expectativas por parte dos promotores eficaz e para uma melhor previsibilidade da procura potencial, agilizando a afetação dos recursos técnicos e financeiros necessários para efetuar os procedimentos nos prazos previstos e permitindo, assim, aos promotores definir estratégias de ação com maior segurança com base nas tipologias de investimento que serão apoiadas, timings, etc;
- Tornar os AAC de mais fácil leitura e apreensão, promovendo uma maior sensibilização dos promotores no que se refere à compreensão efetiva dos requisitos das candidaturas;
- Equacionar a abertura de concursos específicos para domínios temáticos específicos da ENEI ou das áreas temáticas da RIS3, de modo potenciar a eficácia e o impacto dos apoios;
- Refletir em torno daquilo que são as necessidades e desafios próprios dos serviços mais avançados, desenhando e lançando AAC mais direcionados para o setor terciário (atualmente, é visível a falta de adequação dos regimes de apoio e das análises de mérito a muitos setores terciários, num contexto em que a servitização domina a economia portuguesa);
- Disseminar e publicitar as vantagens (e casos de sucesso) associadas a instrumentos que envolvem a cooperação entre empresas nacionais ou entidades de interface e empresas estrangeiras e estabelecer canais de comunicação entre estas entidades nacionais e internacionais, na medida em que, na fase de auscultação, se detetou a falta de adesão das empresas a estes instrumentos;
- Considerar a concentração de regimes de apoio de projetos de natureza mais estruturante, que contemplem apoio à I&DT, inovação produtiva e qualificação e internacionalização em concursos únicos, de forma garantir que a candidatura percorre todo o ciclo de vida do projeto, garantindo-se a otimização dos resultados e impactos do projeto, bem como promovendo a adesão dos promotores a este regime;
- Continuar a mobilizar o SI Inovação para suporte a projetos geradores de efeitos de arrastamento importantes, embora de forma mais seletiva e priorizada para projetos de valorização de conhecimento com ênfase em atividades internacionalizáveis de elevado valor acrescentado.

Destinatários

AG; OI;

Beneficiários

Articulação com Conclusões [C26, C27, C28 C29, C30, C45, C55, C58, C59, C61]

R5.

Implementar de mecanismos de maior automatismo e eficiência nos processos de (i) preparação e submissão de candidaturas e de (ii) acompanhamento e avaliação dos projetos, através da simplificação dos procedimentos, da introdução de maior automatismo nos formulários e de uma melhor comunicação dos critérios de elegibilidade

Operacionalização

Preparação e submissão de candidaturas:

- Clarificar e comunicar melhor as condições de admissibilidade/elegibilidade dos promotores e projetos para cada tipologia, nos websites, nos formulários, ferramentas de candidatura e guias do utilizador, (e.g. prever sessões de esclarecimento na altura de lançamento de alguns AAC, em particular no início do período de programação ou quando ocorrem alterações com significado nos instrumentos/medidas);
- Simplificar os processos de candidatura, por via de aproximação aos critérios/formulários/processos do modelo europeu (mais intuitivos, práticos, flexíveis, informação sobre condições de acesso reunidas no AAC);
- Desenvolver e implementar processos de candidaturas mais simplificados para projetos de menor dimensão financeira no âmbito dos SI Inovação, SI Qualificação e Internacionalização e SI I&DT, à semelhança do que ocorre nas candidaturas aos vales simplificados, recomendando-se assim uma maior simplificação administrativa na operacionalização do preenchimento e submissão destas candidaturas.
- Minimizar pedidos de informação aos promotores através de uma maior integração de sistemas (uniformização das diversas plataformas dos apoios que devem ter informação financeira dos promotores centralizada), de forma a evitar a redundância ao nível documental, nomeadamente sobre a informação estatística e económico-financeira dos promotores (e.g. evitar que as entidades tenham de preencher os mesmos dados de caracterização - dados financeiros, propriedade intelectual, postos de trabalho, etc - a cada candidatura que submetem);
- Controlar a gestão de informação através da configuração de ferramentas digitais, por exemplo, ao nível da aferição das relações societárias de algumas empresas para despistar suspeitas de fraude;
- Introduzir nos formulários funcionalidades que permitam auxiliar o preenchimento de campos qualitativos e quantitativos que são relevantes para a pontuação e cumprimento das regras de admissibilidade e mérito dos concursos, alertando o promotor para o não cumprimento de condições de admissibilidade /elegibilidade (nos campos quantitativos, por exemplo quando existe um valor limite e ele não está a ser cumprido);
- Desenvolver ferramentas de autodiagnóstico de admissibilidade dos promotores e dos projetos, de forma a clarificar conceitos e critérios, minimizando o número de projetos rejeitados por falta de enquadramento ao nível da admissibilidade;
- Conceber e desenvolver ferramentas que permitam perceber quais são os critérios de elegibilidade e/ou critérios de mérito que são mais discriminatórios e críticos para a análise e aprovação de candidaturas ou para a execução de projetos (e.g. no caso dos projetos de I&DT, um motivo comum para a ausência de mérito do projeto é falta de evidência no critério grau de inovação ao nível da fundamentação dos avanços científicos e tecnológicos que se propõem alcançar face ao estado da arte científico e tecnológico): dar mais destaque e preponderância à análise desses critérios em detrimento de outros.

Acompanhamento dos projetos:

- Reduzir a morosidade associada à certificação de despesas e pagamentos (e.g. ampliar aplicação dos processos de custos simplificados, adotar boas práticas de simplificação de procedimentos dos Programas de gestão direta da Comissão Europeia, e.g. Horizonte Europa);
- Reforçar as equipas técnicas (AG/OI), colmatando a falta de RH que atualmente é incompatível com as exigências de avaliação, acompanhamento e controlo, garantindo um apoio mais significativo aos projetos e respetivos promotores de forma a assegurar o acompanhamento dos resultados e potenciar a sustentabilidade dos impactos a longo prazo das operações apoiadas;
- Garantir que os avaliadores/OI's consigam ter maior disponibilidade para efetuar um acompanhamento mais próximo, qualitativo e estratégico (e.g. visitas às entidades envolvidas), desde a fase de avaliação da candidatura até à fase de encerramento do projeto (ultrapassando o típico acompanhamento administrativo), nomeadamente em projetos de dimensão relevante e de interesse estratégico para a região de inserção (exceto os de regime contratual, cujo acompanhamento é já mais denso).

Destinatários

AG ; OI ; AD&C

Articulação com Conclusões

[C25, C26, C27, C29, C30, C48, C57, C61, C63]

R6. Valorizar, na análise das candidaturas, o *track record* do promotor e da equipa de gestão

Operacionalização

- Ponderar incluir nos critérios de mérito a experiência e *track record* do promotor em projetos anteriores no âmbito do COMPETE e de outros programas de apoios públicos, de forma a sinalizar as entidades que têm beneficiado dos incentivos públicos e os respetivos resultados que os projetos desenvolvidos registaram, com vista a averiguar o efeito do incentivo, distinguindo as entidades que apresentaram resultados positivos das que não apresentaram. De ressaltar que tal informação de resultados do pós-projeto seria, então, posteriormente, utilizada na avaliação de novas candidaturas desses promotores: em concreto, os resultados da avaliação dos projetos já concluídos seriam analisados para permitir uma avaliação mais robusta da capacidade dos respetivos promotores em desenvolver o(s) projeto(s) ao(s) qual(is) se candidatam com sucesso;
- Considerar critério de mérito que avalie as competências da equipa de gestão da candidatura e da empresa, de modo a perceber a capacidade efetiva da realização dos objetivos estabelecidos em sede de candidatura (exceto nos projetos de SI I&DT, onde tal já ocorre).

Destinatários

AG ; OI

Articulação com Conclusões [C59, C61]

R7. Dar relevância às avaliações dos projetos apoiados numa ótica de resultados

Operacionalização

- Promover uma monitorização mais eficaz e assertiva dos projetos apoiados por via da aferição dos resultados dos mesmos, através da sua avaliação no longo prazo, de modo a conseguir aferir efeitos mais concretos. Atualmente, a avaliação de resultados dos projetos apoiados é efetuada para períodos de tempo curtos após o seu encerramento, pelo que os resultados acabam por ser subestimados, comprometendo o objetivo de avaliar os resultados efetivos dos projetos.
- Ultrapassar as insuficiências de produção de informação relevante sobre os resultados dos projetos nos sistemas de informação do PO/OI (e.g. (i) conceber uma base de indicadores de resultado para cada tipologia de projeto apoiada, (ii) incluir uma bateria de indicadores de resultado atualmente recolhidos no encerramento dos projetos (indicadores de resultados previsto sobre variáveis, como o volume de negócios, exportações, custos operacionais num horizonte temporal alargado).

Destinatários

AG ; OI

Articulação com Conclusões [C26, C27, C30, C54]

R8. Fomentar a concretização de operações integradas de modernização administrativa orientadas a eventos de vida/ macro-serviços, envolvendo múltiplos organismos e assentes num quadro estratégico robusto que priorize as áreas de governo/ eventos de vida/ serviços a interencionar

Operacionalização

- Elaborar um diagnóstico que identifique eventos de vida / serviços mais impactantes na relação entre a administração e cidadãos / empresas e onde impenda maior carga administrativa e custos de contexto sobre cidadãos e empresas, bem como os principais estrangulamentos verificados, sejam no domínio tecnológico, processual ou legislativo / regulamentar;
- Desenvolver um plano estratégico/ de ação (ou atualizar os existentes - e.g. Estratégia para a Transformação Digital da Administração Pública 2021-2026 e respetivo Plano de Ação e/ ou SIMPLEX) para a intervenção nesses eventos de vida / serviços, que identifique claramente entidades responsáveis, necessidades de intervenção e investimento e fontes de financiamento;
- Explorar as complementaridades com o Instrumento de Assistência Técnica, designadamente para intervenções relativas a reformas estruturais mais profundas e que beneficiem das potencialidades do instrumento para

intervir em dimensões de elevada complexidade (e.g. melhores condições de financiamento; recurso a peritos europeus/ internacionais e centros de competências/ conhecimento à escala europeia);

- Desenhar instrumentos de apoio dirigidos especificamente às entidades responsáveis por essas necessidades de intervenção, sob a forma de avisos-convite à(s) entidade(s) responsáveis por essas intervenções ou AAC com critérios de discriminação positiva (e.g. taxas diferenciadas de apoio) para projetos conjuntos subordinados a ao referencial estratégico definido.

Destinatários

AMA / CTIC

Membro do Governo responsável pela modernização administrativa e transição digital da AP, em articulação com demais membros do governo

AG

AD&C (autoridade de coordenação nacional do IAT)

Articulação com Conclusões [C48; C63; C18; C47; C64; C20]

R9. Manter e refinar instrumentos de apoio à transformação digital e capacitação da administração pública, maximizando a cobertura dos públicos-alvo, em complementaridade com outros instrumentos vigentes

Operacionalização

- Analisar e estabelecer fronteiras claras de investimento e financiamento entre o PRR e outras fontes de financiamento, tendo por base os investimentos previstos ou a inscrever neste domínio, nos referenciais estratégicos vigentes;
- Garantir a continuidade do apoio à capacitação e transformação digital da administração pública por via de reprogramações dos instrumentos de apoio europeus em vigor ou por via da identificação de eventuais outras fontes de financiamento;
- Avaliar oportunidades de, em linha com o permitindo pelos regulamentos europeus aplicáveis ao período de programação 2021-2027, se aplicável, introduzir-se ajustamentos nos instrumentos, incluindo:
 - Discriminação positiva (e.g. taxas de apoio diferenciadas) de beneficiários de menor dimensão e / ou não apoiados pelo PRR enquanto beneficiários diretos ou finais;
 - Discriminação positiva de projetos conjuntos e de projetos com benefícios comuns (para cidadãos/ empresas ou mesmo para a AP como um todo), em detrimento de benefícios exclusivos para a própria entidade;
 - Flexibilização dos calendários (no sentido de incremento dos prazos) de implementação dos projetos, em particular os de maior complexidade (e.g. reformas legislativas / regulamentares; projetos conjuntos);
 - Permitir a existência de operações multifundo e/ ou a possibilidade de introduzir um regime simplificado que permita a elegibilidade de despesas inerentes aos projetos de transformação digital da AP (e.g. recursos humanos da entidade a afetar aos projetos, formação/ gestão da mudança, comunicação) até um determinado limite (e.g. peso no investimento elegível total);
 - Permitir a aplicação de poupanças / receitas líquidas geradas pelos projetos em despesas que contribuam para a melhoria do serviço ao cidadão/ empresa, ao invés de serem deduzidas aos montantes de incentivo.

Destinatários

AG/ OI (AMA)

Membros do governo responsáveis pelas áreas do Planeamento e Transição Digital da AP

AD&C / EMRP (enquanto entidades que coordenam eventuais reprogramações dos programas em vigor)

Entidades da Administração Pública (potenciais beneficiárias)

Articulação com Conclusões [C67; C47; C48; C21]

R10. Reorientar estrategicamente os apoios à formação dos trabalhadores da AP permitindo que esta esteja melhor preparada para abraçar os processos de transição digital, simplificando procedimentos e reforçando a atratividade dos instrumentos para os públicos-alvo

Operacionalização

- Realizar um exercício prospetivo de impacto do processo em curso de transição digital no quadro de pessoal das administrações públicas (e.g. oportunidades e impactos da introdução da inteligência artificial e implicações

para a composição e dimensionamento do emprego público), envolvendo as entidades relevantes para o efeito e considerando a possibilidade de recorrer a instrumentos de apoio (e.g. IAT) para este efeito;

- Identificar necessidades de formação (*upskilling* e *reskilling*) e públicos-alvo estratégicos (e.g. quadros superiores e de gestão dos organismos) por forma a prepará-los para tirarem melhor partido das tecnologias emergentes e melhor capitalizarem as tendências de transição digital dos governos, seja em termos de competências core (e.g. inteligência artificial, cloud, ciência de dados), seja em competências que se assumam como *enablers* deste processo (e.g. contratação pública, proteção de dados);
- Desenvolver planos de formação adequados às necessidades identificadas, construir e comunicar oferta formativa, tendo em atenção fatores potencialmente dissuasores (e.g. oferta em pós-laboral; formatos online, síncronos e assíncronos e outras abordagens inovadoras que se revelam adequadas);
- Identificar instrumentos de apoio vigentes (e.g. PRR) e avaliar *gaps* na cobertura das necessidades formativas identificadas (em termos de conteúdos programáticos, públicos-alvo, eventual défice de financiamento face às necessidades de investimento, se aplicável);
- Desenhar instrumentos de apoio complementares aos atualmente em vigor, permitindo maximizar a cobertura do apoio às necessidades de formação, avaliando oportunidades de reforço da atratividade dos instrumentos face ao atual período de programação, incluindo:
 - Revisão/ adaptação dos custos máximos, adequando-os à abordagem seguida, mais focada na formação especializada/ avançada e dirigida a públicos-alvo mais qualificados, e menos na formação profissional “tradicional”;
 - Avaliar oportunidades de simplificação da carga administrativa associada à instrução das candidaturas a estes instrumentos.

Destinatários

AMA / INA
DGAEP, CTIC, AG
IES e entidades formadoras

Articulação com Conclusões [C62; C21; C67; C64]

R11. Intensificar as campanhas de informação, orientação e capacitação de públicos-alvo estratégicos para a utilização dos serviços públicos digitais

Operacionalização

- Manter e intensificar campanhas de divulgação dos serviços públicos digitais, respetivas funcionalidades e benefícios para os cidadãos (e.g. minuto cidadão; explorando-se sinergias e oportunidades de colaboração e posicionamento nos diferentes canais, em particular os mais utilizados pelas franjas de população onde a penetração é menor);
- Estabelecer protocolos de encaminhamento de cidadãos que se desloquem presencialmente a serviços da AP (e.g. finanças, segurança social, centros de saúde) para espaços cidadãos disponíveis nas respetivas áreas de residência/ trabalho, por forma a fomentar o contacto com este canal, que pela sua natureza (digital assistido), pode estimular o uso dos canais digitais para interação com a Administração Pública;
- Desenvolver “cursos” de muito curta duração (quase tutoriais), simplificando-se no formato, linguagem e interface gráfico por forma a se tornarem de acesso e compreensão fáceis, mesmo a públicos-alvo pouco capacitados do ponto de vista digital por forma a capacitá-los para a utilização dos serviços digitais. Estes cursos/ tutoriais devem ser abertos, online e assíncronos, e retirar partido das infraestruturas tecnológicas criadas para este fim, designadamente a NAU (gerida pela FCCN);
- Posicionar o acesso e utilização dos serviços públicos digitais nos programas massificados de capacitação digital da população portuguesa (em particular adultos e idosos), como por exemplo o Programa Eu Sou Digital, onde é estímulo o contacto das pessoas com poucas ou nenhuma competências para utilização da internet, permitindo a capacitação para tratar dos seus problemas/ assuntos correntes a AP online (e.g. agendar uma consulta no centro de saúde, solicitar determinada pensão social, fazer inscrição de educandos na escola ou exames online).

Destinatários

AMA
EM Portugal Digital
FCCN, Organismos da AP, ANMP/ANAFRE

Articulação com Conclusões [C18; C47]

R12. Estimular a partilha de dados na Administração Pública como forma de agilizar os processos e procedimentos administrativos (incluindo os associados aos FEEL), reduzir os custos de contexto e monitorizar os resultados das políticas públicas

Operacionalização

- **Criar um grupo de trabalho (ou utilizar existentes, por exemplo no âmbito do CTIC), para:**
 - Identificar *datasets* críticos para a melhoria do serviço público e viabilizar a adoção do princípio *only-once* presentemente não acessíveis / partilhados, e respetivos *dataowners*;
 - Identificar especificamente os obstáculos específicos que impedem a partilha desses dados entre entidades da AP, nas mais variadas naturezas (e.g. culturais, legais, técnicos, de governance);
 - Sensibilizar (via partilha casos de uso, disseminação de boas práticas e de conhecimento sobre o valor acrescentado da partilha de dados em prol do serviço público);
 - Emitir recomendações para a resolução desses obstáculos específicos e para a capitalização dos dados detidos para a administração.

Sem prejuízo da avaliação dos obstáculos abordada no ponto anterior, que permitirá uma avaliação detalhada e propostas de soluções mais customizadas aos obstáculos associados a cada *dataset*, poderão ser equacionadas as seguintes medidas:

- **Políticas/ Modelo de governo de dados na AP:**
 - Avaliar os mais eficazes modelos de gestão de dados na AP, mais diretivos e verticais (e.g. num extremo (mais rígido) instituir um Chief Data Officer da AP, empoderado para, no respeito da lei, propor e executar a política de dados da AP portuguesa; num formato mais adaptativo e “democrático”, intensificar abordagens colaborativas que assegurem um alinhamento das entidades quanto à partilha de dados);
 - Garantir elevado *sponsorship* e compromisso político para a resolução dos obstáculos identificados e para induzir a efetivação da partilha de dados na AP e eliminar obstáculos culturais que persistam nos *data owners*).
- **Aspetos legais/ proteção de dados**
 - Estimular o envolvimento precoce dos Data Protection Officers (DPO) na resolução dos obstáculos identificados à partilha de dados, procurando construir soluções técnicas que não esbarrem em constrangimentos legais;
 - Conciliar as soluções técnicas que viabilizem a partilha de dados com abordagens/ opiniões jurídicas sólidas que evitem pareceres negativos posteriores da Comissão Nacional de Proteção de Dados (quando aplicável) e testar antecipadamente com esta, essas soluções - a título de exemplo, implementar mecanismos de partilha de dados com consentimento expresso pelo cidadão.
 - Avaliar, em respeito pela legislação nacional e comunitárias, possíveis alterações legislativas que mitiguem as limitações à partilha de dados.
- Avaliar a introdução de mecanismos **de partilha de benefícios entre organismos**, decorrentes da partilha de dados que incentivem, em particular os *dataowners*, a abraçar estes objetivos e processos, aferindo-se poupanças geradas pela partilha de dados nos organismos “beneficiários” e estudando-se formas de as fazer reverter para os *dataowners*.

Destinatários

AMA/CTIC

Membro do Governo responsável pela transição digital e modernização administrativa

Entidades da Administração Pública

Articulação com Conclusões [C18; C47]

R13. Garantir uma maior maturidade das operações de infraestruturas de transportes, assentes num planeamento de médio e longo prazo e por via da agilização de procedimentos

Operacionalização

- Garantir a existência de um planeamento de médio e longo prazo de investimentos em infraestruturas de transportes que assegure a atempada e criteriosa seleção/ identificação de investimentos a financiar com recurso aos FEEL, permitindo aos promotores a antecipação de procedimentos inerentes a esses investimentos e por essa via, assegurar maior maturidade das operações no momento da candidatura;

- Promover uma priorização de processos de AIA relacionados com investimentos em infraestruturas de transporte co-financiados por fundos comunitários, avaliando oportunidades de agilização operacional destes procedimentos (APA);
- Introduzir medidas de agilização de autorizações de assunção de encargos plurianuais e outras autorizações da tutela (e.g. autorizações genéricas, autorizações de despesa / assunção de encargos plurianuais da competência do membro do governo responsável pela área setorial ou órgão máximo dos serviços - em linha com o regime excecional de execução orçamental e de simplificação de procedimentos adotado no contexto do PRR (Decreto-Lei n.º 53-B/2021, de 23 de junho).
- Promover (por parte dos beneficiários) maior maturidade dos projetos nos momentos de submissão de candidaturas, antecipando ao máximo procedimentos prévios ao início das obras (e.g. realização de projetos de execução, de estudos de impacte ambiental e análises custo-benefício, despoletar antecipadamente processo de avaliação de impacte ambiental (AIA), antecipar procedimentos de contratação pública).

Destinatários

Membros do Governo responsáveis pelas políticas de transportes e das finanças
 Entidades públicas com responsabilidade em matéria de política de transportes (IMT)
 APA
 Beneficiários

Articulação com Conclusões [C16]

6. Referências bibliográficas e eletrónicas

Referenciais e documentos metodológicos

“Apoio do FEDER à competitividade das PME - As insuficiências de conceção diminuem a eficácia do financiamento”, 2022, Relatório Especial do Tribunal de Contas

Program Evaluation Methods: Measurement and attribution of Program Results, Treasury Board of Canada Secretariat

Comissão Europeia, Direção-Geral do Emprego, dos Assuntos Sociais e da Inclusão, “Conceber e encomendar avaliações de impacto contrafactuais, um guia prático para a Autoridades de Gestão do FSE”

Theory-based impact evaluation: principles and practice, White, H., junho de 2009

Theory of Change, A Series of Papers to Support Development of Theories of Change Based on Practice in the Field, Dana H. Taplin, Heléne Clark, Eoin Collins e David C. Colby, 2013

Theory-based approaches to evaluation: concepts and practices, Treasury Board of Canada Secretariat

Theory of Change Basics: a primer on theory of change, Dana H. Taplin, Heléne Clark, 2012

Mapping change - Using a theory of change to guide planning and evaluation, Anne Mackinnon, Natasha Amott (GrantCraft series)

Documentos base, regulamentação e estudos de avaliação

Comissão Europeia (2010). *Estratégia Europa 2020*

Programa Nacional de Reformas

Outros estudos

Aghion, P., Bloom, N., Blundell, R., Griffith, R., & Howitt, P. (2005). Competition and innovation: An inverted-U relationship. *The Quarterly Journal of Economics*, 120(2), 701-728.

Almus, M., and D. Czarnitzki (2003), “The Effects of Public R&D Subsidies on Firms' Innovation Activities: The Case of Eastern Germany,” *Journal of Business & Economic Statistics*, 21, 226-236.

Arnold, J. M., Javorcik, B., Lipscomb, M., & Mattoo, A. (2016). Services reform and manufacturing performance: Evidence from India. *The Economic Journal*, 126(590), 1-39.

Associazione per lo Sviluppo della Valutazione e l'Analisi delle Politiche Pubbliche (2012), “Final Report to DG Regional Policy, Counterfactual Impact Evaluation of Cohesion Policy. Work Package 1: Examples from Enterprise Support”

Baptista, R., F. Lima, and J. Mendonça (2011), “Establishment of Higher Education Institutions and New Firm Entry,” *Research Policy*, 40, 751-760.

Bondonio, D. and R. T. Greenbaum (2014), “Revitalizing regional economies through enterprise support policies: an impact evaluation of multiple instruments,” *European Urban and Regional Studies*, 21, 79-103.

Borrás S. and M. Laatsit (2019), “Towards system-oriented innovation policy evaluation? Evidence from EU28 member states”, *Research Policy* 48, 312-321.

Branstetter, L., F. Lima, L. J. Taylor, and A. Venâncio (2014), “Do Entry Regulations Deter Entrepreneurship and Job Creation? Evidence from Recent Reforms in Portugal,” *Economic Journal*, 124, 805-832

Bravo-Biosca, A. (2019), *Experimental Innovation Policy*, SPRU Working Paper Series (ISSN 2057-6668).

Bronzini, R., and E. Iachini (2014), “Are Incentives for R&D Effective? Evidence from a Regression Discontinuity Approach,” *American Economic Journal: Economic Policy*, 6, 100-134.

Bronzini, R., Piselli, P. (2014), “The impact of R&D subsidies on firm innovation”, Banca D'Italia Working Paper N° 960

Buckley, A.P. (2016), “Using Contribution Analysis to evaluate small & medium enterprise support policy”, *Evaluation* Vol. 22(2) 129-148

Community of Practice on Results Based Management (2012), “Sourcebook on results-based management in the European Structural Funds”.

Comissão Europeia (2022), "From research results to innovative solutions: Mapping national and regional programmes and initiatives in Research and Innovation Valorisation, Report on dissemination and exploitation practices in Member States and associated countries", Directorate-General for Research and Innovation / Directorate E – Prosperity / Unit E.2. – Valorisation Policies & IPR.

Czarnitzki, D. and C. Lopes-Bento (2014) "Innovation Subsidies: Does the Funding Source Matter for Innovation Intensity and Performance? Empirical Evidence from Germany," *Industry and Innovation*, 21, 380-409.

Dechezleprêtre, Antoine, Einiö, Elias, Martin, Ralf, Nguyen, Kieu-Trang and van Reenen, John, (2016), Do tax Incentives for Research Increase Firm Innovation? An RD Design for R&D, No 22405, NBER Working Papers, National Bureau of Economic Research, Inc.

Dybdal, L., Nielsen, B.S, Lemire, S. (2011), "Contribution Analysis Applied: Reflections on Scope and Methodology", *The Canadian Journal of Program Evaluation* Vol. 25 No. 2 Pages 29-57.

Falkenhall, B., Månsson, J., & Tano, S. (2020). Impact of VAT reform on Swedish restaurants: A synthetic control group approach. *The Scandinavian Journal of Economics*, 122(2), 824-850

Girma, S., H. Görg, and E. Strobl (2007), "The Effects of Government Grants on Plant Survival: A Micro-Econometric Analysis," *International Journal of Industrial Organization*, 25, 701-720.

Moffitt, R. (1992), "Incentive Effects of the U.S. Welfare System: A Review," *Journal of Economic Literature*, 30, 1-61.

Ostrovsky, Y., & Picot, G. (2020). Innovation in immigrant-owned firms. *Small Business Economics*, 1-18.

Pellegrini, G., F. Terribile, O. Tarola, T. Muccigrosso, and F. Busillo (2013), "Measuring the effects of European Regional Policy on economic growth: A regression discontinuity approach," *Papers in Regional Science*, 92, 217-233.

Pinto, H., Uyarra, E., Guerreiro, J. (2012)," Diversidades de Sistemas de Inovação e Implicações nas Políticas Regionais: Comparação das Regiões do Algarve e da Andaluzia", *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, n.º 29

Rosenbaum, P. R., and D. B. Rubin (1983), "The Central Role of the Propensity Score in Observational Studies for Causal Effects," *Biometrika*, 70, 41-55.

Santos, A., Cincera, M., Neto, P., & Serrano, M. M. (2019). Which projects are selected for an innovation subsidy? The Portuguese case. *Portuguese Economic Journal*, 18(3), 165-202.

Soet, L., B. Verspagen and T. Ziesemer (2020), The economic impact of public R&D: an international perspective, UNU-MERIT Working Paper Series.

Tokila, A., and M. Haapanen (2012), "Evaluation of deadweight spending in regional enterprise financing" *Regional Studies*, 46, 185-201.

Tribunal de Contas Europeu (2022), "Sinergias entre o Horizonte 2020 e os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento"

Venâncio, A., Barros, V., & Raposo, C. (2020), "Corporate taxes and high-quality entrepreneurship. *Small Business Economics*", 1-30.

7. Anexos

Anexo 1. O objeto de avaliação

Quadro A1. Objetivos Temáticos, Específicos e respetivos Beneficiários do COMPETE

Eixo	PI	OE	Instrumentos	Beneficiários
Eixo 1	PI 1.1.	OE1	<ul style="list-style-type: none"> SAICT (Proj. de IC&DT; Prog. Ativ. Conjuntas - PAC; Prog. Integ. de IC&DT; Propriedade Industrial; Internacionalização de I&D; Proj. de Infraestruturas) 	<ul style="list-style-type: none"> Entidades do Sistema de I&I (no caso das empresas, apenas esta previsto o apoio em projetos em co promoção liderada por entidades não empresariais)
		OE2	<ul style="list-style-type: none"> SIAC 	<ul style="list-style-type: none"> Entidades não empresariais do Sistema de I&I
	PI 1.2.	OE3	<ul style="list-style-type: none"> I&DT (Individuais Copromoção; Demonstradores Individuais; Demonstradores Copromoção; Programas Mobilizadores; Núcleos Individuais; Núcleos Copromoção; Propriedade Industrial; Internacionalização; Vales; Individuais - RCI) I&D (Individuais - COVID-19; Copromoção - COVID-19; Infraest. Ensaio e Otimização - COVID-19) 	<ul style="list-style-type: none"> Empresas e entidades não empresariais do Sistema de I&I
		OE4	<ul style="list-style-type: none"> SIAC 	<ul style="list-style-type: none"> Instituições Privadas sem Fins Lucrativos e Agências Públicas
		OE5	<ul style="list-style-type: none"> Inovação (Produtiva; Produtiva - COVID 19; RCI) 	<ul style="list-style-type: none"> Empresas Não PME
Eixo 2	PI 2.3.	OE1	<ul style="list-style-type: none"> SAMA - TIC 	<ul style="list-style-type: none"> Administração Central do Estado (organismos e serviços da Administração direta e indireta do Estado, excluindo a Administração desconcentrada) e entidades públicas empresariais prestadoras de serviços públicos, bem como outros níveis da Administração ou outras entidades públicas e privadas sem fins lucrativos no âmbito de protocolos celebrados com a Administração Central. Exclusivamente entidades de âmbito nacional no caso de operações localizadas fora da área geográfica do Programa
	PI 3.1.	OE1	<ul style="list-style-type: none"> IF - Instrumentos Financeiros SIAC 	<ul style="list-style-type: none"> Entidades e Agências Públicas e Instituições Privadas sem Fins Lucrativos que estejam focalizadas no apoio ao empreendedorismo
				<ul style="list-style-type: none"> Organismos que implementam instrumentos financeiros ou fundos de fundos
	PI 3.2	OE2	<ul style="list-style-type: none"> QI PME (Individuais; Conjuntos; Vales) SIAC 	<ul style="list-style-type: none"> PME, Entidades Publicas e Instituições Privadas sem Fins Lucrativos no âmbito de projetos conjuntos com PME Entidades e Agências Públicas e Instituições Privadas sem Fins Lucrativos com âmbito de atuação no desenvolvimento de atividades para empresas
PI 3.3.	OE3	<ul style="list-style-type: none"> QI PME (Individuais; Conjuntos; Vales) ADAPTAR PME Inovação (Produtiva; Produtiva - COVID-19; RCI) SIAC APOIAR (PME; +SIMPLES; RENDAS - PME) 	<ul style="list-style-type: none"> PME, Entidades Publicas e Instituições Privadas sem Fins Lucrativos no âmbito de projetos conjuntos com PME PME 	
			<ul style="list-style-type: none"> Entidades e Agências Publicas e Instituições Privadas sem Fins Lucrativos com âmbito de atuação no desenvolvimento de atividades para empresas 	
Eixo 2I	PI 8.5.	OE1	<ul style="list-style-type: none"> Formação Autónoma - Empresas Formação-Ação para PME Inovação - (Produtiva; RCI) QI PME - Individuais Formação Clusters - (Autónomos; Conjuntos) 	<ul style="list-style-type: none"> Empresas e seus trabalhadores e entidades públicas e privadas sem fins lucrativos que promovam projetos coletivos dirigidos às empresas e seus trabalhadores.

Eixo	PI	OE	Instrumentos	Beneficiários
Eixo 4	PI 7.1.	OE1	RAIT - (Ferrovias RTE-T; Portos RTE-T; Portos não RTE-T)	Entidades públicas nacionais e regionais (Administração direta e indireta do Estado e empresas publicas ou de capitais públicos) e gestoras das infraestruturas portuárias, ferroviárias e de logística.
	PI 7.3.	OE2	RAIT - Portos não RTE-T	Entidades públicas nacionais e regionais (Administração direta e indireta do Estado e empresas publicas ou de capitais públicos) e gestoras das infraestruturas portuárias e de logística.
	PI 7.4.	OE3	RAIT - Ferrovias não RTE-T	Entidades Públicas nacionais e regionais (Administração direta e indireta do Estado e empresas públicas ou de capitais públicos) e gestoras das infraestruturas fixas ferroviárias.
Eixo 5	PI 11.1.	OE1	SAMA - Capacitação	Administração central do Estado (organismos e serviços da administração direta e indireta do Estado, incluindo a administração desconcentrada) e entidades públicas empresariais prestadoras de serviços públicos, bem como outros níveis da Administração ou outras entidades públicas no âmbito de protocolos celebrados com a Administração Central.
		OE2	SAMA - TIC	Administração central do Estado (organismos e serviços da Administração direta e indireta do Estado, incluindo a administração desconcentrada).
Eixo 6	Assistência Técnica	OE1	Assistência Técnica	-
		OE2		-
Eixo 7	PI 13.1 FEDER	OE1	Garantir Cultura	PME de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica incluindo empresários em nome individual com contabilidade organizada CAE principal em conformidade com os constantes do Anexo do Regulamento do Programa Garantir Cultura
			APOIAR (PME; +SIMPLES; RENDAS - PME)	PME e empresas com 250 trabalhadores ou mais, com volume de negócios não superior a 50 milhões de euros, de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica, localizadas em todo o território do continente, independentemente da localização dos estabelecimentos e no âmbito de atividades específicas ligadas ao Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos, exceto combustíveis, Alojamento, restauração e similares, Outras atividades turísticas, Outras atividades culturais e Atividades de serviços mais afetadas pelas medidas de combate à pandemia.
		OE2	REACT-EU - Resiliência do sistema de saúde	Direção-Geral da Saúde (DGS); Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (ACSS).
Eixo 8	PI 13.1 FSE	OE3	REACT-EU - (Saneamento de águas residuais; Reabilitação da rede hidrográfica; Resiliência dos territórios face ao risco)	Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA); Municípios e suas associações com protocolo de colaboração técnica e financeira com a APA Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I. P.); Fundação Mata do Bussaco, F. P. (FMB, F. P.); Tapada Nacional de Mafra - centro turístico, cinegético e de educação ambiental - C.I.P.R.L. (TNM - C.I.P.R.L.); Herdade da Contenda, E. M. (HC, E. M.). Municípios específicos.
		OE5	Recuperação e consolidação de aprendizagens	Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P. (IGEFE, I.P.).
			Testagem rápida nas escolas	Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE).
			ATIVAR.PT Estágios	Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P. (IEFP).

Fonte: COMPETE

Quadro A2. Reprogramações das dotações financeiras (Apoio da União) do PO CI, por eixo

Eixo	Fundo	2014	2018		2019		2020		REACT-EU 2021	
		M€	M€	Δ%	M€	Δ%	M€	Δ%	M€	Δ%
1 - Investigação desenvolvimento tecnológico e inovação	FEDER	1 400	1 457	4%	1 457	0%	1 482	2%	1 482	0%
2 - Competitividade das PME e redução de custos públicos de contexto	FEDER	1 632	1 739	7%	1 739	0%	1 748	1%	1 748	0%

Eixo	Fundo	2014	2018		2019		2020		REACT-EU 2021	
		M€	M€	Δ%	M€	Δ%	M€	Δ%	M€	Δ%
3 - Sustentabilidade e da qualidade do emprego	FSE	396	202	-49%	208	3%	208	0%	208	0%
4 - Transportes sustentáveis e eliminação dos estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas	FEDER	100	93	-7%	87	-6%	91	5%	91	0%
	CF	609	609	0%	609	0%	578	-5%	578	0%
5 - Capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública	FSE	162	200	23%	200	0%	162	-19%	162	0%
6 - Assistência Técnica	FEDER	115	115	0%	115	0%	115	0%	115	0%
7 - REACT-EU FEDER	FEDER	-	-	-	-	-	-	-	1 211	-
8 - REACT-EU FSE	FSE	-	-	-	-	-	-	-	223	-
Total		4 414	4 414	0%	4 414	0%	4 383	-1%	5 817	33%

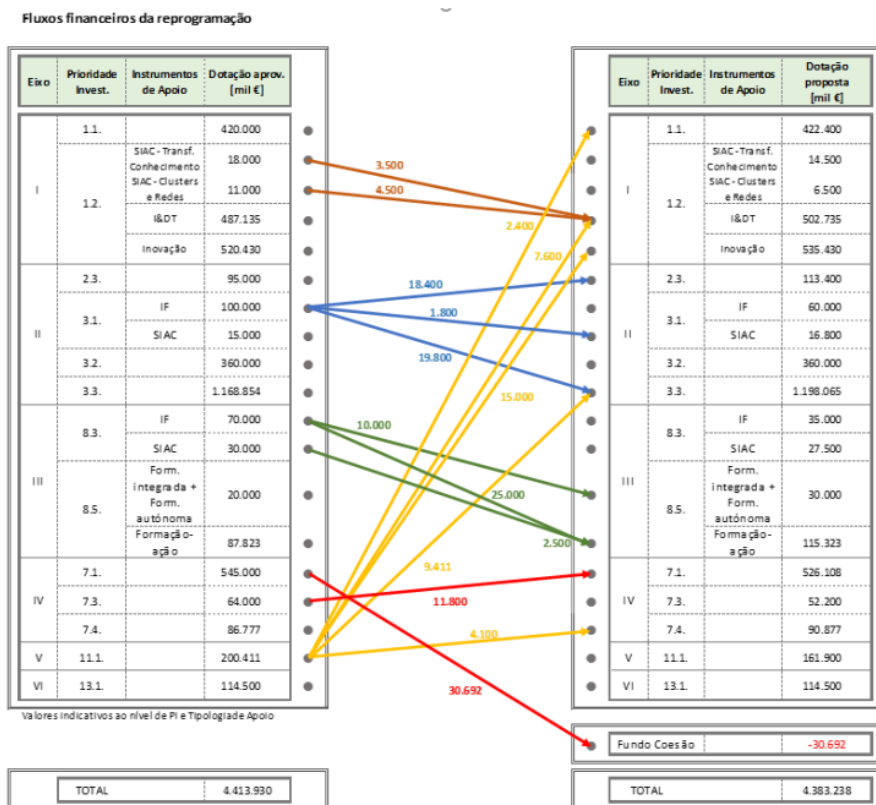
Fonte: EY-Parthenon com base no SI do COMPETE

Quadro A3. Decisões e versões do PO CI - Síntese a 1 de julho de 2022

Referência da Decisão	Data da Decisão	Versão do Texto	Descritivo
C(2014)10017	16-12-2014	1.5	• Inicial;
		2.0	• Alteração do Quadro dos Grandes Projetos;
		3.0	• Alteração do Quadro dos Grandes Projetos;
C(2018)8464	05-12-2018	4.1	• Reprogramação global de 2018;
C(2019)6915	24-09-2019	5.0	• Alteração dos beneficiários elegíveis na prioridade de Investimento 11.1;
		6.0	• Alteração do Quadro dos Grandes Projetos;
C(2020)986	20-02-2020	7.1	• Reprogramação decorrente da Aprovação do Quadro de Desempenho;
C(2020)6258	09-09-2020	8.0	• Reprogramação COVID-19;
C(2020)9319	15-12-2020	9.0	• Inclusão de Nova Elegibilidade - Apoio a fundo maneio em setores afetados pela crise pandémica;
C(2021)4849	28-06-2021	100	• Reprogramação REACT-EU;
		11.0	• Terminado o período de cofinanciamento a 100% (ano contabilístico 20/21) são repostas as taxas cofinanciamento anteriores;
		12.0	• Regulamento (UE) 2022/562 - CARE - Adoção da taxa de cofinanciamento de 100% nos pedidos de pagamento do exercício contabilístico 2021-2022;

Fonte: EY-Parthenon com base no documento Decisões e versões do PO CI - Síntese a 1 de julho de 2022.

Quadro A4. Resumo dos movimentos financeiros por PI e Instrumento



Fonte: EY-Parthenon com base na Proposta de Reprogramação - COVID do COMPETE.

Avisos de Abertura de Concurso

Tomando o ano de 2018 como referência (sensivelmente metade do período de vigência do PO), 64% dos avisos foram lançados na primeira metade do período de implementação do programa. No mesmo sentido, em todos os eixos foram lançados mais concursos antes 2018 (inclusive), com exceção do Eixo 4, em que metade dos avisos foram criados antes de 2018 e a outra metade depois. No âmbito das CRII foram lançados 4 AAC em 2020 (3 na PI 1.2 e 1 na PI 3.3).

Quadro A5. Avisos de abertura de concurso, por ano, eixo e prioridade de investimento

Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total p/ PI
Eixo 1 - Investigação desenvolvimento tecnológico e inovação	1.1 Investigação e Inovação		5	2	4		3*			14
	1.2 Investimento das empresas em I&D		14	9	17*	8	8*	13	6	75
Eixo 2 - Competitividade das PME e redução de custos públicos de contexto	2.3 Aplicações TIC		2	3	1	4				10
	3.1 Empreendedorismo		1	2		1				4
	3.2 Internacionalização	1	5	6	4	5	4	3	2	30
	3.3 Capacidades avançadas	1	8	6	7*	7	4	10*	5	48
Eixo 3 - Sustentabilidade e qualidade do emprego	8.3 Criação de emprego						1	2		3
	8.5 Adaptabilidade		6	11	3*		7*	1	5	33
Eixo 4 - Transportes sustentáveis e eliminação dos	7.1 Rede transeuropeia			3			3			6
	7.3 Transportes ecológicos			1			1	1		3

Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total p/ PI
estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas	7.4 Sistemas ferroviários			1						1
Eixo 5 - Capacidade institucional e eficiência da Administração Pública	11.1 Capacidade institucional		4	5	2	1	5	1	1	19
Eixo 6 - Assistência Técnica	13.1 Assistência Técnica		10	4	2	1	1			18
Eixo 7 - REACT-FEDER	PI 40.R2 REACT-EU								11*	11
Eixo 8 - REACT-EU FSE	PI 40.R3 REACT-EU			0					3*	3
Total		2	55	53	40	27	37	31	33	278

Fonte: EY-Parthenon com base no SI do COMPETE

Nota: A desagregação do nº de AAC por PI envolve a duplicação da contagem de avisos nos casos em que no mesmo concurso são lançadas dotações para mais que uma PI / As contagens assinaladas com * incluem AAC que à data de reporte (31/12/2021) ainda não se encontravam encerrados e para os quais ainda não havia projetos associados na base de candidaturas.

Os AAC destacados a azul incluem avisos criados no âmbito das CRII

Candidaturas

A análise da procura dirigida ao PO, entendida como o rácio entre o investimento candidatado das operações admitidas (as que cumprem as condições de elegibilidade do promotor e do projeto) e a dotação de fundo dos AAC (Quadro A6) evidencia a atratividade da generalidade dos concursos lançados para os promotores.

Considerando a procura que, após a admissão, cumpre também os critérios de análise de mérito (procura qualificada), verifica-se que a grande parte (55%) dos AAC esgotaram a dotação colocada a concurso (Quadro A7), tendo a AG efetuado reforços de dotação em alguns avisos para acomodar as candidaturas com mérito. Em quase todas as PI a maioria dos AAC tem índices de procura qualificada elevados, sendo as únicas exceções a PI 3.1 - Empreendedorismo (em que a uma procura mais moderada se alia uma baixa taxa de provação bruta) e a medida REACT_EU apoiada pelo FEDER, na qual apenas se registaram problemas de adesão (a generalidade das candidaturas admitidas foram apoiadas).

Quadro A6. Distribuição dos AAC por intervalos de índice de procura, por PI

Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento	Índice de Procura (Investimento Candidatado/ Dotação Fundo AAC)					
		Nº Avisos	Menor que 10%	De 10% a 50%	De 50% a 75%	De 75% a 100%	Maior ou igual a 100%
Eixo 1	1.1 Investigação e Inovação	14	21%	7%	7%	0%	64%
	1.2 Investimento nas empresas	70	10%	6%	7%	0%	77%
Eixo 2	2.3 Aplicações TIC	10	0%	0%	0%	10%	90%
	3.1 Empreendedorismo	4	0%	0%	0%	0%	100%
	3.2 Novos modelos empresariais	28	7%	4%	0%	0%	89%
	3.3 Capacidades avançadas	46	4%	7%	2%	2%	85%
Eixo 3	8.3 Criação de emprego	3	0%	0%	0%	0%	100%
	8.5 Adaptabilidade	32	9%	22%	6%	3%	59%
Eixo 4	7.1 Rede transeuropeia	5	0%	20%	0%	0%	80%
	7.3 Transportes ecológicos	3	33%	0%	0%	0%	67%
	7.4 Sistemas ferroviários	1	0%	0%	0%	0%	100%
Eixo 5	11.1 Capacidade institucional	19	0%	26%	0%	16%	58%
Eixo 6	Assistência Técnica	18	0%	0%	0%	11%	89%
Eixo 7	PI 40.R2 REACT-EU	7	86%	0%	0%	0%	14%
Eixo 8	PI 40.R3 REACT-EU	3	33%	0%	0%	0%	67%
Total		263	10%	8%	3%	3%	76%

Fonte: EY-Parthenon com base no SI do COMPETE

Nota: A desagregação do nº de AAC por PI envolve a duplicação da contagem de avisos nos casos em que no mesmo concurso são lançadas dotações para mais que uma PI

Os AAC destacados a azul incluem avisos criados no âmbito das CRII

Quadro A7. Distribuição dos AAC por intervalos de índice de procura qualificada, por PI

Eixo Prioritário	Prioridade de Investimento	Índice de Procura Qualificada (Incentivo Aprovado/ Dotação Fundo AAC)					
		Nº Avisos	Menor que 10%	De 10% a 50%	De 50% a 75%	De 75% a 100%	Maior ou igual a 100%
Eixo 1	1.1 Investigação e Inovação	14	21%	14%	0%	0%	64%
	1.2 Investimento nas empresas	70	14%	20%	7%	6%	53%
Eixo 2	2.3 Aplicações TIC	10	0%	10%	0%	0%	90%
	3.1 Empreendedorismo	4	0%	0%	75%	0%	25%
	3.2 Novos modelos empresariais	28	11%	4%	14%	11%	61%
	3.3 Capacidades avançadas	46	9%	22%	7%	9%	54%
Eixo 3	8.3 Criação de emprego	3	0%	0%	0%	0%	100%
	8.5 Adaptabilidade	32	25%	22%	6%	9%	38%
Eixo 4	7.1 Rede transeuropeia	5	20%	20%	0%	20%	40%
	7.3 Transportes ecológicos	3	33%	0%	0%	33%	33%
	7.4 Sistemas ferroviários	1	0%	0%	0%	0%	100%
Eixo 5	11.1 Capacidade institucional	19	32%	16%	0%	5%	47%
Eixo 6	Assistência Técnica	18	0%	0%	6%	0%	94%
Eixo 7	PI 40.R2 REACT-EU	7	86%	0%	0%	0%	14%
Eixo 8	PI 40.R3 REACT-EU	3	67%	0%	0%	0%	33%
Total		263	17%	15%	7%	6%	55%

Fonte: EY-Parthenon com base no SI do COMPETE

Nota: A desagregação do nº de AAC por PI envolve a duplicação da contagem de avisos nos casos em que no mesmo concurso são lançadas dotações para mais que uma PI

Os AAC destacados a azul incluem avisos criados no âmbito das CRII

COMPETE

Análise por fundo financiador

O financiamento via Fundo de Coesão (FC) recai exclusivamente sobre o Eixo 6 (Mobilidade), enquanto o FSE abrange apenas os eixos relacionados com o Emprego, a Administração Pública e o REACT-EU (3, 5 e 8), sendo o único financiador dos mesmos (Figura A1). Destacam-se as TI de formação de empresários e trabalhadores (Eixo 3), de capacitação e modernização da Administração Pública (Eixo 5) e de Testagem rápida nas escolas (Eixo 8), por representarem a maior parte do apoio aprovado em FSE (90%).

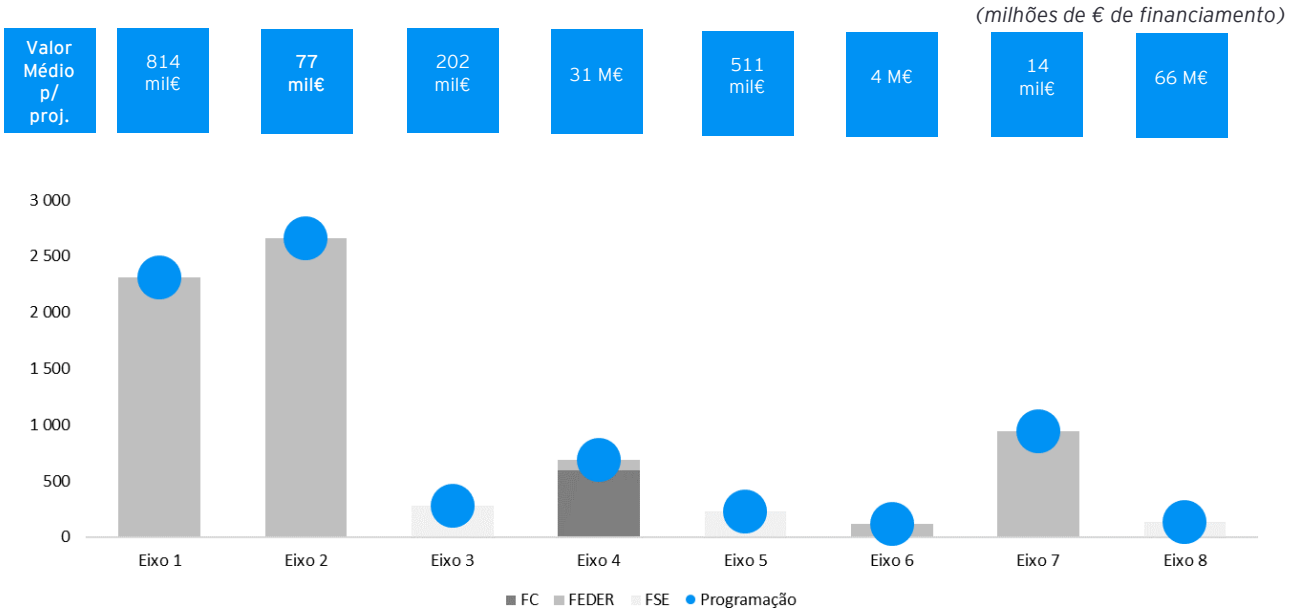
No caso do FEDER, a maior percentagem do montante aprovado concentra-se nos eixos 1 e 2 (I&D&I e competitividade), destacando-se, pelo peso no total do financiamento aprovado, as TI de Qualificação e Inovação de PME (Eixo 2), Atividades de I&D Empresarial (Eixo 1), Investimento Empresarial em Inovação de não PME (Eixo 1) e Programa Apoiar (Eixo 7) que correspondem a cerca de 58% do incentivo aprovado no total do programa.

No que respeita à realização dos projetos, foram estabelecidos intervalos que permitem comparar o nível de realização por eixo e por fundo (Figura A2). Apesar de 86% dos projetos financiados no âmbito do COMPETE apresentarem níveis de realização superiores ou iguais a 90%, estes apenas correspondem a 33% do incentivo aprovado, sendo que o mesmo se verifica nas operações cofinanciadas pelo FEDER. A discrepância entre o volume de projetos com elevada execução e a sua relevância ao nível do financiamento é explicada pelo elevado volume de operações (>65.000) de reduzido valor de incentivo (média de 14.000€ de incentivo aprovado) aprovadas no âmbito do REACT-EU (Eixo 7).

Por contrapartida, o Eixo 3 (Emprego) destaca-se pela negativa, dado que 88% dos projetos aprovados apresentam taxas de realização inferiores a 50% (significativamente influenciado pelos projetos de formação de empresários e trabalhadores das empresas). Consequentemente, o mesmo se verifica na globalidade dos eixos financiados

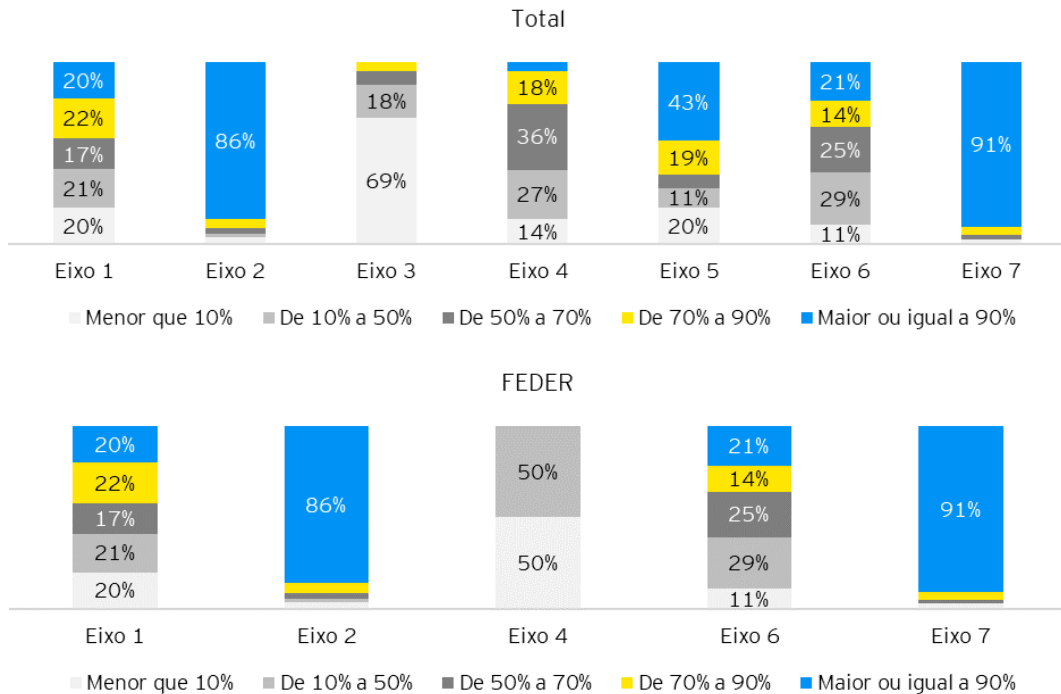
exclusivamente pelo FSE (3, 5 e 8), para os quais 82% das operações exibem taxas de realizações inferiores a 50%. Realça-se, no entanto, o facto de nenhum montante do investimento aprovado das duas operações integradas no Eixo 8 (REACT-EU FSE) ter sido executado, a que não será alheia a data de lançamento dos respetivos avisos (início em agosto de 2021).

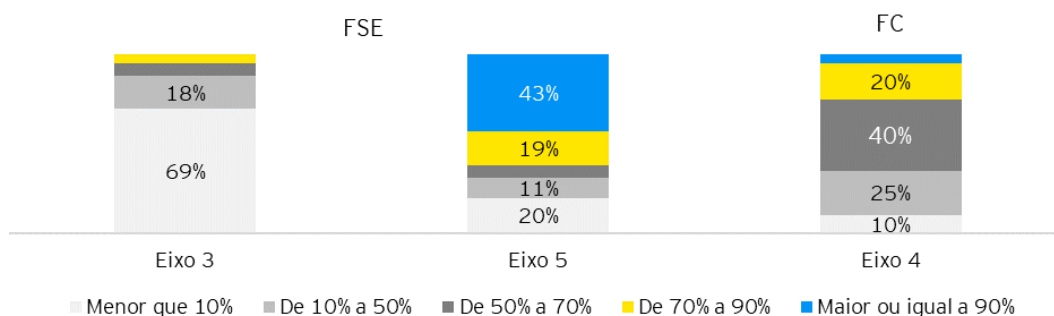
Figura A1. Financiamento aprovado por eixo - COMPETE



Fonte: EY-Parthenon com base no SI do COMPETE

Figura A2. Níveis de realização do PO, por Fundo e por Eixo - COMPETE

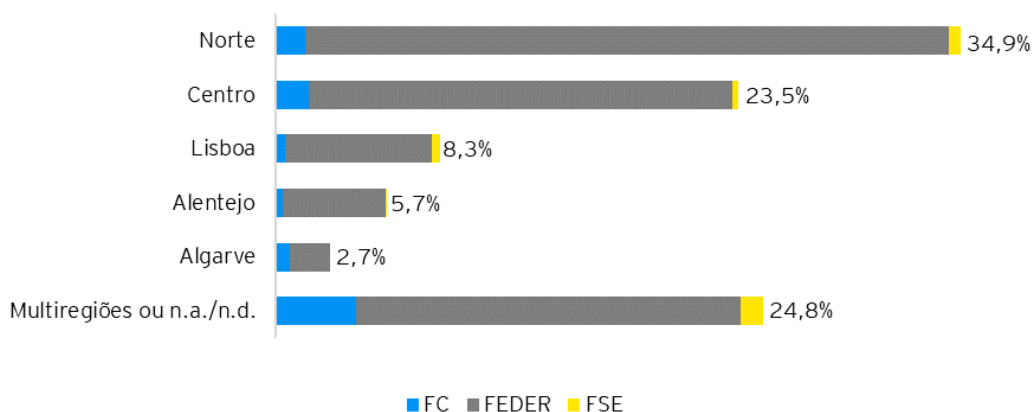




Fonte: EY-Parthenon com base no SI do COMPETE

Financiamento aprovado por NUTS II

Figura A3. Financiamento comunitário aprovado por NUTS II - COMPETE

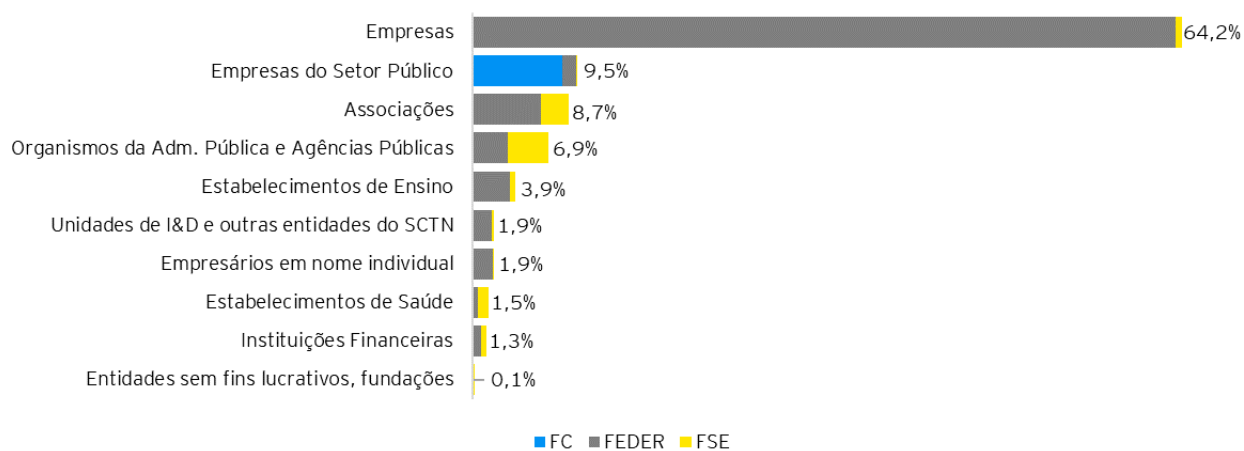


Fonte: EY-Parthenon com base no SI do COMPETE

Nota: Os valores relativos a FEDER não incluem Assistência Técnica / As TI 60, 62, H4 não têm classificação NUTS II ao nível de FSE, pelo que também não foram incluídas (cerca de 7% do montante aprovado).

Financiamento comunitário por Tipologia de Beneficiário

Figura A4. Financiamento comunitário aprovado por Tipologia de Beneficiário - COMPETE



Fonte: EY-Parthenon com base no SI do COMPETE

Nota: Os valores relativos a FEDER não incluem Assistência Técnica

Taxas de Realização

Quadro A8. Intervalo de realização dos projetos, por Tipologia de Intervenção - COMPETE

Eixo	Tipologia de Intervenção	Nº de Projetos	Taxa de Realização				
			Menor que 10%	De 10% a 50%	De 50% a 70%	De 70% a 90%	Maior ou igual a 90%
Eixo 1	49 - Investimento empresarial em inovação de não PME	267	28%	12%	12%	24%	24%
	46 - Valorização económica e transferência do conhecimento científico e tecnológico	22	41%	18%	14%	14%	14%
	48 - Clusters e redes de inovação	28	54%	21%	4%	7%	14%
	47 - Atividades de I&D empresarial	1 116	32%	22%	10%	21%	15%
	B8 - CRII - Investimento empresarial em inovação de não PME	25	8%	8%	8%	28%	48%
	B7 - CRII - Atividades de I&D empresarial	79	38%	19%	10%	22%	11%
	45 - Investigação científica e tecnológica	1 299	6%	23%	24%	23%	23%
Eixo 2	53 - Qualificação e inovação das PME	1 348	15%	18%	10%	21%	37%
	52 - Internacionalização das PME	1 218	22%	28%	17%	21%	13%
	D6 - APOIAR	31 113	1%	0%	2%	4%	93%
	B9 - CRII - Qualificação e inovação das PME	625	55%	3%	4%	13%	26%
	50 - Promoção das TIC na administração e serviços públicos	314	11%	18%	15%	18%	38%
	51 - Empreendedorismo qualificado e criativo	27	11%	19%	19%	22%	30%
Eixo 3	60 - Formação de empresários e trabalhadores das empresas	1 360	44%	27%	10%	14%	5%
	B5 - SIAC	30	93%	3%	0%	3%	0%
	B4 - Instrumentos Financeiros	1	0%	100%	0%	0%	0%
Eixo 4	57 - RAIT Portos não RTE-T	5	0%	20%	40%	20%	20%
	55 - RAIT RTE-T	15	13%	27%	40%	20%	0%
	58 - RAIT Ferrovia não RTE-T	2	50%	50%	0%	0%	0%
Eixo 5	62 - Capacitação e modernização das administrações e dos serviços públicos	423	51%	22%	9%	8%	11%
	63 - Formação dos trabalhadores da AP	18	89%	6%	6%	0%	0%
Eixo 6	77 - Assistência Técnica	28	11%	29%	25%	14%	21%
Eixo 7	E2 - APOIAR	67 269	2%	0%	2%	5%	92%
	G7 - Garantir Cultura	618	100%	0%	0%	0%	0%
Eixo 8	H4 - Apoios à consolidação de aprendizagens	2	100%	0%	0%	0%	0%
Total		107 252	4%	2%	3%	5%	86%

Fonte: EY-Parthenon com base no SI do COMPETE

Nota: Taxa de Realização - Incentivo executado/ Incentivo aprovado

Quadro A9. Projetos, financiamento, aprovação e rescisão, por Tipologia de Intervenção - COMPETE

Tipologia de Intervenção	Nº Projetos	Investimento Elegível (€, milhões)	Incentivo Aprovado		Taxa de Aprovação Bruta	Taxa de Rescisão /Anulação
			€, milhões	%		
Eixo 1 - Reforço de I&D&I	2 836	5 214	2 309	3%	63%	3%
I&D - Copromoção - COVID-19	44	14	12	0%	85%	2%

Tipologia de Intervenção	Nº Projetos	Investimento Elegível (€, milhões)	Incentivo Aprovado		Taxa de Aprovação Bruta	Taxa de Rescisão /Anulação
			€, milhões	%		
I&D - Individuais - COVID-19	34	9	8	0%	76%	0%
I&D - Infraest. Ensaio e Otimização - COVID-19	1	0	0	0%	100%	0%
I&DT - Copromoção	644	621	412	1%	52%	3%
I&DT - Copromoção - RCI	14	270	169	0%	83%	7%
I&DT - Demonstradores Copromoção	32	15	9	0%	36%	9%
I&DT - Demonstradores Individuais	18	9	5	0%	38%	0%
I&DT - Individuais	238	173	101	0%	68%	6%
I&DT - Individuais - RCI	4	97	36	0%	50%	0%
I&DT - Internacionalização	1	0	0	0%	100%	0%
I&DT - Núcleos Copromoção	6	4	2	0%	21%	0%
I&DT - Núcleos Individuais	6	3	1	0%	67%	25%
I&DT - Programas Mobilizadores	36	216	149	0%	69%	0%
I&DT - Propriedade Industrial	11	1	0	0%	100%	27%
I&DT - Vales	106	2	2	0%	54%	14%
Inovação - Produtiva - COVID-19	25	50	33	0%	62%	14%
Inovação - Produtiva	226	1 781	559	0%	93%	5%
Inovação - RCI	41	1 389	340	0%	91%	5%
SAICT - Internacionalização de I&D	2	1	1	0%	100%	0%
SAICT - Prog. Ativ. Conjuntas - PAC	14	23	20	0%	32%	0%
SAICT - Prog. Integ. de IC&DT	61	132	112	0%	97%	0%
SAICT - Proj. de IC&DT	1 121	335	285	1%	63%	1%
SAICT - Proj. de Infraestruturas	13	43	36	0%	100%	0%
SAICT - Propriedade Industrial	88	4	3	0%	100%	0%
SIAC	50	22	16	0%	74%	2%
Eixo 2 - Competitividade PME e custos públicos	34 645	4 744	2 663	32%	93%	2%
ADAPTAR PME	501	11	5	0%	77%	12%
APOIAR - PME	15 015	213	213	14%	97%	0%
APOIAR +SIMPLES	8 288	17	17	8%	98%	0%
APOIAR RENDAS - PME	7 810	14	14	7%	98%	0%
IF - Instrumentos Financeiros	1	102	60	0%	100%	0%
Inovação - Produtiva - COVID-19	124	135	86	0%	45%	21%
Inovação - Produtiva	478	2 763	1 410	0%	58%	21%
Inovação - RCI	1	31	6	0%	67%	50%
QI PME - Conjuntos	210	479	260	0%	64%	11%
QI PME - Individuais	1 356	503	222	1%	83%	15%
QI PME - Vales	281	4	3	0%	53%	10%
SAMA - TIC	314	220	153	0%	68%	24%
SIAC	266	252	213	0%	43%	4%
Eixo 3 - Emprego	1 391	376	281	1%	79%	9%
Formação Autónoma - Empresas	294	51	22	0%	81%	13%
Formação Clusters - Autónomos	43	13	7	0%	93%	0%

Tipologia de Intervenção	Nº Projetos	Investimento Elegível (€, milhões)	Incentivo Aprovado		Taxa de Aprovação Bruta	Taxa de Rescisão /Anulação
			€, milhões	%		
Formação Clusters - Conjuntos	6	6	4	0%	100%	0%
Formação-Ação para PME	659	205	178	1%	82%	2%
IF - Instrumentos Financeiros	1	51	35	0%	100%	0%
Inovação - Produtiva	100	6	3	0%	71%	17%
Inovação - RCI	10	11	4	0%	92%	17%
QI PME - Individuais	248	5	3	0%	78%	17%
SIAC	30	30	25	0%	45%	0%
Eixo 4 - Transportes	22	805	684	0%	92%	0%
RAIT - Ferrovias não RTE-T	2	109	93	0%	100%	0%
RAIT - Ferrovias RTE-T	7	466	396	0%	100%	0%
RAIT - Portos não RTE-T	5	62	53	0%	71%	0%
RAIT - Portos RTE-T	8	167	142	0%	100%	0%
Eixo 5 - Capacidade institucional	441	332	226	0%	74%	12%
SAMA - Capacitação	423	332	225	0%	83%	6%
SAMA - TIC	18	1	1	0%	39%	64%
Eixo 6 - Assistência Técnica	28	135	114	0%	100%	0%
Assistência Técnica	28	135	114	0%	100%	0%
Eixo 7 - REACT - FEDER	67 887	955	943	63%	98%	0%
APOIAR - PME	38 951	821	821	36%	98%	0%
APOIAR +SIMPLES	11 593	39	39	11%	98%	0%
APOIAR RENDAS - PME	16 725	53	53	16%	98%	1%
Garantir Cultura	618	42	29	1%	87%	0%
REACT-EU - Reabilitação da rede hidrográfica	-	-	-	-	-	-
REACT-EU - Resiliência do sistema de saúde	-	-	-	-	-	-
REACT-EU - Saneamento de águas residuais	-	-	-	-	-	-
Eixo 8 - REACT - EU FSE	2	132	132	0%	100%	0%
ATIVAR.PT Estágios	-	-	-	0%	-	-
Recuperação e consolidação de aprendizagens	1	117	117	0%	100%	0%
Testagem rápida nas escolas	1	15	15	0%	100%	0%
Total	107 252	12 694	7 352	100%	94%	1%

Fonte: EY-Parthenon com base no SI do COMPETE

Nota: Taxa de Aprovação Bruta = (Nº candidaturas selecionadas/ Nº candidaturas com análise concluída) 48

Nota: Taxa de Rescisão/ Anulação = [(Nº candidaturas anuladas + Nº candidaturas rescindidas ou revogadas) / Nº candidaturas selecionadas]

Iniciativa CRII - COMPETE e Programas Operacionais Regionais do Continente

A presente avaliação incide também sobre os apoios no âmbito da iniciativa CRII dos POR do Continente, para a qual os primeiros AAC foram lançados em 2020.

⁴⁸ O cálculo deste indicador inclui as candidaturas que foram aprovadas no momento da decisão, independentemente de terem sido posteriormente anulados ou rescindidos os respetivos projetos.

Figura A5. Financiamento comunitário aprovado por Programa Operacional - CRII

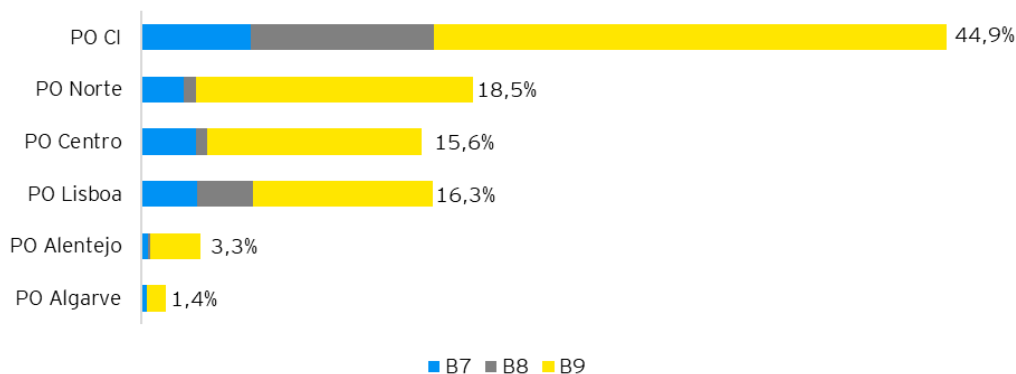
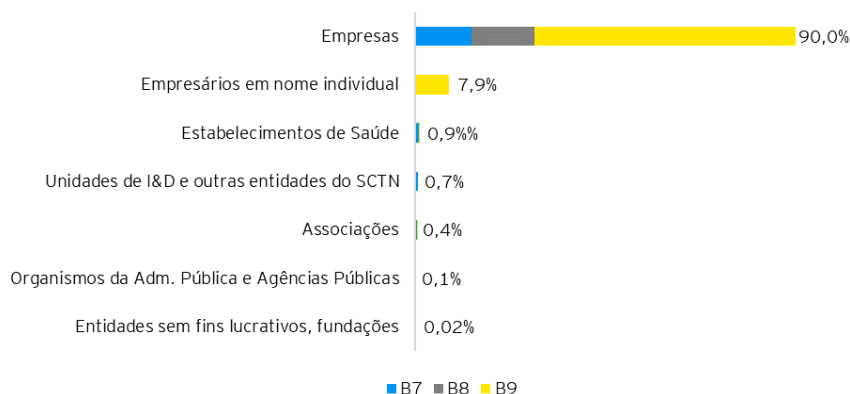


Figura A6. Financiamento comunitário aprovado por Tipologia de Beneficiário - CRII



Fonte: EY-Parthenon com base no SI do COMPETE

Taxas de Realização

Quadro A10. Intervalo de realização dos projetos -Tipologia de Intervenção - CRII

PO	Tipologia de Intervenção	Nº de Projetos	Taxa de Realização				
			Menor que 10%	De 10% a 50%	De 50% a 70%	De 70% a 90%	Maior ou igual a 90%
PO Norte	B7- CRII - Atividades de I&D empresarial	46	63%	7%	9%	17%	4%
	B8- CRII - Investimento empresarial em inovação de não PME	8	0%	0%	0%	38%	63%
	B9- CRII - Qualificação e inovação das PME	1066	48%	2%	5%	12%	33%
PO Centro	B7- CRII - Atividades de I&D empresarial	42	38%	26%	7%	14%	14%
	B8- CRII - Investimento empresarial em inovação de não PME	8	0%	0%	0%	25%	75%
	B9- CRII - Qualificação e inovação das PME	723	41%	2%	6%	13%	38%
PO Lisboa	B7- CRII - Atividades de I&D empresarial	51	63%	12%	10%	10%	6%
	B8- CRII - Investimento empresarial em inovação de não PME	11	18%	0%	0%	45%	36%
	B9- CRII - Qualificação e inovação das PME	356	56%	3%	8%	12%	21%
PO Alentejo	B7- CRII - Atividades de I&D empresarial	6	50%	17%	17%	17%	0%
	B8- CRII - Investimento empresarial em inovação de não PME	1	0%	0%	0%	0%	100%

PO	Tipologia de Intervenção	Nº de Projetos	Taxa de Realização				
			Menor que 10%	De 10% a 50%	De 50% a 70%	De 70% a 90%	Maior ou igual a 90%
	B9- CRII - Qualificação e inovação das PME	119	43%	7%	8%	9%	34%
PO Algarve	B7- CRII - Atividades de I&D empresarial	7	71%	14%	14%	0%	0%
	B9- CRII - Qualificação e inovação das PME	183	63%	1%	3%	9%	23%
PO CI	B7- CRII - Atividades de I&D empresarial	79	38%	19%	10%	22%	11%
	B8- CRII - Investimento empresarial em inovação de não PME	25	8%	8%	8%	28%	48%
	B9- CRII - Qualificação e inovação das PME	625	55%	3%	4%	13%	26%
Total		3356	49%	3%	6%	13%	29%

Fonte: EY-Parthenon com base no SI do COMPETE

Nota: Taxa de Realização - Incentivo executado/ Incentivo aprovado

Quadro A11. Taxas de Realização por Programa Operacional e Tipologia de Intervenção - CRII

PO	Tipologia de Intervenção	Incentivo médio aprovado (€)	Taxa de Realização (%)	Taxa de Cofinanciamento (%)
PO CI		196 936	53%	65%
	B7- CRII - Atividades de I&D empresarial	231 689	38%	82%
	B8- CRII - Investimento empresarial em inovação de não PME	1 310 178	78%	65%
	B9- CRII - Qualificação e inovação das PME	146 118	47%	63%
PO Norte		52 721	49%	77%
	B7- CRII - Atividades de I&D empresarial	163 610	21%	83%
	B8- CRII - Investimento empresarial em inovação de não PME	271 635	90%	93%
	B9- CRII - Qualificação e inovação das PME	46 293	52%	75%
PO Centro		64 617	58%	79%
	B7- CRII - Atividades de I&D empresarial	231 802	40%	85%
	B8- CRII - Investimento empresarial em inovação de não PME	249 537	91%	83%
	B9- CRII - Qualificação e inovação das PME	52 859	60%	77%
PO Lisboa		124 375	42%	81%
	B7- CRII - Atividades de I&D empresarial	195 702	25%	83%
	B8- CRII - Investimento empresarial em inovação de não PME	898 305	71%	84%
	B9- CRII - Qualificação e inovação das PME	90 243	38%	79%
PO Alentejo		84 365	57%	81%
	B7- CRII - Atividades de I&D empresarial	210 148	24%	84%
	B8- CRII - Investimento empresarial em inovação de não PME	381 029	99%	80%
	B9- CRII - Qualificação e inovação das PME	75 530	60%	80%
PO Algarve		23 063	34%	66%
	B7- CRII - Atividades de I&D empresarial	151 232	8%	86%
	B9- CRII - Qualificação e inovação das PME	18 160	40%	61%
Total		95 222	51%	72%

Fonte: EY-Parthenon com base no SI do COMPETE

Nota: Taxa de Realização - Incentivo executado/ Incentivo aprovado

Taxa de Cofinanciamento - Investimento elegível decidido/ Incentivo decidido

Caraterização setorial dos projetos empresariais apoiados

Procedeu-se à análise do perfil das operações empresariais intervencionadas pelos apoios do COMPETE, por várias dimensões (agrupamento setorial, NUTSII, dimensão empresarial, níveis de intensidade tecnológica da indústria transformadora, fatores-chave de competitividade da indústria transformadora, serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia). As seguintes análises estão também segmentadas por medidas, tendo sido estas medidas agrupadas, conforme exposto no quadro infra (Quadro A12).

Quadro A12. Agrupamento das medidas do Programa COMPETE para efeitos de simplificação da análise (medidas dirigidas a empresas)

Medida agrupada	Medida
I&D	I&D - Copromoção - COVID-19 I&D - Individuais - COVID-19 I&D - Infraest. Ensaio e Otimização - COVID-19 I&DT - Copromoção I&DT - Copromoção - RCI I&DT - Demonstradores Copromoção I&DT - Demonstradores Individuais I&DT - Individuais I&DT - Individuais - RCI I&DT - Internacionalização I&DT - Núcleos Copromoção I&DT - Núcleos Individuais I&DT - Programas Mobilizadores I&DT - Propriedade Industrial I&DT - Vales
Inovação Produtiva	Inovação - Produtiva - COVID-19 Inovação - Produtiva Inovação - RCI
QI PME	QI PME - Individuais QI PME - Vales
APOIAR/ADAPTAR	ADAPTAR PME APOIAR - PME APOIAR +SIMPLES APOIAR RENDAS - PME Garantir Cultura
Formação	Formação Autónoma - Empresas Formação Clusters - Autónomos Formação-Ação para PME

Quadro A13. Nº de projetos apoiados e investimento elegível apoiado por medida e por agrupamentos setoriais (projetos cujo promotor é de natureza empresarial)

	I&D		Inovação Produtiva		QI PME		APOIAR/ADAPTAR		Formação		Total	
	Nº de projetos	Inv. Elegível	Nº de projetos	Inv. Elegível	Nº de projetos	Inv. Elegível	Nº de projetos	Inv. Elegível	Nº de projetos	Inv. Elegível	Nº de projetos	Inv. Elegível
Agricultura, Silvicultura e Pescas	12	0,5%	0	0,0%	6	0,0%	0	0,0%	1	0,1%	19	0,1%
Indústria Extrativa	2	0,2%	3	0,2%	5	0,0%	0	0,0%	2	0,4%	12	0,2%
Alimentar	67	3,8%	70	8,1%	126	8,0%	455	0,8%	20	5,4%	738	6,6%
Têxtil, Vestuário e Calçado	114	5,6%	125	6,6%	386	16,3%	1175	0,7%	102	36,8%	1902	6,6%
Madeira, Cortiça e Mobiliário	40	1,5%	69	8,1%	137	10,0%	44	0,0%	9	2,1%	299	6,3%
Papel e Publicações	15	1,9%	44	7,7%	33	2,0%	267	0,4%	3	0,6%	362	5,6%
Petrolíferas e Químicas	43	2,5%	48	3,1%	21	1,3%	30	0,1%	5	0,9%	147	2,5%
Farmacêutica	18	6,5%	34	4,5%	4	0,2%	1	0,0%	0	0,0%	57	4,0%
Borracha e Plásticos	67	4,2%	89	7,6%	88	5,8%	10	0,0%	12	2,8%	266	6,1%
Metálica	123	9,0%	156	12,1%	212	11,8%	38	0,1%	31	5,8%	560	10,2%
Mecânica e Eletrónica	137	24,9%	62	5,9%	180	11,4%	137	0,1%	17	5,4%	533	8,3%
Equipamento de Transporte	45	6,2%	86	14,2%	46	3,8%	3	0,0%	19	7,2%	199	10,7%
Material de Construção	58	2,6%	54	5,3%	86	5,0%	6	0,0%	15	4,3%	219	4,3%
Energia e Ambiente	12	0,5%	10	0,6%	8	0,1%	1	0,0%	6	0,7%	37	0,5%
Transportes e Logística	0	0,0%	1	0,1%	61	2,2%	5469	3,5%	10	2,6%	5541	0,6%
Construção	10	0,8%	3	0,3%	69	2,2%	22	0,1%	14	2,3%	118	0,5%
Comércio	29	1,4%	5	0,4%	203	9,4%	28108	25,0%	36	14,0%	28381	4,1%
Hotelaria e Restauração	0	0,0%	72	8,7%	11	0,3%	40187	48,8%	2	0,4%	40272	11,5%
Serviços de Informação e Comunicação	165	10,7%	10	1,8%	77	4,6%	20	0,0%	7	2,5%	279	3,0%
Serviços Empresariais	198	16,4%	3	0,0%	86	4,3%	5739	7,8%	17	4,0%	6043	3,6%
Serviços financeiros e seguros	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	0,2%	1	0,0%
Educação, Saúde e Cultura	22	0,8%	57	4,1%	27	0,9%	9158	11,1%	5	0,8%	9269	4,2%
Outras Atividades	2	0,1%	3	0,6%	9	0,3%	8489	1,5%	2	0,7%	8505	0,6%

	I&D		Inovação Produtiva		QI PME		APOIAR/ADAPTAR		Formação		Total	
	Nº de projetos	Inv. Elegível	Nº de projetos	Inv. Elegível	Nº de projetos	Inv. Elegível	Nº de projetos	Inv. Elegível	Nº de projetos	Inv. Elegível	Nº de projetos	Inv. Elegível
Total	1179	100%	1004	100%	1881	100%	99359	100%	336	100%	103759	100%

Fonte: EY-Parthenon com base no SI do COMPETE

Nota: A segmentação por agrupamento setorial baseou-se nas seguintes CAE a 5D dos projetos apoiados, expostas no quadro infra.

Agrupamento Setorial	CAE
Agricultura, Silvicultura e Pescas	01 - Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados; 02 - Silvicultura e exploração florestal; 03 - Pesca e aquicultura
Indústria Extrativa	8 - Outras indústrias extrativas
Alimentar	10 - Indústrias alimentares; 11 - Indústria das bebidas
Têxtil, Vestuário e Calçado	13 - Fabricação de têxteis; 14 - Indústria do vestuário; 15 - Indústria do couro e dos produtos do couro; 32992 - Fabricação de fechos de correr, botões e similares; 95230 - Reparação de calçado e de artigos de couro; 96010 - Lavagem e limpeza a seco de têxteis e peles
Madeira, Cortiça e Mobiliário	16 - Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria; 31 - Fabrico de mobiliário e de colchões; 32995 - Fabricação de caixões mortuários em madeira; 95240 - Reparação de mobiliário e similares, de uso doméstico
Papel e Publicações	17 - Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos; 18 - Impressão e reprodução de suportes gravados; 58110 - Edição de livros; 58130 - Edição de jornais; 58140 - Edição de revistas e de outras publicações periódicas; 58190 - Outras atividades de edição
Petrolíferas e Químicas	19 - Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis; 20 - Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos
Farmacêutica	21 - Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas
Borracha e Plásticos	22 - Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas
Metálica	24 - Indústrias metalúrgicas de base; 25 - Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos; 32122 - Fabricação de artigos de joalheria e de outros artigos de ourivesaria
Mecânica e Eletrónica	26 - Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e óticos; 27 - Fabricação de equipamento elétrico; 28 - Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.; 33120 - Reparação e manutenção de máquinas e equipamentos; 33140 - Reparação e manutenção de equipamento elétrico; 33200 - Instalação de máquinas e de equipamentos industriais; 95110 - Reparação de computadores e de equipamento periférico; 95120 - Reparação de equipamento de comunicação; 95210 - Reparação de televisores e de outros bens de consumo similares; 95220 - Reparação de eletrodomésticos e de outros equipamentos de uso doméstico e para jardim
Equipamento de Transporte	29 - Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis; 30 - Fabricação de outro equipamento de transporte; 33150 - Reparação e manutenção de embarcações; 33160 - Reparação e manutenção de aeronaves e de veículos espaciais
Material de Construção	23 - Fabrico de outros produtos minerais não metálicos
Energia e Ambiente	35 - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio; 37 - Recolha, drenagem e tratamento de águas residuais; 38 - Recolha, tratamento e eliminação de resíduos; valorização de materiais

Agrupamento Setorial	CAE
Transportes e Logística	49 - Transportes terrestres e transportes por oleodutos ou gasodutos; 50 - Transportes por água; 52 - Armazenagem e atividades auxiliares dos transportes (inclui manuseamento)
Construção	41 - Promoção imobiliária (desenvolvimento de projetos de edifícios); construção de edifícios; 42 - Engenharia civil; 43 - Atividades especializadas de construção
Comércio	45 - Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos; 46 - Comércio por grosso (inclui agentes), exceto de veículos automóveis e motociclos; 47 - Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos
Hotelaria e Restauração	55 - Alojamento; 56 - Restauração e similares
Serviços de Informação e Comunicação	58290 - Edição de outros programas informáticos; 61 - Telecomunicações; 62 - Consultoria e programação informática e atividades relacionadas; 63 - Atividades dos serviços de informação
Serviços Empresariais	68 - Atividades imobiliárias; 69 - Atividades jurídicas e de contabilidade; 70 - Atividades das sedes sociais e de consultoria para a gestão; 71 - Atividades de arquitetura, de engenharia e técnicas afins; atividades de ensaios e de análises técnicas; 72 - Atividades de investigação científica e de desenvolvimento; 73 - Publicidade, estudos de mercado e sondagens de opinião; 74 - Outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; 77 - Atividades de aluguer; 78 - Atividades de emprego; 79 - Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e atividades relacionadas; 80 - Atividades de investigação e segurança; 81 - Atividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins; 82 - Atividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas
Serviços financeiros e seguros	64 - Atividades de serviços financeiros, exceto seguros e fundos de pensões
Educação, Saúde e Cultura	32300 - Fabricação de artigos de desporto; 32400 - Fabricação de jogos e de brinquedos; 32501 - Fabricação de material ótico oftálmico; 32502 - Fabricação de material ortopédico e próteses e de instrumentos médico-cirúrgicos; 32994 - Fabricação de equipamento de proteção e segurança; 59 - Atividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de edição de música; 60 - Atividades de rádio e de televisão; 75 - Atividades veterinárias; 85 - Educação; 86 - Atividades de saúde humana; 87 - Atividades de apoio social com alojamento; 90 - Atividades de teatro, de música, de dança e outras atividades artísticas e literárias; 91 - Atividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais; 93 - Atividades desportivas, de diversão e recreativas; 96040 - Atividades de bem-estar físico
Outras Atividades	32993 - Fabricação de guarda-sóis e chapéus de chuva; 32996 - Outras indústrias transformadoras diversas, n.e.; 95250 - Reparação de relógios e de artigos de joalheria; 95290 - Reparação de outros bens de uso pessoal e doméstico; 96021 - Salões de cabeleireiro; 96022 - Institutos de beleza; 96030 - Atividades funerárias e conexas; 96091 - Atividades de tatuagem e similares; 96092 - Atividades dos serviços para animais de companhia; 96093 - Outras atividades de serviços pessoais diversas, n.e.

Quadro A14. Nº de projetos apoiados e investimento elegível apoiado por medida e por NUTSII (projetos cujo promotor é de natureza empresarial)

	I&D		Inovação Produtiva		QI PME		APOIAR/ADAPTAR		Formação		Total	
	Nº de projetos	Inv. Elegível	Nº de projetos	Inv. Elegível	Nº de projetos	Inv. Elegível	Nº de projetos	Inv. Elegível	Nº de projetos	Inv. Elegível	Nº de projetos	Inv. Elegível
Alentejo	32	1,1%	89	12,7%	96	5,1%	4455	3,5%	11	2,0%	4683	9,4%
Algarve	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	9573	11,3%	0	0,0%	9573	1,3%
Centro	242	13,9%	379	38,1%	626	35,0%	18389	15,7%	84	18,9%	19720	31,7%

	I&D		Inovação Produtiva		QI PME		APOIAR/ADAPTAR		Formação		Total	
	Nº de projetos	Inv. Elegível	Nº de projetos	Inv. Elegível	Nº de projetos	Inv. Elegível	Nº de projetos	Inv. Elegível	Nº de projetos	Inv. Elegível	Nº de projetos	Inv. Elegível
Lisboa	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	28539	37,4%	0	0,0%	28539	4,3%
Norte	373	38,5%	518	47,1%	1150	59,7%	38343	31,8%	224	69,7%	40608	45,0%
Multirregiões ou n.a./n.d.	532	46,6%	18	2,1%	9	0,2%	60	0,1%	17	9,4%	636	8,3%
Total	1179	100%	1004	100%	1881	100%	99359	100%	336	100%	103759	100%

Fonte: EY-Parthenon com base no SI do COMPETE

Quadro A15. Nº de projetos apoiados e investimento elegível apoiado por medida e por dimensão empresarial (projetos cujo promotor é de natureza empresarial)

	I&D		Inovação Produtiva		QI PME		APOIAR/ADAPTAR		Formação		Total	
	Nº de projetos	Inv. Elegível	Nº de projetos	Inv. Elegível	Nº de projetos	Inv. Elegível	Nº de projetos	Inv. Elegível	Nº de projetos	Inv. Elegível	Nº de projetos	Inv. Elegível
Micro Empresa	55	2,8%	130	10,3%	1	0,0%	87957	48,2%	0	0,0%	88143	12,9%
Pequena Empresa	94	7,0%	205	12,7%	20	0,8%	9518	36,6%	3	0,3%	9840	13,8%
Média Empresa	569	27,8%	325	24,3%	1806	95,6%	1879	15,1%	204	44,5%	4783	28,3%
Não PME	461	62,4%	344	52,7%	53	3,6%	5	0,0%	129	55,2%	992	45,0%
Total	1179	100%	1004	100%	1880	100%	99359	100,0%	336	100%	103758	100%

Fonte: EY-Parthenon com base no SI do COMPETE

Quadro A16. Nº de projetos apoiados e investimento elegível apoiado por medida e por níveis de intensidade tecnológica da indústria transformadora (projetos cujo promotor é de natureza empresarial e opera na Indústria Transformadora)

	I&D		Inovação Produtiva		QI PME		APOIAR/ADAPTAR		Formação		Total	
	Nº de projetos	Inv. Elegível	Nº de projetos	Inv. Elegível	Nº de projetos	Inv. Elegível	Nº de projetos	Inv. Elegível	Nº de projetos	Inv. Elegível	Nº de projetos	Inv. Elegível
Indústrias de Alta e Média-Alta Tecnologia	241	57,7%	252	32,7%	255	21,9%	54	11,2%	39	17,5%	841	35,3%
Indústrias de Baixa e Média-Baixa Tecnologia	499	42,3%	633	67,3%	1093	78,1%	584	88,8%	198	82,5%	3007	64,7%
Total	740	100%	885	100%	1348	100%	638	100,0%	237	100%	3848	100%

Fonte: EY-Parthenon com base no SI do COMPETE

Nota: A classificação por níveis de intensidade tecnológica adotada segue a classificação proposta pela OCDE, respetivamente: i) **Indústrias de Alta e Média-Alta Tecnologia** incluem Aeronáutica e aeroespacial, produtos farmacêuticos, computadores e equipamentos informáticos e de escritório, eletrónica e equipamentos de telecomunicações, instrumentos médicos, óticos e de precisão, Máquinas e aparelhos elétricos, automóveis e componentes, indústrias químicas (excluindo farmacêutica), equipamento ferroviário e outro equipamento de transporte, máquinas e equipamentos; ii) **Indústrias de Baixa e Média-Baixa Tecnologia** incluem: Coque, produtos refinados do petróleo e combustível nuclear, borracha e plásticos, produtos minerais não metálicos, construção e reparação naval, metalurgias de base, produtos metálicos, Pasta e papel, artes gráficas, têxteis, vestuário, couro, calçado, produtos alimentares, bebidas e tabaco, madeira, mobiliário e cortiça.

Quadro A17. Nº de projetos apoiados e investimento elegível apoiado por medida e por fatores-chave de competitividade da indústria transformadora (projetos cujo promotor é de natureza empresarial: Indústria Transformadora)

	I&D		Inovação Produtiva		QI PME		APOIAR/ADAPTAR		Formação		Total	
	Nº de projetos	Inv. Elegível	Nº de projetos	Inv. Elegível	Nº de projetos	Inv. Elegível	Nº de projetos	Inv. Elegível	Nº de projetos	Inv. Elegível	Nº de projetos	Inv. Elegível
Fatores Competitivos Avançados	498	81,3%	568	63,9%	653	52,2%	112	23,0%	101	36,9%	1932	65,3%
Fatores Competitivos Menos Avançados	242	18,7%	317	36,1%	695	47,8%	526	77,0%	136	63,1%	1916	34,7%
Total	740	100,0%	885	100,0%	1348	100,0%	638	100,0%	237	100,0%	3848	100,0%

Fonte: EY-Parthenon com base no SI do COMPETE

Nota: A classificação por fatores chave de competitividade adotada constitui um desenvolvimento da classificação proposta pela OCDE, traduzindo-se na afetação das diferentes atividades industriais em cinco grupos ou segmentos (neste caso, os "Fatores Competitivos Avançados" incluem os primeiros dois grupos: Intensidade do esforço de I&D (em % vendas) e Afirmação da Diferenciação dos Produtos e os "Fatores Competitivos Menos Avançados" incluem os últimos três segmentos: Peso relevante dos Recursos Naturais na Cadeia de Valor, Forte conteúdo em Trabalho Direto, Exploração de Economias de Escala), de acordo com os fatores principais que influenciam ou determinam a competitividade de cada atividade e, desse modo, configuram os contornos centrais dos modelos de negócios que nelas se consolidam (o quadro seguinte sintetiza a classificação adotada nas suas grandes linhas, uma vez que ela foi operacionalizada com um nível de desagregação da CAE de 2 dígitos).

	Segmentos	Fator Chave de Competitividade	Indústrias
Fatores Competitivos Avançados	Intensidade do esforço de I&D (em % vendas)	Aplicação rápida do progresso científico (ciclo de vida curto) e gestão da propriedade industrial (patentes)	Fabricação de máquinas de escritório e de equipamento para o tratamento automático da informação; Fabricação de equipamento e de aparelhos de rádio, televisão e comunicação; Fabricação de aparelhos e instrumentos médico-cirúrgicos, ortopédicos, de precisão, de ótica e de relojoaria
	Afirmação da Diferenciação dos Produtos	Adaptação dos produtos (e serviços associados) às características diversificadas ou segmentadas da procura	Edição, impressão e reprodução de suportes de informação gravados; Fabricação de outros produtos minerais não metálicos; Indústrias metalúrgicas de base; Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamento; Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.; Fabricação de máquinas e aparelhos elétricos, n.e.
Fatores Competitivos Menos Avançados	Peso relevante dos Recursos Naturais na Cadeia de Valor	Condições favoráveis (proximidade, preço, "sourcing") no acesso aos recursos naturais	Indústrias alimentares e das bebidas; Indústria do tabaco; Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos
	Forte conteúdo em Trabalho Direto	Baixo custo na utilização do fator trabalho por unidade produzida (CTUP)	Fabricação de têxteis; Indústria do vestuário; preparação, tingimento e fabricação de artigos e peles com pelo; Curtimenta e acabamento de peles sem pelo; Fabricação de artigos de viagem, marroquinaria, artigos de correeiro, seleiro e calçado; Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria; Fabricação de mobiliário; outras indústrias transformadoras, n.e.

	Exploração de Economias de Escala	Possibilidade de extensão da escala operacional ou da série de produção e distribuição	Fabricação de produtos químicos; Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas; Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques; Fabricação de outro material de transporte
--	-----------------------------------	--	---

Quadro A18. Nº de projetos apoiados e investimento elegível apoiado por medida e por serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia (projetos cujo promotor é de natureza empresarial na área dos Serviços)

	I&D		Inovação Produtiva		QI PME		APOIAR/ADAPTAR		Formação		Total	
	Nº de projetos	Inv. Elegível	Nº de projetos	Inv. Elegível	Nº de projetos	Inv. Elegível	Nº de projetos	Inv. Elegível	Nº de projetos	Inv. Elegível	Nº de projetos	Inv. Elegível
Serviços Intensivos em Conhecimento de Alta Tecnologia	211	57,0%	9	12,4%	65	18,8%	693	1,5%	6	7,5%	984	15,1%
Serviços Não Intensivos em Conhecimento de Alta Tecnologia	192	43,0%	94	87,6%	380	81,2%	97904	98,5%	69	92,5%	98639	84,9%
Total	403	100,0%	103	100,0%	445	100,0%	98597	100,0%	75	100,0%	99623	100,0%

Fonte: EY-Parthenon com base no SI do COMPETE

Nota: Consideradas as seguintes CAE a 2 dígitos enquanto serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia (59, 60, 61, 62, 63 e 72)

Quadro A19. Análise do peso dos promotores empresariais apoiados pelo COMPETE no tecido empresarial, por agrupamento setorial

	Peso das empresas dos Promotores Apoiados (PA) no total do setor (PP)	Peso do emprego dos Promotores Apoiados (PA) no total do setor (PP)	Peso do VAB dos Promotores Apoiados (PA) no total do setor (PP)
Agrupamento Setorial			
Agricultura, Silvicultura e Pescas	0,0%	1,2%	2,8%
Indústria Extrativa	0,8%	5,6%	4,5%
Alimentar	1,6%	17,5%	27,5%
Têxtil, Vestuário e Calçado	1,9%	19,5%	26,3%
Madeira, Cortiça e Mobiliário	1,5%	24,9%	40,2%
Papel e Publicações	1,2%	20,5%	37,3%
Petrolíferas e Químicas	9,9%	32,2%	28,5%
Farmacêutica	23,7%	44,3%	61,5%
Borracha e Plásticos	11,5%	55,9%	104,2%
Metálica	2,2%	27,2%	36,1%
Mecânica e Eletrónica	2,7%	32,2%	34,8%
Equipamento de Transporte	7,1%	54,9%	51,4%
Material de Construção	2,7%	47,1%	99,9%
Energia e Ambiente	1,0%	3,4%	0,5%
Transportes e Logística	0,3%	4,0%	2,6%
Construção	0,1%	3,8%	5,8%
Comércio	0,1%	2,4%	3,2%
Hotelaria e Restauração	0,2%	1,8%	3,7%
Serviços de Informação e Comunicação	1,3%	16,6%	18,2%
Serviços Empresariais	0,1%	1,6%	3,4%
Educação, Saúde e Cultura	0,1%	1,8%	3,3%
Outras Atividades	0,0%	1,9%	7,8%

Nota: Procura potencial (PP) corresponde ao universo empresarial em Portugal apurado pelo sistema de contas integradas das empresas do INE e excluído das atividades não elegíveis (financeiras e de seguros, defesa e lotarias e outros jogos de aposta); Procura apoiada (PA) inclui os promotores e projetos empresariais apoiados pelo POCI (Sistema de Incentivos). O peso do número de empresas, do emprego e do VAB da procura apoiada na procura potencial tem em consideração estes indicadores no ano pré-projeto no total do número de empresas, pessoal ao serviço nas empresas e VAB em 2014. No caso dos promotores com mais do que um projeto apoiado, considerou-se apenas os indicadores relativos ao primeiro projeto.

Fonte: EY-Parthenon, com base em dados do INE e dos SI do COMPETE

Quadro A20. Análise do peso dos promotores empresariais apoiados pelo COMPETE no tecido empresarial, por intensidade tecnológica, fator chave de competitividade e nível de intensidade de conhecimento de alta tecnologia

	Peso das empresas dos Promotores Apoiados (PA) no total do segmento (PP)	Peso do emprego dos Promotores Apoiados (PA) no total do segmento (PP)	Peso do VAB dos Promotores Apoiados (PA) no total do segmento (PP)
Intensidade tecnológica da Indústria Transformadora			
Indústrias assentes em alta tecnologia	10,7%	59,4%	58,9%
Indústrias assentes em média-alta tecnologia	5,5%	43,8%	42,2%
Indústrias assentes em baixa tecnologia	2,0%	24,3%	38,7%
Fatores competitivos avançados da Indústria Transformadora			
Fatores Competitivos Avançados (I&D, inovação e diferenciação)	3,0%	33,8%	43,5%

	Peso das empresas dos Promotores Apoiados (PA) no total do segmento (PP)	Peso do emprego dos Promotores Apoiados (PA) no total do segmento (PP)	Peso do VAB dos Promotores Apoiados (PA) no total do segmento (PP)
Fatores Competitivos Não Avançados (Recursos Naturais, Trabalho e Economias de Escala)	1,3%	15,1%	23,5%
Serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia			
Serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia (Cinema, vídeo, programas de televisão, som e música; Rádio e televisão; Telecomunicações, TIC's; Serviços de informação; Investigação científica e de desenvolvimento)	1,1%	13,4%	16,5%
Restantes Serviços	0,1%	1,9%	3,0%

Nota: Procura potencial (PP) corresponde ao universo empresarial em Portugal apurado pelo sistema de contas integradas das empresas do INE e excluído das atividades não elegíveis (financeiras e de seguros, defesa e lotarias e outros jogos de aposta); Procura apoiada (PA) inclui os promotores e projetos empresariais apoiados pelo POCI (Sistema de Incentivos). O peso do número de empresas, do emprego e do VAB da procura apoiada na procura potencial tem em consideração estes indicadores no ano pré-projeto no total do número de empresas, pessoal ao serviço nas empresas e VAB em 2014. No caso dos promotores com mais do que um projeto apoiado, considerou-se apenas os indicadores relativos ao primeiro projeto. Fonte: EY-Parthenon, com base em dados do INE e dos SI do COMPETE

Quadro A21. Evolução dos principais indicadores macroeconómicos da Economia Nacional entre 2014-2021

Indicador	Unidade	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Autonomia financeira (BdP)	(%)	29,2	31,3	32,1	33,2	35,2	36,5	38,0	29,2
Liquidez geral (BdP)	(%)	120,9	126,7	126,7	127,2	132,6	139,1	146,3	120,9
Margem EBITDA em percentagem dos rendimentos (BdP)	(%)	8,8	10,5	10,6	11,1	10,6	10,4	9,2	8,8
Pressão financeira (Gastos de financiamento / EBITDA) (BdP)	(%)	31,2	23,2	20,0	16,1	14,1	13,6	16,0	31,2
Valor acrescentado bruto (VAB) (BdP)	€M	71.254	75.684	80.473	87.211	92.201	99.146	90.803	105.480
Vendas e serviços prestados (BdP)	€M	308.853	316.233	323.735	355.645	379.748	393.803	357.445	414.458
Vendas e serviços prestados no mercado externo (BdP)	€M	69.030	69.660	69.799	78.212	82.627	85.864	74.863	92.897
Número de pessoas ao serviço (BdP)	Milhares	2.556	2.667	2.747	2.913	3.065	3.177	3.115	3.198
Número de empresas (BdP)	Milhares	406	417	424	438	454	475	489	497
Evolução do PIB face ao ano anterior (Eurostat)	(%)	1,5	3,9	3,8	5,1	4,7	4,5	-6,5	7,1
PIB Per Capita em (em paridades dos poderes de compra) (Eurostat)	(€)	20.600	21.300	22.000	22.700	23.700	24.600	22.900	24.300
Produtividade aparente do trabalho (INE)	(€)	33.662	33.489	34.205	34.838	35.323	36.114	37.461	35.926

Fonte: EY-Parthenon com base em dados do Banco de Portugal, Eurostat e INE.

* O âmbito do INE são as empresas, no Banco de Portugal o âmbito são as sociedades não financeiras e no Eurostat é a economia.

Projetos de Formação (Eixo 3)

Quadro A22. Tipologia de formação, por ciclo de formação-ação, ponderado pelo nº de empresas e formandos

	% de PME	% de PME - 1º Ciclo	% de PME - 2º Ciclo	% Formandos	% Formandos - 1º Ciclo	% Formandos - 2º Ciclo
Ciclo de Planeamento	4%	8%	0%	3%	5%	0%
Desempenho Organizacional e de Recursos Humanos	7%	14%	0%	8%	17%	0%
Economia Digital	21%	10%	32%	19%	9%	30%
Gestão Agrícola	2%	3%	0%	0%	1%	0%
Gestão de inovação	10%	0%	19%	10%	0%	20%

	% de PME	% de PME - 1º Ciclo	% de PME - 2º Ciclo	% Formandos	% Formandos - 1º Ciclo	% Formandos - 2º Ciclo
Implementação de sistemas de gestão	12%	9%	16%	15%	11%	19%
Organização e gestão	19%	29%	10%	28%	40%	15%
Otimização de recursos financeiros	6%	0%	13%	3%	0%	6%
Outras	19%	28%	11%	13%	17%	10%

Fonte: EY-Parthenon com base no SI do COMPETE

Quadro A23. Tipologia de formação, por dimensão da empresa, ponderado pelo nº de empresas

	Média Empresa	Pequena Empresa	Micro Empresa	Não Aplicável
Ciclo de Planeamento	4%	3%	8%	0%
Desempenho Organizacional e de Recursos Humanos	7%	8%	14%	0%
Economia Digital	21%	19%	10%	32%
Gestão Agrícola	2%	0%	3%	0%
Gestão de inovação	10%	10%	0%	19%
Implementação de sistemas de gestão	12%	15%	9%	16%
Organização e gestão	19%	28%	29%	10%
Otimização de recursos financeiros	6%	3%	0%	13%
Outras	19%	13%	28%	11%

Fonte: EY-Parthenon com base no SI do COMPETE

Quadro A24. Principais Motivos para a Inelegibilidade por Principais Medidas do COMPETE- descrição

Principais Razões de Inelegibilidade por Principais Medidas	Nº.	Em %
ADAPTAR PME	436	100%
312 - Corresponder a uma despesa mínima elegível de 5 mil euros.	125	29%
402 - Não ter pontuação inferior ou igual a 1 no critério A do MP.	56	13%
401a - Não ter pontuação MP inferior a 4,40;	56	13%
APOIAR - PME	1331	100%
503 - Declarar uma diminuição da faturação comunicada à AT no sistema e-Fatura de, pelo menos, 25% em 2020, face ao ano anterior, ou, no caso de empresas que iniciaram atividade no ano de 2019, declarar uma diminuição da faturação média mensal comunicada à AT no sistema e-Fatura de, pelo menos, 25% em 2020, face à média mensal do período de atividade decorrido até 29 de fevereiro de 2020, considerando apenas os meses civis completos.	483	36%
503 - Declarar uma diminuição da faturação comunicada à AT no sistema e-Fatura de, pelo menos, 25% nos três primeiros trimestres de 2020, face ao período homólogo do ano anterior ou, no caso de empresas que iniciaram atividade no ano de 2019, declarar uma diminuição da faturação média mensal comunicada à AT no sistema e-Fatura de, pelo menos, 25% nos três primeiros trimestres de 2020, face à média mensal do período de atividade decorrido até 29 de fevereiro de 2020, considerando apenas os meses civis completos.	409	31%
APOIAR +SIMPLES	442	100%
503 - Declarar uma diminuição da faturação comunicada à AT no sistema e-Fatura de, pelo menos, 25% em 2020, face ao ano anterior, ou, no caso de empresas que iniciaram atividade no ano de 2019, declarar uma diminuição da faturação média mensal comunicada à AT no sistema e-Fatura de, pelo menos, 25% em 2020, face à média mensal do período de atividade decorrido até 29 de fevereiro de 2020, considerando apenas os meses civis completos.	442	100%
APOIAR RENDAS - PME	454	100%
503 - Declarar uma diminuição da faturação comunicada à AT no sistema e-Fatura de, pelo menos, 25% em 2020, face ao ano anterior, ou, no caso de empresas que iniciaram atividade no ano de 2019, declarar uma diminuição da faturação média mensal comunicada à AT no sistema e-Fatura de, pelo menos, 25% em 2020, face à média mensal do período de atividade decorrido até 29 de fevereiro de 2020, considerando apenas os meses civis completos.	447	98%
Garantir Cultura	243	100%
101 - Contribuir para os objetivos e prioridades enunciadas no Aviso de concurso (Ponto 1 Aviso);	86	35%

Principais Razões de Inelegibilidade por Principais Medidas	Nº.	Em %
317 - Ter por objetivo a realização de atividades de criação ou programação culturais dirigidas ao público;	46	19%
318 - Ter enquadramento, em, pelo menos, uma das áreas temáticas.	45	19%
I&DT - Copromoção	894	100%
402 - Não ter pontuação inferior a 3 no critério A ou inferior a 2 em qualquer um dos outros critérios 1º nível do MP.	287	32%
401 - Não ter pontuação MP inferior a 3,00;	98	11%
409 - Não ter pontuação MP inferior ao limiar de seleção do Aviso.	79	9%
I&DT - Demonstradores Copromoção	88	100%
402 - Não ter pontuação inferior a 3 no critério A ou inferior a 2 em qualquer um dos outros critérios 1º nível do MP.	13	15%
107 - Enquadrar-se na tipologia "Projetos demonstradores" na modalidade em copromoção (Ponto 2 do Aviso).	9	10%
308 - Incorporar desenvolvimentos técnicos ou tecnológicos significativos.	7	8%
I&DT - Individuais	322	100%
101 - Contribuir para os objetivos e prioridades enunciadas no Aviso de concurso (alínea a) do Ponto 6 Aviso);	53	16%
305 - Apresentar caracterização técnica e orçamento detalhados e fundamentados com estrutura de custos adequada;	47	15%
402 - Não ter pontuação inferior a 3 no critério A ou inferior a 2 em qualquer um dos outros critérios 1º nível do MP.	41	13%
I&DT - Vales	195	100%
101 - Contribuir para os objetivos e prioridades enunciadas no Aviso de concurso (Ponto 1 Aviso);	45	23%
102 - Enquadrar-se numa tipologia de operações (Ponto 2 Aviso).	51	26%
Inovação - Produtiva - COVID-19	270	100%
101 - Contribuir para os objetivos e prioridades enunciadas no Aviso de concurso (Ponto 1 Aviso).	150	56%
309 - Duração máxima de execução de 6 meses, a contar da data de notificação da decisão.	29	11%
Inovação - Produtiva	921	100%
303 - Demonstrar que se encontram asseguradas as fontes de financiamento;	96	10%
101 - Contribuir para os objetivos e prioridades enunciadas no Aviso de concurso (Ponto 1 Aviso);	90	10%
302 - Viabilidade económico-financeira do projeto;	85	9%
QI PME - Conjuntos	189	100%
317 - Ser sustentado por um plano de ação conjunto adequadamente fundamentado nos termos da estrutura definida no anexo E.	25	13%
307 - Ser sustentado por um plano de ação conjunto adequadamente fundamentado nos termos da estrutura definida Anexo A.	22	12%
103 - Configurar a modalidade de projeto conjunto;	20	11%
QI PME - Individuais	392	100%
402 - Não ter pontuação inferior a 3 no critério A ou inferior a 2 em qualquer um dos outros critérios 1º nível do MP.	57	15%
101 - Contribuir para os objetivos e prioridades enunciadas no Aviso de concurso (Ponto 1 Aviso);	46	12%
302 - Ser sustentado por uma análise estratégica da empresa que identifique as áreas de competitividade críticas para o negócio onde se insere.	43	11%
QI PME - Vales	293	100%
101 - Contribuir para os objetivos e prioridades enunciadas no Aviso de concurso (Ponto 1 Aviso);	56	19%
104 - Enquadramento no âmbito setorial (Ponto 5 Aviso).	41	14%
102 - Enquadrar-se numa ou mais das tipologias de operações (Ponto 2 Aviso).	34	12%
SAICT - Proj. de IC&DT	829	100%
301 - Inserir-se nos domínios prioritários da estratégia de I&I para uma EI.	192	23%
102 - Enquadrar-se nos domínios prioritários da estratégia nacional de investigação e inovação para uma especialização inteligente (RIS3) (subalíneas a.4 e a.3) da alínea a) do Ponto 6.1 do Aviso), no caso do financiamento ser pelo POCI;	186	22%
402 - Não ter pontuação inferior a 3 nos critérios A e B.	166	20%
SAMA - TIC	447	100%

Principais Razões de Inelegibilidade por Principais Medidas	Nº.	Em %
401 - Obter uma pontuação final de MO igual ou superior a 3,00;	94	21%
402 - Obter pontuações mínimas de 3,00 pontos no critério A e 3,00 pontos no critério B.	83	19%
SIAC	987	100%
302 - Demonstrar que se encontram asseguradas as fontes de financiamento da parcela de investimento total não coberta pelo financiamento público.	151	15%
402 - Obter pontuações mínimas de 3,00 pontos no critério A e 3,00 pontos no critério B.	67	7%
401 - Obter uma pontuação final de MP igual ou superior a 3,00;	66	7%

Fonte: EY-Parthenon com base no SI do COMPETE

Quadro A25. Tipologias de razões da não admissibilidade /aprovação do COMPETE - descrição e explicitação

Problemas de enquadramento no Aviso de Abertura de Concurso
Falhas de documentação
Incluem-se faltas de documentos fundamentais à candidatura, análises estratégicas ou planos de <i>marketing</i> , por exemplo.
Problemas de enquadramento associados ao investimento
Para além de violações dos limites formais ao montante de investimento definidos do AAC (por exemplo limites mínimos de despesa elegível), esta tipologia enquadra também falhas relativas ao impacto do investimento (por exemplo, apresentar um plano formativo, apresentar um plano de ação, apresentar um impacto relevante em termos de criação de emprego qualificado ou contribuir de forma relevante para a internacionalização e orientação transacionável da economia portuguesa).
Problemas de enquadramento nos objetivos e prioridades enunciadas no Aviso de Concurso
Incluem-se projetos cujo desenvolvimento não contribua para os objetivos e prioridades enunciadas no AAC
Problemas fundamentais de enquadramento no concurso
Incluem-se falhas tais como o não enquadramento da modalidade de projeto, da tipologia de entidade, ou do âmbito setorial do projeto no previsto no AAC. Estes distinguem-se dos problemas associados ao investimento dada sua natureza "fundamental" e, portanto, anterior à daqueles. Deste modo, podemos afirmar serem os problemas fundamentais a primeira razão de não admissibilidade dos projetos.
Falhas de enquadramento do promotor no POCI
Falta de meios técnicos, financeiros ou outros para a execução do projeto
Incluem-se, essencialmente, candidaturas que até à data de aprovação não possuíam nem conseguiam assegurar os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação incluindo, por exemplo, o financiamento mínimo por capitais próprios.
Problemas fundamentais de enquadramento do promotor no POCI
Nestes problemas fundamentais enquadram-se a não apresentação de uma situação económico-financeira equilibrada ou, nas especificidades associadas a cada uma das medidas, por exemplo, o promotor não corresponder a uma PME ou a uma empresa criada há menos de x anos ou, por exemplo, não declarar uma diminuição da faturação comunicada à AT.
Problemas relacionados com a existência de outras candidaturas ao PT2020
Esta tipologia abrange eventuais conflitos entre candidaturas: ter apresentado a mesma candidatura no âmbito da qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou ter projetos aprovados na mesma tipologia a que se candidata.
Falhas de enquadramento do projeto no POCI
Falta de enquadramento nos domínios prioritários para uma especialização inteligente
Ausência de enquadramento nos domínios prioritários da estratégia de investigação e inovação para uma especialização inteligente (RIS3) nacional ou regional.
Falhas burocráticas, relativas a prazos de início ou fim do projeto e da estrutura dos consórcios
Aqui enquadram-se falhas de documentação, não apresentação e caracterização técnica e orçamento detalhados e fundamentados com estrutura de custos adequada ou no caso de projetos conjuntos o consórcio não ser um "consórcio completo", designadamente aqueles que incluam a participação de entidades empresariais nas fases críticas da cadeia de valor dos produtos ou processos.

Problemas de enquadramento associados ao investimento

Esta tipologia inclui falhas semelhantes aquelas definidas nos “Problemas de enquadramento no Aviso de Abertura de Concurso”, referindo-se, no entanto, a violações de princípios postulados no POCl e não em sede de AAC

Problemas fundamentais de enquadramento do projeto no POCl

Aqui se incluem a obrigatoriedade de o projeto ter data de candidatura anterior à data de início dos trabalhos, demonstrar que se encontram asseguradas as fontes de financiamento ou a viabilidade e sustentabilidade económico-financeira da empresa.

Falta de mérito do projeto

O projeto ter pontuação no Mérito em determinados critérios ou no Projeto inferior a XX.

Fonte: EY-Parthenon com base no SI do COMPETE

Quadro A26. Distribuição das tipologias de razões da não admissibilidade /aprovação do COMPETE

Tipologias de razões da não admissibilidade /aprovação	Distribuição
Falhas de documentação	2,6%
Problemas de enquadramento associados ao investimento	19,7%
Problemas de enquadramento nos objetivos e prioridades enunciadas no Aviso de Concurso	9,4%
Problemas fundamentais de enquadramento no concurso	8,0%
Falta de meios técnicos, financeiros ou outros para a execução do projeto	3,0%
Problemas fundamentais de enquadramento do promotor no concurso	3,7%
Problemas fundamentais de enquadramento do promotor no POCl	25,1%
Problemas relacionados com a existência de outras candidaturas ao PT2020	0,2%
Falta de enquadramento nos domínios prioritários para uma especialização inteligente	6,1%
Falhas de documentação, burocráticas, relativas a prazos de início ou fim do projeto e da estruturas dos consórcios	3,8%
Falhas burocráticas, relativas a prazos de início ou fim do projeto e da estrutura dos consórcios	0,6%
Problemas fundamentais de enquadramento do projeto no concurso no POCl	2,0%
Falta de Mérito	15,8%
Total	100,0%

Fonte: EY-Parthenon com base no SI do COMPETE

Anexo 2. Teoria da Mudança

A presente avaliação assume-se essencialmente como uma avaliação de impacto, sendo orientada para “determinar a eficácia, a eficiência e o impacto” dos apoios dos Fundos, ou seja, determinar o contributo dos Fundos veiculados pelo PO para os Objetivos Específicos de cada PI mobilizada pelo COMPETE. Adicionalmente são colocadas questões de avaliação que visam também aferir a relevância dos apoios do PO e o VAC que lhe está subjacente.

O momento em que ocorre a presente avaliação influencia os seus objetivos e, necessariamente, a abordagem metodológica requerida para a sua concretização. O exercício de avaliação incide sobre um Programa implementado num contexto económico e financeiro que se veio a deteriorar em resultado da crise desencadeada pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19). A situação de crise condicionará a análise dos resultados (e sobretudo dos impactos) do PO por duas ordens de razões: por um lado, a crise terá condicionado os resultados dos projetos em curso e o arranque de novos projetos e, por outro lado, os projetos aprovados no âmbito das medidas de resposta à crise, em volume significativo no quadro global do número de projetos apoiados pelo PO, iniciaram-se mais tarde, condicionando os níveis de execução e a produção de resultados.

A existência de um conjunto de avaliações de natureza temática ou transversal já desenvolvido, cobrindo de forma diversa os objetivos específicos (OE) definidos no PO e, ainda, a variabilidade dos recursos afetos às diferentes prioridades, justificam, conforme previsto no CE, a existência de níveis diferenciados de aprofundamento analítico, os quais determinam a abordagem metodológica da presente avaliação.

Quadro A27. Opções de aprofundamento analítico da avaliação

Opção	Eixo	PI	TI	Tipologia de Intervenção	Nº Projetos	% Fundo Executado	Recolha Documental	Recolha de Dados	Inquéritos	Entrevistas (AG, AD&C)	Avaliações temáticas	Focus Group	Outras Entrevistas	Estudos de Caso
1.2	1	1.2	47	Atividades de I&D empresarial	1 162	6%								
	1	1.2	49	Investimento empresarial em inovação de não PME	242	13%								
	2	2.3	50	Promoção das TIC na administração e serviços públicos	415	2%								
	2	3.2	52	Internacionalização das PME	1 240	5%	x	x	x	x	x	x	x	x
	2	3.3	53	Qualificação e inovação das PME	1464	23%								
	3	8.5	60	Formação de empresários e trabalhadores das empresas	1 441	2%								
	5	11.1	62	SAMA - Capacitação	451	2%								
	5	11.1	63	SAMA - TIC	47	0%								
1.1	3	8.3	B4	IF - Instrumentos Financeiros	1	0%	x	x	x	x	x			
2.1	1	1.1	45	Investigação científica e tecnológica	1 306	5%								
	1	1.2	46	Valorização económica e transferência do conhecimento científico e tecnológico	21	0%								
	1	1.2	48	Clusters e redes de inovação	29	0%								
	1	1.2	B7	CRII - Atividades de I&D empresarial	80	0%								
	1	1.2	B8	CRII - Investimento empresarial em inovação de não PME	29	1%								
	2	3.1	51	Empreendedorismo qualificado e criativo - IF	1	1%								
	2	3.1	51	Empreendedorismo qualificado e criativo	29	0%								
	2	3.2	52	Internacionalização das PME - SIAC?	139	2%								
	2	3.3	53	Qualificação e inovação das PME - SIAC	109	1%	x	x	x	x				
	2	3.3	B9	CRII - Qualificação e inovação das PME	723	1%								
	2	3.3	D6	Apoiar	31 177	6%								
	3	8.3	B5	SIAC	30	0%								
	4	7.1	55	RAIT - Ferrovias/portos RTE-T	15	5%								
	4	7.3	57	RAIT - Portos não RTE-T	5	1%								
	4	7.4	58	RAIT - Ferrovias não RTE-T	2	0%								
	6	13.1	77	Assistência Técnica	28	1%								
7	40.R2	E2	Apoiar	67 501	21%									
7	40.R2	G7	Garantir Cultura	615	0%									
8	40.R3	H4	Testagem rápida nas escolas	2	0%									

Fonte: EY-Parthenon com base no Caderno de Encargos

Figura A7. Teoria da mudança subjacente à intervenção - Quadro conceitual



Fonte: EY-Parthenon

Figura A8. Teoria da Mudança

Racional da Intervenção / Enquadramento	Atividades Principais	Sub-atividades / Recursos	Realizações	Resultados	Impactos
<p>Existia uma meta ambiciosa do Governo português em termos de despesa empresarial em I&D em % do PIB (2,1% em 2020, em 2011 foi de 0,7%), reforçada por baixos níveis deste indicador nas regiões de convergência. Por outro lado, era patente a reduzida capacidade inovadora das empresas ao nível da inovação de produto e a fraca intensidade em inovação, de forma particular nas regiões de convergência.</p> <p>O perfil de especialização produtiva é insuficiente, quer pela pouca relevância das atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis e internacionalizáveis, quer pela baixa intensidade de inovação, tecnologia e conhecimento do tecido produtivo.</p> <p>Complementarmente, promover a cooperação entre o sistema científico e o tecido empresarial para potenciar o sucesso das estratégias de competitividade, inovação e internacionalização da economia nacional.</p>	<p>Promoção do investimento das empresas em I&D e criação de sinergias para a inovação e I&D (PI 1.2)</p>	<p>Atividades de I&D Empresarial</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Investimento em atividades de I&D empresarial, incluindo RH qualificados; - Participação das entidades não empresariais em projetos de I&D liderados por empresas que criem dinâmicas de transferência de conhecimento entre estes dois tipos de entidades. 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de novos produtos/serviços com potencial de mercado, em áreas prioritárias da RIS3; - Aumento das despesas em I&D no VAB das empresas apoiadas; - Aprofundar as redes de cooperação empresarial e as dinâmicas de transferência de conhecimento para o tecido empresarial com objetivo de valorização (e.g. patentes). 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da capacidade de inovação no tecido empresarial (Aumento da inovação no tecido empresarial); - Renovação do perfil de especialização da economia (e.g. produção transacionável), induzindo a melhoria da competitividade da economia portuguesa e dos seus territórios;
		<p>Investimento empresarial em inovação de não PME</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Projetos de investimento em atividades inovadoras (produto, processo, métodos organizacionais e marketing); - Projetos de investimentos em atividades de elevado potencial económico (alinhados com as prioridades da RIS3), e significativos efeitos de arrastamento nas PME. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar o volume de negócios (nacional e internacional) associado a inovações tecnológicas de elevado potencial; - Reforço das cadeias de abastecimento nacionais a grandes empresas (e.g. clubes de fornecedores) em termos de dimensão e qualificação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reforço da capacitação da economia para a inovação e aumento do peso do investimento em I&D empresarial no PIB.
			I	II	III
			Pressupostos / Riscos	Pressupostos / Riscos	Pressupostos / Riscos
<p>Não obstante a evolução positiva em matéria de exportações, é notória a dificuldade em consolidar as realizações alcançadas (e.g. forte concentração no mercado europeu, insuficiente diversificação dos produtos), uma deficiente capacidade técnica e de gestão ao nível da organização, inovação e marketing internacional, e fortes constrangimentos financeiros das PME para alavancar processos de internacionalização.</p> <p>Uma grande percentagem de microempresas e PME caracteriza-se pela fragmentação, baixos níveis de produtividade e reduzida qualificação dos ativos, ao qual alia uma carteira de produtos e serviços pouco intensivos em tecnologia e conhecimento, com poucas dinâmicas e concorrência assente no fator custo de mão-de-obra.</p> <p>As PME têm reduzidas competências e estratégias débeis, com fragilidades ao nível da qualificação de empregadores e empregados e da reduzida propensão para a adoção de estratégias de negócio mais sofisticadas.</p> <p>O perfil de especialização produtiva é insuficiente, quer pela pouca relevância das atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis e internacionalizáveis, quer pela baixa intensidade de inovação, tecnologia e conhecimento do tecido produtivo.</p>	<p>Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, com especial foco na internacionalização (PI 3.2)</p>	<p>Internacionalização das PME</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Projetos de internacionalização das PME, incluindo criação de emprego; - Realização de eventos para reforço de dinâmicas de rede e produção de conhecimento de suporte à qualificação das empresas em matéria de internacionalização. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do valor das exportações e orientação exportadora das PME apoiadas, incluindo diversidade de mercados; - Reforço das competências e estratégias das PME para a internacionalização. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da intensidade exportadora do tecido empresarial; - Alargamento da base exportadora nacional (empresas não exportadoras antes dos apoios); - Aposta em bens e serviços transacionáveis e com valor acrescentado, a internacionalização das empresas e a diversificação de mercados; - Reforço da competitividade e produtividade das PME.
	<p>Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços (PI 3.3)</p>	<p>Qualificação e inovação produtiva das PME</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Projetos de investimento em atividades inovadoras (produto, processo, métodos organizacionais e marketing); - Criação de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia e serviços intensivos em conhecimento; - Realização de eventos para reforço de dinâmicas de rede e produção de conhecimento de suporte à qualificação das empresas em fatores imateriais 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do número de empresas com mais de 10 trabalhadores com atividade de inovação; - Reforço das competências e estratégias das PME para a inovação; - Fomentar a inserção de PME em redes de cooperação e conhecimento (aumento da proporção das PME com cooperação para a inovação). 	<ul style="list-style-type: none"> - Qualificação da base empresarial através da capacitação das PME, orientada para a produtividade e criação de valor; - Reforço das dinâmicas de valorização de conhecimento pelo setor empresarial; - Alargamento e diversificação da base produtiva com vista a melhorar o seu posicionamento nas cadeias de valor internacionais; - Reforço da competitividade e produtividade das PME.

Racional da Intervenção / Enquadramento	Atividades Principais	Sub-atividades / Recursos	Realizações	Resultados	Impactos
<p>Persistem ineficiências e assimetrias entre áreas de Governo na provisão de serviços públicos digitais e na relação entre a Administração Pública e cidadãos e empresas, o que gera ainda custos de contexto relevantes que obstam à competitividade das empresas</p>	<p>Reforço das aplicações no domínio das TIC para a administração em linha, aprendizagem em linha, ciberinclusão, cultura eletrónica e saúde em linha (2.3)</p>	<p>Promoção das Tecnologias de Informação e Comunicação na administração e serviços públicos</p>	<p>- Criação / melhoria de canais de distribuição de serviços públicos online / multicanal; - Reforço de infraestruturas/equipamentos e projetos de transformação de processos internos que reforcem a eficiência da Administração.</p>	<p>II</p> <p>- Incremento da utilização de meios digitais e formas integradas de atendimento, por cidadãos e empresas; - Desenvolvimento e disseminação de soluções transversais TIC na Administração Pública (e.g. iAP, eID); - Reforço da produtividade e capacidade de resposta da Administração Pública.</p>	<p>III</p> <p>- Redução dos custos de contexto para cidadãos e empresas, na sua relação com a Administração; - Reforço da competitividade das PME.</p>
<p>Reduzido nível médio das qualificações da população adulta empregada, incluindo empresários e gestores, associada à generalização tardia da escolarização mais intensa da população portuguesa e à reduzida participação da população adulta em atividades de educação e formação certificada. Desajustamento entre as qualificações produzidas pela educação formal e as procuradas pelo mercado de trabalho.</p>	<p>Adaptabilidade dos trabalhadores, empresas e empresários à mudança (PI 8.5)</p>	<p>Formação de empresários e trabalhadores das empresas</p>	<p>I</p> <p>- Participação de empresários e trabalhadores em ações de formação em contexto empresarial</p>	<p>- Reforço da aptidão dos empresários e trabalhadores para a inovação e gestão após a frequência da formação - Aumento da proporção de empresas que implementam planos de mudança organizacional associados à formação</p>	<p>Ao nível dos indivíduos: - Aumento das competências básicas e desenvolvimento das competências transversais (soft skills) Ao nível dos empregadores / do conjunto da economia: - Maior capacidade para a adoção de novas tecnologias - Maior propensão para processos de inovação organizacional/tecnológica e de produto e processos de internacionalização - Qualificações mais adequadas às necessidades dos empregadores Ao nível global / sociedade em geral: - Aumento das competências da população empregada, adequando-as às necessidades da economia e do mercado de trabalho - Maior crescimento económico, emprego, exportações e receitas fiscais - Maior possibilidade de diversificação e modernização da estrutura produtiva - Maior adaptabilidade a mudanças estruturais e a choques de diferentes naturezas (ambientais, de saúde, económicos, ...)</p>
<p>Persiste ainda um nível elevado de ineficiência operacional interna da Administração Pública, reforçando a necessidade de contenção de custos e de garantir ganhos de eficiência e mecanismos internos de suporte para assegurar uma resposta adequada às evolutivas necessidades dos cidadãos e das empresas. Portugal apresenta ainda ineficiências nos quadros regulamentar e de governação, bem como insuficientes qualificações e competências dos recursos humanos da Administração Pública, elementos estruturantes no processo de modernização e inovação na Administração Pública.</p>	<p>Investimento na capacidade institucional e eficiência das administrações e serviços públicos nacionais, regionais e locais (PI 11.1)</p>	<p>Capacitação e modernização das administrações e dos serviços públicos Formação dos trabalhadores da AP</p>	<p>- Projetos que promovem a capacitação institucional e organizacional das entidades e dos serviços da Administração Pública - Participação de trabalhadores e dirigentes da Administração Pública em ações de formação</p>	<p>- Adoção de modelos organizativos, de tecnologias / ferramentas de gestão e reengenharia de processos internos que racionalizam e agilizam a atividade da Administração e a relação com cidadãos e empresas - Implementação de reformas de simplificação legislativa / administrativa que reduzam carga administrativa sobre cidadãos e empresas - Reforço da aptidão e competências dos trabalhadores em funções públicas, após a frequência da formação - Melhoria do desempenho dos trabalhadores em funções públicas</p>	<p>Ao nível das entidades da AP: - Aumento da eficiência e eficácia da Administração Pública e melhoria do serviço prestado às empresas e aos cidadãos; - Maior capacidade para adotar processos de transformação digital, de inovação e colaboração; - Difusão de boas práticas e dinamização de redes colaboração multi-nível de governo. Ao nível dos trabalhadores e dirigentes da AP: - Melhores níveis de motivação, produtividade e desempenho dos trabalhadores. Ao nível global: - Redução da carga administrativa que impende sobre cidadãos e empresas / melhor ambiente de negócios.</p>

Das Atividades para as Realizações (I)			Das Realizações para os Resultados (II)			Dos Resultados para os Impactos (III)		
Cód.	Pressupostos Gerais	Resultado	Cód.	Pressupostos Gerais	Resultado	Cód.	Pressupostos Gerais	Resultado
PG I.2	Características dos instrumentos de apoio estão alinhados com as necessidades dos seus beneficiários/destinatários.	Validado	PG II.1	As operações apoiadas alcançam os resultados contratualizados	Validação Parcial	PG III.1	Os resultados dos projetos são sustentáveis, potenciando assim o seu contributo para a alteração do contexto das intervenções	Validado
PG I.3	Nível de procura pelos instrumentos de apoio induz a seletividade (de promotores e projetos), potenciando as realizações e resultados.	Validado	PG II.2	As diferentes formas de apoio constituem-se como incentivo efetivo ao investimento, permitindo a otimização de recursos.	Validado	PG III.2	Efeitos de complementaridade e sinergias entre políticas, permitem o desenvolvimento de ações articuladas e reforçam os resultados alcançados.	Validado
PG I.4	Os exercícios de reprogramação respondem adequadamente às alterações de contexto e às dificuldades de implementação dos OE e TO.	Validado				PG III.3	Os instrumentos de política mobilizados proporcionam um efeito de adicionalidade e alavancagem dos apoios.	Validado

Cód.	Pressupostos Específicos	Resultado	Cód.	Pressupostos Específicos	Resultado	Cód.	Pressupostos Específicos	Resultado
			PE II.1 (PI 8.5)	Os investimentos em formação estão devidamente articulados com as restantes tipologias de investimento e com a estratégia que está a ser prosseguida pela empresa beneficiária	Refutado	PE III.1 (PI 2.3)	Os novos modelos de distribuição de serviços públicos e atendimento proporcionam uma efetiva economia de custos para as empresas e cidadãos (e.g. redução de custos, redução de tempos de espera)	Validado
			PE II.3 (PI 2.3)	São adotadas soluções de atendimento / distribuição de serviços públicos integrados, interoperáveis e que refletem as preferências dos utilizadores e/ ou desmaterializados / automatizados processos internos com impacto no funcionamento da Administração	Validado	PE III.2 (PI 11.1)	A implementação dos projetos de capacitação inclui / é acompanhada de modelos de gestão que promovam a performance das organizações e orientação para os resultados, potenciando a efetivação dos seus impactos e a respetiva manutenção a médio e longo prazo	Validado
			PE II.4 (PI 2.3)	É efetivamente concretizada a adoção de soluções TIC comuns à Administração Pública que viabiliza a interoperabilidade, a adoção de soluções comuns de identificação eletrónica e de partilha e gestão eficientes dos dados	Validado	PE III.3 (PI 11.1)	Os projetos de formação são acompanhados de práticas de gestão de recursos humanos na Administração Pública que valorizam o esforço de capacitação dos trabalhadores e a sua produtividade e consequentemente, garantam os impactos previstos	Validado
			PE II.5 (PI 1)	São adotados novos modelos organizacionais e novos modelos / ferramentas de gestão que promovam a eficiência, reforcem a orientação uma cultura de orientação para os resultados e de gestão da performance	Validado	PE III.6 (PI 1.2 + 3.3)	Investimentos apoiados traduzem-se na alteração do perfil de especialização e a emergência/consolidação de setores de maior intensidade em conhecimento e tecnologia e de maior valor acrescentado.	Refutado
			PE II.6 (PI 11.1)	O esforço formativo é direcionado para áreas de maior necessidade e de aplicação em contexto profissional, sendo valorizado pelos trabalhadores e organizações	Validado	PE III.8 (PI 1.2 + 3.2 + 3.3)	Relevância e dimensão dos resultados induzem impactos no tecido empresarial/âmbito de intervenção.	Validação Parcial
			PE II.9 (PI 1.2 + 3.2 + 3.3)	Sucesso das inovações e das ações incentivadas tem impactos relevantes no posicionamento competitivo das empresas apoiadas.	Validado			
			PE II.10 (PI 1.2 + 3.2 + 3.3)	Condições de ecossistema (e.g. sistema de I&I maduro e completo, cadeias de abastecimento) são propícias à execução dos projetos e alcance das metas definidas nos projetos.	Validado			

Cód.	Riscos Gerais	Resultado	Cód.	Riscos Gerais	Resultado	Cód.	Riscos Gerais	Resultado
RG I.1	Alterações do contexto (político, institucional, regulamentar), com reflexos na mobilização e na execução dos projetos aprovados.	Refutado	RG II.1	Evolução económica e financeira do país e dos mercados relevantes dos projetos condiciona o alcance dos resultados previstos pelos promotores.	Validado	RG III.1	A concretização das metas e objetivos nos indicadores de resultado dos projetos é determinada por fatores externos, mitigando a sustentabilidade das mudanças alcançadas e o potencial impacto das políticas.	Refutado
RG I.2	Falta de previsibilidade e regularidade dos concursos gera atrasos na realização dos projetos, colocando em causa a oportunidade dos mesmos.	Validação Parcial	RG II.2	Fatores (internos e externos) que geram situações de ineficiência na utilização dos recursos (nível tecnológico, mercados ineficientes, pessoal) ou os mesmos são redirecionados para outras prioridades por parte do promotor.	Validado			
RG I.3	Dificuldades na implementação (capacidade de autofinanciamento, recursos humanos adequados, capacidade de concretização das ações previstas em candidatura....) limitam o desenvolvimento dos projetos apoiados.	Validação Parcial						
RG I.4	Complexidade do quadro regulamentar e operacional dos apoios, desproporcional e penalizadora das realizações e dos resultados a alcançar.	Refutado						

Cód.	Riscos Específicos	Resultado	Cód.	Riscos Específicos	Resultado	Cód.	Riscos Específicos	Resultado
RE I.2 (PI 8.5)	Alguns empregadores não reconhecem o investimento em competências como sendo estrategicamente importante para a sua competitividade, produtividade e capacidade de atrair talento, limitando a adesão aos apoios	Validação Parcial	RE II.2 (PI 2.3)	As novas ou melhoradas soluções de distribuição de serviços públicos não verificam boa adesão pelos utilizadores	Validação Parcial	RE III.1 (PI 2.3)	A dinâmica de procura por serviços públicos intensifica-se de tal modo que a as soluções desenvolvidas revelam-se desadequadas ou insuficientes, mantendo-se a pressão e incapacidade de resposta dos serviços	Refutado
R II.3 (PI 1.2)	Dificuldades de contratação/adaptação/retenção dos RH contratados (incluindo bolseiros) em ambiente empresarial.	Validado	RE II.3 (PI 11.1)	Resistência / obstáculos à mudança promovidos por diferentes stakeholders (e.g. estruturas de gestão das entidades, trabalhadores, sindicatos) obsta à conclusão dos projetos e entrega dos resultados preconizados	Validação Parcial			
			RE II.8 (PI 1.2 3.2. 3.3)	Sobredimensionamento dos projetos apoiados para acomodar incertezas na fase de projeto.	Validado			
			RE II.10 (PI 2.3)	Grau de iliteracia digitalização dos utilizadores (cidadãos ou empresas) determina a incapacidade de utilizar serviços públicos digitais	Validação Parcial			

Legenda: E (Específico) / G (Global)
P (Pressuposto)/ R (Risco)
Fonte: Avaliações Temáticas do Portugal 2020

QA1. Eficácia
QA2. Eficiência
QA3. Impacto e Sustentabilidade
QA4. Valor Acrescentado Europeu
QA5. Relevância/ Coerência interna e externa

Quadro A28. Indicadores de aferição das realizações, resultado e impacto das PI cobertas pela TdM

PI ao abrigo da opção 1.2.	Indicadores de realização	Indicadores de resultado
PI 1.2 - Promoção do investimento das empresas em investigação e inovação (Não PME)	<ul style="list-style-type: none"> - N.º de empresas apoiadas em I&D e Inovação produtiva para a criação de novos produtos, processos e sistemas de combate à COVID-19 (Subconjunto CO02) - N.º de empresas que recebem apoio - N.º de empresas que recebem subvenções - Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções) - Aumento do emprego em empresas apoiadas - N.º de empresas em cooperação com instituições de investigação - N.º de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos no mercado - Projetos de transferência e utilização de conhecimento - Projetos de I&D apoiados 	<ul style="list-style-type: none"> - Receitas oriundas de fundos de empresas (nacionais ou estrangeiras) no financiamento das instituições de I&D (excluindo as unidades do setor empresas) - Despesa das empresas em I&D no VAB - Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J,K, M e Q) com atividades de inovação tecnológica e cooperação para a inovação no total de empresas - Volume de negócios associado à introdução de novos produtos para o mercado no total do volume de negócios de empresas com inovações de produto (Não PME do inquérito comunitário à inovação)
PI 2.3 - Reforço das aplicações de TIC na administração em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha	<ul style="list-style-type: none"> - Projetos apoiados de disponibilização online de serviços públicos - Serviços da Administração Pública apoiados 	<ul style="list-style-type: none"> - Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos - Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço que utilizaram a Internet para interagir com organismos, entidades e autoridades públicas no total de empresas com 10 e mais pessoas
PI 3.2 - Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização	<ul style="list-style-type: none"> - N.º de empresas que recebem apoio - N.º de empresas que recebem subvenções - Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções) - Aumento do emprego em empresas apoiadas 	<ul style="list-style-type: none"> - Valor das exportações no volume de negócios das PME
PI 3.3 - Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços (apoios a PME)	<ul style="list-style-type: none"> - N.º de empresas apoiadas em Inovação produtiva para a criação de novos produtos, processos e sistemas de combate à COVID-19 (Subconjunto CO02) - N.º de empresas que recebem apoio - N.º de empresas que recebem subvenções - Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções) - Aumento do emprego em empresas apoiadas - N.º Número de empresas apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa 	<ul style="list-style-type: none"> - Empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J,K, M e Q) com atividades de inovação no total de PME (empresas até 250 trabalhadores)
PI 8.5 - Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança (FSE)	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial - PME apoiadas em programas de formação-ação 	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalhadores que se consideram mais aptos para a inovação e gestão após a frequência da formação - Empresas que implementam planos de mudança organizacional associados à formação no total de empresas
PI 11.1 - Investimento na capacidade institucional e na eficiência das administrações e dos serviços públicos, a nível nacional, regional e local, tendo em vista a realização de reformas, uma melhor regulamentação e uma boa governação.	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalhadores em funções públicas apoiados em ações de formação direcionadas para a reorganização e modernização - Projetos de capacitação das entidades e dos serviços da Administração Pública 	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalhadores em funções públicas que se consideram mais aptos após a frequência da formação

Quadro A29. Evidências da TdM - Pressupostos e riscos

Pressupostos: das Atividades para as Realizações (I)			
QA	Indicadores e Elementos de evidência	Fontes	TdM
Relevância/ Coerência	Taxa de seletividade das candidaturas, por AAC/TI	SI PT2020	PG I.2
Eficácia	% de AAC com índices de procura superior a 75%	SI PT2020	PG I.3
Eficácia	% de promotores que referiram ter alterado o projeto para aumentar o desempenho em termos de critérios de mérito	Inquéritos	PG I.3
Relevância/ Coerência	% de AAC com índices de procura superior a 75% por fase de execução	SI PT2020	PG I.4
Relevância/ Coerência	Perceção da AG/OI e promotores sobre se os exercícios de reprogramação têm respondido adequadamente às alterações de contexto e às dificuldades de implementação de alguns OE e TO	Entrevistas; Focus Groups	PG I.4
Relevância/ Coerência	Matrizes de alinhamento entre as alterações contempladas em sede de reprogramação e os constrangimentos e dificuldades sinalizadas nos relatórios de execução anuais do PO	Análise documental	PG I.4
Riscos: das Atividades para as Realizações (I)			
QA	Indicadores e Elementos de evidência	Fontes	TdM
Eficácia	% de promotores que identificam alterações no contexto político, institucional ou regulamentar condicionou ou condicionou muito o desenvolvimento dos projetos	Inquéritos	RG I.1
Eficácia	Evidências de condicionalismos à execução e cumprimento dos objetivos dos projetos decorrentes de alterações ocorridas durante a implementação do PO	Estudos de Caso; Entrevistas	RG I.1, RG I.2, RG I.3, RG I.4, RG I.3
Eficácia	Evolução do investimento público e privado/empresarial	Análise documental e de dados	RG I.1
Eficácia	% de promotores que indica que o fator x condicionou ou condicionou muito o desenvolvimento dos projetos	Inquéritos	RG I.2, RG I.3, RG I.4, R II.3 (PI 1.2 I&D)
Eficácia	% de promotores que identificam a falta de relevância da formação como justificação para não terem investido em formação na sequência dos projetos	Inquéritos	RE I.2 (PI 8.5)
Eficácia	Perceção dos <i>stakeholders</i> sobre as principais condicionantes à adesão das empresas à formação	Estudo de Caso; Entrevistas; Focus Group	RE I.2 (PI 8.5)
Pressupostos: das Realizações para os Resultados (II)			
QA	Indicadores e Elementos de evidência	Fontes	TdM
Eficácia	Nível de execução das metas dos indicadores físicos (realização/resultado) do PO	SI PT2020	PG II.1
Eficácia	% de promotores que indica esperar alcançar indicadores de realização e resultado em linha ou acima do contratado	Inquéritos	PG II.1
Eficácia	Nível de cumprimento das metas dos indicadores de resultado dos projetos (em candidatura) e previsões das empresas para o ano cruzeiro	Inquéritos; SI PT2020	PG II.1
Eficácia	% de projetos de promotores empresariais que foram acompanhados por investimento em formação	Inquéritos; Recolha de dados	PE II.1 (PI 8.5)
Eficácia	% de promotores que indica que o seu projeto teve / espera-se que tenha um contributo forte para a disponibilização de novos / melhoria dos existentes canais de distribuição de serviços públicos e modelos de atendimento	Inquéritos	PE II.3 (PI 2.3)
Eficácia	% de promotores que indica que o seu projeto teve / espera-se que tenha um contributo forte para a reengenharia, simplificação e	Inquéritos	PE II.4 (PI 2.3)

Pressupostos: das Atividades para as Realizações (I)			
QA	Indicadores e Elementos de evidência	Fontes	TdM
	desmaterialização de processos de suporte à prestação de serviços ou de processos internos que promovam a eficiência		
Eficácia	% de promotores que indica que o seu projeto teve / espera-se que tenha um contributo forte ou muito forte para a adoção de soluções TIC transversais à Administração Pública	Inquéritos	PE II.4 (PI 2.3)
Eficácia	Grau de adoção de soluções TIC comuns à Administração Pública que viabiliza a interoperabilidade, a adoção de soluções comuns de identificação eletrónica e de partilha e gestão eficientes dos dados	FG, entrevistas, EC	PE II.4 (PI 2.3)
Eficácia	% de promotores que indica que o seu projeto teve / espera-se que tenha um contributo forte ou muito forte para adotar modelos organizacionais e processuais mais eficientes e eficazes, para adotar novos processos de planeamento e gestão de performance, adotar práticas de monitorização de serviços e políticas públicas ou para promover a inovação e colaboração na Administração Pública	Inquéritos	PE II.5 (PI 11.1)
Eficácia	% dos promotores que indica não ter interesse / não identificar necessidades de formação	Inquéritos	PE II.6 (PI 11.1)
Eficácia	Perceção dos <i>stakeholders</i> quanto à maior ou menor adesão à componente de formação nos projetos de modernização e capacitação administrativa e dos fatores que a condicionam/ favorecem	Entrevistas; Focus Group	PE II.6 (PI 11.1)
Eficácia	% dos promotores que indica que o seu projeto teve um contributo forte ou muito forte para: i) endereçar as necessidades de formação da organização; ii) aumentar a performance e produtividade dos trabalhadores; iii) aumentar a motivação dos trabalhadores.	Inquéritos	PE II.6 (PI 11.1)
Eficácia	Perceção dos <i>stakeholders</i> quanto à adequação da ação do PO e, consequentemente, dos projetos financiados para os objetivos do Programa em matéria de capacitação e modernização administrativa	Entrevistas; Focus Group	PE II.3 a PE II.6
Eficácia	% de promotores que indica que o projeto teve um contributo forte ou muito forte em parâmetros de análise relacionados com a competitividade empresarial (e.g. exportações)	Inquéritos	PE II.9 (PI 1.2 + 3.2 + 3.3)
Eficácia	Perceção sobre o grau de inovação/diferenciação dos projetos apoiados e do seu impacto na atividade da empresa e no seu posicionamento competitivo, e razões para eventual não cumprimento de indicadores de resultado.	Entrevistas; Focus Group; Estudos de caso	PE II.9 (PI 1.2 + 3.2 + 3.3)
Eficácia	Perceção dos <i>stakeholders</i> sobre as condições do ecossistema em que se inserem as operações	Estudo de Caso; Entrevistas; Focus Group	PE II.10 (PI 1.2 + 3.2 + 3.3)
Eficiência	% de promotores que indica que a forma de financiamento é adequada ou muito adequada	Inquéritos	PG II.2
Eficiência	Perceção da AG e dos OI e dos promotores ou seus representantes relativamente à adequação do tipo de apoio às diversas medidas de intervenção	Entrevistas; Focus Group	PG II.2
Eficiência	% de promotores que indica que financiaria o projeto através de outras fontes de financiamento sem alterações ao projeto	Inquéritos	PG II.2
Riscos: das Realizações para os Resultados (II)			
QA	Indicadores e Elementos de evidência	Fontes	TdM
Eficácia	% de promotores que indica que o fator x condicionou ou condicionou muito o desenvolvimento dos projetos	Inquéritos	RG II.1
Eficácia	Evolução dos indicadores macroeconómicos dos principais mercados de exportação dos projetos apoiados	SI PT2020; Análise estatística; Estudos de caso	RG II.1
Eficácia	% dos promotores empresariais que indica ter alterado as suas preferências no que respeita aos canais de interação com a Administração, a favor do online	Inquéritos	RE II.2 (PI 2.3)

Pressupostos: das Atividades para as Realizações (I)			
QA	Indicadores e Elementos de evidência	Fontes	TdM
Eficácia	Taxa de crescimento do número de utilizações de serviços no canal online, nos serviços intervencionados	Inquéritos	RE II.2 (PI 2.3)
Eficácia	Perceção dos <i>stakeholders</i> sobre o contributo dos projetos alvo de financiamento do PO para o crescimento do canal online	Entrevistas; Focus Group	RE II.2 (PI 2.3)
Eficácia	% dos promotores não empresariais que indica que o projeto teve um contributo forte ou muito forte para incrementar a quota dos canais online / remotos na utilização de serviços	Inquéritos	RE II.2 (PI 2.3)
Eficácia	% de promotores que indica que o envolvimento de outros <i>stakeholders</i> (e.g. trabalhadores, sindicatos) condicionou ou condicionou muito as realizações e resultados do projeto	Inquéritos	RE II.3 (PI 11.1)
Eficácia	% dos promotores que indica que o grau de literacia digital dos utilizadores condicionou ou condicionou muito os resultados do projeto	Inquéritos	RE II.10 (PI 2.3)
Eficácia	Perceção dos <i>stakeholders</i> e promotores sobre os fatores que condicionaram / facilitaram o alcance dos resultados esperados dos projetos	Entrevistas; Focus Groups; Estudos de Caso	RE II.2 (PI 2.3); RE II.3 (PI 11.1) e RE II.10 (PI 2.3)
Eficiência	% de promotores que indica que o fator x condicionou ou condicionou muito o desenvolvimento dos projetos	Inquéritos	RG II.2
Eficiência	Perceção da AG/OI e dos promotores sobre os fatores que condicionaram o desenvolvimento dos projetos	Entrevistas; Focus Groups; Estudo de Caso	RG II.2
Eficiência	% de projetos com nível de execução financeira inferior a 90%/95% e com cumprimento das metas contratadas	SI PT2020; Inquéritos	RE II.8 (PI 1.2 + 3.2. + 3.3)
Pressupostos: dos Resultados para os Impactos (III)			
QA	Indicadores e Elementos de evidência	Fontes	TdM
Impacto e Sustentabilidade	% de promotores que indica que o seu projeto é totalmente sustentável após o fim do apoio	Inquéritos	PG III.1
Impacto e Sustentabilidade	% de promotores que indica que os resultados do seu projeto perduram no tempo no longo prazo (5 anos após a conclusão)	Inquéritos	PG III.1
Impacto e Sustentabilidade	% de promotores que considera que o seu projeto tem / espera-se que tenha um contributo forte ou muito forte para a melhoria de parâmetros determinantes dos custos de contexto para cidadãos e empresas (tempos de espera, custos, necessidade de prestação de informação, procedimentos / interações necessárias)	Inquéritos	PE III.1 (PI 2.3)
Impacto e Sustentabilidade	% de promotores que declara ter disponibilizado novos / intervindo em serviços inseridos nos 20% mais procurados por cidadãos e empresas	Inquéritos	PE III.1 (PI 2.3)
Impacto e Sustentabilidade	% de promotores empresariais que indica ter alterado as suas preferências no que respeita aos canais utilizados na sua relação com a Administração nos últimos 5 anos, a favor do canal online	Inquéritos	PE III.1 (PI 2.3)
Impacto e Sustentabilidade	% de promotores empresariais que indica que o parâmetro determinante dos custos de contexto x facilitou ou facilitou muito a sua relação com a administração, nos últimos 5 anos	Inquéritos	PE III.1 (PI 2.3)
Impacto e Sustentabilidade	Impactos alcançados com o projeto em termos de tempos de espera, custos, necessidade de prestação de informação, procedimentos / interações necessárias	Estudo de Caso	PE III.1 (PI 2.3)
Impacto e Sustentabilidade	% de promotores que considera que o seu projeto tem contributo forte ou muito forte para: i) a melhoria de processos de planeamento e gestão da performance e ii) implementação de práticas de monitorização e avaliação de serviços e políticas públicas	Inquéritos	PE III.2 (PI 11.1)
Impacto e Sustentabilidade	% de promotores que considera que a existência de incentivos associados ao desempenho da organização condicionou ou condicionou os resultados alcançados	Inquéritos	PE III.2 (PI 11.1)

Pressupostos: das Atividades para as Realizações (I)			
QA	Indicadores e Elementos de evidência	Fontes	TdM
Impacto e Sustentabilidade	Nível de implementação de modelos de gestão que promovam a performance das organizações e orientação para os resultados como complemento da execução dos projetos de capacitação	Entrevistas; Focus Groups; Estudo de Caso	PE III.2 (PI 1.1.1)
Impacto e Sustentabilidade	% de promotores que indica que a existência de mecanismos de valorização em termos de compensação ou progressão de carreira associados ao desempenho dos trabalhadores condicionou ou condicionou os resultados dos projetos	Inquéritos	PE III.3 (PI 1.1.1)
Impacto e Sustentabilidade	Perceção dos <i>stakeholders</i> e promotores sobre os impactos, respetiva sustentabilidade e fatores que o favoreceram / condicionaram, no âmbito das ações no de Capacitação e Modernização Administrativa	Entrevistas; Focus Groups; Estudo de Caso	PE III.1 a PE III.3
Impacto e Sustentabilidade	Diferença entre a % do investimento dos projetos apoiados em setores de alta e média alta tecnologia e elevada intensidade em conhecimento e a % do VAB do tecido empresarial	SI PT2020; Recolha de dados	PE III.6 (PI 1.2 + 3.3)
Impacto e Sustentabilidade	Investimento elegível executado dos projetos empresariais apoiados/FBCF empresarial das regiões objetivo convergência	SI PT2020; Recolha de dados	PE III.8 (PI 1.2 + 3.2 + 3.3)
Impacto e Sustentabilidade	Peso das empresas apoiadas no Emprego e VAB do tecido empresarial (por grande setor)	SI PT2020; Recolha de dados	PE III.8 (PI 1.2 + 3.2 + 3.3)
Impacto e Sustentabilidade	Contributo dos projetos para o crescimento das principais variáveis de atividade das empresas apoiadas	Inquéritos	PE III.8 (PI 1.2 + 3.2 + 3.3)
Valor Acrescentado Europeu	Percentagem de beneficiários que não teria desenvolvido os respetivos projetos caso não tivesse obtido o apoio financeiro do PO	Inquéritos	PG III.3
Valor Acrescentado Europeu	Efeito de alavanca associado à mobilização dos instrumentos financeiros do PO	SI PT2020	PG III.3
Relevância/ Coerência	% de promotores que afirma que os resultados do projeto foram potenciados com outros apoios	Inquéritos	PG III.2
Relevância/ Coerência	Tipologias de casos com evidência de reforço de resultados decorrentes da articulação entre políticas	Entrevistas; Focus Groups; Estudo de Caso	PG III.2
Riscos: dos Resultados para os Impactos (III)			
QA	Indicadores e Elementos de evidência	Fontes	TdM
Impacto e Sustentabilidade	% de promotores que indica que o fator (externo) x condicionou ou condiciona muito as realizações e resultados do projeto (comparação da média de respostas face à resposta por TI/eixo)	Inquéritos	RG III.1
Impacto e Sustentabilidade	Perceção dos atores sobre a influência da evolução do contexto nos resultados alcançados nos projetos	FG; EC	RG III.1
Impacto e Sustentabilidade	% de promotores que afirma que os seguintes fatores condicionaram ou condicionaram muito os resultados do projeto: i) procura acima do esperado na fase de conceção do projeto; ii) capacidade operacional da solução desenvolvida para fazer face à procura	Inquéritos	RE III.1 (PI 2.3)
Impacto e Sustentabilidade	Perceção dos <i>stakeholders</i> e promotores sobre a performance das soluções desenvolvidas e respetiva sustentabilidade a médio e longo prazo, para fazer face à procura	Entrevistas; Focus Goups; Estudo de Caso	RE III.1 (PI 2.3)

Anexo 3. Quadros de apuramento de indicadores de contexto

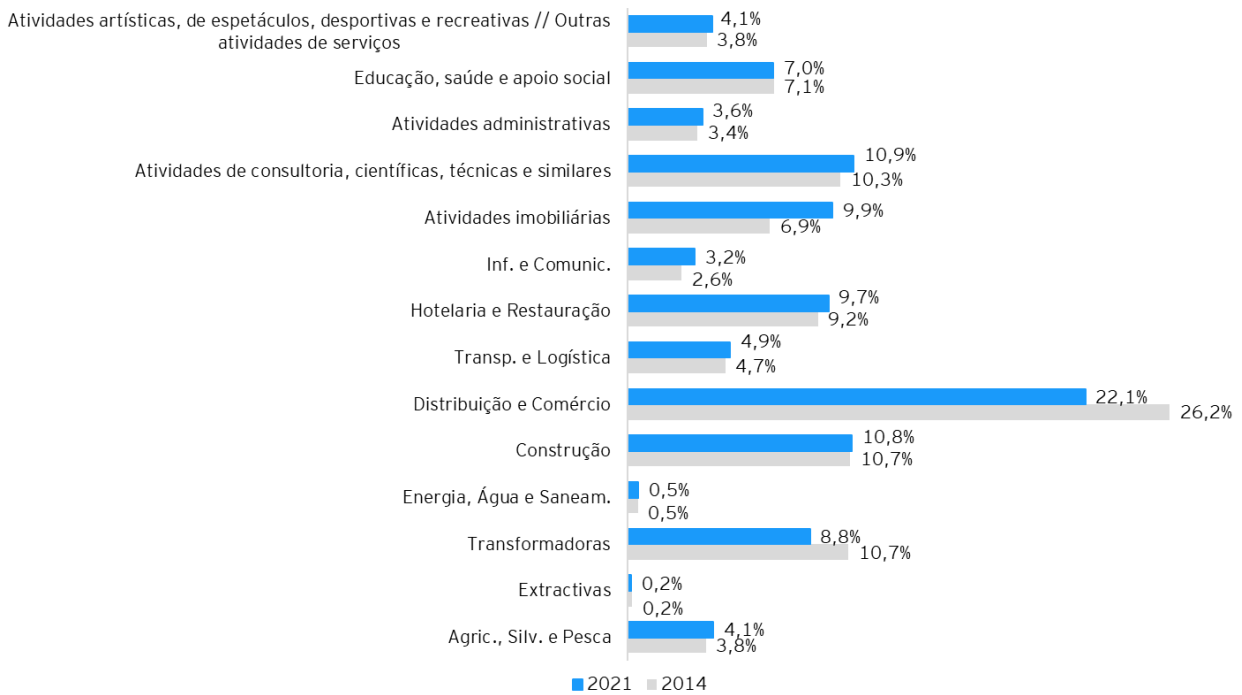
Quadro A30. Distribuição do número de empresas, VAB, Emprego, entre 2014-2021, por CAE

Nº Empresas		VAB		Emprego	
Apoiadas COMPETE	Total Nacional	Apoiadas COMPETE	Total Nacional	Apoiadas COMPETE	Total Nacional

Agric., Silv. e Pesca	1%	4%	0%	2%	1%	3%
Extractivas	1%	0%	1%	1%	1%	0%
Transformadoras	64%	10%	74%	26%	74%	24%
Energia, Água e Saneam.	1%	0%	0%	3%	1%	1%
Construção	3%	11%	4%	8%	6%	10%
Distribuição e Comércio	9%	26%	6%	21%	6%	22%
Transp. e Logística	2%	5%	2%	8%	2%	6%
Hotelaria e Restauração	4%	10%	0%	5%	1%	9%
Inf. e Comunic.	5%	3%	9%	8%	6%	4%
Atividades imobiliárias	1%	9%	0%	3%	0%	2%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	4%	11%	2%	6%	2%	6%
Atividades administrativas	1%	4%	1%	7%	1%	11%
Educação, saúde e apoio social	1%	4%	1%	2%	0%	3%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas // Outras atividades de serviços	3%	2%	0%	1%	0%	1%

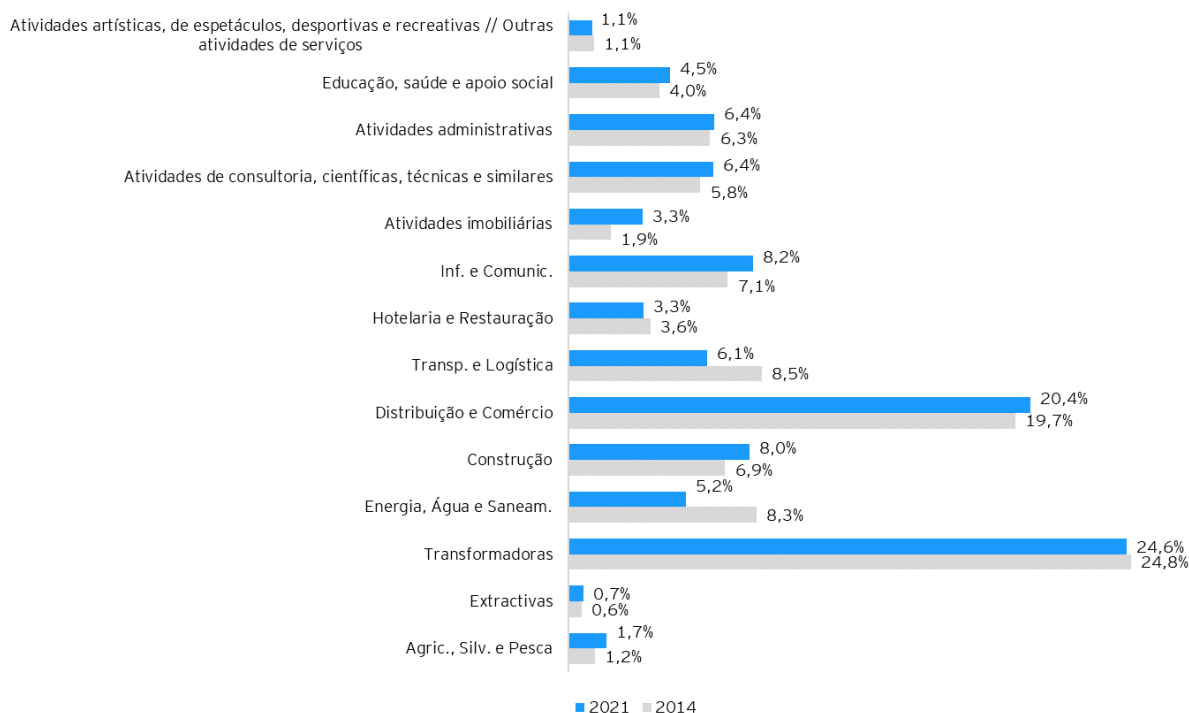
Fonte: EY-Parthenon com base em dados do INE

Figura A9. Comparação do peso relativo do número de empresas nacional, por setor



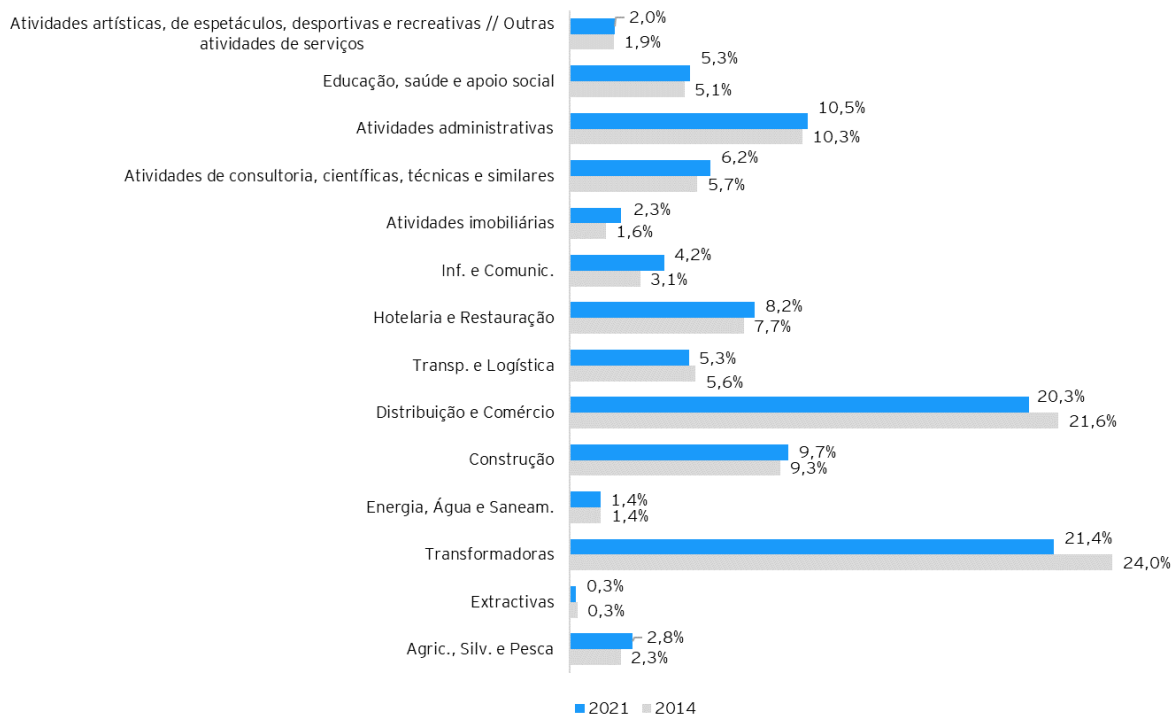
Fonte: EY-Parthenon com base em dados do INE

Figura A10. Comparação do peso relativo do VAB nacional, por setor



Fonte: EY-Parthenon com base em dados do INE

Figura A11. Comparação do peso relativo dos postos de trabalho, por setor



Fonte: EY-Parthenon com base em dados do INE

Quadro A31. Relevância dos promotores apoiados pelo COMPETE no VAB e Postos de Trabalho pelo respetivo agrupamento setorial

Agrupamento Setorial	VAB dos Promotores Apoiados	Peso do VAB dos Promotores Apoiados no VAB total do setor*	Postos de Trabalho dos Promotores Apoiados	Peso dos Postos de Trabalho dos promotores apoiados no total do setor*
• Agricultura, Silvicultura e Pescas	36 M€	3%	2.053	1%
• Indústria Extrativa	7 M€	4%	360	6%
• Alimentar	745 M€	28%	15.523	17%
• Têxtil, Vestuário e Calçado	703 M€	26%	34.388	20%
• Madeira, Cortiça e Mobiliário	393 M€	40%	13.018	25%
• Papel e Publicações	421 M€	37%	6.146	21%
• Petrolíferas e Químicas	178 M€	29%	3.261	32%
• Farmacêutica	162 M€	62%	2.099	44%
• Borracha e Plásticos	714 M€	100%	11.507	56%
• Metálica	731 M€	36%	21.810	27%
• Mecânica e Eletrónica	643 M€	35%	18.243	32%
• Equipamento de Transporte	585 M€	51%	17.889	55%
• Material de Construção	464 M€	100%	11.110	47%
• Energia e Ambiente	24 M€	0%	1.087	3%
• Transportes e Logística	120 M€	3%	4.859	4%
• Construção	286 M€	6%	10.445	4%
• Comércio	463 M€	3%	16.893	2%
• Hotelaria e Restauração	115 M€	4%	4.554	2%
• Serviços de Informação e Comunicação	747 M€	18%	10.749	17%
• Serviços Empresariais	368 M€	3%	9.780	2%
• Educação, Saúde e Cultura	155 M€	3%	5.153	2%
• Outras Atividades	39 M€	8%	1.346	2%
Total	8.097 M€	12%	222.273	7%

Nota: Dados do setor corresponde ao universo empresarial em Portugal apurado pelo sistema de contas integradas das empresas do INE e excluído das atividades não elegíveis (financeiras e de seguros, defesa e lotarias e outros jogos de aposta em 2014; Postos de Trabalho e VAB dos Promotores Apoiados contempla os promotores empresariais apoiados pelo POCI (Sistemas de Incentivos), tendo em consideração estes indicadores no ano pré-projeto (número de empresas, pessoal ao serviço nas empresas e VAB), tendo em atenção que houve casos de criação de empresas, para os quais não havia dados no ano de pré-projeto (esses casos não foram contemplados). No caso dos promotores com mais do que um projeto apoiado, considerou-se apenas os indicadores relativos ao primeiro projeto.

Fonte: EY-Parthenon, com base em dados do INE e dos SI do COMPETE

Quadro A32. Evolução no VAB nas empresas apoiadas pelo COMPETE e no total das empresas nacionais excluindo SI (2014=100)

		Apoiadas				Grupo de controlo			
		2014	2016	2019	2021	2014	2016	2019	2021
Setor	Primário	100,0	103,4	118,9	190,8	100,0	98,6	117,7	152,5
	Transformadora	100,0	112,8	120,4	133,3	100,0	107,4	113,4	125,9
	Utilities	100,0	101,5	106,1	107,1	100,0	97,1	72,3	60,3
	Construção	100,0	84,6	116,2	98,9	100,0	101,6	123,8	132,9
	Comércio	100,0	108,7	129,3	167,5	100,0	111,4	130,3	134,8
	Transporte e Logística	100,0	114,0	138,1	151,7	100,0	110,4	99,9	75,3

		Apoiadas				Grupo de controlo			
		2014	2016	2019	2021	2014	2016	2019	2021
	Hotelaria e Restauração	100,0	112,2	146,7	94,5	100,0	129,7	160,4	95,2
	Informação e Comunicação	100,0	96,6	148,7	173,8	100,0	98,6	88,4	95,8
	Outros serviços	100,0	160,3	202,2	192,1	100,0	103,2	112,3	109,9
Região	Norte	100,0	107,1	124,2	137,2	100,0	106,9	117,8	120,0
	Centro	100,0	109,6	128,2	149,7	100,0	110,0	123,2	126,9
	Alentejo	100,0	101,3	116,3	130,9	100,0	111,4	117,6	128,4
Dimensão	PME	100,0	104,3	117,0	127,1	100,0	106,9	116,2	114,8
	Não PME	100,0	111,4	106,2	108,6	100,0	98,0	96,8	93,1

Fonte: EY-Parthenon com base em dados do INE

Quadro A33. Evolução na produtividade nas empresas apoiadas pelo COMPETE e no total das empresas nacionais excluindo SI (2014=100)

		Apoiadas				Grupo de controlo			
		2014	2016	2019	2021	2014	2016	2019	2021
Setor	Primário	100,0	96,3	116,0	165,2	100,0	98,8	113,5	141,4
	Transformadora	100,0	114,8	110,5	120,2	100,0	105,5	110,4	127,7
	Utilities	100,0	93,2	97,9	111,1	100,0	88,6	75,3	65,0
	Construção	100,0	78,6	90,0	88,3	100,0	99,1	120,0	130,2
	Comércio	100,0	100,0	90,6	109,8	100,0	107,3	118,4	125,1
	Transporte e Logística	100,0	96,3	90,8	102,0	100,0	102,8	105,0	85,9
	Hotelaria e Restauração	100,0	121,5	125,5	89,3	100,0	121,4	140,8	97,7
	Informação e Comunicação	100,0	94,5	89,0	83,3	100,0	101,6	94,7	100,2
	Outros serviços	100,0	271,6	128,8	156,4	100,0	103,2	118,9	115,2
Região	Norte	100,0	106,4	107,4	114,3	100,0	104,3	116,3	124,5
	Centro	100,0	107,0	109,6	127,8	100,0	107,8	117,8	126,8
	Alentejo	100,0	104,1	109,1	120,9	100,0	109,3	108,6	121,8
Dimensão	PME	100,0	105,7	112,3	120,4	100,0	105,3	117,0	120,6
	Não PME	100,0	115,8	104,5	107,3	100,0	96,9	93,6	89,1

Fonte: EY-Parthenon com base em dados do INE

Quadro A34. Evolução no emprego nas empresas apoiadas pelo COMPETE e no total das empresas nacionais excluindo SI (2014=100)

		Apoiadas				Total Nacional			
		2014	2016	2019	2021	2014	2016	2019	2021
Setor	Primário	100,0	110,2	102,0	107,8	100,0	101,3	105,3	107,4
	Transformadora	100,0	98,2	108,9	110,9	100,0	101,8	102,7	98,6
	Utilities	100,0	108,9	108,3	96,4	100,0	110,5	109,3	111,1
	Construção	100,0	107,7	129,1	112,0	100,0	102,6	103,1	102,1
	Comércio	100,0	108,7	142,7	152,5	100,0	103,8	110,0	107,8
	Transporte e Logística	100,0	118,3	152,2	148,6	100,0	107,4	95,2	87,7
	Hotelaria e Restauração	100,0	92,4	116,9	105,8	100,0	106,9	113,9	97,5
	Informação e Comunicação	100,0	102,2	167,0	208,5	100,0	97,1	93,3	95,6
	Outros serviços	100,0	126,9	140,1	141,4	100,0	102,4	100,4	96,3
Região	Norte	100,0	100,7	115,7	120,1	100,0	102,5	101,3	96,3
	Centro	100,0	102,5	117,0	117,1	100,0	102,0	104,5	100,0
	Alentejo	100,0	97,3	106,6	108,3	100,0	101,9	108,2	105,3
Dimensão	PME	100,0	98,6	104,3	105,5	100,0	101,5	99,3	95,1

		Apoiadas				Total Nacional			
		2014	2016	2019	2021	2014	2016	2019	2021
	Não PME	100,0	96,2	101,7	101,2	100,0	101,2	103,5	104,5

Fonte: EY-Parthenon com base em dados do INE

Quadro A35. Evolução nas exportações nas empresas apoiadas pelo COMPETE e no total das empresas nacionais excluindo SI (2014=100)

		Apoiadas				Total Nacional			
		2014	2016	2019	2021	2014	2016	2019	2021
Setor	Primário	100,0	111,4	121,7	191,1	100,0	90,8	113,3	141,3
	Transformadora	100,0	90,8	104,1	109,9	100,0	98,6	113,2	125,1
	Utilities	100,0	41,5	34,5	34,9	100,0	89,0	73,6	103,4
	Construção	100,0	81,0	90,0	43,9	100,0	67,6	57,1	51,5
	Comércio	100,0	123,7	459,9	500,3	100,0	93,9	90,7	91,8
	Transporte e Logística	100,0	120,0	126,5	139,5	100,0	97,5	90,5	64,0
	Hotelaria e Restauração	100,0	31,8	58,5	49,2	100,0	128,1	119,3	82,6
	Informação e Comunicação	100,0	122,6	234,2	251,0	100,0	117,7	123,7	144,8
	Outros serviços	100,0	128,6	104,9	131,3	100,0	101,4	131,5	123,7
Região	Norte	100,0	106,1	114,8	121,7	100,0	95,1	93,1	90,7
	Centro	100,0	98,1	118,6	129,5	100,0	96,3	94,8	100,0
	Alentejo	100,0	101,9	121,2	143,7	100,0	97,3	110,5	139,6
Dimensão	PME	100,0	96,2	103,1	107,2	100,0	93,6	87,8	89,2
	Não PME	100,0	85,4	100,0	93,6	100,0	85,9	107,7	111,0

Fonte: EY-Parthenon com base em dados do INE

Quadro A36. Evolução na despesa em I&D nas empresas apoiadas pelo COMPETE e no total das empresas nacionais excluindo SI (2014=100)

		Apoiadas				Total Nacional			
		2014	2016	2019	2020	2014	2016	2019	2020
Setor	Primário	100,0	99,1	90,2	123,5	100,0	107,3	106,0	125,1
	Transformadora	100,0	90,8	85,6	88,7	100,0	99,6	98,1	108,0
	Utilities	100,0	84,8	81,5	96,2	100,0	103,4	87,4	110,9
	Construção	100,0	101,6	97,2	140,3	100,0	97,3	83,4	113,8
	Comércio	100,0	93,7	111,8	150,2	100,0	98,3	93,6	109,1
	Transporte e Logística	100,0	95,6	93,5	403,2	100,0	101,7	79,3	30,2
	Hotelaria e Restauração	100,0	65,8	48,0	49,1	100,0	113,4	96,2	106,0
	Informação e Comunicação	100,0	87,8	86,4	117,8	100,0	96,0	81,5	102,4
	Outros serviços	100,0	93,7	100,5	122,2	100,0	93,2	82,6	100,5
Região	Norte	100,0	91,7	91,3	107,9	100,0	97,9	93,4	116,8
	Centro	100,0	93,1	86,5	91,4	100,0	97,5	95,8	104,3
	Alentejo	100,0	87,2	81,8	68,5	100,0	98,3	85,7	93,5
Dimensão	PME	100,0	80,7	72,3	82,1	100,0	96,1	77,3	99,3
	Não PME	100,0	91,3	89,0	97,0	100,0	94,0	91,4	100,7

Fonte: EY-Parthenon com base em dados do INE

Quadro A37. Evolução na intensidade exportadora nas empresas apoiadas pelo COMPETE e no total das empresas nacionais excluindo SI (2014=100)

		Apoiadas				Total Nacional			
		2014	2016	2019	2020	2014	2016	2019	2020
Setor	Primário	100,0	108,6	101,6	111,1	100,0	93,4	96,0	98,1
	Transformadora	100,0	101,6	102,0	103,4	100,0	97,7	100,1	103,0
	Utilities	100,0	57,4	43,5	42,3	100,0	97,2	99,4	148,4

		Apoiadas				Total Nacional			
		2014	2016	2019	2020	2014	2016	2019	2020
	Construção	100,0	98,7	88,3	41,1	100,0	69,2	51,3	42,4
	Comércio	100,0	110,8	218,5	213,9	100,0	88,5	76,6	76,8
	Transporte e Logística	100,0	112,7	97,1	101,4	100,0	93,2	89,6	75,3
	Hotelaria e Restauração	100,0	31,6	45,1	53,4	100,0	109,2	85,3	84,8
	Informação e Comunicação	100,0	125,5	189,5	191,1	100,0	126,0	149,6	163,3
	Outros serviços	100,0	85,1	82,4	91,4	100,0	99,8	113,3	129,0
Região	Norte	100,0	102,8	98,4	98,1	100,0	92,7	86,7	82,6
	Centro	100,0	97,6	105,0	102,6	100,0	92,1	83,5	86,1
	Alentejo	100,0	101,3	97,0	110,7	100,0	96,8	102,4	120,4
Dimensão	PME	100,0	96,9	95,7	94,9	100,0	92,8	83,8	85,9
	Não PME	100,0	102,3	105,1	105,8	100,0	85,7	100,7	102,4

Fonte: EY-Parthenon com base em dados do INE

Quadro A38. Importância dos fundos europeus no financiamento das tipologias de projetos apoiadas pela FCT

Fonte: EY-Parthenon com base em dados fornecidos pela FCT.

Nota: Os dados dizem respeito a valores aprovados no período em questão, não a valores pagos ou executados.

Ano	Financiamento Concedido Total FCT (1)	Financiamento FEDER (2)	Representatividade dos fundos europeus no total de financiamento concedido (2/1)
2012	6 026 991 €	2 067 845€	34%
2013	111 984 251 €	38 411 270 €	34%
2014	17 487 865 €	- €	0%
2015	12 117 6090 €	- €	0%
2016	183 925 299 €	79 656 960 €	43%
2017	9 751 697 €	- €	0%
2018	392 161 087 €	178 488 395 €	46%
2019	12 771 111 €	941 936 €	7%
2020	101 699 371 €	2 487 896 €	2%
2021	89 232 554 €	1 654 547 €	2%
2022	84 573 965 €	- €	0%
2012-2022	1 021 731 799,12 €	303 708 850,74 €	30%

Anexo 4. Auscultação

Anexo 4.1. Intervenientes - Focus Group

Focus Group	Entidades	Data
FG1 - I&DT e Inovação (Eixo I) e FG2 - Competitividade Empresarial (Eixo II / destinatários formação e custos contexto)	AG COMPETE, AICEP, AIMMP, ANI, BOSCH, BPF, CCDR Centro, CCDR Norte, CENIT, INESC, NOVA.ID.FCT	20/06/2023
FG3 - Capacitação e Modernização Administrativa (Eixos II e V)	AD&C, AG COMPETE, AMA, AT, INA, Instituto da Segurança Social	15/06/2023
FG4 - Transportes (Eixo IV)	AG COMPETE, APA, APS, CCDR Norte, IMT, Infraestruturas de Portugal, Porto dos Açores	16/06/2023
FG5 - REACT-EU (Eixos VII e VIII)	AG COMEPE, CCDR Alentejo, CCDR Algarve, CCDR LVT, CCP, CTPTurismo de Portugal,	16/06/2023

Anexo 4.2. Síntese dos Focus Group

Focus Group
<p>FG1 - I&DT e Inovação (Eixo I) e FG2 - Competitividade Empresarial (Eixo II / destinatários formação e custos contexto)</p> <ul style="list-style-type: none"> - A procura pelos apoios do Compete no âmbito do Portugal 2020 aumentou consideravelmente face ao QREN. Em particular, no que concerne os avisos geridos pela ANI, no âmbito de projetos de I&D, foram registados sensivelmente o dobro das candidaturas, com a maior parte destas a ser em copromoção entre empresas e/ou com entidades do SCTN. A ANI reportou ainda que a componente de investimento associada ao investimento empresarial tipicamente é superior ao apresentado pelas entidades não empresariais. Os instrumentos financeiros alavancados pelo BPF também registaram elevados índices de procura por parte das empresas portuguesas. - Apesar do aumento da procura, ainda existem muitos <i>stakeholders</i> que consideram os apoios públicos via fundos europeus demasiado burocráticos e demorados, com ênfase na morosidade no preenchimento da candidatura, prazos de aprovação, execução e pedidos de pagamento longos e comunicação difícil com os técnicos. Tais fatores exigem muitas vezes a contratação de consultoras especializadas na elaboração de projetos públicos, por parte das empresas, um claro indicador da exigência burocrática do acesso aos apoios públicos, com a assunção do respetivo custo financeiro associado a esta contratação. Já as entidades públicas contam muitas vezes com equipas próprias especializadas na área de incentivos. Por exemplo, no âmbito dos projetos de I&D em copromoção é exigido às empresas a criação de diversos outputs, tais como a criação de artigos científicos, que para as empresas não assumem valor acrescentado substancial. Ainda no caso dos projetos de I&D, foi salientado que a construção de equipas de peritos merece alguma reflexão: muitas vezes não há entendimento por parte destas das preocupações de índole mais empresarial como a adequabilidade das soluções desenvolvidas aos mercados onde operam. - Outro exemplo de ineficiência, passa por os dados relativos a balanços, postos de trabalho, propriedade intelectual, etc que deviam poder ser preenchidos uma única vez, devendo ser carregados automaticamente nos formulários de candidatura subsequentes, para evitar preencher várias vezes a mesma informação. O grau de informação financeira também é elevado em termos do detalhe exigido, com as exigências quanto ao preenchimento dos orçamentos a serem pouco flexíveis, assim como os problemas associados aos meios tecnológicos ineficientes (e.g. softwares) utilizados pelo Compete. - A crescer, não há um calendário de AAC avisos estável e plurianual, o que gera insegurança nos promotores, que muitas vezes acabam por desistir dos projetos (quebras dos projetos). - Relativamente ao financiamento, as taxas de financiamento propostas ainda exigem contrapartidas financeiras elevadas por parte dos promotores empresariais, montantes esses que ainda são considerados elevados pelas empresas portuguesas. - Ao nível da admissibilidade, existiram vários projetos que falharam algum critério de admissibilidade/formalidade, não tendo existido sequer análise de mérito dos projetos. Esta situação pode considerada um ponto de ineficiência, pois haverá "boas candidaturas", cujo mérito não chega a ser analisado e que são desconsideradas por ausência de cumprimento de aspetos formais. - A aferição de resultados e impactos de projetos empresariais, nomeadamente de projetos de I&D, em curtos espaços de tempo é tecnicamente difícil, e não recomendável face às características destes projetos. - Relativamente à interação das empresas com o SCTN - o histórico mostra que esta cooperação tem aumentado. Os centros de interfaces e centros tecnológicos têm vindo a acumular experiência na realização de atividades de I&D. Do lado empresarial importa perceber como se poder estimular as empresas a participar nestes incentivos - ainda são vistos como complicados, complexos, burocráticos, não sendo claro onde encontrar a informação. - No que concerne à fase de execução dos projetos, é muito complicado para as empresas acompanharem estes processos (e.g. universidades têm uma área e pessoas dedicadas a gestão de incentivos, mas as empresas não, implicando i) empresa contrata consultora para efetuar o trabalho ou ii) empresa contrata serviços na academia para fazer a gestão dos projetos/incentivo. Isto acaba por se traduzir em custos acrescidos para o consórcio).

Focus Group

- Na componente de formação, nos casos de formação associada a um projeto (combinação de fundos FEDER e FSE), observou-se uma maior taxa de quebra dado que em muitas operações os prazos de execução dos projetos não eram compatíveis com prazo da ação de formação, atrasando desta forma a execução dos mesmos e fomentando a desistência de algumas empresas. Por outro lado, os projetos individuais permitiam a publicação de planos de formação mais abrangentes (melhor planeamento e período de formação mais alargado). A adoção da metodologia de custos simplificados facilitou e reduziu os custos administrativos no âmbito da verificação das despesas, sendo que esta simplificação administrativa também permitiu uma maior flexibilidade no desenho dos planos de formação. Neste sentido, de forma a reduzir as taxas de quebra associadas, recomenda-se uma maior aposta nos projetos autónomos e/ou a inclusão da componente de FSE no FEDER, permitindo a existência de pequenos módulos de formação.

FG3 - Capacitação e Modernização Administrativa (Eixos II e V)

- Apesar do contributo do PO e não penalizando o alcance dos seus objetivos nesta matéria, persistem obstáculos / resistência à concretização de realizações associadas à promoção da interoperabilidade, partilha de dados e subsequente adoção do princípio *only-once*, motivada pela menor propensão de alguns organismos para abraçar este tipo de projetos e por obstáculos de natureza legal (e.g. RGPD);
- Os projetos conjuntos/ em co-promoção não foram muito representativos no contexto global das operações apoiadas pelo Programa, porém, representam um potencial contributo para a redução de custos de contexto e para a melhoria da relação da administração com cidadãos e empresas, designadamente debelando as resistências evocadas no ponto anterior e revelando-se mais eficaz para endereçar eventos de vida mais “completos / abrangentes” (e.g. tratar de um licenciamento para início de atividade empresarial implica tipicamente autorização da entidade pública responsável pela área de política e pelo município);
- A abordagem concorrencial e ausência de critérios de discriminação positiva eficazes (e.g. taxas diferenciadas de apoio) não favorece a apresentação de candidaturas conjuntas, prevalendo uma lógica individualista e de competição;
- A menor representatividade das operações associadas a reformas estruturais, de natureza legislativa / regulamentar pode residir, pelo menos em parte, na curta duração para as operações FSE (36 meses);
- Os apoios à formação revelaram-se ineficazes, não se perspetivando a possibilidade de alcance das metas definidas na programação, o que se deve sobretudo à falta de atratividade do instrumento, motivada pelo efeito “territorial” / spill-over e pelos baixos custos/ hora máximos, agravados pela elevada carga administrativa associada à instrução das candidaturas o que redundou no insuficiente efeito de incentivo associado a estes instrumentos;
- O PO mobilizou instrumentos de apoio à formação em exclusivo acoplado a iniciativas de modernização/ TIC, não obstante a programação não prever tal restrição e se revelar crescentemente relevante, no quadro de transformação digital da administração pública, a realização de formações especializadas/ avançadas dos funcionários públicos (em particular quadros superiores) para conhecer as tendências e adquirir know-how sobre como capitalizar as novas tecnologias para a melhoria da performance das organizações;
- O próximo período de programação não previu, no âmbito do PT 2030, apoios dirigidos à transição digital e capacitação da Administração Central, de certa forma cobertos no PRR. Porém, o PRR prevê a alocação sobretudo a organismos de grande dimensão e com competências transversais (SPMS, AMA, ESPAP), não permitindo maximizar a cobertura dos públicos-alvo e realizar intervenções mais adaptadas às especificidades dos públicos-alvo não cobertos.

FG4 - Transportes (Eixo IV)

- A natureza particularmente complexa dos projetos de infraestruturas de transporte é suscetível de enfrentar contingências / imponderáveis ao longo da sua implementação (seja na contratação pública, na avaliação de impacto ambiental, relacionados com a capacidade de resposta do mercado ou com a evolução do contexto macroeconómico - destacando-se no atual período de programação a pandemia e a guerra na Ucrânia), o que exige maior maturidade das operações do que a verificada no atual período de programação (não obstante a maior parte dos processos já ter parecer/ aguardar parecer da APA);
- A flexibilidade permitida pelo PO para a reprogramação temporal e gestão orçamental flexível ao longo do período de programação revelou-se fundamental para a implementação bem sucedida da generalidade dos projetos;
- Apesar do mapeamento prévio dos investimentos a realizar (em sede de instrumentos estratégicos de planeamento e da própria programação) se ter revelado fundamental para a eficácia do Programa neste Eixo, a atualização do PETI3+ (sucendendo-lhe o Ferrovia 2020) introduziu ajustamentos cirúrgicos em alguns projetos / troços a financiar, o que condicionou igualmente a implementação dos projetos;
- Os procedimentos de autorização de encargos plurianuais, mais controláveis pela administração, revelaram-se particularmente condicionadores de muitos dos projetos apoiados pelo Programa, reforçando a importância de um planeamento de longo prazo estável (à semelhança do Plano Rodoviário Nacional).

FG5 - REACT-EU (Eixos VII e VIII)

- Os programas de apoio Covid-19, nomeadamente o Apoiar, Garantir Cultura e I&D Covid, registaram uma adesão relevante por parte das empresas portuguesas, revelando-se cruciais para a manutenção da liquidez e do investimento em I&D dos promotores. Em reforço, tais medidas foram complementadas por outros pacotes de ajuda como o *layoff* simplificado, que possibilitaram uma ajuda mais holística às empresas portuguesas. Tal complementaridade foi relevante, e caso não existisse, não existem certezas quanto ao impacto total.
- Apesar do sucesso inicial, no Garantir Cultura, existiram atrasos nos pedidos de pagamento que dificultaram o acesso a esses fundos por parte das empresas.

Focus Group

- Os apoios do REACT-EU e CRII, apesar do impacto no curto prazo, estão-se a revelar insuficientes em alguns setores mais impactados pelas mais recentes tendências macroeconómicas (inflação, aumento dos custos da energia etc.), com as empresas a sentirem a necessidade de mais pacotes de ajuda.
- Considerou-se que os apoios REACT-EU, nomeadamente os focados no I&D, tiveram impacto no longo prazo.
- Os sistemas de incentivos revelaram dificuldades em adaptar-se às diferentes necessidades dos vários setores de atividade, levando consequentemente a taxas mais elevadas de quebra e/ou menor procura qualificada das medidas.
- As empresas revelam dificuldades na preparação atempada e eficiente das suas candidaturas devido à inexistência de um calendário e consequente previsibilidade do lançamento dos AAC.
- Os procedimentos dos concursos carecem de maior simplicidade e agilidade, acrescendo a insuficiente rede de recursos humanos/técnicos no acompanhamento e monitorização da execução dos projetos.

Anexo 4.3. Intervenientes - entrevistas

Entidades	Entrevistados	Data
AG COMPETE (Eixo 1)	Dra. Margarida Pinto e Dr. Nuno Mangas	11/05/2023
AG COMPETE (Eixo 2)	Dra. Ana Alves	19/04/2023
AG COMPETE (Eixo 2I)	Dra. Maria José Caçador	28/04/2023
AG COMPETE (Eixo 4)	Dra. Rosário Gama	20/03/2023
AG COMPETE (Eixo 5)	Dr. Henrique Figueiredo	20/03/2023
AICEP	Dra. Ana Isabel Machado; Dr. Fernando Marquês; Dra. Helena Silva ; Dr. João Francisco Baptista; Dra. Maria Madalena Silva; Dr. Renato Moreira	27/03/2023
AMA	Dra. Ana Pio	17/03/2023 e 20/03/2023
ANI	Dra. Maria Bastos e Dr. João Ferreira	05/03/2023
Banco Português de Fomento	Dra. Patrícia Aguiar ; Dr. Pedro Magalhães ; Dra. Sónia Timóteo	19/04/2023
FCT	Dr. António Santos; Dra. Susana Dias	10/05/2023
IAPMEI	Dra. Maria José Figueira	30/03/2023
Instituto de Mobilidade e dos Transportes	Dr. Rui Veloso	11/04/2023
Turismo de Portugal	Dr. Nuno Miguel Alves	23/03/2023

Anexo 4.4. Síntese das entrevistas

QA1. Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser, atingidos? Qual o contributo do PO e como se explica o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?

- O AAC integrados na medida de formação-ação tiveram elevados níveis de procura, em parte devido à divulgação realizada e ao facto de as associações estarem habituadas a implementação deste tipo de ações. Por consequência os níveis de execução revelam-se bastante satisfatórios. A formação-clusters também apresentaram níveis de procura elevados, contudo, como os AAC são mais recentes, observa-se uma maior apreensão relativamente ao nível de execução destas operações. Face à elevada procura dos AAC, os Ol's reforçaram as dotações e/ou peso dos incentivos fiscais de modo a permitir o maior apoio aos projetos aprovados.

- Não foi possível mobilizar muitas operações no âmbito do SIAC - Empreendedorismo, devido à reduzida procura por parte dos empreendedores. No entanto, o Start-up voucher foi mais bem-sucedido, apresentando resultados mais interessantes.

- A pandemia COVID-19 implicou a prorrogação dos prazos de muitos projetos, com a generalidade dos Ol's a considerar impactos negativos nas metas previstas pré-pandemia. Em adição, a pandemia trouxe ainda alterações dos programas de apoio a que as empresas se candidatavam, assim como diversas empresas que mudaram para linhas de apoio ao Covid ou mudaram mesmo de área de negócio. Além dos impactos negativos da pandemia, outros fatores externos como a inflação e falta de recursos humanos dificultaram a correta execução das operações apoiadas do COMPETE.

- Os Ol's consideram necessário uma maior coordenação e articulação entre entidades, de modo a agilizar os tempos de avaliação, por meio de uma maior partilha e cruzamento de informação e processos. Em adição, consideram que a falta de

previsibilidade da publicação de avisos dificulta o processo de submissão de candidaturas por parte dos promotores. Por outro lado, a eficácia dos avisos foi negativamente impactada pela falta de âmbito setorial e das necessidades regionais. Além do maior foco dos avisos, os OI's consideram necessário uma maior autonomização na avaliação dos projetos, através de Inteligência Artificial e outras ferramentas digitais, que permitiam agilizar os processos de avaliação, pagamento e execução.

- No Eixo 4, prevê-se que se atinjam os objetivos e resultados propostos, sendo que o facto de os projetos estarem previstos em sede de programação garantiu a eficácia dos instrumentos para mobilizar procura e simplificar relação com promotores. Apenas não se prevê o alcance das metas programadas, na ferrovia não RTE-T, em virtude dos atrasos verificados na implementação, estando, contudo, assegurado o faseamento do projeto da Linha do Douro e a conclusão do projeto da linha do Oeste. Não obstante verificaram-se alguns atrasos na execução, em particular nos Portos (globalmente) e na Ferrovia, devido a morosidade nos procedimentos prévios, à natureza dos projetos agravados no contexto pandémico e pós-pandémico e na sequência da guerra da Ucrânia, com impacto nas entregas de materiais, disponibilidade de mão-de-obra. Os procedimentos de contratação pública, ainda que morosos apesar da redução de prazos verificada em alterações recentes ao CCP, são estáveis e previsíveis e não impactaram o desenvolvimento dos projetos, excetuando os casos residuais onde ocorreram impugnações. Setor dos transportes insere-se nos setores especiais do CCP e isso permite também maior celeridade nos processos, ainda que sujeitos a verificação pelo PO. Teria sido desejável que se tivessem antecipado procedimentos (e.g. AIA), por forma a garantir uma execução mais célere dos projetos. Em particular as AIA aportam morosidade extraordinária aos projetos e importaria acelerar procedimentos nas autoridades competentes (APA).

- No Eixo 5, os AAC revelaram-se capazes de atrair procura, tendo-se revelado mais eficazes os instrumentos de mais largo espectro e com lógicas de intervenção mais abrangentes, integradas e transformadoras, conformando-se com os requisitos de elegibilidade inerentes à estratégia TIC para a AP. A formação profissional (11.1) foi apoiada apenas associada à operações de modernização tecnológica (PI 2.3), tendo tido uma adesão residual, sobretudo pela reduzida atratividade do instrumento. Generalidade das metas serão alcançadas, com exceção para o número de trabalhadores da AP que dificilmente será alcançado pela baixa adesão verificada e para o n.º de "Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos.

- Dificuldade em quantificar a redução de custos de contexto, sendo que a introdução das regras associadas ao RGPD veio condicionar a propensão para a partilha de informação. A ação do PO contribui para o alcance destes objetivos, seja pelos apoios diretos que incentivam as transformações preconizadas, seja pela introdução de regras de elegibilidade que obrigam ao cumprimento de princípios transversais. No domínio da eficiência organizacional e operativa dos organismos (PI 11.1), também se pode fazer um balanço positivo tendo sido apoiados diversos projetos na área da qualidade e da melhoria dos processos. No domínio da simplificação legislativa, a adesão dos promotores foi menor com poucos projetos aprovados que visassem esse tipo de objetivos. Genericamente os AAC motivaram bons índices de procura qualificada, ainda que nos dedicados a operações pré-formatas a adesão e resultados fossem mais limitados, uma vez que os promotores tendiam a procurar englobar as tipologias de projetos apoiados nesses AAC em projetos mais amplos de transformação digital. Genericamente, prevê-se que os beneficiários cumpram com as metas contratualizadas em sede de candidatura, prevenendo-se, portanto, o alcance das metas definidas na programação, contudo não se afigura viável o alcance das metas associadas ao número de trabalhadores da AP formados. Globalmente, entre os fatores que condicionaram salientam-se o ciclo orçamental, procedimentos de contratação pública e autorizações das tutelas. Na PI 2.3, as condicionantes respeitam às limitações de tempo associadas e agravadas pela pandemia, incumprimento de regras de elegibilidade e mérito das operações. No SAMA-Capacitação, esforço de adaptação ao enquadramento de projetos financiados com FEDER no QREN e que transitam para FSE, indisponibilidade do sistema de informação, realocação e desagregação de projetos. No SAMA TIC, atrasos motivados pelo atraso na verificação da condicionalidade ex-ante e pela reduzida atratividade do instrumento.

- Projetos apoiados pelo COMPETE são importantes para garantir a necessária modernização das infraestruturas ferroviárias e, por essa via, fomentar a transferência modal, contrariando o peso anormalmente alto do modo rodoviário. A pandemia e guerra na Ucrânia condicionaram a implementação dos projetos pelas disrupções nas cadeias de abastecimento e impacto nos custos.

QA2. Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis?

- Os custos com consultores encarecem os custos por formando do formação-ação, sugerindo-se, por consequência, a massificação da formação de forma a criarem-se economias de escala. Existem ainda queixas dos promotores em termos de elegibilidade das despesas, concretamente a queixa principal foi a elegibilidade dos equipamentos, no passado era elegível as aquisições e agora só as depreciações e as despesas de manutenção de equipamentos também deixaram de ser elegíveis.

- Verificaram-se disparidades regionais em termos de procura dos AAC, com o Norte e Centro a terem uma elevada procura face às dotações orçamentais existentes. No mesmo sentido, os OI's verificaram uma maior qualificação dos projetos e promotores, fatores que promovem um maior investimento em I&D, comprovado por estes organismos.

- Os apoios são muito atrativos para projetos de I&D e sem estes, as despesas em I&D serão menos intensas, com as empresas a serem mais cautelosas nos seus investimentos. A maior agilidade dos processos de avaliação e pagamento permitiriam uma maior eficiência dos OI's e do impacto dos projetos nos territórios. Além disto, a correta atividade dos OI's foi negativamente impactada pela diminuta adoção de novas ferramentas digitais e pela falta de recursos humanos.

- A falta de recursos humanos, especialmente em territórios de baixa densidade, faz com que, na opinião dos OI's, muitos promotores procurassem localizações alternativas, perto dos grandes centros urbanos do país (AML e AMP).

- De acordo com os OI's, o atraso nos AAC e nas análises têm impacto efetivo nos investimentos, uma vez que entre aviso, avaliação e implementação demoram em demasia comparando com outros países, afetando consequentemente a atratividade de IDE e levando à desistência de vários promotores nacionais e/ou internacionais.

- Prevê-se a total absorção dos fundos alocados ao FdC. Todas as operações vão ficar operacionais, ainda que algumas após 31/12/2023 e não terem financiamento comunitário após essa data. Importa sublinhar que foi feito um overbooking no FdC que permite compensar as quebras de execução das operações que não vão ficar operacionais em 31/12/2023. Os (grandes) projetos de investimento deveriam ter um maior grau de maturidade, por exemplo, a nível técnico: (i) projeto de execução, (ii) deliberação (aprovação) de abertura do procedimento, demonstrando que estão em condições de lançar o procedimento de concurso, nos termos do Código dos Contratos Públicos, se aplicável e (iii) aprovação da tutela, se aplicável.

- No Eixo 5, as regras subjacentes aos apoios à formação dos trabalhadores da AP não se constituem como incentivadoras para os promotores, penalizando a adesão e o alcance dos resultados (baixa taxa de cofinanciamento associadas ao efeito difusor - só se financia os organismos sediados em Lisboa na proporção da população servida fora da região de Lisboa - e baixos valores hora /formando). Não se verificaram situações de ineficiência na alocação de recursos, dado que os critérios de seleção dos AAC permitiram a seleção dos melhores projetos. Não se evidencia de forma relevante situações de sobredimensionamento dos projetos. No cômputo geral, a totalidade da dotação será absorvida, mas existem oportunidades de melhoria para potenciar os resultados alcançados e a seleção de projetos mais impactantes.

QA3. De que forma está o PO a contribuir para os objetivos das Estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo? E para o reforço da coesão territorial?

- Atualmente, os OI's têm muito pedidos de prorrogação de projetos, assim como pedidos de alteração das metas contratualizadas, exercício complexo, e que afeta a perceção e avaliação dos impactos e efeitos de arrastamento, principalmente das empresas que adiaram o ano de conclusão do projeto.

- As empresas preferiram, em regra geral, a prorrogação do ano cruzeiro em vez de mudanças dos objetivos. Apesar disso, existe a intenção dos OI's em maximizar os efeitos de arrastamento dos projetos aprovados nos territórios, existindo critérios de mérito sobre tal.

- No caso de AAC com relação com investidores privados, existem alguns conceitos associados ao conceito de capital de risco que poderão não estar tão alinhados com a experiência dos financiados.

- Alguns OI's registaram taxas de quebra elevadas, em especial nas PME, devido a fatores externos como a pandemia, problemas com atrasos na entrega de maquinaria e construção de ativos fixos tangíveis, inflação das matérias-primas, dificuldade na contratação de RHs em territórios de baixa densidade entre outros.

- Laboratórios colaborativos têm contribuído bastante para robustecer as dinâmicas de conhecimento e inovação, que fazem a ligação entre o SCT e as empresas (e.g. TIC, aeronáutica, agroalimentar) e as dinâmicas territoriais.

- Impactos dos projetos de C&MA incidem sobretudo nos cidadãos, uma vez de dois terços dos promotores são na área da saúde e ensino superior. Adicionalmente, os projetos permitiram simplificação de procedimentos e desmaterialização de processos que permitiram um melhor acesso aos serviços em particular na área da saúde e registos. No domínio da redução de custos de contexto, apesar da menor representatividade verificaram-se projetos que ajudaram de forma relevante as empresas, diminuindo-lhes a carga burocrática. Projetos de criação de centros de competências (Labx e Procure+I) constituem-se como alavancas importantes para potenciar a inovação na AP e são competências criadas que ficarão integradas nos respetivos promotores.

- Verificaram-se melhorias na penetração dos canais digitais junto dos públicos-alvo (cidadãos e empresas), ainda que com alcance mais limitado no cidadão, devido à iliteracia digital da população, em particular a mais envelhecida, a dificuldades de usabilidade das soluções digitais de distribuição de serviços públicos e ao desconhecimento dos serviços digitais por parte da população. Verificam-se efeitos de difusão (novos e bons projetos atraem outros), estimulam a "competitividade dos organismos e a introdução deste tipo de medidas nas respetivas agendas de forma eficaz, particularmente evidente nos projetos da PI 11.1 (SAMA Capacitação).

- Investimentos portuários tem naturalmente impacto nas regiões do litoral do país e os ferroviários tendem a privilegiar o investimento nas zonas de maior densidade populacional. Investimento na Linha da Beira Baixa e na Linha do Douro são, contudo, importantíssimos para melhorar a ligação ao interior do país. Pela sua natureza, estes projetos contribuem para a transferência modal numa lógica sustentada (uma vez implementados, a capacidade fica criada e ao serviço das populações). Muitos projetos (e.g. Eletrificação da Linha do Algarve) induzem ganhos ambientais que perduram a longo prazo Investimentos na rede RTE-T são um instrumento claro de integração no mercado europeu, permitindo melhores ligações ao mercado ibérico e europeu, inclusive nos Portos, criando condições equilibradas dos portos portugueses servirem navios que circulem à escala europeia.

QA4. Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados?

- Organismos de maior dimensão tendem a conseguir acomodar investimentos com fontes de financiamento alternativas, sendo para eles, menos crítico o apoio dos FEEL.

- Na perceção dos OI's, os apoios no âmbito de apoio à tesouraria das empresas durante a pandemia foram determinantes na manutenção destas e na retenção de RHs. No mesmo sentido, e devido às falhas de mercado existentes, os apoios do

COMPETE no âmbito dos projetos de I&D foram determinantes para a sua resiliência, uma vez que estes são muito dependentes destes apoios e caso não o fossem, observar-se-ia à sua não execução ou a numa escala mais reduzida.

- Os incentivos são determinantes na capitalização das empresas, nomeadamente na esfera das PMEs, que foram as que acederam a mais do que um sistema de incentivos (em particular no âmbito da inovação e internacionalização), acabando mesmo por ser aquelas que tiveram mais retorno, na opinião dos OI's.

QA5. A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente aos problemas e necessidades diagnosticados na programação, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?

- Possibilidade de faseamento de projetos ou o financiamento de diferentes componentes dos projetos de modernização de ferrovias e seu financiamento em quadros comunitários futuros, tendo inclusive já acontecido a realocação de projetos e sua afetação ao PT 2030. Quer ao nível dos apoios da ferrovia quer dos portos continente existem complementaridades e sinergias entre as operações financiadas pelo COMPETE e as financiadas ao abrigo do CEF. Os atrasos verificados e os fatores que os determinaram obrigaram a muitas reprogramações temporais dos projetos, tendo sido permitida a (re)programação inclusive até 31.12.2023 nos casos em que manifestamente não era possível terminar o projeto antes. As regras de encerramento permitirão evidenciar a operacionalidade destes projetos em momento posterior ou, se necessário o faseamento dos projetos e a passagem de partes/ troços para futuros períodos de programação. Verificaram ainda substituições de projetos em função da maturidade dos inicialmente previstos, mas sempre em alinhamento com os objetivos do Programa. Foi permitida ainda a reprogramação financeira dos projetos para acomodar aumentos de custos, ainda que essencialmente circunscritos aos valores de incentivo aprovados.

- Na opinião dos OI's, os apoios do COMPETE não provocaram distorções na concorrência, assim como o enquadramento dos projetos nas RIS3 não causarem constrangimentos na avaliação dos projetos. No entanto, registaram constrangimentos das empresas no acesso ao financiamento, com a carga burocrática e o período de pagamento a ser elevado.

- Os apoios do COMPETE promovem uma maior aposta e investimento das empresas portuguesas em I&D, até porque as empresas voltam a candidatar-se a mais avisos numa fase posterior. Apesar de, ainda estar abaixo da média europeia, existe uma evolução positiva de investimento em I&D, podendo ser ainda reforçados pelas Agendas Mobilizadoras do PRR. O financiamento realizado pelo COMPETE para apoio a investimentos em I&D é crítico para as empresas, que assim investem mais e em projetos mais arriscados, existindo assim uma expectativa elevada dos impactos que venham a ser produzidos pelos projetos apoiadas. No entanto, existe a necessidade de haver uma maior flexibilidade na gestão da dotação por regiões.

- A questão da complementaridade foi particularmente importante na transição entre o QREN e o PT2020, tendo verificado que algumas operações do atual período, são continuações ou fases seguintes de operações iniciadas no período anterior e até mesmo dentro do mesmo período/instrumento. Têm também existido algumas sinergias com outros instrumentos nacionais, alguns numa lógica de complementaridade, mas principalmente numa lógica de continuidade. A reprogramação de 2018 permitiu adaptar a lógica de intervenção do PO, caindo o objetivo específico de requalificação de profissionais e emergindo um maior enfoque na transformação digital da AP em sentido mais amplo, reorientado o foco para a transformação e qualificação do serviço público. A descontinuidade do SAMA no PT 2030 condicionará fortemente a continuidade deste tipo de projetos. Seria fundamental que existissem apoios complementares, de maior capilaridade, para dar continuidade às transformações introduzidas com o SAMA cujos efeitos só se verificarão a 4/5 anos e que permitem a maior qualidade e eficiência nos serviços públicos e, a longo prazo, maior sustentabilidade dos mesmos.

- No Eixo 5, as tipologias de operação apoiadas adequaram-se às necessidades dos agentes. Contudo, ao longo do período de programação emergiram novas necessidades que já não foi possível acomodar. Evidencia-se alinhamento entre as medidas cofinanciadas e i) Estratégia e Plano de Ação TIC definida e ii) Princípios do Programa Simplex. Porém SIMPLEX tem tido uma rota muito irregular do ponto de vista da *governance* estratégica. Também se observa coerência com outros programas no domínio da inteligência artificial e sinergias com o PARE.

- Portugal dispõe de boa rede de infraestruturas, porém a ferrovia sofreu de desinvestimento ao longo de vários anos, criando constrangimentos à competitividade deste modo. Projetos apoiados são peças importantes para o alcance dos objetivos de programação, mas tratam apenas da infraestrutura, sendo necessário investir no serviço. Obstáculos estruturais à promoção da transferência modal não resolvidos com projetos apoiados pelo PO: sobrecarga da Linha do Norte, pelo tráfego misto passageiros/ mercadorias condiciona o nível de serviço no transporte de mercadorias, pela maior dificuldade em assegurar a fiabilidade do serviço. Sinalizam-se importantes complementaridades entre os projetos do COMPETE com os financiados pelo CEF (por exemplo, no domínio dos transportes inteligentes). Planos (rodoviário e ferroviário) são fundamentais para criar estabilidade a longo prazo e permitir uma mais célere priorização dos projetos. Recomendações: dificuldade em estabelecer indicadores e instrumentos de monitorização, que nem sempre são fáceis de monitorizar e não condicionar planeamento aos horizontes dos ciclos de programação, mas sim pensá-los a longo prazo.

Anexo 4.5. Guiões das Entrevistas

Questões de avaliação / Sub-questões para entrevistas	Opções de aprofundamento	AG COMPETE	AG POR	AMA	IAPMEI	ANI	AICEP	TP	AD&C	Entidades Públicas	BPF	DGEstE
Eficácia												
QA1. Os objetivos previstos no PO foram, ou têm condições de ser, atingidos? Qual o contributo do PO e como se explica o maior ou menor sucesso no cumprimento desses objetivos?												
Contributo do PO para o cumprimento dos objetivos específicos e fatores que explicam o maior ou menor sucesso do PO no cumprimento desses objetivos												
Quais são os instrumentos/as TO que se têm revelado mais eficazes para cumprir os objetivos específicos do PO no âmbito dos diferentes eixos / PI / OE?	G	X										
Os avisos de abertura de concurso (e.g. em termos de dotações, elegibilidades, formas de apoio) revelam-se adequados para captar uma procura qualificada? Que apreciação fazem da qualidade global das candidaturas selecionadas e em que medida há PI que se destacam (PI com níveis médios de classificação de mérito mais altos e mais baixos)?	G	X	X									
Que fatores relacionados com o desenho dos instrumentos/TO (i.e., o racional da programação) e/ou com a forma como estes foram implementados (p.ex., oportunidade do timing do lançamento dos concursos, divulgação, mecanismos de elegibilidade, processo de seleção,...) explicam o maior ou menor sucesso do PO no cumprimento daqueles objetivos?	G	X	X									
Em que medida o sistema de monitorização do PO e os respetivos indicadores desempenham um contributo relevante para apoiar as decisões de ajustamento no PO e melhorar os níveis de eficácia? Que limitações de identificam e onde poderia haver melhorias?	G	X							X			
Qual o balanço da eficácia do recurso a Instrumentos Financeiros para o reforço da competitividade e internacionalização das empresas?	1.1	X										
No domínio da formação profissional (TI 60 - formação de empresários e trabalhadores das empresas), os instrumentos e oferta formativa revelam-se eficazes para atrair procura qualificada e os destinatários finais? Que fatores condicionam ou favorecem essa eficácia (alinhamento face às necessidades / estratégias das empresas, flexibilidade / natureza modelar para atrair formandos)?	1.2	X			x		x	x				
A formação é efetivamente valorizada pelos agentes socioeconómicos?	1.2	x			x		x	x				
No domínio da Capacitação e Modernização Administrativa (TI 50, 62 e 63), os instrumentos revelam-se eficazes para induzir procura por projetos alinhados com	1.2	X		X								

Questões de avaliação / Sub-questões para entrevistas	Opções de aprofundamento	AG COMPETE	AG POR	AMA	IAPMEI	ANI	AICEP	TP	AD&C	Entidades Públicas	BPF	DGEstE
os objetivos do Programa (e.g. serviços integrados, desmaterialização de serviços / processos, racionalização / otimização da gestão; formação dos trabalhadores)?												
Tendo em conta os diferentes projetos de infraestruturas ferroviárias e portuárias apoiados pelo PO, qual a sua percepção sobre o contributo desses projetos para o reforço da competitividade e para o aumento do tráfego / ganhos nas quotas modais destes modos de transporte?	2.1									X (IMT)		
Avaliação do PO em termos de necessidade e suficiência para atingir os objetivos previstos na programação												
Qual o balanço atual do nível de alcance das realizações e resultados contratualizados/esperados?	G	X	X									x
Tendo em conta a implementação até à data, os resultados definidos em sede de programação e os resultados contratualizados com os promotores afiguram-se alcançáveis na sua generalidade?	G	X	X									
Os objetivos específicos estão a ser atingidos e existem condições para serem integralmente realizados? Em que medida o menor grau de implementação de algumas das TO poderá condicionar a concretização desses objetivos?	G	X										
Os instrumentos mobilizados para a Capacitação e Modernização Administrativa revelam-se suficientes para alcançar os objetivos de disseminar a distribuição de serviços públicos através de canais digitais? Se não, quais os motivos e de que forma se pode manter / reforçar esta aposta?	1.2			X								
Qual o ponto de situação na adoção de soluções TIC transversais à Administração nos diferentes setores e níveis de Governo (IAP; identidade eletrónica, etc.)? Qual a percepção sobre o contributo do PO e respetiva suficiência para o alcance desse objetivo? O que ainda está por fazer e permitirá a conclusão do PO chegar a um ponto satisfatório nesse âmbito? Se não, quais os motivos e como deve essa aposta ser reforçada?	1.2			X								
Como avalia o contributo do PO / projetos financiados, em termos de suficiência, para os objetivos de reforço da competitividade e da quota modal destes modos de transporte?	2.1									X (IMT)		
Outros fatores que contribuem para os resultados esperados/observados												
Que fatores externos ao PO / promotores (e.g. conjuntura económica, COVID; alterações de contexto político, institucional ou regulamentar) terão potenciado ou condicionado os resultados observados até à data?	G			X	X	X	X	X		X (IMT)		x
Que fatores internos ao PO / promotores (e.g. Dificuldade de mobilização de autofinanciamento, autorizações de despesa em entidades públicas, pareceres / licenças obrigatórias, disponibilidade de mão-de-obra qualificada) terão condicionado os resultados observados até à data?	G			X	X	X	X	X				x

Questões de avaliação / Sub-questões para entrevistas	Opções de aprofundamento	AG COMPETE	AG POR	AMA	IAPMEI	ANI	AICEP	TP	AD&C	Entidades Públicas	BPF	DGEstE
Em relação aos eventuais desvios face aos objetivos e metas que decorrem do processo de implementação das intervenções, que recomendações para uma operacionalização mais expedita e/ou eficaz?	G	X		X	X	X	X	X				x
As condições de ecossistema nos diferentes âmbitos de atuação do programa revelaram-se favoráveis ao alcance dos objetivos (e.g. Sistema de I&I maduro; cadeias de fornecimento)? Que condições favoreceram / prejudicaram?	G	X	X	X	X	X	X	X				
Análise das metas												
As metas de resultado inerentes à PI 2.3 estão ainda longe de serem cumpridas (indivíduos que usam a internet para tratar de serviços públicos), não obstante, as verbas associadas foram revistas em baixa nas reprogramações. Existem ações em vigor para aproximar este indicador dos resultados inscritos no texto do PO?	1.2	X		X								
As metas de realização no âmbito do Eixo 4 (transportes) encontram-se ainda longe de estarem cumpridas. Quais os fatores que levam a esta baixa execução e quais as perspetivas de cumprimento? Que oportunidades de melhoria para mitigar atrasos na execução destes projetos podem ser postas em prática?	2.1	X										
Os indicadores de resultados associados à PI 11.1 (formação): não existem dados, como está o andamento da meta? Por que não há dados sobre o número de trabalhadores que se consideram mais aptos após participação em formação? Por sua vez, o indicador de resultado "Trabalhadores em funções públicas apoiados em ações de formação direcionadas para a reorganização e modernização" encontra-se ainda longe de estar cumprido. Quais as perspetivas e quais os fatores que levam a esta baixa execução?	1.2	X		X								
Eficiência												
QA2. Tendo em conta os objetivos prosseguidos pelo PO, teria sido possível obter melhores resultados com os recursos disponíveis?												
Afetação de recursos financeiros entre instrumentos de política/TO, beneficiários e territórios alvo												
A afetação dos recursos financeiros pelos diferentes objetivos específicos, beneficiários e territórios-alvo é adequada, tendo em consideração as respetivas elegibilidades e os objetivos a prosseguir?	G	X	x									
É possível isolar grupos específicos de beneficiários em que os efeitos das intervenções foram mais relevantes, face aos recursos públicos investidos?	G	X	X									
As formas de financiamento/intensidades de apoio são as mais adequadas e melhor ajustadas às diferentes TO e beneficiários, constituem-se como incentivo efetivo ao investimento garantindo o alcance dos objetivos e das metas definidos? É possível identificar situações ou casos concretos em que tal não se verifica?	G	X										

Questões de avaliação / Sub-questões para entrevistas	Opções de aprofundamento	AG COMPETE	AG POR	AMA	IAPMEI	ANI	AICEP	TP	AD&C	Entidades Públicas	BPF	DGEstE
Os critérios de seleção dos avisos permitem a seleção dos melhores projetos, i.e., que atingem mais e melhores resultados em proporção dos resultados alcançados / propostos nas candidaturas? Quais as TO onde tal se verificou / não verificou e quais as razões dessas diferenças?	G	X										
Ineficiência na utilização dos recursos												
Existem fatores (internos e externos) que concorrem para situações de ineficiência na utilização dos recursos (e.g. nível tecnológico, mercados ineficientes,...)?	G	X	X									
A dotação financeira face às necessidades identificadas compromete o impacto das intervenções (o apoio público concedido é o necessário para produzir os efeitos esperados)? Em que domínios de atuação do PO isso não se verifica?	G	X	X									
Em que medida se verificaram situações de sobredimensionamento dos projetos na fase de candidatura, que comprometem dotação que acaba por ser inutilizada? Em que instrumentos / TO tal se verificou com maior intensidade?	1.2 2.1	X										
Oportunidades de melhoria na operacionalização dos instrumentos												
Quais os aspetos e procedimentos a melhorar para tornar a operacionalização mais eficiente, nos diferentes instrumentos / TO (e.g. Previsibilidade dos concursos; ações de divulgação; quadro regulamentar em vigor)?	G	X	X	X	x	X	X	X				
Impacto/ sustentabilidade:												
QA3. De que forma está o PO a contribuir para os objetivos das Estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo? E para o reforço da coesão territorial?												
Efeitos globais das ações apoiadas – objetivos da EU e coesão territorial												
É possível identificar, desde já, efeitos ou impactos resultantes das operações apoiadas? (efeitos ou impactos planeados e não planeados, esperados e não esperados, positivos e negativos)?	G	X	x						X			x
Em que domínios são mais evidentes os impactos / contributos para o crescimento inteligente, crescimento inclusivo, crescimento sustentável)?	G	X							X			
Num contexto em que a implementação do PO foi fortemente influenciada por fatores externos, que exemplos existem da capacidade de a AG e os restantes atores com responsabilidade na implementação do PO contrariarem o efeito penalizador de mudanças não previstas inicialmente?	G	X	X	X	X	x	X	x				
De que forma os apoios disponibilizados estão a contribuir para atenuar assimetrias regionais? Que evidências podem ser observadas/expectáveis a esse nível?	G	x	X						X	X (IMT)		
Em que medida as mudanças de contexto podem estar a ser determinadas por fatores externos?	G	X	x									x

Questões de avaliação / Sub-questões para entrevistas	Opções de aprofundamento	AG COMPETE	AG POR	AMA	IAPMEI	ANI	AICEP	TP	AD&C	Entidades Públicas	BPF	DGEstE
Em que medida as mudanças observadas são sustentáveis (perdurarão no tempo após a conclusão do PO)?	G	X	x									
Validação de resultados/sustentabilidade dos efeitos das ações no domínio das empresas e I&D												
Em que medida a ação do PO induziu comportamentos duradouros em termos de dinâmicas de investimento em I&D e inovação e de orientação exportadora?	1.2				X	X	X					
Validação de resultados/sustentabilidade dos efeitos das ações no domínio da Capacitação e Modernização Administrativa												
Foram os projetos financiados pela ação do PO capazes de induzir um crescimento da utilização de canais online na relação de cidadãos e empresas com a Administração? Ou a evolução destes indicadores é motivada por fatores exógenos à ação do PO? Quais?	1.2			X								
Em que medida a ação do PO permitiu aumentar a eficiência da Administração Pública e reduzir custos de contexto para cidadãos e empresas na sua relação com a Administração? Quais as tipologias de ações que se traduzem em maiores impactos?	1.2			X								
Que fatores condicionaram ou facilitaram (ou podem condicionar/ facilitar) a tradução das realizações e resultados em impactos efetivos e duradouros	1.2			X								
Estão asseguradas as necessidades de evolução / manutenção das soluções desenvolvidas (em termos de recursos financeiros e humanos) para garantir níveis de serviço adequados?	1.2			X								
Validação de resultados/sustentabilidade dos efeitos das ações no domínio da formação profissional												
Em que medida a ação do PO tem contribuído para reforçar a aptidão e adaptabilidade dos trabalhadores e empresas à mudança? E para fomentar o reconhecimento da formação ao longo da vida dos trabalhadores e empresários?	1.2	X										
Validação de resultados/sustentabilidade dos efeitos das ações no domínio dos transportes												
Em que medida considera que os projetos apoiados pelo PO permitem alterar de forma sustentada / estrutural / duradoura, as preferências de cidadãos e empresas por estes modos de transporte?	2.1									X (IMT)		
De que modo considera que os projetos RTE-T favorecem a inserção de Portugal no mercado europeu (e ibérico) e potenciam o posicionamento das empresas portuguesas nestes mercados? Que constrangimentos ainda se verificam à potenciação desses impactos e como podem os mesmos ser resolvidos?	2.1									X (IMT)		
VAE												

Questões de avaliação / Sub-questões para entrevistas	Opções de aprofundamento	AG COMPETE	AG POR	AMA	IAPMEI	ANI	AICEP	TP	AD&C	Entidades Públicas	BPF	DGEstE
QA4. Qual o valor acrescentado europeu na implementação do PO e nos seus resultados?												
Na ausência de apoios FEEI, os atores-chave avançariam com intervenções da mesma natureza das ações apoiadas? Existem áreas ou domínios em que seria expectável que tal não se verificasse?	G	X	X	X	X	x	X	X				x
Os FEEI têm efetivamente contribuído para alavancar as medidas de política pública regional? Em que domínios? De que forma?	G	X	X	X	X	x	X	X				
Em que medida os FEEI foram determinantes para o alcance dos resultados? De que forma as orientações comunitárias contribuíram para - ou mesmo determinaram - os resultados alcançados (maior ambição, aceleração da produção de resultados, maior abrangência, maior inovação)?	G	X	X	X	X	x	X	X				x
Que boas práticas ao nível do sistema de governação podem ser relevadas para otimizar os efeitos gerados pelas operações? Uma intervenção exclusivamente a nível regional ou nacional permitiria alcançar resultados similares ou equiparáveis?	G	x	X	X	X	x	X	X				
Relevância / Coerência interna e externa												
QA5. A configuração do PO está a responder de forma adequada e suficiente aos problemas e necessidades diagnosticados na programação, sendo capaz de promover uma efetiva mudança?												
Alinhamento com necessidades dos atores												
Os apoios disponibilizados (e as formas de apoio) respondem às efetivas necessidades dos atores? Existem (e como se estabelecem) articulações com outros instrumentos/mecanismos, de modo a potenciar os resultados a alcançar?	1.2	X	X	X	X	X	X	X			X	
Como avalia a exigência de enquadramento dos projetos apoiados nos domínios e prioridades da especialização inteligente das ENEI/EREI? São adequadas ou são de alguma forma limitativas a uma maior participação da procura por este tipo de apoios?	1.2	X	X		X	X						
Os apoios disponibilizados foram suficientes para garantir a execução do Programa de Rastreamento Laboratorial para SARS-CoV-2 nas Creches e Estabelecimentos de Educação e Ensino? Em que medida este programa contribuiu para o retorno, em segurança, do ensino presencial e a manutenção sustentada do funcionamento estabelecimentos escolares?	2.1											X
Sinergias e complementaridades												
As sinergias e complementaridades previstas em sede de programação do COMPETE – quer entre instrumentos FEEI, quer entre estes e outros instrumentos de política pública regional, nacional e/ou comunitária – estão a ocorrer (e de que modo)?	1.2	X		X	X	X	X	X	X			

Questões de avaliação / Sub-questões para entrevistas	Opções de aprofundamento	AG COMPETE	AG POR	AMA	IAPMEI	ANI	AICEP	TP	AD&C	Entidades Públicas	BPF	DGEstE
A oferta e forma de apoios e as condições de elegibilidade (plasmadas nos AAC) vão de encontro à procura por parte dos beneficiários/promotores?	1.2	X	X									
Sinalizam-se algumas sobreposições ou efeitos concorrenciais entre instrumentos de política pública (regional, nacional e/ou comunitária), com reflexos na mobilização da procura? Exemplos de instrumentos que estejam a condicionar a procura no PO?	G			X	X	X	X	X	X	X (IMT)		
Existem evidências de resultados que tenham sido incrementados em função da articulação de diferentes políticas?	G			X	X	X	X	X	X	X (IMT)		
Em que medida o desenho programático e instrumental do PO foi capaz de potenciar a integração de fundos, políticas e atores?	G	X	X	X	X	X	X	X	x			
Considera que predomina na região um sistema académico e de investigação recetivo a coprodução?	1.2					X						
Adaptação/resposta a mudanças contextuais												
Face às mudanças de contexto que marcam a implementação do PO, em que medida emergiram novas necessidades de intervenção? Quais as causas, os objetivos e as motivações subjacentes às mesmas? Os exercícios de reprogramação responderam adequadamente a essas alterações e às dificuldades de implementação de alguns OE e TO?	1.2	X										
Ocorreram alterações no contexto político, institucional ou regulamentar ou nas prioridades governamentais e nas políticas públicas objeto de financiamento ao longo do período de programação? Condicionam os resultados obtidos?	1.2	X		X	X	X	X	X				
Que tipo de alterações foram sendo introduzidas nos instrumentos, quais as razões que as justificaram e que consequências daí advêm para uma melhor resposta ao cumprimento dos objetivos do PO?	1.2	X	X									

Anexo 4.6. Inquérito 1. Beneficiários empresariais com operações CRII e REACT-EU

Nota metodológica: Este inquérito dirige-se a beneficiários empresariais que recorreram aos seguintes sistemas de incentivos:

- Sistema de incentivos à adaptação da atividade das PME ao contexto da pandemia COVID-19 (medida ADAPTAR PME)
- Sistema de incentivos à liquidez (medidas APOIAR PME, APOIAR +SIMPLES e APOIAR RENDAS)
- Sistema de incentivos às atividades de investigação e desenvolvimento e investimento em infraestruturas de ensaio e otimização (upscaling) no contexto da pandemia COVID-19
- Sistema de incentivos à inovação produtiva no contexto da pandemia COVID-19

A. Caracterização da entidade

NIPC: _____

Designação da empresa: _____

Número do projeto (informação contida no mail de envio do link): _____

Medida (selecionar a partir de listagem): _____

B. Adequação e execução

1. Como avalia a adequação do instrumento de apoio de que beneficiou às necessidades da sua empresa, no que respeita aos seguintes aspetos:

	Desadequado	Pouco adequado	Adequado	Muito adequado	NS/NR
Alinhamento dos objetivos do instrumento/medida de apoio com as necessidades da empresa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Informação sobre as medidas e os avisos de abertura de concurso (clareza, facilidade de acesso à informação, ...)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Condições de elegibilidade do promotor presentes nos avisos de concurso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Condições de elegibilidade dos projetos, presentes nos avisos de concurso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Despesas consideradas elegíveis para apoio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tipo de incentivo (fundo perdido)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Taxas de financiamento/comparticipação pelo Programa Operacional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Complexidade e exigências burocráticas/ administrativas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Critérios de seleção dos projetos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro. Qual? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

1.1. Caso tenha considerado algum dos parâmetros anteriores “desadequado” ou “pouco adequado”, por favor especifique a razão da resposta e o instrumento a que se refere

2. Em que medida os seguintes aspetos condicionaram ou facilitaram o arranque e desenvolvimento do projeto aprovado?

	Condicionou muito	Condicionou	Neutro	Facilitou	Facilitou muito	NS/NR
Previsibilidade de abertura de concursos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Prazos de análise de candidaturas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Condicionou muito	Condicionou	Neutro	Facilitou	Facilitou muito	NS/NR
Prazos de análise de pedidos de pagamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Flexibilidade na introdução de alterações aos projetos (recalendarização, despesas elegíveis)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alterações regulamentares ocorridas durante a implementação dos projetos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro. Qual? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2.1. Caso tenha classificado algum dos parâmetros anteriores como “condicionou muito” ou “condicionou”, por favor especifique a razão da resposta e identifique os instrumentos de apoio a que se aplicam as apreciações:

C. Resultados e impactos

3. Como classifica o efeito do apoio recebido para a situação atual da sua empresa, em relação aos seguintes parâmetros?

Parâmetros de análise	Contributo nulo	Contributo fraco	Contributo forte	Contributo muito forte	NS/NR
Cumprir as normas e recomendações das autoridades em contexto da pandemia COVID-19	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Suportar despesas de tesouraria	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Manter os postos de trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Manter a empresa em atividade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Realizar investimentos para relançar a atividade posteriormente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desenvolver projetos de I&D para responder às necessidades imediatas e de médio prazo do SNS ⁴⁹	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estabelecer e/ou reforçar a estrutura produtiva de bens e serviços para combate à pandemia COVID-19 ⁵⁰	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outra: Qual? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4. Como perspetiva, quanto à sua persistência/duração no tempo, os resultados gerados pelo projeto (após a sua conclusão) na atividade da empresa?

- Curto prazo (1 a 3 anos)
- Médio prazo (3 a 5 anos)
- Longo prazo (mais de 5 anos)
- Não sabe / Não responde

5. Tem também projetos aprovados em algum instrumento de apoio do COMPETE à exceção das operações CRII e REACT-EU (apoios extraordinários à liquidez decorrentes da crise pandemia COVID-19)?

- Não (passe à questão)

⁴⁹ Desenvolvimento de novos produtos, processos ou sistemas, ou à introdução de melhorias significativas em produtos, processos ou sistemas, pertinentes no contexto do combate do COVID-19, incluindo provas de conceito.

⁵⁰ Para o desenvolvimento dos seguintes produtos: medicamentos e tratamentos relevantes (incluindo vacinas), seus produtos intermédios, princípios farmacêuticos ativos e matérias-primas; ventiladores; testes, ferramentas de recolha e de processamento de dados; equipamentos hospitalares; dispositivos e equipamentos médicos, destinados à utilização por profissionais de saúde; desinfetantes e seus produtos intermédios e matérias-primas químicas necessárias à sua produção; e dispositivos médicos e equipamentos de proteção individual, não destinados à utilização por profissionais de saúde.

Sim

5.1. Em que domínios os apoios à tesouraria permitiram executar o investimento e concretizar os resultados obtidos (ou previstos) nos outros projeto apoiado pelo COMPETE (exceto operações CRII e REACT-EU)? (assinale todas as opções aplicáveis)

Não foram importantes

Permitiram à empresa poder executar os investimentos do(s) projeto(s) apoiado(s) pelo COMPETE

Permitiram à empresa atingir (ou aumentar a probabilidade de vir a atingir) o(s) resultado(s) do(s) projeto(s) apoiado(s) pelo COMPETE

Permitiram libertar fundos para concretizar iniciativas complementares aos investimentos do(s) projeto(s) apoiado(s) pelo COMPETE, potenciando os seus resultados (efetivos ou previstos)

Permitiram manter a empresa em atividade, evitando o seu encerramento ou downsizing

Permitiram manter postos de trabalho fundamentais para concretizar os investimentos do(s) projeto(s) apoiado(s) pelo COMPETE

Outro. Qual?

D. Participação em projetos coletivos

6. Nos últimos 5 anos, participou em alguma iniciativa no âmbito de ações de natureza coletiva visando a participação em feiras, aplicação de ferramentas e processos, ações de demonstração, empreendedorismo, sensibilização, difusão de boas práticas (ex. projetos conjuntos de internacionalização ou de qualificação, clubes de fornecedores, eventos inseridos em projetos SIAC)?

Não. (*passa para a questão 8*)

Sim, a empresa foi beneficiária de um projeto conjunto de qualificação ou internacionalização.

Sim, a empresa participou em ações inseridas em projetos apoiados pelo Sistema de Apoio a Ações Coletivas (nestes eventos é habitual haver materiais a publicitar o cofinanciamento comunitário).

Sim, a empresa foi beneficiária de um projeto inserida em apoios a Clubes de Fornecedores.

6.1. Caso tenha participado em alguma iniciativa, em que medida essa participação contribuiu para aumentar a competitividade da empresa? Identifique exemplos de ações em que participou e faça a apreciação desse contributo.

E. Formação de empresários e trabalhadores das empresas

7. A sua empresa realizou nos últimos anos investimentos na formação dos recursos humanos?

Não

Sim, formação apoiada pelo COMPETE, no âmbito da Formação-Ação (*passa por favor à questão 9*)

Sim, formação não apoiada pelo COMPETE (*passa por favor à questão 9*)

7.1. Por que razão não considerou investimentos em formação profissional dos recursos humanos? (selecione todas as que se aplicam)

Por não serem relevantes para o projeto em causa

Por não serem elegíveis no concurso a que o projeto foi candidato

Pelas exigências de elegibilidade, muito restritivas para as despesas de formação

Pelo nível de burocracia envolvido, para a área de formação, na fase de implementação e/ou encerramento dos projetos apoiados

Outra. Qual? _____

8. Em que medida a formação contribuiu /espera-se que venha a contribuir para os seguintes aspetos relacionados com a melhoria das competências dos recursos humanos da empresa?

Parâmetros de análise	Contributo nulo	Contributo fraco	Contributo forte	Contributo muito forte	NS/NR
Aumento das competências e/ou o nível de qualificação global dos recursos humanos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumento da qualificação específica dos trabalhadores em domínios relevantes para a estratégia de inovação, internacionalização e modernização da empresa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumento das capacidades de gestão da empresa para encetar processos de inovação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Incremento da produtividade da empresa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Incremento da competitividade da empresa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aceleração da introdução de processos de mudança/inovação na empresa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

F. Custos de Contexto (cada promotor responde uma única vez, independentemente do n.º de projetos)

9. No âmbito da sua interação com a Administração Pública, indique qual o canal que mais utiliza para tratar de serviços / procedimentos

- Online
 Presencial

10. Nos processos que teve de tratar nos últimos 5 anos, indique se alterou as suas preferências nos canais utilizados e a favor de que canal

- Sim, alterei a favor do canal online
 Sim, alterei a favor do presencial
 Não, não alterei

11. Nos processos que teve de tratar nos últimos 5 anos indique se, tendencialmente, conseguiu tratar do seu problema:

Parâmetro de análise	Não e piorou nos últimos anos	Não e manteve-se nos últimos anos	Sim, sem melhorias nos últimos anos	Sim e melhorou nos últimos anos	NS/NR
Num único local / serviço	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Numa única interação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sem necessidade de prestar informação já prestada noutra ocasião / serviço da Administração	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

12. Em que medida os seguintes aspetos prejudicaram ou facilitaram o seu nível de satisfação no relacionamento com a Administração Pública nos últimos 5 anos?

Parâmetros de análise	Prejudicou muito	Prejudicou	Neutro	Facilitou	Facilitou muito	NS/NR
Tempos de resposta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Eficácia na resolução do problema	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Qualidade do atendimento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Custos diretos dos procedimentos (e.g. taxas)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Complexidade na instrução de procedimentos (necessidade de informação, burocracia)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Obrigações legais e regulamentares: de reporte de informação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Obrigações legais e regulamentares: inerentes a	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Parâmetros de análise	Prejudicou muito	Prejudicou	Neutro	Facilitou	Facilitou muito	NS/NR
processos de licenciamento / autorizações						
Acesso a informação sobre direitos e obrigações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro. Qual? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

13. O inquérito terminou. Se pretender efetuar algum comentário adicional utilize este espaço para o efeito:

Anexo 4.7. Inquérito 2. Beneficiários empresariais excluindo operações CRII e REACT-EU

Nota metodológica

Este inquérito aplica-se a todos os promotores empresariais que têm projetos aprovados nos eixos 1 e 3 do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE).

A recolha de respostas ao inquérito será através de plataforma online gerida pela EY e serão devidamente apresentados os seus objetivos e âmbito, bem como fornecidas instruções de preenchimento e o contacto da equipa de avaliação para esclarecimento de eventuais dúvidas.

Tendo em consideração que as questões foram formuladas tendo como unidade de inquirição o projeto apoiado, será identificado no texto do e-mail a enviar com o link de acesso ao questionário, o número do projeto a que o inquérito se reporta.

A. Caracterização do promotor

NIPC: _____

Designação da empresa: _____

Número do projeto (informação contida no mail de envio do link): _____

Medida (selecionar a partir de listagem): _____

B. Adequação dos incentivos

1. Como avalia a adequação do sistema de incentivos em que se enquadra o seu projeto às necessidades da sua empresa, no que respeita aos seguintes aspetos:

	Desadequado	Pouco adequado	Adequado	Muito adequado	NS/ NR
Alinhamento dos objetivos do instrumento/medida de apoio com as necessidades da empresa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Informação sobre as medidas e os avisos de abertura de concurso (clareza, facilidade de acesso à informação, ...)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Condições de elegibilidade do promotor, presentes nos avisos de concurso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Condições de elegibilidade dos projetos, presentes nos avisos de concurso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Despesas consideradas elegíveis para apoio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tipo de incentivo (reembolsável/ fundo perdido)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Taxas de financiamento/comparticipação pelo Programa Operacional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Prazo máximo de realização do projeto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Complexidade e exigências burocráticas/ administrativas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Critérios de seleção dos projetos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Indicadores contratualizados para aferição de resultados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro. Qual? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

1.1. Caso tenha considerado algum dos parâmetros anteriores "desadequado" ou "pouco adequado", por favor especifique a razão da sua resposta.

2. A candidatura ao apoio financeiro implicou alterações ao projeto inicial em virtude das condições de elegibilidade e mérito do concurso? (selecione casos aplicáveis)

- Não, o projeto apresentado não sofreu alterações (*passa à questão 3*)
- Sim, o projeto global foi segmentado por várias medidas dos sistemas de incentivos
- Sim, no aumento do grau de inovação e de diferenciação do projeto
- Sim, numa maior orientação do projeto para os mercados externos
- Sim, numa maior preocupação do projeto com prioridades ambientais (e.g. descarbonização e economia circular)
- Sim, numa maior orientação do projeto para prioridades tecnológicas e/ou digitais (e.g. indústria 4.0)
- Sim, numa maior orientação para os resultados contratualizados e critérios de mérito quantitativos
- Sim, outro tipo de alterações. Indique quais: _____

C. Valor acrescentado europeu e Complementaridades

3. Teria desenvolvido o presente projeto, caso não tivesse obtido o apoio financeiro?

- Não teria desenvolvido o projeto (*passa à questão 4*)
- Sim, mas com alterações: menor dimensão financeira do projeto.
Especifique a dimensão da redução financeira que seria necessária caso não fosse apoiado: redução de ___% no valor de investimento do projeto.
- Sim, mas com alterações: prazo mais alargado para a execução do projeto.
Especifique a magnitude do alargamento do prazo do projeto que seria necessário caso não fosse apoiado: aumento em ___% do n.º de meses de execução do projeto.
- Sim, sem alterações, mas com adiamento da data de arranque do projeto.
Especifique a magnitude do adiamento que seria necessário caso não fosse apoiado: adiamento da data de arranque em ___% do n.º de meses.
- Sim, sem alterações, mas com maior nível de apoio bancário e/ou outras fontes de financiamento por capitais alheios.
- Sim, sem alterações, mas recorrendo apenas a financiamento próprio.

4. Teria concretizado o projeto na mesma localização, caso não tivesse obtido o apoio financeiro? [exceto Vales]

- Sim (*passa à questão 5*)
- Não
 - 4.1. Caso tivesse concretizado o projeto noutra localização, qual seria a região NUTS II selecionada?
 - Norte
 - Centro
 - AM Lisboa
 - Alentejo
 - Algarve
 - Outra. Qual? _____

5. O projeto foi financiado por investimento direto estrangeiro? (caso a empresa seja controlada por capitais estrangeiros, deverá sempre responder "sim" a esta questão) [exceto Vales]

- Sim
- Não (*passa para a questão 14*)
 - 5.1. Que fatores foram determinantes para a decisão de investimento em Portugal face a outras localizações alternativas consideradas no processo de decisão?

Parâmetros de análise	Contributo nulo	Contributo fraco	Contributo forte	Contributo muito forte	NS/NR
Qualificação dos recursos humanos/talento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Parâmetros de análise	Contributo nulo	Contributo fraco	Contributo forte	Contributo muito forte	NS/NR
Condições/incentivos fiscais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Apoios no âmbito do Portugal 2020	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros apoios públicos (ex. incentivos fiscais)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Localização geográfica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Proximidade a infraestruturas críticas para o negócio (e.g. logísticas, tecnológicas)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Proximidade a matérias-primas críticas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Proximidade aos mercados ou clientes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Existência de outras entidades do sistema de inovação regional ou nacional (e.g. centros de I&D, universidades, etc.) relevantes para as atividades de inovação da empresa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Existência de um tecido empresarial de fornecedores nacionais relevante e qualificado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

5.2. Caso tenha respondido "Outros" na questão anterior, por favor especifique os fatores relevantes.

D. Projetos CRII / REACT-EU

6. Tem também projetos aprovados em algum instrumento de apoio à tesouraria das empresas (APOIAR - Apoio a fundo maneio em setores afetados pela crise pandémica)?

Não (*passa à questão 7*)

Sim

6.1. Em que domínios os apoios à tesouraria permitiram executar o investimento e concretizar os resultados obtidos (ou previstos) no projeto apoiado pelo COMPETE (projeto a que respeita este inquérito)? (assinale todas as opções aplicáveis)

Não foram importantes

Permitiram à empresa poder executar os investimentos do projeto apoiado pelo COMPETE

Permitiram à empresa atingir (ou aumentar a probabilidade de vir a atingir) os resultados do projeto apoiado pelo COMPETE

Permitiram libertar fundos para concretizar iniciativas complementares aos investimentos do projeto apoiado pelo COMPETE, potenciando os seus resultados (efetivos ou previstos)

Permitiram manter a empresa em atividade, evitando o seu encerramento ou downsizing

Permitiram manter postos de trabalho fundamentais para concretizar os investimentos do projeto apoiado pelo COMPETE

Outro. Qual? _____

E. Participação em projetos coletivos

7. Nos últimos 5 anos, participou em alguma iniciativa no âmbito de ações de natureza coletiva visando a participação em feiras, aplicação de ferramentas e processos, ações de demonstração, empreendedorismo, sensibilização, difusão de boas práticas (ex. projetos conjuntos de internacionalização ou de qualificação, clubes de fornecedores, eventos inseridos em projetos SIAC)?

Não. (passa para a questão 8)

- Sim, a empresa foi beneficiária de um projeto conjunto de qualificação ou internacionalização.
- Sim, a empresa participou em ações inseridas em projetos apoiados pelo Sistema de Apoio a Ações Coletivas (nestes eventos é habitual haver materiais a publicitar o cofinanciamento comunitário).
- Sim, a empresa foi beneficiária de um projeto inserida em apoios a Clubes de Fornecedores.

7.1. Caso tenha participado em alguma iniciativa, em que medida essa participação contribuiu para aumentar a competitividade da empresa? Identifique exemplos de ações em que participou e faça a apreciação desse contributo.

F. Formação de empresários e trabalhadores das empresas

8. A execução do projeto foi acompanhada por investimento na formação dos recursos humanos?

- Não
- Sim, formação apoiada pelo COMPETE, ligada a este projeto (*passar por favor à questão 9*)
- Sim, formação apoiada pelo COMPETE, no âmbito da Formação-Ação (*passar por favor à questão 9*)
- Sim, formação não apoiada pelo COMPETE (*passar por favor à questão 9*)

8.1. Por que razão não considerou investimentos em formação profissional dos recursos humanos? (selecione todas as que se aplicam)

- Por não serem relevantes para o projeto em causa
- Por não serem elegíveis no concurso a que o projeto foi candidato
- Pelas exigências de elegibilidade, muito restritivas para as despesas de formação
- Pelo nível de burocracia envolvido, para a área de formação, na fase de implementação e/ou encerramento dos projetos apoiados
- Outra. Qual? _____

9. Em que medida a formação contribuiu /espera-se que venha a contribuir para os seguintes aspetos relacionados com a melhoria das competências dos recursos humanos da empresa?

Parâmetros de análise	Contributo nulo	Contributo fraco	Contributo forte	Contributo muito forte	NS/NR
Aumento das competências e/ou o nível de qualificação global dos recursos humanos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumento da qualificação específica dos trabalhadores em domínios relevantes para a estratégia de inovação, internacionalização e modernização da empresa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumento das capacidades de gestão da empresa para encetar processos de inovação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Incremento da produtividade da empresa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Incremento da competitividade da empresa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aceleração da introdução de processos de mudança/inovação na empresa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

G. Objetivos do projeto (metas contratualizadas) [exceto Vales]

10. No contrato de financiamento que assinou estavam previstos indicadores e objetivos/metasp para o projeto apoiado. Indique por favor os dois principais indicadores e refira em que medida foram (ou se espera que venham a ser) alcançadas as respetivas metas.

	Abaixo do contratado (<50%)	Abaixo do contratado (50%-80%)	De acordo com o contratado (80%-100%)	Acima do contratado (>100%)
Expectativa sobre o alcance das metas previstas nos indicadores contratados com o COMPETE	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

H. Resultados e impactos

11. Em que medida os seguintes aspetos condicionaram ou facilitaram o arranque e desenvolvimento do projeto aprovado?

Parâmetros de análise	Condicionou muito	Condicionou	Neutro	Facilitou	Facilitou muito	NS/NR
Previsibilidade de abertura de concursos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Maturidade do projeto apresentado na fase de candidatura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacidade de mobilização de parceiros para a implementação do projeto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Prazo de análise da candidatura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Prazo de contratação do projeto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Prazos de pagamento das participações comunitárias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Flexibilidade na introdução de alterações aos projetos (e.g. alteração de despesas elegíveis)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacidade financeira da empresa para implementar o projeto (capitais próprios)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Acesso ao crédito bancário ou a outras fontes de financiamento de capitais alheio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reorientação da estratégia da empresa para outras prioridades	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Disponibilidade de mão-de-obra no mercado de trabalho (qualificada ou não qualificada)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alterações regulamentares ocorridas durante a implementação dos projetos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Evolução das perspetivas de vendas ou conjuntura nos mercados relevantes do projeto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Efeitos decorrentes da pandemia da COVID-19	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro. Qual? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

11.1. Caso tenha considerado algum dos fatores anteriores “muito desfavorável” ou “favorável”, por favor especifique a razão da sua resposta.

12. Em que medida o projeto contribuiu (ou se espera que venha a contribuir) para cada uma das seguintes dimensões?

Impacto do projeto	Contributo nulo	Contributo fraco	Contributo forte	Contributo muito forte	NS/NR
Criar/ expandir a capacidade de produção de novos ou substancialmente melhorados bens/ serviços	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Impacto do projeto	Contributo nulo	Contributo fraco	Contributo forte	Contributo muito forte	NS/NR
Aumentar o grau de internacionalização da empresa (crescimento das exportações, da orientação exportadora e/ou da presença no exterior)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Entrada em novos mercados - UE	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Entrada em novos mercados - extra-UE	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumentar a capacidade de I&D e inovação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacidade da empresa em lançar novos produtos/ serviços	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumentar a diferenciação do portfolio global de oferta de bens/serviços da empresa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumentar a produtividade da empresa por via da melhoria da eficiência dos processos produtivos e organizacionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reforçar a digitalização da empresa e dos seus processos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhorar a capacidade de marketing e promoção comercial da empresa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumentar a eficiência, diversificação energética e descarbonização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reduzir impactos ambientais e promover práticas de economia circular	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reforçar e qualificar a cadeia de abastecimento de fornecedores nacionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhorar as competências dos trabalhadores ou dirigentes/empresários	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Integração em redes com outras empresas e instituições relevantes do sistema de inovação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro. Qual?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

13. Os resultados e impactos do projeto foram potenciados por outros projetos apoiados no âmbito de outros instrumentos de financiamento nacionais e/ou comunitários (ex. projeto de internacionalização PME para promover novos produtos de um projeto de inovação produtiva)?

- Sim
 Não (*passa para a questão 14*)
 NS/NR (*passa para a questão 14*)

13.1. Com que instrumentos de financiamento foram apoiados os investimentos que potenciaram os resultados e impactos deste projeto?

- Sistema de incentivo à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)
 Sistema de incentivo à Inovação Produtiva (SI Inovação)
 Sistema de incentivo à Qualificação das PME
 Sistema de incentivo à Internacionalização das PME
 Outros instrumentos do Portugal 2020
 Instrumentos de Programas Europeus (ex. Horizonte 2020)
 Instrumentos financeiros (ex. fundos de capital de risco com co-investimento público)
 Incentivos fiscais ao investimento
 Outros. Quais? _____

14. Indique o último ano anterior à implementação do projeto e o ano cruzeiro do projeto*. [exceto Vales]

Último ano anterior à implementação do projeto	
Ano cruzeiro do projeto*	

* No SI Qualificação PME e SI Internacionalização PME, o ano cruzeiro é o 1º ano completo após a realização do investimento (ex. investimento termina em agosto de 2016 - ano cruzeiro é 2017). No SI Inovação (exceto setor do Turismo), o ano cruzeiro é o 2º ano completo após a realização do investimento (ex. investimento termina em agosto de 2016 - ano cruzeiro é 2018). No SI Inovação (projetos no setor do Turismo), o ano cruzeiro é o 3º ano completo após a realização do investimento (ex. investimento termina em agosto de 2016 - ano cruzeiro é 2019).

15. Indique, para os seguintes parâmetros de análise, os valores verificados no último ano antes da implementação do projeto e no ano cruzeiro*. Caso o ano cruzeiro ocorra no futuro, por favor indique a melhor estimativa para os vários parâmetros de análise. [exceto Vales]

Parâmetros de análise	Último ano antes da implementação do projeto	Ano cruzeiro do projeto*
Volume de Negócios (VN)		
Volume de Negócios Internacional (Exportações)		
VN resultante da venda de novos produtos ou serviços		
Valor acrescentado bruto (VAB)**		
Postos de trabalho		
Postos de Trabalho Qualificados (licenciatura ou superior)		
Despesas em I&D		

* No SI Qualificação PME e SI Internacionalização PME, o ano cruzeiro é o 1º ano completo após a realização do investimento (ex. investimento termina em agosto de 2016 - ano cruzeiro é 2017). No SI Inovação (exceto setor do Turismo), o ano cruzeiro é o 2º ano completo após a realização do investimento (ex. investimento termina em agosto de 2016 - ano cruzeiro é 2018). No SI Inovação (projetos no setor do Turismo), o ano cruzeiro é o 3º ano completo após a realização do investimento (ex. investimento termina em agosto de 2016 - ano cruzeiro é 2019).

** VAB = Volume de negócios + Subsídios à exploração + Variação dos inventários da produção + Trabalhos para a própria empresa + Rendimentos suplementares - Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas - Fornecimentos e serviços externos - Impostos indiretos

16. Em que medida o presente projeto contribuiu (ou prevê que contribua) para os valores totais da empresa no ano cruzeiro do projeto? (ex. o volume de negócios internacional decorrente deste projeto no ano cruzeiro do projeto foi/será 20% do volume de negócios internacional da empresa). Por favor, tome como referência os valores para a empresa considerados na resposta à questão anterior. [exceto Vales]

Parâmetros de análise	Peso do contributo do projeto no valor total da empresa no ano cruzeiro do projeto**
Volume de Negócios (VN)	%
Volume de Negócios Internacional (Exportações)	%
VN resultante da venda de novos produtos ou serviços	%
Valor acrescentado bruto (VAB)*	%
Postos de trabalho	%
Postos de Trabalho Qualificados (licenciatura ou superior)	%
Despesas em I&D	%

** No SI Qualificação PME e SI Internacionalização PME, o ano cruzeiro é o 1º ano completo após a realização do investimento (ex. investimento termina em agosto de 2016 - ano cruzeiro é 2017). No SI Inovação (exceto setor do Turismo), o ano cruzeiro é o 2º ano completo após a realização do investimento (ex. investimento termina em agosto de 2016 - ano cruzeiro é 2018). No SI Inovação (projetos no setor do Turismo), o ano cruzeiro é o 3º ano completo após a realização do investimento (ex. investimento termina em agosto de 2016 - ano cruzeiro é 2019).

I. Sustentabilidade

17. Estão reunidas condições para assegurar a sustentabilidade financeira do projeto no futuro, garantindo suporte dos custos operacionais associados?

- Sim, totalmente
- Sim, parcialmente
- Não estão reunidas as condições
- NS/NR/Não se aplica

17.1. Se respondeu “não” ou “Sim, parcialmente” por favor justifique:

18. Como perspectiva, quanto à sua persistência/duração no tempo, os resultados gerados pelo projeto (após a sua conclusão) na atividade da empresa?

- Curto prazo (1 a 3 anos)
- Médio prazo (3 a 5 anos)
- Longo prazo (mais de 5 anos)
- Não sabe / Não responde

J. Custos de Contexto (cada promotor responde uma única vez, independentemente do n.º de projetos)

19. No âmbito da sua interação com a Administração Pública, indique qual o canal que mais utiliza para tratar de serviços / procedimentos

- Online
- Presencial

20. Nos processos que teve de tratar nos últimos 5 anos, indique se alterou as suas preferências nos canais utilizados e a favor de que canal

- Sim, alterei a favor do canal online
- Sim, alterei a favor do presencial
- Não, não alterei

21. Nos processos que teve de tratar nos últimos 5 anos indique se, tendencialmente, conseguiu tratar do seu problema:

Parâmetro de análise	Não e piorou nos últimos anos	Não e manteve-se nos últimos anos	Sim, sem melhorias nos últimos anos	Sim e melhorou nos últimos anos	NS/NR
Num único local / serviço	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Numa única interação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sem necessidade de prestar informação já prestada noutra ocasião / serviço da Administração	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

22. Em que medida os seguintes aspetos prejudicaram ou facilitaram o seu nível de satisfação no relacionamento com a Administração Pública nos últimos 5 anos?

Parâmetros de análise	Prejudicou muito	Prejudicou	Neutro	Facilitou	Facilitou muito	NS/NR
Tempos de resposta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Eficácia na resolução do problema	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Qualidade do atendimento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Custos diretos dos procedimentos (e.g. taxas)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Complexidade na instrução de procedimentos (necessidade de informação, burocracia)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Obrigações legais e regulamentares: de reporte de informação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Obrigações legais e regulamentares: inerentes a processos de licenciamento / autorizações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Acesso a informação sobre direitos e obrigações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro. Qual? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

23. Este questionário terminou. Se pretender efetuar algum comentário adicional utilize este espaço para o efeito:

Anexo 4.8. Inquérito 3. Beneficiários não empresariais excluindo o Eixo 8

NOTA METODOLÓGICA

Este inquérito aplica-se a todos os promotores não empresariais que têm projetos aprovados nos eixos I a VI do **COMPETE** e a um grupo restrito de promotores empresariais cujo perfil de questões do inquérito às empresas não se ajusta à natureza do projeto de que são promotores (p. ex., empresas de formação a prestar serviços e não propriamente a desenvolver um projeto de investimento para aumentar a sua competitividade - neste último caso respondem ao inquérito empresarial).

O inquérito será aplicado *online* e serão devidamente apresentados os seus objetivos e âmbito, bem como fornecidas instruções de preenchimento e o contacto da equipa de avaliação para esclarecimento de eventuais dúvidas. Tendo em consideração que algumas questões remetem para uma análise por eixo, será disponibilizada aos respondentes uma tabela que indica as TO enquadradas em cada um dos eixos. Adicionalmente, no texto do *e-mail* a enviar com o *link* de acesso ao questionário, serão identificados os projetos a que o inquérito se reporta.

A. Caracterização da entidade [para todos os projetos]

NIPC: _____

Designação da entidade: _____

Número do projeto (informação contida no mail de envio do link): _____

Medida (selecionar a partir de listagem): _____

B. Aspetos operacionais e fatores críticos [para todos os projetos]

1. Como avalia a adequação do instrumento de apoio de que beneficiou às necessidades de investimento da sua entidade, no que respeita aos seguintes aspetos:

	Desadequado	Pouco adequado	Adequado	Muito adequado	NS/NR
Alinhamento dos objetivos do instrumento com as necessidades da entidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Informação sobre as medidas e os avisos de abertura de concurso (clareza, facilidade de acesso à informação, ...)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Condições de elegibilidade do promotor presentes nos avisos de concurso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Condições de elegibilidade dos projetos, presentes nos avisos de concurso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Despesas consideradas elegíveis para apoio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tipo de incentivo (fundo perdido/reembolsável)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Taxas de financiamento/comparticipação pelo Programa Operacional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Prazo máximo de realização do projeto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Complexidade e exigências burocráticas/ administrativas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Critérios de seleção dos projetos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Indicadores contratualizados para aferição de resultados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro. Qual? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

- 1.1. Caso tenha considerado algum dos parâmetros anteriores "desadequado" ou "pouco adequado", por favor especifique a razão da resposta e o instrumento a que se refere:

2. A candidatura ao COMPETE implicou alterações ao seu projeto inicial em virtude das condições de elegibilidade exigidas nos Avisos de Concurso?

- Não, o projeto apresentado não sofreu alterações (*passa à questão 3*)
- Sim, foram introduzidas alterações

2.1. Essas alterações traduziram-se (selecione casos aplicáveis):

- Numa maior orientação do projeto para a sustentabilidade ambiental e para a eficiência energética
- Num maior alinhamento com a estratégias nacional (ENEI) e regionais (EREI) de especialização inteligente
- Num maior alinhamento e outros instrumentos de política territorial e setorial relevantes
- Na adoção de plataformas / soluções transversais à Administração Pública
- Num maior alinhamento face a prioridades europeias em matéria de governação eletrónica (interoperabilidade, identificação eletrónica, dados abertos)
- No cumprimento de orientações comunitárias em matéria de transporte ferroviário (interoperabilidade, ERTMS, bitola europeia)
- No aumento do grau de inovação do projeto
- Num maior foco do projeto em áreas prioritárias definidas pelo Programa
- Num maior foco do projeto nos resultados contratualizados
- Outras alterações. Indique quais _____

3. Em que medida os seguintes aspetos condicionaram ou facilitaram o arranque e desenvolvimento do projeto aprovado?

Parâmetros de análise	Condicionou muito	Condicionou	Neutro	Facilitou	Facilitou muito	NS/NR
Previsibilidade de abertura de concursos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Prazos de análise de candidaturas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Prazos de análise de pedidos de pagamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Flexibilidade na introdução de alterações aos projetos (recalendarização, despesas elegíveis)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alterações políticas, institucionais ou regulamentares ocorridas durante a implementação dos projetos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Procedimentos de contratação pública	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Envolvimento de entidades públicas com responsabilidade direta na promoção das políticas públicas relevantes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Envolvimento de outras entidades (públicas ou privadas) na conceção ou implementação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mercado das empreitadas (preços, disponibilidade dos serviços no mercado, prazos de execução das obras)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dificuldades de contratação/adaptação/retenção dos RH contratados (incluindo bolsseiros)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Adesão dos destinatários finais das operações (ex. formandos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacidade de mobilizar a componente de autofinanciamento do projeto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Autorizações de despesa / de assunção de encargos plurianuais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pandemia COVID 19	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro. Qual? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3.1. Caso tenha classificado algum dos parâmetros anteriores como "condicionou muito" ou "condicionou", por

favor especifique a razão da resposta e identifique as tipologias de operações/medidas a que se aplicam as apreciações:

C. Valor Acrescentado [para todos os projetos]

4. Teria desenvolvido o projeto(s) apoiado caso não tivesse obtido apoio financeiro do COMPETE?

- Não teria desenvolvido o projeto *(avance para a questão seguinte)*
- Sim, mas com alterações: menor dimensão financeira do projeto. Especifique a dimensão da redução financeira que seria necessária caso não fosse apoiado: redução de ___% no valor de investimento do projeto.
- Sim, mas com alterações: prazo mais alargado para a execução do projeto. Especifique a magnitude do alargamento do prazo do projeto que seria necessário caso não fosse apoiado: aumento em ___% do n.º de meses de execução do projeto.
- Sim, sem alterações, mas com adiamento da data de arranque do projeto. Especifique a magnitude do adiamento que seria necessário caso não fosse apoiado: adiamento da data de arranque em ___% do n.º de meses.
- Sim, sem alterações, mas com maior nível de apoio bancário e/ou outras fontes de financiamento por capitais alheios.
- Sim, sem alterações, mas recorrendo apenas a financiamento próprio.

5. Procurou estabelecer algum tipo de articulação da operação apoiada no âmbito COMPETE com operação(ões) apoiada(s) por outros instrumentos de financiamento nacionais e/ou comunitários?

- Sim
- Não (avance para a questão 6)
- NS/NR (avance para a questão 6)

5.1. Com que instrumentos de financiamento?

5.2. Exemplifique que tipo de articulação foi estabelecida e indique de que modo se estão a potenciar os resultados a alcançar no projeto apoiado pelo COMPETE.

6. Por que razão não estabeleceu articulações da operação apoiada no COMPETE com operação(ões) apoiada(s) por outros instrumentos de financiamento nacionais e/ou comunitários? (Indique o grau de concordância com cada uma das seguintes afirmações)

Afirmações	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente	NS/NR
Desconhecia outros instrumentos de financiamento nacionais ou comunitários	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não conhecia outras entidades a promoverem projetos que pudessem ser complementares	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As tipologias de operações elegíveis noutros Avisos de Concurso não o permitiram	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Inexistência de entidades com conhecimento técnico para apoiar o processo de candidatura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Falta de iniciativa em explorar essa possibilidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os instrumentos complementares que podia mobilizar eram demasiado complexos e/ou burocráticos para o apoio que poderia receber	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Afirmações	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente	NS/NR
Outra? Qual? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

D. Objetivos do projeto [para todos os projetos]

7. No contrato de financiamento que assinou estavam previstos indicadores e objetivos/metapas para o projeto apoiado. Indique por favor os dois principais indicadores e refira em que medida foram (ou se espera que venham a ser) alcançadas as respetivas metas.

	Abaixo do contratado (<50%)	Abaixo do contratado (50%-80%)	De acordo com o contratado (80%-100%)	Acima do contratado (>100%)
Expectativa sobre o alcance das metas previstas nos indicadores contratados com o COMPETE	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

E. Resultados e impactos do projeto [condicionada à TI do projeto selecionada na abertura do inquérito]

Eixo 1 - SAICT [apenas para TI 45]

8. Em que medida o projeto contribuiu/espera-se que venham a contribuir para os seguintes objetivos de política relacionados com a investigação e inovação?

	Contributo nulo	Contributo fraco	Contributo forte	Contributo muito forte	NS/NR
Melhorar a qualidade da investigação científica e tecnológica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumentar a produção científica de qualidade reconhecida internacionalmente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumentar as iniciativas e investimento em I&D&I em contexto empresarial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reforçar a capacidade da rede de infraestruturas de I&D&I	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumentar a articulação das empresas com as Universidades	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumentar a colaboração com outras instituições de ensino superior ou outras entidades relevantes de I&D	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumentar as atividades de transferência de conhecimento do sistema científico e tecnológico para o setor empresarial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Criar emprego em atividades de I&D	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desenvolvimento de estratégias de exploração comercial das invenções (através da venda de patentes e/ou de licenciamento)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

9. Que tipo de outputs/valorização foram previstos na candidatura e qual o grau de concretização (no caso de o projeto estar encerrado) ou esperado (no caso do projeto estar em curso) dos mesmos face ao previsto?

	Não previsto em candidatura nem concretizado	Não previsto em candidatura, mas concretizado	Previsto em candidatura e parcialmente concretizado	Previsto em candidatura e totalmente concretizado
Publicação de artigos em revistas científicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Publicação de artigos em revistas técnicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outras publicações científicas ou técnicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Não previsto em candidatura nem concretizado	Não previsto em candidatura, mas concretizado	Previsto em candidatura e parcialmente concretizado	Previsto em candidatura e totalmente concretizado
Publicação de artigos em co-autoria com empresas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Teses de doutoramento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Instalações piloto ou protótipos laboratoriais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Registo de patentes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Transferência de tecnologia para empresa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Valorização de tecnologia em empresa criada para o efeito (start-up)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Venda/Licenciamento de patentes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros. Quais? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

10. Os resultados do projeto foram valorizados economicamente noutros projetos apoiados no âmbito do Portugal 2020? (selecione todas as opções aplicáveis)

- Não.
- Não sabe
- Sim, em projetos de empresas, apoiados pelo SI I&DT do Portugal 2020.
- Sim, em projetos de empresas, apoiados pelo SI Inovação do Portugal 2020.
- Sim, em projetos de empresas, apoiados por outros instrumentos de apoio nacionais.
- Sim, em projetos de empresas, apoiados por outros instrumentos de apoio europeus.

Eixo 2 - SIAC e QI PME - Conjuntos [apenas para as TI 46, 48, 51, 52 e 53]

11. Em que medida o projeto contribuiu/espera-se que venha a contribuir para o desenvolvimento da entidade promotora, nos seguintes parâmetros de análise?

Impacto do projeto	Contributo nulo	Contributo fraco	Contributo forte	Contributo muito forte	NS/NR
Reforçar as competências internas da entidade promotora em áreas relevantes para o projeto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reforçar o relacionamento da entidade promotora com outras entidades da envolvente empresarial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reforçar o relacionamento da entidade com as empresas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reforçar as relações internacionais da entidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reduzir os efeitos negativos da pandemia da COVID-19 no funcionamento da entidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outra. Qual? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

12. Em que medida o projeto contribuiu/espera-se que venha a contribuir para a competitividade empresarial nos seguintes parâmetros de análise?

Impacto do projeto	Contributo nulo	Contributo fraco	Contributo forte	Contributo muito forte	NS/NR
Reforçar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de bens e serviços	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Impacto do projeto	Contributo nulo	Contributo fraco	Contributo forte	Contributo muito forte	NS/NR
Promover a transferência de tecnologia para as empresas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover a valorização do conhecimento (ex. registo de patentes e de outros DPI)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover a cooperação empresas e outras entidades do sistema de inovação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover a cooperação entre empresas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover o empreendedorismo qualificado e criativo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reforço do negócio internacional das empresas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reforço da competitividade das empresas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Divulgação e promoção de boas práticas ambientais (ex. descarbonização, economia circular)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Disponibilização de inteligência estratégica às empresas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promoção da digitalização e utilização das TIC por parte das empresas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reforçar a qualificação dos recursos humanos nas empresas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reduzir os efeitos negativos da pandemia da COVID-19 no funcionamento das empresas alvo do projeto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outra. Qual? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Eixo 2/ V - SAMA-TIC [TI 50 e TI 63]

13. Em que medida o seu projeto contribuiu/espera-se que venha a contribuir para os seguintes objetivos relacionadas com a modernização da Administração Pública?

Parâmetro de análise	Contributo nulo	Contributo fraco	Contributo forte	Contributo muito forte	NS/NR
Criação novos serviços públicos on-line integrados ou melhoria dos existentes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desenvolvimento de novos modelos de atendimento / contacto com cidadãos e empresas (e.g. pontos únicos de contacto, atendimento multicanal, melhoria integração de <i>backoffice</i>)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reengenharia, simplificação e desmaterialização de processos de suporte à prestação de serviços, promotores da eficiência no funcionamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reengenharia, simplificação e desmaterialização de processos internos que promovam ganhos de eficiência na Administração, em particular, em lógicas multissetorial e multinível	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Adoção de soluções TIC comuns à Administração Pública e serviços partilhados (e.g. iAP; CMD; etc.)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Incrementar a quota dos canais online / remotos na utilização de serviços	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

14. Identifique os fatores críticos que condicionaram ou facilitaram a concretização das realizações e resultados do projeto (após a aprovação do mesmo até à sua conclusão):

Parâmetros de análise	Condição muito	Condição	Neutro	Facilitou	Facilitou muito	NS/NR
Quadros de pessoal da entidade (quantidade e qualificação de trabalhadores face às necessidades)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Parâmetros de análise	Condicionou muito	Condicionou	Neutro	Facilitou	Facilitou muito	NS/NR
Quadro regulamentar em vigor (e.g. RGPD; legislação em matéria de disponibilização de serviços digitais)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Grau de literacia digital dos utilizadores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Disponibilidade dos utilizadores para optarem por canais digitais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Crescimento da procura acima do esperado na conceção do projeto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacidade operacional da solução desenvolvida para fazer face à procura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro. Qual? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

14.1. Caso tenha classificado algum dos parâmetros anteriores como “condicionou muito” ou “condicionou”, por favor especifique a razão:

15. Em que medida o seu projeto contribuiu/espera-se que venha a contribuir para os seguintes objetivos?

Parâmetro de análise	Contributo nulo	Contributo fraco	Contributo forte	Contributo muito forte	NS/NR
Diminuir os tempos de espera para utilizadores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reduzir custos suportados pelos utilizadores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover o princípio da declaração única (<i>only-once</i>)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reduzir o número de interações necessárias para resolver problemas ao cidadão / empresa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

16. O seu projeto visou intervir num serviço que figura entre os 20% mais procurados por cidadãos/empresas, de entre os serviços prestados pela entidade? [escolha 1 opção]

Notas: 1) Por serviço entende-se qualquer interação entre a entidade e cidadãos ou empresas, informativos ou transacionais, que impliquem, entre outros aplicáveis: a obtenção de informações junto da administração, o cumprimento de obrigações declarativas por cidadãos / empresas, a obtenção de licenças / autorizações, a obtenção de documentos oficiais, o registo de propriedades, o pagamento de obrigações fiscais, contributivas ou de outra natureza, a obtenção de prestações sociais); 2) por serviços mais procurados entende-se os que verificaram maior número de ocorrências, em média, nos últimos 5 anos.

- Sim, e o projeto já se encontra concluído ou disponível para os utilizadores
- Sim, mas o projeto ainda se encontra em curso e não ainda está disponível para os utilizadores (*passa à questão 17*)
- Não, visou o apetrechamento tecnológico em equipamentos / infraestruturas não diretamente relacionados com os serviços (*passa à questão 17*)
- Não, os serviços mais procurados já se encontram otimizados (*passa à questão 17*)
- Não, devido a constrangimentos à intervenção nesses serviços. Indique quais (*e passa à questão 17*):

16.1. Indique, para os seguintes parâmetros de análise e apenas para os serviços intervencionados através deste projeto, os valores verificados no último ano antes da implementação do projeto e no ano cruzeiro (1.º ano

após a conclusão / disponibilização do projeto). Caso o ano cruzeiro ocorra no futuro, por favor indique a melhor estimativa para os vários parâmetros de análise.

Parâmetros de análise	Último ano antes da implementação do projeto	Ano cruzeiro do projeto
N.º de serviços pré-existentes ao projeto, independentemente do canal		
N.º de serviços disponíveis online		
N.º de serviços disponíveis presencialmente		
N.º de utilizações tratadas no canal online (apenas serviços pré-existentes)		
N.º de utilizações tratadas no canal presencial (apenas serviços pré-existentes)		
N.º de utilizações tratadas no canal online após projeto (apenas novos serviços não existentes antes do projeto, se aplicável)		
N.º de utilizações tratadas no canal presencial após projeto (apenas novos serviços não existentes antes do projeto, se aplicável)		

17. O seu projeto tem componente de formação (FSE) associada e também financiada pelo COMPETE?

Sim (passe a questão 17.2)

Não (responda apenas à questão 17.1 e passe à 18)

17.1. Indique o grau de concordância com os seguintes fatores em função da sua relevância para a decisão de não recorrer a financiamento do PO para ações de formação

Parâmetros de análise	Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente	NS/NR
Formação está incluída em fornecimentos contratados e financiados com apoio FEDER	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ausência de interesse / necessidade de formação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Elevada carga burocrática associada à candidatura aos apoios à formação face aos montantes de apoio passíveis de obter	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro. Qual? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

17.2. Em que medida o projeto de formação apoiado contribuiu (ou se espera que venha a contribuir) para os seguintes objetivos:

Parâmetros de análise	Contributo nulo	Contributo fraco	Contributo forte	Contributo muito forte	NS/NR
Endereçar as efetivas necessidades de formação dos trabalhadores da organização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Permitir a efetiva utilização das novas ferramentas e tecnologias introduzidas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhorar a performance dos trabalhadores e a produtividade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Incrementar a motivação / satisfação dos trabalhadores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumentar a possibilidade de progressão salarial ou de carreira dos trabalhadores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhorar a qualidade do serviço prestado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

17.3. Identifique os fatores críticos que condicionaram ou facilitaram os resultados do projeto de formação (após a aprovação do mesmo e até à sua conclusão):

Parâmetros de análise	Condicionou muito	Condicionou	Neutro	Facilitou	Facilitou muito	NS/NR
Adesão / interesse dos formandos na formação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mecanismos de valorização em termos de compensação ou progressão de carreira associados ao desempenho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacidade dos serviços prescindirem dos funcionários	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Parâmetros de análise	Condicionou muito	Condicionou	Neutro	Facilitou	Facilitou muito	NS/NR
para frequentarem as ações de formação						
Outro. Qual? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

17.4. Caso tenha classificado algum dos parâmetros anteriores como “condicionou muito” ou “condicionou”, por favor especifique a razão:

Eixo 3- Formação para empresários e trabalhadores [apenas para TI 60 - Formação-Ação para PME]

18. Em que medida o projeto que promoveu contribuiu (ou se espera que venha a contribuir) para os seguintes aspetos relacionados com a melhoria das competências dos empresários e trabalhadores das empresas?

Parâmetros de análise	Contributo nulo	Contributo fraco	Contributo forte	Contributo muito forte	NS/NR
Aumento das competências e/ou o nível de qualificação global dos empresários e trabalhadores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumento da qualificação específica dos trabalhadores em domínios relevantes para a estratégia de inovação, internacionalização e modernização das empresas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumento das capacidades de gestão das empresas para encetar processos de inovação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Incremento da produtividade das empresas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Incremento da competitividade das empresas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aceleração da introdução de processos de mudança/inovação nas empresas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

19. Identifique os fatores críticos que condicionaram ou facilitaram os resultados da operação (após a aprovação do mesmo até à sua conclusão):

Parâmetros de análise	Condicionou muito	Condicionou	Neutro	Facilitou	Facilitou muito	NS/NR
Valorização da formação por parte dos indivíduos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Valorização da formação por parte das empresas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Adequação/cobertura da oferta nos territórios	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacidade das empresas para dispensar os trabalhadores para atividades de formação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro. Qual? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

19.1. Caso tenha classificado algum dos parâmetros anteriores como “condicionou muito” ou “condicionou”, por favor especifique a razão:

Eixo 4 - RAIT - Transportes

20. Em que medida o projeto que promoveu contribuiu (ou se espera que venha a contribuir) para os seguintes aspetos relacionados com o tráfego marítimo / ferroviário?

Parâmetro de análise	Contributo nulo	Contributo fraco	Contributo forte	Contributo muito forte	NS/NR
Melhorar as condições de acesso / desembarque da infraestrutura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhorar as condições de segurança da infraestrutura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Parâmetro de análise	Contributo nulo	Contributo fraco	Contributo forte	Contributo muito forte	NS/NR
Melhorar a intermodalidade e/ou conectividade das infraestruturas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Qualificar e modernizar a infraestrutura para as exigências do tráfego de mercadorias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhorar a competitividade e sustentabilidade da infraestrutura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reduzir tempos de deslocação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reduzir custos para os utilizadores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aumentar o movimento de embarcações / comboios	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

21. Identifique os fatores críticos que condicionaram ou facilitaram os resultados do projeto (após a aprovação do mesmo até à sua conclusão):

Parâmetros de análise	Condicionou muito	Condicionou	Neutro	Facilitou	Facilitou muito	NS/NR
Prazos nos processos de avaliação de impacte ambiental	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Planeamento adequado / atempado dos projetos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Envolvimento / tomada de decisão política / da gestão de topo quanto ao avanço do projeto e respetiva fonte de financiamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro. Qual? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

21.1. Caso tenha classificado algum dos parâmetros anteriores como “condicionou muito” ou “condicionou”, por favor especifique a razão:

Eixo 5 - SAMA - Capacitação [apenas para TI 62]

22. Indique [X] se o seu projeto é de uma das seguintes naturezas (selecionar apenas uma opção; caso incluam as duas naturezas, assinale a natureza dominante):

- Adoção de modelos organizativos, de tecnologias / ferramentas de gestão e reengenharia de processos internos que racionalizam e agilizam a atividade da Administração
- Implementação de reformas de simplificação legislativa / administrativa que reduzam carga administrativa sobre cidadãos e empresas

23. Em que medida o projeto que promoveu contribuiu/espera-se que venha a contribuir para os seguintes resultados?

Parâmetros de análise	Contributo nulo	Contributo fraco	Contributo forte	Contributo muito forte	NS/NR
Adotar modelos organizacionais e processuais mais eficazes e eficientes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Eliminar processos / procedimentos desnecessários ou redundantes / otimizar processos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reduzir de custos de funcionamento da entidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhorar processos e ferramentas de planeamento e gestão da performance	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Implementar práticas de monitorização e avaliação de serviços e políticas públicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Parâmetros de análise	Contributo nulo	Contributo fraco	Contributo forte	Contributo muito forte	NS/NR
Reforçar a motivação e o alinhamento dos recursos humanos com a missão e objetivos estratégicos da organização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhorar o serviço prestado a cidadãos e empresas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover a inovação e a colaboração com outras entidades da Administração Pública	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

24. Identifique os fatores críticos que condicionaram ou facilitaram a concretização das realizações e resultados do projeto (após a aprovação do mesmo até à sua conclusão):

Parâmetros de análise	Condicionou muito	Condicionou	Neutro	Facilitou	Facilitou muito	NS/NR
Envolvimento de outros stakeholders (e.g. trabalhadores, sindicatos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Quadros de pessoal da entidade (quantidade e qualificação dos trabalhadores face às necessidades)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Existência de incentivos transversais (gestão de topo, gestão intermédia, trabalhadores) associados ao desempenho da organização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro. Qual? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

24.1. Caso tenha classificado algum dos parâmetros anteriores como “condicionou muito” ou “condicionou”, por favor especifique a razão:

25. O seu projeto visou intervenções que impactam diretamente a provisão de serviços a cidadãos e empresas, da competência da sua entidade?

- Sim
- Não (*passa à questão 28*)

26. Em que medida o seu projeto contribuiu/espera-se que venha a contribuir para os seguintes impactos?

Parâmetro de análise	Contributo nulo	Contributo fraco	Contributo forte	Contributo muito forte	NS/NR
Diminuir os tempos de espera para utilizadores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reduzir custos suportados pelos utilizadores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Promover o princípio da declaração única (<i>only-once</i>)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reduzir o número de interações necessárias para resolver problemas ao cidadão / empresa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

27. O seu projeto visou intervir num serviço que figura dos 20% mais procurados por cidadãos/empresas, de entre os serviços prestados pela entidade? [escolha 1 opção]

Notas: 1) Por serviço entende-se qualquer interação entre a entidade e cidadãos ou empresas, informativos ou transacionais, que impliquem, entre outros aplicáveis: a obtenção de informações junto da administração, o cumprimento de obrigações declarativas por cidadãos / empresas, a obtenção de licenças / autorizações, a obtenção de documentos oficiais, o registo de propriedades, o pagamento de obrigações fiscais, contributivas ou de outra natureza, a obtenção de prestações sociais); 2) por serviços mais procurados entende-se os que verificaram maior número de ocorrências, em média, nos últimos 5 anos.

- Sim, e o projeto já se encontra concluído ou disponível para os utilizadores
- Sim, mas o projeto ainda se encontra em curso e não ainda está disponível para os utilizadores (*passa à questão 28*)
- Não, visou o apetrechamento tecnológico em equipamentos / infraestruturas não diretamente relacionados com os serviços (*passa à questão 28*)

- Não, os serviços mais procurados já se encontram otimizados (*passar à questão 28*)
- Não, devido a constrangimentos à intervenção nesses serviços. Indique quais (*e passe à questão 28*):
-
-

27.1. Indique, para os seguintes parâmetros de análise e apenas para os serviços intervencionados através deste projeto, os valores verificados no último ano antes da implementação do projeto e no ano cruzeiro (1.º ano após a conclusão / disponibilização do projeto). Caso o ano cruzeiro ocorra no futuro, por favor indique a melhor estimativa para os vários parâmetros de análise.

Parâmetros de análise	Último ano antes da implementação do projeto	Ano cruzeiro do projeto
N.º de serviços pré-existentes ao projeto, independentemente do canal		
N.º de serviços disponíveis online		
N.º de serviços disponíveis presencialmente		
N.º de utilizações tratadas no canal online (apenas serviços pré-existentes)		
N.º de utilizações tratadas no canal presencial (apenas serviços pré-existentes)		
N.º de utilizações tratadas no canal online após projeto (apenas novos serviços não existentes antes do projeto, se aplicável)		
N.º de utilizações tratadas no canal presencial após projeto (apenas novos serviços não existentes antes do projeto, se aplicável)		

F. Sustentabilidade [para todos os projetos]

28. Estão reunidas condições para assegurar a sustentabilidade financeira do projeto no futuro, garantindo suporte dos custos operacionais associados?

- Sim, totalmente
- Sim, parcialmente
- Não estão reunidas as condições
- NS/NR/Não se aplica

28.1. Se respondeu “não” ou “Sim, parcialmente” por favor justifique:

29. Como perspetiva, quanto à sua persistência/duração no tempo, os efeitos/resultados gerados pelo projeto, após a sua conclusão?

- Curto prazo (1 a 3 anos)
- Médio prazo (3 a 5 anos)
- Longo prazo (mais de 5 anos)

30. Este questionário terminou. Se pretender efetuar algum comentário adicional utilize este espaço para o efeito:

Anexo 4.9. Beneficiários empresariais com operações CRII e REACT-EU - respostas

No âmbito da Avaliação Intercalar do Programa Operacional da Competitividade e Internacionalização foi lançado um inquérito direcionado aos beneficiários empresariais do PO com operações CRII e REACT-EU, decorrendo entre 10 de março e 4 de abril de 2023, abrangendo um universo de 2720 projetos, obtendo 784 respostas, que correspondem a uma taxa de resposta de 29% e a uma margem de erro de 2,95%, para nível de confiança de 95%.

Caracterização da Amostra

Quadro A39. Distribuição de projetos por Eixo

	Projetos		Investimento	
	Universo (2.720)	Respondentes (784)	Universo (73.908.101€)	Respondentes (25.643.237€)
Eixo 1	1,2%	1,5%	13,9%	11,5%
Eixo 2	54,4%	61,2%	62,9%	71,6%
Eixo 7	44,4%	37,2%	23,2%	16,9%

Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE

Quadro A40. Distribuição de projetos por Tipologia de Intervenção

	Projetos		Investimento	
	Universo (2.720)	Respondentes (784)	Universo (73.908.101€)	Respondentes (25.643.237€)
B9 - CRII - Qualificação e inovação das PME	35,0%	51,9%	57,4%	67,6%
B8 - CRII - Investimento empresarial em inovação de não PME	0,1%	0,0%	4,2%	0,0%
E2 - APOIAR	44,4%	37,2%	23,2%	16,9%
B7 - CRII - Atividades de I&D empresarial	1,1%	1,5%	9,6%	11,5%
D6 - APOIAR	19,4%	9,3%	5,5%	3,9%

Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE

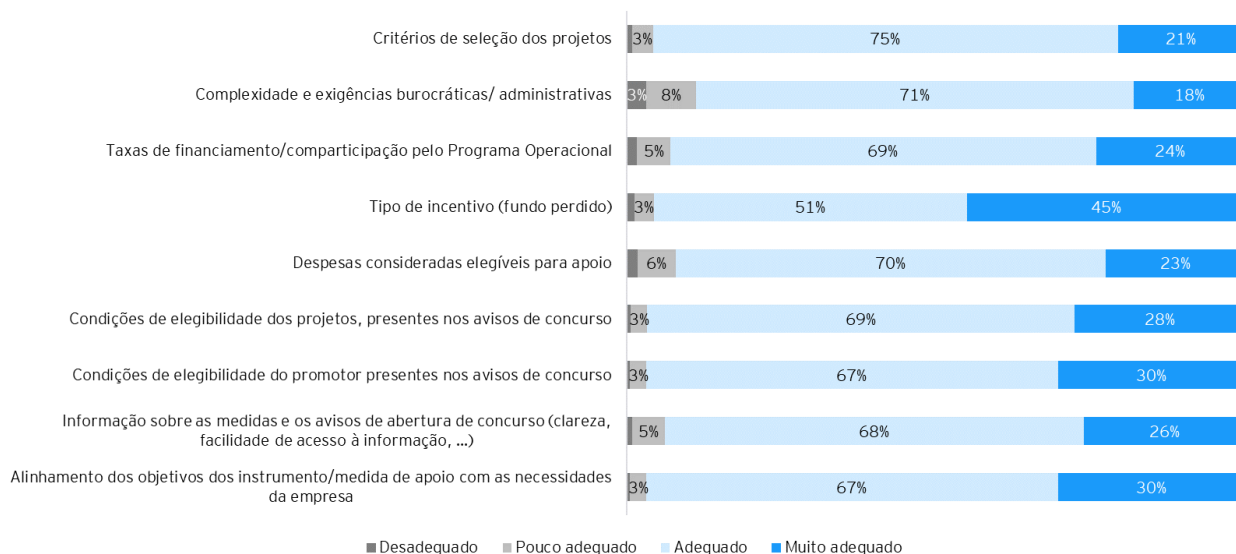
Quadro A41. Distribuição de projetos por Medida

	Projetos		Investimento	
	Universo (2.720)	Respondentes (784)	Universo (73.908.101€)	Respondentes (25.643.237€)
ADAPTAR PME	33,1%	48,7%	24,3%	29,5%
Inovação - Produtiva - COVID-19	2,1%	3,2%	37,4%	38,1%
APOIAR - PME	38,8%	27,0%	26,1%	19,1%
APOIAR RENDAS - PME	17,1%	17,2%	1,9%	1,6%
APOIAR +SIMPLES	8,0%	2,3%	0,7%	0,1%
I&D - Copromoção - COVID-19	0,4%	0,5%	4,1%	4,8%
I&D - Infraest. Ensaio e Otimização - COVID-19	0,1%	0,1%	1,0%	0,4%
I&D - Individuais - COVID-19	0,6%	0,9%	4,6%	6,3%

Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE

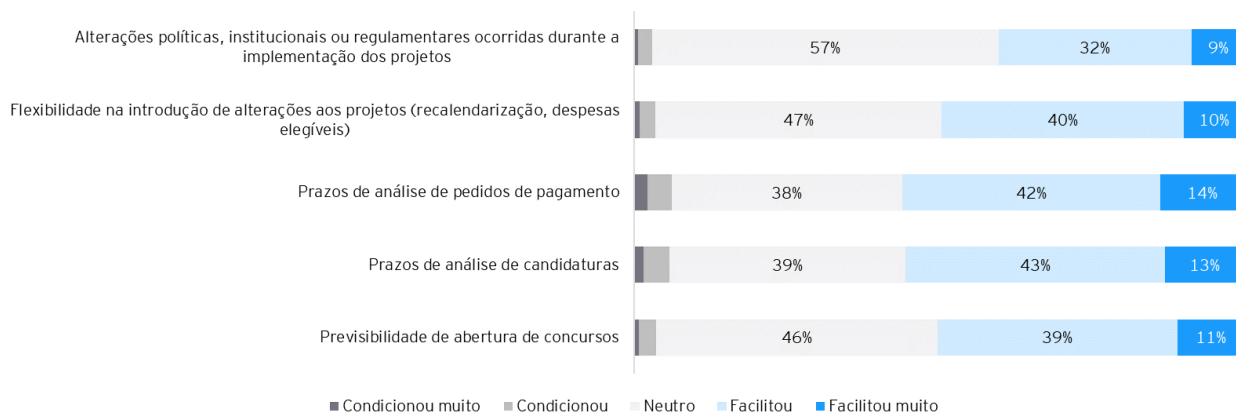
Adequação e Execução

Figura A12. Avaliação da adequação dos Sistemas de Incentivos às necessidades dos promotores



Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (784 projetos)

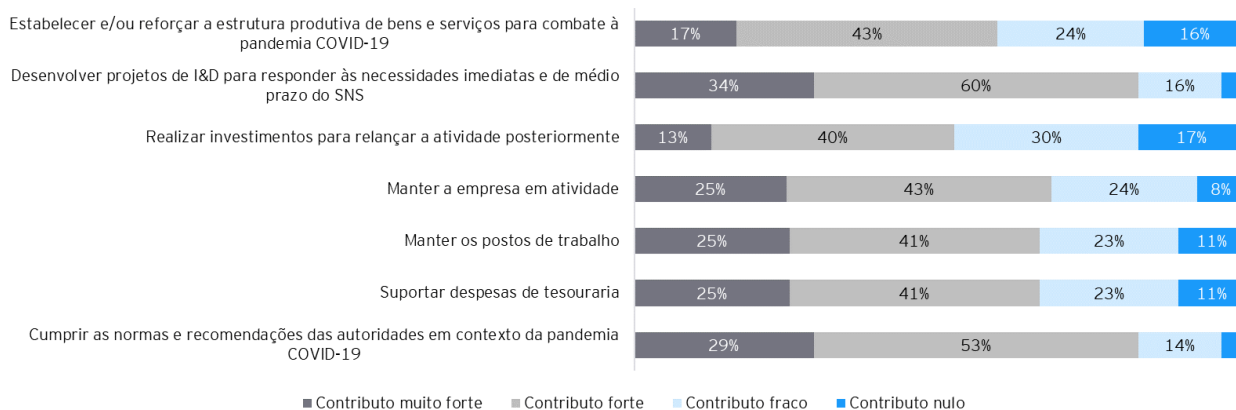
Figura A13. Condicionantes do arranque e desenvolvimento dos projetos aprovados



Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (784 projetos)

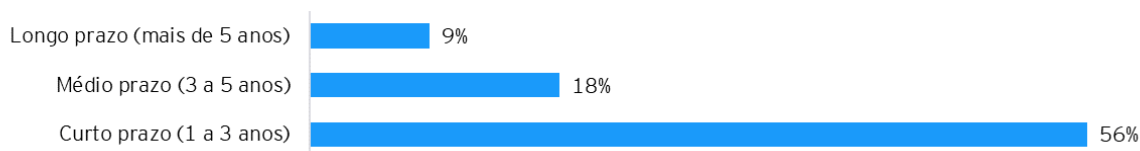
Resultados e Impactos

Figura A14. Contributo do apoio recebido na situação atual dos beneficiários



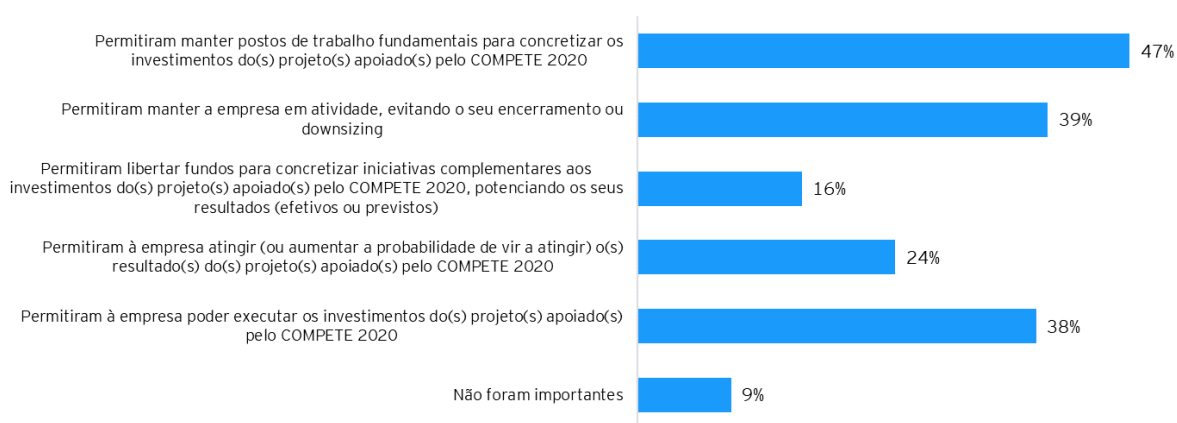
Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (784 projetos)

Figura A15. Persistência temporal dos resultados gerados pelo projeto na atividade da empresa



Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (784 projetos)

Figura A16. Domínios de tesouraria que permitiram executar o investimento noutros projetos apoiados pelo COMPETE



Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (90 projetos)

Participação em projetos coletivos

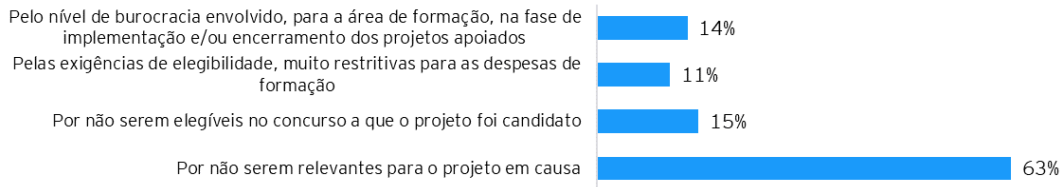
Figura A17. Contributo de ações de natureza coletiva para o aumento da competitividade da empresa



Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (31 projetos)

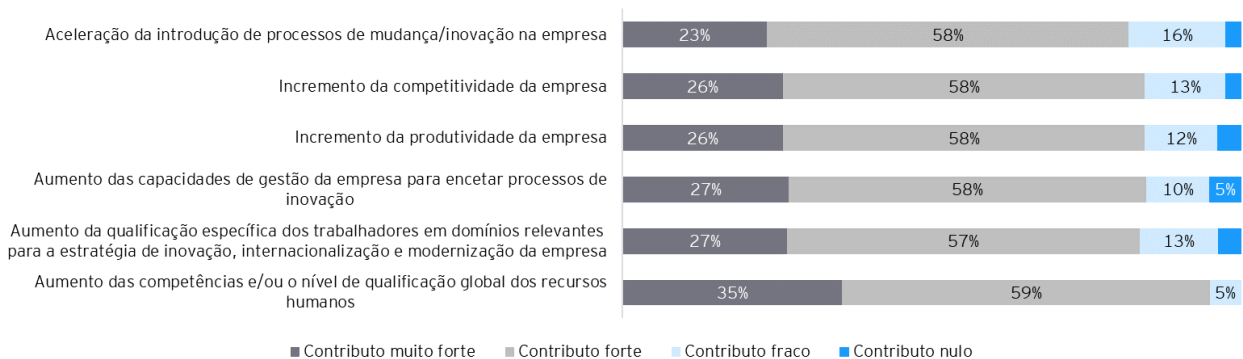
Formação de empresários e trabalhadores das empresas

Figura A18. Razões para a ausência de investimento em formação profissional de recursos humanos



Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (307 projetos)

Figura A19. Contributo da formação para a melhoria das competências dos recursos humanos



Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (79 projetos)

Custos de Contexto

Quadro A42. Canal de preferência para o tratamento de serviços/ procedimentos na interação com a Administração Pública

Resposta	% de projetos	% de investimento elegível
Online	94%	97%
Presencial	6%	3%

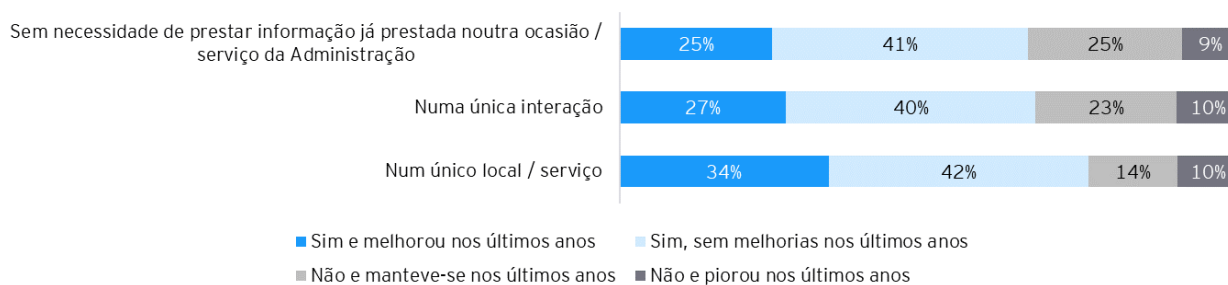
Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (770 projetos)

Quadro A43. Alteração de preferência no canal utilizado nos processos tratados nos últimos 5 anos

Resposta	% de projetos	% de investimento elegível
Sim, alterei a favor do canal online	52%	56%
Sim, alterei a favor do presencial	1%	0,3%
Não, não alterei	47%	44%

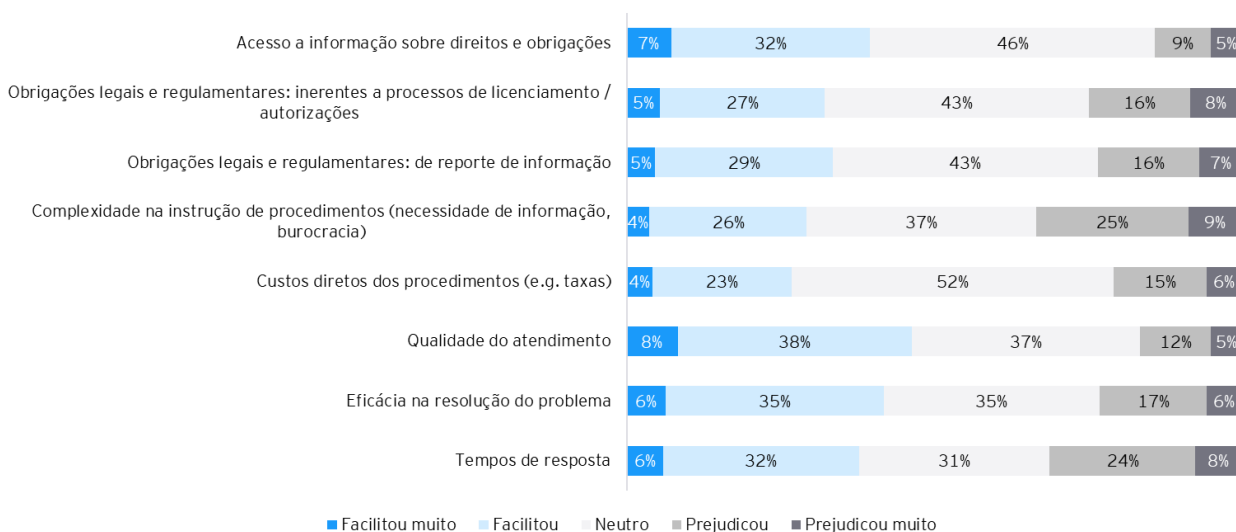
Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (770 projetos)

Figura A20. Sucesso na resolução do problema nos processos tratados, nos últimos 5 anos



Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (770 projetos)

Figura A21. Fatores condicionantes do nível de satisfação no relacionamento com a Administração Pública, nos últimos 5 anos



Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (770 projetos)

Anexo 4.10. Beneficiários empresariais excluindo operações CRII e REACT-EU - respostas

No âmbito da Avaliação Intercalar do Programa Operacional da Competitividade e Internacionalização foi lançado um inquérito direcionado aos beneficiários empresariais do PO excluindo operações CRII e REACT-EU, decorrendo entre 9 de março e 10 de abril de 2023, abrangendo um universo de 1152 projetos, obtendo 511 respostas, que correspondem a uma taxa de resposta de 44% e a uma margem de erro de 3,20%, para nível de confiança de 95%.

Caracterização da Amostra

Quadro A44. Distribuição de projetos por Tipologia de Intervenção

	Projetos		Investimento	
	Universo (1.152)	Respondentes (511)	Universo (2.748M€)	Respondentes (1.299M€)
49 - Investimento empresarial em inovação de não PME	8,9%	7,6%	41,8%	38,3%
47 - Atividades de I&D empresarial	23,4%	24,9%	8,3%	12,1%
52 - Internacionalização das PME	16,6%	14,7%	2,8%	2,3%
53 - Qualificação e inovação das PME	50,3%	52,3%	47,0%	47,3%
60 - Formação de empresários e trabalhadores das empresas	0,8%	0,6%	0,1%	0,1%

Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE

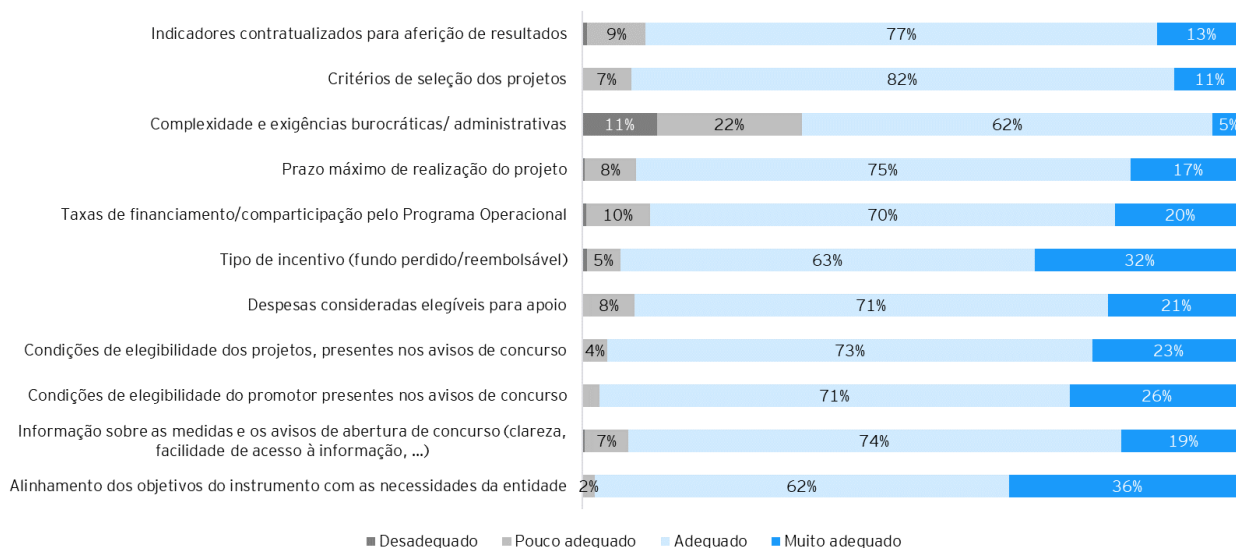
Quadro A45. Distribuição de projetos por Medida

	Projetos		Investimento	
	Universo (1.152)	Respondentes (511)	Universo (2.748M€)	Respondentes (1.299M€)
Inovação - RCI	1,1%	1,0%	18,7%	19,1%
I&DT - Individuais - RCI	0,3%	0,4%	1,8%	2,9%
I&DT - Demonstradores Individuais	0,8%	0,8%	0,1%	0,2%
I&DT - Copromoção - RCI	0,2%	0,4%	1,8%	3,8%
I&DT - Programas Mobilizadores	0,1%	0,2%	0,3%	0,7%
QI PME - Vales	20,6%	21,3%	0,1%	0,1%
QI PME - Individuais	27,7%	25,6%	3,9%	3,2%
I&DT - Individuais	5,6%	5,4%	1,5%	1,5%
I&DT - Vales	8,6%	8,3%	0,1%	0,1%
Inovação - Produtiva	27,2%	26,6%	69,0%	65,3%
I&DT - Copromoção	7,2%	8,1%	2,5%	2,9%
I&DT - Demonstradores Copromoção	0,8%	1,0%	0,2%	0,2%

Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE

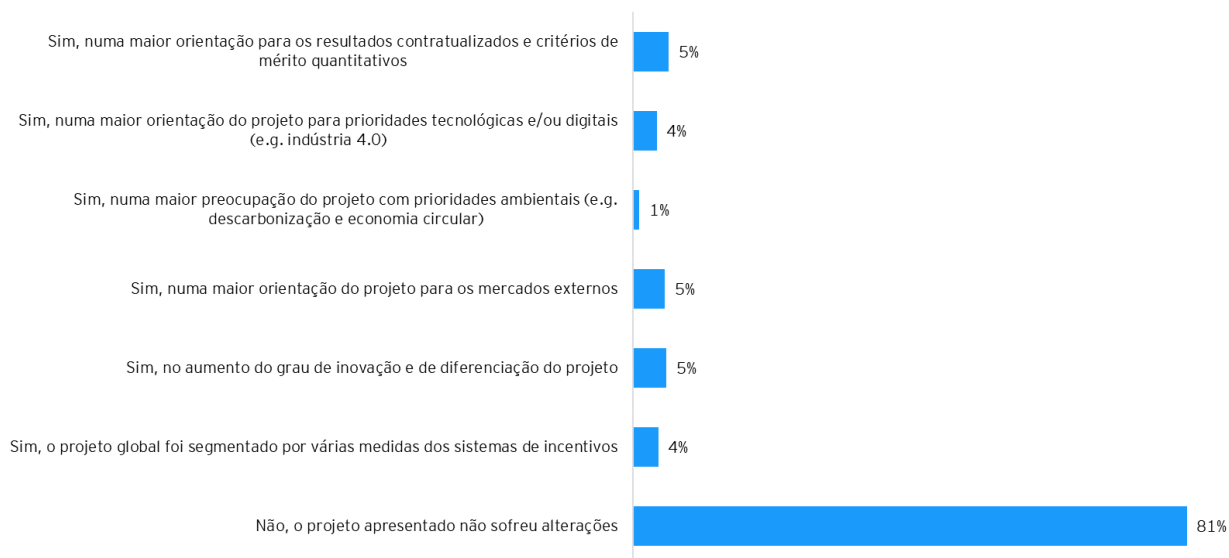
Aspetos operacionais e fatores críticos

Figura A22. Avaliação da adequação dos Sistemas de Incentivos às necessidades dos promotores



Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (510 projetos)

Figura A23. Principais alterações nos projetos em virtude das condições de elegibilidade



Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (510 projetos)

Valor Acrescentado Europeu e Complementaridades

Quadro A46. Relevância dos apoios recebidos no âmbito do COMPETE

Não desenvolveria qualquer projeto		Desenvolveria todos projetos mesmo sem apoio	
Projetos (197)	Investimento (623M€)	Projetos (313)	Respondentes (672M€)

49 - Investimento empresarial em inovação de não PME	49%	43%	51%	57%
47 - Atividades de I&D empresarial	34%	58%	66%	42%
52 - Internacionalização das PME	23%	20%	77%	80%
53 - Qualificação e inovação das PME	39%	43%	61%	57%
60 - Formação de empresários e trabalhadores das empresas	0%	0%	100%	100%
Total	39%	48%	61%	52%

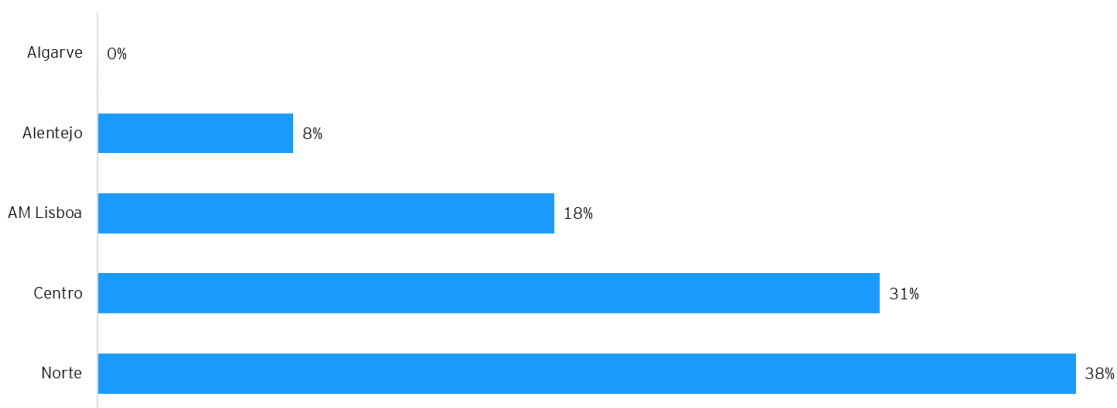
Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (510 projetos)

Quadro A47. Alterações introduzidas na ausência do suporte financeiro do COMPETE

	Menor dimensão financeira (108)	Prazo de Execução Alargado (69)	Adiantamento data de arranque (8)	Financiamento capitais alheios (89)	Financiamento capitais próprios (91)
49 - Investimento empresarial em inovação de não PME	45%	26%	5%	9%	37%
47 - Atividades de I&D empresarial	24%	16%	0%	40%	24%
52 - Internacionalização das PME	34%	16%	0%	28%	34%
53 - Qualificação e inovação das PME	31%	23%	2%	35%	25%
60 - Formação de empresários e trabalhadores das empresas	67%	33%	33%	0%	0%

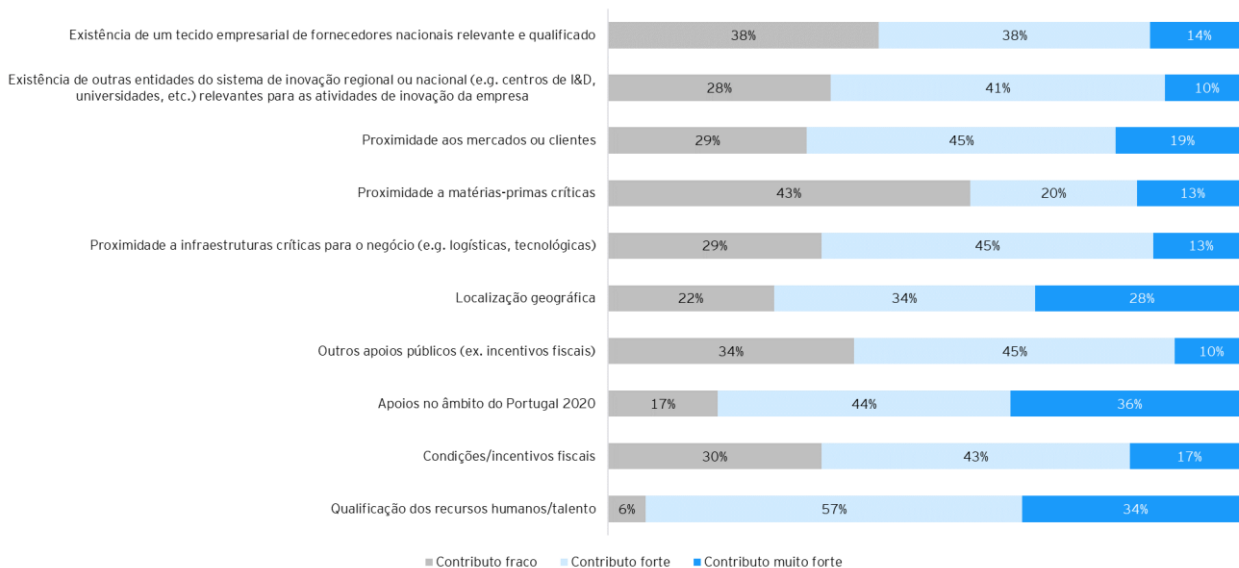
Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (313 projetos)

Figura A24. Alteração da localização do projeto na ausência de apoio financeiro - NUTS II



Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (39 projetos)

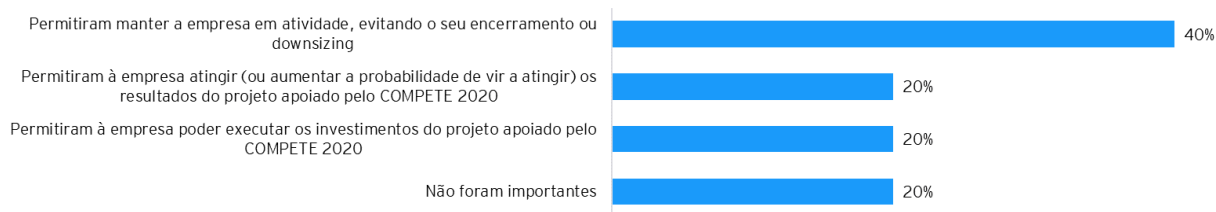
Figura A25. Fatores determinantes para a decisão de IDE em Portugal face a localizações alternativas



Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (39 projetos)

Projetos CRII/ REACT-EU

Figura A26. Domínios de apoio à tesouraria que permitam executar o investimento e concretizar os resultados obtidos (APOIAR)



Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (5 projetos)

Participação em projetos coletivos

Quadro A48. Participação em iniciativas no âmbito de ações de natureza coletiva

	Projetos (nº)	Projetos (%)	Investimento (€)	Investimento (%)
Não.	34	87%	241.231.597	84%
Sim, a empresa foi beneficiária de um projeto conjunto de qualificação ou internacionalização.	2	5%	2.671.979	1%
Sim, a empresa participou em ações inseridas em projetos apoiados pelo Sistema de Apoio a Ações Coletivas (nestes eventos é habitual haver materiais a publicitar o cofinanciamento comunitário).	0	0%	-	0%
Sim, a empresa foi beneficiária de um projeto inserida em apoios a Clubes de Fornecedores.	3	8%	42.457.045	15%

Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE

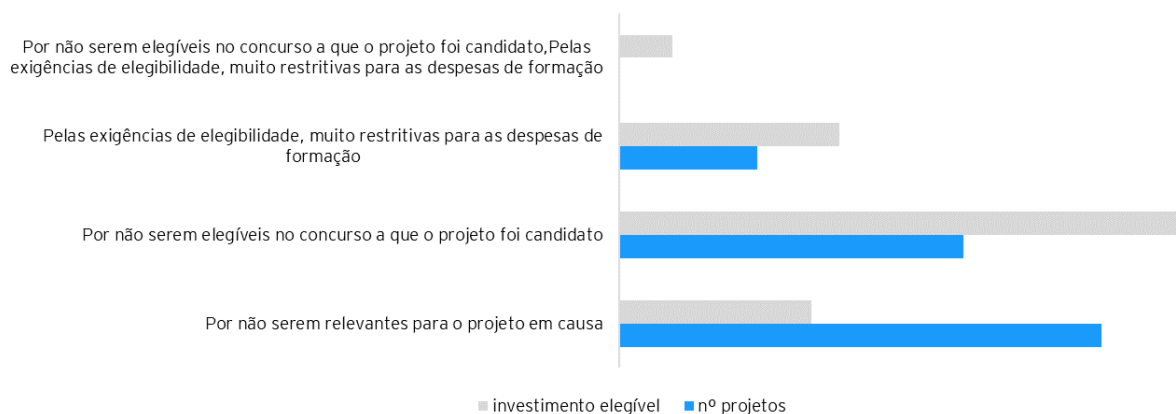
Formação de empresários e trabalhadores das empresas

Quadro A49. Acompanhamento da execução do projeto por investimento na formação de recursos humanos

	Projetos (nº)	Projetos (%)	Investimento (€)	Investimento (%)
Não	14	36%	98.555.477	34%
Sim, formação apoiada pelo COMPETE, ligada a este projeto	6	15%	61.123.083	21%
Sim, formação apoiada pelo COMPETE, no âmbito da Formação-Ação	0	0%	-	0%
Sim, formação não apoiada pelo COMPETE	19	49%	126.682.062	44%

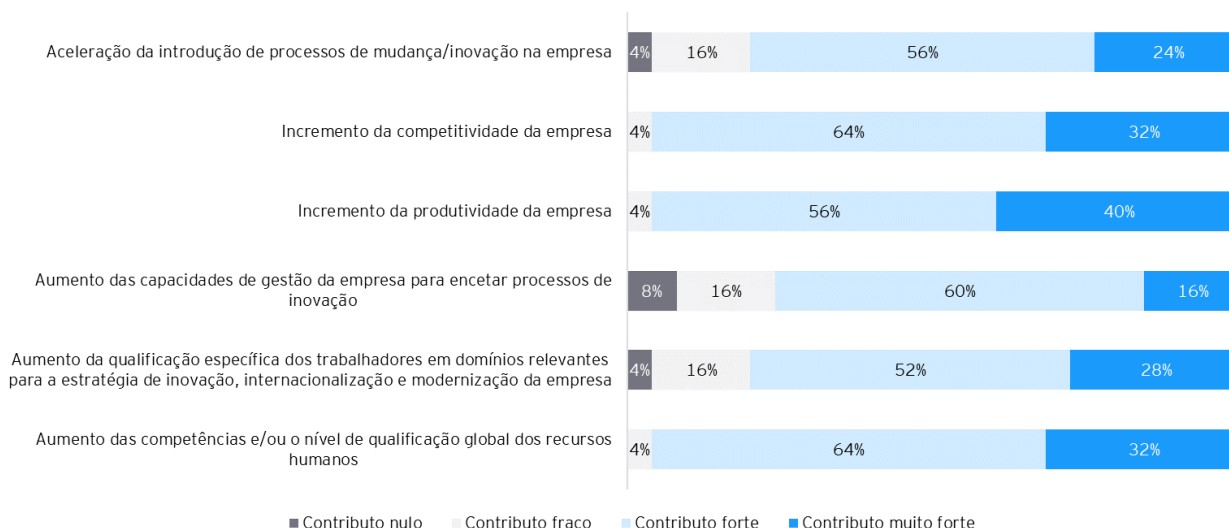
Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE

Figura A27. Fatores determinantes para a ausência de investimento em formação profissional dos recursos humanos



Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (15 projetos)

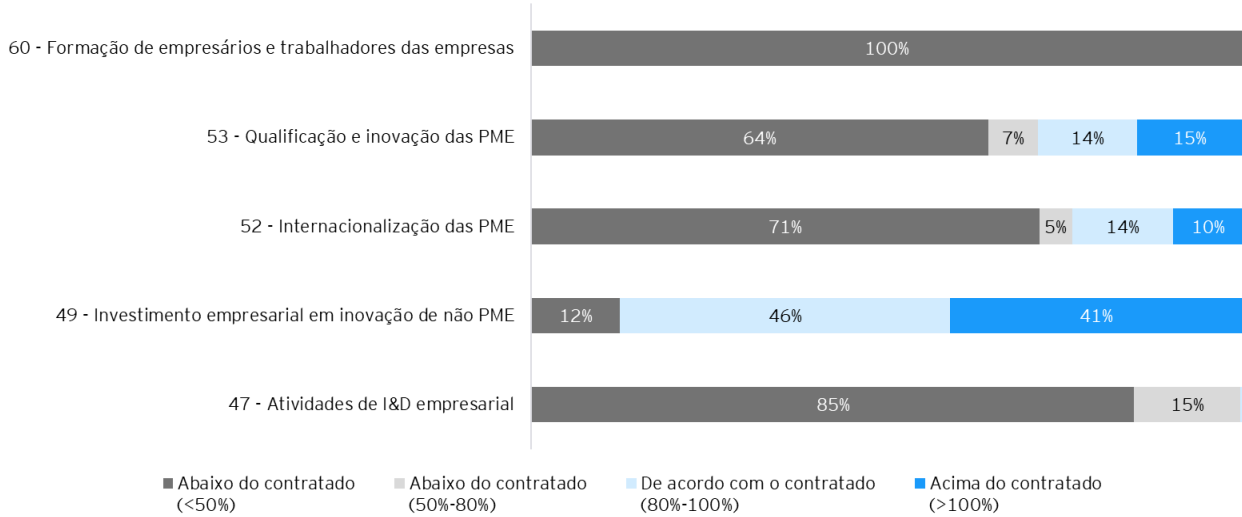
Figura A28. Contributo da formação para a melhoria das competências dos recursos humanos da empresa



Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (25 projetos)

Objetivos do projeto (metas contratualizadas)

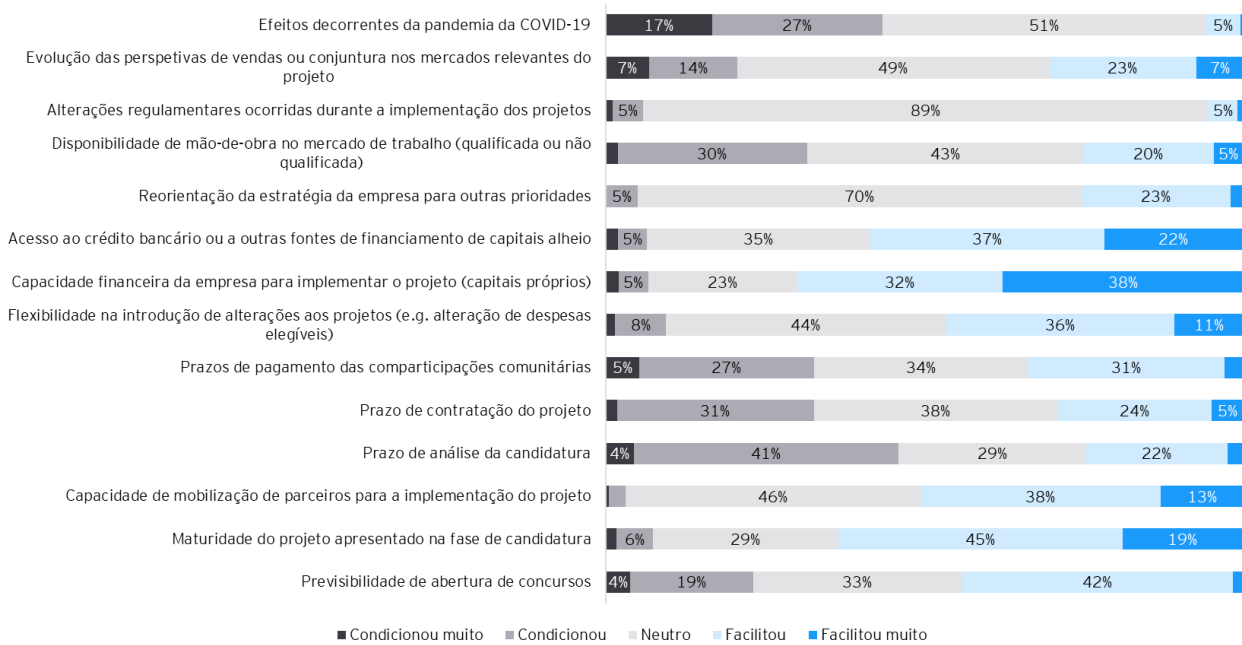
Figura A29. Expetativa relativa ao alcance das metas contratualizadas



Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (n=49 projetos, ponderado pelo investimento elegível)

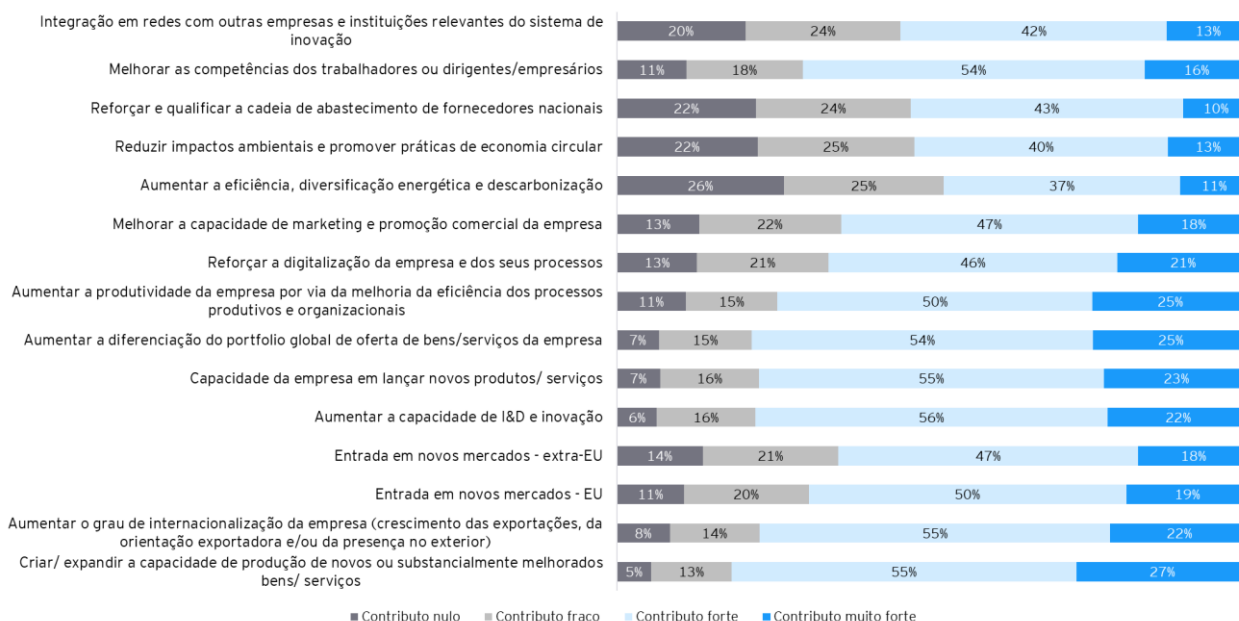
Resultados e impacto

Figura A30. Condicionantes do arranque e desenvolvimento dos projetos aprovados



Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (510 projetos, ponderado pelo investimento elegível)

Figura A31. Contribuição do projeto para as empresas



Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (510 projetos)

Figura A32. Instrumentos de financiamento apoiados por investimentos potenciadores de resultados e impactos



Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (128 projetos)

Quadro A50. Evolução e contributo das variáveis da empresa entre os anos pré-projeto e pós-projeto

	Média		Variação (%)	Contributo do projeto no total da empresa no ano cruzeiro (%)
	Último ano antes da implementação do projeto	Ano cruzeiro do projeto		
Volume de Negócios (VN)	18.261.906	26.503.908	45%	41%
Volume de Negócios Internacional (Exportações)	10.393.423	15.183.878	46%	45%
VN resultante da venda de novos produtos ou serviços	1.850.315	4.247.025	130%	45%
Valor Acrescentado Bruto (VAB)	4.226.341	6.259.471	48%	39%
Postos de trabalho	119	153	29%	36%

	Média		Variação (%)	Contributo do projeto no total da empresa no ano cruzeiro (%)
	Último ano antes da implementação do projeto	Ano cruzeiro do projeto		
Postos de trabalho Qualificados (licenciatura ou superior)	33	46	40%	39%
Despesas em I&D	309.734	504.340	63%	48%

Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (51 projetos)

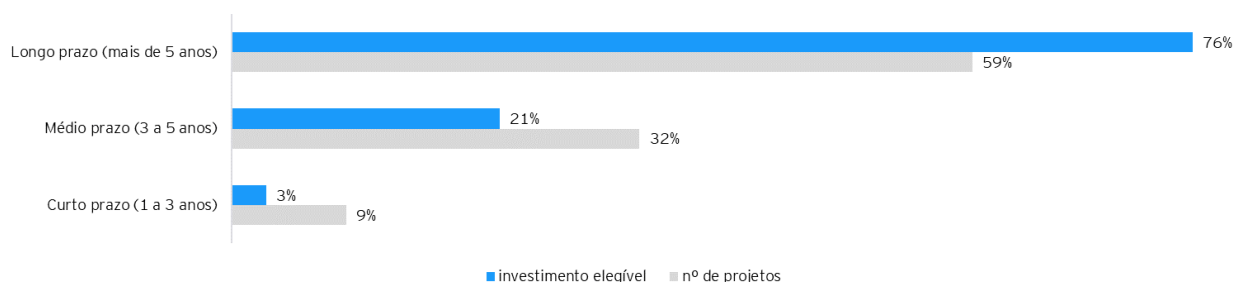
Sustentabilidade

Figura A33. Condições para assegurar a sustentabilidade financeira de forma a garantir o suporte dos custos operacionais associados



Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (324 projetos)

Figura A34. Persistência temporal dos resultados gerados pelo projeto



Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (319 projetos)

Custos de Contexto

Quadro A51. Canal de preferência para o tratamento de serviços/ procedimentos na interação com Administração Pública

Resposta	% de projetos	% de investimento elegível
Online	97%	95%
Presencial	3%	5%

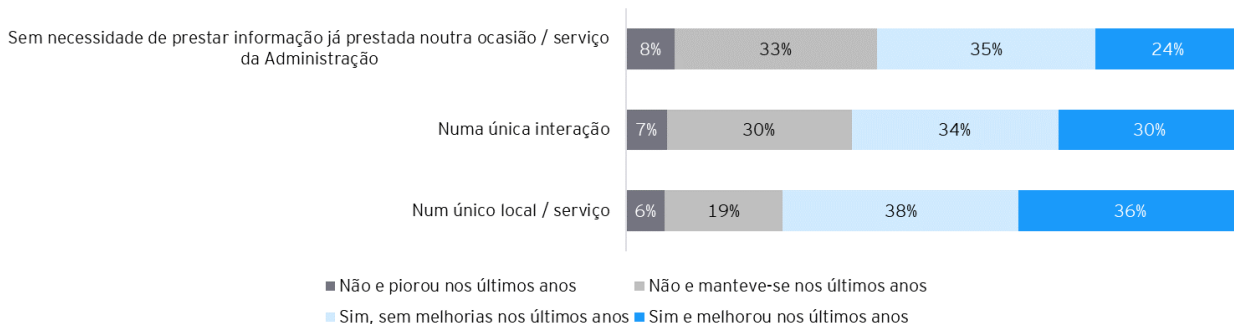
Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (442 projetos)

Quadro A52. Alteração de preferência no canal utilizado nos processos tratados nos últimos 5 anos

Resposta	% de projetos	% de investimento elegível
Sim, alterei a favor do canal online	42%	33%
Sim, alterei a favor do presencial	1%	4%
Não, não alterei	56%	63%

Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (468 projetos)

Figura A35. Sucesso na resolução do problema nos processos tratados nos últimos 5 anos



Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (468 projetos)

Figura A36. Fatores condicionantes do nível de satisfação no relacionamento com a Administração Pública, nos últimos 5 anos



Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (468 projetos)

Anexo 4.11. Beneficiários não empresariais excluindo o Eixo 8 - respostas

No âmbito da Avaliação Intercalar do Programa Operacional da Competitividade e Internacionalização foi lançado um inquérito direcionado aos beneficiários não empresariais do PO, decorrendo entre 9 de março e 10 de abril de 2023, abrangendo um universo de 1067 projetos, obtendo 660 respostas, que correspondem a uma taxa de resposta de 29% e a uma margem de erro de 2,35%, para nível de confiança de 95%.

Caracterização da Amostra

Quadro A53. Distribuição de projetos por Tipologia de Intervenção

	Projetos		Investimento	
	Universo (1.067)	Respondentes (660)	Universo (864M€)	Respondentes (592M€)
45- Investigação científica e tecnológica	53,5%	54,8%	32,8%	32,6%
46- Valorização económica e transferência do conhecimento científico e tecnológico	0,6%	0,8%	0,3%	0,4%
48- Clusters e redes de inovação	0,6%	0,8%	0,2%	0,3%
50- Promoção das TIC na administração e serviços públicos	14,0%	12,6%	11,3%	9,1%
51- Empreendedorismo qualificado e criativo	1,2%	1,2%	1,1%	0,7%
52- Internacionalização das PME	7,0%	7,4%	21,2%	18,9%
53- Qualificação e inovação das PME	5,3%	6,5%	4,6%	5,4%
60- Formação de empresários e trabalhadores das empresas	10,4%	9,4%	3,3%	2,5%
62- Capacitação e modernização das administrações e dos serviços públicos	6,8%	5,8%	9,3%	7,9%
57 - RAIT Portos não RTE-T	0,2%	0,3%	4,8%	7,0%
55 - RAIT RTE-T	0,3%	0,5%	10,5%	15,3%
B5 - SIAC	0,1%	0,0%	0,7%	0,0%

Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE

Quadro A54. Distribuição de projetos por Medida

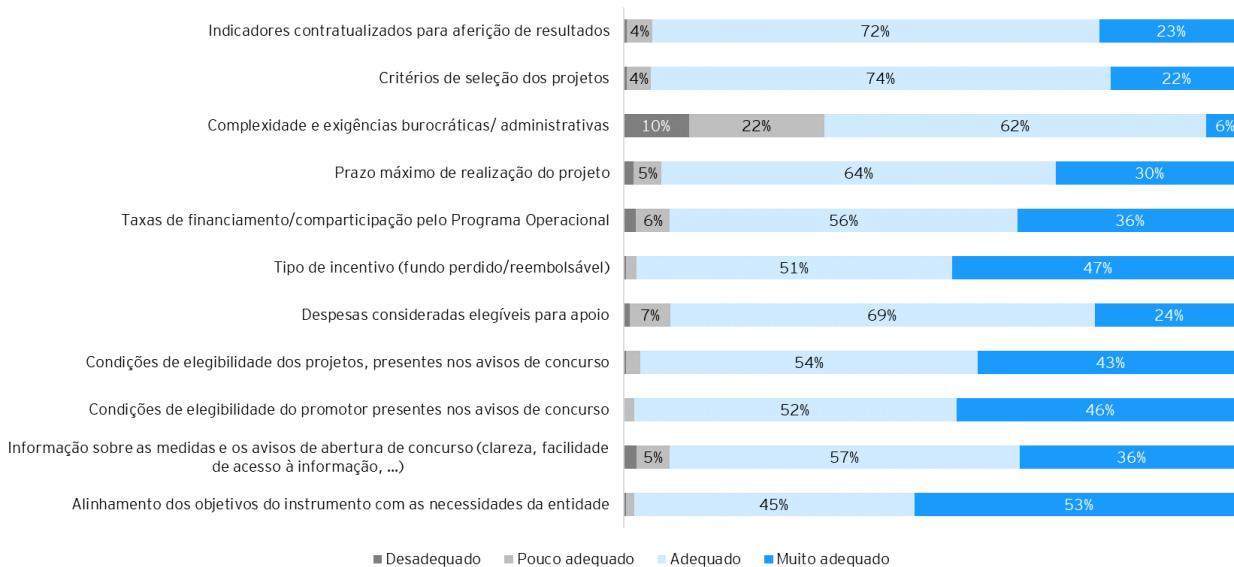
	Projetos		Investimento	
	Universo (1.067)	Respondentes (660)	Universo (864M€)	Respondentes (592M€)
QI PME - Conjuntos	4,9%	5,8%	15,9%	17,6%
SAMA - Capacitação	6,8%	5,8%	9,3%	7,9%
Formação-Ação para PME	10,4%	9,4%	3,3%	2,5%
SIAC	9,9%	10,9%	12,1%	8,0%
SAICT - Prog. Integ. de IC&DT	5,4%	5,3%	15,1%	14,9%
SAMA - TIC	14,0%	12,6%	11,3%	9,1%
SAICT - Prog. Ativ. Conjuntas - PAC	0,9%	1,1%	2,6%	2,8%
SAICT - Proj. de IC&DT	45,5%	46,8%	10,8%	10,2%
SAICT - Propriedade Industrial	0,8%	0,8%	0,0%	0,0%
RAIT - Portos não RTE-T	0,2%	0,3%	4,8%	7,0%
SAICT - Proj. de Infraestruturas	0,7%	0,9%	4,2%	4,8%
RAIT - Portos RTE-T	0,2%	0,3%	2,2%	3,2%

	Projetos		Investimento	
	Uníversono (1.067)	Respondentes (660)	Uníversono (864M€)	Respondentes (592M€)
RAIT - Ferrovias RTE-T	0,1%	0,2%	8,3%	12,0%

Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE

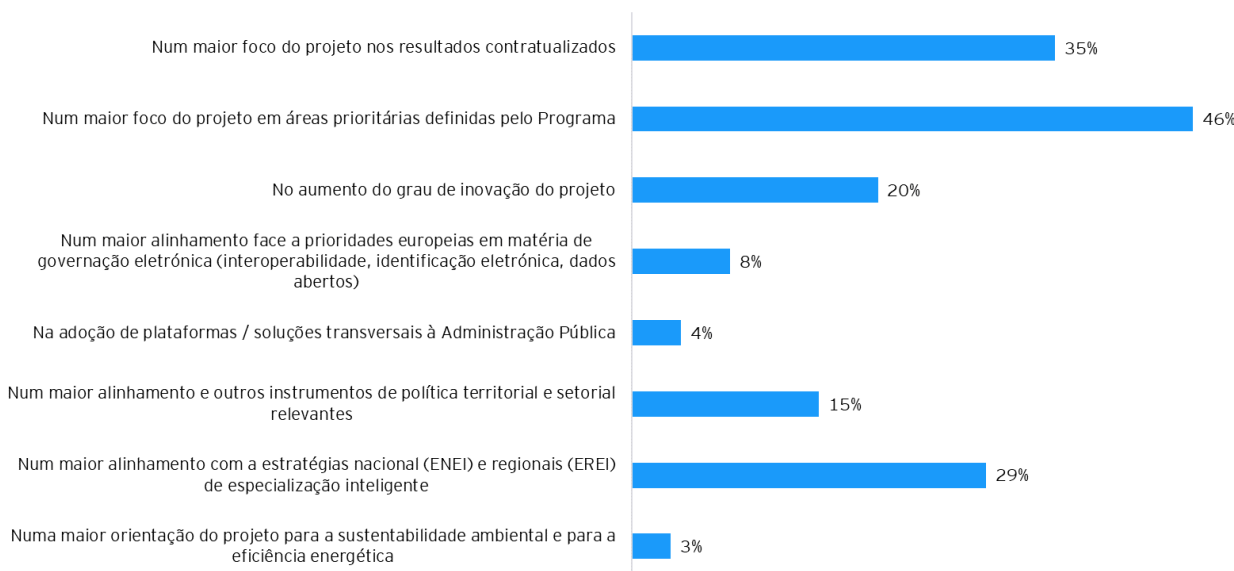
Aspetos operacionais e fatores críticos

Figura A37. Avaliação da adequação dos Sistemas de Incentivos às necessidades dos promotores



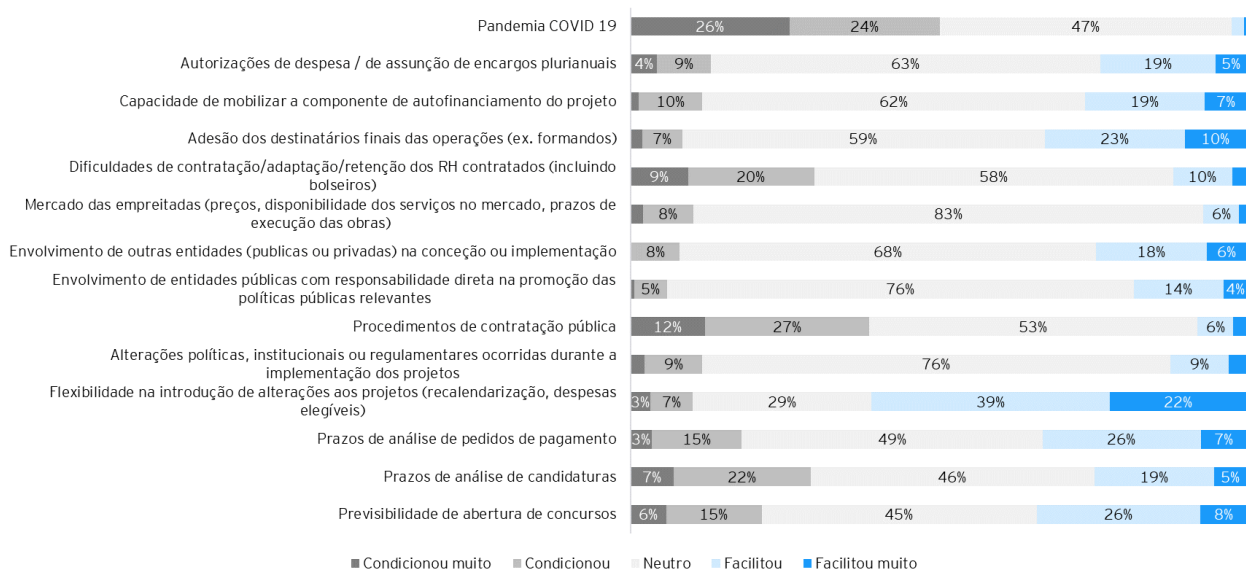
Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (660 projetos)

Figura A38. Principais alterações nos projetos em virtude das condições de elegibilidade



Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (124 projetos)

Figura A39. Condicionantes do arranque e desenvolvimento dos projetos aprovado



Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (660 projetos)

Valor Acrescentado

Quadro A55. Relevância dos apoios recebidos no âmbito do COMPETE

	Não desenvolveria qualquer projeto		Desenvolveria o projeto mesmo sem apoio	
	Projetos (538)	Investimento (505M€)	Projetos (122)	Respondentes (87M€)
45- Investigação científica e tecnológica	88%	87%	12%	13%
46- Valorização económica e transferência do conhecimento científico e tecnológico	80%	87%	10%	3%
48- Clusters e redes de inovação	0%	0%	100%	100%
50- Promoção das TIC na administração e serviços públicos	54%	57%	46%	43%
51- Empreendedorismo qualificado e criativo	88%	88%	12%	12%
52- Internacionalização das PME	90%	97%	10%	3%
53- Qualificação e inovação das PME	86%	87%	14%	13%
60- Formação de empresários e trabalhadores das empresas	100%	100%	0%	0%
62- Capacitação e modernização das administrações e dos serviços públicos	47%	43%	53%	57%

Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (660 projetos)

Quadro A56. Alterações introduzidas na ausência do suporte financeiro do COMPETE

	Menor dimensão financeira (55)	Prazo de Execução Alargado (31)	Adiantamento data de arranque (7)	Financiamento capitais alheios (14)	Financiamento capitais próprios (39)
45- Investigação científica e tecnológica	7%	4%	1%	4%	1%
46- Valorização económica e transferência do conhecimento científico e tecnológico	0%	0%	0%	20%	0%
48- Clusters e redes de inovação	40%	20%	0%	20%	60%

	Menor dimensão financeira (55)	Prazo de Execução Alargado (31)	Adiantamento data de arranque (7)	Financiamento capitais alheios (14)	Financiamento capitais próprios (39)
50- Promoção das TIC na administração e serviços públicos	14%	8%	4%	5%	24%
51- Empreendedorismo qualificado e criativo	0%	0%	0%	13%	0%
52- Internacionalização das PME	10%	2%	0%	2%	0%
53- Qualificação e inovação das PME	10%	2%	0%	7%	0%
60- Formação de empresários e trabalhadores das empresas	0%	0%	0%	0%	0%
62- Capacitação e modernização das administrações e dos serviços públicos	16%	11%	3%	5%	29%

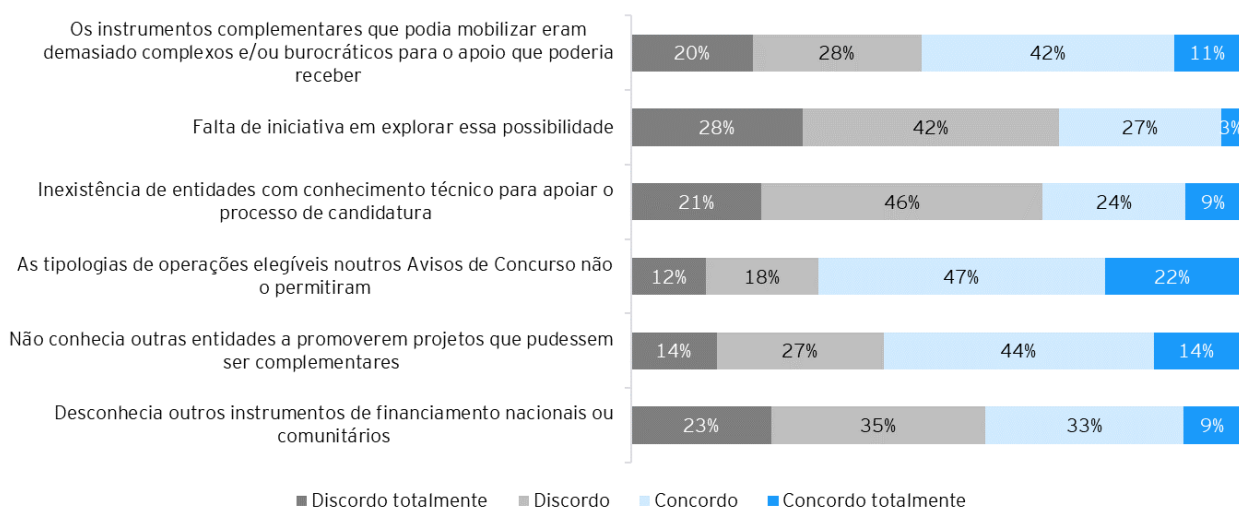
Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (660 projetos)

Quadro A57. Articulação do projeto com outros instrumentos de financiamento

Resposta	% de projetos	% de investimento elegível
Sim	24%	23%
Não	76%	77%

Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (660 projetos)

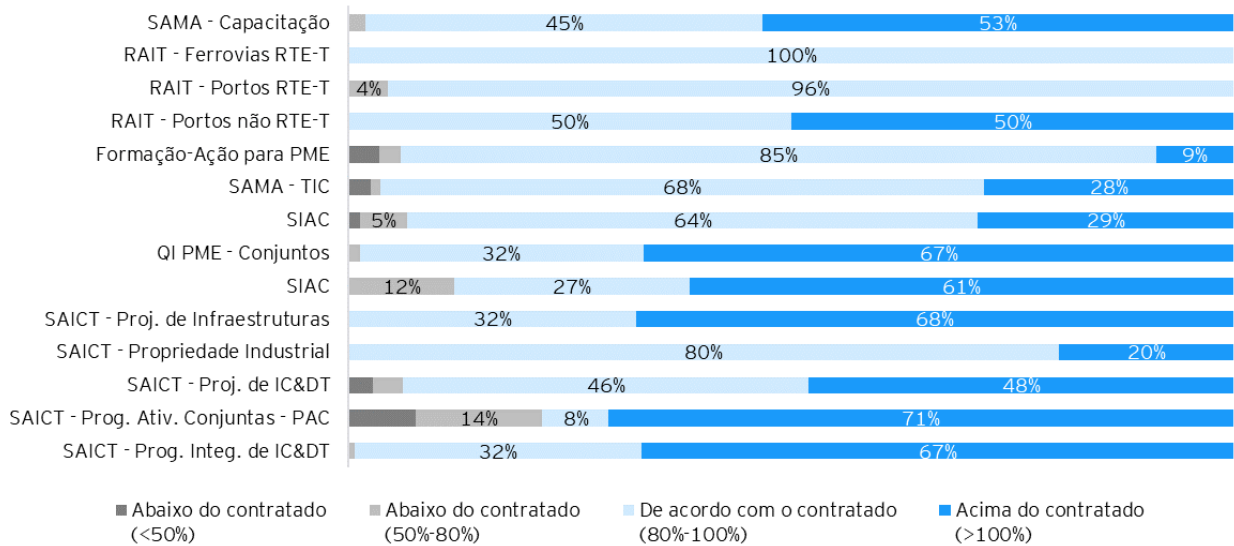
Figura A40. Razões para a ausência de articulação do projeto com outros instrumentos de financiamento



Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (414 projetos)

Objetivos do projeto

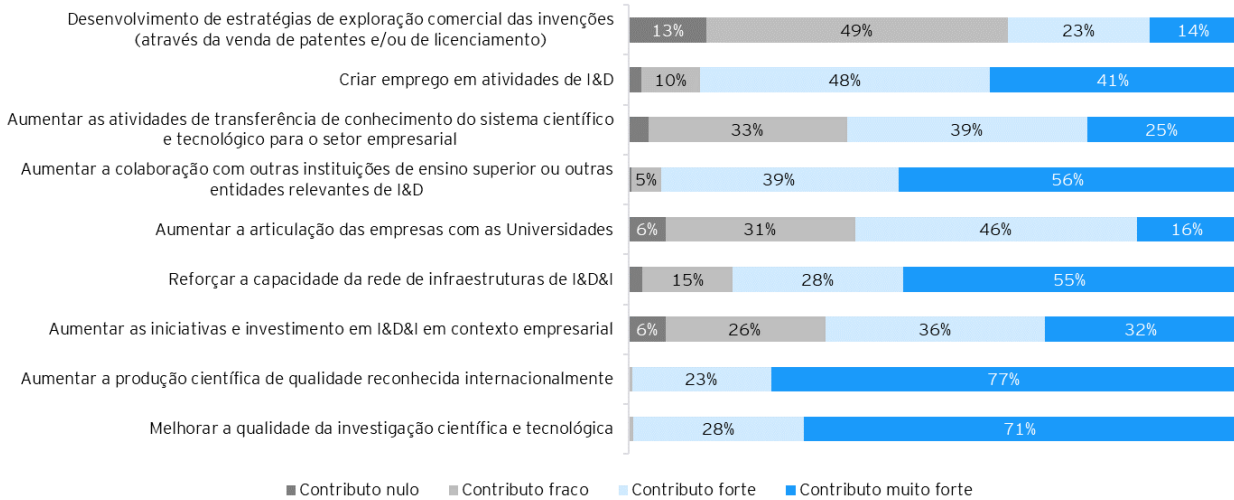
Figura A41. Expetativa relativa ao alcance das metas contratualizadas



Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (660 projetos, ponderados pelo investimento elegível)

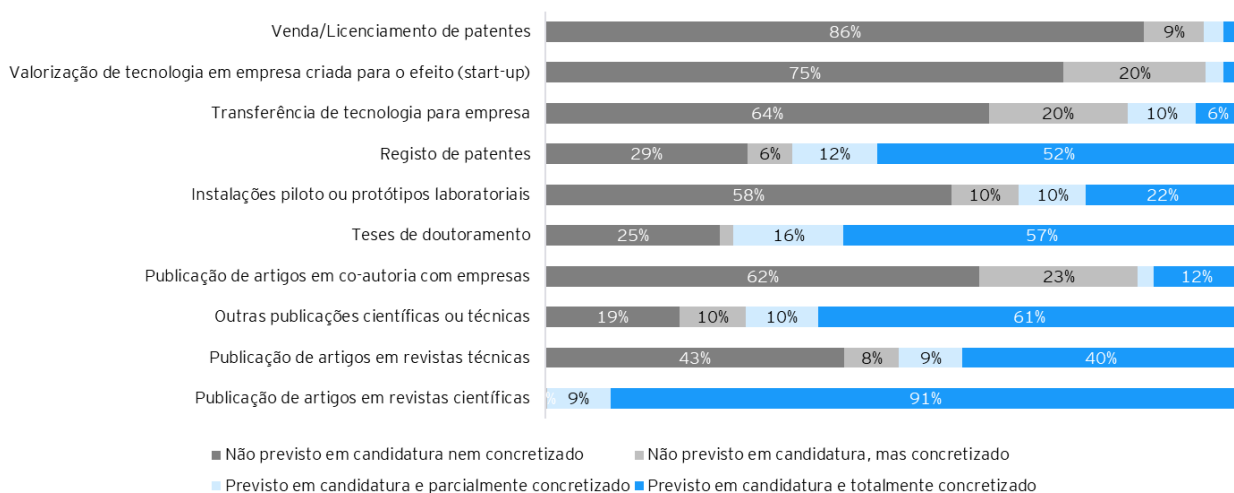
Resultados e impactos do projeto

Figura A42. Contribuição do projeto para objetivos de política relacionados com I&I - Eixo 1 (SAICT)



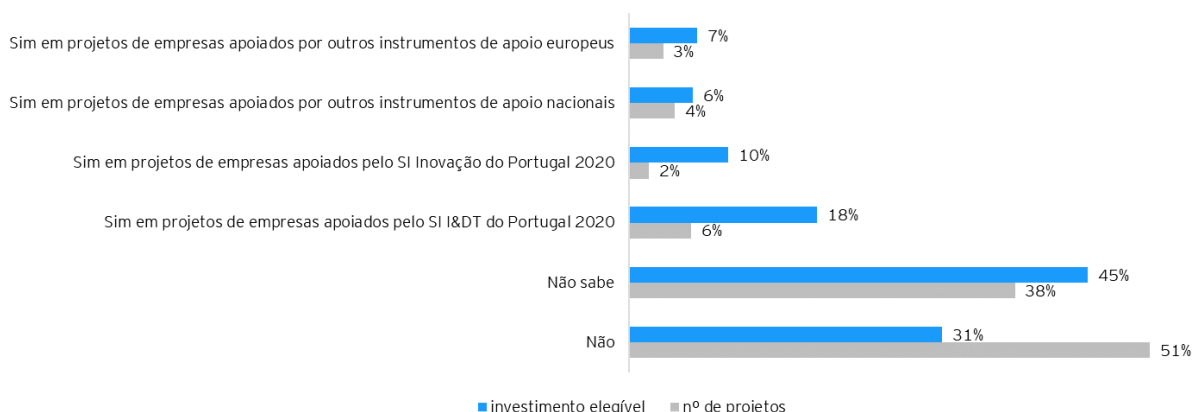
Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (362 projetos, ponderados pelo investimento elegível)

Figura A43. Outputs previstos em sede de candidatura e o respetivo grau de concretização - Eixo 1 (SAICT)



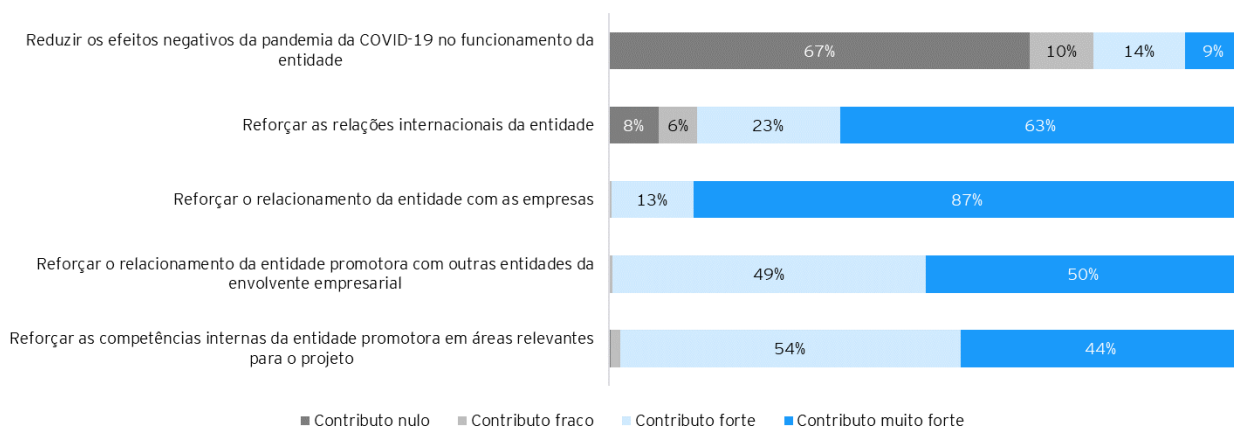
Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (362 projetos, ponderados pelo investimento elegível)

Figura A44. Valorização económica dos resultados do projeto apoiado, noutros projetos apoiados no âmbito do PT2020 - Eixo 1 (SAICT)



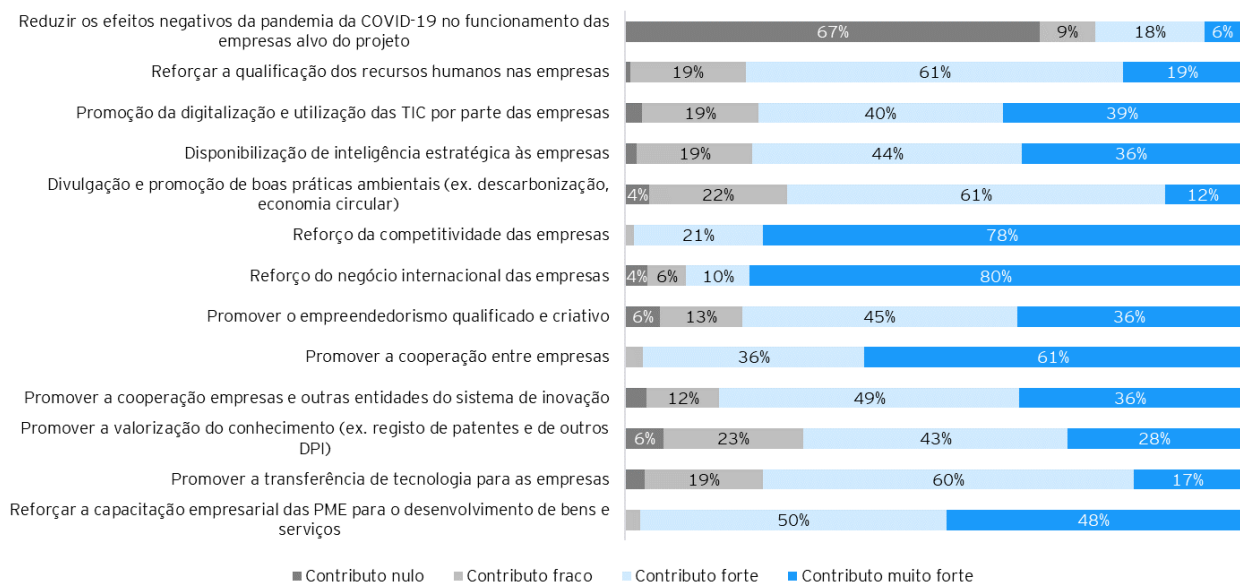
Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (362 projetos)

Figura A45. Contributo do projeto no desenvolvimento da entidade promotora - Eixo 2 (SIAC e QI PME - Conjuntos)



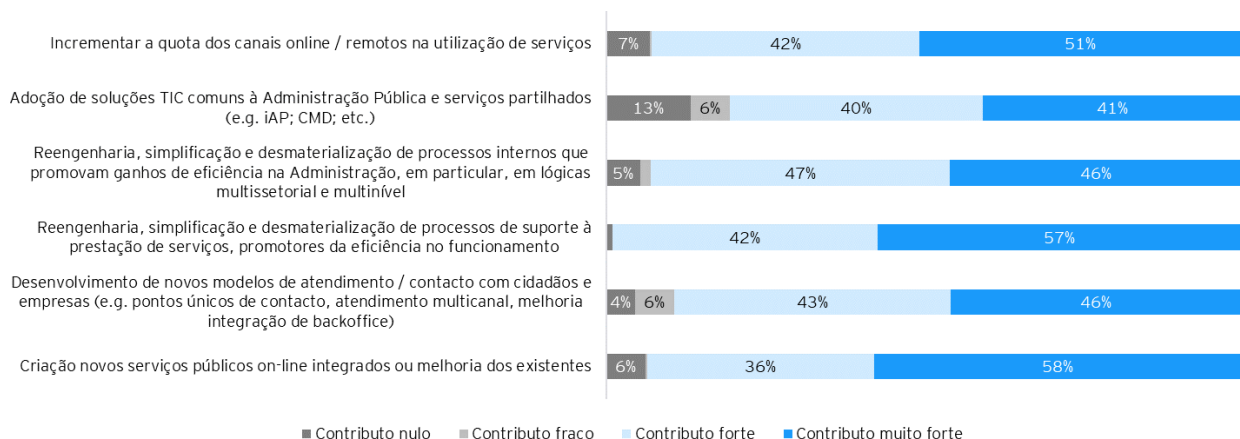
Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (113 projetos, ponderado pelo investimento elegível)

Figura A46. Contributo do para a competitividade empresarial - Eixo 2 (SIAC e QI PME - Conjuntos)



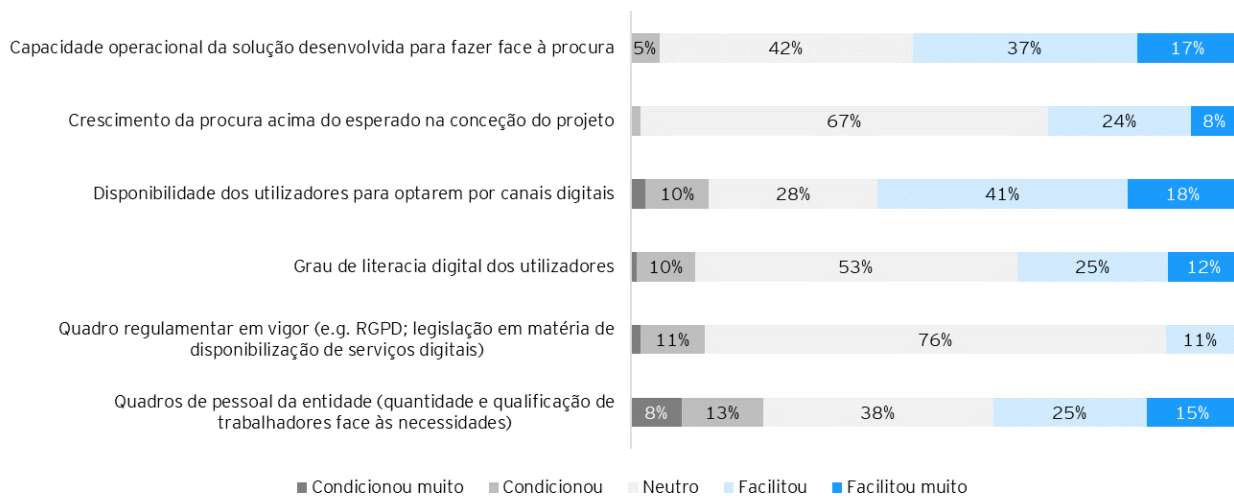
Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (113 projetos, ponderado pelo investimento elegível)

Figura A47. Contributo do projeto para os objetivos relacionados com a modernização da Administração Pública - Eixo 2/ V (SAMA-TIC)



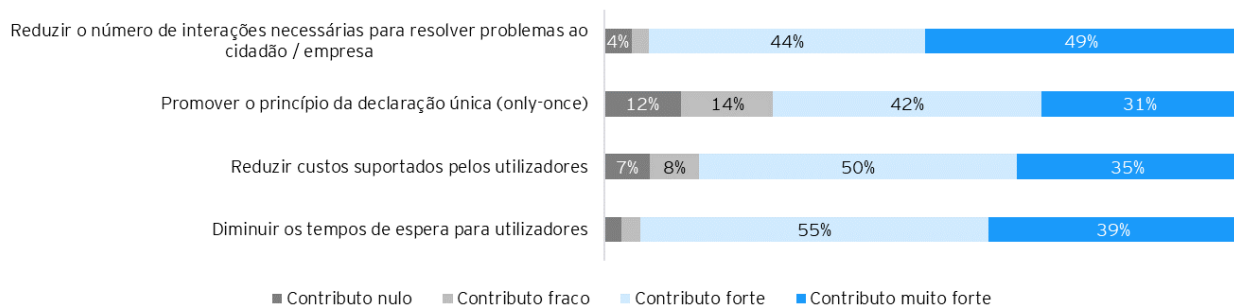
Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (83 projetos, ponderado pelo investimento elegível)

Figura A48. Condicionantes da concretização das realizações e dos resultados do projeto - Eixo 2/ V (SAMA-TIC)



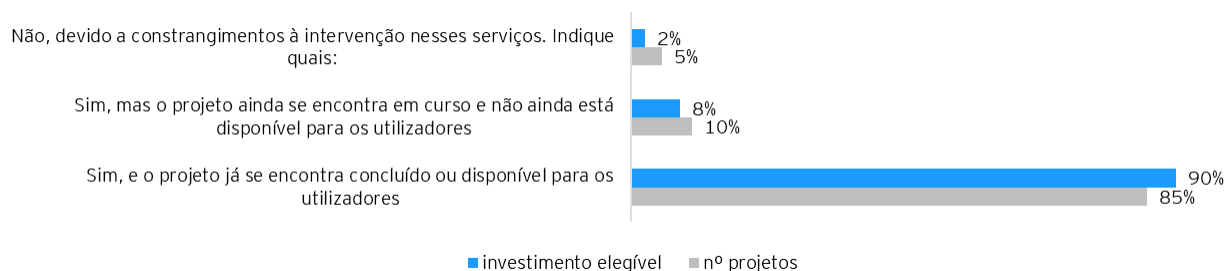
Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (83 projetos, ponderado pelo investimento elegível)

Figura A49. Contributo do projeto para os seguintes objetivos - Eixo 2/ V (SAMA-TIC)



Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (83 projetos, ponderado pelo investimento elegível)

Figura A50. Intervenção do projeto em 20% dos serviços mais procurados por cidadãos/empresas, de entre os serviços prestados pela entidade - Eixo 2/ V (SAMA-TIC)



Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (83 projetos, ponderado pelo investimento elegível)

Quadro A58. Valores verificados relativamente aos serviços intervencionados, no último ano antes da implementação do projeto e no ano cruzeiro - Eixo 2/ V (SAMA-TIC)

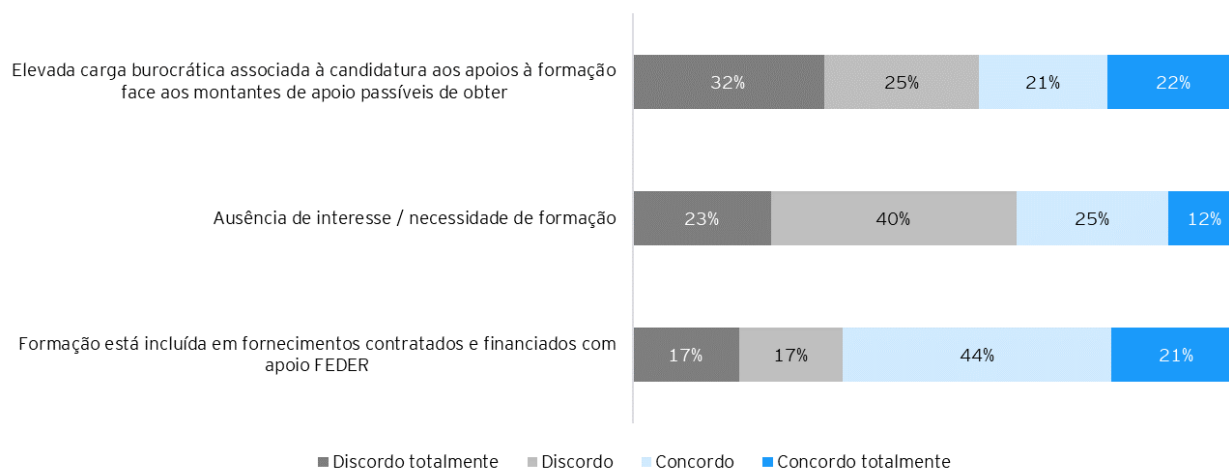
Resposta	Último ano antes da implementação do projeto	Ano cruzeiro do projeto
N.º de serviços pré-existentes ao projeto, independentemente do canal	3	5
N.º de serviços disponíveis online	1	4
N.º de serviços disponíveis presencialmente	2	3
N.º de utilizações tratadas no canal online (apenas serviços pré-existentes)	1.160.502	2.455.994
N.º de utilizações tratadas no canal presencial (apenas serviços pré-existentes)	443.323	104.720

Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (51 projetos)

Quadro A59. Projetos com componente de formação (FSE) associada e financiada pelo COMPETE - Eixo 2/ V (SAMA-TIC)

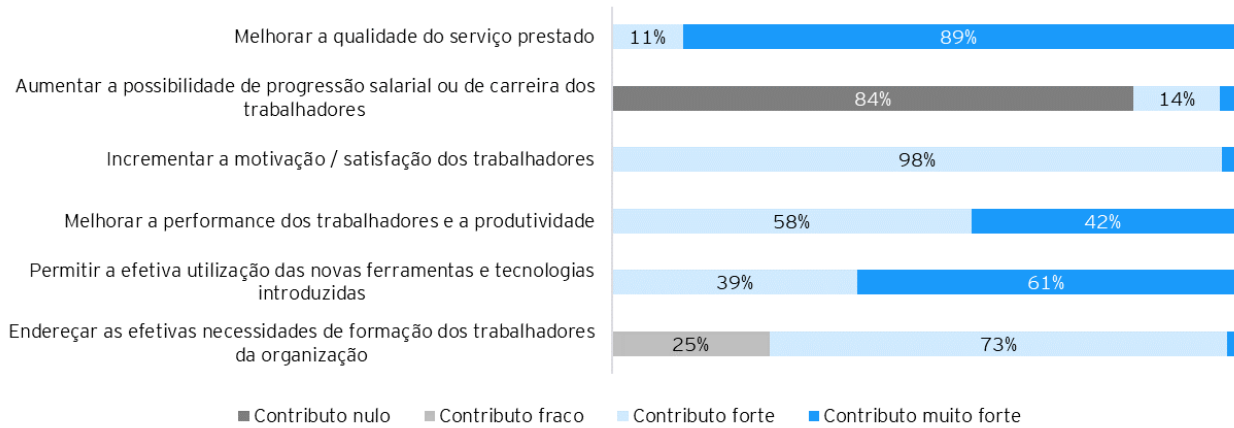
Resposta	Nº de projetos	Investimento elegível
Sim	7	4.547.828
Não	76	48.522.904

Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (83 projetos)

Figura A51. Relevância dos seguintes fatores para a decisão de não recorrer a financiamento do PO para ações de formação - Eixo 2/ V (SAMA-TIC)

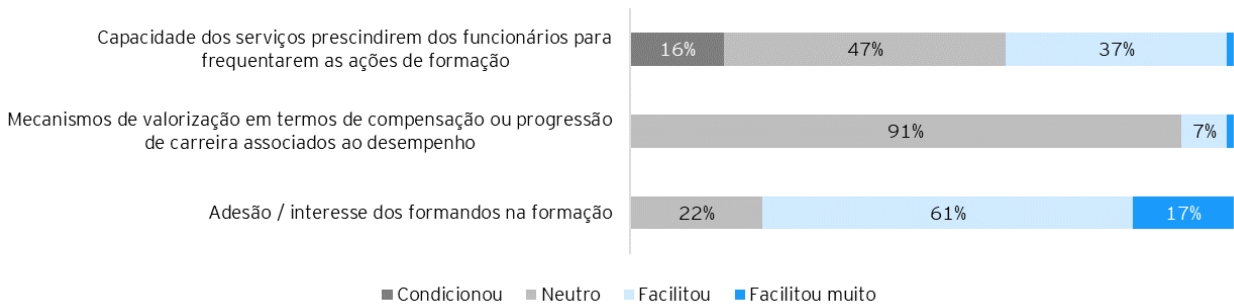
Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (76 projetos, ponderado pelo investimento elegível)

Figura A52. Contributo do projeto de formação- Eixo 2/ V (SAMA-TIC)



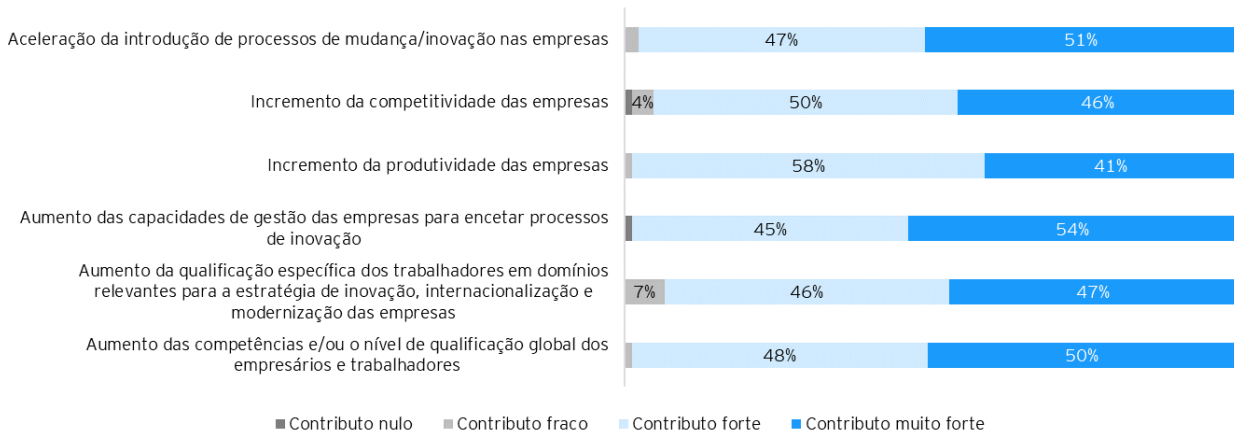
Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (7 projetos, ponderado pelo investimento elegível)

Figura A53. Condicionantes dos resultados dos projetos de formação - Eixo 2/ V (SAMA-TIC)



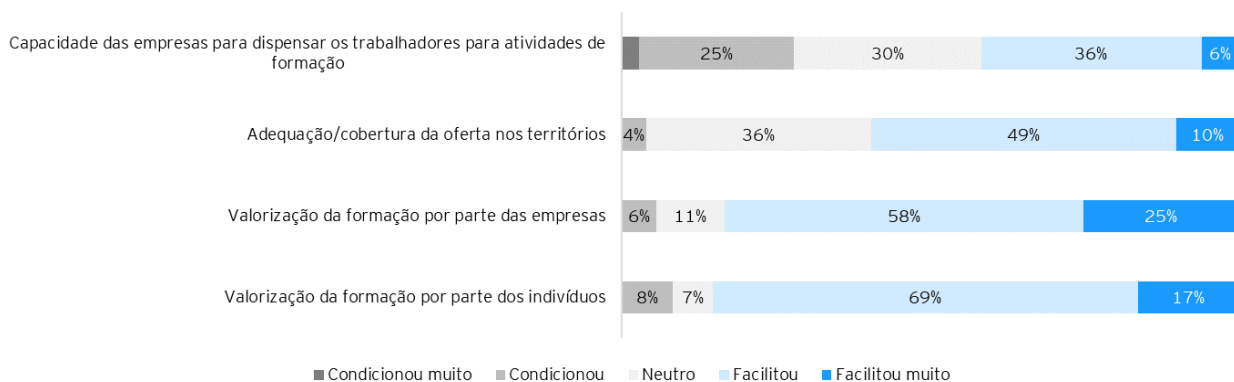
Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (7 projetos, ponderado pelo investimento elegível)

Figura A54. Contributo do projeto para a melhoria das competências dos empresários e trabalhadores - Eixo 3 (Formação para empresários e trabalhadores)



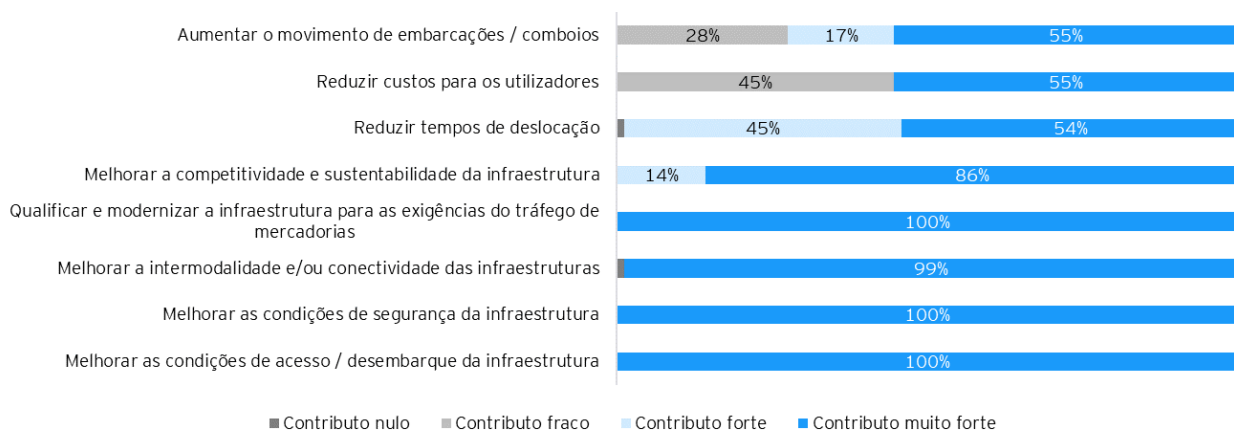
Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (59 projetos, ponderado pelo investimento elegível)

Figura A55. Condicionantes dos resultados da operação – Eixo 3 (Formação para empresários e trabalhadores)



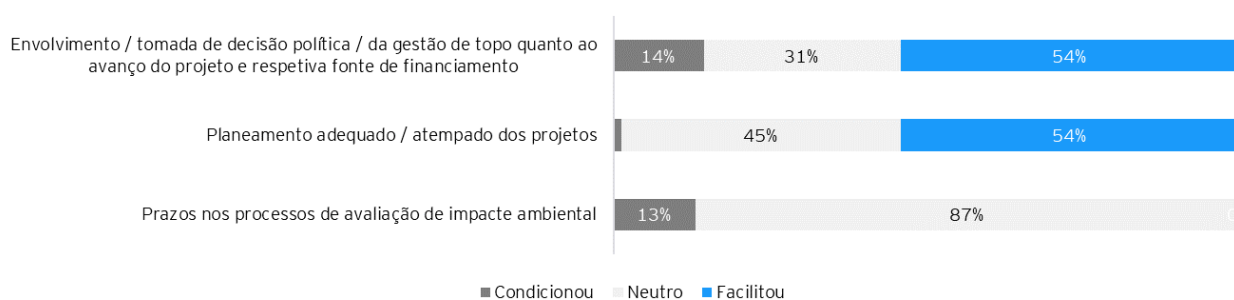
Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (59 projetos, ponderado pelo investimento elegível)

Figura A56. Contributo do projeto para aspetos relacionados com tráfego marítimo/ ferroviário – Eixo 4 (RAIT - Transportes)



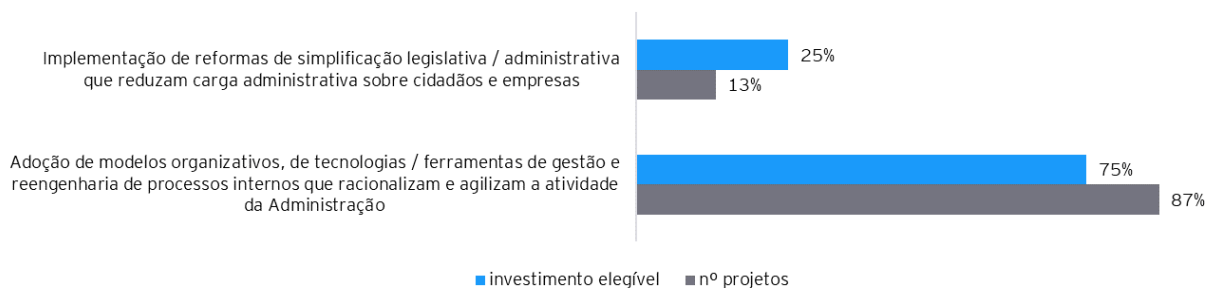
Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (5 projetos, ponderado pelo investimento elegível)

Figura A57. Condicionantes para os resultados do projeto – Eixo 4 (RAIT - Transportes)



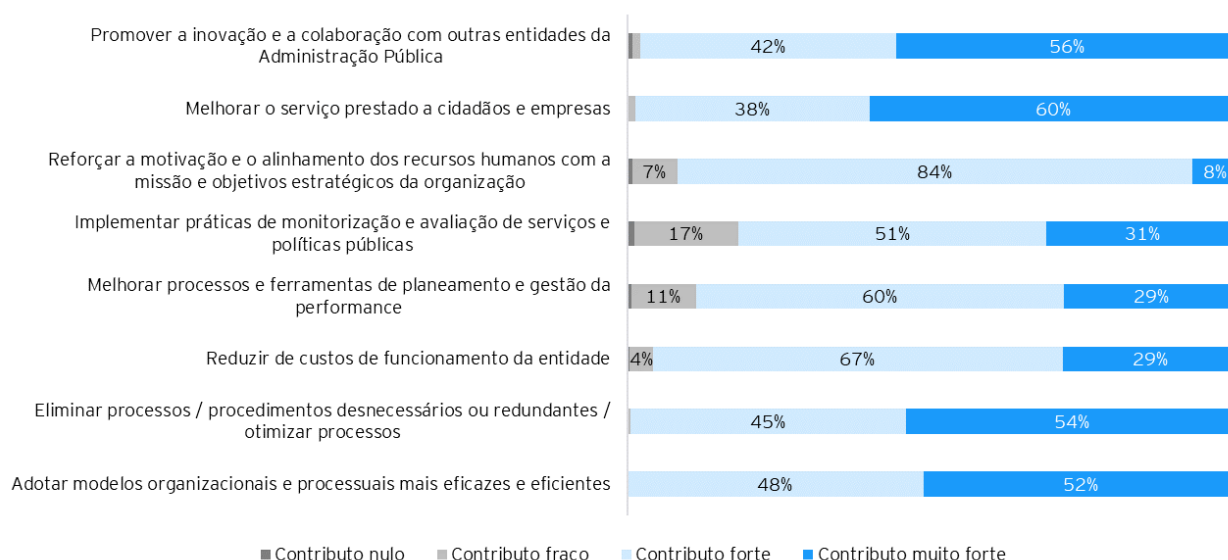
Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (5 projetos, ponderado pelo investimento elegível)

Figura A58. Natureza do projeto - Eixo 5 (SAMA - Capacitação)



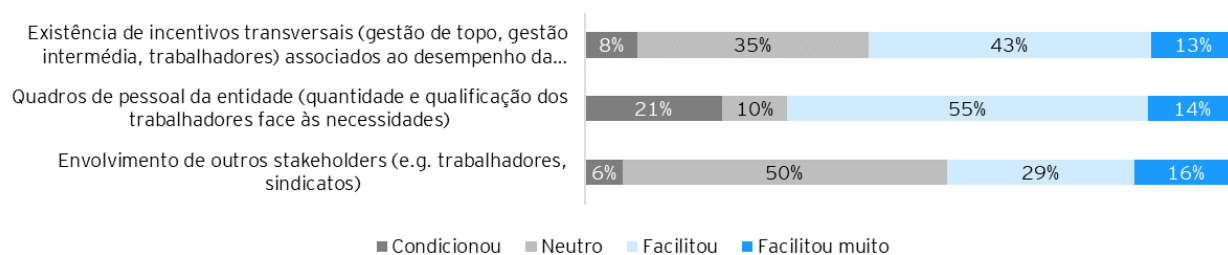
Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (38 projetos, ponderado pelo investimento elegível)

Figura A59. Contributo do projeto para os resultados - Eixo 5 (SAMA - Capacitação)



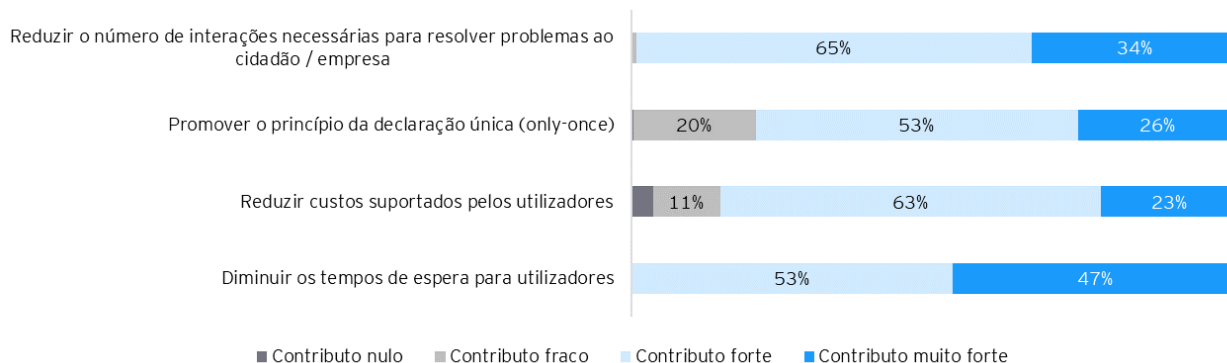
Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (38 projetos, ponderado pelo investimento elegível)

Figura A60. Condicionantes da concretização das realizações e resultados do projeto - Eixo 5 (SAMA - Capacitação)



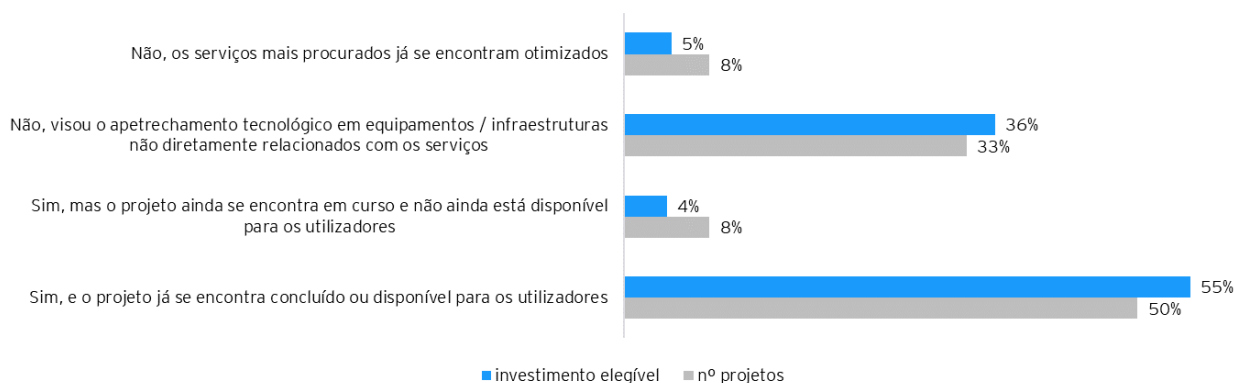
Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (38 projetos, ponderado pelo investimento elegível)

Figura A61. Contributo do projeto para os seguintes impactos - Eixo 5 (SAMA - Capacitação)



Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (24 projetos, ponderado pelo investimento elegível)

Figura A62. Intervenção do projeto em 20% dos serviços mais procurados por cidadãos/empresas, de entre os serviços prestados pela entidade - Eixo 5 (SAMA - Capacitação)



Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (24 projetos, ponderado pelo investimento elegível)

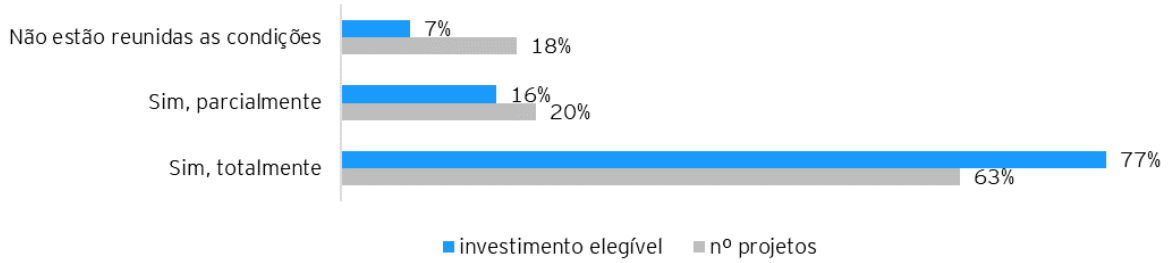
Quadro A60. Valores verificados relativamente aos serviços intervencionados, no último ano antes da implementação do projeto e no ano cruzeiro - Eixo 5 (SAMA - Capacitação)

Resposta	Último ano antes da implementação do projeto	Ano cruzeiro do projeto
N.º de serviços pré-existentes ao projeto, independentemente do canal	3	7
N.º de serviços disponíveis online	2	6
N.º de serviços disponíveis presencialmente	2	4
N.º de utilizações tratadas no canal online (apenas serviços pré-existentes)	1.206.592	2.183.051
N.º de utilizações tratadas no canal presencial (apenas serviços pré-existentes)	85.192	42.885

Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (12 projetos)

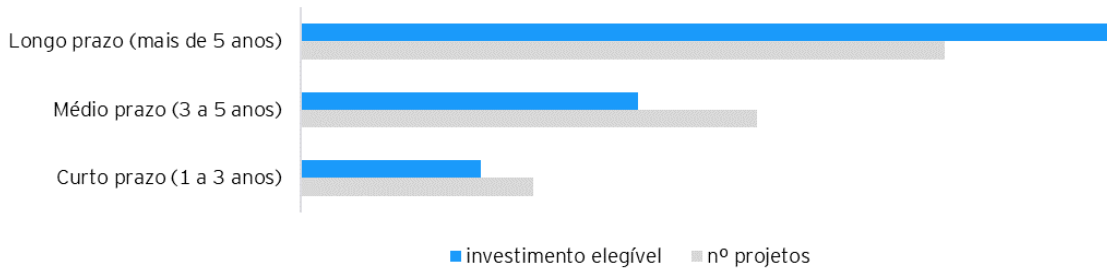
Sustentabilidade

Figura A63. Condições para assegurar a sustentabilidade financeira de forma a garantir o suporte dos custos operacionais associados



Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (660 projetos)

Figura A64. Persistência temporal dos resultados gerados pelo projeto



Fonte: EY-Parthenon com base em dados do SI do COMPETE (660 projetos)

Anexo 4.12. Estudos de Caso

EC1. 06375 - FlexStone .: Novas Tecnologias para a Competitividade da Pedra Natural

ENQUADRAMENTO

Beneficiário	CEI - Companhia de Equipamentos Industriais Lda	
Enquadramento Temático	PI	1.2 - Promover o investimento das empresas em I&I
	Tipologia de Intervenção	47 - Atividades de I&D Empresarial

FlexStone: Novas Tecnologias para a Competitividade da Pedra Natural

Data Prevista de Início	01/07/2015	Custo Total Aprovado Elegível (€)	€1.556.519,41
Data Prevista de Conclusão	30/06/2017	Custo Total Executado Elegível (€)	€1.237.400,6
Data de Aprovação	30/12/2015	Apoio Aprovado (€)	€664.580,41
Estado da Candidatura	Em execução	Apoio Executado (€)	€654.795,12
Data a que reporta a informação da Ficha	30/09/2022	Forma de apoio	Não Reembolsável

APRESENTAÇÃO SÍNTESE

Caraterização

- A entidade líder do projeto, a CEI fabrica e comercializa hoje uma gama diversificada de equipamentos tecnologicamente inovadores de corte, maquinaria e de transformação de materiais para os setores industriais das Rochas Ornamentais, do Calçado e Indústria Automóvel. Exerce ainda uma atividade mais reduzida em setores como Indústria Metalomecânica, Cerâmica e outros.
- O projeto "FlexStone" teve como objetivo o desenvolvimento e demonstração em ambiente real de dois equipamentos totalmente inovadores para a Pedra Natural: i) Equipamento para fabrico de tampos de cozinha por medida e ii) Equipamento multifuncional para "fábrica de amostras em Rocha Ornamental". O target comercial são todas as empresas Portuguesas e estrangeiras de Rochas Ornamentais que operem ou pretendam vir a operar em modo Industry4.0.
- Procurou-se criar novos paradigmas nos processos de corte e criar novos conceitos, que respondam aos eixos da diferenciação (eixo pelo qual as Empresas de Pedra Natural têm de concorrer face às estratégias de preços baixos, de países como a China, Índia e Turquia).
- O objetivo da Empresa foi desenvolver os protótipos, testar em ambiente real e fazer demonstração, de forma a poder evidenciar as vantagens dos equipamentos para os seus clientes, para potenciais clientes, para entidades do Sistema Científico e Tecnológico e para outros setores (e.g. Polo das Tecnologias de Produção).
- Com o desenvolvimento do equipamento para fabrico de tampos para cozinhas à medida pretendeu-se aumentar a flexibilidade e redução de desperdícios (matérias-primas, tempo e mão de obra), reduzir os tempos de *setup* para valores abaixo de 10%, criar a capacidade de produção integral de tampos de cozinha por-medida e a capacidade para trabalhar com todos os tipos de rochas ornamentais, quartzos compactos e porcelanatos de alta densidade e permitir ainda a limpeza automática de resíduos e fluidos de corte por atrito.
- Partindo de atividades de I&D concluídas com sucesso, a CEI pretendeu evidenciar, perante um público especializado de Empresas de Pedra Natural, Entidades do Sistema Científico e Tecnológico e outros setores sinérgicos, as vantagens económicas e técnicas das soluções a desenvolver e avançar para a sua validação, de forma a posteriormente poder utilizar as soluções comercialmente.
- A candidatura enquadra-se no âmbito do SI Investigação e Desenvolvimento Tecnológico.
- Para a prossecução dos objetivos, os protótipos serão desenvolvidos pela CEI, apoiada pela INOCAM (software) e serão demonstrados em ambiente real em duas Empresas posicionadas no eixo da inovação: SOLANCIS e TORRE MARMORES.
- O Projeto insere-se nas prioridades estratégicas inteligentes para Portugal no eixo das tecnologias transversais e suas aplicações e dentro deste eixo, na área de Materiais e Matérias-primas. O Projeto dará contributo para a visão de Portugal ao nível das tecnologias inovadoras para recursos minerais e a sua contribuição para o uso eficiente, seguro e sustentável do recurso, neste caso Pedra Natural. Esta área tem como visão, a valorização dos recursos minerais para um aproveitamento sustentável e responsável baseado em tecnologias eco eficientes e o aumento do valor acrescentado do recurso.

	<ul style="list-style-type: none"> O projeto responde à lógica de especialização inteligente de Portugal na promoção do reforço das ligações entre instituições de I&DT (CEVALOR, Instituto Politécnico de Portalegre e Universidade de Évora) e o Setor Empresarial (CEI, INOCAM, SOLANCIS e TORRES MARMORE), para a política de inovação através do investimento na mesma e seu potencial de exportação (exportação qualificada). As entidades referidas são co-promotoras do projeto. Em relação à RIS3 do Norte, onde a Empresa CEI se encontra sediada, o projeto insere-se no domínio prioritário dos Sistemas de Produção Avançados e Materiais, uma vez que conjuga a criação de duas tecnologias para a valorização de materiais resultantes da Pedra Natural.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> O Projeto tem como objetivos o desenvolvimento de 2 protótipos inovadores para a Transformação de Pedra Natural que permitirão mais produtividade e maior eficiência energética do que os equipamentos tradicionais, bem como menor desperdício de recursos (e maior utilização de matéria-prima de menor qualidade, pela possibilidade de escolha da superfície para corte de tampos de cozinha e pela possibilidade de prototipar produtos antes da sua produção em série).

FlexStone :: Novas Tecnologias para a Competitividade da Pedra Natural

Indicadores contratualizados (2020)	Indicador		Meta
	Resultado	<ul style="list-style-type: none"> Índice P - Investimento em I&D no Valor Acrescentado Bruto (VAB) do beneficiário líder 	<ul style="list-style-type: none"> 55,14%
Execução dos indicadores contratualizados (2023)	Indicador		Execução
	Resultado	<ul style="list-style-type: none"> Organização de conferência 	<ul style="list-style-type: none"> 1
		<ul style="list-style-type: none"> Demonstrações públicas de protótipos, linhas piloto 	<ul style="list-style-type: none"> 1
		<ul style="list-style-type: none"> Publicações científicas 	<ul style="list-style-type: none"> 2
		<ul style="list-style-type: none"> Participação em Feiras e Exposições 	<ul style="list-style-type: none"> 2
		<ul style="list-style-type: none"> Web Site (número de micro-páginas nos Sites dos Parceiros) 	<ul style="list-style-type: none"> 4
		<ul style="list-style-type: none"> Participação em Conferências 	<ul style="list-style-type: none"> 2

Conclusões realizadas a partir da entrevista ao promotor

Eficácia	<ul style="list-style-type: none"> O projeto demonstrador criou dois equipamentos inovadores a nível mundial com aplicação direta no Setor da Pedra Natural, dando resposta à continuação de um movimento/Estratégia LeanStone, liderado pela CEI e que tem contribuído para o seu posicionamento estratégico como Empresa Inovadora, e com uma resposta customizada à competitividade das Empresas de Pedra Natural. Especificamente, o projeto efetuou a ponte entre os projetos (em regime de consórcio/copromoção) que já tinham sido desenvolvidos no passado (e.g. Jetstone, Inovstone,) e os projetos futuros que tinham planeado desenvolver (e.g. Inovstone 4.0, Inovmineral 4.0, Sustainable Stone by Portugal), inseridos no Plano Estratégico Leanstone (2005-2020) do setor. De salientar, que esta estratégia visava uma mudança de paradigma a partir de 2005, fundamentada pelo Estudo Estratégico Prospetivo realizado pelo Cevalor que apontava para a necessidade de criar um Caminho Estratégico que transformasse a fragmentada Fileira das Rochas Ornamentais num Cluster da Pedra Natural, induzindo as empresas a trabalharem de forma colaborativa através da operacionalização de projetos em consórcio. Os principais objetivos consistiam em: 1) desenvolver Tecnologias orientadas para a Produção Lean e Flexível, 2) Respeito pelo ambiente, 3) Atração de Recursos Qualificados, 4) Criação de Novas Qualificações, 5) Promoção da Marca Stone.PT. A interface da ANI foi considerada bastante acessível/simples, facilitando os processos e as relações estabelecidas ao longo da execução dos projetos. Efetivamente, a ANI tem acompanhado os projetos em copromoção (promoção de I&DT) nos últimos anos, tendo a mais-valia de conhecer as empresas e a indústria, permitindo ter uma posição, não só de auditoria, como de aconselhamento, i.e. “atua” enquanto parceiro neste cluster do setor dos minerais. O projeto consiste num consórcio mobilizador, contando com o envolvimento de várias entidades, tendo existido uma articulação eficaz entre todas. O promotor líder tentou escolher parceiros que cumprissem com certos critérios, nomeadamente pessoas com vontade de inovar e pessoas próximas/de confiança que já tivessem trabalhado e/ou trabalhassem com eles). O promotor líder identifica poucos constrangimentos ao desenvolvimento do projeto, destacando, porém, a i) morosidade na avaliação dos projetos e dos pedidos de pagamento, em parte devido à falta de RH's (falta de capacidade da entidade), ii) a falta de previsibilidade dos AAC. Relativamente a este último ponto, a empresa evidencia que tinha uma estratégia em prática (Plano Estratégico Leanstone 2005-2020) que não era compatível com os prazos de candidatura, implicando a adaptação da estratégia ao lançamento dos respetivos AAC essenciais à prossecução da estratégia.
-----------------	---

Eficiência	<ul style="list-style-type: none"> • A vasta experiência passada ao nível da execução de outros projetos demonstradores foi um aspeto bastante positivo para a maior facilidade no desenvolvimento do projeto em questão (Flexstone). • Além da capacidade interna para executar o projeto, também o papel da ANI foi ressaltado como eficiente e contribuidor para a dinâmica que existe nos projetos em copromoção, em particular, na prossecução deste projeto. • Ainda no ambiente externo, de forma geral, o ecossistema em que se insere o promotor líder tem presenciado uma passagem de transferência de conhecimento científico para as empresas que se reflete nos resultados do setor e nos projetos desenvolvidos. Concretamente, a CEI, sendo uma empresa de tecnologias de produção, ou seja, de bens de equipamento, significa que, para além de trabalharem com os utilizadores finais (neste caso em específico, na fileira das Rochas Ornamentais e do setor do calçado), acabam por incorporar nos equipamentos deles desenvolvimentos que fazem em conjunto com outros centros de investigação. Existe uma gama de conhecimento científico que é comum a todos os setores industriais e o seu desenvolvimento permite a sua disseminação/ fertilização cruzada de tecnologias que são desenvolvidas a montante e que se são implantadas e disseminadas por vários setores. Tentam utilizar o mesmo conhecimento científico em vários setores (no calçado, nas RO).
Impacto e Sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • A execução do presente projeto permitiu constituir um ponto de partida para a Era 4.0 da Pedra Natural com o desenvolvimento de um novo projeto mobilizador "Inovstone 4.0 - Tecnologias Avançadas e Software para a Pedra Natural" incluído na Estratégia Leanstone 2005-2020. • De forma geral, do caminho da Estratégia Leanstone verificou-se que o impacto da digitalização da Fileira das Rochas Ornamentais foi expressivo, observando-se impactos diretos dos projetos de I&DT em consórcio nas Rochas Ornamentais em termos de ganhos de eficiência, como a redução dos prazos de entrega, dos custos de produção, da pegada ecológica e das peças defeituosas. Além disso, registou-se i) a melhoria da produtividade, competitividade e maior valor acrescentado à matéria-prima proveniente das pedreiras; ii) a contribuição dos projetos para a criação/manutenção de 2.000 postos de trabalho; iii) riqueza bruta gerada em 15 anos equivalente a 90 vezes o valor de investimento nos projetos I&DT e multiplicado por mais 120 vezes o incentivo alocado aos projetos; iv) Impacto estimado na balança comercial portuguesa entre 1.020 M€ a 1.452 M€. Por último, o setor passou a ser o segundo maior em valor acrescentado por hora de trabalho (sendo ultrapassado pelo setor das telecomunicações), sendo este um resultado de uma mudança de mentalidade que foi induzida pelos projetos em consórcio operacionalizados no âmbito da Estratégia Leanstone. • Este projeto teve ainda impacto pela continuação da estratégia da Empresa e pela possibilidade de colocar dois equipamentos totalmente inovadores no Mercado. A acrescentar, o projeto permitiu alcançar um volume de exportações de 250m€ em 2018, 500m€ em 2019 e 500m€ em 2020. • Salientam-se outros impactos do projeto como: i) Direitos de propriedade intelectual e/ou industrial resultantes do projeto e a sua gestão pelo consórcio (A Empresa CEI, detentora dos resultados e dos protótipos está a operacionalizar um Dossier de Pedido de Patente para as soluções e/ou conceito desenvolvido.); ii) Novas contratações de quadros qualificados (ao obrigo do Projeto foram realizadas duas contratações pela Universidade Évora - Laboratório Hercules: Lúcia Rosado e Ana Cardoso). • O impacto para a CEI foi também visível, com a evolução das suas vendas e exportações entre 2010 e 2020 (e.g. do volume que exportam atualmente, em 2010 apenas 2% das exportações iam para países desenvolvidos, as exportações duplicaram, conseguiram penetrar em países mais exigentes) • Foram inumerados alguns fatores críticos para o sucesso da presente operação que garantem a sustentabilidade da mesma no longo prazo: <ul style="list-style-type: none"> - Este projeto não é uma "peça isolada", sendo uma consequência do desenvolvimento das tecnologias de produção, objetivo inserido no projeto colaborativo de elevado impacto (Estratégia Leanstone); - A qualidade dos promotores envolvidos, neste caso a SOLANCIS e TORRES MARMORE que são dois parceiros que de algum modo são vistos como líderes no respetivo nicho de mercado, o que facilita que as outras empresas adotem as mesmas tecnologias; - A existência de consórcios completos, sendo este um requisito/exigência dos AAC. No projeto Flexstone, a presença de investigação fundamental, conhecimento científico, parceiros que ajudam a colocar a a ideia em prática/executar, empresas que, tal como a CEI, fazem a integração das tecnologias, promotores que ajudam a disseminar essas mesmas tecnologias e os utilizadores finais que as utilizam, simultaneamente, faz a diferença. Ter elementos de toda a cadeia de valor desde a investigação fundamental ao desenvolvimento experimental e à disseminação do produto e processo é essencial para o sucesso do projeto.
VAE	<ul style="list-style-type: none"> • Na ausência do financiamento comunitário, o promotor não teria avançado com o projeto.
Relevância/Coerência	<p><u>Recomendações:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Importante salientar o papel da ANI naquilo que será o seu acompanhamento no quadro comunitário. • Desburocratização em alguns dos processos. • O modelo dos custos simplificados é considerado uma boa opção, mas convém procurar atender às diferenças/especificidades existentes (não se pode homogeneizar tudo). • Incentivar o modelo em copromoção que beneficia muito mais do que os modelos individuais.

Metodologia de auscultação	
Entrevistas	<ul style="list-style-type: none">• 21/04/2023• Eng. Agostinho Antunes da Silva• Eng. Fernando Sousa• Filipa Lopes - EY-Parthenon• Raquel Morgado - EY-Parthenon

EC2. 17164 +INDUSTRIA 2020 - Reforço da competitividade das empresas, através de um crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo)

ENQUADRAMENTO

Beneficiário	CESAE - CENTRO DE SERVIÇOS E APOIO ÀS EMPRESAS	
Enquadramento Temático	PI	3.3 - A concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços
	Tipologia de Intervenção	53- Qualificação e inovação das PME

+INDÚSTRIA 2020 - Reforço da competitividade das empresas, através de um crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo

Data Prevista de Início	01/02/2016	Custo Total Aprovado Elegível (€)	€1.542.571,96
Data Prevista de Conclusão	31/03/2018	Custo Total Executado Elegível (€)	€1.178.450,96
Data de Aprovação	11/04/2016	Apoio Aprovado (€)	€852.271,01
Estado da Candidatura	Em execução	Apoio Executado (€)	€622.086,49
Data a que reporta a informação da Ficha	30/09/22	Forma de apoio	Não Reembolsável

APRESENTAÇÃO SÍNTESE

Caraterização	<ul style="list-style-type: none"> A CESAE- Centro de Serviços e Apoio às Empresas é uma entidade privada sem fins lucrativos, constituída em 1995, sedeada no Porto, que tem como âmbito realizar atividades de formação, desenvolver ações que contemplam a prestação de serviços de consultoria de apoio à comunidade empresarial nos domínios das tecnologias de informação e comunicação e do marketing digital. O presente projeto, designado por + Industria 2020 - Reforço da competitividade das empresas, através de um crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo visa apoiar 45 empresas da região Norte e Centro do País, que tenham como objetivo aumentar a sua competitividade, produtividade e reforçar o seu peso nos mercados externos. As empresas aderentes apresentam-se como um grupo heterogéneo em termos de atividade principal, na medida em que atuam em setores muito díspares (Indústria, Construção, Comércio, Serviços), desenvolvendo atividades económicas muito diversificadas, no âmbito de 20 divisões do CAE, situação reveladora da elevada dispersão setorial subjacente ao projeto. As ações previstas contemplam a implementação de metodologias de trabalho com a introdução do <i>Lean Production</i>, implementação de melhorias organizacionais, sistemas de informação empresarial e gestão de relacionamento com o cliente, criação de websites, plataformas e-commerce e ferramentas de marketing mais sofisticadas, implementação e certificação de sistema de gestão e qualidade segundo a norma ISO 9001, bem como o registo de marca e patentes. Estava ainda previsto a realização de estudos estratégicos, de benchmarking, atividades de sensibilização e divulgação, atividades de avaliação de impacto, atividades de divulgação de resultados e de disseminação de boas práticas. A equipa coordenadora do projeto é composta por seis quadros internos da CESAE (um coordenador responsável, consultores seniores e consultores especialistas), que acompanham de perto o desenvolvimento de todo o processo de consultoria, assumindo a conceção, coordenação, gestão, execução e avaliação do projeto globalmente.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> O objetivo principal do projeto consiste na procura e reforço das capacidades estratégicas das PME industriais, da sua competitividade e produtividade, dando-lhes condições de contexto de gestão industrial para que estas possam criar uma cultura de INOVAÇÃO. O projeto +INDUSTRIA2020 tem 3 Objetivos Estratégicos (OE): <ul style="list-style-type: none"> - OE1. Diagnóstico, Análise e Disseminação de Boas Práticas; - OE2. Reforço da Competitividade Industrial e Inovação das PME com medidas de consultoria tipificadas; - OE3. Atribuição de condições de contexto às empresas, gestão eficiente de recursos, Avaliação e Disseminação de Resultados.

+INDÚSTRIA 2020 - Reforço da competitividade das empresas, através de um crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo

	Indicador	Meta
--	-----------	------

Indicadores contratualizados (2020)	Realização	<ul style="list-style-type: none"> • Volume de Negócios 	€60.205.000
	Resultado	<ul style="list-style-type: none"> • Volume de Negócios Internacional 	€14.101.000
	Resultado	<ul style="list-style-type: none"> • Grau de adesão das PME às iniciativas no projeto 	45
Execução dos indicadores contratualizados (2023)	Indicador		Execução
	Realização	<ul style="list-style-type: none"> • Volume de Negócios 	
	Resultado	<ul style="list-style-type: none"> • Volume de Negócios Internacional 	
	Resultado	<ul style="list-style-type: none"> • Grau de adesão das PME às iniciativas no projeto 	

Conclusões realizadas a partir da entrevista ao promotor

Eficácia	<ul style="list-style-type: none"> • Não obstante a dificuldade verificada no arranque do projeto (na contratualização), a execução do mesmo foi bastante positiva. O papel ativo do IAPMEI revelou-se essencial à performance do projeto (e.g. respostas em tempo útil às várias dúvidas). • De forma geral, o projeto permitiu gerar vários resultados positivos para as empresas parceiras, nomeadamente: i) capacidade de investimento das empresas para aquisição de equipamentos informáticos essenciais ao seu (re)lançamento no mercado; ii) posicionamento em termos de e-commerce e marketing; iii) Remodelação da gestão (projetos Lean e internacionalização). Contudo, ao nível das marcas e patentes, os resultados não foram tão satisfatórios, com pouca visibilidade. • Apesar dos vários resultados obtidos, o término do projeto não se desenrolou como esperado, visto ainda se encontrar em falta a regularização do saldo final, estando as empresas a aguardar a receção do pagamento final.
Eficiência	<ul style="list-style-type: none"> • A operacionalização eficiente da operação foi possível através: <ul style="list-style-type: none"> - Do apoio constante do IAPMEI; - Da elevada adesão das empresas ao projeto (vontade de atuar de forma colaborativa) que foi estimulada pela i) proximidade a dois níveis (algumas já estabeleciam relações de proximidade entre elas e com o CESAE) e ii) realização de um seminário de abertura do AAC; - Da experiência passada dessas mesmas entidades, que já possuem know-how na vertente apoiada. • A acrescer, também a experiência da interação dos promotores com a AG do COMPETE foi bastante positiva para a concretização do projeto. • Não obstante, existiram alguns constrangimentos ao nível da plataforma que não era intuitiva e pouco eficiente (e.g. tinham de efetuar procedimentos manualmente, carecendo de falta de automatismo para agilizar os processos). De notar que a CESAE criou uma plataforma própria para a gestão do projeto em que tudo o que era lançado na plataforma do IAPMEI era monitorizado na plataforma da CESAE, de forma a garantir uma melhor operacionalização do projeto.
Impacto e Sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • O projeto +INDUSTRIA 2020 foi um projeto de investimento, ao qual as empresas recorreram para poderem estar mais capacitadas a investir nas suas empresas. Mais concretamente, as empresas parceiras conseguiram adquirir material tecnológico e software vantajoso para o seu melhor funcionamento, posicionar-se no mercado de uma forma que em anos pré projeto ainda não acontecia, sendo que a sua visibilidade irá ser sobretudo significativa na região Norte onde se insere o projeto. • Foram inumerados alguns fatores críticos para o sucesso da presente operação que garantem a sustentabilidade da mesma no longo prazo, respetivamente a existência de capacidade de investimento para que o projeto fosse bem desenvolvido; uma equipa técnica eficaz na gestão e acompanhamento do projeto; uma boa articulação entre as 45 empresas ao nível da coordenação e execução e a responsabilidade social no sentido de acreditarem no trabalho que estão a realizar, ou seja, pelas empresas (parceiras) que trabalham com a CESAE, pelo IAPMEI e pelos fundos públicos colocados à sua disposição.
VAE	<ul style="list-style-type: none"> • Na ausência de financiamento comunitário, não teriam avançado com o projeto, i.e o apoio foi crítico para a sua execução.
Relevância/Coerência	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Recomendações:</u> <ul style="list-style-type: none"> - Deveria existir uma plataforma de gestão e acompanhamento dos projetos mais funcional/operacional, i.e. menos complexa (garantia de meios tecnológicos adequados). - Necessidade de equipas técnicas (RH) qualificadas para efetuar o acompanhamento dos projetos.

Metodologia de auscultação	
Entrevistas	<ul style="list-style-type: none">• 02/05/2023• Jair Ferreira - CESAE• Irene Bastos - CESAE• Filipa Lopes - EY-Parthenon• Raquel Morgado - EY-Parthenon

EC3. Formação Ação

ENQUADRAMENTO

Beneficiário	Associação Portuguesa de Empreendedores	
Enquadramento Temático	PI	8.5 Adaptação à mudança dos trabalhadores, das empresas e dos empresários
	Tipologia de Intervenção	60 - Formação de empresários e trabalhadores das empresas

Modernização dos Sistemas de Registos

Data Prevista de Início	13/02/2017	Custo Total Aprovado Elegível (€)	1.021.750
Data Prevista de Conclusão	12/02/2019	Custo Total Executado Elegível (€)	945.807
Data de Aprovação	26/03/2019	Apoio Aprovado (€)	919.575
Estado da Candidatura	Concluída	Apoio Executado (€)	851.226
Data a que reporta a informação da Ficha	31/12/2021	Forma de apoio	Subvenção Não Reembolsável

APRESENTAÇÃO SÍNTESE

Caraterização	<ul style="list-style-type: none"> Com este projeto pretende-se dar o contributo efetivo às PME para a formação dos empresários e gestores na reorganização e melhoria das capacidades de gestão, nas temáticas selecionadas. Este contributo efetivo é alcançado através da implementação de um programa estruturado de intervenção no conjunto das PME abrangidas visando a obtenção de soluções comuns e coerentes face a problemas ou oportunidades a explorar.
Objetivos	<p>Objectivo geral e sua fundamentação:</p> <ul style="list-style-type: none"> O projeto tem como objetivo interencionar um conjunto de 132 empresas utilizando a metodologia de Formação-Ação e o modelo do programa MOVE (Aviso n.º 7/SI/2016) de modo a suprir as principais necessidades identificadas quer pelos programas operacionais, na sua definição estratégica, quer pelas empresas na consulta efetuada. <p>Objectivos específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> Qualificar as PME para reforçar a sua competitividade e capacidade de resposta no mercado global. Suprir as principais deficiências identificadas pelas empresas nos seus processos de gestão nomeadamente ao nível da gestão financeira, operacional e comercial e ainda do marketing e comunicação e da gestão de recursos humanos. Pretende-se reposicionar a empresa face ao mercado em que atua e criar condições para a sua entrada em novos mercados ou novos segmentos; Melhorar a organização interna das empresas, aumentando a sua eficiência operacional e reduzindo falhas e erros causadores de ineficiências e perdas financeiras. Pretende-se criar um novo modelo organizacional, mais eficiente e simples; Melhorar as competências dos ativos das empresas, viabilizando uma melhoria no seu desempenho individual que possa ser capitalizada numa melhoria no desempenho da organização como um todo; Preparar as empresas para a Certificação, segundo referências normativos nacionais e/ou internacionais, aumentando a sua visibilidade junto dos stakeholders. Melhorar a competitividade internacional das PME e criar condições para o desenvolvimento de uma atividade exportadora contínua e consistente; Incluir as tecnologias digitais no quotidiano das empresas, inovando na forma de comunicar e inserindo a PME na economia digital; Capacitar os empresários em novos modelos de negócio e competências de apoio à gestão e à inovação aberta que estimulem parcerias e a cooperação empresarial.

	<ul style="list-style-type: none"> • Criar uma intervenção transferível para outros contextos e empresas a qual, após validação, poderá ser comunicada e divulgada em ambiente empresarial; • Validar a utilidade da utilização de TIC e sistemas informáticos de comunicação e partilha na implementação de intervenções de formação acção e na gestão de projectos; 		
(DESIGNAÇÃO DA CANDIDATURA)			
Indicadores contratualizados (2020)	Indicador	Meta	
	Realização	• <i>Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial</i>	696
	Realização	• <i>PME apoiadas em programas de formação - ação</i>	135
	Resultado	• <i>Trabalhadores que se consideram mais aptos para a inovação e gestão após a frequência da formação</i>	80%
Resultado	• <i>Empresas que implementam planos de mudança organizacional associados à formação no total de empresas</i>	100%	
Execução dos indicadores contratualizados (2023)	Indicador	Execução	
	Realização	• <i>Trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial</i>	758
	Realização	• <i>PME apoiadas em programas de formação - ação</i>	135
	Resultado	• <i>Trabalhadores que se consideram mais aptos para a inovação e gestão após a frequência da formação</i>	80%
Resultado	• <i>Empresas que implementam planos de mudança organizacional associados à formação no total de empresas</i>	100%	

Conclusões realizadas a partir da entrevista ao promotor

Eficácia	<ul style="list-style-type: none"> • APE colabora há bastante tempo com MOVE (antes do COMPETE) e, neste sentido, já conhecem os projetos de Formação-Ação e estão habituados a executá-los, sendo que são projetos de extrema utilidade para as PME, observando-se melhorias significativas e resultados concretos nos períodos pós-projeto. A execução física revela-se bastante satisfatória na generalidade dos indicadores, confirmando o elevado sucesso destas iniciativas. • A evolução dos programas de Formação-Ação tem-se revelado bastante positiva, na medida em que se apresenta mais flexível e adaptado às necessidades das empresas, também em resultado da combinação dos fundos: <ul style="list-style-type: none"> ○ Maior panóplia de temáticas e subtemáticas; ○ Temáticas mais adequadas às necessidades das empresas; ○ Taxas de cofinanciamento elevadas; ○ Complementaridade entre as componentes de formação e consultoria que não se verificam noutros programas de formação. • Ainda assim, observa-se algum potencial de melhoria: <ul style="list-style-type: none"> ○ Limite mínimo de formandos pode ser representar um impedimento, sobretudo para empresas de menor dimensão, dado que nem sempre é possível disponibilizar em simultâneo uma grande percentagem dos recursos humanos da empresa. Recomenda-se, por consequência, uma maior flexibilização nas restrições relativas à quantidade de formandos. ○ Impossibilidade de distribuir as horas de formação por diferentes formandos, isto é, em vez de, por exemplo, 6 formandos frequentarem 100% da formação, recomenda-se que se permita que frequentem 50%, abrangendo um maior leque de pessoas; ○ Impossibilidade de realização de formações individualizadas; ○ Impossibilidade de organizar formações com diversas temáticas integradas. Sugere-se, por isso, que seja haja uma maior flexibilidade no sentido de se permitir formações multidisciplinares, em congruência com as necessidades diagnosticadas, dado que, por vezes, as empresas apresentam lacunas em diversas áreas e não têm a possibilidade de frequentar todas as formações necessárias (por motivos de tempo, financiamento e vagas). ○ Diagnóstico das dificuldades durante o período de execução e maior celeridade na aprovação dos projetos, dado que as necessidades das empresas sofrem alterações significativas no curto prazo e a realidade de execução pode divergir, levando alguns promotores a desistir das respetivas operações. Não obstante, observa-se um trabalho relevante por parte da APE no sentido de constantemente perceber quais as necessidades das empresas, junto das mesmas, e adaptar as formações a potenciais alterações.
-----------------	--

	<ul style="list-style-type: none"> Os atrasos nos reembolsos, em virtude de problemas na plataforma de pedido de pagamentos e das exigências burocráticas, e os problemas operacionais inerentes à formação (dependência de disponibilidade das empresas) dificultaram a execução das operações. Observa-se um crescimento acentuado na procura por formações de Economia Digital e TIC, na segunda metade do período de programação. Devido às exigências provocadas pela pandemia, empresas preocupam-se mais com questões relacionadas com o comércio online (promotores de menor dimensão) e cibersegurança (promotores de maior dimensão). Sugere-se, em determinados casos, a integração de indicadores mais operacionais relacionados com a eficiência das empresas (p.e. faturação, produção, taxa de rotação, absentismo), sendo que se observa um esforço por parte da APE para acompanhar a evolução destes critérios nas empresas que suportam.
Eficiência	<ul style="list-style-type: none"> Frequentemente se observam desvios no número médio de formandos estimado por formação, em virtude da vontade de se integrar uma equipa inteira de determinada secção, aumentando os custos totais de cada ação (diminuindo os custos unitários). O número médio de formandos por turma ronda os 8 indivíduos, ocorrendo desvios de cerca de 10% na quantidade de pessoas estimadas para cada formação.
Impacto e Sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> Observa-se uma evolução e transfiguração positiva na realidade das PME em Portugal, dado que os índices de produtividade e as taxas de exportação (competitividade) apresentam melhorias, convergindo com a realidade europeia. Também se verificam melhorias ao nível da capacitação dos gestores e empresários portugueses, fruto do mérito das ações de formação e dos restantes apoios.
VAE	<ul style="list-style-type: none"> Na ausência dos programas de Formação-Ação provavelmente recorreriam a programas de formação modular, dado que apresentam preços mais competitivos e acesso a financiamento integral e permitem cobrir um maior leque necessidades formativas. No entanto são mais difíceis de executar, na medida em que os cursos são bastante extensos, implicam a deslocação dos formandos (turmas grandes) e apresentam elevadas exigências documentais (p.e. certificados de habilitações). Neste sentido a Formação-Ação apresenta-se mesmo como a opção mais atrativa sobretudo pela complementaridade com a componente de consultoria que permite combinar o desenvolvimento dos formandos e o seu know-how do setor com a visão (orientada para os resultados) e experiência do consultor.
Relevância/ Coerência	<ul style="list-style-type: none"> Ao nível do diagnóstico realizado relativo às temáticas lecionadas, o COMPETE e, mais concretamente, os programas de Formação-Ação encontram-se bastante alinhados com as necessidades dos promotores: <ul style="list-style-type: none"> Micro-empresas: maior interesse em formações de Organização e Gestão e de Economia digital e TIC (focado no e-commerce); Médias empresas: maior preferência em Implementação de Sistemas de Gestão, ao nível das certificações (ambiental, inovação, qualidade) e Economia Digital e TIC (focado na cibersegurança); Pequenas empresas: mix de preocupações, apresentam interesse em todas as temáticas dependendo das necessidades e dificuldades da empresa Inicialmente verificaram-se alguns problemas estruturais fruto da alteração nas regras (contratualização, diferenças operacionais) e de dificuldades causadas pela plataforma de pagamentos (SIF) que atrasaram a análise dos pedidos de reembolso. No entanto, a APE foi capaz de se adaptar, dado que se observaram melhorias ao nível da plataforma. Adicionalmente, as elevadas exigências burocráticas também se revelaram um obstáculo, na medida em que as empresas nem sempre tinham fácil acesso a determinados documentos e não os enviavam nos prazos mais indicados. Ainda assim, acredita-se que estas questões poderão ser resolvidas com a evolução digital. A relação com a AG do COMPETE revelou-se uma mais-valia para o desenvolvimento dos projetos, na medida em que se adotou sempre uma postura de transparência e abertura que permitiu às organizações trabalharem em conjunto e solucionarem os problemas que iam surgindo com celeridade.

Metodologia de auscultação

Entrevistas	<ul style="list-style-type: none"> Óscar Rodrigues - 23/05/2023
--------------------	--

EC4. Projetos SAMA - Instituto dos Registos e do Notariado

ENQUADRAMENTO

Beneficiário	INSTITUTO DOS REGISTOS E DO NOTARIADO, I.P.	
Enquadramento Temático	PI	PI 11.1 - Capacidade Institucional
	Tipologia de Intervenção	62- Capacitação e modernização das administrações e dos serviços públicos

Modernização dos Sistemas de Registos

Data Prevista de Início	01/01/2017	Custo Total Aprovado Elegível (€)	2.732.137
Data Prevista de Conclusão	15/10/2021	Custo Total Executado Elegível (€)	2.386.886
Data de Aprovação	02/27/2018	Apoio Aprovado (€)	1.555.952
Estado da Candidatura	Em execução	Apoio Executado (€)	1.359.332
Data a que reporta a informação da Ficha	31/12/2021	Forma de apoio	Subvenção Não Reembolsável

APRESENTAÇÃO SÍNTESE

Caraterização	<ul style="list-style-type: none"> • O Instituto dos Registos e Notariado, I.P. (IRN) necessitou de um processo de "transformação digital" de forma a posicionar a sua oferta de produtos e serviços num patamar de excelência e de referência a nível nacional e internacional. O cidadão, as empresas e todas as outras entidades da sociedade estão hoje mais exigentes, mais conhecedoras de alternativas e esperam que o IRN escute as suas necessidades, as avalie e implemente num curto espaço de tempo. • O IRN ambicionou posicionar-se como um centro de excelência em digital, tecnologia e dados, colaborando com outros organismos e o seu público-alvo enquanto parceiros da sua própria transformação construindo assim plataformas e serviços digitais. Tudo suportado em arquiteturas de excelência. • Com esta candidatura, o IRN pretendeu concretizar as atividades estratégicas mais prementes e que se inserem no âmbito das atribuições e competências do IRN, tendo em vista a melhoria do relacionamento dos cidadãos com a Administração Pública com efetiva redução de custos diretos e de contexto, reforçando a área dos registos enquanto organismo estruturante da Justiça e líder em matéria de <i>e-government</i> e de simplificação administrativa. • O IRN pretende potenciar novas soluções tecnológicas de valor acrescentado para a Justiça, incrementando novos canais de acesso aos registos que capacitem os serviços com mecanismos de intercomunicação de dados com outros organismos, com redução de custos para os cidadãos, eliminação de formalidades e procedimentos inúteis, tornando os serviços mais simples, mais eficazes com preservação da segurança das relações jurídicas e da proteção dos direitos dos particulares. • No âmbito da presente operação o IRN desenvolveu/ interviu na digitalização de Serviços dos Registos e Notariado e a modernização dos Sistemas de Informação de suporte, através de desenvolvimento de vários projetos importantes, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> ○ RCBE - Registo Central do Beneficiário Efetivo (Registo Comercial) ○ Gestão Documental (Sistemas de Informação de suporte ao IRN) ○ BUPi - Balcão Único do Prédio (Registo Predial) ○ Espaço Óbito (Identificação Civil e Registo Civil) ○ SIT - Sistema de Informação de Testamentos (Identificação Civil e Registo Civil) ○ SIRAUTO - Sistema Integrado de Registo Automóvel (Solução do registo automóvel online - Registo Veículos)
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de melhores respostas às necessidades dos cidadãos e das empresas, quer por via da simplificação regulamentar e de processos internos, quer por via da desmaterialização e automatização

	<p>de procedimentos quer, ainda, pela valorização de novos modelos organizativos que permitam a obtenção de ganhos de eficiência;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promoção da prestação de serviços em pontos únicos de contacto para os cidadãos e demais agentes económicos, através da criação e utilização de Portais e sítios na Internet com a integração de vários serviços que garantam aos cidadãos a economia processual e de meios; • Assegurar o princípio do "Digital como Regra" através da digitalização de serviços, criando instrumentos para uma prestação de serviços públicos mais eficazes para os cidadãos e agentes económicos com ganhos de recursos para a Administração Pública; • Disseminação e adoção de soluções de "Identificação eletrónica", em particular, através da criação de mecanismos que permitem a identificação de cidadãos, de forma desmaterializada, possibilitando a autenticação e a assinatura eletrónica, tais como o Cartão de Cidadão e a Chave Móvel Digital, bem como a utilização do sistema de certificação de atributos profissionais, com vista à concretização da solução single sign on nos portais da Administração Pública; • Mais concretamente, a operação visa intervir em diferentes componentes <ul style="list-style-type: none"> ○ RCBE - Registo Central do Beneficiário Efetivo (Registo Comercial) - que visou permitir o cumprimento um ágil cumprimento de obrigações de registo e declarativas em determinados procedimentos decorrentes da entrada em vigor de legislação de combate ao terrorismo e branqueamento de capitais, por via da disponibilização deste serviço de forma desmaterializada/digital. ○ Gestão Documental (Sistemas de Informação de suporte ao IRN) - que pretendeu suportar a desmaterialização de processos administrativos e de decisão, contribuindo para o envolvimento das equipas de trabalho motivando a comunicação interna e para a agilização da tramitação dos processos. ○ BUPI - Balcão Único do Prédio (Registo Predial) - que visou criar uma plataforma que permitisse simplificar procedimentos, inovar as formas de relacionamento com os utentes, promover a transparência de informações e acolher a representação gráfica georreferenciada dos limites dos prédios. ○ Espaço Óbito (Identificação Civil e Registo Civil) - que pretendeu criar uma <i>one-stop-shop</i> que simplificasse e agilizasse o conjunto de procedimentos necessários a tratar pelos cidadãos nestes momentos particularmente difíceis. ○ SIT - Sistema de Informação de Testamentos (Identificação Civil e Registo Civil) - que tinha como objetivo garantir a existência de um repositório centralizado de testamentos e facilitar o seu acesso pelas partes interessadas. ○ SIRAUTO - Sistema Integrado de Registo Automóvel (Solução do registo automóvel online - Registo Veículos) - que visava a modernização do sistema de registo automóvel, acelerar os procedimentos que lhe estão inerentes e garantir uma eficaz e eficiente partilha de informação entre as entidades da Administração Pública interessadas/ intervenientes neste domínio.
--	---

(DESIGNAÇÃO DA CANDIDATURA)

	Indicador		Meta
	Indicadores contratualizados (2020)	Realização	• Implementação de novos modelos, no âmbito da operação
Realização		• Ações de divulgação do projeto	6
Resultado		• Processos objeto de reengenharia e/ou simplificação implementados, um ano após a conclusão da operação	50%
Resultado		• Indivíduos que preencheram e enviam pela internet impressos ou formulários oficiais, no âmbito dos resultados da operação	75%
Resultado		• Empresas que utilizam a internet para interagir com organismos, entidades e autoridades públicas, no âmbito dos resultados da operação	50%
	Indicador		Execução
	Execução dos indicadores contratualizados (2023)	Realização	• Implementação de novos modelos, no âmbito da operação
Realização		• Ações de divulgação do projeto	5
Resultado		• Processos objeto de reengenharia e/ou simplificação implementados, um ano após a conclusão da operação	100%
Resultado		• Indivíduos que preencheram e enviam pela internet impressos ou formulários oficiais, no âmbito dos resultados da operação	100%
Resultado		• Empresas que utilizam a internet para interagir com organismos, entidades e autoridades públicas, no âmbito dos resultados da operação	100%

Conclusões realizadas a partir da entrevista ao promotor	
Eficácia	<ul style="list-style-type: none"> Os novos modelos / projectos foram implementados com sucesso e encontram-se atualmente plenamente operacionais e a ser utilizados de forma massiva pelos seus destinatários, internos ou externos ao IRN. As metas dos indicadores de realização e resultado foram globalmente alcançadas ou mesmo superadas. A título individual para cada um dos projectos que integravam a operação, foi alcançado o seguinte: <ul style="list-style-type: none"> RCBE: projecto implementado com sucesso e em duas fases distintas, uma primeira para garantir conformidade com a legislação e outra para garantir cumprimento de diretivas comunitárias, permitindo aos destinatários finais, num quadro de introdução de novas (e por natureza onerosas) obrigações, o seu cumprimento de uma forma ágil e simples. Verificou um elevado número de destinatários finais e permitiu a utilização de informação em diversos procedimentos e por entidades (e.g. Banco de Portugal). Gestão Documental: beneficiando de uma licença existente para o Ministério da Justiça, fizeram o mapeamento dos processos de negócio do IRN e implementaram os módulos do sistema de informação que os passou a suportar, passando o IRN a beneficiar de um sistema de gestão documental funcional. BUPi: partindo da circunstância de o IRN ser o detentor da base de dados do registo predial, e na sequência da publicação da Lei n.º78/2017, de 17 de agosto, veio criar o sistema de informação cadastral simplificado e alargar a possibilidade de todos os proprietários poderem efetuar o registo dos seus terrenos rústicos de forma gratuita, o IRN deu os primeiros passos (o projecto teria/ tem continuidade, tendo sido criada uma Estrutura de Missão para o efeito) para a criação de uma nova plataforma de interoperabilidade entre os sistemas de informação detidos por diversas entidades da Administração Pública que detém informação sobre prédios, que permita simplificar procedimentos, inovar as formas de relacionamento com os utentes, promover a transparência de informações e acolher a representação gráfica georreferenciada dos limites dos prédios. Espaço Óbito: a plataforma agregou um conjunto de informação bastante variado sobre o que é necessário após o falecimento, sendo disponibilizada nas Lojas de Cidadão, funcionando como uma <i>one-stop-shop</i>, para este evento de vida. Sistema de Informação de Testamentos - plataforma implementada que viabilizou a existência de um repositório único de informação sobre testamentos à escala nacional, permitindo o seu acesso pelos cidadãos interessados. SIRAUTO: melhoria e otimização da plataforma de registo e tramitação de processos no domínio do registo automóvel, incluindo a comunicação com as entidades da Administração Pública interessadas, permitindo uma tramitação desmaterializada destes processos e a melhoria do interface com utilizador. Apesar de se prever da implementação bem sucedida dos projetos e do alcance das metas definidas, a contratação pública foi identificada como o principal obstáculo, dado que se apresenta como um processo extremamente burocrático, sendo que por vezes os recursos efetivos não são suficientes. Adicionalmente, observou-se alguma resistência à mudança por parte dos trabalhadores, mas não suficiente para impactar negativamente os resultados finais. A relação com a entidade financiadora (apoio e acompanhamento próximo) revela-se como fundamental para a implementação e execução dos projetos. Adicionalmente, também a relação entre o IRN e os <i>stakeholders</i>, na medida em que permite um melhor desenvolvimento das plataformas integradas. Entre os fatores que condicionaram a implementação dos projetos, destaca-se o potencial de melhorias operacionais ao nível da plataforma de candidaturas, facilitando e desburocratizando os processos de candidaturas, e o potencial de melhoria ao nível da articulação entre os organismos da tutela e as entidades beneficiárias. Também se revelaram um entrave a execução dos projetos: as dificuldades típicas de base na criação de um sistema tecnológico complexo (p.e. BUPi dificuldades na criação de ferramentas de georreferenciação que não estavam desenvolvidas); e as dificuldades de popular bases de dados e preenchimento de informações menos comuns (RCBE). Ainda assim, os problemas relativos à falta de conhecimento do <i>interface</i> por parte dos utilizadores foram colmatados com campanhas de divulgação.
Eficiência	<ul style="list-style-type: none"> As colaborações (valorização de projetos conjuntos) e relacionamento interinstitucional revelaram-se de certa forma positivos, na medida em que as entidades envolvidas se basearam por princípios basilares de uma Administração Pública moderna (p.e. <i>Only once, one-stop-shops</i>), por influência dos princípios subjacentes ao Programa. A colaboração e cooperação com outras entidades revelou-se fundamental para induzir a eficiência das operações. A título de exemplo, a implementação do Espaço Óbito nas Lojas de Cidadão foi fundamental ao tirar partido de instalações já existentes, da capilaridade da rede e da notoriedade / conhecimento da "marca" por parte dos utilizadores finais. Por outro lado, o projeto beneficiou da colaboração com o Labx (Centro de Competências também ele apoiado pelo Compete no âmbito do SAMA, utilizando competências existentes na Administração Pública para o desenvolvimento dos projectos.

<p>Impacto e Sustentabilidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Os diferentes projetos tiveram impactos de naturezas diferentes, por exemplo: <ul style="list-style-type: none"> ○ RCBE: os aumentos observados ao nível dos encargos administrativos pela legislação introduzida foram altamente mitigados pela agilização na tramitação dos procedimentos introduzidos pela plataforma/ digitalização dos procedimentos, tendo-se verificado uma elevada utilização pelos destinatários finais (beneficiários efectivos das sociedades comerciais) e reutilização da informação para diversos fins e por diversas entidades da Administração Pública. ○ BUPI: Esta plataforma permite hoje o registo de prédios por utilizadores de forma desmaterializada e a respetiva comunicação às entidades da Administração Pública interessadas (e.g. AT). Com esta plataforma, os municípios que não possuíam registo predial passaram a dispor de uma forma ágil e menos onerosa de garantir o correto registo dos prédios rústicos e aos proprietários proceder ao registo dessas propriedades de forma simples e desmaterializada. Com esta plataforma (ainda que destes resultados sejam tributárias intervenções realizadas para lá desta operação), já foram identificadas mais de 1,5 milhões de propriedades, com o contributo de cerca de 225 mil cidadãos, permitindo o conhecimento de cerca de 75% de território desconhecido até este registo. ○ Espaço Óbito: este projeto traz benefícios significativos aos cidadão, desde logo ao reduzir significativamente as necessidades de deslocação a diversos organismos para resolução de problemas relacionados com este evento de vida, o impacta também positivamente na experiência dos cidadãos na sua relação com a Administração neste momento particularmente difícil. ○ SIT: a informação centralizada produz um ganho direto para os cidadãos que reduzem deslocações presenciais às conservatórias para consultar / obter informações sobre os testamentos nos quais são partes interessadas. ○ SIRAUTO: aceleração do processo interno de tramitação e de processos conexos de negócio (p.e. reconstituições), produzindo benefícios de eficiência internos e, por consequência, melhora produtividade, velocidade e segurança na resolução dos problemas dos utilizadores. • Apesar da redução de recursos humanos (IRN não contrata há 20 anos), a carga individual do trabalhador reduziu, observando-se, por consequência, melhorias ao nível da produtividade, facilitando a resolução de problemas de cidadãos e empresas e diminuindo os custos de oportunidade relacionados com tempos de espera ou de deslocação, acelerando a economia. Ao longo dos últimos anos, o IRN tem vindo a perder competências em algumas áreas (e.g. notariado), mas ganhou noutras (e.g. RCBE). A sobrecarga sobre os seus recursos foi largamente mitigada por estes projetos assim como a sua capacidade de entrega de serviços públicos melhorada. • No que respeita à sustentabilidade das operações, afirmam que as necessidades se encontram cobertas e que nenhuma plataforma se irá extinguir no médio prazo, dado que estão prontas para níveis de procura elevados (a pandemia serviu de exemplo), contudo existem necessidades de manutenção e de melhorias incrementais. • Seria necessário um conjunto de diversas variáveis para que os projetos implementados promovessem alterações significativas na cultura organizacional do IRN (um processo mais integrado e não quase apenas tecnológico). No entanto, impactou a forma como a organização interage com os cidadãos, sendo, contudo, um processo de mudança contínuo. • O impacto dos projetos será sempre nacional, na medida em que estes são transversais a todo o território continental e Regiões Autónomas e de que se trata de um centro de informação do Estado português. • Entre os fatores que dificultaram a utilização dos utilizadores dos serviços <i>online</i> disponibilizados destaca-se a iliteracia digital/ conhecimento (p.e. ARHESP sinalizava que empresário médio não tinha curso superior o que dificultava o acesso / utilização das soluções desenvolvidas);
<p>VAE</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O financiamento comunitário foi fundamental para desenvolver e alavancar projetos previamente definidos, que não seriam realizados ou para os quais se alargariam/adiariam os prazos de execução/ arranque. Sinalizam que provavelmente metade dos projetos não seriam sequer implementados devido à ausência da capacidade de investimento, até porque existe um custo de oportunidade ao nível de financiamento e desburocratização, dado que se regista uma maior complexidade administrativa em financiamentos extra FEEI (p.e. restrições através de pareceres). • A própria existência do Programa é salientada como uma fonte de incentivo, sendo que este apresenta níveis de complexidade burocrática inferiores aos restantes métodos de financiamento e permitiu concretizar projetos que não seriam realizados de outra forma. • As prioridades de investimentos relativas a alterações tecnológicas de base não foram alteradas, dado que as necessidades já estavam bem definidas à partida. Apenas dimensões como a componente interna ou formação de recursos humanos não mereceram tanta atenção, contudo beneficiaram com a visão do programa.
<p>Relevância/ Coerência</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Este processo surge num quadro de um amplo processo de transformação na área governativa da Justiça, tendo o IRN chegado ao conhecimento dos apoios por via da tutela, nesse contexto. • Alguns dos projetos implementados já se encontravam sinalizados no SIMPLEX, sendo o objetivo principal criar um ecossistema integrado de modernização da IRN e Justiça. Neste sentido, os apoios SAMA adequaram-se perfeitamente aos objetivos do IRN, dado que intervieram num conjunto diversificado de áreas relevantes no seu contexto de intervenção (apoios SAMA permitiam cobrir praticamente a

	<p>totalidade do “negócio” do IRN) e encontravam-se totalmente alinhados com as necessidades do IRN, facilitando o financiamento e a concretização dos projetos.</p> <ul style="list-style-type: none">• Adicionalmente, adequação dos apoios às necessidades do IRN, revelam-se também na viabilização da modernização e reestruturação de processos obsoletos e a harmonização de diversos sistemas e fontes de informação. Por exemplo, o IRN não tinha um sistema que permitisse a tramitação desmaterializada dos processos, sendo que os apoios dos FEEL se adequavam à necessidade de desburocratização documental observada, facilitando diversos procedimentos.• Ainda assim, observam-se potenciais de melhoria no que respeita à dependência de alguns organismos para realizarem investimentos, dado que existe uma centralização transversal, propondo, por isso, uma modelo mais em rede ao invés de uma estrutura hierárquica vertical.
--	---

Metodologia de auscultação

Entrevistas	<ul style="list-style-type: none">• Bruno Miguel Maia, João Carlos de Almeida Figueiredo e Paula Gonçalves - 10/05/2023
--------------------	---

EY | Building a better working world

EY exists to build a better working world, helping to create long-term value for clients, people and society and build trust in the capital markets.

Enabled by data and technology, diverse EY teams in over 150 countries provide trust through assurance and help clients grow, transform and operate.

Working across assurance, consulting, law, strategy, tax and transactions, EY teams ask better questions to find new answers for the complex issues facing our world today.

EY refers to the global organization, and may refer to one or more, of the member firms of Ernst & Young Global Limited, each of which is a separate legal entity. Ernst & Young Global Limited, a UK company limited by guarantee, does not provide services to clients. Information about how EY collects and uses personal data and a description of the rights individuals have under data protection legislation are available via ey.com/privacy. EY member firms do not practice law where prohibited by local laws. For more information about our organization, please visit ey.com.

About EY-Parthenon

EY-Parthenon teams work with clients to navigate complexity by helping them to reimagine their eco-systems, reshape their portfolios and reinvent themselves for a better future. With global connectivity and scale, EY-Parthenon teams focus on Strategy Realized – helping CEOs design and deliver strategies to better manage challenges while maximizing opportunities as they look to transform their businesses. From idea to implementation, EY-Parthenon teams help organizations to build a better working world by fostering long-term value. EY-Parthenon is a brand under which a number of EY member firms across the globe provide strategy consulting services. For more information, please visit ey.com/parthenon.

© 2023 Ernst & Young, S.A.

All Rights Reserved.

parthenon.ey.com
ey.com/pt